



TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTUDO DE AVALIAÇÃO ECONÓMICA DA EXECUÇÃO DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NA REGIÃO DO ALENTEJO

Fábio José Nunes Bazílio

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Economia

ORIENTADOR: *Prof. Doutor Paulo Alexandre Neves Martinho Neto*

ÉVORA, AGOSTO DE 2013







AGRADECIMENTOS

Correndo sempre o risco de alguma eventual omissão, pretendo aqui exprimir os meus agradecimentos ao Prof. Doutor Paulo Neto, pela sua orientação desta Dissertação, pela motivação transmitida, conselhos, críticas e sugestões, sem os quais este Estudo não teria tomado forma. O meu obrigado ainda pela sua paciência, disponibilidade, entusiasmo e sabedoria desde o primeiro momento, não apenas nesta Dissertação, mas em todo o meu percurso.

Agradeço também ao Professor Doutor António Cipriano Afonso Pinheiro pelo seu tempo, comentários, experiência, sugestões e contribuições valiosas dadas com a simpatia de sempre, ao Professor Doutor Carlos Marques, pela sua disponibilidade, simpatia, sabedoria, experiência, sugestões e pelas suas palavras sempre oportunas de encorajamento e ao Prof. Doutor António João Coelho de Sousa, pelo apoio, simpatia, comentários e perspetivas de um ponto de vista estratégico.

Agradeço ainda à Mestre Maria José Gomes (MADRP) pelos seus comentários e troca de impressões ao longo de todas as etapas. Ao Eng. Nicolau Galhardo (IFADAP), ao Eng. Rosa (ATEVA), à Eng.^a Isabel (DGDR), ao Eng. Serra Mira (MADRP), ao Eng. José Eduardo Lourenço (MADRP) e à Eng.^a Vanessa Calisto (Adega Calistus), pelo apoio na recolha de dados e contribuições várias. Ao Dr. Bruno Batista (IEFP) pelo apoio informático associado ao inquérito. À minha mãe, Maria da Conceição, a quem dedico esta Dissertação. Ao Ivo Bazílio, meu irmão, e à Fernanda Afonso António, minha companheira, pelo seu constante apoio e encorajamento. Aos meus amigos, professores, colegas e a todos aqueles que sempre me apoiaram e motivaram.

Devo ainda referir, que são da minha inteira responsabilidade todos os eventuais erros ou omissões que esta Dissertação possa comportar, e que a mesma foi redigida em conformidade com o novo acordo ortográfico.





TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Estudo de Avaliação Económica da Execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada Aplicada ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo

RESUMO

A presente Dissertação, realizada no âmbito do Doutoramento em Economia da Universidade de Évora visa, na ótica do território e políticas públicas, avaliar economicamente a execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada aplicada ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo. Este Estudo inicia com uma introdução, encontra-se dividido em oito Capítulos e finaliza com conclusões e sugestões. Na introdução é abordada a relevância e objetivos deste Estudo. O primeiro Capítulo é dedicado, a apresentar a metodologia seguida. O segundo Capítulo realiza um enquadramento teórico, na ótica da avaliação de Políticas Públicas e da sua aplicabilidade e adaptabilidade à investigação pretendida. No terceiro Capítulo, procura-se contextualizar o Estudo e no quarto expõe-se toda a caracterização da Medida Agroambiental Proteção Integrada nos seus vários domínios. O quinto Capítulo é dedicado a avaliar os resultados de execução e o sexto Capítulo a promover uma análise global de efeitos, sendo portanto, estes dois Capítulos também um suporte para a avaliação global, que terá lugar no sétimo Capítulo. No oitavo Capítulo, será ainda efetuada, uma análise prospetiva. Finalmente serão agrupadas as conclusões e sugestões.

Palavras-Chave:

Território; Territorialização; Políticas Públicas; Avaliação Económica; Avaliação de Políticas Públicas; Análise Global de Efeitos.





TERRITORY AND PUBLIC POLITICS

**Economic Evaluation study
of the Agro - Environmental Measure Integrated Protection accomplishment applied to
the Viticulture and Viniculture sectors in the area of Alentejo.**

ABSTRACT

The present Dissertation, accomplished within the compass of the PhD degree in Economy of the University of Évora seeks, in what concerns the territory and public politics development, to evaluate the accomplishment of the Agro - Environmental Measure Integrated Protection accomplishment applied to the Viticulture and Viniculture sectors in the area of Alentejo. This study begins with an introduction, it is divided in eight chapters and finishes with conclusions and suggestions. The introduction refers to this study relevance and objectives. The first chapter presents the methodology that was used. The second chapter makes a theoretical framing, in what concerns the evaluation of public politics and her applicability and adaptability to the intended investigation. In the third chapter, the study contextualization is made and in the fourth chapter the Agro - Environmental Measure Integrated Protection is exposed in its several domains. The fifth chapter is dedicated to the assessment of the results accomplishment and the sixth chapter promotes the global analysis of the effects, these two chapters being therefore, also a support for the global assessment, which it will take place in the seventh chapter. In the eighth chapter, will be performed a prospective analysis. Finally the conclusions and suggestions will be grouped.

Key-words:

Territory; Territorialization; Public Politics; Economic Evaluation; Public Politics Evaluation; Global Analysis of the Effects.





ÍNDICE GERAL

<i>AGRADECIMENTOS</i>	<i>V</i>
<i>RESUMO</i>	<i>VII</i>
<i>ABSTRACT</i>	<i>IX</i>
<i>ÍNDICE DE FIGURAS</i>	<i>XVIII</i>
<i>ÍNDICE DE QUADROS</i>	<i>XIX</i>
<i>ÍNDICE DE GRÁFICOS</i>	<i>XXIV</i>
<i>ÍNDICE DE ANEXOS</i>	<i>XXIV</i>
<i>LISTA DE ABREVIATURAS</i>	<i>XXVI</i>
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>1</i>
<i>O PROBLEMA AGROAMBIENTAL</i>	<i>1</i>
<i>OBJETIVO</i>	<i>3</i>
<i>ESTRUTURA</i>	<i>8</i>
<i>CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA</i>	<i>13</i>
<i>1.1 - ENCADEAMENTO METODOLÓGICO</i>	<i>13</i>
<i>1.2 - OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO</i>	<i>16</i>
<i>1.2.1 - Construção da base de dados e indicadores</i>	<i>16</i>
<i>1.2.2 - Elaboração e aplicação do inquérito por questionário</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2.1 - População-alvo</i>	<i>25</i>
<i>1.2.2.2 - Plano de amostragem</i>	<i>25</i>
<i>1.2.2.3 - Caracterização da amostra de vitivinicultores do Alentejo</i>	<i>26</i>
<i>1.2.3 - Elaboração e aplicação do guião das entrevistas</i>	<i>29</i>
<i>1.2.4 - Tratamento de dados e indicadores</i>	<i>31</i>
<i>1.2.4.1 - Principais fontes de dados</i>	<i>31</i>
<i>1.2.4.2 - Seleção de indicadores</i>	<i>32</i>
<i>1.2.4.3 - Os principais indicadores utilizados</i>	<i>33</i>
<i>1.2.4.4 - Avaliação dos principais indicadores utilizados</i>	<i>34</i>
<i>1.3 - METODOLOGIA DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</i>	<i>44</i>
<i>CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</i>	<i>49</i>
<i>2.1 - A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</i>	<i>49</i>
<i>2.1.1 - Síntese histórica da avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>49</i>
<i>2.1.2 - Conceitos e abordagens de avaliação</i>	<i>52</i>
<i>2.1.3 - A importância da avaliação de políticas públicas</i>	<i>56</i>
<i>2.1.4 - A avaliação e a sensibilidade das políticas públicas ao território</i>	<i>57</i>
<i>2.1.5 - Os objetivos da avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>60</i>
<i>2.1.6 - As posições metodológicas da avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>62</i>
<i>2.1.7 - Os tipos de avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>63</i>
<i>2.1.8 - As etapas da avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>66</i>
<i>2.1.8.1 - Avaliação Ex-ante</i>	<i>67</i>
<i>2.1.8.2 - Avaliação Intercalar</i>	<i>68</i>



2.1.8.3 - Avaliação Ex-post	70
2.1.8.4 - Ciclo de avaliação de Políticas Públicas	71
2.1.9 - A definição das questões e critérios de avaliação de Políticas Públicas	73
2.2 - OS INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	76
2.2.1 - A definição de indicador	77
2.2.2 - A utilização de dados e indicadores quantitativos e qualitativos na avaliação de Políticas Públicas	78
2.2.3 - Indicadores de Recursos, Realização, Resultados ou Efeitos e Impactos	81
2.2.3.1 - Indicadores de Recursos	81
2.2.3.2 - Indicadores de Realização	82
2.2.3.3 - Indicadores de Resultados ou de Efeitos	83
2.2.3.4 - Indicadores de Impacto	84
2.3 - OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	85
2.3.1 - Revisão sobre os principais guias de avaliação de Políticas Públicas	85
2.3.2 - Os principais instrumentos de avaliação de Políticas Públicas	89
2.3.3 - A complexidade da utilização dos instrumentos de avaliação de Políticas Públicas	90
2.3.4 - As problemáticas e os desafios da avaliação de Políticas Públicas	92
2.4 - A APLICABILIDADE E ADAPTABILIDADE DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO ESTUDO EFETUADO.....	93
2.4.1 - Guião da aplicabilidade e adaptabilidade de alguns instrumentos de avaliação de Políticas Públicas ao Estudo efetuado	93
2.4.2 - Cartografia Conceptual de Impactos	95
2.4.2.1 - Descrição do instrumento	95
2.4.2.2 - Objetivo do instrumento	96
2.4.2.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	96
2.4.2.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	97
2.4.3 - Sistema de Informação Geográfico (SIG)	98
2.4.3.1 - Descrição do instrumento	98
2.4.3.2 - Objetivo do instrumento	99
2.4.3.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	99
2.4.3.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	100
2.4.4 - Estudo de Caso	101
2.4.4.1 - Descrição do instrumento	101
2.4.4.2 - Objetivo do instrumento	102
2.4.4.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	103
2.4.4.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	103
2.4.5 - Inquéritos por Questionário	103
2.4.5.1 - Descrição do instrumento	103
2.4.5.2 - Objetivo do instrumento	104
2.4.5.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	104
2.4.5.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	105
2.4.6 - Entrevista Individual	106



2.4.6.1 - Descrição do instrumento	106
2.4.6.2 - Objetivo do instrumento	106
2.4.6.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	108
2.4.6.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	108
2.4.7 - Painel de Especialistas	109
2.4.7.1 - Descrição do instrumento	109
2.4.7.2 - Objetivo do instrumento	110
2.4.7.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	110
2.4.7.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	111
2.4.8 - Análise SWOT	112
2.4.8.1 - Descrição do instrumento	112
2.4.8.2 - Objetivo do instrumento	112
2.4.8.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	113
2.4.8.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	114
2.4.9 - Análise Multicritério	114
2.4.9.1 - Descrição do instrumento	114
2.4.9.2 - Objetivo do instrumento	115
2.4.9.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	115
2.4.9.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado	116
2.4.10 - Análise Global de Efeitos	116
2.4.10.1 - A necessidade de medir efeitos globais	116
2.4.10.2 - Descrição do instrumento	118
2.4.10.3 - O objetivo do instrumento	119
2.4.10.4 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas	119
2.4.10.5 - Os principais passos da sua implementação	121
2.4.10.6 - Pontos fortes e limitações da abordagem	124
CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO	129
3.1 - ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO EM ANÁLISE	129
3.2 - VISÃO CONTEXTUAL DO SETOR VITIVINÍCOLA	132
3.3 - A FILEIRA ECONÓMICA DO VINHO NO ALENTEJO	136
3.3.1 - Conceito de Fileira	136
3.3.2 - Referências sobre a Fileira Económica do Vinho no Alentejo	137
3.3.3 - Delimitação das dimensões de análise da Fileira Económica do Vinho no Alentejo	138
3.3.4 - A proteção e a melhoria do ambiente, dos solos e da água como a base de toda a Fileira Económica do Vinho no Alentejo	139
3.4 - OS MÉTODOS DE PRODUÇÃO COM RECURSO À PROTEÇÃO INTEGRADA	140
3.4.1 - Evolução dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada em Portugal	140
3.4.2 - Referências sobre a avaliação da indispensabilidade da intervenção	141
3.5 - CONTEXTO DAS MEDIDAS AGROAMBIENTAIS	142



3.6 - CONTEXTO DA MEDIDA PROTECÇÃO INTEGRADA.....	145
CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTECÇÃO INTEGRADA.....	149
4.1 - INCIDÊNCIA TERRITORIAL E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	149
4.2 - O PROGRAMA RURIS	151
4.3 - A INTERVENÇÃO DAS MEDIDAS AGROAMBIENTAIS.....	154
4.3.1 - Introdução.....	154
4.3.2 - Base regulamentar	155
4.3.3 - Objetivos	155
4.3.4 - Regiões abrangidas.....	156
4.3.5 - Operacionalização	156
4.3.5.1 - Grupo I - Proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água.....	157
4.3.6 - Forma e duração das ajudas	157
4.3.7 - Dotação financeira	158
4.3.8 - Comparticipação nacional.....	158
4.3.9 - Candidatura e confirmação.....	158
4.3.10 - Enquadramento legal principal	158
4.4 - A MEDIDA PROTECÇÃO INTEGRADA	159
4.4.1 - Objetivos específicos da medida.....	159
4.4.2 - Área geográfica de incidência	159
4.4.4 - Condições de elegibilidade.....	160
4.4.5 - Compromissos dos candidatos	161
4.4.6 - Valor das ajudas.....	161
4.4.7 - Enquadramento legal principal	161
4.5 - OS PRINCIPAIS ATORES E SUAS INTERVENÇÕES	162
4.5.1 - Sistema de gestão.....	162
4.5.2 - Sistema de acompanhamento	163
4.5.3 - Análise dos circuitos de funcionamento	164
4.5.4 - Controlo	165
4.5.5 - Sistema de informação de apoio à gestão	166
4.5.6 - Fiscalização e apoio técnico à medida.....	166
4.5.7 - Promoção e Divulgação.....	167
4.6 - ANÁLISE DA CONTINUIDADE ENTRE PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO	168
CAPÍTULO 5 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	173
5.1 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA	173
5.1.1 - Síntese de evolução da Medida Agroambiental Proteção Integrada	173
5.1.2 - Avaliação comparativa dos indicadores a nível dos distritos	176
5.1.3 - Avaliação comparativa dos indicadores territoriais a nível de concelhos	177
5.1.3.1 - Concelhos do distrito de Beja.....	177
5.1.3.2 - Concelhos do distrito de Évora	179
5.1.3.3 - Concelhos do distrito de Portalegre.....	180
5.1.3.4 - Concelhos de distrito de Setúbal	181
5.1.3.5 - Identificação dos principais distritos e concelhos.....	182
5.2 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	185
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS	191



6.1 - GUIÃO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS	191
6.2 - O TERRITÓRIO	192
6.2.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do emprego.....	192
6.2.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo	194
6.2.3 - Avaliação da cobertura da SAU de vinha do Alentejo pela Medida Agroambiental Proteção Integrada	196
6.2.4 - Avaliação da evolução da atração territorial.....	197
6.2.4.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do número total de produtores vitivinícolas na região do Alentejo.....	197
6.2.4.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo	198
6.2.4.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para, que novos produtores vitivinícolas de outras regiões fora no Alentejo iniciassem produções no Alentejo	200
6.2.5 - Avaliação da evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo	201
6.2.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo.....	203
6.2.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas	204
6.2.7.1 - Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo	204
6.2.7.2 - Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo	205
6.2.8 - Análise Global de Efeitos no Território	206
6.3 - A INOVAÇÃO	208
6.3.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação nos processos de produção dos vinhos do Alentejo	209
6.3.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação nos vinhos do Alentejo, enquanto produtos finais de consumo	210
6.3.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo.....	212
6.3.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção	213
6.3.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo	214
6.3.6 - Análise Global de Efeitos na Inovação	215
6.4 – OS PRODUTORES	217
6.4.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a redução de custos de produção da exploração.....	217
6.4.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração	218
6.4.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos.....	220
6.4.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento dos lucros dos produtores relacionados com a atividade vitivinícola.....	222
6.4.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para aumento da contribuição fiscal dos produtores relacionada com a atividade vitivinícola.....	223



6.4.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução do volume financeiro direcionado pelos produtores para fornecimentos complementares à produção vitivinícola...	224
6.4.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para evolução do volume financeiro aplicado pelos produtores em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo	226
6.4.8 - Análise Global de Efeitos nos Produtores	227
6.5 – O SETOR VITIVINÍCOLA.....	229
6.5.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região	229
6.5.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da produção na exploração vitivinícola	231
6.5.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da qualidade da produção nas explorações vitivinícolas.....	233
6.5.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a sustentabilidade económica da exploração vitivinícola	234
6.5.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo	235
6.5.6 – Análise Global de Efeitos no Setor Vitivinícola	236
6.6 – OS MERCADOS.....	238
6.6.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo	238
6.6.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo	240
6.6.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo.....	242
6.6.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a criação ou alteração dos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada	243
6.6.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração	247
6.6.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo	248
6.6.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da comercialização dos vinhos do Alentejo	250
6.6.7.1 - Mercado Regional	251
6.6.7.2 - Mercado Nacional	252
6.6.7.3 - Mercado Internacional	253
6.6.8 - Análise Global de Efeitos nos Mercados	255
6.7 - RESUMO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS.....	256
6.7.1 - Resumo da Análise Global de Efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada, na Fileira Económica do Vinho no Alentejo por, comparação simultânea de efeitos percebidos pelos beneficiários	256
6.7.2 - Resumo da Análise Global de Efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada na Fileira Económica do Vinho no Alentejo, por dimensões de análise	259
CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO GLOBAL.....	265
7.1 - A PROTEÇÃO INTEGRADA.....	265
7.1.1 - A Proteção Integrada antes da intervenção das Medidas Agroambientais.....	265
7.1.2 - A Proteção Integrada durante a intervenção das Medidas Agroambientais	266
7.1.3 - A Proteção Integrada após finalizada a intervenção das Medidas Agroambientais	268



7.1.3.1 - Análise da interpretação técnica dos vitivinicultores sobre a Proteção Integrada	269
7.1.3.2 - Avaliação da produção mantida com recurso à Proteção Integrada	270
7.2 - ANÁLISE DA PROCURA DE ALTERNATIVAS À PROTEÇÃO INTEGRADA	272
7.3 - A MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA	274
7.3.1 - Avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada no cumprimento dos seus objetivos específicos.....	274
7.3.2 - Avaliação da operacionalidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo.....	276
7.3.3 - Avaliação da forma e duração das ajudas da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	277
7.3.4 - Avaliação das condições de acesso à Medida Agroambiental Proteção Integrada pelos produtores do setor vitivinícola do Alentejo	277
7.3.5 - Avaliação dos valores das ajudas por hectare da Medida Agroambiental Proteção Integrada	278
7.3.6 - Avaliação da eficácia do sistema de gestão da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	279
7.3.7 - Avaliação da fiscalização e apoio técnico à Medida Agroambiental Proteção Integrada	280
7.3.8 - Avaliação da eficácia do sistema de promoção e divulgação da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	280
7.3.9 - Síntese de avaliação	281
7.4 - AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA NO CONTEXTO GLOBAL DO PROGRAMA.....	282
7.4.1 - Avaliação das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o cumprimento dos objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006).....	282
7.4.2 - Avaliação do impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o resultado conjunto de todas as Medidas Agroambientais aplicadas ao setor vitivinícola no Alentejo no período compreendido entre 2000-2006.....	287
7.5 - AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA NO CONTEXTO GLOBAL DA POLÍTICA	288
7.5.1 - Contribuição para os resultados dos principais indicadores	288
7.5.2 - Níveis de aprovação e reprovação	290
7.6 - AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA PARA AS PRINCIPAIS METAS DE EXECUÇÃO AGROAMBIENTAL	291
7.6.1 - Avaliação das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para atingir as metas de execução das Medidas Agroambientais previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006).....	291
7.7 - AS “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS”	294
7.7.1 - Síntese das “Questões de Avaliação Comuns”	294
7.7.1.1 - Questão de Avaliação 1A	296
7.7.1.2 - Questão de Avaliação 1B	298
7.7.1.3 - Questão de Avaliação 2A	299
7.7.2 - Avaliação das contribuições da MAA PI para os resultados analisados pelas “Questões de Avaliação Comuns para as Medidas Agroambientais”, previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006).....	301
7.8 - REFERÊNCIAS SOBRE A AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E DA EFICIÊNCIA	302
7.8.1 - Referências sobre a avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada	303



7.8.2 - Análise das contribuições para a avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	304
7.8.3 - Referências sobre a avaliação da eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada	304
7.8.4 - Análise das contribuições para a avaliação da Eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada	305
7.9 - ANÁLISE SWOT	306
7.9.1 - Matriz SWOT - Pontos Fortes e Pontos Fracos.....	306
7.9.2 - Matriz SWOT - Oportunidades e Ameaças	307
7.9.3 - Análise dos potenciais contributos e relações entre os pontos identificados pela Matriz SWOT e os objetivos específicos do RURIS e metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contributos da MAA PI	309
7.9.4 - Síntese da análise SWOT	312
CAPÍTULO 8 - ANÁLISE PROSPETIVA	317
8.1 - ANÁLISE PROSPETIVA DA NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA	317
8.1.1 - Avaliação dos potenciais efeitos globais de uma eventual continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada no novo período de programação compreendido entre 2014 – 2020	317
8.1.2 - Avaliação da necessidade de continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada por parte dos vitivinicultores do Alentejo no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020	320
8.1.3 - Enquadramento da potencial aplicação de uma “nova” Medida Agroambiental Proteção Integrada no documento de orientação do PDR 2014 - 2020.....	321
8.2 - REFLEXÕES COM ESPECIALISTAS	322
8.2.1 - Reflexão sobre a aplicação dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada pelos vitivinicultores em 2013, e se faria ou não sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção, no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020.....	322
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	329
CONCLUSÕES	329
SUGESTÕES	351
LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA	357
BIBLIOGRAFIA	361
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS	377
PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS	379
ANEXOS	383

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - SELOS DE GARANTIA CVRA	28
FIGURA 2 - OS CINCO PRINCIPAIS TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	64
FIGURA 3 - CICLOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	72
FIGURA 4 - ENQUADRAMENTO DAS QUESTÕES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	74
FIGURA 5 - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS UTILIZADOS NESTE ESTUDO.....	94
FIGURA 6 - DESCRITOR DE IMPACTOS	98
FIGURA 7 - DIAGRAMA DO “MICRO-SIG” DESENVOLVIDO PARA ESTE ESTUDO	101
FIGURA 8 - ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO DA DRAAL.....	131
FIGURA 9 - LÓGICA DE APROXIMAÇÃO À MEDIDA PI	149
FIGURA 10 - ESTRUTURA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO.....	164



ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - LISTA DE ABREVIATURAS.....	XXVI
QUADRO 2 - FICHA TÉCNICA DE AMOSTRAGEM	26
QUADRO 3 - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA OS DADOS E INDICADORES.....	32
QUADRO 4 - INDICADORES TERRITORIAIS UTILIZADOS.....	33
QUADRO 5 - INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI.....	34
QUADRO 6 - CRITÉRIOS DE QUALIDADE APLICÁVEIS AOS INDICADORES DEFINIDOS.....	35
QUADRO 7 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	36
QUADRO 8 - INDICADORES DE RESULTADOS	37
QUADRO 9 - INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI - TERRITÓRIO.....	38
QUADRO 10 - INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI - INOVAÇÃO	39
QUADRO 11 - INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI - PRODUTORES.....	40
QUADRO 12 - INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI - SETOR VITIVINÍCOLA.....	41
QUADRO 13 - INDICADORES DE EFEITOS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS - MERCADOS.....	42
QUADRO 14 - ANÁLISE MULTICRITÉRIO DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE DOS INDICADORES DE EFEITOS GLOBAIS PERCEBIDOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI.....	43
QUADRO 15 - ANÁLISE MULTICRITÉRIO DOS INDICADORES.....	43
QUADRO 16 - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DOS INDICADORES POR NÍVEIS DE INTERVENÇÃO.....	44
QUADRO 17 - PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	90
QUADRO 18 - RELAÇÃO DE COFINANCIAMENTO	153
QUADRO 19 - OBJETIVOS QUE ENQUADRAM A ESTRATÉGIA DO RURIS	153
QUADRO 20 - VALOR DAS AJUDAS.....	161
QUADRO 21 - SÍNTESE DO CIRCUITO DE FUNCIONAMENTO DAS MAA - CAMPANHA DE 2000-2006	164
QUADRO 22 - CONTINUIDADE DAS MAA: 1994-1999 E 2000-2006.....	168
QUADRO 23 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA INICIAL DO RURIS.....	185
QUADRO 24 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO RURIS REVISTA EM 2003	186
QUADRO 25 - MAA: EXECUÇÃO COMPARATIVA COM BASE EM DIFERENTES DECISÕES	187
QUADRO 26 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.25 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO EMPREGO NO ALENTEJO?”.....	192
QUADRO 27 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.27 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO EMPREGO NA SUA EXPLORAÇÃO?”.....	193
QUADRO 28 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.29 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) DE VINHA NO ALENTEJO?”.....	194
QUADRO 29 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.31 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) DE VINHA NA SUA EXPLORAÇÃO?”.....	195
QUADRO 30 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.33 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO NÚMERO DE PRODUTORES VITIVINÍCOLAS NO ALENTEJO?”.....	198
QUADRO 31 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.35 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O APARECIMENTO DE NOVOS PRODUTORES VITIVINÍCOLAS NO ALENTEJO ORIUNDOS DO PRÓPRIO ALENTEJO?”	199



QUADRO 32 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.37 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA QUE PRODUTORES VITIVINÍCOLAS DE OUTRAS REGIÕES FORA DO ALENTEJO INICIASSEM PRODUÇÕES NO ALENTEJO? (ATRAÇÃO TERRITORIAL)”	201
QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.39 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO INVESTIMENTO, DOS VITIVINICULTORES DO ALENTEJO, NOUTROS TERRITÓRIOS VITIVINÍCOLAS FORA DO ALENTEJO? (EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO TERRITORIAL DOS VITIVINICULTORES DO ALENTEJO)”	202
QUADRO 34 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.41 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO INVESTIMENTO EM ATIVIDADES POSSÍVEIS DE ASSOCIAR AO VINHO OU À SUA PRODUÇÃO NO ALENTEJO?”	203
QUADRO 35 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.43 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A CRIAÇÃO DE PARCERIAS COM OUTROS PRODUTORES VITIVINÍCOLAS DO ALENTEJO?”	205
QUADRO 36 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2.45 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A CRIAÇÃO DE PARCERIAS COM OUTROS PRODUTORES VITIVINÍCOLAS FORA DA REGIÃO DO ALENTEJO?”	206
QUADRO 37 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.50 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS VINHOS NO ALENTEJO?”	209
QUADRO 38 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.52 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “CONSIDERA QUE A MAA PI FOI UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS PRODUTIVOS QUE PERMANECEM AINDA HOJE?”	210
QUADRO 39 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.52 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A INOVAÇÃO NOS VINHOS DO ALENTEJO, ENQUANTO PRODUTOS FINAIS DE CONSUMO?”	211
QUADRO 40 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.53 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A INOVAÇÃO NA QUALIDADE DOS VINHOS DO ALENTEJO?”	212
QUADRO 41 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.53 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A INOVAÇÃO AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES POSSÍVEIS DE ASSOCIAR AO VINHO OU À SUA PRODUÇÃO?”	213
QUADRO 42 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3.59 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A INOVAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS VITIVINÍCOLAS NO ALENTEJO?”	215
QUADRO 43 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.67 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SUA EXPLORAÇÃO?”	217
QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.65 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DAS MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO DE VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO?”	220
QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.63 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIO ASSOCIADO ÀS VENDAS DE VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO?”	221
QUADRO 46 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.69 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DE LUCROS DA SUA EXPLORAÇÃO?”	222
QUADRO 47 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.71 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO FISCAL DA SUA EXPLORAÇÃO RELACIONADA COM A ATIVIDADE VITIVINÍCOLA?”	224
QUADRO 48 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.75 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DO VOLUME FINANCEIRO DIRECIONADO PELA SUA EXPLORAÇÃO PARA FORNECIMENTOS COMPLEMENTARES À PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA?”	225



QUADRO 49 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4.79 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DO VOLUME FINANCEIRO APLICADO PELA SUA EXPLORAÇÃO EM PUBLICIDADE E MARKETING ASSOCIADOS AO VINHO E AO ALENTEJO COMO A REGIÃO DE ORIGEM DO MESMO?”	227
QUADRO 50 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5.82 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DA IMPORTÂNCIA DO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO, RELATIVAMENTE A OUTROS SETORES DESSA REGIÃO?”	230
QUADRO 51 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5.86 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA?”	232
QUADRO 52 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5.90 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DA PRODUÇÃO DA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA?”	233
QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5.94 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA?”	235
QUADRO 54 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5.92 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DAS EMPRESAS E PRODUTORES DO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO?”	236
QUADRO 55 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.97 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA TRANSMITIR, NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL, UMA IMAGEM DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ASSOCIADA À PRODUÇÃO DE VINHOS DO ALENTEJO?”	239
QUADRO 56 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.99 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA ÁREA DE PERCEÇÃO DAS MARCAS DE VINHOS DO ALENTEJO? (REGIONAL/NACIONAL/INTERNACIONAL)”	241
QUADRO 57 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.101 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO NÚMERO DE MARCAS DE VINHOS NO ALENTEJO?”	243
QUADRO 58 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.105 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS RÓTULOS PARA OS VINHOS DO ALENTEJO DANDO RELEVÂNCIA AO MODO DE PRODUÇÃO COM RECURSO À PROTEÇÃO INTEGRADA?”	245
QUADRO 59 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.103 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA ALTERAÇÕES NOS RÓTULOS DOS VINHOS DO ALENTEJO, DANDO RELEVÂNCIA AO MODO DE PRODUÇÃO COM RECURSO À PROTEÇÃO INTEGRADA?”	246
QUADRO 60 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.109 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O CRESCIMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO? (REGIONAL/NACIONAL/INTERNACIONAL)”	248
QUADRO 61 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.107 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS VINHOS DO ALENTEJO? (REGIONAL/NACIONAL/INTERNACIONAL)”	250
QUADRO 62 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.111 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO NO MERCADO REGIONAL? (ALENTEJO)”	251
QUADRO 63 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.113 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO NO MERCADO NACIONAL?”	252
QUADRO 64 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6.115 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA A EVOLUÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS VINHOS DA SUA EXPLORAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL?”	254
QUADRO 65 - RESUMO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS POR COMPARAÇÃO DE EFEITOS	257



QUADRO 66 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.1 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “TINHA CONHECIMENTO DA POSSIBILIDADE DE PRODUZIR COM RECURSO A MÉTODOS DE PI E DA SUA POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA, ANTES DO FOMENTO E EXPANSÃO DOS MESMOS POR VIA DA MAA PI?”	265
QUADRO 67 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.2 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “NA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA, JÁ PRODUIA COM RECURSO A MÉTODOS DE PI, ANTES DO FOMENTO E EXPANSÃO DOS MESMOS POR VIA DA MAA PI?”	266
QUADRO 68 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.3 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2006 TEVE CONHECIMENTO DOS MÉTODOS DE PI E DA SUA POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NA SUA EXPLORAÇÃO VITIVINÍCOLA POR VIA DA MAA PI?”	267
QUADRO 69 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.4 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2006 PARTICIPOU EM ALGUMA AÇÃO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA MAA PI?”	267
QUADRO 70 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.6 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO COMPREENDIDO ENTRE 2007 E 2013, CONSIDERA QUE A PI TEM UMA INTERPRETAÇÃO TÉCNICA AMPLA POR PARTE DOS PRODUTORES?” ...	269
QUADRO 71 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.5 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “APÓS A RETIRADA DOS APOIOS PARA A MAA PI EM 2006, QUE PARTE DA SUA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA MANTEVE RECORRENDO AOS MÉTODOS DE PI (PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO COMPREENDIDO ENTRE 2007 E 2013)?”	270
QUADRO 72 - MEDIDAS DESCRITIVAS E DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.7 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO COMPREENDIDO ENTRE 2007 E 2013, PROCUROU ALTERNATIVAS À PI?”	273
QUADRO 73 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.8 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “PARA O PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO COMPREENDIDO ENTRE 2014 E 2020, QUE PARTE DA SUA PRODUÇÃO PREVÊ MANTER COM RECURSO À PI?”	273
QUADRO 74 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.9 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A EFICÁCIA DA MAA PI, NO CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS ESPECÍFICOS?”	275
QUADRO 75 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.10 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIARIA A EFICÁCIA DA MAA PI, NO CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, CASO A MESMA PUDESSE VIR A SER NOVAMENTE IMPLEMENTADA NO PERÍODO 2014-2020?”	276
QUADRO 76 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.15 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A OPERACIONALIDADE GLOBAL DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	276
QUADRO 77 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.16 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A FORMA (PRÉMIOS ANUAIS) E DURAÇÃO DAS AJUDAS (PERÍODO DE CINCO ANOS) DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	277
QUADRO 78 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.17 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA AS CONDIÇÕES DE ACESSO À MAA PI, EM RELAÇÃO AOS PRODUTORES DO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	278
QUADRO 79 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.18 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA OS VALORES DAS AJUDAS POR HECTARE DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	279
QUADRO 80 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.19 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	279
QUADRO 81 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.20 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ COMO AVALIA A EFICÁCIA DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	280
QUADRO 82 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.21 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “ COMO AVALIA A EFICÁCIA DO SISTEMA DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	281



QUADRO 83 - SÍNTESE DE AVALIAÇÃO.....	282
QUADRO 84 - MEDIDAS AGROAMBIENTAIS	283
QUADRO 85 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS PARA OS QUAIS DE VERIFICA UM CONTRIBUTO DIRETO DAS MAA.....	284
QUADRO 86 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS MEDIDAS AGROAMBIENTAIS E OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS.....	284
QUADRO 87 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.13 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA O CUMPRIMENTO DOS SEGUINTE OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTUGAL CONTINENTAL (RURIS 2000-2006)?”	286
QUADRO 88 - CLASSIFICAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA MAA PI, PARA O CUMPRIMENTO DE ALGUNS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS (2000-2006).....	286
QUADRO 89 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.14 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA O IMPACTO GLOBAL DA MAA PI, PARA O RESULTADO CONJUNTO DE TODAS AS MAA, APLICADAS AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2000-2006?”	287
QUADRO 90 - N.º TOTAL DE BENEFICIÁRIOS (2001,2002,2003 - NUTS II).....	288
QUADRO 91 - N.º DE HECTARES ABRANGIDOS (2001,2002,2003 - NUTS II).....	289
QUADRO 92 - NÍVEL MÉDIO DA AJUDA POR BENEFICIÁRIO (2001,2002,2003) (EUROS).....	289
QUADRO 93 - NÚMERO TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS (2001, 2002,2003 - NUTS II).....	290
QUADRO 94 - MEDIDAS AGROAMBIENTAIS: METAS DE EXECUÇÃO.....	291
QUADRO 95 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.11 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA ATINGIR AS SEGUINTE METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PREVISTAS NO RURIS 2000-2006?”	292
QUADRO 96 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.11 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO – “DE QUE FORMA, A MAA PI, CONTRIBUIU PARA ATINGIR AS SEGUINTE METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PREVISTAS NO RURIS 2000-2006?”	293
QUADRO 97 - MEDIDAS AGROAMBIENTAIS: QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS.....	295
QUADRO 98 - MAA: INTENSIDADE DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS MEDIDAS E AS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS.....	296
QUADRO 99 - CRITÉRIOS E INDICADORES RELEVANTES PARA A QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1A	297
QUADRO 100 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.12 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA A MAA PI CONTRIBUIU PARA OS RESULTADOS ANALISADOS PELAS SEGUINTE “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS PARA AS MAA, PREVISTAS NO RURIS 2000-2006?”	298
QUADRO 101 - CRITÉRIOS E INDICADORES RELEVANTES PARA A QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1B	298
QUADRO 102 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.12 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA A MAA PI CONTRIBUIU PARA OS RESULTADOS ANALISADOS PELAS SEGUINTE “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS PARA AS MAA, PREVISTAS NO RURIS 2000-2006?”	299
QUADRO 103 - CRITÉRIOS E INDICADORES RELEVANTES PARA A QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 2A	300
QUADRO 104 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.12 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “DE QUE FORMA A MAA PI CONTRIBUIU PARA OS RESULTADOS ANALISADOS PELAS SEGUINTE “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS PARA AS MAA, PREVISTAS NO RURIS 2000-2006?”	301
QUADRO 105 – SÍNTESE DAS CLASSIFICAÇÕES DAS “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS”	302
QUADRO 106 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.24 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A EFICÁCIA AMBIENTAL DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	304
QUADRO 107 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.23 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A EFICIÊNCIA DA MAA PI, EM RELAÇÃO AO SETOR VITIVINÍCOLA DO ALENTEJO?”	306
QUADRO 108 - MATRIZ SWOT - PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	307



QUADRO 109 - MATRIZ SWOT - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	308
QUADRO 110 - CONTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DOS PONTOS FORTES PARA POTENCIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS E DAS METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PARA AS QUAIS SE VERIFICARAM CONTRIBUIÇÕES DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	310
QUADRO 111 - CONTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DOS PONTOS FRACOS PARA ATENUAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS E DAS METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PARA AS QUAIS SE VERIFICARAM CONTRIBUIÇÕES DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	310
QUADRO 112 - CONTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DAS OPORTUNIDADES PARA POTENCIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS E DAS METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PARA AS QUAIS SE VERIFICARAM CONTRIBUIÇÕES DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	311
QUADRO 113 - CONTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DAS AMEAÇAS PARA ATENUAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO RURIS E DAS METAS DE EXECUÇÃO DAS MAA, PARA AS QUAIS SE VERIFICARAM CONTRIBUIÇÕES DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	311
QUADRO 114 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS POTENCIAIS DE UMA EVENTUAL CONTINUIDADE DA MAA PI NO NOVO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO COMPREENDIDO ENTRE 2014-2020.....	318
QUADRO 115 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1.22 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO: “COMO AVALIA A NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DA MAA PI, POR PARTE DOS VITIVINICULTORES DO ALENTEJO, NO PERÍODO DE 2014-2020?”	320

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	174
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE HECTARES ABRANGIDOS PELA MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	174
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO ANUAL DOS TOTAIS DE AJUDAS ASSOCIADAS À MAA PI APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NO ALENTEJO	175
GRÁFICO 4 - EXECUÇÃO DA MAA PI NOS DISTRITOS DO ALENTEJO (2003).....	176
GRÁFICO 5 - EXECUÇÃO DA MAA PI NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE BEJA (2003)	178
GRÁFICO 6 - EXECUÇÃO DA MAA PI NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE ÉVORA (2003).....	179
GRÁFICO 7 - EXECUÇÃO DA MAA PI NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (2003)	181
GRÁFICO 8 - EXECUÇÃO DA MAA PI NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE SETÚBAL (2003)	182
GRÁFICO 9 - CONCELHOS COM MELHORES NÍVEIS DE EXECUÇÃO DA MAA PI: DISTRITO DE ÉVORA (2003).....	183
GRÁFICO 10 - CONCELHOS COM MELHORES NÍVEIS DE EXECUÇÃO DA MAA PI: DISTRITO DE BEJA E PORTALEGRE (2003)	184
GRÁFICO 11 - SAU DE VINHA - REGIÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO	196
GRÁFICO 12 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS NA DIMENSÃO DE ANÁLISE TERRITÓRIO.....	207
GRÁFICO 13 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS NA DIMENSÃO DE ANÁLISE INOVAÇÃO	216
GRÁFICO 14 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS NA DIMENSÃO DE ANÁLISE PRODUTORES	228
GRÁFICO 15 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS NA DIMENSÃO DE ANÁLISE SETOR VITIVINÍCOLA	237
GRÁFICO 16 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS NA DIMENSÃO DE ANÁLISE MERCADOS.....	255
GRÁFICO 17 - RESUMO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS POR DIMENSÕES DE ANÁLISE	260

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO ANEXO 1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (1996-2003).....	384
ANEXO 2 - QUADRO ANEXO 2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (1996).....	385



ANEXO 3 - QUADRO ANEXO 3 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (1997).....	386
ANEXO 4 - QUADRO ANEXO 4 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (1998).....	387
ANEXO 5 - QUADRO ANEXO 5 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (1999).....	388
ANEXO 6 - QUADRO ANEXO 6 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2000).....	388
ANEXO 7 - QUADRO ANEXO 7 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2001).....	389
ANEXO 8 - QUADRO ANEXO 8 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2002).....	390
ANEXO 9 - QUADRO ANEXO 9 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2003).....	391
ANEXO 10 - QUADRO ANEXO 10 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2004).....	392
ANEXO 11 - QUADRO ANEXO 11 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO DOS CONCELHOS REFERENTES AOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E SETÚBAL (2005).....	392
ANEXO 12 - QUADRO ANEXO 12 - MEDIDAS AGROAMBIENTAIS: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO.....	393
ANEXO 13 - QUADRO ANEXO 13 - REGIÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO: ÁREA DE VINHA	393
ANEXO 14 - QUADRO ANEXO 14 - VARIAÇÃO DO N.º TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	393
ANEXO 15 - QUADRO ANEXO 15 - VARIAÇÃO DO N.º DE HECTARES ABRANGIDOS.....	394
ANEXO 16 - QUADRO ANEXO 16 - VARIAÇÃO DO VALOR TOTAL DE AJUDAS (€)	394
ANEXO 17 - QUADRO ANEXO 17 - MAA: EXECUÇÃO FINANCEIRA (ANO FEOGA 2000-2003) NO ÂMBITO DO RURIS E DOS CONTRATOS APROVADOS NO ÂMBITO DE REG. 2078/92	395
ANEXO 18 - QUADRO ANEXO 18 - COERÊNCIA INTERNA DE OBJETIVOS ENTRE O RURIS E AS MAA	396
ANEXO 19 - QUADRO ANEXO 19 - NÍVEL MÉDIO DAS AJUDAS POR HECTARE (2001,2002,2003) (EUROS).....	397
ANEXO 20 - QUADRO ANEXO 20 - NÍVEL MÉDIO DE HECTARES POR BENEFICIÁRIO (2001,2002,2003).....	397
ANEXO 21 - QUADRO ANEXO 21 - TOTAL DE SUPERFÍCIE CANDIDATA POR MEDIDA APURADA NOS ANOS DE 2001,2002,2003 (HA)	397
ANEXO 22 - GUIÃO DAS ENTREVISTAS A BENEFICIÁRIOS, TÉCNICOS E ESPECIALISTAS.....	398
ANEXO 23 - PLATAFORMA <i>ON-LINE</i> DE SUPORTE AO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI, APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NA REGIÃO DO ALENTEJO.....	400
ANEXO 24 - <i>OUT-PUT</i> RESULTANTE DO TRATAMENTO DOS DADOS RECOLHIDOS PELO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS DA MAA PI, APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NA REGIÃO DO ALENTEJO	462



LISTA DE ABREVIATURAS

Neste Estudo são utilizadas abreviaturas, dadas a conhecer quando ocorre a sua primeira utilização. As principais siglas utilizadas são as seguintes:

Quadro 1 - Lista de abreviaturas

AG - Análise Global	IPR - Indicação de Proveniência Regulamentada
AGE - Análise Global de Efeitos	IMAA - Intervenção das Medidas Agroambientais
AP - Análise prospetiva	INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
ATEVA - Associação Técnica de Vitivinicultores do Alentejo	MAA - Medidas Agroambientais
AZAS - Agrupamentos de Zonas Agrárias	MAA PI - Medida Agroambiental Proteção Integrada
CA - Comissão de Acompanhamento	MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
CAE - Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramos de Atividade	NPP - Novos Países Produtores
CCI - Cartografia Conceptual de Impactos	OA - Organizações de Agricultores
CE - Comunidade Europeia	OE - Objetivo Específico
CEE - Comunidade Económica Europeia	PAC - Política Agrícola Comum
CRVA - Comissão Vitivinícola da Região Alentejana	PDR - Plano de Desenvolvimento Regional
DGDR - Direção Geral de Desenvolvimento Rural	PDRu - Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental
DGF - Direção Geral das Florestas	PI - Proteção Integrada
DGPC - Direção Geral de Proteção das Culturas	PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
DOC - Denominação de Origem Controlada	PTP - Países Tradicionalmente Produtores
DRA - Direção Regional de Agricultura	QCA - Quadro Comunitário de Apoio
DRAAL - Direção Regional de Agricultura do Alentejo	QEC - Quadro Estratégico Comum
EADR - Estratégia de Desenvolvimento Agrícola Rural	QRE INE - Quadro de Recursos e Empregos do Instituto Nacional de Estatística
EAT - Estrutura de Apoio Técnico	QREN - Quadros de Referência Estratégicos Nacionais
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola	RA - Reforma Antecipada
FTA - Florestação de Terras Agrícolas	SAU - Superfície Agrícola Útil
IC - Indemnizações Compensatórias	SIG - Sistemas de Informação Geográfica
ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal	SRVA - Sub-Regiões Vitivinícolas do Alentejo
IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	TEF - Taxa de Execução Financeira
IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas	UE - União Europeia
IGP - Instituto Geográfico Português	VQPRD - Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Demarcadas

Fonte: Elaboração própria.



INTRODUÇÃO

O PROBLEMA AGROAMBIENTAL

Um problema Agroambiental é sobretudo um conflito provocado por mudanças no ambiente rural, que resultam das mudanças tecnológicas, que por sua vez, resultam das alterações na atividade económica e de políticas aplicadas em determinado país ou região.

O problema Agroambiental é também uma questão económica, que tem efeitos sobre terceiros e uma questão ecológica, tecnológica, política e até mesmo cultural com implicações territoriais.

Foi no sentido de procurar dar resposta a problemas Agroambientais que em 1992 na União Europeia (UE) surgiram as Medidas Agroambientais (MAA) no âmbito do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e das medidas de Política Agrícola Comum (PAC).

A aprovação das MAA teve lugar no Regulamento (CEE) n.º 2078/92. Segundo DGDR (1997), esse regulamento, relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da proteção do ambiente e da preservação do espaço rural, representou um importante passo na caminhada para a (re)conciliação da agricultura comunitária com a conservação e valorização do ambiente e do espaço rural e para a (re)legitimação da PAC perante a opinião pública Europeia e perante os parceiros internacionais da UE.

Por essa via, segundo DGDR (1997), as MAA deixaram de ser um “aspeto menor” e de aplicação facultativa da política agrícola¹, ou um aspeto subordinado da política comunitária de conservação da natureza², para se tornarem num instrumento de aplicação pelos estados membros, na totalidade dos seus territórios e em função das suas necessidades específicas.

A aplicação das MAA em Portugal foi efetuada através do Programa de Desenvolvimento Rural (RURIS), que incluía várias medidas e abrangia todo o território nacional. Estas medidas eram cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia

¹ Cf.: Regulamentos (CEE) 797/85, 1760/87 e 2328/91.

² Cf.: Regulamentos (CEE) 1973/92 e 1404/96.



Agrícola (FEOGA), secção Garantia, que foi decisivo para garantir a suficiência dos meios necessários à sua implementação, sendo também comparticipadas financeiramente por cada estado membro³.

De uma forma simplificada, estas medidas pretendiam motivar os agricultores a utilizar práticas agrícolas mais adequadas à proteção do meio ambiente, nomeadamente no que respeita à correta utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos⁴, bem como à promoção de agricultura biológica. Tudo apontava para que os efeitos ao nível do ambiente destas medidas contribuiriam para a obtenção de produtos de maior qualidade, que cada vez mais, conhecem uma procura crescente, num mercado cada vez mais competitivo.

As MAA procuravam também, apoiar as explorações e os sistemas produtivos nos territórios em que estes aparentavam ser indispensáveis para a manutenção das características paisagísticas e ambientais, que em função da política agrícola comunitária poderiam levar a uma reconversão ou até mesmo abandono, caso não se verificasse qualquer intervenção de apoio ao rendimento dos agricultores desses territórios. Ainda no que respeita à conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, foi também atribuída relevância à manutenção do património florestal⁵, bem como se pretendeu apoiar os agricultores que desempenhavam funções importantes na proteção de ambiente e conservação da paisagem rural, principalmente em zonas mais sensíveis do ponto de vista ambiental. Por fim, procurou-se direcionar esforços para aumentar a informação e formação dos agricultores, no que se refere, à introdução de métodos de produção agrícola e florestal compatíveis com as exigências da proteção do ambiente e dos recursos naturais, da preservação do espaço natural e da paisagem.

Durante a sua aplicação em Portugal, nomeadamente entre os períodos de programação de 1994 a 1999 e de 2000 a 2006, as MAA apresentaram um extraordinário interesse para o território nacional, na dupla vertente da sustentabilidade e da valorização da agricultura e ambiente, não tanto para resolver problemas já existentes, mas sobretudo para prevenir o seu futuro surgimento.

³ Nas medidas de acompanhamento.

⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre Fitofarmacologia, cf.: AMARO (2003).

⁵ Nomeadamente através de ações com objetivos de proteção contra incêndios em povoamentos florestais abandonados e a preservação de maciços de espécies arbóreas e arbustivas integrantes de ecossistemas florestais de interesse biológico elevado.



Procurou-se, deste modo, reforçar uma aliança sólida entre os interesses da agricultura, da sustentabilidade e da qualidade eco ambiental, bem como do desenvolvimento regional e rural, de forma a contribuir simultaneamente para a manutenção da biodiversidade e da paisagem rural. Esse interesse foi ainda reforçado, pelo impacto positivo que as MMA apresentaram na defesa do ambiente, conservação do espaço rural, para a melhoria da qualidade das produções agrícolas e para a manutenção do rendimento dos agricultores.

OBJETIVO

De todas as MAA aplicadas em Portugal, este Estudo incide sobre a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), e sua aplicação e efeitos sobre o setor vitivinícola na região do Alentejo.

Esta medida contribui para a racionalização do uso de produtos fitofarmacêuticos, em clara sintonia com o objetivo de compatibilizar padrões de produção com a proteção do ambiente e recursos naturais. Desta forma, a medida pretende assim, ser uma estratégia de proteção a privilegiar em agricultura sustentável e atendendo à sua relevância para o setor vitivinícola na região do Alentejo e aos seus efeitos na fileira económica do vinho dessa mesma região, este Estudo será desenvolvido sempre na perspetiva do território e das políticas públicas.

Este Estudo está geograficamente circunscrito à na Região do Alentejo, área geográfica equivalente à delimitada institucionalmente pelo antigo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direção Regional de Agricultura do Alentejo (MADRP-DRAAL), entidade que teve a responsabilidade institucional de assegurar, em Portugal, a implementação das MAA⁶.

Para a área delimitada foram considerados, em termos de análise, três períodos distintos numa perspetiva temporal contínua. O primeiro período, compreendido entre os anos de 1996 e 2006, representa o fomento, em Portugal, dos métodos de produção com recurso à

⁶ Esta mesma área é, atualmente, delimitada institucionalmente pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) que vieram substituir a antiga estrutura do MADRP-DRAAL. Para maiores desenvolvimentos, cf.: ponto 3.1 do Capítulo 3 - Contextualização.



Proteção Integrada pela execução da MAA PI. Este período, situa-se entre dois períodos de programação distintos: O Regulamento (CEE) N.º 2078/92 comporta um período de programação das Medidas Agroambientais entre os anos de 1994 a 1999, enquanto que o período de programação referente aos anos de 2000 a 2006 é considerado pelo Programa de Desenvolvimento Rural (RURIS).

O segundo período de análise deste Estudo compreende os anos de 2007 a 2013, e corresponde ao período de programação após finalizado o fomento à MAA PI, analisando a continuidade da aplicação e efeitos desses métodos de produção, após a retirada da MAA PI. Por fim, o período entre 2014-2020 em que se irá procurar apurar as expectativas relativamente à aplicação futura da MAA PI.

Nestes moldes, na ótica vitivinícola da região do Alentejo e sempre na perspetiva do território e das políticas públicas, esta Dissertação tem como objetivo geral avaliar a execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo. Objetivo geral este que é pormenorizado num conjunto de objetivos principais e de objetivos específicos nos seguintes termos:

Objetivos Principais do Estudo:

- 1 - Avaliar se o território⁷ em si mesmo foi considerado na definição dos objetivos da Medida Agroambiental Proteção Integrada, aplicada ao setor vitivinícola.
- 2 - Avaliar se o processo de decisão e execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada, aplicada ao setor vitivinícola, teve em consideração as especificidades de cada território, bem como, o território considerado de forma integrada ao qual estão associados objetivos de desenvolvimento económico, rural e de conservação do ambiente.

Objetivos Específicos do Estudo:

⁷ Entenda-se o termo território também de uma forma integrada, ao qual estão associados objetivos de desenvolvimento económico, rural ou ambiental, definidos numa escala territorial adequada.



3 - Avaliar se por parte dos vitivinicultores do Alentejo existia conhecimento e aplicabilidade dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por parte da Medida Agroambiental Proteção Integrada.

4 - Avaliar a distribuição territorial da aplicação da Medida Agroambiental Proteção Integrada ao setor vitivinícola do Alentejo, bem como o progresso da sua execução, durante os períodos de programação, e identificar os territórios vitivinícolas que mais beneficiaram com esta medida.

5 - Avaliar quais foram os efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada na fileira económica do vinho no Alentejo, nomeadamente ao nível: i) do território; ii) da inovação; iii) dos produtores; iv) do setor vitivinícola; e v) dos mercados.

6 - Avaliar quais foram as principais contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada, para o conjunto de todas as Medidas Agroambientais e para o RURIS.

7 - Identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças da Medida Agroambiental Proteção Integrada, aplicada ao setor vitivinícola do Alentejo.

8 - Avaliar se os métodos de produção com recurso à Proteção Integrada continuam a ser efetivamente aplicados pelos vitivinicultores do Alentejo em 2012/2013, e se os mesmos planeiam a sua utilização no próximo período de programação 2014-2020.

9 - Apurar se faria sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, no novo período de programação compreendido entre 2014-2020.

Com a persecução dos objetivos principais que foram assumidos, pretende-se poder avaliar: até que ponto o território foi considerado na definição dos objetivos e no processo de decisão e execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada aplicada ao setor vitivinícola; se os objetivos da medida, referentes ao setor vitivinícola, foram atingidos no



período estudado; se de facto a medida foi ou não uma boa estratégia de desenvolvimento regional; e principalmente, o modo como o próprio território foi afetado pela medida.

Pretende-se ainda concluir a nível mais específico sobre: se por parte dos vitivinicultores do Alentejo, existia conhecimento e aplicabilidade dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por parte da MAA PI; e se estes métodos continuam a ser efetivamente aplicados no presente e ponderados para o futuro, visto que os mesmos procuram proteger a base de toda uma fileira económica do vinho numa região.

No seguimento do Estudo procurar-se-á ainda avaliar quais as principais contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada, para o conjunto de todas as Medidas Agroambientais e para o RURIS e sobre os seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças quando aplicada ao setor vitivinícola do Alentejo. Ainda de forma específica, é também preocupação deste Estudo compreender e medir a distribuição territorial da aplicação da Medida Agroambiental Proteção Integrada em termos do setor vitivinícola do Alentejo, e identificar quais os territórios vitivinícolas que mais beneficiaram da mesma.

Finalmente procura-se ainda avaliar os vários efeitos da MAA PI, tendo em conta as seguintes dimensões de análise: i) o território; ii) a inovação; iii) os produtores; iv) o setor vitivinícola; v) os mercados.

Mais concretamente, ao nível do território, procurar-se-á analisar os efeitos da medida: i) no emprego; ii) na Superfície Agrícola Utilizada (SAU); iii) no número de produtores vitivinícolas; iv) na atração territorial; v) na evolução da implementação territorial dos vitivinicultores; vi) no investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo; e vi) sobre as parcerias entre os produtores.

No que respeita à análise das dinâmicas de inovação decorrentes da aplicação da MAA PI, serão consideradas na presente investigação, as inovações introduzidas ao nível: i) dos processos de produção dos vinhos; ii) dos vinhos enquanto produtos finais de consumo; iii) da qualidade dos vinhos; iv) do desenvolvimento de atividades associadas ao vinho; v) da implementação de boas práticas vitivinícolas.

Relativamente aos efeitos da MAA PI sobre os produtores, serão tidos em conta os efeitos da medida ao nível de: i) volume de negócio associado às vendas de vinhos; ii) margens de comercialização de vinhos da exploração; iii) custos de produção da exploração;



iv) lucros da exploração; v) contribuição fiscal da exploração; vi) desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo; vii) evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola; viii) incremento da publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo; ix) evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo.

No que se refere ao setor vitivinícola, serão analisados os efeitos da MAA PI: i) no aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo relativamente aos outros setores dessa região; ii) na evolução da produção do setor vitivinícola no Alentejo; iii) na evolução da produção das explorações vitivinícolas; iv) na evolução da qualidade da produção do setor vitivinícola no Alentejo; v) na evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola; vi) na sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo.

No que concerne aos mercados, serão considerados os efeitos da medida quanto à sua capacidade de incutir no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo; e quanto às suas implicações: i) na evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo; ii) no aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo; iii) nas alterações ou criação de rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada; iv) na evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo; v) no crescimento da rede de distribuição de vinhos das explorações; vi) na evolução da comercialização dos vinhos das explorações no mercado regional, nacional e internacional.

Desta forma, este Estudo de avaliação da execução e dos efeitos da MAA PI, pretende ser também um instrumento estratégico de suporte à formulação de políticas, na medida em que fornece elementos e dados que estão a ser publicados e conhecidos pela primeira vez com este Estudo. Neste sentido, esta investigação pode ser uma fonte de informação útil para desencadear novas visões de desenvolvimento ao nível da aplicação da medida ao setor vitivinícola. Esta investigação, pretende ainda contribuir para promover uma reflexão sobre se fará ou não sentido, incluir no período de programação 2014-2020, medidas que fomentem o apoio aos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada. Este Estudo pretende ainda



assumir-se como uma ferramenta útil para uma nova cultura de gestão desta medida, para direcionar os seus resultados para o território, e contribuir para ajudar a definir os futuros objetivos e estratégias a aplicar ao setor vitivinícola do Alentejo.

Com este Estudo, pretende-se ainda constituir uma base de dados e uma abordagem metodológica para trabalhos futuros neste domínio, que se julga com utilidade para as instituições intervenientes na aplicação de instrumentos de política pública desta natureza. Tanto mais que, foi possível concluir que até à realização deste Estudo, não eram conhecidos os dados e efeitos aqui analisados, nem antes, tão quanto foi possível apurar, tinha sido desenvolvida uma avaliação desta natureza, sobre a MAA PI.

ESTRUTURA

No que respeita à estrutura da Dissertação, esta inicia-se com uma introdução a que seguem oito Capítulos principais e finaliza com conclusões e sugestões.

Inicialmente, procura-se apresentar a questão Agroambiental, nomeadamente no que respeita aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da proteção do ambiente e com a preservação do espaço rural, procurando-se desta forma enquadrar a relevância e objetivos deste Estudo.

No primeiro Capítulo é apresentada toda a estrutura e encadeamento metodológico da investigação.

O segundo Capítulo é dedicado à apresentação da fundamentação teórica que está na base de toda a investigação. Esta base assenta na avaliação de políticas públicas e é complementada pelos principais instrumentos de avaliação de políticas públicas, definidos principalmente pela Comissão Europeia.

No terceiro Capítulo procura-se contextualizar o Estudo. O Capítulo inicia-se com uma delimitação e caracterização do território em análise, seguindo-se um diagnóstico sobre o setor vitivinícola e sobre a fileira económica do vinho no Alentejo, e finaliza com o enquadramento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada (PI) e à promoção dos mesmos por via das Medidas Agroambientais.

No Capítulo quatro, pretende-se caracterizar a Medida Agroambiental Proteção Integrada. Para tal, procura-se fazer um exercício de aproximação da estratégia global para o



programa, passando pela intervenção relacionada com as Medidas Agroambientais e finalizando na medida PI.

O quinto Capítulo é dedicado à avaliação da execução física e financeira da medida, tendo para tal, se optado por fazer a sua georreferenciação e cruzar os dados e indicadores territoriais, bem como a sua evolução, a fim de melhor avaliar os resultados.

No sexto Capítulo é efetuada uma Análise Global de Efeitos (AGE) da medida, procurando assim apurar os efeitos da medida, para o que se considera serem as principais dimensões de análise, no que respeita à fileira económica do vinho na região do Alentejo nomeadamente, ao nível: i) do território; ii) da inovação; iii) dos produtores; iv) do setor vitivinícola; v) dos mercados.

A avaliação global da aplicação da MAA PI terá lugar no sétimo Capítulo, sendo também beneficiada pelas análises efetuadas nos pontos anteriores. É apresentada uma avaliação global da intervenção partindo da medida até à sua contribuição para o contexto global da política. São adicionalmente elaboradas referências para a eficácia e eficiência da medida e uma análise SWOT tendo esta por base, entrevistas a especialistas, técnicos e beneficiários.

Antes de concluir, no Capítulo oitavo, será ainda efetuada uma análise prospetiva que incidirá principalmente sobre a análise da necessidade de continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada. Este Capítulo finaliza com uma reflexão com especialistas sobre, se faria ou não sentido, a aplicação no futuro de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção com recurso à Proteção Integrada (PI), no novo período de programação compreendido entre 2014-2020.

Finalmente, serão agrupadas, num ponto autónomo, as conclusões e as sugestões finais decorrentes da investigação realizada.





CAPÍTULO 1

METODOLOGIA





CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

Os subpontos que se seguem definem as orientações da investigação, descrevendo os procedimentos que conduziram à recolha dos dados e dos indicadores territoriais, à elaboração do inquérito por questionário e do guião das entrevistas. Será ainda apresentado um conjunto de considerações sobre as análises efetuadas e sobre a forma como a informação foi obtida.

1.1 - ENCADEAMENTO METODOLÓGICO

O presente Estudo incide sobre a avaliação económica da execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo. Optou-se por englobar três períodos distintos numa perspetiva cronológica contínua.

O primeiro período, compreendido entre os anos de 1996 e 2006, representa o período de sensibilização para os métodos de produção com recurso à Proteção Integrada em Portugal pela execução da MAA PI.

O segundo período compreende os anos de 2007-2013, sendo o período em que, após finalizado o fomento desses métodos pela MAA PI, se pretende avaliar a continuidade da aplicação e efeitos desses mesmos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada após retirada da medida.

Por fim, relativamente ao período entre 2014-2020 pretende-se apurar as intenções de aplicação futura das práticas de Proteção Integrada por parte dos produtores e por parte dos decisores. Desta forma, procura-se assegurar que a investigação realizada tenha uma abordagem sobre o passado, o presente e o futuro relativamente à MAA PI. Para efeitos de avaliação da MAA PI, e com a preocupação de garantir a prossecução dos objetivos principais e secundários propostos, foi necessário estruturar e encadear a investigação de forma a conseguir desenvolver: i) uma avaliação da execução física e financeira da medida; ii) uma Análise Global de Efeitos (AGE); iii) uma avaliação global da intervenção e iv) uma análise prospetiva.

Para melhor operacionalizar todo o trabalho de avaliação desenvolvido, foram utilizados vários instrumentos de avaliação de políticas públicas, visando obter a melhor informação possível. A aplicabilidade e a adaptabilidade dos instrumentos utilizados neste



Estudo foram, de acordo com a fase de evolução do mesmo e em virtude das respetivas necessidades, utilizados tendo em conta os critérios de MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009) disponibilizados pela COMISSÃO EUROPEIA, e em estreita articulação com o enquadramento teórico relacionado com avaliação de políticas públicas.

Após a seleção dos instrumentos, de avaliação de políticas públicas⁸, mais adequados para desenvolvimento deste Estudo, foi necessário operacionalizar as condições necessárias para a utilização dos mesmos. Neste sentido, para realização deste Estudo, foi crucial criar uma base de dados abrangente que possibilitasse quando finalizada, contribuir para dar resposta aos objetivos em análise e para permitir a leitura da realidade de aplicação desta medida nos três períodos temporais definidos.

Conhecidas as vantagens e os inconvenientes dos diversos métodos de recolha de informação, e ponderadas as dificuldades de aplicação aos territórios vitivinícolas do Alentejo e à população que se pretende estudar de cada um dos métodos, optou-se por aplicar estas três formas de recolha de informação, nomeadamente: i) utilização de informação proveniente de fontes diversas com dados e indicadores territoriais e setoriais necessários ao Estudo; ii) inquérito por questionário aos beneficiários; iii) entrevistas com guia a técnicos, beneficiários e especialistas, no sentido de possibilitar uma análise e a apresentação de resultados por via dos instrumentos de avaliação de políticas públicas selecionados e dar resposta aos objetivos pretendidos.

Dadas as três diferentes tipologias de recolha de dados, foi necessário em consequência, a construção de três bases de dados distintas embora complementares. A primeira base de dados, foi construída para reunir dados provenientes de fontes diversas que contemplassem dados e indicadores territoriais e setoriais necessários ao Estudo. A segunda base de dados comporta dados provenientes de um inquérito por questionário, criado e realizado exclusivamente para este Estudo. A terceira base de dados, de carácter mais qualitativo, reúne e agrega as informações das entrevistas com guia efetuadas a técnicos beneficiários e especialistas. Só conjugando e utilizando estas três tipologias de bases de dados é que se estaria em condições de dar resposta ao pretendido.

⁸ Essa seleção será desenvolvida em pormenor no ponto 2.4 do Capítulo 2-Enquadramento Teórico.



Para cada uma das bases de dados foram ministradas diferentes abordagens. Numa primeira fase, para a primeira base de dados, dada a complexa exigência de especificidade dos dados referentes à medida em estudo aplicada ao setor vitivinícola e delimitada à região do Alentejo, foi necessário, antes de mais, definir e localizar as fontes de dados.

Para tal, numa fase inicial foi fundamental apurar quais os indicadores necessários a este tipo de avaliação e quais os existentes ou os que fossem possíveis de aplicar ou adaptar, aferindo seguidamente sobre a sua qualidade e disponibilidade dos mesmos.

Numa segunda fase, uma vez que a avaliação da MAA PI requeria ainda o conhecimento de efeitos referentes à medida em estudo na fileira económica do vinho delimitada à região do Alentejo, implicou a criação de um sistema de recolha e análise de informação primária bem adaptado ao ambiente vitivinícola que se pretende avaliar. A obtenção destas informações visou conhecer não só os efeitos e contribuições da MAA PI para a referida fileira económica do vinho no Alentejo, mas também as motivações, as expectativas e as atitudes perante a MAA PI, dos produtores enquanto utilizadores dos territórios vitivinícolas e beneficiários da medida, a fim de se poder determinar o modo mais eficaz de aplicação dos instrumentos de avaliação de políticas públicas em estudo, selecionados pelo seu elevado potencial de aplicabilidade e adaptabilidade.

De acordo com EVALSED (2009) recorrer ao inquérito consiste numa das formas mais adequadas para reunir informação primária, quando se deseja identificar efeitos de uma política pública nos beneficiários, bem como atitudes, preferências e outras características do comportamento de utilização dos mesmos.

A partir dos objetivos principais e específicos definidos para a investigação, entendeu-se ser necessário recolher informação primária que permitisse esclarecer diversos aspetos determinantes dos efeitos da MAA PI, nomeadamente ao nível: i) da política pública; ii) do território; iii) da inovação; iv) dos produtores; v) do setor vitivinícola; vi) dos mercados.

Neste sentido, nesta fase, a fim de obter a informação primária necessária procedeu-se à realização de inquéritos, suportados por questionários estruturados seguindo a metodologia de EVALSED (2009), de modo a atingir os objetivos definidos anteriormente.

Numa terceira fase, principalmente devido à necessidade de se poder dispor de informação qualitativa, surgiu a necessidade de realização de entrevistas individuais com guião. Estas entrevistas foram conduzidas numa fase inicial da investigação aos técnicos,



numa fase intermédia aos beneficiários e numa fase final da investigação foram ainda promovidas entrevistas a especialistas.

1.2 - OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

1.2.1 - Construção da base de dados e indicadores

O apoio bibliográfico analisado, alicerçado na experiência dos técnicos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Direção Regional de Agricultura do Alentejo (MADRP-DRAAL) e da Associação Técnica de Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA), que generosamente auxiliaram nesta tarefa, foi um passo fundamental para iniciar a construção da base de dados desta avaliação.

Os dados deste Estudo foram provenientes de fontes distintas, tais como, a Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), entre outros, que só no seu conjunto possibilitaram criar uma plataforma de trabalho adaptada às necessidades de avaliação deste Estudo.

As constantes mudanças verificadas no circuito de funcionamento, nomeadamente as transferências para diferentes bases de dados registadas nos serviços responsáveis pela aplicação e gestão da medida, contribuíram para que a obtenção de informação consolidada sobre a evolução da sua aplicação no período pretendido, fosse bastante complicada e morosa.

Após apurados quais os dados e indicadores necessários a este tipo de avaliação, foi seguidamente aferido sobre a sua qualidade e disponibilidade. A identificação e avaliação da qualidade dos indicadores para este Estudo seguiram os critérios que constam em MEANS (1999) fornecidos pela COMISSÃO EUROPEIA. Nesta fase ficou apurado que seriam necessários dados agregados de várias fontes, mas a investigação ficaria também dependente da obtenção de indicadores desagregados, que contemplassem a medida pretendida, confinada apenas ao setor vitivinícola e desagregados de forma a possibilitarem observar cada território



“à lupa”⁹, a fim de estudar as implicações territoriais da medida. Era também importante contemplar um período temporal com início em 1996, pelo que ainda seria mais complexa a obtenção dos dados.

Se os dados, com um grau de agregação relevante, se poderiam encontrar numa escassa informação publicada ou mesmo acedendo às bases de dados das instituições que os comportam, para o nível de desagregação desejado nesta avaliação o resultado já não era tão direto. Os dados encontrados que satisfizeram as necessidades da investigação, tinham apenas em vista o controle e fiscalização da medida e não foram recolhidos ou tratados com outro objetivo, muito menos o de serem direcionados para dar resposta ao tipo de indicadores territoriais pretendidos. A verdade é que o poderiam fazer após tratamento adequado, uma vez que não existia nenhuma plataforma de dados definida. Desta forma, após solicitação às estruturas dirigentes das várias instituições e entidades envolvidas na implementação e ou gestão da medida, foi então possível autorização para ter acesso aos dados e para constituir uma base de dados, que pudesse dar resposta ao problema de investigação e que pudesse ser tornada pública neste Estudo¹⁰.

A informação encontrava-se em bases de dados comportando informação Agroambiental, das quais foi necessário extrair a MAA PI. Para os anos de 1996 a 1999, no âmbito de regulamento (CEE) nº 2078/92, foi mesmo necessário recorrer a dados ainda em suporte processual de papel, contemplando estes a informação ao nível de cada candidatura, e, uma a uma, selecionar manualmente o enquadramento ou não, de acordo com as necessidades específicas de informação. Para os anos posteriores, embora a informação já se encontrasse numa plataforma informática exequível teve de se efetuar o mesmo procedimento.

Após selecionada a informação de base, esta foi estruturada e tratada em bases de dados em formato *EXCEL*, com diferentes níveis de desagregação e agregação consoante as necessidades.

Quando finalizada, esta base de dados permite não só dar resposta às questões sobre as quais se pretende analisar, mas também disponibilizar dados que possam ser utilizados em futuras investigações nesta linha.

⁹ Numa amplitude de distritos e concelhos.

¹⁰ Com a condição de, em nenhum caso, referir os nomes dos beneficiários.



1.2.2 - Elaboração e aplicação do inquérito por questionário

A não existência de dados, que pudessem suportar a Análise Global de Efeitos (AGE) pretendida, levou à necessidade de serem efetuados inquéritos por questionário. Esses inquéritos¹¹ foram elaborados especificamente para este Estudo, e mais uma vez, no sentido de dar resposta aos objetivos pretendidos.

Para VICENTE, REIS e FERRÃO (1996), são frequentemente utilizados com sucesso nos estudos por sondagem, para recolha de dados, a entrevista pessoal, a entrevista telefónica e o inquérito postal embora cada um apresente vantagens e desvantagens.

A introdução dos questionários foi apresentada aos beneficiários da MAA PI da seguinte forma:

i) a população-alvo do inquérito foi constituída por todos os produtores vitivinícolas do Alentejo certificados pela Comissão Vitivinícola da Região Alentejana (CVRA). Procurou-se assim evitar possíveis enviesamentos, provocados, por exemplo, por uma eventual seleção dos inquiridos pelo avaliador, escolhendo apenas aqueles que se mostrassem mais acessíveis ou que mais facilmente se disponibilizassem a cooperar. Para identificação dos mesmos foi necessário recorrer à base de dados da CVRA. Essa base de dados contempla todos os produtores vitivinícolas ativos no Alentejo reportada a Janeiro de 2012.

ii) conhecidas as vantagens e inconvenientes da aplicação de inquéritos por questionário, via postal, via correio eletrónico e via telefónica, seria necessário obviar a uma possível baixa taxa de respostas, tornando o inquérito por questionário mais interativo e apelativo. Nessa linha de pensamento, e também face ao elevado número de potenciais beneficiários a inquirir e a suas diferentes localizações geográficas, definiu-se que se iria criar e disponibilizar uma versão do inquérito por questionário alojada numa plataforma na Internet com acesso direto por via de uma hiperligação¹². O inquérito aplicado pode ser consultado no Anexo 23. A realização dos inquéritos ocorreu nos meses de Janeiro de 2012 a Abril de 2013, e o mesmo esteve sempre disponível *on-line* a qualquer hora do dia ou da noite para todos os beneficiários, e foi aplicado de acordo com os seguintes procedimentos:

¹¹ Para conhecer o inquérito modelo, cf.: Anexo 23.

¹² O inquérito foi produzido unicamente para este Estudo e ficou alojado na plataforma “<https://www.survs.com>” e acedido por via da hiperligação “<https://www.survs.com/survey/LAAV4FTXYB>”.



i) inicialmente foi endereçado para cada um dos produtores um correio eletrónico a solicitar a sua colaboração, a explicar os objetivos e a ceder as palavras passe, para os mesmos poderem aceder à referida plataforma na Internet com o inquérito por questionário;

ii) esse correio eletrónico era seguido por contacto telefónico no sentido de motivar a resposta;

iii) sempre que possível, o apelo à colaboração, era ainda reforçado por via de contacto pessoal, nomeadamente por ocasião da aplicação de algumas entrevistas também de suporte a outro instrumento deste Estudo, mas também por via de participação em eventos, encontros, feiras¹³ que comportassem produtores vitivinícolas, onde o facto de poder contactar pessoalmente com os beneficiários, mais facilmente possibilitou mobilizar respostas aos questionários.

Tudo aponta para que a natureza deste Estudo, com as limitações de custo inerentes, e o período limitado em que decorreram os inquéritos, não ter afetado, a credibilidade dos resultados obtidos. O inquérito aos beneficiários da MAA PI foi estruturado organizando as questões em dimensões de análise, a saber: i) a política pública; ii) o território; iii) a inovação; iv) os produtores; v) o setor vitivinícola; vi) os mercados.

Dentro destas dimensões de análise, importava apurar, várias questões específicas ao nível das várias contribuições a MAA PI. Para tal, foram criados indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários, de acordo com as necessidades deste Estudo e que podem ser consultados, em detalhe, no ponto 1.2.4.4 deste Capítulo.

Pretendeu-se adicionalmente, que o inquérito por questionário fosse abrangente também em termos de variáveis e indicadores, nomeadamente no sentido de permitir recolher informações dos beneficiários sobre a perspetiva no futuro de uma possível “reativação da medida” no período de programação compreendido entre 2014-2020.

Desta forma, e com base na informação que se pretendia apurar resultante das necessidades deste Estudo, da revisão da literatura e da interação com os beneficiários e técnicos MADRP-DRAAL, foi elaborada uma primeira versão do inquérito por questionário aos beneficiários.

¹³ Exemplo: Ovibeja, Feira de Borba.



No sentido de poderem ser tomadas algumas precauções, no que se refere à elaboração e à aplicação do questionário, foi inicialmente efetuado um pré-teste¹⁴ ao mesmo, sendo que a primeira versão do questionário dirigido aos beneficiários da medida mostrou-se demasiado extensa.

O pré-teste ao inquérito por questionário aplicado aos beneficiários, foi realizado junto de oito respondentes, com o objetivo de avaliar a necessidade de reformulação e reordenamento de algumas questões.

Procurou-se que as questões do inquérito por questionário fossem, dentro do possível, curtas, sequenciais e sempre devidamente contextualizadas. Procurou-se também, que as questões de resposta mais direta, fossem as primeiras, a fim do inquirido não perder o interesse em responder e determinar a condução do questionário.

O inquérito por questionário foi composto por questões fechadas (uma vez que as modalidades de resposta eram impostas) e pré formatadas. Desta forma, os vitivinicultores inquiridos ficavam limitados, a responder somente àquilo que lhes era apresentado como modalidades de resposta. As questões apresentadas foram de resposta única, uma vez que o inquirido apenas podia escolher uma modalidade de resposta, estando a plataforma informática programada nesse sentido.

Uma vez que o inquérito por questionário continha perguntas fechadas, foi necessário escolher sempre um conjunto de alternativas para cada questão, utilizando escalas tipo Likert.

Segundo CUNHA (2007:24), “uma escala tipo Likert é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5, 7 ou 11). Mede-se a atitude do sujeito somando, ou calculando a média, do nível selecionado para cada Item”¹⁵. Segundo, Likert¹⁶(1934), a partir de CUNHA (2007:25), “é apresentado um método simples de atribuir scores em Escalas de Atitude de

¹⁴ Segundo POCINHO (2009:10), “deve-se testar sempre o questionário enquanto o método de recolha de dados, numa amostra semelhante à que vamos utilizar mas em tamanho reduzido. Isto quase sempre resulta em melhoria do instrumento e pode revelar outros problemas que seriam sérios de ultrapassar de outra forma”.

¹⁵ Segundo CUNHA (2007), inicialmente Likert propôs um método de cálculo do resultado final através de uma média ponderada das respostas dadas, atribuindo em cada item um peso a cada nível de concordância expresso pelo sujeito.

¹⁶ LIKERT, R., ROSLOW, S. e MURPHY, G., (1993), “A simple and reliable method of scoring the Thurstone attitude scales”, *Personnel Psychology*, 46, 689-690. (Original publicado em 1934).



Thurstone, que não envolve o uso de um grupo de juízes e ainda se baseia em várias amostras para ser consistentemente mais fidedigno do que o método original.”

No pré-teste pretendeu-se obter igualmente informação sobre a natureza das questões e a formalização da sua exposição, de modo a evitar más interpretações, quer por ambiguidade do seu sentido, quer por uma inadequada ou difícil construção frásica, por exemplo. O pré-teste forneceu ainda informações sobre a extensão do questionário, sobre os quadros ou questões que exigiam um esforço de memória¹⁷, ou se eventualmente se estavam a utilizar conjuntos insuficientes, ou porventura menos adequados, de opções de resposta. Foi pedido aos respondentes que neste pré-teste mencionassem todas as eventuais dúvidas, expressões ambíguas, questões ou aspetos mal compreendidos, de forma a minorar as dificuldades de aplicação do questionário final. Foram feitos alguns ajustamentos, nomeadamente a eliminação de algumas questões, a ordenação por dimensões de análise¹⁸ e a apresentação de todas as diferentes opções de resposta sempre dentro da mesma escala tipo Likert de 5 pontos¹⁹.

No pré-teste optou-se por utilizar uma escala tipo Likert de 5 pontos uma vez que, segundo CUNHA (2007:26), “Likert preconizava uma escala de 5 pontos”. No entanto, apesar de Likert preconizar uma escala de 5 pontos, atualmente, na mais diversa bibliografia²⁰ preconiza-se a utilização de escalas de 3, 4, 7 ou 11 pontos, alegando a falta de poder discriminatório de cada sujeito quando a escala tem muitas possibilidades de resposta, ou inversamente, alegando que só com muitos pontos, a escala se assemelha ao continuum da nossa opinião, ou traduzindo os resultados de diversas experiências que demonstram que há tendência para se responder na classe central devendo por isso evitá-la. Esta discussão poderá ser aprofundada em VASCONCELOS, ARAUJO, ANDRADE, ALEXANDRE, BATISTA, (2003).

Tendo em conta esses debates, apesar de, como referido, se ter optado por uma escala de 5 pontos no pré-teste, para validar a escala optou-se por utilizar o pré-teste para

¹⁷ Uma vez que também reportavam a informação passada e por vezes com critério de diferenciação anual.

¹⁸ A saber: i) a política pública; ii) o território; iii) a inovação; iv) os produtores; v) o setor vitivinícola; vi) os mercados).

¹⁹ Onde a classificação poderia variar entre 1 (pior) e 5 (melhor) e de forma a possibilitar ajustar os adjetivos afetos a cada classificação ao objetivo específico de cada questão.

²⁰ Ex.: VASCONCELOS, ARAUJO, ANDRADE, ALEXANDRE, BATISTA, (2003).



adicionalmente pedir aos beneficiários que manifestem o seu grau de concordância com cada uma das questões numa escala de 3, 4, 5, 7 ou 11. A escala escolhida foi a de 5 pontos.

Opou-se por utilizar sempre o mesmo tipo de escala em todo o questionário. Esta opção tinha como objetivo, poder efetuar algumas comparações entre as várias dimensões de análise em sintonia com a Análise Global de Efeitos (AGE) pretendida.

Em resultado do pré-teste, foi ainda eliminada uma secção inicial apenas de carácter de recolha de informação adicional constituída por questões que pudessem vir a ser utilizadas para uma caracterização geral dos produtores, com vista a uma potencial segmentação ou diferenciação dos produtores visando análises futuras (exemplo: forma jurídica, estrutura empresarial, volume de faturação, lucros, contribuições tributárias, dimensão da exploração, custos com trabalhadores). Tal opção deveu-se ao facto de, no pré-teste terem sido questões, às quais a totalidade dos inquiridos mostrou forte resistência e até recusa em responder, comprometendo mesmo a motivação dos mesmos para a conclusão do inquérito. Ainda se procurou a potencial opção, de apenas introduzir essa secção no final do questionário, também sem sucesso. Uma vez que realmente não eram dados essenciais para atingir os objetivos de avaliação deste Estudo e se verificou poderem vir a comprometer seriamente a recolha de informação, optou-se por retirá-los.

Apesar do pré-teste ter permitido diminuir o número de questões apresentadas aos beneficiários, o questionário teria forçosamente de ser extenso a fim de poder atingir o vasto leque de efeitos em Estudo. Pesa no entanto, que se procurou encontrar uma forma dos beneficiários poderem mas facilmente e rapidamente responder. Para tal, optou-se pela criação da já referida versão *on-line* mais apelativa e convidativa, sendo o tempo médio de resposta, na ordem dos 31 minutos para as respostas validadas. Segundo FERREIRA e CAMPOS (2001:9) “Um questionário composto, na sua maioria, por questões fechadas, não deve ultrapassar os 45 minutos quando a sua aplicação é feita em boas condições, ou seja, em casa do inquirido ou num lugar tranquilo (Ghiglione e Matalon, 1992²¹ a partir de FERREIRA e CAMPOS (2001:9)). Ultrapassando esse limite, o interesse perde-se, o que se nota através de sinais como a rapidez das respostas indicando pouca reflexão sobre as mesmas”.

²¹ GHIGLIONE, R. e MATALON, B., (1992), O Inquérito, Teoria e Prática, Oeiras, Celta Editora.



Após as revisões originadas pelo pré-teste, considerou-se que o inquérito por questionário²² estava em condições de ser aplicado eficazmente na recolha de informação.

O inquérito por questionário foi procedido de uma prévia introdução e explicação dos seus objetivos, tendo o seu seguimento, tal como já referido, sido reforçado com apoio telefónico ou até presencial, sempre necessário para prestar alguma informação complementar ao fornecimento do inquérito.

As vantagens deste método de recolha de informação determinaram a sua escolha, apesar de ser bastante oneroso.

Na verdade, a possibilidade do inquérito poder estar disponível para todos os inquiridos de uma forma amigável, permite obter uma taxa mais elevada de respostas completas.

No seguimento telefónico e por vezes presencial, o avaliador pode explicar ao inquirido o que lhe é pedido, conseguindo igualmente, através do contacto pessoal, demover a falta de interesse ou mesmo a desistência. Exige, no entanto, um maior acompanhamento do processo de recolha de informação, com uma duração mais elevada do trabalho de campo e uma maior disponibilidade do avaliador.

Foi decidido que, se o inquirido acesse a responder, o inquérito por questionário seria autoadministrado, ou seja, efetuado pelo próprio inquirido na plataforma. O inquérito foi repartido por várias páginas de acordo com as temáticas e dimensões de análise referidas, sendo programado para não possibilitar responder a mais do que uma opção por questão, e de não possibilitar avançar para o grupo seguinte, sem se ter respondido a todas as questões do grupo anterior. Desta forma, foi possível de evitar a possibilidade de registos diversos por questão, ou de “saltar” questões, por parte dos inquiridos. Em resultado, foi evitada uma possível interpretação diversa de questões aquando do tratamento de dados, minimizando possíveis influências sentidas pelos inquiridos nas respostas às diversas questões.

Por questões de segurança, foi cedido a cada produtor um código de acesso à plataforma do inquérito, a fim de que, somente os produtores pudessem efetivamente responder, evitando assim, que pelo facto da plataforma estar *on-line*, a mesma não tivesse acesso livre e não pudesse ser acedida ou respondida por outros indivíduos fora da população-alvo, enviesando os resultados.

²² Cf.: Anexo 23.



Foi também explicado a cada inquirido qual o objetivo da recolha de informação, assumindo-se a confidencialidade dos dados.

Apesar do desenrolar do inquérito ter decorrido num período de tempo compreendido entre Janeiro de 2012 e Abril 2013, de ser seguido de acompanhamento via correio eletrónico, de contactos telefónicos e presenciais e beneficiando da facilidade de uma plataforma *on-line* de suporte para a melhor gestão das respostas, foi bastante complicado e moroso conseguir uma taxa de respostas muito elevada. Antes de iniciar o processo de apuramento dos resultados da investigação, os questionários recolhidos foram criteriosamente verificados para se detetarem aqueles que não poderiam ser validados²³ e, conseqüentemente, apresentados para tratamento²⁴. As constantes necessidades de apelo ao preenchimento dos inquéritos e de acompanhamento, contribuíram para que a obtenção desta informação consolidada com vista a responder aos objetivos traçados e no período pretendido, fosse bastante difícil e demorada.

As respostas aos inquéritos por questionário foram recolhidas e desenhada uma base de dados concebida especificamente para armazenar estes dados. Essa base de dados foi estruturada e tratada em bases de dados em formato *EXCEL*, com diferentes níveis de desagregação e agregação consoante as necessidades. Na sequência foi também criada uma plataforma de *out-put*, de acordo com as necessidades e objetivos do Estudo, tendo a mesma, sido criada apenas para este efeito.

Essa plataforma tinha como objetivo processar e apresentar os dados, de modo a que, facilmente pudessem ser analisados pelo avaliador e leitor. Essa plataforma de *out-put* pode ser consultada no Anexo 24.

Os resultados desse *out-put* são descritos em tabelas de frequência, com indicação das categorias de cada variável e as respetivas frequências relativas e absolutas, e posteriormente, a sua expressão através da representação em gráficos.

Para melhor representar a forma como os dados se distribuem por o conjunto das diferentes dimensões de análise, foram elaboradas tabelas de frequência e gráficos de vários tipos.

²³ Dos 92 questionários respondidos, 24 estavam incompletos, não tendo os inquiridos terminado o questionário e por isso não foram considerados. No final validaram-se os dados de 65 inquéritos completos.

²⁴ As respostas ao inquérito por questionário foram também codificadas, ou seja, foram associados números a cada resposta, para que estas pudessem ser, mais facilmente, analisadas posteriormente.

A análise da informação recolhida no inquérito pressupõe, numa primeira etapa, uma análise questão a questão, utilizando métodos clássicos descritivos, determinando-se normalmente as frequências absolutas e relativas de cada variável envolvida, sempre tendo em atenção os aspetos que se pretendem alcançar, com as questões aplicadas e convenientemente dirigidas aos objetivos de investigação propostos²⁵.

1.2.2.1 - População-alvo

FERREIRA e CAMPOS (2001:17) definem por “população-alvo a totalidade dos elementos sobre os quais incide a análise e dos quais se pretende obter informação”.

A população-alvo do inquérito foi constituída por todos os produtores vitivinícolas do Alentejo certificados pela Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA). Para identificação dos mesmos, optou-se por recorrer à base de dados da respetiva CVRA. Essa base de dados contempla os produtores vitivinícolas certificados ativos no Alentejo, reportada a Janeiro de 2012 (CVRA 2012) com um total de 229 vitivinicultores.

1.2.2.2 - Plano de amostragem

Seguindo de perto POCINHO (2009), existem dois tipos de amostragem: i) probabilística ou aleatória; e ii) não-probabilística ou não aleatória. No primeiro tipo, as amostras são obtidas de forma aleatória, isto é, garantindo-se que todo e qualquer elemento da população tem igual probabilidade de ser escolhido para a amostra. O princípio da aleatoriedade exige que, no momento de seleção da amostra, se considere toda a população a inquirir, isto é, que esta seja conhecida, sendo imprescindível dispor de uma base de amostragem. Para POCINHO (2009:14), “A amostragem é probabilística quando cada elemento na população tem a mesma probabilidade conhecida e diferente de zero de pertencer à amostra. Permite generalizações para a totalidade da população.”

Ainda seguindo POCINHO (2009), no tipo de amostragem não-aleatória, a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes elementos, podendo ser, ou não, representativa da população em estudo.

²⁵ A análise de variáveis, de acordo com MAROCO (2003), passa normalmente pelo estudo das proporções de cada uma das realizações ou classes da variável.



Todos os vitivinicultores certificados pela CVRA e constantes na sua base de dados foram contactados e convidados a colaborar com o inquérito por questionário, tendo sido dada, desta forma, a mesma probabilidade a todos os vitivinicultores de pertencerem à amostra deste Estudo. Assim sendo, a amostra utilizada neste Estudo, é uma amostra probabilística, uma vez que cada elemento da população-alvo selecionada, teve a mesma probabilidade de pertencer à amostra.

Não sendo conhecidos estudos semelhantes que pudessem permitir tirar indicações sobre a dimensão da amostra a utilizar, optou-se por procurar dimensionar a amostra tão grande quanto possível, dentro dos limites dos recursos disponíveis, contactando para tal todos os 229 vitivinicultores.

O Quadro 2 resume a ficha técnica de amostragem deste Estudo, relativa ao inquérito por questionário aplicado.

Quadro 2 - Ficha técnica de amostragem

Universo ou população-alvo	229 Produtores de Vinhos do Alentejo certificados pela Comissão Vitivinícola da Região Alentejana (CVRA). Toda a população-alvo foi contactada para responder ao inquérito.
Fonte	CVRA ano de 2012
Locais de inquérito	Região do Alentejo
Total de respostas	96 Inquéritos
Dimensão da amostra	65 Inquéritos validados que representam 28,38% da população-alvo.
Tipo de amostragem	Probabilística
Medidas de controlo	Pré-teste com aplicação prévia de 8 questionários
Data do trabalho de campo	De Janeiro de 2012 e Abril 2013

Fonte: Elaboração própria

1.2.2.3 - Caracterização da amostra de vitivinicultores do Alentejo

Tal como já referido no ponto 1.2.2 deste Capítulo, no inquérito por questionário, além da informação associada diretamente aos objetivos deste Estudo, procurou-se também, criar condições para a recolha de informação adicional, constituída por questões que pudessem vir a ser utilizadas, para uma caracterização mais profunda dos produtores, e também com vista a



uma potencial segmentação ou diferenciação dos mesmos, perspetivando facilitar informação para análises futuras²⁶.

No entanto, uma vez que no pré-teste, a totalidade dos inquiridos mostrou forte resistência e até recusa em responder, comprometendo seriamente a recolha de informação, optou-se pela sua eliminação, visto que, efetivamente, não eram dados essenciais para atingir os objetivos deste Estudo.

Assim sendo, para uma melhor caracterização da amostra de vitivinicultores, recorreu-se à análise descritiva da mesma.

Dessa forma, para serem desenvolvidos os objetivos deste Estudo, existiam duas características fundamentais em que os vitivinicultores, incluídos na amostra, teriam de mostrar homogeneidade, nomeadamente: i) no facto da sua produção de vinhos ser na região do Alentejo²⁷; e ii) no facto de serem produtores certificados pela CVRA. Esta última característica, por si só, já é portadora de um vasto conjunto de semelhanças que os vitivinicultores têm, obrigatoriamente de apresentar para serem certificados.

Segundo CVRA²⁸, para que os produtores da região Alentejo possam obter certificação e utilizar a Denominação de Origem (DOC Alentejo) ou a Indicação Geográfica (Regional Alentejano), têm que proceder à certificação de produtos vínicos na CVRA, podendo fazê-lo nas seguintes categorias de produto: i) vinho branco, tinto, e rosado ou rosé; ii) vinho licoroso; iii) vinho espumante de qualidade branco, tinto, e rosado ou rosé; aguardente; iv) bagaceira; v) aguardente vínica.

O processo de certificação efetuado pela CVRA obedece a um esquema de certificação de acordo com o *Guide I.S.O IEC_Guide 67_2004*²⁹, que estabelece o cumprimento das seguintes etapas para todos os vinhos certificados da região: i) cadastro das vinhas³⁰; ii) análise físico-química e sensorial³¹; ii) rotulagem³².

²⁶ Ex.: forma jurídica, estrutura empresarial, volume de faturação, lucros, contribuições tributárias, dimensão da exploração, custos com trabalhadores.

²⁷ A nível individual ou coletivo.

²⁸ Disponível em: “http://www.vinhosdoalentejo.pt/detalhe_conteudo.php?id=96”.

²⁹ Disponível em: “http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=30258”.

³⁰ Segundo CVRA, o cadastro das vinhas “inclui a georreferenciação da parcela da vinha, o número de pés de vinha e as castas constantes dessa mesma parcela. Com esta verificação técnica *in loco* é elaborado um registo informático”. Disponível em: “http://www.vinhosdoalentejo.pt/detalhe_conteudo.php?id=96”.

³¹ Segundo CVRA, “logo que o vinho se encontra finalizado e o produtor constitui os lotes, cada lote é objeto de uma avaliação físico-química e sensorial. Trata-se de um processo de análises físico-químicas efetuadas a 6 parâmetros que atestam características importantes dos vinhos (o Título Alcoométrico Volúmico Adquirido a 20

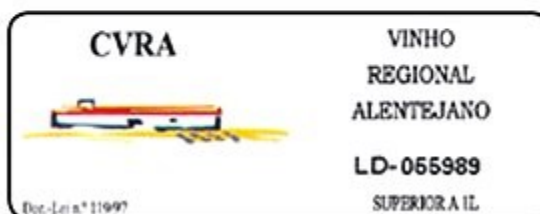
Após seguirem todos os procedimentos associados a cada etapa e cumprir as legislações e regulamentos definidos e monitorizados pela CVRA, os vinhos são certificados. Com a certificação, é atribuída a cada garrafa de vinho certificado um selo de garantia numerado, que é colocado no contrarrótulo e que garante a qualidade e a origem do vinho vendido aos consumidores em Portugal e nos mercados de exportação.

Figura 1 - Selos de Garantia CVRA

Selos de Garantia



Denominação de Origem Controlada Alentejo.



Vinho Regional Alentejano.

Fonte: CVRA

o C, o Título Alcoométrico Volúmico Total, o Dióxido de Enxofre Total, os Açúcares Totais (Glucose + Frutose), a Acidez Total (em ácido tartárico) e a Acidez Volátil (em ácido acético). Estes testes são efetuados pelo Laboratório de Análises Físico-químicas da CVRA que se encontra acreditado na NP EN ISO/IEC 17025:2005 pelo IPAC e aprovado pelo ILAC - MRA (*International Laboratory Accreditation Cooperation*). Paralelamente a este processo é realizada uma prova de análise sensorial pelo Painel da Câmara de Provedores da CVRA ao mesmo lote de vinho. Este Painel da Câmara de Provedores da CVRA encontra-se também acreditado na NP EN ISO/IEC 17025:2005 pelo IPAC. Só mediante a aprovação em ambos os processos (análise físico-química e aprovação do lote pela câmara de provedores) é que a CVR Alentejana considera que o vinho cumpre os requisitos para ser comercializado com o selo de garantia DOC Alentejo ou Regional Alentejano”. Disponível em: “http://www.vinhosdoalentejo.pt/detalhe_conteudo.php?id=96”.

³² Segundo CVRA, “no sentido de garantir a boa informação ao consumidor e o cumprimento da legislação nacional e comunitária é também aprovado pela CVR Alentejana o conteúdo descrito na rotulagem dos produtos. Deste modo, o cadastro das vinhas, a análise físico-química, a prova sensorial do lote e a aprovação da rotulagem são as etapas obrigatoriamente necessárias para garantir o processo de rastreabilidade do vinho até à sua comercialização”. Disponível em: http://www.vinhosdoalentejo.pt/detalhe_conteudo.php?id=96”.



Desta forma, o facto dos produtores da população-alvo e dos produtores da amostra recolhida terem em comum a característica de certificação CVRA, obtida após aprovação nos rigorosos processos de seleção que os levaram a conseguir obter a referida certificação da CVRA, por si só, demonstra um elevado grau de semelhança entre as duas populações, podendo-se assumir homogeneidade da amostra, face à população-alvo.

Segundo POCINHO (2009:9), “uma amostra é dita representativa se as suas características se assemelham o mais possível às da população-alvo”.

1.2.3 - Elaboração e aplicação do guião das entrevistas

A realização das entrevistas a beneficiários, técnicos e especialistas ocorreu entre o mês de Junho de 2011 e Maio de 2013, em diferentes períodos do dia, da semana e do fim-de-semana. Nesse período, optou-se por inicialmente entrevistar técnicos e beneficiários ficando as entrevistas aos especialistas mais direcionadas para a fase final desse período, nomeadamente entre Janeiro e Maio de 2013, a fim de já se poderem ter resultados e análises efetuadas e melhor direcionar essas entrevistas beneficiando ao máximo das mesmas. Não foram determinadas horas específicas para as entrevistas ficando a critério do entrevistado. Normalmente, as entrevistas decorreram entre as 10 horas, nos períodos da manhã, não ultrapassando as 18.30h no período da tarde.

Na verdade, a possibilidade de estar face a face com o entrevistado permite aferir mais facilmente as respostas dadas, e permite obter uma taxa mais elevada de respostas completas. Estando presente, o entrevistador pode explicar ao entrevistado o que lhe é pedido, conseguindo igualmente, através do contacto pessoal, obter sempre muito mais informação complementar ao guião efetuado e preciosa para a investigação. Exige, no entanto, após o processo de recolha de informação, um tratamento da mesma com uma duração elevada, pois há que sintetizar toda a informação e agrupar de acordo com as necessidades do Estudo. No final justificou bastante a utilização deste instrumento.

Operacionalmente o guião de apoio às entrevistas foi sempre previamente enviado aos entrevistados, para que o pudessem conhecer em detalhe, sendo também enviado



conjuntamente um enquadramento, introdução e objetivos da entrevista. Posteriormente, as entrevistas foram conduzidas com o apoio e presença do referido guião³³.

Pode ainda considerar-se que o guião de entrevista aos especialistas, técnicos e beneficiários da medida em estudo, está repartido em três grupos de questões:

i) o primeiro grupo procurou recolher algumas contribuições para que melhor se possam identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola. Este ponto foi criado com vista a poder contribuir para elaborar uma análise SWOT.

ii) o segundo grupo procurou recolher os comentários para cinco questões específicas sobre a temática. Estas questões colocadas possibilitaram aferir diretamente no guia da entrevista comentários específicos sobre alguns dos principais objetivos pretendidos com este Estudo. Esta opção verificou-se bastante útil para validação e complemento do trabalho desenvolvido, principalmente quando efetuada junto dos especialistas.

iii) o terceiro grupo contribuiu para recolher informações qualitativas e as opiniões dos inquiridos sobre: a medida, o seu contexto, a sua execução, os seus resultados ou seu impacto, tendo auxiliado bastante na validação de resultados ou permitindo outras hipóteses de investigação futuras em seguimento deste Estudo.

Optou-se por aplicar sempre o mesmo guião a todos os entrevistados a fim de poder comparar diferentes sensibilidades às mesmas questões. Não obstante, a população-alvo das entrevistas com guião, foi constituída por:

i) beneficiários da MAA PI na região do Alentejo, nomeadamente, produtores vitivinícolas. Da base de dados recolhida para dar apoio aos inquéritos por questionário, foram sendo escolhidos aleatoriamente produtores, até se conseguir atingir o número de vinte colaborações.

ii) técnicos envolvidos na aplicação da MAA PI no Alentejo, nomeadamente, do MADRP-DRAAL e da Associação Técnica de Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA). Abrangendo a entidade pública responsável pela execução da MAA PI na região do Alentejo e a associação de agricultores como agente territorial de controle e fiscalização. Foi possível a colaboração de quatro técnicos.

³³ O guião de apoio à entrevista pode ser consultado no Anexo 2.



iii) especialistas académicos. Os critérios de seleção tiveram em consideração que os especialistas tivessem vínculo a instituições de ensino superior no Alentejo, assim como trabalhos desenvolvidos, que de certa forma, estivessem ligados direta ou indiretamente aos vetores de análise e à região do Alentejo. Foi possível a colaboração de três especialistas.

Uma vez que logisticamente não foi possível reunir um painel de especialistas, optou-se por seguir uma lógica de aplicação de entrevistas individuais a especialistas e no final encontrar forma de rentabilizar as diferentes contribuições. Apesar do instrumento seguido não ser efetivamente o mesmo, e os resultados finais de cada um desses instrumentos serem certamente distintos, com a abordagem seguida conseguiu-se atingir o pretendido.

O objetivo das entrevistas a especialistas foi reunir a opinião de alguns especialistas independentes, há muito reconhecidos nos domínios que correspondem a este Estudo. A nível operacional, a fim de poder ser elaborada uma análise com as contribuições dos especialistas, foi promovida com cada especialista, uma entrevista individual que decorreu sobre a forma de conversação informal tendo como guia alguns pontos sobre a temática.

Quando concluídas, estas entrevistas a especialistas, potenciaram um maior contributo em termos de validação e compreensão da avaliação global da medida aplicada ao setor vitivinícola, beneficiando esta avaliação de um conjunto de informações qualitativas, experiências, sugestões e opiniões muito importantes sobre a temática deste Estudo.

1.2.4 - Tratamento de dados e indicadores

1.2.4.1 - Principais fontes de dados

Os dados utilizados neste Estudo, foram provenientes de fontes distintas, que, utilizadas conjuntamente, possibilitaram a criação de uma plataforma de trabalho, adaptada às necessidades de avaliação. As fontes utilizadas foram: i) Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR); ii) Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa); iii) Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP); iv) Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA); v) Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP); e vi) Inquérito por questionário aplicado aos beneficiários.

O quadro 3 apresenta as fontes de informação para os dados e indicadores utilizados, associadas a cada período de análise.

Quadro 3 - Fontes de informação para os dados e indicadores

Anos	Proveniência da Informação
1996 - 1998	Informação fornecida pelo MADRP - DRAAL
1999 - 2000	Informação fornecida pela DGDR (INGA)
2001 - 2002	Informação fornecida pelo IFADAP e IDRHa
2003 - 2006	Informação fornecida pela ATEVA
2007 - 2013	Informação fornecida pelo inquérito por questionário aos beneficiários (Próprio)

Fonte: Elaboração própria.

A necessidade de recorrer a várias bases de dados deveu-se às várias mudanças verificadas no circuito de funcionamento da MAA PI.

Para as necessidades de informação, a um nível mais agregado, houve também a necessidade de obter dados coerentes, compatíveis com os recolhidos no âmbito deste Estudo, pelo que, se optou por utilizar os dados publicados: i) no PDRu (2000-2006); ii) nas campanhas promovidas pelo IFADAP e INGA; iii) pelo IDRHa e MADRP; pelo INE e EUROSTAT.

1.2.4.2 - Seleção de indicadores

A seleção dos indicadores teve, como base, os indicadores definidos no programa e a metodologia apresentada em MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009), pela COMISSÃO EUROPEIA. A apreciação da qualidade dos indicadores, de forma a escolher, no caso concreto em Estudo, os metodologicamente mais adequados, teve também em conta a já referida metodologia, e que revela que, em termos médios, face aos objetivos da presente investigação, os indicadores utilizados apresentam uma boa classificação na generalidade dos critérios de qualidade.

Destaca-se o facto de não terem sido previstos, em sede de programação da MAA PI, Indicadores de Impacto, e de os Indicadores de Realização considerados no quadro regulamentar da MAA PI não apresentarem, na sua maioria, uma meta quantificada³⁴.

A seleção de indicadores teve também como objetivos obter indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI. Estes indicadores são a base da análise global de efeitos que será desenvolvida no Capítulo 6 - Análise Global de Efeitos.

1.2.4.3 - Os principais indicadores utilizados

Para este Estudo, na recolha de informação, optou-se pela seleção dos indicadores definidos em sede de programação, para acompanharem a avaliação da execução da MAA PI e dos indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários, para suportarem a Análise Global de Efeitos. Toda a recolha e o tratamento de informação foi direcionada nessa perspetiva. Inicialmente, optou-se por tentar obter três grupos de indicadores territoriais e setoriais, denominados de Indicadores de Realização, Indicadores de Resultados e Indicadores de Impacto. No entanto, uma vez que não foram definidos Indicadores de Impacto em sede de Programação para as MAA, optou-se por concentrar esta análise ao nível dos Indicadores de Realização e Indicadores de Resultados.

Quadro 4 - Indicadores Territoriais utilizados

Indicadores Territoriais	
Indicadores de Realização	Indicadores de Resultados
N.º total de beneficiários	Variação do N.º de beneficiários aderentes
N.º de hectares abrangidos	Variação do N.º de hectares abrangidos
Totais de ajudas	Variação do valor total de ajudas
Nível médio das ajudas por hectare	Variação na cobertura da SAU de vinha
Nível médio de ajudas por beneficiário	
Nível médio de hectares por beneficiário	

Fonte: Elaboração própria. *[SAU] - Superfície Agrícola Util.

³⁴ A respetiva não quantificação coloca em causa o critério MEANS (1999) da normatividade e a aferição da eficácia da medida.

Quadro 5 - Indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI

Dimensão de análise Território
Aumento do emprego no Alentejo
Aumento do emprego na exploração
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na exploração
Aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo
Produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo a iniciar produções vitivinícolas no Alentejo (Atracção Territorial)
Aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo
Aumento do investimento dos vitivinicultores do Alentejo noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo (Evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo)
Aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo
Dimensão de análise Inovação
Inovação nos processos de produção dos vinhos
Inovação nos vinhos enquanto produtos finais de consumo
Inovação na qualidade dos vinhos
Inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho
Inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas
Dimensão de análise Produtores
Redução de custos de produção da exploração
Evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração
Evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos
Aumento de lucros da exploração
Aumento da contribuição fiscal da exploração
Evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola
Evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo
Dimensão de análise Setor Vitivinícola
Aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região
Evolução da produção da exploração vitivinícola
Evolução da qualidade da produção da exploração vitivinícola
Sustentabilidade económica da exploração vitivinícola
Sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo
Dimensão de análise Mercados
Transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo
Evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo
Aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo
Alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada
Criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada
Evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo
Crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração
Evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional (Alentejo)
Evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional
Evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional

Fonte: Elaboração própria.

1.2.4.4 - Avaliação dos principais indicadores utilizados

Um papel incontestável da avaliação, é efetivamente, também o de apreciar a qualidade dos indicadores.

Uma vez que, no quadro regulamentar de definição e de enquadramento da aplicação da MAA PI não foi definido um método padrão para controlo de qualidade dos indicadores

utilizados neste Estudo, optou-se por aplicar os critérios de qualidade que constam em MEANS (1999:210-213), resumidos no Quadro 6.

Quadro 6 - Critérios de qualidade aplicáveis aos indicadores definidos

1 - Disponibilidade	Periodicidade com que o indicador é quantificado; muitos dos indicadores são apenas “virtuais”, ou seja, encontram-se previstos nos documentos de programação mas, na prática, não são quantificados ou são quantificados de forma esporádica/não periódica.
2 - Atualidade	Um indicador pode estar disponível mas somente vários meses/anos após a recolha de dados, perdendo por isso, a sua atualidade.
3 - Sensibilidade	O indicador deve variar de forma significativa em função das realizações e dos efeitos do programa; deve ser suficiente para traduzir a alteração que se pretende medir.
4 - Fiabilidade	Os atores envolvidos no programa devem aceitar e confiar no indicador; a fiabilidade é, por isso, um critério próximo da “credibilidade”.
5 - Comparabilidade	O indicador deve possibilitar a comparação “interna” entre diferentes medidas do programa, bem como comparações “externas” com outros programas.
6 - Normatividade	O indicador deve ter associado uma referência ou padrão que permita fazer um julgamento absoluto face ao valor que assume (por exemplo, um objetivo quantificado ou meta, uma média nacional ou europeia, etc.).
7 - Significado	Relacionado com a validade da construção do indicador. Ele deverá refletir corretamente o conceito que pretende medir.

Fonte: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006) - Elaboração própria.

Para efetuar esta análise, e possibilitar uma forma de interação com os dados agregados disponíveis, optou-se por seguir o mesmo critério utilizado em PDRu (2000-2006), ou seja, cada indicador foi classificado de 0 a 2 pontos, sendo apresentados seguidamente, os respetivos quadros com as classificações individuais de cada um dos indicadores deste Estudo.

A Classificação Global atribuída a cada indicador, foi obtida por via da Média Aritmética Simples das respetivas classificações por critério de qualidade. A classificação Global Média, por sua vez, foi aferida pela Média Aritmética Simples de todas as Classificações Globais.

A avaliação dos Indicadores de Realização e de Resultados tem como base os dados recolhidos referentes à MAA PI, aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo.

De uma forma global, importa voltar a referir, a ausência de indicadores de impacto previstos no quadro regulamentar da MAA PI. Tal facto deveu-se, a que no documento de programação, não ter sido previsto nem quantificado este tipo de indicadores, na formulação da MAA PI, sendo que a sua classificação global é claramente prejudicada por essa situação.

Atendendo a esse facto, no sentido de dar resposta aos objetivos deste Estudo, optou-se por recorrer a Indicadores de Efeitos Globais, nomeadamente, os percebidos pelos beneficiários da MAA PI.

A classificação desses Indicadores de Efeitos Globais, foi efetuada de acordo com as respetivas dimensões de análise associadas ao inquérito aos beneficiários da MAA PI, a saber: i) o território; ii) a inovação; iii) os produtores; iv) o setor vitivinícola; v) os mercados.

Quadro 7 - Indicadores de Realização

Indicador previsto	Critérios [*]							Classificação Global [**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
N.º total de beneficiários	1,5	1	1,75	1,5	1,5	0,5	1,65	1,34
N.º de hectares abrangidos	1,5	1	1,75	1,5	1,5	0,5	1,65	1,34
Totais de ajudas	1,5	1	1,75	1,5	1,5	0,5	1,65	1,34
Nível médio das ajudas por hectare	1	1	1,5	1,5	1,5	0,5	1,5	1,21
Nível médio de ajudas por beneficiário	1	1	1,5	1,5	1,5	0,5	1,5	1,21
Nível médio de hectares por beneficiário	1	1	1,5	1,5	1,5	0,5	1,5	1,21
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	1,25	1	1,63	1,5	1,5	0,5	1,58	1,28 [***]
Nº de indicadores = 6								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRU (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. [**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Os Indicadores de Realização, de uma forma geral, apresentam uma boa classificação em termos médios, apresentando uma classificação global de 1,28 pontos. Estes indicadores, foram classificados com notas elevadas nos critérios de Sensibilidade e Comparabilidade uma vez que, para além de refletirem diretamente, com clareza e de forma significativa, variações ao nível dos efeitos do programa, possibilitam de imediato, uma elevada comparabilidade quer a nível interno, quer a nível externo.

Quadro 8 - Indicadores de Resultados

Indicador previsto	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Variação do N.º de beneficiários aderentes	1	1	1,5	1,35	1	0	1,5	1,05
Variação do N.º de hectares abrangidos	1	1	1,5	1,35	1	0	1,5	1,05
Variação do valor total de ajudas	1	1	1,5	1,35	1	0	1,5	1,05
Variação na cobertura da SAU de vinha	1	1	1,75	1,35	1,5	0,5	1,5	1,23
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	1,00	1,00	1,56	1,35	1,13	0,13	1,50	1,09[***]
Nº de indicadores = 4								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. **[**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

A classificação global dos Indicadores de Resultados apresenta-se ligeiramente mais atenuada (1,09 pontos), sendo de referir o facto do critério de Normatividade apresentar classificações reduzidas, já que se torna complexo encontrar quaisquer referências ou padrões que possibilitassem um tipo de julgamento, face ao valor que estes indicadores assumem.

Quadro 9 - Indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI - Território

Indicador previsto (Território)	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Aumento do emprego no Alentejo	1	1,5	1	0,5	1	0,75	1	0,96
Aumento do emprego na exploração	0,25	1,5	1,8	1,5	1	0,75	1	1,11
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo	1	1,5	0,75	0,5	1	0,75	1	0,93
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na exploração	0,25	1,5	1,8	1,5	1	0,75	1	1,11
Aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo a iniciar produções vitivinícolas no Alentejo (Atração Territorial)	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Aumento do investimento dos vitivinicultores do Alentejo noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo (Evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo)	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo	0,25	1,5	1,2	1	0,5	0,25	1	0,81
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo	0,25	1,5	1,2	1	0,5	0,25	1	0,81
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	0,39	1,50	1,16	0,77	0,68	0,43	1,00	0,85[***]
Nº de indicadores = 11								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. [**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Relativamente aos indicadores globais de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, na dimensão de análise território, a classificação global média foi de 0,85 pontos, sendo de referir o facto do critério de Disponibilidade apresentar uma classificação bastante reduzida (0,39 pontos), uma vez que é bastante difícil encontrar este tipo de indicadores, razão pela qual, se teve de optar por recorrer ao inquérito por questionário.

Quadro 10 - Indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI - Inovação

Indicador previsto (Inovação)	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Inovação nos processos de produção dos vinhos	0,25	1,5	1	1	0,5	0,25	1	0,79
Inovação nos vinhos enquanto produtos finais de consumo	0,25	1,5	1,5	1	0,5	0,25	1	0,86
Inovação na qualidade dos vinhos	0,25	1,5	1,5	1	0,5	0,25	1	0,86
Inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho	0,25	1,5	1,5	0,5	0,5	0,25	1	0,79
Inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas	0,25	1,5	1,8	1	0,5	0,25	1	0,90
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	0,25	1,5	1,46	0,9	0,5	0,25	1	0,84[***]
Nº de indicadores = 5								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. **[**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

No que respeita aos indicadores associados à dimensão de análise inovação, destaca-se a classificação bastante reduzida no critério de Normatividade. Tal situação, verifica-se devido a este indicador não ter associado, por exemplo, um objetivo quantificado ou, uma média nacional ou europeia, que possibilite fazer um julgamento absoluto face ao valor que assume.

Quadro 11 - Indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI - Produtores

Indicador previsto (Produtores)	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Redução de custos de produção da exploração	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos	0,25	1,5	1,25	1,25	0,5	0,25	1	0,86
Aumento de lucros da exploração	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Aumento da contribuição fiscal da exploração	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo	0,25	1,5	1,5	1,5	0,5	0,25	1	0,93
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	0,25	1,50	1,46	1,46	0,50	0,25	1,00	0,92[***]
Nº de indicadores = 7								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. **[**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Os efeitos associados à dimensão de análise produtores verificaram, uma classificação global média de 0,92 pontos. Para tal, são de destacar as boas classificações obtidas nos critérios de Atualidade, Sensibilidade e Fiabilidade.

Quadro 12 - Indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI - Setor Vitivinícola

Indicador previsto (Setor Vitivinícola)	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região	0,25	1,5	1,5	1	0,5	0,25	1	0,86
Evolução da produção na exploração vitivinícola	0,25	1,5	2	1,5	0,5	0,25	1	1,00
Evolução da qualidade da produção da exploração vitivinícola	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Sustentabilidade económica da exploração vitivinícola	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo	0,25	1,5	1	0,5	0,5	0,25	1	0,71
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	0,25	1,5	1,6	1,2	0,5	0,25	1	0,90[***]
Nº de indicadores = 5								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. **[**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

No que respeita à dimensão de análise setor vitivinícola, destaca-se uma boa classificação (1,6 pontos) no critério de Sensibilidade. Desta forma, esta dimensão de análise, será uma das que deverá variar de forma relevante, em função das realizações e dos efeitos da MAA PI.

Quadro 13 - Indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários - Mercados

Indicador previsto (Mercados)	Critérios [*]							Classificação Global[**]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo	0,25	1,5	0,75	0,5	0,5	0,25	1	0,68
Evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo	0,25	1,5	0,75	0,5	0,5	0,25	1	0,68
Aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo	0,25	1,5	0,75	0,75	0,5	0,25	1	0,71
Alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada	0,25	1,5	1	1	0,5	0,25	1	0,79
Criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada	0,25	1,5	1	1	0,5	0,25	1	0,79
Evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo	0,25	1,5	0,75	0,5	0,5	0,25	1	0,68
Crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado regional (Alentejo)	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado nacional	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado internacional	0,25	1,5	1,75	1,5	0,5	0,25	1	0,96
Média de classificação por critério de avaliação do indicador	0,25	1,5	1,2	1,03	0,5	0,25	1	0,82[***]
Nº de indicadores = 10								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRU (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. **[**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

A dimensão de análise mercados apresenta dez indicadores de efeitos globais, sendo a segunda dimensão de análise, com o maior número de indicadores de efeitos globais associados. É de referir a boa classificação no critério de Atualidade (1,5 pontos), atingindo esta dimensão de análise, uma classificação global média de 0.82 pontos.

Quadro 14 - Análise Multicritério das dimensões de análise dos indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI

Dimensão de análise dos Indicadores de Efeitos Globais	N.º de Indicadores	Critérios [*]							Classificação Global [**]
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Território	11	0,39	1,50	1,16	0,77	0,68	0,43	1,00	0,85
Inovação	5	0,25	1,50	1,46	0,90	0,50	0,25	1,00	0,84
Produtores	7	0,25	1,50	1,46	1,46	0,50	0,25	1,00	0,92
Setor Vitivinícola	5	0,25	1,50	1,60	1,20	0,50	0,25	1,00	0,90
Mercados	10	0,25	1,50	1,20	1,03	0,50	0,25	1,00	0,82
Média de classificação por critério de avaliação do indicador		0,28	1,50	1,38	1,07	0,54	0,29	1,00	0,86[***]
N.º Total de Indicadores	38								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. [**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

A análise multicritério, efetuada às dimensões de análise dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários utilizados neste Estudo, apresentou uma classificação global média de 0,86 pontos. Para essa classificação, contribuiu bastante o facto do critério de Disponibilidade apresentar uma classificação reduzida (0,28 pontos), já que não é possível encontrar este tipo de indicadores nos documentos de programação, tendo mesmo sido necessário a sua criação para este Estudo. Em oposição, é de salientar também, o elevado valor obtido no critério de Atualidade por estes indicadores (1,5 pontos).

Quadro 15 - Análise Multicritério dos indicadores

Indicadores	N.º de Indicadores	Critérios [*]							Classificação Global [**]
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	
Realização	6	1,25	1,00	1,63	1,50	1,50	0,50	1,58	1,28
Resultados	4	1,00	1,00	1,56	1,35	1,13	0,13	1,50	1,09
Efeitos	38	0,28	1,50	1,38	1,07	0,54	0,29	1,00	0,86
Média		0,84	1,17	1,52	1,31	1,05	0,30	1,36	1,08[***]
N.º Total de Indicadores	48								

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo. Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. [**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Da análise multicritério efetuada aos Indicadores de Realização, de Resultados e de Efeitos utilizados neste Estudo, foram os Indicadores de Realização que atingiram a classificação global média mais elevada com 1,28 pontos. É também de salientar, que foram os Indicadores de Efeitos a registar o maior número de indicadores utilizados, com 38 indicadores.

Quadro 16 - Síntese da avaliação dos indicadores por níveis de intervenção

Níveis de Intervenção	Critérios [*]							N.º de Indicadores			
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	Classificação Global	Realização	Resultados	Efeitos
Proteção Integrada	0,84	1,17	1,52	1,31	1,05	0,30	1,36	1,08	6	4	38
Medidas Agroambientais	1,2	1,2	1,2	0,6	1,2	0,5	1,0	0,96	4	4	0
Ruris	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	0,7	1,2	1,10	17	15	0

Fonte: Elaboração e avaliação própria a partir dos dados recolhidos no âmbito deste Estudo referentes à MAA PI aplicada ao Setor Vitivinícola na Região Alentejo e PDRu (2000-2006). Metodologia adaptada de: MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), PDRu (2000-2006). [*]: [1] - Disponibilidade; [2] - Atualidade; [3] - Sensibilidade; [4] - Fiabilidade; [5] - Comparabilidade; [6] - Normatividade; [7] - Significado. [**] - Classificação Global. Obtida por via da Média Aritmética Simples das classificações de cada indicador por critério de qualidade. [***] - Classificação Global Média. Obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Da avaliação comparativa com outros indicadores por níveis de intervenção, é perceptível que, quer a nível de cada critério, quer a nível da classificação global, os indicadores deste Estudo apresentaram valores de avaliação muito próximos dos apresentados pelos indicadores das MAA e do RURIS.

De uma forma geral, podemos considerar que os indicadores utilizados, segundo o critério escolhido, apresentam uma boa classificação em termos médios.

1.3 - METODOLOGIA DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa procedeu-se ao tratamento e à análise da informação recolhida. Para melhor apoiar todo o trabalho de avaliação desenvolvido, foram utilizados vários instrumentos de avaliação de políticas públicas a fim de proporcionar a melhor informação. A aplicabilidade e adaptabilidade dos instrumentos utilizados neste Estudo, foram de acordo



com a fase de evolução do mesmo e necessidades de dar resposta aos seus objetivos. Esta questão será aprofundada no ponto 2.4 do Capítulo 2 - Enquadramento Teórico, onde se pode verificar que, independentemente de existirem outros caminhos que pudessem ter sido seguidos, a abordagem escolhida mostrou-se adequada tendo conseguido, com rigor, dar as respostas necessárias aos objetivos pretendidos por este Estudo. Nesta lógica de utilização ou adaptação de vários instrumentos de avaliação de políticas públicas para encontrar respostas aos objetivos propostos, é de salientar a utilização da Cartografia Conceptual de Impactos, da qual resultaram mapas sem escala real, contemplando os vários territórios, a fim de se identificarem mais facilmente os indicadores e suas variações. Toda a base de processamento da informação geográfica utilizada foi concebida, exclusivamente para este estudo, em suporte *AUTOCAD*. Em alguns casos esse suporte foi mesmo apoiado por *software ARCVIEW GIS*, a fim de possibilitar um melhor cruzamento da informação geográfica com dados e indicadores territoriais. No final foi possível obter uma pequena aproximação a um Sistema de Informação Geográfica (SIG), que por simplificação denominamos de “micro-SIG”, acabando por ser uma mais-valia para este Estudo. Estes instrumentos possibilitaram um maior contributo, principalmente para responder aos objetivos 1, 2 e 3.

Foram utilizados alguns Estudos de Caso como instrumento de apoio à investigação, principalmente para se poder obter informações de carácter mais técnico, sobretudo no que respeitava a questões ou efeitos ambientais³⁵.

Uma vez que não foram considerados indicadores de impacto e tudo aponta para não se conseguir aplicar modelos mais tradicionais de análise de impactos, a Análise Global de Efeitos conduzida, foi criada para este Estudo, na tentativa de apresentar uma solução criativa para a necessidade de medir os efeitos globais da MAA PI para o que se considerou serem as principais dimensões de análise da fileira económica do vinho no Alentejo nomeadamente, ao nível: i) do território; ii) da inovação; iii) dos produtores; iv) do setor vitivinícola; v) dos mercados. Esta análise foi direcionada numa fase inicial a cada ponto de análise referido e no final conjuntamente. Esta análise utiliza os dados recolhidos de várias fontes, mas principalmente provenientes da fonte inquérito por questionário aos beneficiários. Após a elaboração dos inquéritos essa informação foi processada, e no final, apresentada em forma de um *out-put* em base numérica e gráfica, criado especificamente para dar resposta às

³⁵ Ex.: ERENA (1998), GOMES (2001).



necessidades deste estudo. A AGE efetuada possibilitou contribuir principalmente para responder aos objetivos 1,2, 4 e 5.

Existem algumas situações de cruzamento de dados das diversas fontes utilizadas com os dados dos inquéritos e das entrevistas para uma informação mais aprofundada.

Dessa forma, o próprio inquérito por questionário utilizado para dar apoio à AGE, foi também projetado para contribuir para dar respostas aos objetivos 1,2,7 e 8 principalmente no primeiro ponto do mesmo, intitulado: A Política Pública, e que é analisado mais aprofundadamente no Capítulo 7 - Avaliação Global.

Para avaliar a qualidade dos Indicadores de Realização e de Resultados utilizados foi efetuada uma Análise Multicritério. Este mesmo instrumento voltou a ser utilizado também para avaliar a qualidade dos indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários da MAA PI, utilizados na Análise Global de Efeitos.

A necessidade de informações qualitativas levou à necessidade de realização de Entrevistas Individuais com guia. Estas entrevistas foram conduzidas numa fase inicial da investigação aos técnicos, numa fase intermédia aos beneficiários, e numa fase final da investigação foram ainda promovidas entrevistas a especialistas.

Tal como anteriormente referido, ponderou-se para a fase final da investigação a realização de um Painel de Especialistas, no entanto, uma vez que logisticamente não foi possível reunir um painel simultâneo de especialistas, optou-se por seguir uma lógica de tentar realizar as entrevistas individuais com guia aos especialistas selecionados e no final agrupar algumas conclusões. Entre muitas outras contribuições, essas entrevistas a especialistas, vieram a contribuir para a realização de uma reflexão com especialistas, contribuindo para dar resposta aos objetivos 1,2 e 8.

As entrevistas individuais com guia foram também utilizadas para promover uma Análise SWOT utilizando as informações recolhidas nas entrevistas aos técnicos, beneficiários e especialistas. No final, a mesma análise é concluída com uma análise própria deste Estudo. Este instrumento permitiu facilmente verificar as diferentes sensibilidades dos grupos distintos. Esta análise possibilitou contribuir, juntamente com as entrevistas individuais com guia, para dar resposta aos objetivos 1,2,6.

No final, tudo aponta para se ter conseguido atingir os objetivos pretendidos com esta abordagem.



CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO





CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este Capítulo dedicado ao enquadramento teórico desenvolve-se ao longo de cinco pontos principais.

De início, procura-se expor toda a envolvência da avaliação económica de políticas públicas. Depois, será abordada a relevância dos indicadores para a avaliação, nomeadamente, a sua definição, seleção, quantificação e qualidade, de acordo com os objetivos pretendidos e em continuidade, serão apresentados os principais instrumentos de avaliação de políticas públicas.

A etapa seguinte do Capítulo incidirá sobre a caracterização, adaptabilidade e aplicabilidade dos instrumentos de avaliação de políticas públicas utilizados no Estudo efetuado.

Por último, procurou-se apresentar alguns desafios e reflexões para o futuro da avaliação de políticas públicas.

2.1 - A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 - Síntese histórica da avaliação de Políticas Públicas

Segundo EVALSED (2009:12), “a avaliação surgiu como uma área distinta do exercício profissional na América do Norte, no período pós-guerra”. De acordo com TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), durante esse período pós-guerra, existiam três principais enfoques para a avaliação de políticas públicas, nomeadamente: i) a avaliação de inovações educativas³⁶; ii) as ligações entre a avaliação e a alocação de recursos³⁷, e iii) a avaliação de programas anti pobreza³⁸. É de notar que, segundo MEANS (1999), muitos programas sociais tornaram-se para a comunidade científica americana, em verdadeiros laboratórios experimentais, dos quais se esperava um crescimento do conhecimento nesses domínios e também uma melhoria da ação dos poderes públicos.

³⁶ Ex.: os novos currículos das escolas.

³⁷ Ex.: através de sistemas de planeamento, programação e orçamentação.

³⁸ Ex.: *Great Society experiments of the 1960s*.



Estes distintos enfoques, já definiam na altura as principais abordagens de avaliação que chegaram até aos nossos dias³⁹. Essas avaliações abrangiam, estudos quantitativos, qualitativos e experimentais, utilizando grupos de controlo, bem como, os beneficiários dos programas.

Sustentando estas diferentes abordagens existiram, desde o início, quatro principais grupos de interessados pela avaliação, e pelos seus resultados, que, muitas vezes, acabariam por competir entre si para definir as prioridades da avaliação. Segundo EVALSED (2009:13), dentro desses grupos podemos incluir: i) os decisores políticos⁴⁰; ii) os técnicos e os académicos; iii) os diretores e administradores⁴¹; iii) os cidadãos em geral e em especial todos aqueles que são afetados por uma determinada ação pública⁴².

Cada um destes grupos manifesta-se e defende, muitas vezes com perspetivas muito distintas, sobre a melhor forma, de como a avaliação, e os seus resultados, os poderão auxiliar.

Assim sendo, e a título de exemplo, enquanto os decisores políticos tendem a utilizar a avaliação como um instrumento para assegurar e justificar as decisões adotadas, para os cidadãos, a avaliação é mais encarada como uma ferramenta democrática, que possa direcionar a intervenção pública, para as suas necessidades. Por outro lado, os diretores e administradores de organizações públicas e privadas têm uma visão diferente, mais vocacionada para preocupações ao nível da implementação de políticas e sua organização. Por último, os profissionais técnicos, por sua vez, tendem, a encarar a avaliação mais como uma oportunidade para melhorar a qualidade do seu trabalho, ou do seu grupo de trabalho.

Seguindo de perto TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS, (2003), se por um lado, a avaliação, enquanto aplicação de investigação social e económica sistemática, no período pós-guerra, estava mais implementada na América do Norte, não estava completamente ausente na Europa ou em outras partes do mundo. Na Europa do Norte, devido provavelmente a fortes elos de ligação com os Estados Unidos e Canadá, a avaliação já tomava uma força de relevância. Segundo EVALSED (2009:13), “a partir dos anos 70, a

³⁹ HOFMANN (1998) apresenta uma avaliação mais direcionada para projetos de desenvolvimento integrado no terceiro mundo e, aparenta, ser um bom exemplo de como uma tradição de avaliação se mantém viva embora, como não podia deixar de ser, metodologicamente atualizada aos nossos dias.

⁴⁰ Ex.: com responsabilidades ao nível da conceção de políticas.

⁴¹ Ex.: funcionários públicos e dirigentes de associações de desenvolvimento regional.

⁴² Ex.: presumíveis beneficiários de uma intervenção planeada.

avaliação começou a enraizar-se nos diferentes países Europeus”⁴³. No entanto, nos países Europeus, a avaliação não foi vista como um processo estático. Por exemplo, segundo BASLÉ (1998) no caso de França, as práticas de avaliação evoluíram consideravelmente com os requisitos da reforma orçamental depois de 2000⁴⁴. Em outros países, o foco e a escala das atividades de avaliação foram reflexos das alterações de políticas levadas a cabo por diferentes governos. Por exemplo, no Reino Unido existiu uma expansão considerável nas práticas de avaliação com a mudança de governo em 1997⁴⁵.

A introdução e desenvolvimento da avaliação ocorreram em muitos países europeus como resultados dos requisitos da regulamentação dos fundos estruturais. Segundo EVALSED (2009:13), “os Fundos Estruturais europeus constituíram um dos principais indutores de disseminação da prática de avaliação em toda a UE”, desde um modesto início em 1988, até a uma abordagem bastante elaborada levada a cabo nos dias de hoje⁴⁶.

Segundo BACHTLER e WREN (2006), durante os anos 90, países como a Grécia, Itália, Portugal e Espanha, limitaram as suas ações de avaliação, apenas a dar resposta aos requisitos da regulamentação da aplicação dos fundos estruturais e da Política de Coesão. No mesmo período, outros países como a Irlanda, a Dinamarca e o Reino Unido, utilizaram a avaliação mais ativamente, para o melhoramento da gestão dos fundos estruturais. Entre os promotores de avaliações passaram a constar, por exemplo, autarquias, autoridades locais, parceiros sociais, grupos civis.

Segundo EVALSED (2009), na terceira geração de programas operacionais comunitários (2000-2006), e a reforma dos Regulamentos dos Fundos Estruturais, ao mesmo tempo que devolveu muitas das obrigações de avaliação às autoridades responsáveis dos Estados-membros, exigiu que essas avaliações fossem utilizadas, tanto numa fase *ex-ante*, como novamente numa fase intercalar. A revisão dos procedimentos orientadores das

⁴³ Ex.: na Escandinávia, a avaliação seguiu um forte compromisso para um país democrático. Na França, a avaliação tentava espelhar as características do estado Francês com uma forma de abordagem estrutural ao nível do governo central e apresentando uma prática mais diversa e dinâmica aos níveis local e regional.

⁴⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre o contexto e métodos de avaliação de políticas públicas em França, cf.: BASLÉ, (1998).

⁴⁵ Para maiores desenvolvimentos cf.: ARMASTRONG e WELLS, (2006).

⁴⁶ Essa abordagem, segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS, (2003) inclui principalmente: i) obrigações legais de avaliações para os patrocinadores e gestores dos programas; ii) responsabilidade partilhada por diferentes camadas do governo pelo processo global de avaliação; iii) um processo de avaliação relacionado e multifase (*Ex-ante*, Intercalar, *Ex-post*); v) o envolvimento de vários parceiros quer no programa quer na sua avaliação; vi) ligações claras entre, por um lado, a avaliação, e por outro, a programação e alocação de recursos.



avaliações intercalares de programas ou políticas com financiamento comunitário, por seu lado, passou a estender-se também, até às avaliações finais. Esta combinação de responsabilidades delegadas, nacionais e comunitárias, com escrutínio externo, por estruturas de governação mais elevadas, passou a ser comum à grande maioria das avaliações nacionais e comunitárias dos programas de suporte à promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Este processo, seguindo de perto TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e ARMASTRONG e WELLS (2006), conduziu a um forte movimento em torno da reforma da administração e da gestão pública, juntamente com a introdução de conceitos de gestão de performance de programas e políticas em vários países na UE, bem como no seio da própria Comissão Europeia.

No período de programação compreendido entre 2007-2013, estes aspetos foram ainda levados mais longe, e com maior rigor nas ligações, cada vez mais frequentes, entre decisões financeiras e orçamentais.

No novo período de programação de 2014-2020 a avaliação será, mais do que nunca, uma peça fundamental de todo o processo, justificando não só a libertação de fundos, mas também apoiando a programação e implementação do novo período de programação.

2.1.2 - Conceitos e abordagens de avaliação

Nos últimos dez anos, académicos e profissionais avaliadores, têm gerado muitos novos conceitos e abordagens conceptuais para a avaliação de políticas públicas. Este ponto do Capítulo, procura efetuar uma abordagem analítica relativamente a alguns desses conceitos e abordagens que mais relevância tiveram para este Estudo.

Seguindo ANDRADE (1996), pode afirmar-se que a avaliação se apresenta como um procedimento comum, que de certa forma, até faz parte do quotidiano de todas as pessoas. Nesta perspetiva, tudo pode ser passível de avaliação, desde um filme, a um espetáculo, à eficácia de um equipamento, entre muitos outros exemplos, sendo possível atribuir a cada um desses objetos de avaliação, notas de mérito ou de demérito, com o objetivo de as classificar de positivas ou negativas. O que, em si mesmo, se traduz na emissão de um julgamento qualitativo, no qual se reflete também o ponto de vista de quem julga.



Naturalmente que, e seguindo ANDRADE (1996), para as avaliações mais complexas, torna-se imprescindível a sua realização de acordo com determinadas técnicas e métodos científicos, levando em conta objetivos previamente estabelecidos. Para ANDRADE (1996), uma avaliação será portanto uma investigação aplicada, importante em qualquer atividade, envolvendo aspetos particulares, conforme o tipo de atuação pretendida, e que, embora obedecendo a uma filosofia comum, baseada em princípios e postulados próprios, cada caso será um caso⁴⁷.

Segundo MEANS (1999:17), “avaliar uma política pública, é julgar o seu valor em relação a critérios explícitos⁴⁸ e com base em informações especialmente reunidas e analisadas.” Esta definição genérica e abstrata conduz a prática da avaliação para o contexto específico de uma política pública⁴⁹, sendo que, dentro deste contexto, esta será, de acordo com BASLÉ (2006), antes de mais, uma teoria de ação, que espera efeitos resultantes de uma determinada utilização de recursos sobre a qual recairá a avaliação⁵⁰. ORSINI (1998), por seu lado, apresenta um conceito diferente, considerando as políticas públicas, antes de mais, como sendo unidades de análise, assumindo que, dentro desse significado, uma política pública é uma sequência organizada e coerente de ações, que procuram dar uma resposta, mais ou menos institucionalizada, a uma situação considerada como problemática.

Facilmente se apreende, que enquanto BASLÉ (2006), apresenta uma perspetiva mais vocacionada para a obtenção de efeitos provenientes de uma utilização de recursos, ORSINI (1998), mostra-nos um prisma mais vocacionado para ações, que pretendem dar resposta, a uma situação considerada como problemática, podendo, de certa forma, verem-se estas ideologias como complementares.

Para HM THEASURY (2011b:11), “a avaliação é um processo objetivo de compreender como uma política ou outra intervenção foi implementada, quais os efeitos que teve, para quem, como e porquê”. Nesta perspetiva, é possível conduzir uma avaliação para verificar a razão de ser de uma política pública, para identificar os seus sucessos, que se

⁴⁷ Ex.: a avaliação de um projeto de defesa do ambiente não será igual à de um projeto de produção agrícola.

⁴⁸ Ex.: a pertinência ou a eficiência de uma intervenção.

⁴⁹ Muitos conceitos poderiam ser apresentados para definir uma política pública, mas dado o âmbito deste Estudo, optou-se por expor apenas os que, se mostram como os mais sintéticos e encadeados no Estudo desenvolvido.

⁵⁰ Para BASLÉ (2006), uma vez que os políticos não explicitam detalhadamente essa teoria de ação, somente examinando documentos de base e leis é possível extrapolar essa mesma teoria de ação (ou lógica de intervenção da política).



poderão reproduzir e os insucessos a não repetir, bem como também para, numa perspetiva de prestação pública de contas, informar os cidadãos sobre os resultados alcançados.

Assim sendo, segundo HM TREASURY (2011b:45), “a avaliação examina a execução de uma política, programa, ou projeto, face ao que era esperado, e é concebida para garantir que os conhecimentos aprendidos possam ser remetidos de volta para o processo de tomada de decisão. Isso, garante que a ação do governo possa ser continuamente realinhada e redefinida de forma a refletir os melhores objetivos atingidos e promover o interesse público”.

Uma vez que a avaliação constitui uma importante atividade nos ciclos de programação das políticas públicas cofinanciadas pela União Europeia, importa também perceber que cultura de avaliação poderá estar a ser promovida a esse nível.

Para BASLÉ (2006), o progresso na avaliação de políticas públicas é um fenómeno universal. Na União Europeia (UE), a Comissão Europeia tem sido pioneira numa nova cultura de avaliação⁵¹. Seguindo de perto ainda BASLÉ (2006), a avaliação, no contexto dos Fundos Europeus, é um processo⁵² que produz *outputs*, tais como relatórios de resultados, de processo ou qualitativos, ou algum novo conhecimento sobre a eficácia, eficiência e impacto dos fundos e das políticas. Nesta base, o principal objetivo da avaliação apresenta-se como sendo o de recolher informação que possa ser utilizada, a esta escala, diretamente na ação pública europeia. Ainda de acordo com BASLÉ (2006), a avaliação não é apenas uma pesquisa científica, e um estudo de avaliação não é também exclusivamente de índole académica, mas o desafio para a avaliação é conseguir produzir diretamente conhecimento útil e que tenha valor para a sociedade.

Numa perspetiva mais específica, de acordo com a COMISSÃO EUROPEIA⁵³, a avaliação pode ser entendida, como o julgamento das intervenções de acordo com os seus resultados, impactos e necessidades que lhes estavam inerentes satisfazer. A avaliação apresenta-se assim, como sendo um processo, que culmina num julgamento sobre uma intervenção, focando as necessidades, os resultados e os impactos dessa mesma intervenção.

⁵¹ BACHTLER e WREN, (2006), acrescentam mesmo que o crescimento da importância da avaliação de políticas públicas no seio da UE é parte de um mais abrangente ‘boom’ internacional na avaliação de políticas e de programas, que refletem precisamente a necessidade de legitimar e justificar intervenções governamentais, embora com diferenças substanciais entre países.

⁵² Mais concretamente, uma aplicação de racionalidade processual.

⁵³ *The Communication on Evaluation* (SEC (2000) 1051).



Para a COMISSÃO DE GESTÃO (2001) avaliar deve ser visto na perspetiva de julgar o valor de uma política, ou intervenção pública, utilizando as melhores metodologias e os critérios mais explícitos para cada realidade concreta, e tendo por base a análise de informação empírica.

Dentro dessa perspetiva, a EUROPEAN COMMISSION (2004), não só assume essa direção para a avaliação, como ainda a complementa com a identificação precisa das principais recomendações, que considera conduzirem a uma boa avaliação. Assim sendo, de acordo com a EUROPEAN COMMISSION (2004), pode-se afirmar que uma avaliação poderá: i) contribuir para o desenho de intervenções, proporcionando um *input* para estabelecer prioridades políticas; ii) contribuir para uma alocação de recursos eficiente; iii) melhorar a qualidade da intervenção; iv) transmitir os resultados alcançados pela intervenção.

Mais recentemente, para o OBSERVATÓRIO do QREN⁵⁴ “a avaliação traduz-se num procedimento sistemático de apuramento e análise de dados, tendo em vista identificar os resultados, efeitos ou impactos de programas e projetos, assim como aferir a relevância, eficiência e eficácia, destes, face aos respetivos objetivos e estratégia estabelecidos.”

Por essa via, de acordo com o OBSERVATÓRIO do QREN, a avaliação contribui para a melhoria dos processos de gestão e de decisão política, para uma repartição mais eficaz e eficiente dos recursos públicos e uma maior responsabilização das entidades que os gerem, perante a população, bem como, para a qualificação do debate nos vários domínios das políticas públicas.

Ao nível da União Europeia, a avaliação é o resultado de um processo iniciado pela regulamentação Europeia, contemplando essa mesma regulamentação, todos os desenvolvimentos de alocação, orçamentação, implementação, controlo, monitorização e avaliação dos fundos.

Em cada Estado-membro, as autoridades responsáveis pela gestão dos programas e dos fundos, são obrigadas a adotar os procedimentos de avaliação da UE ao nível regional e nacional. Deste modo, é possível que os novos conhecimentos oriundos das avaliações possam ser utilizados para reorientar as Políticas Públicas da UE⁵⁵ e as próprias políticas

⁵⁴ Disponível em: “http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=88”.

⁵⁵ Com base em BARCA (2006) pode-se constatar como em relação a Itália, as obrigações de avaliação da UE foram utilizadas como parte de uma estratégia consciente para melhorar a possibilidade de verificar e modificar os objetivos e instrumentos da política.



públicas futuras, nacionais, regionais e locais, que vierem a ser definidas. Sejam estas de âmbito mais setorial ou de natureza sobretudo territorial.

2.1.3 - A importância da avaliação de políticas públicas

Para HM TREASURY (2011a), antes de qualquer possível ação ser contemplada por parte do setor público, é importante, identificar uma clara necessidade que seja do interesse público resolver. Assim sendo, uma declaração da lógica de intervenção deverá ser desenvolvida. Isto é, a definição de uma nova política pública, iniciativa ou medida, deve ser construída para procurar corresponder e resolver uma situação, ou realidade, considerada problemática. A definição das políticas públicas deve assim ser orientada pelos princípios da utilidade e da necessidade. Isto é, a política ou iniciativa pública deverá ser criada se poder ser útil, e só se for efetivamente necessária.

Segundo HM TREASURY (2011a:11), “esta lógica subjacente é geralmente fundada ou em falhas de mercado, ou quando há claros objetivos de distribuição por parte do governo, que precisam ser atendidos”. Para HM TREASURY (2011a), o conceito de falha de mercado refere-se a situações onde, o mercado, não tem condições para funcionar ou para ser eficiente, e não pode, por si só, atingir um resultado pretendido. Assim sendo, a intervenção do setor público procurará corrigir essa questão. Essa intervenção, por seu lado, segundo HM TREASURY (2011a) pode incorrer em custos e criar supletivamente novas distorções, devendo estas questões serem levadas em conta para determinar se a intervenção se justifica⁵⁶.

Nessa linha de pensamento, será precisamente para determinar se a intervenção se justifica que, em primeira instância, será necessária a avaliação, que, nesse caso, será de natureza *ex-ante*.

Para NESTA (2011:99), as “avaliações rigorosas podem fornecer informações-chave sobre o porquê de programas serem bem-sucedidos ou fracassarem”. Desta forma, segundo NESTA (2011), as avaliações podem ajudar os decisores políticos a identificar e a selecionar programas, que sejam mais eficazes para alcançar os objetivos de política em matéria económica, social ou setorial concreta.

⁵⁶ Ex.: um regulamento pode ser bem-sucedido em resolver uma falha de mercado particular, mas também pode envolver outros custos que signifiquem que, em geral, não vale a pena.



A avaliação permite portanto, conhecer e julgar o conjunto de efeitos diretos e indiretos, efeitos positivos e negativos, decorrentes ou esperados de uma intervenção pública.

Desta forma, em consonância com ESER e NUSSMUELLER (2006), a avaliação de políticas públicas pode ser encarada como uma avaliação das atividades do setor público e, portanto, é significativamente diferente das avaliações levadas a cabo pelo setor privado, uma vez que as circunstâncias políticas necessitam de ser tidas em consideração.

Para as democracias representadas na União Europeia, a avaliação desempenha por conseguinte, um papel crucial, quer como sinal para mostrar o que convém fazer e não fazer, quer como instrumento de responsabilização ou de justificação da existência das políticas públicas no entender dos cidadãos⁵⁷.

2.1.4 - A avaliação e a sensibilidade das políticas públicas ao território

Segundo REIS (2005a:39), “a sensibilidade das políticas públicas ao território é, evidentemente, variável”. Para este autor, existem portanto diversas condições de aplicabilidade, e também distintas condições de eficiência na aplicabilidade das políticas públicas, que decorrem diretamente da escala territorial a que estão a ser definidas e aplicadas, e do contexto e nível de autonomia político-administrativa em que decorrem os processos de decisão que lhes estão inerentes. Da mesma forma que, uma mesma política pública pode ter resultados e consequências de aplicação muito distintos de território para território, como consequência das características económicas, sociais, e culturais, de cada contexto territorial.

Em conformidade com REIS (2005a), enquanto existem interpretações que vêm este assunto como uma mera consequência dos debates ideológicos sobre o papel do Estado e as

⁵⁷ Para BARCA (2006) melhorar as práticas de avaliação, como um dispositivo comum para aumentar a credibilidade da política e para desenhar e modificar objetivos e instrumentos, tem-se tornado parte de uma estratégia geral de construção de capacidades. Para este autor, quanto mais as avaliações e os dados são utilizados para deixarem claro mensagens públicas para a conceção de políticas, e quanto mais for requisitado aos políticos que respondam com informação que somente a avaliação pode fornecer, mais estes irão entender a avaliação como relevante. De acordo com BARCA (2006), a construção de capacidade de avaliação é apenas efetiva se os decisores tomarem consciência da potencial contribuição da avaliação nas suas ações.



suas crises⁵⁸, para outras, existe uma real relação entre a natureza de certas políticas e o território. Esta questão terá consequências em dois planos: o da eficácia e da eficiência com que essas políticas se aplicam e produzem efeitos, e o da natureza absolutamente diferenciada dos efeitos que produzem, consoante sejam ou não territorializadas⁵⁹.

REIS (2005b:4), chama “territorializações aos processos socioeconómicos localizados, assentes em dinâmicas e em atores cuja ação é possibilitada por interações de proximidade, às quais estão associados os respetivos desenvolvimentos, mesmo quando se passam a integrar em contextos mais vastos.” Como exemplos de territorializações, REIS (2005) salienta: i) as cidades e os sistemas urbanos; ii) os distritos industriais; iii) os sistemas nacionais e regionais de inovação; e iv) as regiões.

Segundo REIS (2005b:4), “territorializações não são formas de fechamento autárquico de processos endógenos; são valorizações em diversos contextos espaciais de recursos, capacidades e ações ligados ao território. O espaço⁶⁰ integra as suas decisões de localização.”

Noutra perspetiva do mesmo tema, BARCA, McCANN e RODRÍGUEZ-POSE (2012), apresentam um debate entre as políticas públicas *place-based* (base-local) e as políticas públicas *spatially-blind or place-neutral policies* (políticas espacialmente cegas ou local-neutras). Neste prisma, se por um lado, as políticas *place-neutral*, e como tal, sem sensibilidade ao território, podem representar uma opção para promover o crescimento económico e facilitar a recuperação das áreas mais atrasadas, por outro lado, mesmo a melhor estratégia de desenvolvimento *place-neutral* pode ser prejudicada por ambientes institucionais pobres e, portanto, as opções de *place-based* são necessárias.

Para BARCA, McCANN e RODRÍGUEZ-POSE (2012:149), “o que emerge desse debate é a necessidade de fazer políticas de desenvolvimento mais capazes de responderem aos desafios de hoje e, portanto, mais eficazes e eficientes do que as das intervenções passadas”. Seguindo de perto os mesmos autores, pelo argumento *place-based*, essas políticas de desenvolvimento só poderão ser alcançadas tentando fazer com que o crescimento e a intervenção sejam mais *local-aware* (local-consciente), tendo em consideração, a enorme

⁵⁸ Segundo REIS (2005a), dessa forma, o *rescaling* das políticas é essencialmente resultante do envio para níveis infra estaduais (regionais ou metropolitanos), por exemplo, de funções que o Estado já não é capaz de exercer bem.

⁵⁹ Para maiores desenvolvimentos e discussão sobre as questões de fundo aqui em presença cf.: REIS, (2005a).

⁶⁰ Expresso, por exemplo, pela proximidade de fatores, atores e condições.



variedade de fatores em diversas localizações geográficas que podem afetar os retornos potenciais de uma intervenção.

Segundo BARCA, McCANN e RODRÍGUEZ-POSE (2012:149), “só fazendo políticas que sejam de *place-based* e de *people-based* (baseadas e focadas nas pessoas) se originará um forte argumento para que a intervenção do desenvolvimento regional seja feita”.

Estas questões terão, como não poderia deixar de ser, implicações na avaliação das próprias políticas.

Por essa razão, segundo REIS (2005) é importante que a avaliação de políticas públicas possa também avaliar a sensibilidade da política ao território. Para REIS (2005a:40), pode assumir-se uma tipologia das políticas sensíveis ao território, em dois níveis:

i) os níveis máximos de sensibilidade, que “atribuem-se a três tipos de políticas: as políticas de qualificação urbana, de inclusão social e de desenvolvimento endógeno, as políticas de qualificação da força de trabalho e de inovação empresarial, especialmente as que têm a ver com as pequenas e médias empresas, com os *clusters* e com a criação de infraestruturas de ciência e tecnologia para a produção, e as políticas de acesso a serviços sociais básicos”.

ii) os níveis mínimos de sensibilidade, que “atribuem-se às políticas de infraestruturização em capital fixo social: quer as grandes infraestruturas que apenas “pontuam” o território, quer as que o capacitam através de grandes redes (infraestruturas viárias, energéticas, ou mesmo de fornecimento de grandes serviços ambientais)”.

Assim sendo, esta abordagem possibilita, atribuir níveis máximos ou mínimos sabendo se a política é mais sensível ou insensível ao território.

Desta forma, torna-se também importante apurar, se algumas das intervenções relativamente insensíveis ao território, poderão ou não ser territorializáveis.

Essa resposta poderá, ser ponderada à luz da escala em que essas intervenções se realizam, e à necessária aderência que têm ao território físico.

No entanto, segundo REIS (2005:40), tratam-se de causas distintas. “Uma resulta da escala de execução e da natureza das atribuições e competências dos diferentes níveis do Estado. Outra advém de uma lógica de resultado, isto é, da eficácia que se obtém com essas políticas, a qual depende do contexto em que se aplicam e executam”.



Desta forma, salienta-se especialmente o modo como a territorialização das políticas é assegurada. Uma atenção redobrada à sensibilidade das ações ao território pode contribuir para a resolução de alguns dos dilemas e paradoxos com que as políticas públicas se podem confrontar⁶¹.

No entanto, ainda segundo REIS (2005), raramente se admite que esses problemas exigem um método de articulação com as estruturas materiais, o que supõe uma atenção redobrada, ao território.

Ainda segundo REIS (2005:41), “a pertinência do território tem de ser discutida em todos os planos, como questão transversal que é. E tem, também, de ser discutida independentemente do que se passa em termos de gestão. Antes da forma político-administrativa da gestão está a conceção das políticas e os resultados que com elas se querem obter”.

2.1.5 - Os objetivos da avaliação de Políticas Públicas

Os objetivos da avaliação de políticas públicas podem ser de índoles distintas, mediante as diferentes necessidades e interesses de avaliação, não estando portanto, padronizados.

Assim sendo, é de realçar a existência de um leque abrangente de abordagens e de perspetivas sobre esta questão, pretendendo-se neste ponto, dar a conhecer aquelas que maior peso tiveram, para a elaboração dos objetivos deste Estudo e para a concretização desses objetivos na tarefa de investigação que foi realizada.

Segundo WORLD BANK (2004:5), “a monitorização e avaliação das atividades de desenvolvimento, proporciona às entidades governamentais, gestores do desenvolvimento e sociedade civil, meios aperfeiçoados para aprenderem à custa das experiências passadas, para melhorarem a prestação de serviços, e planearem e afetarem recursos e demonstrarem resultados às partes interessadas, como parte do processo de responsabilização.” Este enfoque

⁶¹ Segundo REIS (2005a), um bom exemplo será o da formação profissional e da qualificação das pessoas. O autor apresenta também outros exemplos, a saber: i) aplicação massiva de recursos, sem correspondente visibilidade no plano produtivo; ii) invocação de uma lógica “assistencial”, em vez de uma lógica de qualificação; iii) ausência de efeitos cumulativos; iv) predomínio de uma lógica de oferta e de clientes institucionais, em detrimento de uma lógica de necessidades. Para maiores desenvolvimentos cf.: REIS (2005a).



da avaliação, como um processo de responsabilização, pode ser entendido como um dos objetivos principais da avaliação.

BACHTLER e WREN (2006) assumem mesmo, que o mais antigo objetivo da avaliação de políticas é a responsabilização, com uma visão de fazer julgamentos sobre a economia, e sobre a eficácia e eficiência de aplicação de fundos públicos. ESER e NUSSMUELLER (2006) apoiam esta posição, reforçando mesmo que, uma avaliação poderá ser levada a cabo com o objetivo de responsabilizar diretamente os decisores políticos. Neste caso, a avaliação examina o programa mais numa lógica de eficácia e de eficiência, de forma a identificar o impacto do programa, em concordância com a lógica de intervenção.

A objetividade é uma questão central na avaliação, pelo que, todo o roteiro e guião de avaliação de uma política pública deve ser orientado também por este princípio. O mesmo se deverá dizer, quanto ao princípio de capacidade de prestação de contas e de legibilidade, e transparência, na forma de apresentar os resultados.

Dentro da mesma linha de pensamento, BATTERBURY (2006) acrescenta mais dois objetivos que deverão estar presentes em qualquer processo de avaliação, considerando que o racional da avaliação de políticas públicas deverá estar assente em mais três outros objetivos ou princípios, nomeadamente: i) a responsabilização; ii) a melhoria de qualidade e performance; e iii) o planeamento melhorado.

Para KUSTERS (2011), o objetivo da avaliação passa ainda por possibilitar que esta possa ser tornada num processo de aprendizagem. Segundo KUSTERS (2011:79), para que as avaliações tenham significado “tem que haver um esforço real para envolver as partes interessadas, através de processos de aprendizagem compartilhada, para que possam entender o sentido da iniciativa de desenvolvimento, o seu ambiente, o processo de avaliação e a consequente necessidade de mudança.”

Com a mesma preocupação, ESER e NUSSMUELLER (2006), defendem, como principal objetivo da avaliação, a promoção e inicialização de um processo de aprendizagem intra-organizacional e a visualização de oportunidades para melhorar os programas”⁶².

Para ARMSTRONG e WELLS (2006), por seu lado, a avaliação pode ser vista como tendo um objetivo global, no qual, encaixam todos os outros já referidos anteriormente. Esse

⁶² ESER e NUSSMUELLER (2006) utilizam o exemplo da avaliação Intercalar para ilustrar o conflito entre responsabilização e aprendizagem neste contexto.



objetivo global terá no seu foco a aprendizagem. Nessa perspetiva, e de acordo com TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), a avaliação deverá ter como objetivo aprender, através da investigação sucessiva, como atingir o melhor desenho, implementação e prática de programas e políticas públicas.

Seguindo de perto TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), a avaliação deverá ter sempre o grande objetivo de fazer uma contribuição particular para a área de políticas públicas e dos seus programas. Nesta ótica, seguindo de perto TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009) os mais reconhecidos objetivos da avaliação são:

i) Planeamento/Eficiência: garantir a existência de uma justificação para uma política/programa e que os recursos se desenvolvem eficientemente;

ii) Responsabilização: demonstrar em que medida, é que determinado programa alcançou os seus objetivos, e de que forma utilizou os seus recursos;

iii) Implementação: aumentar a eficiência dos programas e a eficácia da sua implementação e gestão;

iv) Produção de conhecimento: aumentar e compreender que trabalhos, em que circunstâncias, e de que forma, diferentes medidas e intervenções podem ser concebidas de uma forma mais eficaz;

v) Forças Institucionais: melhorar e desenvolver as capacidades entre os participantes nos programas e as suas redes e instituições.

Estes diferentes objetivos estão relacionados, entre si, e com as diferentes necessidades e interesses de avaliação e, tendencialmente, estão associados a diferentes tipos de questões de avaliação, não devendo portanto, ser vistos de uma forma estática, mas sim adaptável à avaliação, em particular, que se pretenda realizar.

2.1.6 - As posições metodológicas da avaliação de Políticas Públicas

Neste ponto deste Capítulo, serão abordados, essencialmente, os principais pilares que suportam os métodos correntemente utilizados na avaliação de políticas públicas. Serão, portanto, abordadas apenas as cinco posições metodológicas genéricas⁶³.

Segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), ARMSTRONG e WELLS (2006) e EVALSED (2009) podemos distinguir cinco posições metodológicas que deverão estar na base da abordagem a imprimir à avaliação:

i) Alocação de Recursos: cuja preocupação é uma eficiente utilização de recursos, perspectivada em termos de planeamento e com uma retrospectiva na forma em como os recursos têm sido utilizados;

ii) Padrões e Alvos: cuja preocupação está centrada em julgar através da aplicação de um critério o sucesso e a performance;

iii) Explicativa: tem como preocupações explicar os impactos e sucessos de um programa e fazer afirmações sobre o que funciona, quando e como;

iv) Melhoria/Mudança: possibilita obter um *feedback* mais complexo que suporte a autocorreção durante o tempo de vida útil de um programa;

v) Desenvolvimento: que procura desenvolver métodos participativos ao nível de redes, comunidades e territórios.

Estas distintas posições metodológicas tendem a espelhar, características, objetivos e expectativas políticas, nas várias áreas das políticas públicas. Em função do modo como num processo de avaliação concreto for valorizado, algumas destas posições metodológicas, poderão afetar o tipo de indicadores escolhidos e o tipo⁶⁴ da própria avaliação que se irá desenvolver.

2.1.7 - Os tipos de avaliação de Políticas Públicas

⁶³ Para maiores desenvolvimentos sobre os fundamentos filosóficos de suporte para estas metodologias, bem como as suas relações com as principais “escolas filosóficas” e a sua aplicabilidade às ciências sociais cf.: ARMSTRONG e WELLS (2006).

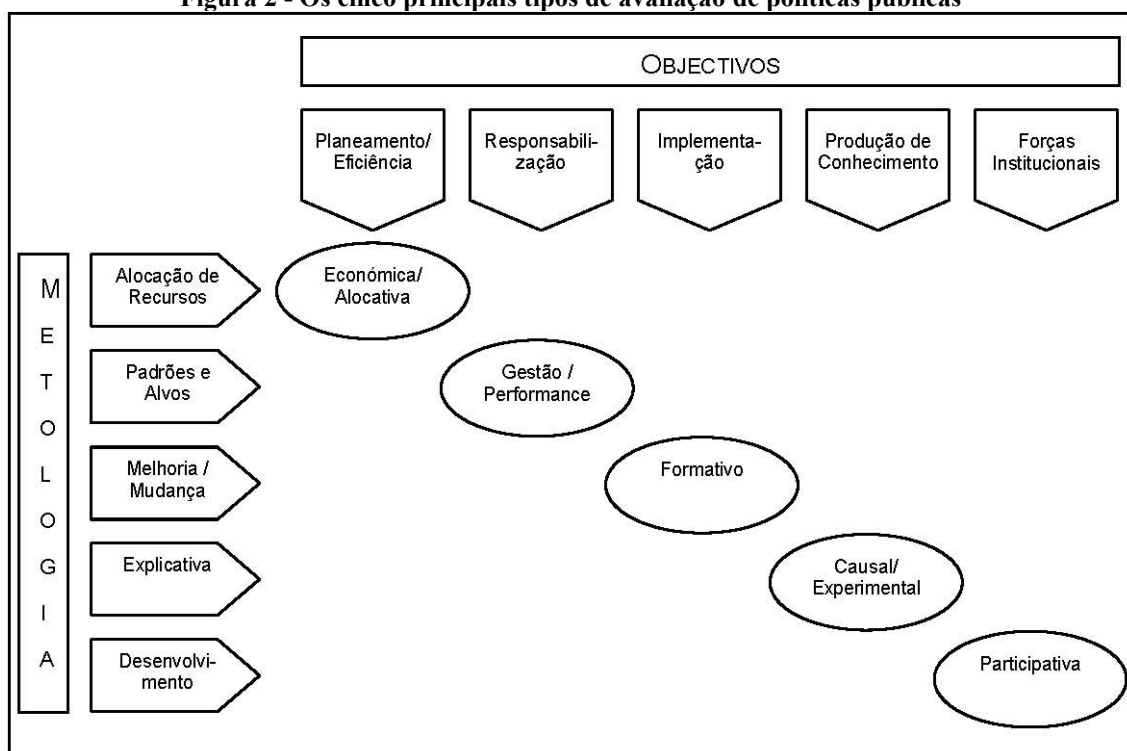
⁶⁴ Estas posições metodológicas podem ser bastante úteis para a avaliação, uma vez que possibilitam melhor selecionar ou direcionar os métodos ou instrumentos necessários para a avaliação de políticas públicas. Estas, por seu lado, podem ter diferentes domínios tais como: educação, tecnologia, investigação, desenvolvimento rural, ambiente, entre outros. Segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), o desafio metodológico para avaliadores e investigadores será: como avaliar os diferentes cenários das diversas políticas, bem como as possíveis sinergias que se possam estabelecer entre eles.

Ao efetuar-se uma combinação entre os objetivos e as metodologias de avaliação, é possível iniciar a identificação, de alguns dos diferentes tipos predominantes de avaliação.

Essa combinação é ilustrada na figura 2, importa contudo referir que uma avaliação efetiva tem, normalmente, mais do que um objetivo e poderá aplicar mais do que uma metodologia⁶⁵.

É de reforçar também, que uma avaliação não corresponderá necessária e integralmente a um único dos cinco tipos de avaliação identificados, sendo mais provável uma aproximação ao(s) respetivo(s) tipo(s). Para EVALSED (2009), é mesmo provável que um sistema de avaliação possa refletir elementos de diferentes tipos de avaliação.

Figura 2 - Os cinco principais tipos de avaliação de políticas públicas



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e de EVALSED (2009).

De acordo com a figura 2 e seguindo EVALSED (2009), é possível verificar como diferentes posições metodológicas e objetivos podem ser intercetados para se atingir os cinco principais tipos de avaliação identificados⁶⁶.

⁶⁵ Ex.: Uma avaliação Formativa que pretenda contribuir para melhorar a implementação de um programa pode também eventualmente contribuir para a “Produção de Conhecimento”.



Para ARMSTRONG e WELLS (2006), o que a figura 2 descreve como avaliação Económica/Alocativa, pode ser entendido como o tipo de avaliação que esteve na origem da avaliação das políticas públicas. Assim sendo, de acordo com ARMSTRONG e WELLS (2006), os avaliadores procuram estimar os principais impactos dos programas, com ênfase na eficiência alocativa.

Para HM THEASURY (2011b), a avaliação Económica/Alocativa deverá conseguir demonstrar e quantificar os resultados gerados por uma política, bem como, sempre que possível, ir mais longe e verificar se os custos da política foram superados pelos benefícios.

De acordo com HM THEASURY (2011b), existem vários instrumentos para desenvolver uma avaliação Económica/Alocativa, salientando as tradicionais análise custo-benefício e a análise custo-eficiência. No entanto, este autor também refere que estas abordagens de valor económico valorizam *inputs* e *outcomes* de forma bastante particulares, sendo portanto fundamental, que as necessidades de qualquer avaliação económica deste tipo, sejam considerados na fase de projeto de definição e de conceção da avaliação. Caso contrário, é muito provável que as avaliações possam gerar informações que, embora muito interessantes e válidas em si mesmas, não sejam compatíveis com um quadro de análise de custo-benefício ou de custo-eficiência, tornando-se muito mais difícil realizar uma avaliação económica e atingir conclusões com estes instrumentos em particular. No entanto, segundo EVALSED (2009), existem atualmente muitos instrumentos com potencialidades para desenvolver este tipo de avaliações, não tendo o avaliador obrigatoriamente de ficar condicionado a um número restrito⁶⁷.

Para HM THEASURY (2011b:45), as “avaliações económicas, muitas vezes, fazem uso de evidências e hipóteses existentes para facilitar a tradução dos *inputs* e dos resultados reais medidos, em dimensões económicas, tornando-se semelhante a avaliações baseadas em teoria⁶⁸”.

Seguindo de perto BACHTLER e WREN (2006), a avaliação Económica/Alocativa, tem sido conduzida como uma forma, ou com a preocupação, de justificar o uso de políticas,

⁶⁶ EVALSED (2009) e TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), não apresentam uma definição concreta para cada um dos cinco principais tipos de avaliação, referindo apenas que, cada um é definido pela interceção entre a respetiva metodologia e o objetivo subjacente.

⁶⁷ Alguns desses instrumentos serão ainda abordados em detalhe neste Capítulo.

⁶⁸ Para maiores desenvolvimentos sobre avaliações baseadas em teoria, cf.: HM THEASURY (2011b).



medir o que foi atingido em relação aos objetivos e determinar se a política é apropriada ou não, bem como determinar tipos específicos de intervenção de acordo com o seu potencial de sucesso e de eficiência para atingir objetivos de natureza económica/alocativa.

Com o desenrolar do tempo, os métodos de avaliação Económica/Alocativa têm vindo a ser complementados por cada um dos outros quatro principais tipos de avaliação apresentados na figura 2, sendo de referir que, a evolução nas políticas comunitárias muito ajudou a que os tipos de avaliação também evoluíssem ao longo da diagonal principal da respetiva figura. Assim sendo, é possível procurar localizar a avaliação de políticas públicas no espectro de tipos de avaliação apresentados.

Para ARMSTRONG e WELLS (2006), não obstante existir bastante flexibilidade nestas associações em função da avaliação concreta que se pretenda desenvolver, é um facto que, dos cinco principais tipos de avaliação identificados, os primeiros dois (Económico/Alocativa e Gestão/Performance) são os dominantes. Em conformidade com ARMSTRONG e WELLS (2006), os resultados desses dois tipos de avaliação vão ainda dando sistematicamente um *feed back* para o processo de redefinição da política, e, por essa via, vão proporcionando à avaliação Formativa um lugar de evidência.

É ainda de referir, que, na grande maioria dos relatórios de avaliação de políticas públicas que são elaborados, os tipos de avaliação Causal/Experimental e Participativa são quase invisíveis. Essa situação ocorre, sobretudo, porque a utilização preferencial destes dois tipos de avaliação está, frequentemente, mais associada aos processos de avaliação realizados ao nível de projetos individuais. ARMSTRONG e WELLS (2006), assumem este tipo de situação como preocupante, uma vez que defendem, que os diferentes métodos de avaliação, são essencialmente complementares entre si, e devem, portanto, idealmente serem postos em prática lado a lado, em vez de serem divididos pelo assunto onde são enquadrados.

2.1.8 - As etapas da avaliação de Políticas Públicas

Segundo MEANS (1999) e EVALSED (2009), podem ser realizadas avaliações de natureza *Ex-ante*, Intercalar e *Ex-post*, tendo cada uma delas objetivos distintos e também momentos diferentes para a sua realização. Ao longo deste ponto deste Capítulo, irão ser

abordadas essas mesmas fases, mostrando-se no final, a sua integração, e relevância, no ciclo de avaliação de políticas públicas.

2.1.8.1 - Avaliação *Ex-ante*

Para DGA (1999), a avaliação *Ex-ante* permite, relativamente a uma política pública, a uma medida ou a uma iniciativa, testar o seu racional tático e estratégico antes de ser implementada, e aferir a validade e a viabilidade dos seus resultados esperados. Em particular, permite clarificar e calibrar objetivos, determinar a sua pertinência em relação às necessidades a que a política ou medida procurará atender. Bem como, procurar assegurar a coerência entre a estratégia proposta e os objetivos selecionados, relativamente à situação existente na região ou setores em questão. Para EUROPEAN COMMISSION (2004), a avaliação *Ex-ante* pode ser vista como um processo que apoia a preparação de propostas para uma nova ou renovada ação pública e ou comunitária, num determinado período temporal e sobre uma determinada realidade⁶⁹.

BLAZEK e VOZÁB (2006) entendem o objetivo da avaliação *Ex-ante*, como sendo o de avaliar a qualidade de um documento de programação, entendendo esse documento como o que prepara um programa de ação dentro de uma política pública⁷⁰. Para tal, de acordo com BACHTLER e WREN, (2006), a avaliação *Ex-ante* deverá ser desenvolvida como parte da fase de planeamento do programa, uma vez que, esta envolve uma avaliação estruturada da situação socioeconómica existente na área programada, e uma análise particular à situação ambiental, às oportunidades iguais, ao impacto expectável das medidas propostas e à análise da relevância e adequação do modelo de implementação e de monitorização do programa.

Para EVALSED (2009:143), “a avaliação *Ex-ante* decorre no início do ciclo, antes da adoção de um programa. Esta forma e fase de avaliação ajuda a garantir que o programa final

⁶⁹ Neste contexto, a avaliação *Ex-ante* pode ser vista como um processo analítico que não está necessariamente separado do processo de preparação e desenho de uma intervenção.

⁷⁰ No contexto de avaliação *Ex-ante* as políticas aplicadas à República Checa, BLAZEK e VOZÁB (2006) concluem que a avaliação *Ex-ante*, enquanto eficaz em alguns aspetos, mostrou alguma falta de experiência e de conhecimento das práticas e técnicas, na falta de clareza no papel e responsabilidades da avaliação de políticas, e a ausência de uma estrutura institucional que facilitasse a avaliação. O *timing* das descobertas da avaliação foi também crítico: a não ser que os resultados fossem gerados relativamente cedo no processo do programa, não seriam levados a cabo pelos políticos.



seja tão relevante e coerente quanto possível. As suas conclusões têm como objetivo poderem ser integradas no programa aquando da tomada final de decisão sobre a sua formulação.”

De acordo com EUROPEAN COMMISSION (2013), a avaliação *Ex-ante* pode também ajudar a entender as necessidades de informação e de indicadores para as avaliações previstas, bem como, para a definição dos indicadores de resultados antes da entrada em aplicação da política ou medida. A avaliação *Ex-ante* também pode apoiar os Estados Membros, e as regiões, na avaliação das condições prévias da execução da medida ou política no que respeita à definição ou aperfeiçoamento dos sistemas de estatística existentes.

Assim sendo, segundo EUROPEAN COMMISSION (2013:6), “a avaliação *Ex-ante* dos programas pode ser também entendida como uma análise baseada na avaliação da força da teoria da mudança implícita na política e no quadro lógico em que assenta, antes do programa ou medida ser implementado. Uma tarefa importante é olhar para as diferentes alternativas de intervenção possíveis e seleccionar aquelas com maior probabilidade de atingir as metas do programa com o menor custo”.

2.1.8.2 - Avaliação Intercalar

A avaliação Intercalar, tal como o nome sugere, é levada a cabo num ponto Intercalar⁷¹ de aplicação do programa, política ou medida. Para BACHTLER e WREN (2006), o principal objetivo deste tipo de avaliação, será estabelecer se a estratégia do programa ainda é relevante à luz das tendências socioeconómicas entretanto registadas, e avaliar o resultado alcançado, até esse momento, no que respeita à aplicação do programa ou medida, nomeadamente quanto ao cumprimento, até essa altura, das metas e resultados inicialmente previstos, e verificar a respetiva conformidade, ou não, com o que, no momento da formulação do programa, foi definido como expectável de ser concretizado até esse momento temporal. Seguindo BACHTLER e WREN (2006), em certos aspetos, esta poderá ser vista como a parte mais

⁷¹ Embora aquando da utilização da referência de Intercalar, por vezes, a avaliação seja levada a cabo exatamente a meio da intervenção, como o nome sugere, não terá de ser obrigatoriamente assim, existindo flexibilidade temporal para a avaliação. Tendo como base MEANS (1999), os autores de avaliações Intercalares poderão intervir quer mais próximo dos primeiros anos do período de programação, quer exatamente a meio do período, quer mais próximo dos últimos anos do período de programação, consoante as necessidades específicas de cada avaliação. Seguindo também ESER e NUSSMUELLER (2006), pode-se constatar que enquanto as etapas da avaliação *Ex-ante* e *Ex-post* parecem ser claras, a da avaliação Intercalar parece ser mais ambígua.

valiosa do sistema de avaliação, uma vez que possibilita que o programa seja ajustado à luz da experiência e poder ser recalibrado nesta fase de forma a corrigir algumas imperfeições de aplicabilidade ou de conceção, antes de terminar o seu período de implementação.

TREVIASAN e VAN BELLEN (2004:541) seguem a mesma perspetiva, referindo que, “a avaliação intercalar, também chamada de formativa, é conduzida durante a implementação de um programa, como meio de se adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para o qual se deseja contribuir. O objetivo é dar suporte e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa. E a ênfase é dada à aplicabilidade direta dos resultados”.

Ainda nesta ótica MEANS (1999), define como um alvo para a avaliação Intercalar, o de aumentar o nível de conhecimento acerca de um programa e da sua implementação, sendo que ESER e NUSSMUELLER (2006) acrescentam que a avaliação Intercalar deve também proporcionar uma função de aprendizagem a fim de adaptar os programas. Desta forma, segundo DGA (1999), a avaliação Intercalar ajuda a dar ao programa uma nova orientação em caso de necessidade e a melhorar a sua execução. Em termos práticos, para ESER e NUSSMUELLER, (2006), isto significa que a avaliação Intercalar cobre uma função algures entre a responsabilização e a aprendizagem⁷².

Para EVALSED (2009:144), “a avaliação Intercalar é executada no decorrer da segunda fase do ciclo de programação e durante a implementação das intervenções.” Desta forma, dependendo das conclusões da avaliação intercalar, poderão fazer-se ajustes ainda durante o próprio ciclo de programação.

Esta avaliação analisa criticamente os primeiros efeitos e resultados das intervenções. Também avalia a gestão financeira do programa, e a qualidade da sua monitorização e implementação. Mostra também de que modo as intenções originais foram executadas, e, quando aplicável, verifica se foram efetuadas alterações de facto aos objetivos iniciais. Comparativamente à situação inicial, realça as alterações ao contexto económico e social geral, e avalia se os objetivos continuam a ser relevantes.

⁷² Seguindo de perto ESER e NUSSMUELLER (2006), as recomendações de uma avaliação Intercalar podem ser, em termos práticos, sumariadas por: i) análise dos resultados de avaliação anteriores; ii) análise de continuidade de uma avaliação *Ex-ante* analisando para tal as forças, fraquezas e potencial de um Estado, região ou setor; iii) quantificar objetivos, resultados e impactos; iv) avaliar a eficácia e eficiência na data e impactos socioeconómicos esperados; v) qualidade da implementação e planos de monitorização; e vi) a reserva de performance.



Seguindo de perto EVALSED (2009), a avaliação Intercalar possui uma natureza formativa, ou seja, produz *feedback* direto sobre o programa que está a ajudar a melhorar.

EVALSED (2009), no período 2007-2013, a avaliação Intercalar tem vindo a ser substituída pela avaliação Contínua, de preferência baseada num plano de avaliação plurianual. Esta nova abordagem tem como objetivo ultrapassar os aspetos de rigidez da avaliação Intercalar, decorrentes da calendarização do programa que tenha sido definida para essa avaliação Intercalar, e facilitar a avaliação das necessidades do programa mais facilmente. Para a EUROPEAN COMMISSION (2013:14), a “avaliação durante o período de programação deve refletir as necessidades dos programas”.

Pode então concluir-se que, uma avaliação Intercalar desempenha um importante papel na produção de um *feedback* durante o processo de implementação, possibilitando dessa forma, auxiliar na melhoria da qualidade das intervenções que estão a decorrer. Este tipo de avaliação, é de tal forma relevante que pode mesmo ser uma fonte de informação privilegiada para efeitos de desenho de futuras gerações dos programas ou intervenções.

2.1.8.3 - Avaliação *Ex-post*

De acordo com MEANS (1999:53) a avaliação *Ex-post*⁷³ é uma “avaliação que recapitula e julga uma intervenção após a sua conclusão”. Para tal, seguindo DGA (1999), a avaliação *Ex-post* terá como objetivo determinar a eficácia de uma intervenção depois de esta ter sido concluída no que respeita às autoridades legais e orçamentais, bem como ao público. Poderá ainda, servir de orientação para eventuais ações destinadas a dar seguimento ao programa, ajudando por exemplo, a definir as melhores práticas a adotar no futuro.

BACHTLER e WREN (2006) apresentam uma contribuição que reforça o sentido, de que a avaliação *Ex-post*, consiste na fase final no processo de avaliação, sendo que, o seu objetivo será o de examinar o uso de recursos e a eficácia e eficiência da ajuda financeira, e ou, a técnica concedida e seu impacto, com uma visão para chegar a conclusões políticas, económicas e de coesão social⁷⁴.

⁷³ Também denominada de avaliação à posteriori.

⁷⁴ Para BACHTLER e WREN, (2006) a avaliação *Ex-post* está claramente limitada por problemas de disponibilidade e fiabilidade de dados e dificuldades metodológicas em isolar os efeitos de suporte da UE de outras influências.



A COMISSÃO DE GESTÃO (2001) acrescenta que, este tipo de avaliação também poderá ser efetuada tendo em conta, resultados das avaliações já efetuadas anteriormente, caso obviamente estas existam. A EUROPEAN COMMISSION (2004) apresenta uma perspetiva mais global, na qual a avaliação *Ex-post*, deverá também apurar a sustentabilidade dos impactos⁷⁵ e os principais fatores que poderão estar por detrás de possíveis sucessos ou fracassos das intervenções realizadas com apoio do programa.

Para EVALSED (2009:144), “a avaliação *Ex-post* recapitula e tece considerações acerca de todo o programa, sobretudo em termos dos seus impactos. O seu objetivo consiste em justificar a utilização dos recursos e reportar a eficácia e a eficiência das intervenções, bem como saber em que medida se alcançou os efeitos esperados”.

Desta forma, e de acordo com EUROPEAN COMMISSION (2013), será possível obter uma visão do período de programação como um todo, centrando-se em fatores de sucesso ou de fracasso, e na sustentabilidade dos resultados e dos impactos. Procurando assim, retirar conclusões que se possam generalizar e aplicar a outros programas ou regiões.

2.1.8.4 - Ciclo de avaliação de Políticas Públicas

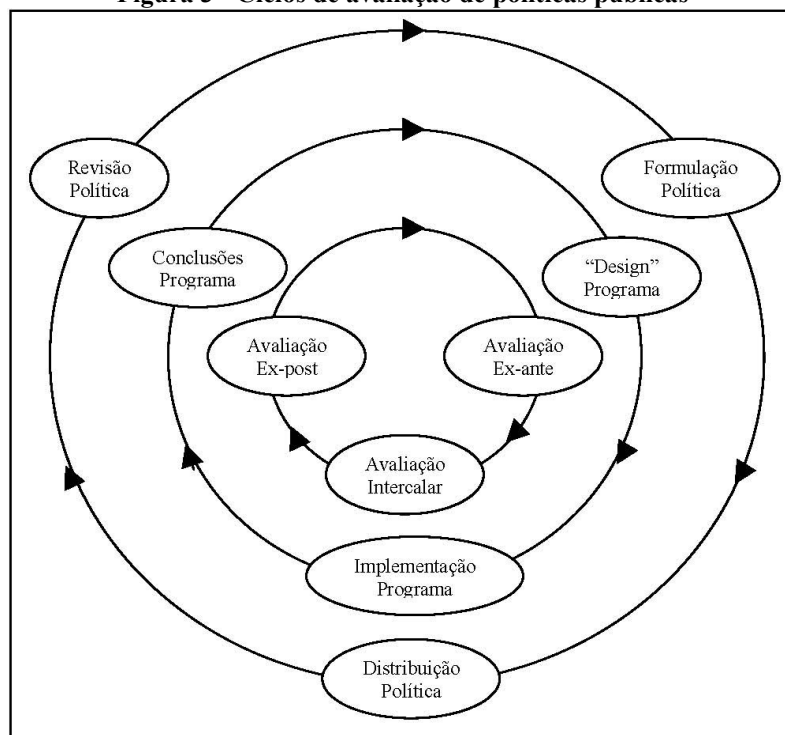
Em EVALSED (2009), é defendido que um ciclo de intervenção política se inicia quando se formulam as políticas (e os programas com elas relacionados), e que continua com o planeamento e atribuição de recursos, a conceção de programas, a sua implementação e a concretização das suas realizações e resultados.

A linguagem da avaliação segue em muitos casos este ciclo, como se pode verificar através dos termos de avaliação *Ex-ante*, Intercalar e *Ex-post*, utilizados normalmente, mas não só, no âmbito da avaliação de políticas, programas e medidas concretizadas com financiamento dos Fundos Estruturais Europeus.

Assim sendo, apresenta-se de seguida o ciclo de avaliação de políticas públicas, no qual estão representadas as várias relações circulares entre a política pública propriamente dita, o seu programa correspondente e as respetivas etapas da sua avaliação.

⁷⁵ Uma vez que normalmente levará sempre algum tempo para os impactos de facto se materializarem, este tipo de avaliação deverá ser levada a cabo algum tempo depois da intervenção estar concluída.

Figura 3 - Ciclos de avaliação de políticas públicas



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009).

Como se pode observar na figura 3, existem três ciclos temporais diferentes, importantes para todos os que estão envolvidos no processo de avaliação. Em primeiro lugar, o ciclo da avaliação que decorre em diferentes momentos e em fases distintas da avaliação, depois, o ciclo dos programas que gera, ele próprio, uma procura por estes diferentes momentos de avaliação. Existe ainda um terceiro ciclo, o ciclo das políticas, que dá forma e influencia os programas, bem como, inevitavelmente, os requisitos da avaliação. Normalmente, o ciclo das políticas é mais prolongado do que o ciclo dos programas.

Para BACHTLER e WREN (2006), a avaliação de políticas públicas deverá ser conduzida de acordo com os pontos definidos no ciclo de programação. Para tal, segundo EVALSED (2009), o círculo interno começa com a avaliação *Ex-ante* (que precede o levantamento das necessidades iniciais e a análise da viabilidade dos programas planeados), passa pela avaliação Intercalar (que documenta o progresso e a implementação), e finalmente, termina na avaliação *Ex-post* (com um enfoque nos resultados).

Contudo, nesta lógica, as avaliações *Ex-ante* devem contribuir para a conceção dos programas e formulação das políticas, do mesmo modo, que as avaliações Intercalares

deverão contribuir para a própria qualidade e eficiência da implementação dos programas e políticas. No final do ciclo de avaliação, as avaliações *Ex-post* devem contribuir para a revisão das políticas.

Segundo ARMSTRONG e WELLS (2006), no caso concreto da Comissão Europeia, uma vez completo o ciclo de avaliação, a Comissão Europeia procura combinar os resultados de todas as avaliações efetuadas, como um todo, com vista a obter resultados ainda mais relevantes que possam ser generalizados a outras políticas e períodos de programação.

2.1.9 - A definição das questões e critérios de avaliação de Políticas Públicas

A definição das questões e critérios de avaliação é uma parte essencial da fase inicial de qualquer avaliação.

Segundo EVALSED (2009:43), as questões de avaliação podem colocar-se a diferentes níveis, podendo ser:

- i) questões descritivas, com o intuito de observar, descrever e medir a mudança;
- ii) questões causais, que procuram compreender e avaliar as relações de causa e efeito;
- iii) questões prospetivas, que procuram prever os acontecimentos resultantes das intervenções planeadas;
- iv) questões críticas que têm por objetivo apoiar a mudança, em muitos casos, a partir de uma perspetiva de valor;

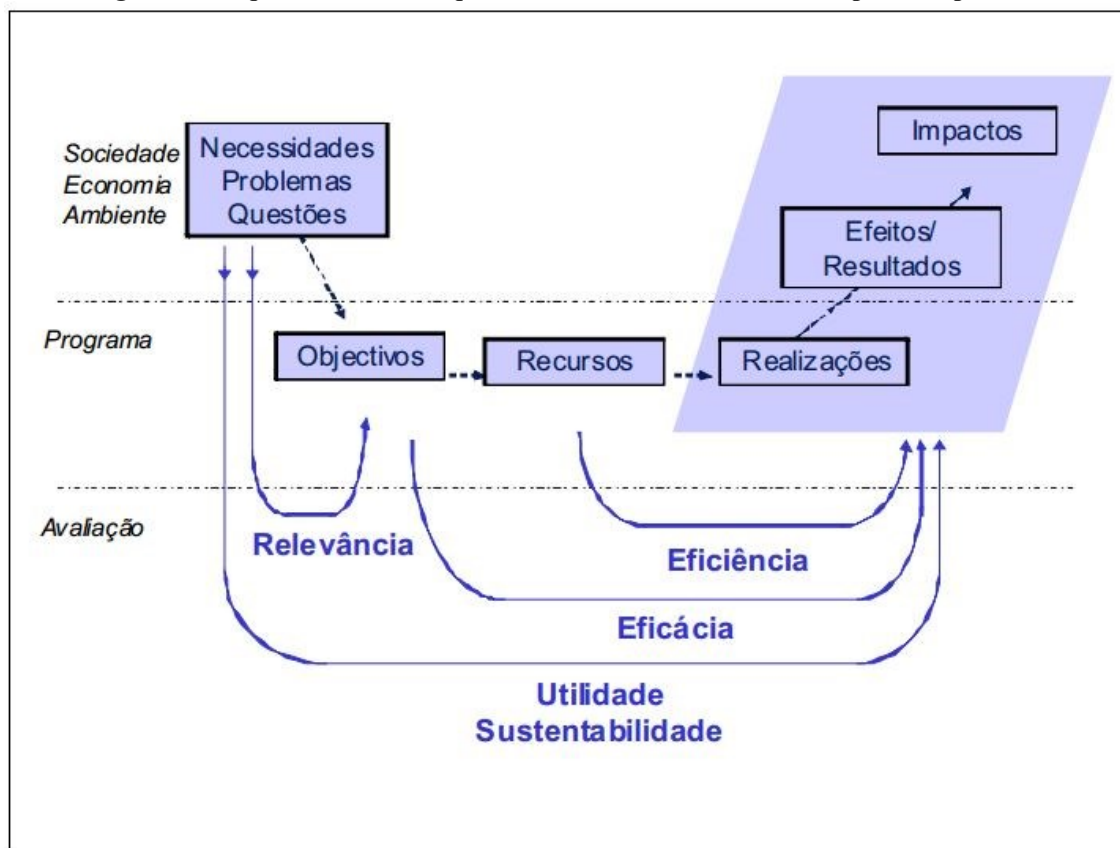
As questões de avaliação, por seu lado, estão relacionadas com os principais critérios de avaliação que vierem a ser definidos. Seguindo de perto EVALSED (2009), podemos assumir como principais critérios de avaliação: i) a Relevância⁷⁶; ii) a Eficácia⁷⁷; iii) a Eficiência⁷⁸; iv) a Utilidade⁷⁹; v) a Sustentabilidade⁸⁰.

⁷⁶ Exemplos de questões de avaliação relacionadas: i) em que medida é que os objetivos do programa se justificam pelas necessidades?; ii) poderá comprovar-se o motivo da sua existência?; iii) correspondem às prioridades locais, nacionais e europeias?

⁷⁷ Exemplos de questões de avaliação relacionadas: i) em que medida é que os objetivos foram alcançados?; ii) as intervenções e os instrumentos utilizados produziram os efeitos esperados?; iii) poderá obter-se mais efeitos utilizando instrumentos diferentes?

⁷⁸ Exemplos de questões de avaliação relacionadas: i) os objetivos foram alcançados a custos mais reduzidos?; ii) seria possível obter-se melhores efeitos ao mesmo custo?

Figura 4 - Enquadramento das questões e critérios de avaliação de políticas públicas



Fonte: Adaptado de EVALSED (2009).

Segundo EVALSED (2009), o termo Relevância, no contexto de uma avaliação, refere-se à adequabilidade dos objetivos explícitos do programa em relação aos problemas socioeconómicos que devem solucionar. Para EVALSED (2009), na avaliação *Ex-ante*, as questões da análise de relevância são muito importantes, uma vez que o enfoque se encontra na escolha da melhor estratégia de intervenção a adotar ou na justificação da estratégia proposta. Na avaliação Intercalar, o objetivo consiste em verificar se o contexto socioeconómico evoluiu da forma esperada, e se a evolução coloca em causa um objetivo em particular, ou o programa ou medida no seu conjunto.

Segundo EVALSED (2009:44), “o termo Eficácia designa a verificação dos objetivos formulados no programa: se estão a ser alcançados, quais os sucessos e as dificuldades, e se as

⁷⁹ Exemplos de questões de avaliação relacionadas: i) os efeitos esperados ou inesperados são globalmente satisfatórios, do ponto de vista dos beneficiários diretos ou indiretos?

⁸⁰ Exemplos de questões de avaliação relacionadas: i) os resultados e os impactos, incluindo as mudanças institucionais, são duradouros?; ii) os impactos irão continuar se não houver mais financiamento público?



soluções selecionadas são as adequadas, bem como qual a influência dos fatores externos, com origem fora do programa, na execução do programa”.

Para tal, segundo MARTINEZ, RAWLINGS e VERMEERSCH (2011:14), “os estudos de eficácia são tipicamente levados a cabo num ambiente muito específico, com um pesado envolvimento técnico por parte dos avaliadores durante a fase de implementação do programa”.

Para EVALSED (2009:44), “o termo Eficiência é avaliado comparando os resultados obtidos ou, de preferência, os impactos produzidos, e os recursos mobilizados”. Por outras palavras, a análise de eficiência avalia se os efeitos obtidos estão em conformidade com os recursos aplicados.

De acordo com MARTINEZ, RAWLINGS e VERMEERSCH (2011:14) “os estudos de eficiência fornecem evidências relativamente às intervenções que ocorrem em circunstâncias normais, usando canais de implementação regulares. Quando as avaliações de eficiência são devidamente projetadas e implementadas, os resultados obtidos são uma realidade não só para a amostra de avaliação, mas também para outros beneficiários pretendidos fora da amostra”.

Em forma de resumo, verifica-se que, segundo MANDL, DIERX e ILZKOVITZ (2008:2), “a análise da eficiência e da eficácia é sobre as relações entre entradas, saídas e resultados”.

Atualmente, as técnicas para medir a eficácia e a eficiência têm sido substancialmente aperfeiçoadas, sendo que, as investigações de eficácia e de eficiência tornaram-se cada vez mais frequentes. No entanto, segundo MANDL, DIERX e ILZKOVITZ (2008:2), “a medição da eficiência e da eficácia da despesa pública continua a ser um desafio conceptual”. Seguindo de perto MANDL, DIERX e ILZKOVITZ (2008), os problemas de medição, neste contexto, surgem porque a despesa pública tem múltiplos objetivos e porque os *outputs* do setor público, não são, na generalidade das vezes, possíveis de serem “vendidos” no mercado, implicando que, não existam dados disponíveis sobre os preços aplicáveis aos mesmos, originando que o *output* não possa ser, na maioria das vezes, quantificado nesse contexto.

Para EVALSED (2009:45), “o critério da Utilidade julga os impactos obtidos pelo programa em relação a necessidades sociais e económicas mais alargadas. A utilidade constitui um critério de avaliação muito específico, uma vez que não faz qualquer referência



aos objetivos oficiais do programa”. Segundo EVALSED (2009), pode ser prudente formular uma questão de utilidade sempre que os objetivos do programa estejam mal definidos, ou sempre que existam muitos impactos inesperados. Este critério deverá, no entanto, ser utilizado com cuidado, para assegurar que o avaliador não seleciona as necessidades ou questões importantes de forma muito subjetiva. Assim sendo, como forma de precaução contra este risco, poderá optar-se por envolver outras partes interessadas e, em particular, os beneficiários, na seleção das questões de utilidade⁸¹.

Segundo EVALSED (2009:45), “o termo Sustentabilidade refere-se à medida em que os resultados e as realizações da intervenção são duradouros”. Muitas vezes, as avaliações procuram ter em consideração a sustentabilidade das mudanças institucionais, bem como os impactos socioeconómicos daí decorrentes. Seguindo de perto EVALSED (2009), os critérios da análise de sustentabilidade também estão relacionados com o conceito de desenvolvimento sustentável, que pode ver-se como uma definição de utilidade, sobretudo se, o desenvolvimento sustentável for definido como sendo referente à manutenção de capitais humanos, produtivos, naturais e sociais, em vez de se concentrar, exclusivamente, na questão da preservação do ambiente para gerações futuras.

Estes critérios não são exclusivos. Segundo EVALSED (2009), outros critérios como: i) a equidade; ii) a coerência interna e externa; iii) a sinergia; e iv) a reprodutibilidade, também se utilizam frequentemente em avaliação. Além disso, os critérios de avaliação, e as questões de avaliação daí decorrentes, podem estar relacionados também com as consequências negativas e positivas esperadas ou não esperadas das intervenções.

Assim sendo, para finalizar, importa referir que, embora os programas possuam a sua própria lógica e os seus próprios objetivos, estão integrados em políticas que, desejavelmente, lhes definem uma finalidade mais abrangente, sendo que, por isso mesmo, a avaliação não deverá ser restritamente limitada aos objetivos e às prioridades dos programas.

2.2 - OS INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

⁸¹ Exemplo de questão de avaliação relacionadas com o critério de avaliação Utilidade: Os efeitos esperados ou inesperados são globalmente satisfatórios, do ponto de vista dos beneficiários diretos ou indiretos?



Este ponto deste Capítulo tem como objetivo dar uma orientação, sobre a escolha e a utilização de indicadores para a avaliação de políticas públicas. Propõe-se para tal, mostrar que tipos de indicadores úteis poderão ser definidos e utilizados, e como deverão ser selecionados e quantificados, de acordo com uma abordagem programática e pragmática.

2.2.1 - A definição de indicador

Segundo EVALSED (2009:121), “poder-se-á definir um indicador como sendo a medição de um objetivo que se pretende cumprir, um recurso que se pretende mobilizar, um efeito que se pretende obter, um medidor de qualidade que se pretende assegurar ou uma variável de um contexto específico a ter em conta”. Desta forma, seguindo MEANS (1999), um indicador produz informações quantificadas, com vista a ajudar os atores relacionados com as intervenções públicas a comunicar, negociar ou a tomar decisões. No âmbito da avaliação, os indicadores mais importantes são os que estão relacionados com a aferição dos critérios de sucesso das intervenções públicas.

Para KUSTERS (2011:51), “um indicador pode ser definido como sendo um fator ou variável quantitativa ou qualitativa, que fornece uma base simples e fíável para avaliar a realização, a mudança ou o desempenho”. De acordo com KUSTERS (2011), uma determinada meta ou objetivo pode ter vários indicadores.

A utilização de vários indicadores também é defendida por BARCA and McCANN (coord.) (2011:6), afirmando mesmo que, “por definição, qualquer indicador capta apenas alguns aspetos do resultado que é suposto medir. Diferentes aspetos do mesmo resultado podem enviar sinais diferentes sobre se o bem-estar está melhorando ou piorando”, reforçando assim a necessidade da utilização de vários indicadores na avaliação de políticas públicas.

No âmbito da avaliação, um indicador também pode medir um facto ou uma opinião, podendo utilizar, para tal, a medida adotada como sendo geralmente aproximada. Um indicador pode ser construído especificamente para uma avaliação⁸², mas pode também, ser retirado de um sistema de acompanhamento ou de dados estatísticos já pré-existente.

⁸² Ex.: indicador *ad hoc* (*Ad hoc* é uma expressão latina cuja tradução literal é "para isto" ou "para esta finalidade").

Resumindo, um indicador fornece uma informação numérica sobre um elemento, considerado relevante, para seguir ou avaliar uma política⁸³. As qualidades necessárias (mas, em caso algum, suficientes) de um bom indicador são, o facto do mesmo dar uma informação simples, facilmente comunicável e compreendida da mesma forma, pelo fornecedor e pelo utilizador da informação⁸⁴.

2.2.2 - A utilização de dados e indicadores quantitativos e qualitativos na avaliação de Políticas Públicas

De acordo com MEANS (1999), no âmbito do acompanhamento e da avaliação de políticas públicas, programas ou medidas, os indicadores mais importantes estão normalmente ligados aos critérios de sucesso dos programas⁸⁵, sendo que, a medida dada por um indicador pode ser completa ou parcial.

Assim sendo, a título de exemplo, o indicador "taxa de consumo orçamental" mede todos os recursos financeiros utilizados pelo programa, podendo este indicador, calcular-se igualmente para as despesas públicas aos níveis comunitário, nacional e local. Pelo contrário, o indicador "número de quilómetros de autoestrada concluídos" é uma medida parcial das realizações. Para obter uma medida completa, seria necessário ter em conta não somente o comprimento da secção construída, mas também outros elementos importantes como o número de vias da autoestrada ou a sua velocidade de referência.

Outros indicadores, por seu lado, medem uma variável definida, como por exemplo, o "número de explorações vitivinícolas ajudadas por uma política". Em contrapartida, outros indicadores são aplicáveis a conceitos abstratos e contribuem para a sua definição ao mesmo tempo que os medem. É o caso, por exemplo, do indicador "proporção das empresas vitivinícolas ajudadas que desenvolveram novas atividades em setores onde a procura

⁸³ Ex.: 1200 desempregados de longa duração, receberam uma formação financiada pelo programa de estágios profissionais; ii) 75 dos participantes nos estágios profissionais declaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos.

⁸⁴ Um indicador pode ter vários valores de acordo com o estado da variável quantitativa que se pretende medir. Assim sendo, o indicador da taxa de desemprego, por exemplo, pode ter um valor inicial, um valor de objetivo a atingir a médio prazo, um valor constatado durante o processo, entre outros. Como exemplos de indicadores que se compreendem espontaneamente podemos apontar: i) a taxa de consumo orçamental; ii) a percentagem das empresas regionais que foram ajudadas por determinada política; iii) o número de empregos reais criados; iv) o número de desempregados em determinada zona.

⁸⁵ Ex.: i) estado de adiantamento dos projetos; ii) objetivo a atingir; iii) efeito benéfico a obter; iv) elemento de qualidade; v) progressos a realizar.



umenta". Este indicador mede o impacto do programa sobre a reorganização setorial e fornece ao mesmo tempo, uma definição da reorganização setorial alcançada.

Os indicadores constituem, sem dúvida, uma parte essencial do sistema de informação de uma política pública, de um programa ou de uma medida⁸⁶, ao lado de outras formas de informação mais qualitativas.

Existe algum debate sobre a importância das análises quantitativas e das análises qualitativas, na avaliação. Não sendo objetivo deste Estudo debater essas questões, serão ainda assim apresentadas algumas considerações de alguns autores relativamente a esta questão.

Para a KELLOGG FOUNDATION (2004:72), “a maioria das avaliações lida até certo ponto com informações quantitativas: as coisas que podem ser contadas e medidas”. Essa verificação de resultados possibilitada pelos dados quantitativos é fundamental, no entanto, segundo HAYNES, SERVICE, GOLDACRE, TORGERSON (2012:30), adicionalmente, “muitos caminhos envolvem a recolha de dados qualitativos para ajudar a explicar os resultados verificados, para suportarem futuras implementações, e para atuarem como guia em investigações futuras ou em melhoramentos da intervenção”.

VAN DER KNAAP (2001) e JAKOBY (2006), seguem uma linha de pensamento idêntica, uma vez que, para estes autores, a avaliação deverá também implicar e promover um processo comunicativo, em vez de seguir unicamente um caminho puramente analítico-racional, de forma a possibilitar que a avaliação possa ser utilizada como um catalisador de mudanças nas estratégias do programa, medidas e gestão de todo um sistema de políticas públicas.

Para KELLOGG FOUNDATION (2004:72), “as informações qualitativas podem ser usadas para descrever quais são as funções do programa e o que isso pode significar para as pessoas envolvidas”. Ainda segundo KELLOGG FOUNDATION (2004), a análise qualitativa detém também imenso valor, e em certos casos, pode até ser preferida, pois fornece um contexto para o projeto, e isso pode significar a possibilidade de, mais fácil e eficazmente serem feitas recomendações para a sua melhoria. Por outro lado, ainda para KELLOGG FOUNDATION (2004:72), essa utilização de informação qualitativa requer algum cuidado,

⁸⁶ O sistema de informação de uma política produz nomeadamente quadros de controlo, balanços, relatórios de atividade e relatórios de avaliação.

principalmente na recolha, pois pode ser portadora de “sentimentos das pessoas, e dar audiências fora de uma real compreensão da diferença que o programa realmente fez na vida dessas pessoas”.

Assim sendo, para procurar evitar tal situação, devem ser utilizadas técnicas adequadas para esse efeito. Segundo KELLOGG FOUNDATION (2004:72), “as técnicas qualitativas, como entrevistas em profundidade e observação participante, podem ajudar o avaliador a entender o contexto de um projeto ou política”. Será portanto esse o contexto, que estabelece o quadro para a compreensão significativa de outros dados quantitativos (exemplos: números, índices ou percentuais).

Para JAKOBY (2006), é compreensível que os políticos esperem dados quantitativos, precisos, das avaliações, principalmente acerca da criação de emprego, de segurança, ou até mesmo, sobre o crescimento económico induzido pelas medidas que tomaram. Assim, será mais fácil para eles, legitimar o uso de dinheiros públicos. É também claro, que uma análise quantitativa ajuda a compreender melhor as magnitudes dos *inputs* e *outputs*, bem como a sua coerência. Mas a confiança nos dados quantitativos pode diferir entre os *outputs* e os indicadores de impacto. O *output* imediato de um projeto pode ser facilmente medido, mas um impacto mais indireto é bastante difícil de traduzir em termos quantitativos, devido a interferências fora do âmbito da política pública pretendida⁸⁷.

Seguindo de perto JAKOBY (2006), quando existem dados quantitativos, estes devem ser preferidos, mas devem ser complementados com uma análise qualitativa.

De acordo com MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009), tudo aponta para que a Comissão Europeia, ainda não tenha encontrado um equilíbrio, uma preferência ou uma hierarquização, entre uma análise qualitativa ou quantitativa.

Esta aparente indefinição, até parece ser bastante compreensível uma vez que, na própria ótica deste Estudo, essa questão vai para além de uma pura avaliação económica dos efeitos das estratégias, medidas ou projetos, que cada vez mais, requer uma abordagem multidisciplinar direcionada para as necessidades de cada avaliação em particular⁸⁸.

⁸⁷ Ex.: o ambiente macroeconómico; os efeitos de outras medidas de política; competição entre políticas; intervalos de tempo entre as medidas tomadas e o seu impacto.

⁸⁸ As próprias necessidades a nível de indicadores poderão ditar o tipo de indicador mais conveniente e levar os avaliadores de políticas públicas a ter de muitas vezes de optar pelas segundas ou mesmo terceiras melhores

2.2.3 - Indicadores de Recursos, Realização, Resultados ou Efeitos e Impactos

De acordo com a bibliografia da especialidade, é possível identificar várias tipologias de indicadores para a avaliação de políticas públicas⁸⁹, sendo que, de uma forma resumida, cada uma dessas tipologias consiste na classificação dos indicadores, apurados para uma determinada avaliação, em várias categorias ou dimensões de análise, direcionadas para dar resposta, às questões específicas dessa mesma avaliação.

Essas tipologias de indicadores podem ser utilizadas isoladamente ou associadas, ser concebidas especialmente para uma avaliação, ou serem definidas em sede de programação da política. Desta forma, embora existam algumas tipologias mais “padronizadas” e mais frequentemente utilizadas que outras, deverão sempre ser flexibilizadas à avaliação que se pretenda desenvolver.

Neste ponto do Capítulo, irá abordar-se sobretudo a tipologia que maior contribuição teve para a elaboração deste Estudo. De acordo com MEANS (1999) e EVALSED (2009), esta tipologia é a mais utilizada ao nível da avaliação de políticas públicas, tendo sido inspirada na Técnica do Quadro Lógico⁹⁰ que é utilizada, desde há várias décadas, no campo da análise ao desenvolvimento.

Segundo MEANS (1999), uma política pública utiliza recursos⁹¹ para atingir um objetivo global. Assim sendo, para avaliar uma política, é importante decompor esta lógica global e distinguir uma sucessão de objetivos que se articulam entre si. Para tal, nesta tipologia, os indicadores de análise são classificados em quatro categorias: i) Indicadores de Recursos; ii) Indicadores de Realizações; iii) Indicadores de Resultados ou Efeitos, e iv) Indicadores de Impactos.

2.2.3.1 - Indicadores de Recursos

opções para indicadores, uma vez que, o que poderá parecer racional em primeira instância poderá, mostrar-se inviável num dado ambiente político.

⁸⁹ Ex.: Indicadores de Recursos, Realização, Intermédios e Desenvolvimento; Indicadores de Pertinência, Eficácia, Eficiência e Performance. Para maiores desenvolvimentos, cf.: DAUCÉ (2006) ou MEANS (1999).

⁹⁰ Esse quadro mostra que diferentes níveis de objetivos são associadas diferentes categorias de pessoas (ou de organizações) referidas pela política, sendo que, é importante definir claramente essas categorias de forma a possibilitar uma base para um estudo. Para maiores desenvolvimentos, cf.: MEANS (1999).

⁹¹ Ex.: os meios orçamentais, humanos e técnicos.



Segundo EVALSED (2009:122), “os Indicadores de Recursos transmitem informações sobre os meios financeiros, humanos, materiais, organizacionais ou regulamentares, utilizados para implementar os programas”, medidas ou políticas.

Assim sendo, para MEANS (1999), os recursos estão sob a responsabilidade conjunta das autoridades de financiamento⁹² que os distribuem, e dos operadores que os implementam, de forma a chegarem aos beneficiários do programa, medida ou política.

Os Indicadores de Recursos são, na sua maioria, regularmente quantificados por sistemas de monitorização. Para MARTINEZ, RAWLINGS e VERMEERSCH (2011:7), a monitorização “é um processo contínuo que acompanha o que está acontecendo dentro de um programa ou política e que utiliza os dados coletados para informar sobre a implementação do programa, sobre a sua gestão e as decisões correntes que vão sendo adotadas”.

Entre os exemplos de Indicadores de Recursos pode apresentar-se os seguintes: i) o orçamento total (quantidade de recursos); ii) os consumos orçamentais anuais (taxa de absorção dos recursos); iii) a percentagem de extrapolação do custo previsto; iv) a percentagem de financiamento europeu, face ao financiamento público total; v) o número de pessoas que trabalham na execução da política; vi) o número de organismos que intervêm na execução da política.

2.2.3.2 - Indicadores de Realização

Para EVALSED (2009:122), “os Indicadores de Realização representam o produto das atividades dos programas”. Mais precisamente, seguindo MEANS (1999), considera-se como uma realização, tudo aquilo que é obtido por contrapartida da despesa pública aplicada⁹³. Para

⁹² A fim de melhor enquadrar estes atores da política, e seguindo de perto MEANS (1999), podemos constatar que os financiadores do programa são entendidos como as pessoas ou as organizações que decidem execução e que atribuem os recursos necessários. No seguimento, os operadores são entendidos como os que utilizam os recursos mais perto do terreno, ou seja, são os últimos elos na cadeia de execução da política (ex.: uma administração local, uma Direção Regional de Agricultura). Por fim, os destinatários da política compreendem, de uma forma geral, todas as pessoas ou organizações que recebem vantagens ou sofrem inconvenientes devido ao programa de forma direta ou indireta. A razão de ser de uma política pública é produzir uma mudança positiva para seus destinatários.

⁹³ Ex.: Por um lado, um operador pode receber uma determinada ajuda financeira para financiar a criação de um serviço de conselhos às explorações agrícolas. Neste caso, a despesa “comprou” a instalação de um serviço de conselhos que é considerado como a realização. Por outro lado, a um operador pode-lhe ter sido atribuído um orçamento de 400.000 euros para um projeto que prevê dar 5.000 horas de conselho às explorações agrícolas. Contudo, se no final do projeto não tivesse dado mais que metade das horas de conselho previstas, o operador

DAUCÉ (1998), os Indicadores de Realização, ao nível das ações públicas, supõem o acesso a um certo número de informações simples, que dizem respeito às realizações físicas e às características dos beneficiários da ajuda pública. De acordo ainda com DAUCÉ (1998), essa tarefa até pode parecer relativamente simples, na medida em que, as variáveis necessárias foram previstas *à priori* e são apuradas pelos serviços de apoio à política, no entanto, na prática, as dificuldades são muitas, porque normalmente são necessárias imensas consultas aos respetivos dossiers de operações, a fim de recolher os dados de pesquisa necessários.

Pode-se apresentar como exemplos de Indicadores de Realizações, os seguintes: i) os quilómetros de estradas construídos; ii) as taxas de evolução dos trabalhos de construção de uma estrada; iii) o número de estagiários profissionais cuja formação foi paga pela política; iv) a percentagem de formações cuja qualidade é certificada.

2.2.3.3 - Indicadores de Resultados ou de Efeitos

Segundo EVALSED (2009:123), “os Indicadores de Resultados representam as vantagens imediatas do programa (ou, excecionalmente, as desvantagens imediatas) para os seus beneficiários diretos”. Nesta ótica, considera-se uma vantagem imediata, se esta surgir enquanto o beneficiário se encontra em contacto direto com o programa. É possível observar os resultados completos nos beneficiários quando o operador concluir a ação, e encerrar os pagamentos associados à política.

Sendo muito utilizados pelos operadores, os Indicadores de Resultados são quantificados geralmente de maneira exaustiva no âmbito do acompanhamento da execução do programa ou medida.

Segundo MEANS (1999), os Indicadores de Resultados, informam sobre as mudanças que dizem respeito aos destinatários diretos⁹⁴ da política, programa ou medida, e como tal, é no momento em que os destinatários recebem a ajuda ou os serviços da política que se pode quantificar os resultados.

receberia apenas 200.000 euros. Por outras palavras, se uma realização não se concretiza, a ajuda não é entregue. Neste caso, a realização seriam as 2.500 horas de conselho efetivamente dadas.



Os Indicadores de Resultados proporcionam informações sobre as mudanças que ocorrem e que ocorreram, e que afetam os beneficiários diretos, como, por exemplo: i) os ganhos de tempo dos utentes de uma estrada; ii) a diminuição do preço das comunicações telefónicas; iii) as qualificações adquiridas por agricultores; iv) a nova atividade de enoturismo criada por um vitivinicultor; v) os efeitos percebidos pelos vitivinicultores na capacidade de produção instalada, e vi) os efeitos percebidos pelos vitivinicultores na utilização de novos métodos de produção na vinha.

É no momento em que os beneficiários recebem o apoio financeiro ou serviços que lhe foram concedidos pelo do programa, que se podem quantificar os resultados. Procede-se então por medições diretas⁹⁵ (por exemplo, por contagem do número de estagiários contratados em cursos de formação em vitivinicultura), ou pedindo aos destinatários diretos que declarem os benefícios percebidos que obtiveram (por exemplo, através de um questionário de satisfação, ou de inquéritos específicos realizados pelo avaliador).

Dessa forma, para DAUCÉ (1998), os resultados apurados podem ser de ordem económica⁹⁶, social⁹⁷, ambiental ou até relativamente à formação dos recursos humanos. Para DAUCÉ (1998), além da dificuldade decorrente do ajustamento dos próprios efeitos, e da questão do tempo de observação, que é aqui essencial, é ainda importante ter presente, que os efeitos devem poder manifestar-se, mas no entanto, podem também diluírem-se no meio de outros múltiplos fatores intervenientes.

2.2.3.4 - Indicadores de Impacto

Segundo EVALSED (2009:123), “os Indicadores de Impacto representam as consequências do programa, para além da sua interação direta e imediata com os beneficiários”.

Assim sendo, de acordo com MEANS (1999), os impactos podem ser divididos em duas categorias distintas principais. Uma primeira categoria de impactos agrupa as

⁹⁵ Segundo DAUCÉ (1998), os Indicadores de Resultados (ao nível dos objetivos estratégicos) podem por vezes, de forma provisória, ser encontrados nas fichas de indicadores, preenchidas quando da instrução dos *dossiers* de procura de ajudas.

⁹⁶ Ex.: produção, lucro, emprego.

⁹⁷ Ex.: condições e qualidade de vida.



consequências do programa para os destinatários diretos, que surgem ou duram até médio prazo (impactos específicos). Por exemplo, a circulação sobre uma estrada um ano após a sua abertura, a colocação dos estagiários de enologia ao fim de doze meses, os empregos estáveis criados num estabelecimento agrícola construído com a ajuda de uma política. Uma segunda categoria de impactos é constituída por todas as consequências que afetam, a curto ou médio prazo, pessoas ou organismos que não são destinatários diretos. Estes impactos podem estar “próximos” (por exemplo a melhoria da qualidade de vida para a vizinhança de uma zona agrícola reabilitada, a melhoria da qualidade das praias próximas de uma nova estação de tratamento) ou podem estender-se a pessoas ou organizações “afastadas”, como no caso dos impactos macroeconómicos.

2.3 - OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.3.1 - Revisão sobre os principais guias de avaliação de Políticas Públicas

A inserção das iniciativas de desenvolvimento rural nos programas apoiados pelos Fundos Europeus no início dos anos 90, coincidiu, de alguma forma, com uma expansão e aumento da complexidade dos métodos de avaliação. Essa coincidência, em determinados aspetos, não terá sido por acaso, uma vez que o aumento das iniciativas públicas, na qual a avaliação era parte integrante ou necessária, arrastou consigo novos desafios para os avaliadores.

Como contributo para as necessidades implícitas a esses novos desafios, cada vez mais, têm sido elaborados guias de avaliação com a finalidade de proporcionar uma base metodológica válida. Estes guias de avaliação de políticas públicas ganham cada vez mais uma relevância acrescida para os avaliadores e investigadores, e também para os decisores públicos. Especialmente para os processos de conceção, avaliação e monitorização de políticas, programas e medidas. A panóplia de guias de avaliação existente é hoje bastante vasta, pelo que, este ponto do Capítulo, se centrará especialmente nos guias de avaliação que são, pela sua aplicabilidade ou adaptabilidade aos objetivos pretendidos, de forma direta, mais relevantes para a realização deste Estudo.

Entre o conjunto mais relevante de guias sobre a avaliação de políticas públicas, um especialmente importante da Comissão Europeia, foi introduzido pela Coleção MEANS - *Évaluer les programmes socio-économiques*. A primeira versão da coleção MEANS foi publicada por um grupo de especialistas em 1999. Tem seis volumes, ao longo dos quais são detalhados os principais fundamentos da avaliação de programas socioeconómicos com financiamento público. O referido guia proporciona os elementos necessários para conduzir um exercício de avaliação de uma política, ou de um programa ou medida, do princípio ao fim⁹⁸. Apresenta também, uma lista das principais técnicas que podem ser utilizadas, explicando as suas vantagens e desvantagens e define critérios para escolher entre elas a que mais se adapta ao pretendido, de acordo com os objetivos de avaliação e ou de investigação pretendidos.

Como uma forma de complementar, e até atualizar, alguns aspetos da coleção MEANS (1999), em 2003, foi publicado, também pela Comissão Europeia - Direção Geral de Política Regional, o *The Guide on evaluation of socio-economic development*, destinado a todos os que estão envolvidos, por toda a Europa, em avaliações sobre a aplicação de programas e medidas com objetivos de desenvolvimento socioeconómico com apoio de financiamento comunitário. Este guia, que foi elaborado pelo TAVISTOCK INSTITUTE conjuntamente com a consultora GHK e o IRS (2003), proporciona uma útil classificação dos diferentes métodos de avaliação atualmente disponíveis. É possível utilizá-lo para localizar a prática de avaliação, dentro de um largo espetro dos vários métodos de avaliação, bem como, para realizar o seu contraste com os anteriores. Para ARMSTRONG e WELLS, (2006) o *The Guide*, designação simplificada que acabou por adotar, revela bem o quanto a avaliação moderna se tornou complexa.

A Direção Geral de Política Regional da União Europeia apresentou ainda dois outros guias também especialmente relevantes, intitulados: *Guide to cost-benefit analysis of investment projects* e *Guide to cost- Benefit analysis of major projects*. Estes dois guias foram inicialmente concebidos para uso da Comissão de Avaliação da Direção Geral de Política

⁹⁸ De uma forma geral pode-se afirmar que, entre muitos aspetos: i) refere a divisão de tarefas ao longo do processo de avaliação; ii) especifica o âmbito e objetivos de uma avaliação; iii) proporciona orientação sobre a qualidade dos relatórios de avaliação; e iv) também dá recomendações sobre como os resultados de uma avaliação deverão ser usados. Pretende também mostrar que indicadores úteis poderão ser definidos, selecionados e quantificados de acordo com uma abordagem pragmática.



Regional da União Europeia e consultores externos, mas posteriormente foram divulgados, a todos os interessados em desenvolver este tipo de análise⁹⁹.

Ainda dentro do âmbito da Comissão Europeia, a Direção Geral do Orçamento apresentou uma contribuição válida com o guia *Evaluating EU expenditure programmes, ex post and intermediate evaluation*¹⁰⁰. Este guia, embora publicado em 1997, ainda mantém uma relevância perfeitamente atual enquanto guia, que abarca os conceitos básicos, a preparação, a gestão e as principais abordagens a adotar na avaliação de um programa. Este último guia viria a ser atualizado pelo guia *Evaluating EU activities - A practical guide for the Commission services*. Publicado em 2004, este guia apresenta uma revisão de regras e boas práticas da Comissão, de acordo com as suas várias atividades, permitindo assim auxiliar os potenciais avaliadores e investigadores de dentro ou fora da Comissão Europeia que tenham necessidade de planear, coordenar, dar continuidade ou até mesmo utilizar avaliações.

Associada aos períodos de conceção e implementação dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), bem como dos Quadros de Referência Estratégicos Nacionais (QREN) e de preparação do Quadro Estratégico Comum (QEC), a Comissão Europeia disponibilizou guias para a avaliação dos mesmos, que fornecem uma vasta informação sobre a programação e os requerimentos de avaliação utilizados na avaliação específica dos QCA, mas que mostram também aplicabilidade em estudos afins.

Neste domínio, a Comissão Europeia tem vindo, ao longo dos anos, a promover um importante trabalho, com um enfoque particular na avaliação da política de coesão da UE, desde, nomeadamente, a publicação da Coleção MEANS (1999), até mais recentemente, a disponibilização do Guia EVALSED (2009), enquanto guia para a avaliação do desenvolvimento socioeconómico da Europa.

De acordo com OBSERVATORIO DO QREN¹⁰¹, o Guia EVALSED (2009), “define o papel da avaliação no desenvolvimento socioeconómico, debate as diversas formas de promoção das capacidades de avaliação, apresenta as diferentes metodologias e técnicas que podem ser mobilizadas em sede de avaliação, bem como proporciona orientações

⁹⁹ Disponíveis em: “http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/guides/guide_en.htm”.

¹⁰⁰ Disponível em: “http://Europa.eu.int/comm/budget/evaluation/index_en.htm”.

¹⁰¹ Disponível em: “<http://www.observatorio.pt>”.



relativamente ao modo como devem ser concebidas e implementadas as avaliações e como assegurar a sua qualidade”.

Desta forma, este guia dirige-se a um vasto público na área da avaliação de programas de desenvolvimento socioeconómico, incluindo: i) a Comissão Europeia; ii) as administrações nacionais e regionais dos Estados-membros; iii) os decisores políticos; iv) os gestores de programa ou medida; v) os parceiros dos programas e os demais agentes públicos que possam encomendar avaliações, para além, naturalmente, dos próprios avaliadores (consultores, organismos de investigação, universidades), e outras instituições e partes interessadas.

Segundo o OBSERVATORIO DO QREN¹⁰², o Guia EVALSED (2009), “está mais vocacionado para os utilizadores e o público em geral, mas constitui igualmente um instrumento que pode ser diretamente aplicado por parte de quem executa as avaliações, designadamente pelos especialistas” avaliadores e investigadores sobre políticas públicas.

Assim sendo, o guia será útil para todos os que tenham que planear, encomendar e gerir avaliações temáticas, de políticas e de projetos, bem como as avaliações de programas e medidas¹⁰³.

Em Janeiro de 2013, a Comissão Europeia lançou um novo guia de orientação para avaliações no período de programação 2014-2020 intitulado: *Programming Period 2014-2020 - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - Guidance document*.

Para EUROPEAN COMMISSION (2013:3), no atual contexto, “e com base nos resultados da avaliação *Ex-post* 2000-2006, a nova regulamentação da Política de Coesão implica o reforço da monitorização e da avaliação”.

Esta orientação faz parte do apoio global, que a Comissão pretende fornecer aos Estados-Membros e aos atores relevantes. O documento visa fornecer orientação concisa e prática para a implementação das novas regras, por parte das autoridades competentes dos Estados-Membros, bem como, por todos os intervenientes relevantes neste processo. Estabelece ainda, algumas mudanças importantes quanto à compreensão e organização da monitorização e da avaliação, entre as quais se destaca a ênfase colocada na necessidade de uma articulação mais clara dos objetivos de política. Isto é naturalmente crucial para ser

¹⁰² Disponível em: “<http://www.observatorio.pt>”.

¹⁰³ Esta ferramenta tem vindo a ser continuamente atualizada, quer pelos serviços da Comissão, quer incorporando os contributos de peritos externos e os resultados do debate e da partilha de conhecimento, contemplando atualmente também uma publicação *on-line* na plataforma eletrónica que lhe serve de suporte.

possível implementar uma política pública orientada para os resultados, e para se ir afastando de um foco, que tem sido muito predominante, e que é a questão da absorção de financiamento¹⁰⁴.

Este guia¹⁰⁵, no entanto, não inclui uma orientação detalhada sobre os métodos e instrumentos de avaliação, sendo referido nesse próprio guia, que a orientação nos métodos pode ser encontrada no guia EVALSED (2009), que permanecerá como o principal guia para a avaliação do desenvolvimento socioeconómico da Comissão Europeia.

É no entanto de salientar, que a crescente complexidade e exigências da avaliação de políticas, levam a que nenhum dos guias possa resolver isoladamente todas as questões de avaliação¹⁰⁶.

2.3.2 - Os principais instrumentos de avaliação de Políticas Públicas

Para HM TREASURY (2011b:45), “quando qualquer política, programa ou projeto seja concluído ou tenha avançado até um grau pré-determinado, deve passar por uma avaliação”.

Assim sendo, de acordo com EVALSED (2009), para se desenvolver uma avaliação, é necessário, inicialmente, tomar uma série de decisões sobre a conceção da avaliação¹⁰⁷. A seleção de instrumentos de avaliação de políticas públicas consiste, por conseguinte, numa componente essencial em todo este processo.

Segundo MEANS (1999), TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003) e EVALSED (2009), os principais instrumentos de avaliação de políticas públicas poderão ser divididos em dois grupos, a saber: i) instrumentos de avaliação geral de políticas públicas; ii) instrumentos para aprofundar uma questão de avaliação de políticas públicas.

O quadro 17 apresenta uma seleção dos principais instrumentos neste contexto

¹⁰⁴ Outra grande preocupação é a distinção mais clara entre as tarefas relacionadas com monitoramento e as relacionadas com a avaliação.

¹⁰⁵ Disponível em: “http://ec.europa.eu/regional_policy/information/evaluations/guidance_en.cfm”.

¹⁰⁶ A inovação aliada à utilização dos vários guias e métodos de avaliação disponíveis poderá ser sempre um caminho a ter presente.

¹⁰⁷ Será necessário, por exemplo: i) consultar os parceiros; ii) mapear a lógica do programa; iii) identificar as questões da avaliação; iv) selecionar critérios; e v) analisar a viabilidade da proposta.

Quadro 17 - Principais instrumentos de avaliação de políticas públicas

Instrumentos de avaliação geral de políticas públicas	Instrumentos para aprofundar uma questão de avaliação de políticas públicas
Análise SWOT	Cadre Logique (Quadro lógico)
Cartografia Conceptual de Impactos	Metaplan
Entrevista Individual	Inquérito por Questionário
Entrevista de Grupo (Focus Group)	Observação Ethnographique
Estudo de Caso	Análise Fatorial
Sistema de Informação Geográfico (SIG)	Inquérito Delphi
Análise Estrutural-Residual (Shift-Share)	Grupos de Comparação
Matriz de Entradas e Sidas	Análise de Regressão
Modelo Macroeconómico	Análise Custo-Eficiência
Painel de Especialistas	Benchmarking
Análise Multicritério	Análise Custo-Benefício

Fonte: MEANS (1999) e TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003). Elaboração Própria.

Segundo EVALSED (2009:100), a aplicação de instrumentos de avaliação de políticas públicas, “levanta inevitavelmente questões relativamente à origem dos dados e de provas concretas nas quais se baseiam os avaliadores. Aqui, consideram-se essas fontes de dados, não só em termos de como poderão ser analisadas, mas também em termos de como poderão ser localizadas ou inclusivamente criadas, no caso de não existirem previamente”.

A escolha dos instrumentos de avaliação, deverá portanto, ser realizada de acordo com as necessidades específicas e os recursos disponíveis associados à avaliação que se pretenda vir a desenvolver e à forma como esta será realizada. Seguindo TREASURY BOARD of CANADA (2012:35), “a forma como uma avaliação é realizada “irá variar de caso para caso”.

2.3.3 - A complexidade da utilização dos instrumentos de avaliação de Políticas Públicas

Seguindo de perto ARMSTRONG e WELLS (2006), desde o início dos anos noventa, as iniciativas políticas para o desenvolvimento económico da Comunidade Europeia têm registado uma rápida expansão e os instrumentos de avaliação que têm vindo a ser desenvolvidos têm-se esforçado para se adaptar à avaliação de políticas públicas cada vez mais sofisticadas e complexas.

De acordo com EUROPEAN COMMISSION (2013), cada vez mais, se estão a verificar progressos no que respeita à adaptação dos instrumentos de avaliação ao



desenvolvimento verificado nas políticas públicas. Ainda assim, muitos desafios se apresentam ainda para os avaliadores e investigadores, quer ao nível dos períodos de programação anteriores, quer para o novo período de 2014-2020.

A própria natureza das políticas e os avanços na sua conceção¹⁰⁸, confrontaram os avaliadores e os investigadores com uma série de novos requisitos tais como, a necessidade de combinar em simultâneo, numa mesma avaliação resultados económicos, sociais e ambientais. Situação por exemplo, que é muito comum aquando da avaliação de programas de desenvolvimento rural, ou mesmo, quando é necessário avaliar a sensibilidade dos agricultores face ao desenvolvimento rural, ou face ao ambiente.

A avaliação de políticas públicas com objetivos de desenvolvimento rural, de forma genérica, do ponto de vista da abordagem, não se mostra muito diferente das problemáticas inerentes à avaliação das restantes políticas financiadas pelos Fundos Estruturais Europeus. O que torna a avaliação, das políticas públicas com vista ao desenvolvimento rural, mais complexa, ainda é, a dificuldade de encontrar e aplicar os instrumentos *standards* de avaliação de políticas públicas a esta escala setorial e territorial de análise.

As políticas públicas europeias apresentam uma panóplia de vários tipos de iniciativas¹⁰⁹, pelo que, do ponto de vista de avaliação terão abordagens bastante distintas, com uma examinação específica, onde cada caso é um caso.

As políticas públicas colocam efetivamente várias dificuldades particulares para a sua avaliação¹¹⁰. Apesar dos problemas colocados serem completamente diversificados, as políticas públicas, segundo ARMSTRONG e WELLS (2006), são altamente complexas, com múltiplos objetivos¹¹¹, com múltiplos grupos de beneficiários e, frequentemente, utilizando muitos fluxos de fundos. Para BACHTLER e WREN (2006), alguma complexidade adicional

¹⁰⁸ Ex.: as políticas de inclusão social ou as de desenvolvimento rural.

¹⁰⁹ Ex.: políticas de formação profissional, de educação, de apoio as pequenas e médias empresas, políticas de desenvolvimento rural e/ou ambiental, de apoio ao *networking* comunitário, entre outros.

¹¹⁰ Segundo ARMSTRONG e WELLS (2006), a já complexa avaliação moderna de políticas públicas são ainda adicionadas três características: i) a avaliação é um *on-going process*. A Comissão Europeia através de requisitos regulamentares para as avaliações *Ex-ante*, Intercalar, ou *Ex-post* acaba por impor um certo grau de ordem em todo o processo. No entanto, estes procedimentos são desenhados com o objetivo de aumentar e não romper com um processo de aprendizagem *on-going*; ii) a avaliação e a monitorização são tidas em consideração. A monitorização e a avaliação não são completamente separadas, uma vez que os requerimentos para uma avaliação formal também abarcam a interpretação da evidência monitorizada disponível na altura da avaliação; iii) a avaliação e a monitorização são levadas a cabo em diferentes escalas (podem ser levadas a cabo para avaliar um projeto individual ou um programa).

¹¹¹ Apenas alguns dos quais são económicos.



pode ainda resultar da natureza da própria política que esta a ser avaliada. As políticas europeias são implementadas numa plataforma regulamentar muito idêntica, mas significativamente diferente no que concerne às circunstâncias nacionais e regionais em que são aplicadas. Nomeadamente, no que diz respeito às diferentes formas de gestão e implementação das políticas de desenvolvimento regional, e de organização político-administrativa, que caracterizam os diferentes Estados-membros.

Será portanto nestes cenários, que os instrumentos de avaliação de políticas públicas terão de atuar, tentando, isoladamente ou em conjunto, dar a melhor resposta às necessidades cada vez mais exigentes das políticas públicas.

2.3.4 - As problemáticas e os desafios da avaliação de Políticas Públicas

Segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS, (2003), a conceção, a qualidade e a utilização de uma avaliação de políticas públicas são assuntos complexos, até porque, é de fácil perceção que em avaliação não é possível abrir uma “caixa negra” que tenha como objetivo obter resposta a todas as questões e possibilitar assim, uma total compreensão do impacto de uma política.

Esta problemática da avaliação de políticas públicas tem na sua origem várias dificuldades, tais como: i) a complexidade das políticas; ii) a falta de dados quantitativos e qualitativos disponíveis na monitorização¹¹² das mesmas; iii) a atribuição do impacto alcançado exclusivamente a uma política, quando na realidade, outros fatores também interferiram; iv) a falta de objetividade quando existe falta de modelos, instrumentos ou experiências adequados às necessidades de avaliação concretas.

¹¹² A bibliografia da especialidade refere que a monitorização e a avaliação propriamente ditas têm funções relacionadas, na medida em que ambas se completam para julgar acontecimentos. Mas apesar dessa complementaridade, as duas não podem nem devem ser confundidas. Estão desfasadas, uma da outra, e em termos de resultados, visam objetivos diferentes. De acordo com ANDRADE (1996) a monitorização visa a provisão de informações para a gestão, que fica assim a saber como as ações estão a evoluir. Para ANDRADE (1996), o propósito imediato é fundamentar e permitir as tomadas de decisão, que serão deste modo confirmadas, reformuladas ou até suspensas, conforme tenham sido respetivamente bem, ou em parte mal sucedidas. Para este autor a avaliação é muito mais ambiciosa e visa conhecer o impacto final. A monitorização é uma componente interna da gestão e contenta-se em saber o que acontece em cada circunstância. A avaliação recorre frequentemente à informação obtida pela monitorização, mas também a outras fontes de várias naturezas, reunindo assim todo esse material e interpretando-o de acordo com determinados critérios para chegar a conclusões.



Estas dificuldades têm sido objeto de reflexão na literatura académica¹¹³, sendo que, os guias de avaliação também tentam, de certa forma, contribuir para atenuar algumas dessas dificuldades. BASLÉ (2006) acrescenta mesmo, que essas dificuldades são reflexo de outros problemas tais como: i) a inviabilidade de estatísticas e dados apropriados; ii) a dificuldade de produzir termos de referência e indicadores adequados; iii) a necessidade de avaliações históricas para preparar futuras decisões.

Apesar das dificuldades, avaliadores e investigadores têm conseguido dar resposta às necessidades de avaliação, sendo também de referir, que o processo de avaliação é um dos melhores geridos pela Comissão Europeia (CE), e os seus resultados têm sido utilizados frequentemente, para auxiliar o desenho e implementação das futuras políticas públicas da UE e têm sido reconhecidos, à escala supra União Europeia, como referências internacionais, enquanto boas práticas, para a avaliação de políticas públicas, de programas e medidas de política.

De acordo com EUROPEAN COMMISSION (2013), espera-se que, para o novo período de programação 2014 - 2020, uma nova e pragmática cultura de avaliação penetre a cada nível de administração das políticas públicas, sendo que o processo de avaliação, para além dos investigadores e avaliadores deve, cada vez mais, ser do interesse de quem concebe a política¹¹⁴. As constantes práticas dessa nova cultura de avaliação que irão decorrer neste novo período de programação 2014 – 2020, poderão ter como consequência, uma política Europeia com um melhor desenho, monitorização, avaliação e utilização, que por sua vez, se poderá traduzir numa melhor credibilidade para as políticas públicas europeias.

2.4 - A APLICABILIDADE E ADAPTABILIDADE DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO ESTUDO EFETUADO

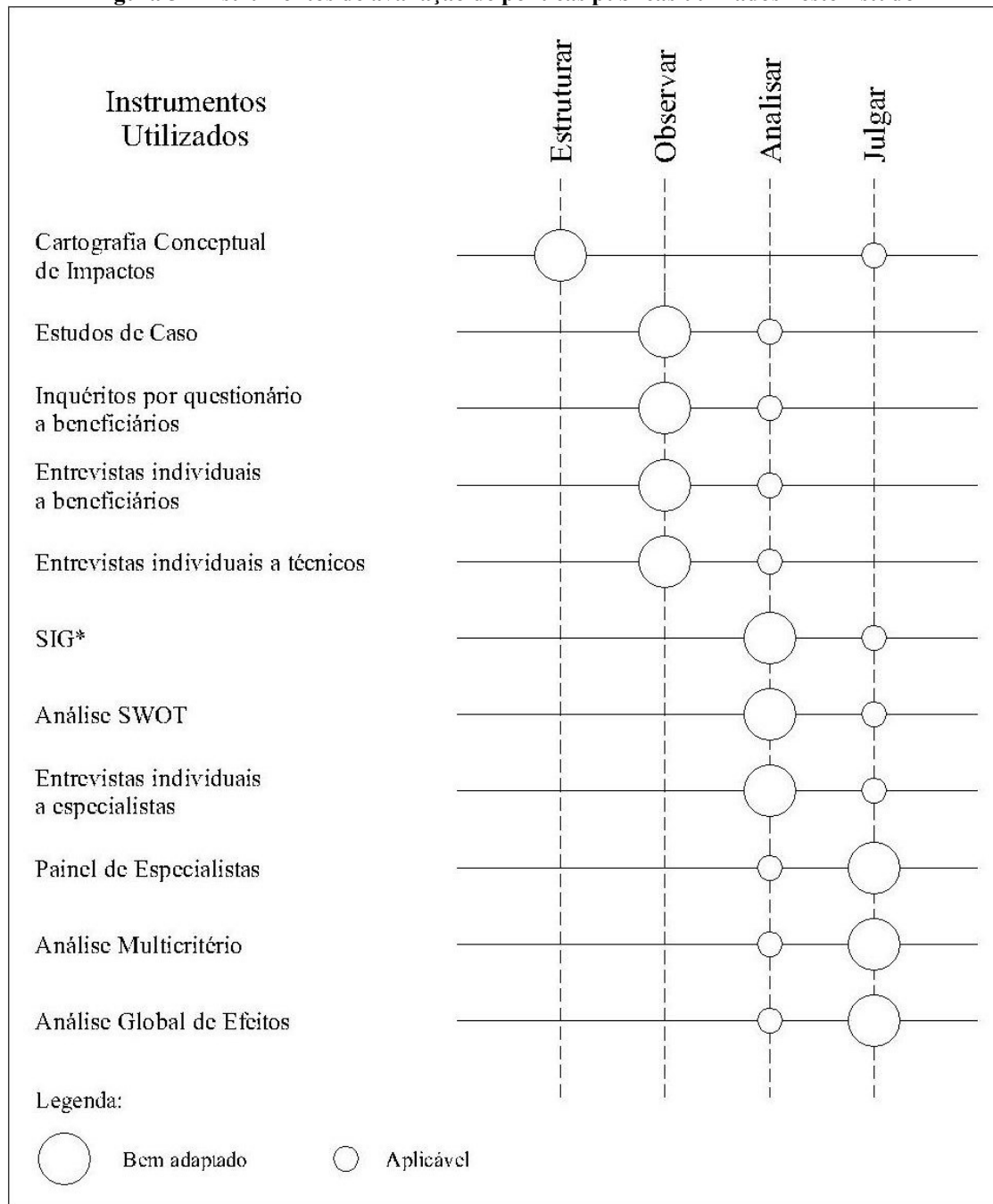
2.4.1 - Guião da aplicabilidade e adaptabilidade de alguns instrumentos de avaliação de Políticas Públicas ao Estudo efetuado

¹¹³ De salientar: BASLÉ (1998); BASLÉ (2006); ORSINI (1998); HOFMANN, (1998).

¹¹⁴ A conceção de políticas no ambiente da UE, com elevada heterogeneidade de regiões, grandes expectativas por parte dos estados membros, pode também contribuir, para que a necessidade da avaliação de políticas públicas seja cada vez mais elevada.

No sentido de dar resposta aos objetivos deste Estudo, foi necessário utilizar conjuntamente, e com uma abordagem de natureza sistémica, uma panóplia de instrumentos de avaliação.

Figura 5 - Instrumentos de avaliação de políticas públicas utilizados neste Estudo



Fonte: Elaboração própria.

* Neste Estudo, optou-se por criar um “micro-SIG”, ou seja, um SIG bastante mais limitado que os SIG convencionais, concebido para dar resposta às questões desta avaliação. Para maiores desenvolvimentos, cf.: ponto 2.4.3 deste Capítulo.



Estes instrumentos metodológicos têm efetivamente uma grande aplicabilidade e eficácia de análise para estudos desta natureza, e para o tipo de objetivos de investigação que foram definidos, ainda que, a sua utilização envolva um leque de dificuldades procedimentais e de medição metodológicas e de medida. As próprias metodologias para a avaliação de políticas públicas têm sido objeto de escrutínio e debate. Segundo BACHTLER e WREN (2006), isso não é surpreendente, dado o acréscimo no papel e escala das políticas, mas é claro que não existe nenhuma abordagem uniforme.

Para ESER e NUSSMUELLER (2006), ao se escolher um instrumento ou uma abordagem de avaliação, deve-se ter consciência de que, dependendo da função da avaliação, diferentes abordagens metodológicas à avaliação podem ser preferidas, tendo presente que todas as abordagens têm forças e fraquezas.

2.4.2 - Cartografia Conceptual de Impactos

2.4.2.1 - Descrição do instrumento

A cartografia conceptual de impactos (CCI) é uma adaptação da técnica chamada de *Concept Mapping* muito utilizada para a avaliação das políticas públicas¹¹⁵. Seguindo de perto TROCHIN e CABRERA (2005), *Concept Mapping* é uma mistura de metodologias participativas que possibilita a diversos grupos participantes desenvolver plataformas conceptuais partilhadas, que podem ser utilizadas em variados contextos políticos, desta forma, segundo CROASDELL, FREEMAN e URBACZEWSKI (2003), é possível visualizar as relações específicas entre conceitos e a estrutura hierárquica e organizacional dessas relações.

Segundo MEANS (1999:49), “a cartografia conceptual de impactos é um instrumento que ajuda à clarificação dos impactos esperados de uma intervenção pública”. Essa clarificação dos impactos, e por vezes a sua hierarquização, é obtida tendo em conta as representações do conjunto dos protagonistas¹¹⁶ envolvidos no processo de definição da

¹¹⁵Para maiores desenvolvimentos cf.: POOLE e DAVIS (2006); TROCHIN e CABRERA (2005); MCLAY e BROWN (2003); CROASDELL, FREEMAN e URBACZEWSKI (2003); KANE e McMAHON (2002).

¹¹⁶ Este instrumento mostra uma grande aplicabilidade ao trabalho do grupo, sendo esse trabalho facilitado pelo carácter sistemático das diligências e das negociações, pois evita digressões infrutíferas, e pela visualização da proximidade ou da distância entre os impactos. Assim, pode-se promover a reflexão de grupos heterogêneos de

política ou do problema em questão. A cartografia conceptual de impactos permite, por exemplo, num contexto *Ex-ante*, determinar os objetivos visados e as prioridades a alcançar ou, num contexto *Ex-post*, elaborar o referencial da avaliação.

2.4.2.2 - Objetivo do instrumento

A CCI é apoiada por poderosos *softwares* de processamento dos dados que, por sua vez, são utilizados para obter uma imagem gráfica das representações que os atores têm da realidade socioeconómica em questão e dos seus impactos esperados.

Este instrumento é muito eficaz para estruturar o conteúdo de um programa, política e ou instrumento, complexo¹¹⁷. Seguindo de perto MEANS (1999), a CCI presta uma ajuda em matéria de avaliação sempre que é necessário reforçar a avaliação de um programa, ou seja, sempre que é necessário tornar os objetivos de um programa mais explícitos.

É de notar ainda, que este instrumento é particularmente relevante para aplicar no caso em que uma política implica uma parceria entre várias instâncias de decisão/financiamento. A CCI permite assim, chegar a um referencial comum de avaliação, apesar das eventuais divergências de objetivos que podem existir entre estes parceiros.

Duas características usuais dos programas podem assim fundamentar o recurso à Cartografia Conceptual de Impactos, nomeadamente: i) a falta de clareza e de precisão dos objetivos de um programa e os impactos esperados; ii) a insuficiência de indicadores de impacto previstos pelo programa.

Como a execução deste instrumento é relativamente complexa, convém reservar o seu uso para os programas complexos onde os impactos esperados são numerosos.

2.4.2.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

A CCI foi inicialmente utilizada como apoio à definição de estratégias ou reorganização das empresas, passando depois a ser aplicada à conceção de políticas públicas,

dimensão importante (até 200 pessoas) e obter uma estruturação e hierarquização dos principais impactos esperados de uma intervenção.

¹¹⁷ Ex.: foi utilizado num bairro da Irlanda do Norte para definir um programa social em associação com as comunidades protestantes e católicas respetivamente. Para maiores desenvolvimentos, cf.: MEANS (1999).



destacando-se ao nível de programas sociais. Este instrumento mostra-se, significativamente bem adaptado ao contexto das políticas públicas e em particular das políticas promovidas pela UE. Os objetivos prosseguidos por este tipo de políticas são, essencialmente os definidos pela União Europeia, respeitando a sua adaptação em função das características do Estado-membro, ou da região beneficiária. Como os documentos de programação são, na sua origem, o produto de negociações várias, origina por vezes, que os objetivos das políticas, não sejam suficientemente precisos para a construção de uma avaliação fiável.

Segundo MEANS (1999:50), o recurso a este instrumento é um apoio para a realização da primeira etapa de clarificação. “Permite o esclarecimento das perguntas de avaliação, a hierarquização dos efeitos e a definição dos critérios de avaliação num contexto de parceria que facilita a apropriação dos resultados da avaliação”.

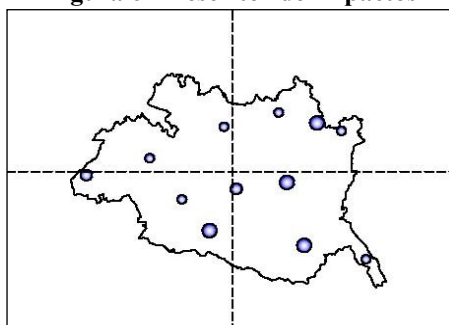
Poderá ainda ser referido, relativamente a este instrumento, que o mesmo assume um papel significativo e decisivo, na preparação de avaliações de programas. Desta forma, permite alcançar, de uma forma sistemática, o estabelecimento de famílias de impactos transversais de várias medidas, bem como a construção de critérios relevantes para a avaliação do programa na sua totalidade.

2.4.2.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

A cartografia conceptual de impactos revelou-se ser um instrumento fundamental para contribuir para dar resposta aos objetivos deste Estudo. Para tal, inicialmente foram descritos e hierarquizados para cada indicador territorial utilizado, os seus respetivos impactos na região do Alentejo, seguidamente foram agrupados por famílias (distritos) e que por sua vez voltaram a ser novamente reagrupados em novas famílias (concelhos). Desta forma, foi possível criar e georreferenciar uma plataforma conceptual com os impactos pretendidos, a fim de contribuir para dar resposta a alguns objetivos desta avaliação.

A figura 6 mostra, um exemplo de um descritor de impactos, concebido exclusivamente para dar apoio à elaboração da cartografia conceptual de impactos deste Estudo, e que tem como objetivo, reagrupar o nº de hectares abrangidos pela MAA PI no distrito de Évora, em famílias, ou seja, em concelhos.

Figura 6 - Descritor de Impactos



Fonte: Elaboração própria.

2.4.3 - Sistema de Informação Geográfica (SIG)

2.4.3.1 - Descrição do instrumento

Os sistemas de informação geográfica (SIG), de uma forma resumida, são instrumentos que permitem trabalhar com os dados que podem referir-se a uma unidade localizada (ponto, zona, limite, etc.). Originalmente, este instrumento foi desenvolvido nos anos setenta para armazenar e tratar informação ligada ao ambiente físico¹¹⁸. Mais recentemente, o interesse dos utilizadores deste instrumento, estendeu-se também às informações socioeconómicas, ao passar a ser o SIG, um ponto de encontro entre todas as informações que podem estar referidas, direta ou indiretamente, a um lugar geográfico. Segundo MEANS (1999:87), “o SIG permite agora recolher, reunir, acumular, analisar, explorar, expor e atualizar todos os dados e informações espacialmente referenciadas”.

Graças á evolução registada no domínio informático, essencialmente, no que respeita á cartografia assistida por computador, surgiram sistemas de informação extremamente eficientes.

A gestão de intervenções públicas assume assim, uma maior complexidade, integrando um maior número de fatores interdependentes, que por sua vez permitem, um melhor entendimento da realidade. O SIG, favorece desta forma, que a realidade seja descrita e analisada através da interação de informação proveniente de três dimensões: temáticas, espaciais e temporais.

¹¹⁸ Ambiente natural e construído.

2.4.3.2 - Objetivo do instrumento

Geralmente, um sistema de informação geográfico permite reunir todas as espécies de informações de carácter espacial e apresentá-las sob uma forma que optimize a sua legibilidade. O SIG pode integrar dados socioeconómicos, dados provenientes dos recenseamentos, resultados de sondagens e inquéritos, bem como dados de acompanhamento¹¹⁹. No que diz respeito à avaliação, a principal mais-valia do SIG é a de permitir cruzamentos de dados que as outras técnicas não permitem.

Se existe um SIG, a avaliação terá todo o interesse em utilizá-lo.

A recolha dos dados de avaliação deverá comportar uma referência geográfica sistemática, o que permitirá realizar cruzamentos com as outras informações já contidas no sistema. As conclusões da avaliação poderão igualmente ser apresentadas sob a forma de mapas. Caso não exista, criar um SIG é um investimento pesado, sobretudo em termos de recolha dos dados. É, por conseguinte, difícil fazer tal investimento no âmbito deste Estudo cujo orçamento e duração são limitados. Pelo contrário, tal investimento é mais justificado no âmbito do acompanhamento e de avaliações de natureza de médio e longo prazo.

2.4.3.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

De acordo com MEANS (1999), o SIG tem uma grande capacidade de integração e síntese de informações. A sua capacidade de integrar a dimensão territorial é relevante para as políticas públicas. Permite centralizar os resultados provenientes dos serviços estatísticos, trabalhos de acompanhamento e inquéritos de avaliação, efetuados no território que se escolher.

Um SIG, tem também a vantagem de permitir uma visualização simples de informações relativas a programas e políticas.

¹¹⁹ A representação espacial pode ser direta (ex.: coordenadas cartográficas, endereço postal preciso) ou indireta (ex.: código postal, área de recenseamento). De uma forma geral, este instrumento pode aproximar informações cujas referências geográficas são de natureza diferente (ex.: endereço das empresas ajudadas e zonas urbanas em dificuldade, ou de zonas passíveis de serem ajudadas e zonas sensíveis do ponto de vista do ambiente). O SIG permite, igualmente, estimar o valor de um indicador para uma dada zona, quando se conhece o seu valor em escalas estatísticas diferentes.



A sua capacidade de síntese origina ainda, uma melhor ilustração da coerência das medidas levadas a cabo no âmbito dos programas, revelando-se muito útil quando ocorre uma publicação de documentos de síntese.

2.4.3.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

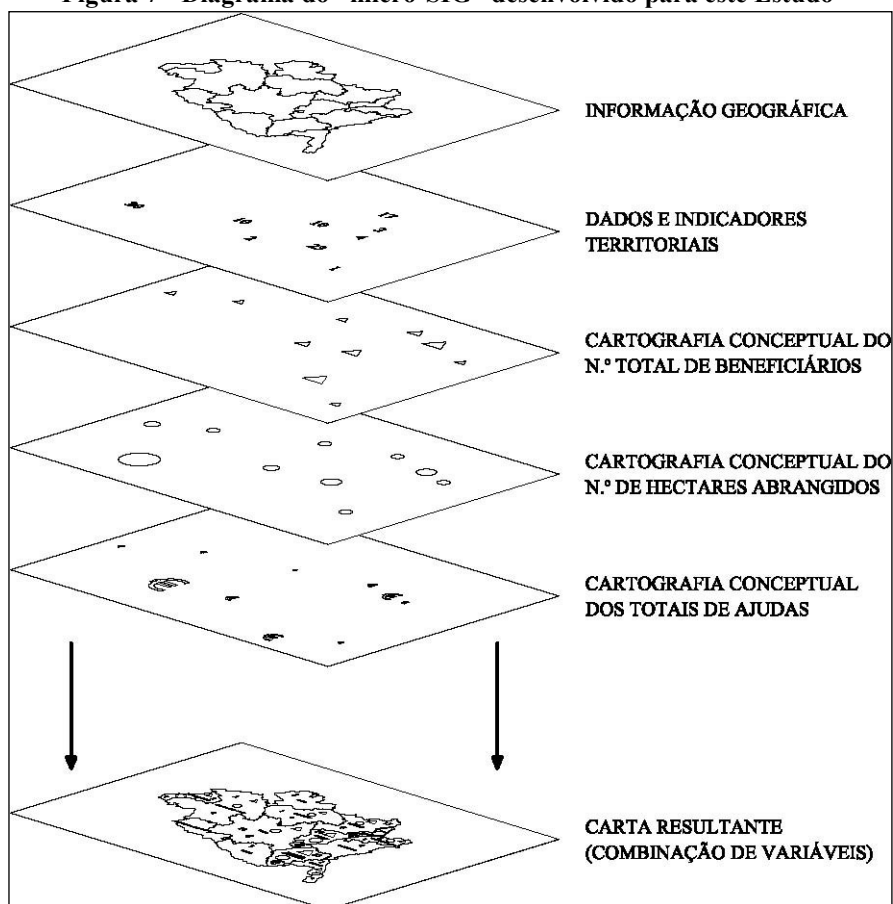
Embora em sede de programação estivesse previsto a criação de um SIG único para a gestão do Programa RURIS¹²⁰ e consequentemente comportando as Medidas Agroambientais, a sua não operacionalização durante a execução desse programa, constitui uma grave deficiência do modelo de gestão e uma grande dificuldade no que respeita a avaliações.

Para este Estudo em particular, embora se estivesse ciente das dificuldades, a motivação originada por todas as vantagens que um SIG comportaria para este e outros estudos que possam vir a ser desenvolvidos, levou a optar-se por criar um “micro-SIG”¹²¹. Ou seja, embora seguindo a mesma preocupação de base, é bastante mais limitado que os SIG convencionais, tendo sido concebido com a finalidade de dar resposta aos objetivos deste Estudo. O seu principal benefício é permitir cruzamentos de informação geográfica da área delimitada, com os dados e indicadores territoriais utilizados, e até mesmo com as informações provenientes de outras técnicas utilizadas, principalmente pela Cartografia Conceptual de Impactos, e que, em nenhuma das outras técnicas, seria possível.

¹²⁰ O Programa RURIS, representa o Programa de Desenvolvimento Rural no qual se efetua a aplicação das MAA. Para maiores desenvolvimentos sobre o RURIS, cf.: PDRu (2000-2006). Detetou-se no entanto para esse programa, a existência de alguns SIG “independentes”, geridos por diferentes organismos e incompatíveis entre si, em termos da informação disponível e das metodologias de funcionamento utilizadas. No entanto, foram concebidos com objetivos distintos, fora do âmbito desta avaliação e nenhum comportava sequer uma pequena parte da informação que se pretendia apurar para desenvolver este Estudo.

¹²¹ Denominação própria utilizada para representar o que, de uma forma genérica, seria uma aproximação a um SIG.

Figura 7 - Diagrama do “micro-SIG” desenvolvido para este Estudo



Fonte: Elaboração própria.

2.4.4 - Estudo de Caso

2.4.4.1 - Descrição do instrumento

Para EVALSED (2009), o estudo de caso é baseado no estudo exaustivo de dados recolhidos a propósito de casos específicos. Podem tratar-se de indivíduos, programas, organizações, projetos, grupos de pessoas, ou ainda processos de tomada de decisão. Esta abordagem utiliza uma série de técnicas de recolha de dados qualitativos e quantitativos. Segundo MEANS (1999:77), “o estudo de caso é indicado para as avaliações que visam a análise detalhada de processos complexos de execução de programas e a representação dos seus impactos”. O estudo de caso é aplicável igualmente às situações que requerem um estudo do terreno exploratório, devido à falta de informações disponíveis.

Desta forma, os estudos de caso são ricos em informação e contribuem para uma compreensão profunda e detalhada das interações e dos processos complexos da vida real. O que distingue o estudo de caso é o facto de ser globalizante, prestando particular atenção ao contexto e ao enquadramento. Um estudo de caso poderá incidir sobre um único caso ou abranger múltiplos casos. Reunidos os recursos adequados, os estudos de caso que englobam vários fenómenos, representam oportunidades únicas, para se efetuar uma avaliação teoricamente informada e qualitativa.

2.4.4.2 - Objetivo do instrumento

Segundo EVALSED (2009), os estudos de caso, são usados com os seguintes objetivos: i) ilustração: um estudo de caso é uma ferramenta que pode ser usada para dar realismo a uma avaliação se estiver disponível sob a forma de narrativa. Porém, o caso tem de ser escolhido com cuidado, porque tem de ser representativo do programa como um todo, ou ilustrar um ponto específico¹²²; ii) exploração: colocar hipóteses para futuras investigações, identificando os vários pontos de vista das partes interessadas; iii) análise crítica: verificar e validar uma afirmação relativamente a um programa, projeto ou estratégia; iv) análise da implementação: examinar a difusão de serviços e seus mecanismos, muitas vezes, em diferentes lugares; v) análise dos impactos dos programas: compreensão da natureza dos processos que produzem impactos.

Os resultados de um estudo de caso são sempre apresentados, de uma forma expositiva¹²³, tendo, portanto, um objetivo analítico e comunicativo¹²⁴.

Os estudos de caso podem ser concebidos de uma forma cumulativa para ajudarem a responder a questões de avaliação. O objeto de estudo dessa investigação pode ser estudado ao longo do tempo, de forma a ser possível obter uma análise que é atualizada de forma iterativa. Os casos podem ser descritivos, normativos ou concebidos para mostrar efeitos de

¹²² Ex.: Uma ação particularmente eficaz ou uma abordagem em que foram encontradas deficiências graves e que deve ser evitada no futuro.

¹²³ Ou seja, como se de uma história se tratasse, dando ao leitor um “ponto de vista interior” do caso estudado e uma impressão de autenticidade.

¹²⁴ Os leitores têm mais tendência a identificarem-se com casos onde o(s) programa(s) e as pessoas envolvidas são identificados. No entanto, quando o Estudo de Caso é usado para ilustrar e aprender com os erros, pode ser necessário “anonimizar” uma parte ou todo o material para proteger o acesso aos dados e às pessoas.

causalidade. Podem ser, particularmente úteis, em situações pedagógicas e de formação, sendo, por exemplo, usados para capacitar os investigadores e os responsáveis por processos de avaliação a considerar metodologias de avaliação alternativas.

2.4.4.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

Seguindo de perto MEANS (1999), a utilização de múltiplos estudos de caso é sobretudo adaptado às análises das diversas regiões e países, mas também às avaliações temáticas. A flexibilidade de cada estudo de caso, permite elaborar um retrato adequado às particularidades de um dado lugar ou de um projeto. A formulação de um conjunto comum de perguntas relativas à avaliação facilita a análise dos resultados obtidos a partir de múltiplos estudos de caso¹²⁵.

2.4.4.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

Neste Estudo foram utilizados alguns estudos de caso, como instrumento de apoio à investigação, principalmente para se poder obter informações de carácter mais técnico, essencialmente no que respeitava questões ou efeitos ambientais¹²⁶ decorrentes da MAA PI em análise.

Nessa perspetiva, os estudos de caso, são especialmente eficientes em poder gerar várias informações complementares e em contribuir para uma compreensão mais profunda e detalhada de realidades de investigação concretas, e que englobem várias questões ambientais paralelas, como é o caso do presente Estudo, e representam, por isso, muitas vantagens para se efetuar uma avaliação teoricamente informada e qualitativa.

2.4.5 - Inquéritos por Questionário

2.4.5.1 - Descrição do instrumento

¹²⁵ Com efeito, os resultados revelam-se mais sólidos se forem produzidos a propósito de uma variedade de lugares (reutilização de estudos de casos). Do mesmo modo, a especificidade dos casos de fracasso ou de sucesso aparece, então, de forma mais evidente.

¹²⁶ São de salientar: ERENA (1998) e GOMES (2001).

Os inquéritos aos beneficiários podem ser considerados como uma aplicação específica do uso de inquéritos por questionário, para obter informação dos indivíduos diretamente afetados por uma determinada intervenção e que, presume-se, vão beneficiar das suas consequências quer se trate de pessoas, organizações ou comunidades.

Os beneficiários de uma determinada política pública, ou de um instrumento de política, recebem apoio, serviços e informação e usam os meios criados com o apoio da intervenção¹²⁷. O grupo elegível na sua totalidade, que deve ser considerado num processo de avaliação como o que está em causa, não consiste exclusivamente nos beneficiários. Além deles, algumas outras pessoas, ou entidades, podem ser beneficiárias sem pertencer necessariamente ao grupo diretamente alvo da intervenção¹²⁸.

Seguindo de perto EVALSED (2009), tal como no caso do inquérito social, o inquérito aos beneficiários consiste em colocar uma série de perguntas padronizadas de uma forma estruturada, àqueles que foram identificados como beneficiários, ou a uma amostra dos grupos que são geralmente selecionados, como sendo representativos da globalidade do grupo de beneficiários.

2.4.5.2 - Objetivo do instrumento

No contexto da avaliação, os inquéritos por questionário são usados principalmente para recolher opiniões dos beneficiários. As perguntas colocadas podem ser descritivas¹²⁹, normativas¹³⁰ ou causais¹³¹.

A diferença em relação a outros métodos de observação de beneficiários, como por exemplo os estudos de caso, é o facto de que se pretende produzir resultados que podem ser generalizados a todo o grupo-alvo.

2.4.5.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

¹²⁷ Ex.: uma família que usa uma rede telefónica que foi melhorada com o apoio da intervenção pública ou uma empresa que recebeu assistência ou conselho.

¹²⁸ Segundo EVALSED (2009), Em alguns países, o termo “beneficiário” também designa o órgão público responsável por gastar os fundos, se for diferente da Autoridade de Gestão.

¹²⁹ Ex.: como teve conhecimento da existência do apoio?

¹³⁰ Ex.: o serviço disponibilizado corresponde a uma necessidade prioritária na sua organização?

¹³¹ Ex.: o que teria feito sem a intervenção avaliada?



Segundo EVALSED (2009:2) “o inquérito por questionário é adequado para a observação dos resultados e impactos de uma intervenção que afeta uma população volumosa e suficientemente homogénea”. Desta forma, é mais provável que se reserve este instrumento para uma avaliação retrospectiva de uma simples intervenção¹³².

Este instrumento tende a ser menos ajustado para programas multidimensionais e complexos. Por exemplo, o inquérito por questionário aos beneficiários diretos de um programa pode ficar demasiado moroso e dispendioso, se existirem até dez categorias diferentes de beneficiários.

Os inquéritos aos beneficiários mostram-se mais adequados a programas que possam ser descritos como casos “específicos”, quer porque a avaliação foca uma única ação ou um grupo homogéneo de ações, quer porque foca um único tema, tal como obter um resultado ou um determinado impacto ou efeito.

Tudo aponta para que este instrumento não seja o mais adequado a uma avaliação *Ex-ante*. Contudo, os inquéritos aos beneficiários podem desempenhar um papel importante em análises “antes/depois” para se estabelecer medidas de referência no início de um programa, face ao qual, se analisa o progresso durante ou depois da implementação de uma iniciativa.

Pode ainda ser inquirida uma única amostra (painel) em dois ou mais períodos sucessivos, para obter dados longitudinais, permitindo fazer o acompanhamento dos beneficiários e estimar a sustentabilidade dos efeitos¹³³.

2.4.5.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

O ponto 1.2.2 do Capítulo 1 - Metodologia, refere aprofundadamente como foi o processo de elaboração e aplicação do inquérito por questionário utilizado no Estudo efetuado.

A necessidade de dar resposta aos objetivos deste estudo e de poder efetuar algumas análises nesse sentido, principalmente a Análise Global de Efeitos (AGE), a Análise Prospetiva (AP) e a Análise Global (AG), levaram à necessidade de serem efetuados

¹³² Ex.: A avaliação da formação destinada a pessoas desempregadas.

¹³³ Ex.: Os inquéritos a painéis são usados para avaliar a sustentabilidade dos resultados obtidos no campo do emprego (ex.: os formandos são inquiridos antes e depois da sua formação). Para um exemplo aprofundado cf.: EVALSED (2009).



inquéritos por questionário. Esses inquéritos foram elaborados especificamente para este Estudo, mais uma vez, no sentido de dar resposta aos objetivos pretendidos¹³⁴.

A introdução dos inquéritos por questionários foi apresentada aos beneficiários da forma descrita previamente ponto 1.2.2 do Capítulo 1 – Metodologia, tendo-se verificado ser um instrumento perfeitamente aplicável e fundamental para o desenvolver deste Estudo.

2.4.6 - Entrevista Individual

2.4.6.1 - Descrição do instrumento

O instrumento denominado entrevista individual, assume especial importância na recolha de informações de carácter qualitativo, na recolha de opiniões dos indivíduos referidos por um programa ou projeto específicos, relativamente ao seu contexto, à sua execução, aos seus resultados e ao seu impacto. Segundo MEANS (1999), são várias, as formas de entrevista que merecem ser distinguidas, respondendo cada forma, a uma necessidade diferente: i) a entrevista por conversação informal; ii) a entrevista semi-diretiva com guia; e iii) a entrevista diretiva. No âmbito das políticas públicas da União Europeia, a entrevista semi-diretiva, é o instrumento mais utilizado.

2.4.6.2 - Objetivo do instrumento

As entrevistas individuais, tal como o termo sugere, consistem num meio de obter informação através de perguntas diretas. Segundo EVALSED (2009), as entrevistas detalhadas podem ajudar a: obter o *feedback* sobre todos os aspetos relacionados com os recursos, atividades, realizações, resultados e impactos do programa ou projeto em avaliação.

Este tipo de inquérito é uma forma de apreender e identificar os pontos de vista dos beneficiários e outras partes interessadas sobre um projeto, medida ou programa¹³⁵.

¹³⁴ Os inquéritos por questionário efetuados no âmbito deste Estudo podem ser consultados no Anexo 23.

¹³⁵ Ex.: Até que ponto o projeto ou programa vai ao encontro das necessidades, ou os seus resultados comparativamente às expectativas.



Segundo EVALSED (2009), as entrevistas também são usadas nas ciências sociais como uma ferramenta para investigar o raciocínio dos utilizadores, sendo de referir os seguintes objetivos:

i) obter uma história de comportamentos¹³⁶. A entrevista individual é uma técnica exploratória que serve para obter informação relevante sobre o raciocínio, as conceções e representações das pessoas inquiridas sobre um projeto, medida ou programa. Independentemente das representações subjetivas, também serve para obter informação sobre práticas individuais. É particularmente valioso na exploração de formas, através das quais, uma intervenção foi implementada, bem como para identificar boas práticas;

ii) destacar as preocupações individuais relativamente às preocupações de grupo¹³⁷;

iii) revelar experiências divergentes e atitudes "atípicas". Os grupos nem sempre permitem verificar que as experiências podem variar de pessoa para pessoa;

iv) obter um rápido conhecimento sobre a forma de funcionamento e de organização de uma comunidade. Entrevistar os principais líderes comunitários (empresários, professores, polícias) pode dar uma visão rápida de uma comunidade e das suas necessidades e preocupações;

v) desenvolver outras ferramentas de pesquisa. Alguns avaliadores e investigadores usam as entrevistas detalhadas, para obterem informação que podem usar, para desenvolver inquéritos quantitativos, uma vez que têm uma melhor compreensão sobre o que se passa com o programa e sobre quais são os seus problemas principais. Outros acham que estas entrevistas lhes fornecem toda a informação que precisam sem terem de realizar um inquérito posterior¹³⁸.

As entrevistas mais detalhadas também são frequentemente usadas, para conhecer as ideias preliminares dos parceiros e das partes interessadas. São muitas vezes utilizadas como

¹³⁶ Quando realizadas mais do que uma vez ou com alguém que esteve envolvido em programas durante longo período de tempo, as entrevistas podem mostrar se ocorreu alguma alteração ao longo do tempo.

¹³⁷ As questões que eventualmente não se levantam numa situação de grupo, podem ser abordadas em entrevistas individuais.

¹³⁸ Os resultados de uma entrevista podem ser usados para formular perguntas para *focus groups* (ou grupos de discussão) ou ajudar a formular perguntas para um inquérito.

parte de uma avaliação formativa, concebida para testar uma metodologia de atuação e/ou, para dar orientação para aperfeiçoar uma política e um programa¹³⁹.

2.4.6.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

No âmbito da avaliação e da investigação sobre políticas públicas, as técnicas de entrevista são muito utilizadas, especialmente para a avaliação dos programas e medidas.

Deste modo, a entrevista a gestores e beneficiários continua a ser um dos instrumentos mais utilizados na avaliação e na investigação sobre programas e instrumentos de políticas públicas. Seguindo de perto MEANS (1999), o princípio deste instrumento consiste em selecionar vários destinatários ou beneficiários, em função das características da ação que se pretende desenvolver e do público em causa.

A entrevista apresenta-se, como um instrumento de análise extremamente aliciante, porque é dos únicos, que permite “dar uma rápida vista de olhos” aos programas a avaliar, exemplo disso são as entrevistas menos estruturadas (conversação informal com os gestores e outras pessoas referidas pelo programa), que poderão ser utilizadas, para identificar as partes do programa, que deverão ser aprofundadas.

As entrevistas com órgãos com responsabilidade de decisão numa medida ou política podem, traduzir uma etapa importante no desenvolvimento da avaliação, bem como, na determinação dos resultados chave, esperados por estas instâncias de decisão.

2.4.6.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

No âmbito deste Estudo, foram desenvolvidas entrevistas por conversação informal com guia, aos vários níveis de interação com a medida. Desta forma, foram promovidas entrevistas a beneficiários, especialistas, técnicos. O ponto 1.2.3 do Capítulo 1 – Metodologia, refere aprofundadamente, como foi a elaboração e aplicação das entrevistas individuais no Estudo efetuado.

¹³⁹ A entrevista detalhada contribui ainda para a obtenção de uma avaliação sumária de um programa que tem como alvo introduzir alterações no comportamento ou nas perceções dos atores (tais como transferência de tecnologia ou programas de formação) por oposição a resultados mais tangíveis, tais como a criação de novos postos de trabalho ou a construção de novas infraestruturas.



Foi possível, desta forma, a recolha de informação qualitativa necessária, nomeadamente: opiniões, experiências, informações relativas a contexto e execução, validação de dados e indicadores, bem como novas direções de pesquisa.

2.4.7 - Painel de Especialistas

2.4.7.1 - Descrição do instrumento

Segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), como painel de especialistas é entendido, um grupo de trabalho especialmente constituído e reunido por ocasião da avaliação. Esse painel de especialistas reúne, em geral, vários peritos independentes e reconhecidos nos domínios que correspondem à política avaliada. O Painel de Especialistas pode ser visto, como um mecanismo de apoio à avaliação, para sintetizar a informação proveniente de uma série diversa de fontes, apresentando um conjunto de pontos de vista, no sentido de chegar a conclusões generalizadas.

Os especialistas produzem, coletivamente, um julgamento sobre o valor da política e os seus efeitos. Este instrumento permite, dispor rapidamente, e a baixo custo, de um julgamento global, que integra as principais informações conhecidas sobre a política bem como, múltiplas experiências anteriores e externas.

Para MEANS (1999), o painel de especialistas pode ser considerado como um instrumento de avaliação, na medida em que existe um procedimento *standard* para o constituir, o reunir e para o conduzir a produzir as suas conclusões¹⁴⁰.

Segundo EVALSED (2009), este instrumento é inspirado nos júris universitários, o que explica o seu aparecimento desde o começo dos anos 70, no domínio da avaliação dos programas Investigação & Desenvolvimento (I&D).

O painel, não explica totalmente as referências de base subjacentes às suas conclusões finais, nem o seu grau de compromisso em relação aos critérios, mas garante a credibilidade da avaliação pelo facto das conclusões resultarem de um consenso entre os indivíduos, que são desejavelmente especialistas representando as diferentes “escolas de especialização”.

¹⁴⁰ Para aprofundar uma questão de avaliação podemos encontrar um instrumento semelhante, o inquérito *Delphi*, na medida em que também se apoia em peritos mas que é diferente em numerosos pontos. Para maiores desenvolvimentos cf.: MEANS (1999) ou TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003).



2.4.7.2 - Objetivo do instrumento

Seguindo de perto EVALSED (2009), um painel de especialistas serve principalmente para avaliar um programa ou medida, não obstante ser um instrumento genérico. Os termos de referência da análise concedidos ao painel podem incluir uma vasta gama de questões, desde a relevância dos objetivos do programa, a uma estimativa dos seus efeitos reais ou prováveis.

Os painéis de especialistas são, no caso em Estudo, particularmente úteis, para se chegar a conclusões relativas à qualidade e relevância dos programas¹⁴¹. Os painéis de especialistas são igualmente úteis, durante um processo de investigação em que se procura estimar os impactos ou efeitos de uma intervenção, particularmente no que toca a proporcionar uma interpretação e uma análise da evolução das conclusões resultantes do trabalho de avaliação com base no uso de outras técnicas.

2.4.7.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

O instrumento é recomendado, em situações em que exista um número suficiente de especialistas no domínio sob análise e se a avaliação for efetivamente complexa. Para EVALSED (2009:3), “faz-se uso dos painéis de especialistas para se chegar a um consenso sobre questões complexas e insuficientemente estruturadas, sempre que outros instrumentos não sejam capazes de apresentar respostas unívocas e credíveis”. É um instrumento particularmente útil em relação a programas complexos, quando se entende que é demasiado difícil ou complicado, durante uma avaliação, desenvolver explicações ou a quantificação de critérios para formular conclusões.

Também são adequados a desenvolver trabalhos de investigação sobre programas pequenos e simples, cuja avaliação não justifica a mobilização de muitos recursos. O uso de grupos de especialistas torna possível, no espaço de poucos meses, reunir os principais pontos de vista e conhecimentos relevantes para a avaliação.

¹⁴¹ Ex.: os responsáveis de um ministério pretendiam uma estimativa comparada dos efeitos de diversas intervenções sobre o emprego. A pergunta que conduzia a avaliação do painel de peritos era a seguinte: “existem medidas de apoio à empregabilidade mais eficazes do que outras?”



No que concerne à aplicação do instrumento, à avaliação de políticas públicas, o painel de especialistas poderia ser usado para realizar uma avaliação *Ex-ante*¹⁴². Os painéis de especialistas poderão ser particularmente úteis na estimação de impactos prováveis, se usados em conjunto com técnicas de modelação micro e macroeconómicas, e são, efetivamente, uma boa forma de se concluir se os efeitos da política pública ou da medida em análise são suficientes ou insuficientes¹⁴³.

Os painéis de especialistas podem ajudar a formular conclusões sobre os impactos, em casos em que os programas não são diretamente comparáveis, sintetizando, por exemplo, conclusões qualitativas. Por vezes, os sistemas de classificação formalizados podem ser usados para reunir os pontos de vista de peritos ou para se chegar de seguida a uma conclusão. O painel de especialistas pode ser usado também para formular uma conclusão independente e válida, que é particularmente útil num contexto de parceria, em especial, se os parceiros tiverem diferentes pontos de vista. Por fim, o painel de especialistas pode ser utilizado no início e no fim da avaliação, em combinação com outros instrumentos usados na recolha ou análise de dados. Embora os painéis de especialistas possam desempenhar diversas funções, é preferível limitar o seu trabalho apenas a uma componente de avaliação: a estruturação de objetivos e estimativas dos efeitos ou conclusões. Quanto mais definido for o trabalho dos painéis de peritos, mais reconhecida será a sua importância.

2.4.7.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

No início da elaboração deste Estudo, ponderou-se, para a fase final da investigação, a realização de um Painel de Especialistas. No entanto, uma vez que logisticamente não foi possível reunir em simultâneo um painel de especialistas, optou-se por seguir uma lógica de tentar realizar entrevistas individuais com guia a especialistas, para que no final, se pudessem agrupar as conclusões daí decorrentes. Apesar da lógica escolhida não ser efetivamente a mesma do painel de especialistas, e dos resultados finais de cada um deles poderem ser bem

¹⁴² Ex.: Poder-se-ia recorrer a um painel de peritos para estimar o impacto provável de um programa em termos de empregabilidade, ou para avaliar os méritos de um programa em termos de potenciais sinergias a dinamizar.

¹⁴³ Para um exemplo aprofundado da utilização do painel de especialistas no domínio da Política de Coesão Europeia e dos Fundos Estruturais onde o instrumento é usado para a seleção de projetos para financiamento na região das *Highlands e Ilhas* no Reino Unido onde a abordagem baseia-se no desenvolvimento de escalas de classificação, construídas em parceria, e aplicadas ao longo do ciclo de vida do programa, cf.: EVALSED (2009).

distintos, com a abordagem seguida conseguiu-se recolher, para este Estudo, a opinião e a perspectiva de um conjunto de reconhecidos especialistas. Essas entrevistas contribuíram para a realização de uma reflexão final, e a reunião de um conjunto de comentários sobre os objetivos deste Estudo e para o enriquecimento de uma análise SWOT.

2.4.8 - Análise SWOT

2.4.8.1 - Descrição do instrumento

A análise SWOT foi criada na década de 50, como um instrumento direcionado a auxiliar as empresas, na definição de novas estratégias, em cenários de forte concorrência.

Este instrumento, inicialmente aplicado às empresas, tem na origem do seu nome o facto de examinar as forças e fraquezas (*Strengths, Weaknesses*) internas, bem como as oportunidades e ameaças do mercado (*Opportunities, Threats*), integrando os instrumentos clássicos da análise estratégica¹⁴⁴.

Na década de 80, os órgãos decisores municipais e regionais, seriam os primeiros órgãos públicos a usar a análise SWOT enquanto metodologia para estabelecer o enquadramento para a definição de políticas e para preparar de forma prospetiva diferentes cenários de desenvolvimento necessários na altura. Este instrumento é, ainda hoje, muito utilizado, quer enquanto componente de exercícios de planeamento, quer para a avaliação de programas de desenvolvimento local e regional.

2.4.8.2 - Objetivo do instrumento

Para TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), o objetivo da análise SWOT, consiste em incorporar nas reflexões sobre um programa socioeconómico tanto as características intrínsecas do território em questão, como os fatores determinantes no ambiente em que o programa será implementado.

O instrumento destina-se a reduzir as áreas de incerteza relacionadas com a implementação de um projeto, ou medida aplicável ao respetivo território. Permite a definição

¹⁴⁴ São de notar as semelhanças com a matriz de análise estratégica da BCG (*Boston Consulting Group*).



de uma estratégia relevante, para o contexto em que a ação terá lugar. Assim sendo, segundo EVALSED (2009), os objetivos do instrumento são:

- i) salientar os fatores dominantes e determinantes, tanto internamente como externamente ao território, que poderão influenciar o sucesso de um projeto ou política;
- ii) produzir orientações estratégicas relevantes, aliando o projeto ao seu contexto específico.

A utilidade desta ferramenta em processos de avaliação reside, na sua capacidade de conceber uma imagem sistemática das relações entre o programa avaliado e o seu ambiente externo¹⁴⁵.

2.4.8.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

Seguindo de perto MEANS (1999), a análise SWOT pode igualmente servir aos gestores como instrumento para avaliar a pertinência de uma estratégia em projeto, ou em fase de aplicação. No âmbito de uma avaliação de um programa já em desenvolvimento, este instrumento permite verificar se a estratégia escolhida, continua a ser relevante em relação às necessidades do domínio a que destina e da economia local e regional onde irá ser aplicada.

A análise estratégica neste contexto, segundo TAVISTOCK INSTITUTE com GHK e IRS (2003), está adaptada ao esclarecimento dos desafios de desenvolvimento socioeconómico das regiões às quais se aplicam as políticas públicas. É indicada também para elaborar estratégias de desenvolvimento regional, centradas nas forças e oportunidades, tentando minimizar as suas fraquezas e ameaças. Um instrumento como a análise SWOT propõe um ponto de partida para definir as linhas estratégicas de aplicação em função de um ambiente definido.

Mais recentemente, e seguindo de perto EVALSED (2009), a análise SWOT é também usada na reflexão estratégica ao nível das políticas públicas. Inicialmente criada em termos de produtos, clientes, mercados e vantagens competitivas, o seu uso atualmente alargou a

¹⁴⁵ Segundo EVALSED (2009:2), “a análise SWOT pode ser alargada por meio de ferramentas similares às que são conhecidas ao nível da "gestão de carteiras / portfólios", tais como a matriz BCG, para examinar a validade de uma estratégia proposta ou em execução, e recomendar mudanças quando tal se considerar relevante. A classificação das diferentes possibilidades tem em conta a sua viabilidade (ativos disponíveis internamente = forças e fraquezas) e o seu potencial (aspetos relativos ao ambiente externo = oportunidades e ameaças) ”.

localidades, cidades e regiões, num contexto em que as políticas dedicadas a estes territórios visam também a criação de vantagens competitivas.

No contexto do período de programação dos Fundos Estruturais de 2000-2006 e de 2007-2013, o uso da análise SWOT foi um requisito consagrado nos regulamentos da União Europeia, tanto nos Programas Operacionais como na avaliação.

2.4.8.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

Neste Estudo, a análise SWOT foi utilizada de três formas complementares. Inicialmente num processo de estruturação da avaliação foram analisadas algumas elações através do contacto com uma análise SWOT efetuada à agricultura portuguesa no programa RURIS e que, por sua vez, é atualizada em PDRu (2000-2006).

Seguidamente, aquando das entrevistas com guia a técnicos, beneficiários e especialistas, o primeiro ponto, do guia¹⁴⁶ consistia exatamente em solicitar aos entrevistados: algumas contribuições para que melhor se possam identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola. Este ponto tinha exatamente como objetivo posterior, efetuar uma análise SWOT com essas contribuições e poder até comparar os resultados mediante os três distintos grupos de entrevistados de forma a procurar atingir um resultado final mais completo.

No final da investigação, foi também desenvolvida uma análise SWOT, resultado da avaliação efetuada e do contacto com as contribuições dos entrevistados. Esta análise efetuada, também veio a contribuir para uma reflexão estratégica sobre o sentido de aplicação da medida analisada no período de 2014-2020.

2.4.9 - Análise Multicritério

2.4.9.1 - Descrição do instrumento

Seguindo de perto MEANS (1999) e EVALSED (2009), a análise multicritério é utilizada para fazer um julgamento comparativo entre projetos alternativos ou díspares.

¹⁴⁶ Para maiores desenvolvimentos, cf.: Anexo 22.



A vantagem principal deste instrumento é, efetivamente, a de ter em conta simultaneamente vários critérios, que intervêm em situações complexas, permitindo auxiliar os órgãos decisores, a integrar num quadro prospetivo e retrospectivo, as diferentes opções que refletem as opiniões dos atores envolvidos num processo de decisão. Este instrumento contempla, frequentemente, a participação dos órgãos decisores, desencadeando por norma, conselhos operacionais ou recomendações.

2.4.9.2 - Objetivo do instrumento

Segundo EVALSED (2009), o objetivo deste instrumento consiste em estruturar e combinar as diferentes análises a considerar no processo de tomada de decisão, sendo que a tomada de decisão se baseia em escolhas múltiplas e o tratamento dado a cada uma das escolhas condiciona, em grande medida, a decisão final. A análise multicritério pode ser usada para retratar o raciocínio e as convicções subjetivas das diferentes partes interessadas sobre cada questão em particular.

As suas aplicações podem incluir, por exemplo:

i) dar o *feedback* sobre os métodos de seleção de projetos. A escolha de critérios de avaliação, a sua precisa definição e a sua ponderação constituem uma contribuição útil para a análise multicritério. Este trabalho possibilita formular uma descrição clara, completa e coerente das intenções e prioridades dos parceiros do programa. É então possível, usar estes resultados para difundir mensagens claras aos gestores das medidas e ao corpo técnico responsável pela sua implementação;

ii) melhorar o processo de seleção de projetos. É relativamente fácil transferir critérios, escalas de classificação e graus de ponderação para o sistema de seleção de projetos, se o sistema também estiver organizado com base num esquema de pontuação/ponderação. Baseando a seleção de projetos na mesma lógica da avaliação de medidas, aumentam-se as probabilidades de incentivar e financiar projetos que contribuam efetivamente para as prioridades do(s) programa(s).

2.4.9.3 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

A análise multicritério está bem adaptada a uma condução de parceria de programas públicos e à sua avaliação. Os pareceres de membros nacionais e supranacionais podem ser exprimidos conjuntamente sem, no entanto, perderem nada da sua especificidade e sem terem de fazer concessões demasiado grandes em relação às suas escalas de valor¹⁴⁷.

Segundo EVALSED (2009), em termos gerais, recorre-se a esta técnica principalmente em avaliações *Ex-ante* de intervenções e projetos públicos e suas variantes. Embora menos habitual, a análise multicritério tem sido igualmente aplicada em avaliações intercalares e *Ex-post* de programas. No âmbito de programas de desenvolvimento socioeconómico, é utilizada para a apreciação do sucesso das diferentes medidas para efeitos de formulação de conclusões sintéticas. Esta apreciação tem em consideração os principais critérios pertinentes para o grupo de acompanhamento e gestão da intervenção do programa ou política em questão.

2.4.9.4 - Aplicabilidade e adaptabilidade do instrumento ao Estudo efetuado

Neste Estudo em particular, foi utilizada uma análise multicritério, como instrumento de apoio à avaliação dos indicadores utilizados, levada a cabo no ponto 1.2.4.4 do Capítulo 1 - Metodologia.

Desta forma, foi possível, não só avaliar cada um dos indicadores, mas também realizar uma comparação entre a avaliação efetuada a um cada desses indicadores, bem como aos vários níveis de intervenção da medida.

2.4.10 - Análise Global de Efeitos

2.4.10.1 - A necessidade de medir efeitos globais

Atendendo ao facto de, em sede de programação da MAA PI, não terem sido considerados indicadores de impacto, e de não ser possível aplicar outros instrumentos mais

¹⁴⁷ Segundo MEANS (1999), foram efetuadas várias experiências no sentido de apurar uma possível utilização desta técnica pela Comissão Europeia, no âmbito da avaliação de fundos (ex.: experiência Hainaut). Resultaram conclusões animadoras quanto à eventual execução e permitiram nomeadamente desenvolver uma alternativa do método chamado *multicritère-multijuge* (multicritério-multijulgamento), que permite a cada um dos parceiros construir o seu julgamento a partir dos critérios e dos pesos que deseja.



tradicionais de análise¹⁴⁸, ou dos mesmos por si só não conseguirem dar resposta aos objetivos pretendidos, foi necessário encontrar uma outra forma que pudesse complementarmente contribuir para encontrar resposta às questões de investigação colocadas pelos aos objetivos deste Estudo.

A Análise Global de Efeitos (AGE) conduzida foi desenvolvida de forma a medir os efeitos da MAA PI, para o que se considerou serem as principais dimensões de análise da fileira económica do vinho no Alentejo, nomeadamente, ao nível: i) do território; ii) da inovação; iii) dos produtores; iv) do setor vitivinícola; e v) dos mercados.

Segundo EVALSED (2009:4) “no caso dos programas socioeconómicos financiados pela União Europeia, o sucesso de uma intervenção é normalmente avaliado em termos da sua contribuição para alcançar os objetivos intercalares especificados nos documentos programáticos”.

Seguindo esta lógica de avaliação do sucesso, em termos de contribuição para alcançar um objetivo, procurou-se que a AGE pudesse avaliar as contribuições da MAA PI para as várias dimensões de análise, associadas à fileira económica do vinho no Alentejo, utilizadas neste Estudo.

Mais concretamente, a AGE procura analisar os efeitos da MAA PI, nas referidas dimensões de análise, tendo como base a classificação que os beneficiários da MAA PI atribuíram, a cada um dos pontos que integram essas dimensões de análise. Será portanto, da avaliação das contribuições da MAA PI para os vários pontos de cada dimensão de análise, que resultará a AGE.

A AGE utiliza, os dados recolhidos provenientes do inquérito por questionário aos beneficiários. Este inquérito, por sua vez, teve de ser concebido especialmente para dar resposta às necessidades desta AGE, e por sua via, aos objetivos deste Estudo. Após a elaboração dos inquéritos, essa informação, foi processada e no final apresentada em forma de um *out-put* em base numérica e gráfica, criada especificamente para dar resposta às necessidades deste estudo¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Como, por exemplo, os apresentados no ponto 2.3.2 do Capítulo 2 - Enquadramento Teórico.

¹⁴⁹ O *out-put* referido poderá ser consultado no Anexo 24.



2.4.10.2 - Descrição do instrumento

A AGE surgiu, enquanto instrumento de apoio à análise deste Estudo. É aplicada na análise comparativa de efeitos complementares, alternativos ou heterogéneos da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo. Para tal, a AGE procura analisar os efeitos da MAA PI, através da classificação que os beneficiários da MAA PI atribuem às contribuições da mesma, para alguns pontos de análise selecionados.

Através deste instrumento, podem ser tidos em conta diversos critérios, em simultâneo, na análise de uma situação. O instrumento destina-se a ajudar o avaliador ou até decisores políticos a integrarem diferentes opções nas suas ações, refletindo sobre as sensibilidades de diferentes beneficiários envolvidos num quadro prospetivo ou retrospectivo de aplicação da medida.

A participação dos beneficiários, no processo, é um dos elementos centrais da abordagem. Os resultados são, em geral, orientados para a análise ou decisões/juízos de natureza operacional, nomeadamente para aferir contribuições da medida, em determinados pontos chaves, selecionados previamente, ou para a apresentação de recomendações para futuros desenvolvimentos.

A AGE pode ser organizada com vista a produzir uma conclusão sintética no final da avaliação. No caso dos programas socioeconómicos da União Europeia, estão envolvidos diferentes níveis de parceria (europeu, nacional e regional) e cada um destes níveis tem legitimidade, para estabelecer as suas próprias prioridades, e expressar as suas próprias preferências relativamente aos critérios de avaliação e de operacionalização.

A AGE tem procedimentos similares às técnicas adotadas no campo do desenvolvimento organizacional, ou gestão de sistemas de informação. Também se assemelha à análise custo/benefício, embora não reduza os fenómenos díspares a uma base unitária (monetária) comum e à análise multicritério, embora não processe nem quantifique a avaliação da mesma forma¹⁵⁰, nem seja tão abrangente ou flexível como essa análise.

¹⁵⁰ Na análise multicritério é o avaliador que atribui uma classificação a cada ponto da avaliação com base no seu juízo e, em resultado, chega a uma classificação final, enquanto que, na AGE a classificação de cada ponto é obtida com base no tratamento de um inquérito elaborado e estruturado para esse efeito, intervindo o avaliador somente na fase final.



Na AGE, a quantificação da avaliação é obtida diretamente a partir do tratamento das informações dadas no inquérito por questionário pelos beneficiários. A apresentação de todas as diferentes opções de resposta será sempre dentro da mesma escala¹⁵¹ a fim de possibilitar, por via de médias aritméticas ponderadas¹⁵², valores de referência utilizados na AGE, para quantificar a avaliação. Ou seja, a quantificação da avaliação é proveniente dos beneficiários e não atribuída diretamente pelo critério do avaliador como ocorre, na análise multicritério¹⁵³.

2.4.10.3 - O objetivo do instrumento

O objetivo deste instrumento consiste em organizar e combinar, as diferentes análises, a ter em consideração no processo de avaliação e de tomada de decisão. A AGE poderá ser, normalmente, usada para sintetizar opiniões expressas de uma população-alvo, para auxiliar a determinar prioridades, para analisar situações e efeitos globais, para formular recomendações ou proporcionar orientações de natureza operacional para medidas ou projetos.

A AGE foi usada neste Estudo para reunir os efeitos de diferentes dimensões de análise referentes aos efeitos da MAA PI, na fileira económica do vinho no Alentejo. A AGE ajustou-se bem à gestão desta avaliação em conjunto com os outros instrumentos utilizados, em virtude de as opiniões dos beneficiários poderem ser expressas em conjunto, sem perderem nenhuma das suas especificidades, ou sem terem de fazer demasiadas concessões em relação às suas escalas de valor.

2.4.10.4 - Aplicação à avaliação de Políticas Públicas

Apesar de ter sido um instrumento concebido para a avaliação efetuada neste Estudo, este ponto deste Capítulo procura explorar outras potenciais circunstâncias, em que eventualmente se poderia aplicar a AGE.

¹⁵¹ Ex.: escala tipo Likert, de 5 pontos, utilizada neste Estudo e descrita no ponto 1.2.2 do Capítulo 1 - Metodologia.

¹⁵² A AGE segue uma lógica de compensação, de acordo com BOUYSSOU (2001), como será desenvolvido no ponto 2.4.10.5 deste Capítulo. Para maiores desenvolvimentos, cf.: BOUYSSOU (2001).

¹⁵³ Na AGE o avaliador analisa o resultado final originado pelas sensibilidades dos beneficiários, e não pelas suas, pelo que, tudo aponta, para poder ser um bom complemento para utilizar conjuntamente com a análise multicritério.

A AGE é principalmente um instrumento de análise e comparação de efeitos, em que são tidos em conta, vários pontos de vista, tornando-se desta forma, particularmente útil durante a formulação de uma conclusão sobre questões complexas, ou quando se pretende comparar simultaneamente diferentes efeitos¹⁵⁴.

A AGE poderá ser utilizada ainda em processos de investigação e em avaliações intercalares e *Ex-post*. E também, poder-se-á recorrer a este instrumento em momentos de avaliação de natureza *Ex-ante* seguindo a mesma metodologia, embora ajustada para uma previsão de efeitos pelos potenciais beneficiários¹⁵⁵.

As suas potenciais aplicações podem incluir, por exemplo:

i) contribuir para divulgar as medidas melhor sucedidas, no que respeita à sua recetividade por parte dos beneficiários, identificando áreas de sucesso e as medidas mais eficazes no prisma dos beneficiários de um programa. A informação sobre as medidas consideradas como sendo as melhor sucedidas, pode ser divulgada, através de uma diversidade de meios, incluindo a comunicação social, se as autoridades responsáveis pelo programa desejarem expor ao público a maneira como, por exemplo, os fundos de um programa foram gastos, e quais foram os seus efeitos em distintas áreas ou fileiras. A publicação de exemplos concretos e bem-sucedidos de aplicação de medidas melhor sucedidas, vistos na perspetiva dos beneficiários, pode ajudar a informar os gestores de medidas similares, financiadas por outras fontes;

ii) contribuir para ter mais informação de base que possibilite fazer recomendações sobre a repartição de um orçamento, quer o programa esteja em curso, ou durante a preparação do programa seguinte. As principais decisões a este respeito são tomadas ao nível das medidas do programa. As medidas vistas como sendo as menos eficazes, ou com menores efeitos, têm de ser reconsideradas, com o intuito de reduzir os seus orçamentos, ou reorganizá-las no sentido de melhorar a sua eficácia, ou os seus efeitos. Caso seja pertinente,

¹⁵⁴ A AGE pode ser aplicada na comparação de pontos de apreciação distintos, por exemplo, na comparação do emprego com o ambiente.

¹⁵⁵ Ex.: i) os potenciais efeitos do traçado do TGV nos vários pontos de análise da fileira económica do mármore na região do Alentejo; ii) os potenciais efeitos da construção do novo Fórum Évora no comércio tradicional dessa cidade.

também podem ser feitas recomendações para aumentar os orçamentos das medidas avaliadas como as “melhores”¹⁵⁶.

2.4.10.5 - Os principais passos da sua implementação

Os principais passos para a implementação da AGE podem ser divididos em diversas fases, descritas abaixo por ordem sequencial.

Fase 1. Definição dos objetivos ou efeitos pertinentes para a análise. Esta definição envolverá um inventário das ações programadas e implementadas, ou dos elementos, sobre os quais, será realizada a apreciação comparativa dos efeitos.

Fase 2. Definição dos efeitos pertinentes a analisar. Deve ser dada particular atenção, à definição dos efeitos a analisar, de forma a serem tão exaustivos quanto possível. Os objetivos de base da avaliação devem igualmente ser definidos, de forma adequada. Os efeitos a analisar devem refletir os objetivos da avaliação e os diferentes pontos de vista, de modo a resumir e a reunir as diversas dimensões tipo, usadas para avaliar uma medida ou ação.

Fase 3. Análise dos efeitos da medida.

A fim de, melhor optar por um método, que pudesse apoiar esta análise global de efeitos pretendida, procurou-se identificar a melhor lógica de abordagem ao mesmo.

Desta forma, seguindo de perto BOUYSSOU (2001), em análises de tipologias idênticas à conduzida, verificou-se que as mesmas, teoricamente poderiam ser suportadas por duas lógicas distintas associadas a dois métodos: o método de compensação e o método de prevalência (*outranking*). Estes métodos poderão ser utilizados de acordo com as necessidades de suportar uma combinação de critérios quantitativos expressos por indicadores, critérios qualitativos expressos por descritores e critérios intermédios expressos por pontuações.

De uma forma resumida, e mais uma vez seguindo BOUYSSOU (2001), no método de prevalência (*outranking*), a variante de prevalência, é aplicada se nem todos os critérios forem considerados mensuráveis, não sendo, por isso, possível produzir uma pontuação global. Esta análise baseia-se em múltiplas comparações do tipo: i) a medida A tem prevalência em

¹⁵⁶ Neste exemplo, como referido, a AGE deverá contribuir para ter mais informação, principalmente sobre os efeitos, mas deverá ser vista como o complemento de outro instrumento de avaliação de políticas públicas.



relação à medida B, do ponto de vista do critério do ambiente?; ii) a medida A tem prevalência em relação à medida B, do ponto de vista do critério da empregabilidade?. Segundo BOUYSSOU (2001), estas questões podem responder-se com sim ou não, ou podem ser qualificadas; neste último caso, podem ser introduzidas as noções de preferência fraca e de critério limite. A análise faz todas as comparações possíveis e apresenta uma síntese do tipo: i) a medida A é, no mínimo, tão boa quanto a medida b, em relação à maioria dos critérios (caso de concordância), sem que, no conjunto, seja muito má em relação aos outros critérios (caso de discordância). A análise poderia incluir uma ressalva, contra uma apreciação favorável, relativa a uma medida, que seria desastrosa do ponto de vista do critério em questão, ao estabelecer um limiar de veto para cada critério. A introdução de um limiar de veto diferencia fortemente a lógica da prevalência da lógica da compensação. Se existisse um limiar de veto, um péssimo impacto sobre o ambiente, tornaria impossível considerar, a medida como favorável, mesmo que o impacto sobre a empregabilidade, fosse considerado excelente.

O método de compensação é mais conhecido e consiste na atribuição de uma ponderação a cada critério e no cálculo de uma pontuação global para cada medida. Esse cálculo de uma pontuação global, por sua vez, resulta de uma média aritmética ponderada das pontuações atribuídas à medida em questão, em relação aos diferentes critérios. Esta variante designa-se de Compensatória, porque o cálculo desta média ponderada torna possível compensar entre os critérios. Por exemplo, a medida que teve um mau efeito no critério ambiental, poderia ainda obter uma boa pontuação global, se o seu impacto sobre a empregabilidade for excelente.

Desta forma, para este Estudo, tudo indica que, o método de prevalência, nem sempre produza conclusões claras, sendo que, para os objetivos deste Estudo, uma análise baseada no método de compensação será sempre conclusiva. De um ponto de vista técnico, a lógica de compensação será igualmente mais fácil de implementar¹⁵⁷.

Assim sendo, para que o avaliador possa ter a possibilidade de comparar efeitos com base na classificação pontuada, optou-se por apreciar a AGE numa lógica de compensação.

¹⁵⁷ Segundo EVALSED (2009), o método de compensação é por norma aplicado, a não ser que os membros da comissão de acompanhamento identifiquem um problema que possa justificar o uso do sistema de veto.



Aplicando esta lógica à AGE conduzida, uma vez definida a medida e os efeitos pertinentes para a análise, terá de ser realizada uma avaliação quantitativa e/ou uma descrição qualitativa, dos efeitos da medida, em termos desses efeitos pertinentes para a análise. Com base nos efeitos em análise, nos critérios ou escala de apreciação da medida a ser avaliada, o avaliador deverá, após a recolha da informação via inquérito, construir (ou ir construindo) uma “matriz” de AGE. Esta “matriz” consiste num quadro (com número de colunas de acordo com a escala escolhida, número de linhas de acordo com os efeitos pertinentes das medidas a serem comparados). Cada célula dessa “matriz” representa o número de indivíduos que escolheram uma determinada classificação da escala apresentada para avaliar determinado efeito (podendo ser expresso em percentagem¹⁵⁸). A avaliação desse efeito segue por sua vez uma lógica de compensação, ou seja, é atribuída uma ponderação a cada critério e calculada uma classificação para cada efeito (pontuação global). Essa classificação é obtida sob a forma de uma média aritmética ponderada das pontuações atribuídas ao efeito em questão, em relação aos diferentes critérios¹⁵⁹. A AGE promove a análise conjunta de todas as classificações atribuídas relativamente a todos os efeitos da medida, apresentando o seu resultado final em quadro resumo ou gráfico.

Fase 4. Apreciação dos efeitos da medida em termos de cada um dos efeitos pertinentes, selecionados para análise.

Esta ação passa, inicialmente pela análise individual, dos efeitos da intervenção em cada subponto, agrupados no final, para uma análise conjunta.

Como referido, foi usado o método de compensação, pelo que o processo implica a atribuição de pontuações, e uma análise das mesmas, que poderá ser efetuada com base numa folha de cálculo, quadros ou gráficos concebidos para o efeito, sendo que, o processo é suportado por dados quantitativos. Na verdade, o instrumento combina os elementos objetivos relativos aos efeitos, que refletem os pontos de vista e as preferências dos beneficiários da medida¹⁶⁰.

Fase 5. Agregação das apreciações e conclusões.

¹⁵⁸ Opção escolhida para este Estudo.

¹⁵⁹ Cf.: Anexo 24.

¹⁶⁰ Na recolha das opiniões dos beneficiários, apesar de neste Estudo, terem sido aplicados inquéritos por questionário, tudo aponta para que possam também vir a ser utilizadas entrevistas individuais ou a *focus groups* com pessoas, cujos pontos de vista, sejam considerados como os de maior relevância para a avaliação das medidas do programa.

Para melhor apreciação, foi utilizado, um programa informático de tratamento de dados¹⁶¹, que conduziu a um *output*, que possibilitou ordenar as ações entre si. Esse *output*, foi concebido de forma, a procurar contribuir principalmente para três abordagens diferentes de suporte aos objetivos de avaliação:

i) hierarquização e comparação de efeitos, por cada dimensão de análise: os diferentes efeitos e critérios de apreciação são classificados, com base no programa informático. Todas estas avaliações poderão ser apresentadas sob a forma de pontuação, num quadro ou gráfico, de classificação de efeitos, e existe um sistema de ponderação que expressa as preferências médias dos beneficiários, relativamente a determinado efeito;

ii) possibilitar apreciações do avaliador: é efetuada uma apreciação das diversas ponderações pelo avaliador para cada efeito e para cada dimensão de análise. Na aplicação da AGE nesta fase, o avaliador tem todos os elementos que necessita, para apreciar todas as diferentes dimensões de análise da fileira económica do vinho no Alentejo. Os resultados e os efeitos de cada dimensão de análise terão, de ser comparados e avaliados, em relação aos mesmos critérios;

iii) possibilitar apreciações pessoais do leitor: os diferentes efeitos em análise são sintetizados. Cada um dos leitores da avaliação constrói, a sua própria apreciação pessoal, com base na análise, e usa-a para construir argumentação, do seu ponto de vista.

2.4.10.6 - Pontos fortes e limitações da abordagem

Como já foi referido, a análise AGE, apresenta um enquadramento em que necessita de um suporte de recolha de dados, concebido de acordo com as suas necessidades.

Através da interação possibilitada pela recolha de dados entre os beneficiários e o avaliador, e do tratamento explícito dos critérios de apreciação dos efeitos, o instrumento serve, para dar forma a uma realidade não estruturada.

O ponto forte da AGE assenta assim, no facto, de permitir ter em linha de conta, os valores e as opiniões individuais de vários beneficiários e de processar as relações funcionais dentro de uma rede complexa, finalizando de uma forma quantitativa de leitura apelativa.

¹⁶¹ De base *Excel*.



As complementaridades com outros instrumentos de avaliação de políticas públicas tornam, a AGE, uma ferramenta adequada, a uma abordagem conjunta de vários instrumentos, com vista a atingir determinados objetivos.

Além disso, o instrumento pode contribuir para o conhecimento de efeitos, ou para definir ou validar pontos de vista, mas não irá ditar as conclusões individuais ou coletivas, por si só. Tudo aponta para que os decisores políticos, possam preferir abordagens deste tipo, uma vez que, embora sendo relativamente complexa e morosa na construção, apresenta uma base técnica amostral eficiente e de rápida leitura quando concluída.

Não obstante estes fatores, no domínio da avaliação, no sentido estrito do termo, a AGE será dificilmente usada para outros efeitos globais que não os estreitamente equivalentes ao apoio à tomada de decisões e, em particular, à avaliação *Ex-post* de medidas que tenham efeitos globais simultâneos, preferencialmente em fileiras económicas.

Existem problemas específicos de implementação, principalmente com a recolha e tratamento dos dados necessários¹⁶², que podem limitar o uso da AGE, ou que requerem a utilização complementar de outros instrumentos mais específicos.

Adicionalmente, esta técnica está fortemente dependente da utilização conjunta com outros instrumentos de recolha de dados¹⁶³ com uma forte interação, com os beneficiários¹⁶⁴.

Dependendo dos objetivos que se pretende atingir com a avaliação e dos respetivos critérios das mesma, se a AGE for utilizada isoladamente, poderá em determinados casos ser, por si só, um instrumento insuficiente para atingir determinados objetivos, principalmente de carácter mais específico. No entanto, utilizada conjuntamente ou em complementaridade com outros instrumentos, poderá ser de facto, uma mais-valia para a avaliação e analisar informação que de outra forma, não seria contemplada.

¹⁶² O tratamento dos dados recolhidos para os *out puts* de suporte à AGE mostra-se bastante moroso e complexo. (Neste Estudo, foi efetuado via bases de dados em formato *Excel*, no entanto, outros caminho poderão ser seguidos). Pesa no entanto, que o resultado final tem um elevado poder de síntese contribuindo para uma análise eficiente.

¹⁶³ Neste Estudo o inquérito via questionário.

¹⁶⁴ Ex.: Inquéritos, entrevistas, *focus groups*.





CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZAÇÃO





CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 - ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO EM ANÁLISE

Este Estudo encontra-se circunscrito à região do Alentejo, coincidente com a área geográfica delimitada institucionalmente, pelo antigo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direção Regional de Agricultura do Alentejo (MADRP-DRAAL). Esta mesma área é, atualmente, delimitada institucionalmente pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) que vieram substituir a antiga estrutura do MADRP-DRAAL. Pesa no entanto, que devido às necessidades de articular com dados passados referentes à estrutura anteriormente gerida pelo MADRP-DRAAL, e sendo esta, uma das fontes principais deste Estudo, optou-se por seguir essa fonte, como referência e terminologia, não obstante terem existido as referidas alterações.

A área delimitada institucionalmente pelo MADRP-DRAAL era composta por quatro Agrupamentos de Zonas Agrárias (AZAS), com um total de 47 regiões¹⁶⁵. No entanto, neste Estudo, não foi considerada a subdivisão efetuada por esse organismo em AZAS¹⁶⁶, mas sim, a subdivisão da região delimitada em distritos e concelhos. A necessidade de opção por esta subdivisão teve como fundamento, o facto ser necessário, recorrer a várias bases de dados, de fontes distintas que, em períodos passados, estavam agrupadas dessa forma, tendo-se por isso seguido a mesma lógica.

Foi também por essa razão, que não se seguiu o atual enquadramento seguido pelas Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal¹⁶⁷, referente ao nível de aproximação pretendido à região do Alentejo. A área delimitada do Alentejo afeta a este Estudo, segundo as Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal, está enquadrada dentro da Unidade Territorial Estatística

¹⁶⁵ Cf.: figura 8.

¹⁶⁶ Por razões operacionais a nível do MADRP os AZAS não correspondem exatamente aos quatro distritos que a Região do Alentejo delimita, oscilando em alguns concelhos. Cf.: figura 8.

¹⁶⁷ As Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território Português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003. O Regulamento instituiu uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). As sub-regiões estatísticas de Portugal são de três níveis - NUTS I, NUTS II e NUTS III.



de Nível II (NUTS II). Dentro desta região estatística, o Estudo efetua uma aproximação a áreas inseridas nas atuais Comunidades Intermunicipais do Alentejo¹⁶⁸, mais concretamente, nas Comunidades Intermunicipais: i) do Alentejo Central; ii) do Alentejo Litoral; iii) do Alto Alentejo; e iii) do Baixo Alentejo. Pesa no entanto que, pelas referidas razões, relacionadas com a disponibilização e tratamento de dados referentes a períodos de tempo passados, onde as fontes que ainda seguiam uma lógica de distritos e concelhos, ter-se optado, por uma questão de coerência, de manter a mesma lógica e a mesma unidade territorial de referência.

Assim sendo, será considerado o Alentejo limitado a norte pelo Rio Tejo, a noroeste pela Estremadura, a oeste pelo Oceano Atlântico, a este pela fronteira com Espanha e a sul pelas serras do Caldeirão e de Monchique, com 27.212 Km², ocupando aproximadamente um terço da superfície total de Portugal Continental, sendo a província de maiores dimensões do país (INE e IGP, 2003).

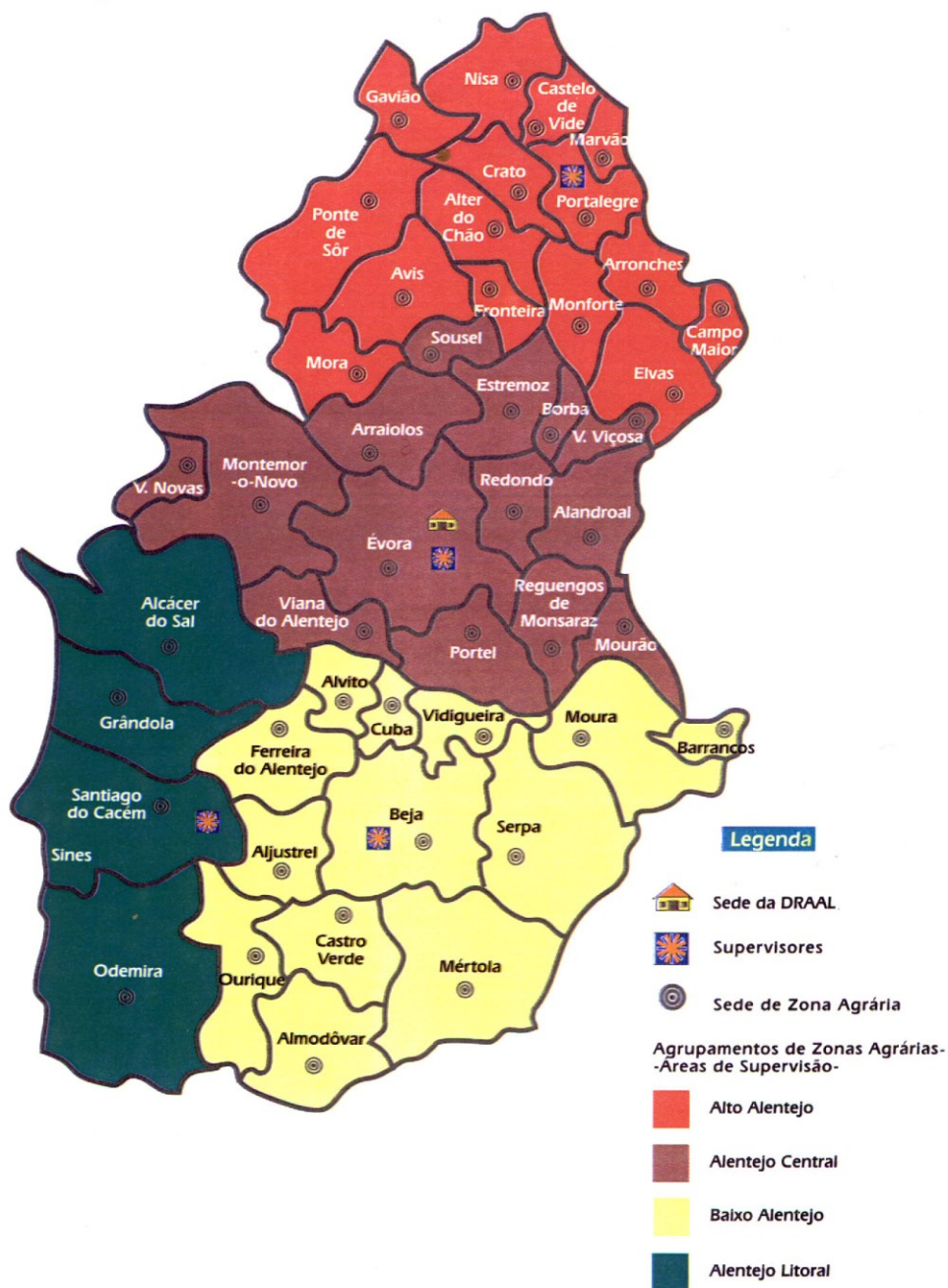
Desta região será considerada a divisão em quadro unidades territoriais, designadas por Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, não sendo portanto considerada a unidade territorial da Lezíria do Tejo, visto estar fora da área delimitada institucionalmente pelo MADRP-DRAAL e como tal, fora do âmbito geográfico ao qual este Estudo está delimitado.

Nesta base, administrativamente para o Alentejo foram considerados 47 concelhos distribuídos pelos distritos de Portalegre, Évora, Beja e parte do distrito de Setúbal. (INE e IGP, 2003).

No que respeita à morfologia, a região caracteriza-se pela predominância de peneplanície levemente ondulada, cuja altitude média ronda os 200 metros (INE e IGP, 2003).

¹⁶⁸ As Comunidades Intermunicipais são pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visam a realização de interesses comuns aos municípios que a integram.

Figura 8 - Área geográfica de atuação da DRAAL



Fonte: MADRP-DRAAL - Mapa a que se refere o artigo 41º do Decreto Regulamentar n.º 16/97 de 07.05 e anexo III e IV do Decreto-Lei n.º 46/89 de 15.02.



3.2 - VISÃO CONTEXTUAL DO SETOR VITIVINÍCOLA

Com base em FREIRE (2004), a vocação vitivinícola de Portugal tem origem no século VII a.C., quando os Gregos introduziram a cultura da vinha no território nacional¹⁶⁹. Para a região do Alentejo, de uma forma resumida, as únicas evidências arqueológicas que suportam a passagem da vinha do estado selvagem para a produção de vinho, aparecem pela primeira vez, nesse mesmo século VII a.C., com a presença dos Fenícios na região. Tudo aponta para que, também os Romanos tivessem sido ativos produtores e consumidores do vinho produzido no Alentejo. Com a abertura das grandes rotas marítimas que desenvolveram o comércio mundial, tudo indicia terem existido grandes exportações de vinhos Alentejanos, a partir do século XVII. No século XIX a vinha estava disseminada por toda a região, mas com o aparecimento do oídio, míldio e filoxera a vinha quase desapareceu na região, sobrevivendo apenas pequenas partes, associadas com outras culturas como o olival. Adicionalmente, a campanha que quase conduziu ao desaparecimento da vinha na região, foi promovida pelo Estado nos anos 30 do século XX, quando definiu o Alentejo como região cerealífera lançando a Campanha do Trigo.

O renascimento da viticultura Alentejana dá-se nos anos 50, com o estabelecimento das adegas cooperativas, que conseguiram, de alguma forma, estruturar o setor produtivo.

Em 1970, sob a direção da Comissão de Planeamento da Região Sul, foi anunciado o estudo "Potencialidades das sub-regiões alentejanas", seguido dois anos mais tarde pelo estudo "Caracterização dos vinhos das cooperativas do Alentejo. Contribuição para o seu estudo", do professor Francisco Colaço do Rosário¹⁷⁰, ensaios académicos determinantes para

¹⁶⁹ Baseado em FREIRE (2004).

¹⁷⁰ Francisco Colaço do Rosário nasceu no ano de 1935 em Messejana, concelho de Aljustrel. Formou-se pelo Instituto Superior de Agronomia em 1963. Os primeiros anos da sua profissão foram dedicados ao ensino, na escola de Regentes Agrícolas de Évora. Foi no início dos anos 70 que Colaço do Rosário se lançou no seu primeiro projeto vinícola. O trabalho de investigação denominado "Caracterização dos Vinhos das Adegas Cooperativas do Alentejo" serviu de tese para a sua admissão como Professor Técnico na Universidade de Évora (onde, mais tarde, viria a fundar a cadeira de Enologia) e constituiu o primeiro levantamento científico dos vinhos alentejanos. A este trabalho foi dada continuidade em 1977, com o "Projeto da Vitivinicultura do Alentejo". Estes e outros trabalhos que se seguiram, viriam a ser a base para a constituição da "Denominação de Origem Alentejo". Colaço do Rosário esteve associado, como técnico responsável, de dois dos mais prestigiados projetos vitivinícolas alentejanos e nacionais: o do Esporão, onde participou na conceção da adega e conduziu as vinificações entre 1985 e 1990, e o da Fundação Eugénio de Almeida, onde a partir de 1980 delineou a reestruturação das vinhas e da adega da Cartuxa. Como técnico principal da Cartuxa, onde se manteve até 2006, Francisco Colaço do Rosário foi o responsável pela implementação de toda uma filosofia que deu origem a



o reconhecimento regional e nacional do potencial do Alentejo. A estes trabalhos foi dada continuidade em 1977, com o “Projeto da Vitivinicultura do Alentejo”, onde Colaço do Rosário foi responsável pelo grupo que realizou o estudo das castas cultivadas na região, através de microvinificações. O resultado destes trabalhos, e de outros que se seguiram, serviria de base para a constituição da “Denominação de Origem Alentejo”, em 1989. Associando várias instituições ligadas ao setor e tirando proveito das sinergias criadas, o Alentejo conseguiu estabelecer um espírito de cooperação e entreatajuda entre os diversos agentes, característica que ainda hoje é uma das imagens de marca dos vinhos do Alentejo.

No início dos anos 80, começavam a formar-se as primeiras empresas vitivinícolas numa região que só possuía as adegas cooperativas e poucos pequenos produtores.

O grande salto no sentido da modernidade é dado nos anos 80, com a criação da ATEVA em 1983 e da Comissão Vitivinícola Regional do Alentejo (CVRA) em 1989.

Nessa altura, as características individualistas de muitos proprietários, bem como as estruturas familiares das explorações, dificultaram a criação de associações com objetivos, de um melhor emparcelamento, aproveitamento dos solos, divulgação de apoio disponíveis e mesmo a contribuição para as capacidades de gestão das unidades e formação dos vitivinicultores aos vários níveis¹⁷¹ (CAMPOS, 1999).

Foi neste contexto, e com base no fomento à MAA PI, que a Associação Técnica de Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA) mostrou ter uma grande contribuição, para a evolução dessa situação na região do Alentejo.

É também de referir que, ao longo de cada campanha, foi visível em algumas adegas e cooperativas, o aproveitamento dos apoios comunitários para fazerem uma atualização tecnológica, principalmente ao nível das instalações produtivas e linhas de engarrafamento, usufruindo portanto, de um melhor desempenho no mercado. A Região Demarcada do Alentejo passa assim, a ser das mais dinâmicas de Portugal e a relevância e expressão da vinha na economia Portuguesa vai aumentando de ano para ano.

grandes vinhos, como o Cartuxa ou o Peramanca, que muito contribuíram para prestígio do Alentejo. Colaço do Rosário foi um dos primeiros elementos da Câmara de Provedores da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana e Escanção Mor da Confraria dos Enófilos do Alentejo desde a sua constituição. Para além do prémio Senhor do Vinho, acrescenta a condecoração, pelo Estado português, em 1997, com o grau de Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, pelos serviços prestados à vitivinicultura Alentejana.

¹⁷¹ Informação baseada em entrevista à ATEVA e em CAMPOS (1999).

Segundo ICEP (1995:43-80) e FREIRE (2004), em 1996, primeiro ano em análise neste Estudo, a cultura da vinha representava para Portugal aproximadamente um quinto do Produto Agrícola Bruto e empregava mais de 230 mil pessoas, ou seja, perto de um quarto da população agrícola ativa de então. A área estimada, ocupada por vinhas, era de 355 mil hectares, aproximadamente 8% da Superfície Agrícola Útil (SAU) por sua vez distribuída principalmente por um grande número de minifúndios, na sua maioria com tecnologias pouco recentes¹⁷².

Mais recentemente, segundo INE (2012a), relativamente à produção vinícola declarada, expressa em mosto¹⁷³, no ano de 2011 (NUTS II), a produção total em Portugal de mosto situava-se em 5.466.258 hectolitros, sendo que, na Região do Alentejo (NUTS II) a produção foi de 1.319.319 hectolitros, representando 24,16% da produção total em Portugal.

Para melhor enquadrar no Estudo efetuado, ainda seguindo INE (2012a) para o mesmo ano de 2011, se forem consideradas, da Região do Alentejo, apenas as suas Regiões Vitivinícolas, a produção de mosto foi de 968 551 hectolitros, sendo que, ao apurar ainda o valor total das Sub-regiões Determinadas¹⁷⁴, nomeadamente de Borba, Évora, Granja-Amareleja, Moura, Portalegre, Redondo, Reguengos e Vidigueira, verificamos que, as mesmas, foram responsáveis por uma produção de 816 296 hectolitros. Desta forma, estas oito Sub-regiões Determinadas representam 84,28% do total da produção das Regiões Vitivinícolas do Alentejo e representam 14,93% do total da produção de Portugal.

A SAU mostra-se também, particularmente importante, sendo que, segundo MAMAOT (2012:17), “as áreas com aproveitamento agrícola e florestal ocupam cerca de 70% do território nacional”. Segundo INE (2012a)¹⁷⁵, a SAU de vinha na região do Alentejo¹⁷⁶, representa uma superfície de 32.158 hectares, representando 18,38% da SAU de vinha de Portugal Continental¹⁷⁷.

Do ponto de vista do cliente final, como o mesmo nem sempre consegue facilmente distinguir vinhos de diferentes qualidades, o Instituto da Vinha e do Vinho certifica a origem

¹⁷² É de referir que, ainda nos nossos dias, apenas as empresas de maior dimensão dispõem de enólogos formados e adegueiros experientes.

¹⁷³ Em viticultura, o termo é usado para referir-se ao sumo de uvas frescas, utilizado antes do processo de fermentação.

¹⁷⁴ Fonte: INE (2012a).

¹⁷⁵ Produção das principais culturas (NUTS II) – Alentejo – Uva para vinhos.

¹⁷⁶ Uva para vinho - dados provisórios 2011.

¹⁷⁷ Uva para vinho - dados provisórios 2011.



dos vinhos de mesa de acordo com 18 regiões DOC (Denominação de Origem Controlada), cabendo às Comissões Vitivinícolas Regionais a verificação dos Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Demarcadas (VQPRD).

No Alentejo existiam oito zonas vitivinícolas regulamentadas para a produção de VQPRD's:

i) as cinco mais antigas (Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos e Vidigueira), criadas em 1988 (cf.: Dec.Lei 349/88), estavam qualificadas como DOC's;

ii) as três mais recentes (Évora, Granja/Amareleja e Moura), criadas em 1991 (cf.: Portaria 943/91), estavam qualificadas como: Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR).

Por iniciativa da Comissão Vitivinícola da Região Alentejana (CVRA) e em conformidade com as expectativas dos vitivinicultores Alentejanos e a realidade do mercado, as oito zonas foram oficialmente (cf.: Dec.Lei-265/98) consideradas sub-regiões de numa única região demarcada, a DOC Alentejo. Assim, atualmente todos os VQPRD's alentejanos são comercializados com a menção DOC Alentejo, podendo utilizar, em complemento, o nome da sub-região de origem.

É de notar no entanto, que o processo de certificação ainda não conduziu completamente à criação de produtos característicos de cada região com sabor e qualidade reconhecíveis. Para além da qualidade, certificações e da própria marca do vinho, o sucesso na competição nos mercados externos implica cada vez mais inovação¹⁷⁸.

Seguindo de perto FREIRE (2004), até ao início de 1996, era visível ao nível do mercado doméstico, uma gradual redução do consumo de vinhos, que o autor argumenta ter uma contribuição relevante do rápido aumento da procura de bebidas alternativas, resultado de intensas ações de *marketing*, bem como, devido a campanhas institucionais contra o excesso de ingestão de álcool. Em contrapartida, refere que o nível de conhecimento médio dos consumidores nacionais tem vindo a aumentar, sendo já frequente a escolha do vinho por região, marca e ano¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Ex.: adoção de garrafas mais elegantes e estilizadas ou rótulos mais estéticos e apelativos.

¹⁷⁹ Tudo aponta para que, a formação dos Portugueses tenderá a induzir um consumo em menor quantidade mas de melhor qualidade, pelo que, a certificação como fator de qualidade adicional ao vinho, poderá ser sempre um caminho para continuar a explorar.

É também de referir que, os diferentes solos e microclimas associados às várias regiões propiciam, a geração de diferentes castas nobres, continuando as vinhas alentejanas a produzir uvas de grande qualidade.

No entanto, muito há ainda por fazer, numa vinha que já acusa o peso dos anos, e com dificuldades de produção de vinhos de qualidade a preços competitivos.

Atualmente, o crescente interesse da sociedade pela preservação e conservação da natureza, tem aberto excelentes oportunidades para a valorização do espaço vitivinícola e da diversificação das atividades nas explorações vitivinícolas.

3.3 - A FILEIRA ECONÓMICA DO VINHO NO ALENTEJO

3.3.1 - Conceito de Fileira

Segundo DOMINGUES (1994:47), “o conceito de fileira, tem um conteúdo eminentemente sistémico, referindo-se a um conjunto de atividades (e unidades económicas) interligadas funcionalmente por uma rede mais ou menos densa de fluxos de transações. Convencionalmente uma fileira pode ser definida de jusante para montante de um determinado sistema produtivo, ou vice-versa”.

Para DOMINGUES (1994:47), o facto de um elemento estar integrado numa fileira, corresponde a uma situação em que, a densidade de transações que esse elemento realiza com componentes da fileira, é maior do que as que realiza com outros.

Enunciado desta forma, este conceito é suficientemente claro para salientar os efeitos sistémicos de coesão e de interação, que caracterizam a dinâmica de funcionamento da fileira.

Transpondo o conceito mais para o quadro do território, a lógica de expansão da fileira, constitui um elemento fundamental para se perceberem determinados efeitos de especialização e de aglomeração territorial de um determinado tipo de atividades¹⁸⁰, bem como dos padrões que elas produzem.

Para DOMINGUES (1994:48), “a fileira é, na sua essência, estruturada por um sistema de relações e fluxos”. Assim sendo, essas relações podem acontecer num território de

¹⁸⁰ A operacionalização de conceitos de base territorial, como os “distritos industriais” ou os “sistemas produtivos locais”, constituem exemplos relevantes nessa matéria.



relativa proximidade e continuidade geográfica, mas não necessariamente, podendo esses fluxos acontecer também num espaço de descontinuidade física. Quer isto dizer, que a operacionalização do conceito de fileira deve ser, suficientemente flexível para ser utilizada em várias escalas, e para que dentro de cada uma, se percebam claramente os modelos, os efeitos e as dinâmicas de interação e de coesão, que dão sentido à análise do conjunto.

3.3.2 - Referências sobre a Fileira Económica do Vinho no Alentejo

Seguindo de perto CCDRA (2004), a fileira e cadeia de valor vitivinícola têm uma presença no Alentejo vincadamente orientada para o cultivo de uva e para a fabricação de mostos, ainda que, muito localizada no Alentejo Central. Denota-se uma acentuada ausência de atividades diretamente relacionadas com o engarrafamento e embalagem do vinho, ou ainda, de atividades de maior valor acrescentado, relacionadas com fornecedores de equipamento, serviços de consultoria e estudos de mercado, entre outras.

Para CCDRA (2004:217) “existe uma lógica de *cluster*¹⁸¹ verticalizada no setor vitivinícola do Alentejo, pois a maioria das empresas integra grande parte das atividades que constituem a fileira, nomeadamente explorações vitícolas, produção de vinho e distribuição, o mesmo não se poderá dizer em relação a uma ótica horizontal de *cluster* regional, pois a maioria das empresas vitivinícolas desenvolvem relações com as outras indústrias de apoio (máquinas e equipamentos, tipografia, design, vidro, rolhas), mas estas estão normalmente sedeadas fora da região”.

Assim sendo, no Alentejo, o setor cooperativo e a maioria dos agentes privados, organizaram as suas atividades segundo uma lógica de integração vertical, desde a produção

¹⁸¹ Este conceito foi popularizado pelo economista Michael Porter no ano 1990, no seu livro *Competitive Advantages of Nations* ("As vantagens competitivas das nações").

Um *cluster*, no mundo da indústria, é uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes. A cooperação entre empresas tem, no último ano, proliferado por variadas áreas de negócio. De forma resumida, podemos agrupar as razões e motivações principais em dois grandes grupos: a necessidade de conseguir maior flexibilidade e por outro lado a procura de maior eficiência na satisfação de uma oportunidade temporária. Este fenómeno tem tido uma maior evolução nas pequenas e médias empresas com limitada disponibilidade de recursos (financeiros, tecnológicos, produtivos, humanos) e com atividades complementares. Em geral a cooperação entre empresas pode ser de dois tipos: i) cooperação horizontal: envolve geralmente acordos de longo prazo entre empresas do mesmo setor que originam as denominadas “alianças estratégicas”; ii) cooperação vertical: envolve diferentes entidades da cadeia de fornecimento, nomeadamente, fornecedores, fabricantes, distribuidores e clientes.

de uva até à distribuição, permitindo-lhes um melhor controlo técnico, uma maior proteção do *know-how* e um maior domínio sobre os ganhos de produtividade ao longo de toda a fileira, para daí retirarem os benefícios correspondentes.

Segundo CCDRA (2004:221), “verifica-se para a vitivinicultura alentejana a necessidade de ganhar massa crítica, não só em termos de produção mas, principalmente, em termos de aglomeração de atividades inter-relacionadas, que possam beneficiar de economias de aglomeração e lógicas de *clusterização*”.

3.3.3 - Delimitação das dimensões de análise da Fileira Económica do Vinho no Alentejo

Em alguns estudos que integram análises de fileiras económicas, é habitual optarem por uma delimitação das dimensões de análise das respetivas fileiras, com base numa delimitação da correspondência em termos de Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramos de Atividade (CAE) para fins estatísticos¹⁸², contudo, esse não foi o critério seguido, na delimitação das dimensões de análise da fileira económica deste Estudo.

Em primeiro plano porque, a vitivinicultura possui características cuja arrumação no léxico da CAE¹⁸³, implicaria a contemplação de três atividades CAE a 5 dígitos, 01132 (viticultura), 15931 (produção de vinhos comuns e licorosos) e 15932 (produção de vinhos espumantes e espumosos), as quais, por seu turno, encontram estreita ligação com dois ramos económicos do Quadro de Recursos e Empregos do INE (QRE INE)¹⁸⁴.

Desta forma, a utilização de qualquer um destes critérios para o estudo das relações intersetoriais e de fileira na vitivinicultura, implicaria um método próprio, sob pena de se extrapolarem conclusões, que se poderiam verificar a um nível mais agregado, mas que poderiam não se verificar ao nível mais específico, e cujos resultados não seriam direcionados para a linha dos objetivos deste Estudo.

Em segundo plano, porque o presente Estudo, não tem como objetivo efetuar nenhum tipo de contabilização ou aplicação em articulação com contas, de acordo com o Sistema de

¹⁸² Ex.: EDIA e OEFP (2009); DORES, SARMENTO e OLIVEIRA (2011); DORES e SARMENTO (2012).

¹⁸³ CAE Rev.2.1.

¹⁸⁴ Fonte INE: QRE - Quadro de recursos e empregos 2010 A82-P88 (preços correntes); Ramo: Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Ramo: Indústrias alimentares e das bebidas.



Contas Nacionais e das Estatísticas, e por essa razão, não tenha de seguir, necessariamente, um critério dessa natureza.

Finalmente, porque se pretende ser mais abrangente, a fim de potenciar aplicações relacionadas com análises de efeitos, optou-se por seguir neste Estudo, de certa forma, o conceito de fileira, com base em DOMINGUES (1994), onde o mesmo procura ser suficientemente flexível, contemplando o quadro do território.

O critério geral de delimitação das principais dimensões de análise da fileira económica do vinho no Alentejo, decorre das necessidades deste Estudo e tem na sua base, a existência de uma relação direta e/ou indireta dos mesmos, com o setor vitivinicultura.

Desse critério geral, a delimitação efetuada, no contexto da fileira económica do vinho no Alentejo, considerou as principais dimensões de análise, como sendo aquelas, onde tudo aponta para se poderem fazer sentir mais os efeitos da MAA PI, nomeadamente a nível: i) da política pública; ii) do território; iii) da inovação; iv) dos produtores; v) do setor vitivinícola; e vi) dos mercados. Estas dimensões de análise, por sua vez, agregam vários efeitos de acordo com as necessidades deste Estudo.

Outros caminhos certamente poderiam ser seguidos, conduzindo a outros efeitos a montante e a jusante, no entanto, esta via mostrou cumprir plenamente com os objetivos pretendidos.

3.3.4 - A proteção e a melhoria do ambiente, dos solos e da água como a base de toda a Fileira Económica do Vinho no Alentejo.

A fileira económica do vinho no Alentejo representa, uma das mais importantes fileiras económicas do Alentejo. Se pensarmos em termos de sustentabilidade da própria fileira, mais concretamente como, essa sustentabilidade, assenta num tripé entre sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental, rapidamente nos apercebemos da importância da proteção do ambiente neste equilíbrio.

Nesta lógica, se para o setor vitivinícola entendermos o ambiente, as águas e os solos como a “máquina produtiva” na base de toda a fileira, facilmente concluiremos que, a proteção dessa “máquina produtiva” é essencial, e está na base da sustentabilidade de toda a fileira que origina.



Dessa forma, se considerarmos que na base da sustentabilidade de toda a fileira económica do vinho no Alentejo, está a proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água, tudo o que sejam medidas que nos levem a essa proteção, estarão a defender a base de toda a fileira.

Por essa razão, o aparecimento dos métodos de produção com recurso à PI e o seu posterior fomento por via das MAA representou um passo na conciliação da vitivinicultura com a conservação e valorização do ambiente e do espaço rural¹⁸⁵.

As MAA apresentam um extraordinário interesse para a vitivinicultura, na dupla vertente da sustentabilidade e da valorização da vinha e do ambiente. Esse interesse ainda é reforçado, pelo impacto positivo que apresentaram na defesa do ambiente, conservação do espaço rural, melhoria da qualidade das produções e manutenção do rendimento dos vitivinicultores, atuando portanto, nos três níveis do tripé da sustentabilidade.

Nesta linha, a MAA PI aplicada ao setor vitivinícola, está a proteger concretamente, o ambiente, os solos e a água, que em conjunto representam, como vimos, a “máquina produtiva” na base de toda uma fileira, com um peso muito significativo, nessa região.

A não utilização de métodos de produção com recurso à PI, ou outros que se venham a mostrar equivalentes na vinha, poderá, a prazo, colocar em causa, a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo.

3.4 - OS MÉTODOS DE PRODUÇÃO COM RECURSO À PROTEÇÃO INTEGRADA

3.4.1 - Evolução dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada em Portugal

Segundo AMARO (2003) até ao final da década de 70, a Proteção Integrada era ignorada em Portugal, exceto em algumas referências esporádicas. Desde 1977 até ao presente, podem considerar-se quatro fases na evolução da Proteção Integrada e em Portugal.

¹⁸⁵ Assim sendo, pretende-se, desta forma, reforçar uma união sólida, de interesses por parte dos vitivinicultores, da sustentabilidade e qualidade eco ambiental, do desenvolvimento regional e rural, reforçando simultaneamente, o contributo para a manutenção da biodiversidade e da paisagem rural.



Em fins de 1977 teve início a primeira fase de desenvolvimento da PI, com especial ênfase no ensino, na sensibilização, no debate técnico e científico e com um ligeiro arranque da investigação, que se prolongou até 1986.

Entre 1987 e 1993 ocorreu a segunda fase com a crescente intensificação do ensino e da formação profissional, com o maior desenvolvimento da investigação científica neste domínio e com o escasso início da prática da Proteção Integrada nas explorações.

Com o arranque das MAA, no âmbito do II Quadro de Apoio à Agricultura Portuguesa, em 1994, surge a terceira fase, que se prolonga até 2000, com uma política oficial de fomento à PI, que permitiu a rápida evolução da formação profissional e do financiamento da prática da PI.

A partir de 2001 o III Quadro de Apoio à Agricultura Portuguesa coincide com o início da quarta fase, que decorrerá até 2006 e corresponde ao fomento e à expansão da PI e à crescente preocupação quanto à generalização da prática da PI.

3.4.2 - Referências sobre a avaliação da indispensabilidade da intervenção

A avaliação da indispensabilidade da intervenção da PI é analisada em pormenor por AMARO (2003:47).

Nessa avaliação da indispensabilidade da PI, AMARO (2003) descreve entre outras questões, várias abordagens a técnicas de amostragem, no sentido de demonstrar a referida indispensabilidade da PI e questões técnicas, no sentido dos benefícios da utilização deste método de produção.

Para tal, são adotadas em AMARO (2003), técnicas de amostragem diretas ou indiretas. Nas técnicas de amostragem diretas, procede-se à observação de um certo número de órgãos vegetais, por exemplo através do método de observação visual. Nas técnicas de amostragem indiretas, efetua-se a captura de pragas e de auxiliares entomófagos através de dispositivos apropriados e procede-se posteriormente, à sua identificação e quantificação. Numerosas técnicas desta natureza são utilizadas, como as armadilhas de interceção¹⁸⁶, as armadilhas de atração, como a cinta-armadilha, e as armadilhas luminosas, alimentares,

¹⁸⁶ Ex.: a técnica das pancadas, o saco de bater, a armadilha aspiradora, a armadilha com isco.



cromotrópicas ou sexuais, porque, segundo AMARO (2003), a natureza da praga ou do auxiliar e do seu estado de desenvolvimento condicionam a técnica de amostragem.

As técnicas de amostragem mais utilizadas em Proteção Integrada são, a observação visual, para a maioria das pragas, as armadilhas de atração, em particular, as sexuais e as cromotrópicas e, por vezes, as cintas-armadilha¹⁸⁷ e as armadilhas de interceção¹⁸⁸.

Em forma de resumo, no final conclui-se sobre a efetiva indispensabilidade da intervenção. Ao longo do estudo de AMARO (2003), são abordadas questões sobre a viabilidade e qualidade da prática da PI para melhoria do ambiente, bem como, questões técnicas no sentido dos benefícios da utilização deste método de produção.

O mesmo autor apresenta uma vasta bibliografia¹⁸⁹, exclusivamente dedicada a estas questões. Outros autores poderiam ter sido seguidos para obter conclusões de natureza técnica sobre a PI, no entanto, atendendo à elevada produção científica de AMARO sobre este tema¹⁹⁰, optou-se por seguir o seu trabalho como referência sobre esta questão para este Estudo.

Não é objetivo deste Estudo abordar questões técnicas de Fitofarmacêutica relacionadas com a PI¹⁹¹, tendo apenas sido assumido para o mesmo, com base no contacto com algumas investigações, que efetivamente se trata de um método de produção tecnicamente eficaz e eficiente, no cumprimento dos seus objetivos específicos, e por essa razão, portador de impactos positivos na proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água, validando, de certa forma, a opção de ter sido fomentado pela MAA PI nos II e III Quadros de Apoio à Agricultura Portuguesa.

3.5 - CONTEXTO DAS MEDIDAS AGROAMBIENTAIS

¹⁸⁷ Ex.: Bichado.

¹⁸⁸ Ex.: Cochonilha-de-São José.

¹⁸⁹ De salientar, AMARO (2002).

¹⁹⁰ AMARO, até ao fim da década de 70, quando a Proteção Integrada era ignorada em Portugal, foi um dos primeiros investigadores nacionais sobre esta questão, tendo mesmo sido, no ano letivo de 1977/1978, o primeiro a incluir um módulo de Proteção Integrada na disciplina de Fitofarmacologia, do Instituto Superior de Agronomia (ISA) e, posteriormente, até 1980, abordou este tema em vários trabalhos pioneiros em Portugal. Para maiores desenvolvimentos, cf.: Bibliografia.

¹⁹¹ Ex.: sua comparação técnica com a utilização de outros pesticidas; a redução dos riscos dos pesticidas pela proteção integrada; a qualidade da prática da proteção integrada; questões técnicas, sobre os benefícios da utilização deste método para o meio ambiente.



Dentro de uma estratégia de desenvolvimento agrícola e rural que visava incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social, foi definido em Portugal o Programa de Desenvolvimento Rural (RURIS).

Esse Programa de Desenvolvimento Rural era composto por quatro intervenções: i) as Medidas Agroambientais¹⁹² (MAA); ii) as Indemnizações Compensatórias; iii) a Florestação de Terras Agrícolas; e iv) a Reforma Antecipada.

Estas medidas visavam também remunerar a prestação de serviços de caráter Agroambiental, e/ou compensar as perdas de rendimento resultantes principalmente, da aplicação de restrições à atividade agrícola. Apoiava-se assim, a prestação de serviços prestados pela atividade agrícola: i) na preservação da paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas; ii) na conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural; iii) na conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas; iv) na proteção da diversidade genética; v) no incentivo de práticas relativas à proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água, em geral ou em zonas vulneráveis e outras áreas abrangidas.

Seguindo de perto IDRHa (2004), estas medidas são portadoras, de uma importância cada vez maior, face ao aumento crescente das exigências da sociedade em matéria ambiental.

As MAA eram compostas por diversas medidas para o território nacional, algumas das quais desenhadas exclusivamente para territórios específicos¹⁹³.

Para IDRHa (2004), o contributo das MAA, para os sistemas tradicionais de agricultura, para a proteção do ambiente e preservação do espaço rural, devem ir além da mera aplicação das boas práticas agrícolas. Essa implementação poderá mesmo ser vista, como um passo numa estratégia para atingir um desenvolvimento rural e regional tão desejado.

Em forma de síntese da evolução das MAA e, seguindo de perto DGDR (1997), PDRu (2000-2006) e IDRHa (2004), podemos referir que¹⁹⁴:

¹⁹² Foi no âmbito do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e das medidas da Política Agrícola Comum que surgiram as Medidas Agroambientais.

¹⁹³ Ex.: Vinhas em Socalcos do Douro e Plano Zonal de Castro Verde.

¹⁹⁴ Para maiores desenvolvimentos cf.: DGDR (1997), pp. A10-A32.



i) as MAA foram instituídas no seio da reforma da Política Agrícola Comunitária de 1992, vindo a ser aplicadas através de um programa que perdurou entre 1994 e 1998;

ii) o diploma base, pelo qual as MAA se regeram em Portugal, no período compreendido entre 1994 e 1998 foi o regulamento (CEE) n.º 2078/92 do Conselho de 30 de Junho, nomeadamente no que respeita aos métodos de produção agrícola, compatíveis com as exigências da proteção do ambiente, e da preservação do espaço natural;

iii) as denominadas Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum de 1992 contemplavam as MAA, sendo este regime cofinanciado pelo FEOGA-Garantia¹⁹⁵;

iv) no ano de 1998, é aprovado pela Comissão Europeia, um programa intercalar que vigorou até 1999;

v) no contexto inicial do programa, as MAA foram apresentadas e defendidas, mediante a existência das ajudas a serem instituídas, ao abrigo de contratos de prestação de serviços de natureza ambiental por parte dos agricultores, tendo um período de duração mínimo de cinco anos;

vi) o Programa Agroambiental visava responder, a um conjunto de externalidades ambientais negativas, resultantes de práticas e de sistemas agrícolas impróprios¹⁹⁶;

vii) em Portugal, todas as regiões foram abrangidas;

viii) o Programa das MAA era composto por um vasto conjunto de medidas subdivididas em quatro grandes grupos e com objetivos específicos¹⁹⁷;

ix) quando as mesmas foram implementadas¹⁹⁸, ficou a cargo da Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), a coordenação global da aplicação do Programa das MAA, para Portugal Continental. Ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e Direções Regionais de Agricultura (DRA), competiam em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza, a gestão das medidas, sob coordenação da DGDR. No que respeitava à promoção e fiscalização do pagamento das ajudas, os mesmos competiam ao IFADAP;

¹⁹⁵ Cabendo também ao Estado Português uma comparticipação de 25%.

¹⁹⁶ Como exemplos podemos apontar a excessiva aplicação de pesticidas e fertilizantes ou mesmo o elevado nível de erosão e degradação do solo. Dentro desta lógica, não se poderá afirmar que foram naturalmente sustentadas numa lógica de mercado ou de apoio ao rendimento.

¹⁹⁷ Para maiores desenvolvimentos sobre cada uma das MAA, cf.: DGDR (1997) e PDRu (2000-2006).

¹⁹⁸ Aquando da implementação do Reg. (CEE) n.º 2078/92.



- x) no ano de 2000, este circuito de competências acabaria por ser atualizado¹⁹⁹;
- xi) no período de aplicação compreendido entre de 2000 e 2006, o Programa RURIS passaria a contemplar as MAA;
- xii) tendo em conta o reconhecimento que a UE atribui ao seu espaço rural na preservação do ambiente e da biodiversidade, o Programa RURIS passa a assumir para a agricultura portuguesa, uma importância estratégica num contexto de reforma Intercalar da PAC;
- xiii) o RURIS, em conjunto, conformidade e complementaridade com os demais programas, contribuiu para a Estratégia de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Portugal;
- xiv) através das MAA, o RURIS estimulou, de forma ativa o crescimento da MAA PI.

3.6 - CONTEXTO DA MEDIDA PROTECÇÃO INTEGRADA

As relações entre a agricultura e o ambiente estão atualmente na ordem do dia em todo mundo. Estas relações assumem também, uma importância crescente na Comissão Europeia. Seguindo MAMAOT (2012), no próprio documento de orientação do Programa de Desenvolvimento Rural para o período de 2014-2020, é mesmo proposto pela Comissão Europeia que, o primeiro e segundos pilares da PAC²⁰⁰, contenham, medidas com impacto ambiental.

¹⁹⁹ No âmbito do programa RURIS. Para maiores desenvolvimentos cf.: PDRu (2000-2006).

²⁰⁰ Segundo PARLAMENTO EUROPEU*, a Política de Preços e de Mercado, constitui o primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Era a componente mais antiga da PAC e, até à reforma de 2003, a mais importante. “As medidas de regulação do primeiro pilar da PAC visam orientar a produção agrícola e estabilizar os mercados. Consistem na colocação de produtos ou grupos de produtos sob um regime especial, a organização comum de mercado (OCM), de modo a gerir a sua produção e comércio, de acordo com os princípios de base da PAC (a saber, a unicidade do mercado, a preferência comunitária e a solidariedade financeira) e em conformidade com regras comuns e mecanismos adequados.”

Segundo PARLAMENTO EUROPEU**, a Política de Desenvolvimento Rural, constitui o segundo pilar da PAC. A Política de Desenvolvimento Rural “assumiu-se como uma componente essencial do modelo agrícola da Europa, cuja base assenta na multifuncionalidade da atividade agrícola. O seu grande objetivo é criar um enquadramento de coesão e sustentabilidade para salvaguardar o futuro das zonas rurais, sendo este particularmente baseado na sua capacidade para proporcionar uma gama de serviços públicos para além da mera produção de géneros alimentícios e no potencial das economias rurais para criar novas fontes de rendimento e postos de trabalho, preservando, ao mesmo tempo, a cultura, o ambiente e o património do espaço rural”.

A Agenda 2000 alterou, pois, a abordagem existente através da implementação de uma Política Integrada de Desenvolvimento Rural Sustentável que assegurava uma maior coerência entre o desenvolvimento rural (segundo pilar da PAC) e a política de preços e de mercado (primeiro pilar da PAC). Esta nova abordagem foi formalizada pelo Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho (JO L 160 de 26.6.1999).



A política agrícola seguida nas últimas décadas, ao prosseguir objetivos evidentes de aumento de produção, das produtividades da terra e do trabalho, conduziu a uma degradação ambiental por vezes grave, com reflexos mais evidentes na poluição das águas superficiais e subterrâneas, na degradação da paisagem devida à intensificação cultural, na destruição de habitats da fauna e no abandono de terras marginais menos produtivas. Estes problemas assumem especial gravidade nos países do Norte e Centro da Europa, nos quais a intensificação cultural atingiu uma maior expressão.

Em Portugal, onde predomina a agricultura extensiva, estes problemas não assumem uma gravidade tão acentuada, embora seja preocupante²⁰¹. Na medida em que existem situações de poluição do solo e águas, assim como de indisciplina na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, com consequências ao nível de poluição.

Foi na tentativa de contribuir para dar algumas respostas a estes problemas que, no âmbito das MAA, surgiu a MAA Proteção Integrada.

Esta medida pretendia fomentar a utilização de métodos de produção com recurso à Proteção Integrada (PI). Através da adoção desses métodos de Proteção Integrada, é possível, limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos²⁰² a situações em que os inimigos das culturas atingem um Nível Económico de Ataque²⁰³, bem como utilizar pesticidas que preservem os organismos auxiliares, privilegiando ainda a utilização de meios de proteção biológicos e biotécnicos.

Deste modo, através do fomento destes métodos de produção, a medida contribui para a racionalização do uso de produtos fitofarmacêuticos, em clara sintonia com o objetivo de compatibilizar padrões de produção com a proteção do ambiente e recursos naturais.

A aplicação destes métodos é, no entanto, condicionada pelo nível de formação dos agricultores, pelo que se torna necessária a sua orientação e acompanhamento por técnicos com formação especializada em Proteção Integrada.

*Disponível em:

“http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.2.3.html”.

**Disponível em:

“http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.2.5.html”.

²⁰¹ De referir também que, a estes problemas, ainda acresce a erosão do solo, problema típico da agricultura mediterrânica e que afeta uma área significativa do sul do país.

²⁰² Cf.: Decreto-Lei 284/9 de 11/11; Decreto-Lei 94/98 de 15/04; Dir. do Cons. n.º 91/414/CEE de 15/07.

²⁰³ Para maiores desenvolvimentos sobre Nível Económico de Ataque, cf.: AMARO (2003).



CAPÍTULO 4

CARACTERIZAÇÃO DA MEDIDA

AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA

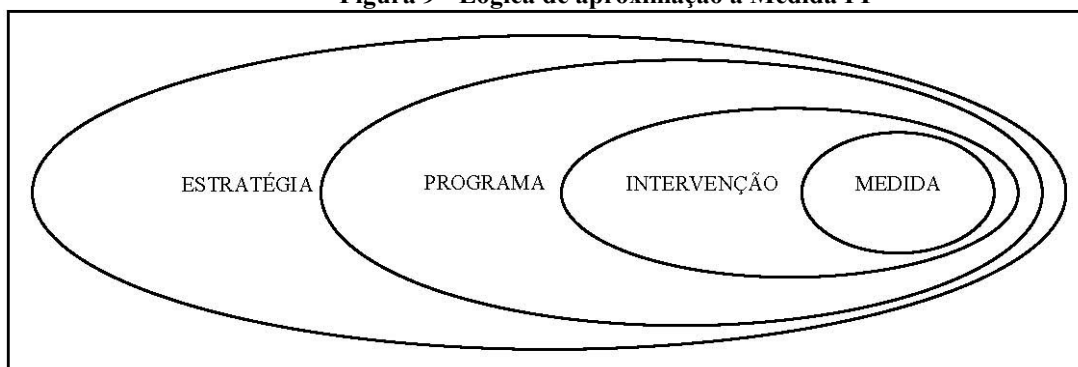


CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA

4.1 - INCIDÊNCIA TERRITORIAL E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Com a caracterização da MAA PI pretende-se analisar sobre a congruência da mesma, centrando-se, para tal, na apreciação de toda a lógica de atuação que a envolve e analisar o seu racional estratégico de intervenção. No encalce desse objetivo, foi seguida uma abordagem de aproximação, desde a estratégia global em que a medida está introduzida, até aos pontos mais particulares.

Figura 9 - Lógica de aproximação à Medida PI



Fonte: Elaboração própria.

Deste modo, será possível observar toda a estrutura da MAA PI, sobretudo no que concerne às relações que se desencadeiam, entre os vários níveis de operacionalização e intervenção.

Segundo MADRP (2009:5), a Estratégia de Desenvolvimento Agrícola Rural (EADR) “tinha como objetivo geral incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social.” Essa EADR, por sua vez, estava inserida no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) 2000-2006 e, como tal, na estratégia e nas prioridades do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).



Desta forma, seguindo PDRu (2000-2006), é assumido como objetivo determinante da política agrícola e do desenvolvimento rural, promover uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável.

Segundo MADRP (2009:5), essa política de desenvolvimento rural “fundamentava-se na necessidade de assegurar uma melhor e mais acentuada coerência e compatibilidade entre a componente de mercados e o desenvolvimento económico e social das zonas rurais comunitárias, perspetivando a necessidade de atuar em várias vertentes”. Para tal, seguindo PDRu (2000-2006), o Plano de Desenvolvimento Regional acolhia os principais elementos relativos ao desenvolvimento agrícola e rural, estando estes intrínsecos especialmente em dois eixos prioritários, desse mesmo plano:

i) Eixo 2: alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro, através do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural;

ii) Eixo 4: promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional, através da medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais.

É importante destacar, que os dois instrumentos da política que consubstanciavam estes eixos, eram portadores de potenciais impactos significativos, sobre o ambiente, o emprego, o desenvolvimento social dos agricultores e das populações rurais, podendo-se mesmo afirmar, a sua contribuição, também para o Eixo 1 do Plano de Desenvolvimento Regional²⁰⁴.

O seguimento do objetivo estratégico central das intervenções, bem como dos restantes objetivos específicos definidos para as intervenções públicas, constituíam o elemento central da política agrícola e de desenvolvimento rural. Salienta-se no entanto, que, esses objetivos, também eram seguidos por outros instrumentos de política, nomeadamente: i) Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural (LEADER+); ii) Quadro Regulamentar e Apoios das Organizações Comuns de Mercado (OCM's); iii) Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO); iv) As intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas (AGRIS); v) Programa de Desenvolvimento Rural (RURIS).

Nesse âmbito, esses instrumentos de política tinham diferentes enquadramentos regulamentares, financiamentos, finalidades e davam privilégio de atuação a diferentes

²⁰⁴ A saber: Eixo 1: elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social.

objetivos, sendo essencial a sua articulação, de forma a poderem convergir em torno de uma ação²⁰⁵.

Deste modo, pode-se verificar que, no sentido de garantir uma verdadeira coerência entre os vários instrumentos de desenvolvimento rural, são coincidentes os objetivos globais do Programa RURIS com os objetivos específicos do PDR, no que respeita à agricultura e ao desenvolvimento rural.

Seguindo de perto PDRu (2000-2006), pode mesmo afirmar-se, a existência de uma “lógica de cascata” na articulação dos objetivos definidos em cada um dos níveis de intervenção. Dessa forma, essa lógica, tem subjacente que os objetivos específicos de um determinado nível devem servir de referência ao nível imediatamente inferior²⁰⁶.

Dentro desta ótica, vai ser direcionada a atenção para o programa RURIS, visto ser o instrumento de política agrícola e de desenvolvimento rural, que terá mais relevância para este Estudo.

4.2 - O PROGRAMA RURIS

No período analisado, a Política de Desenvolvimento Rural constituía o “segundo pilar” da Política Agrícola Comum (PAC) da UE.

Estávamos perante um componente fundamental do modelo agrícola europeu, que visava de certa forma, complementar as medidas de mercado e de promoção da competitividade da agricultura, mediante o desenvolvimento de políticas específicas que, em última instância, procuram garantir o futuro das zonas rurais e contribuir para a manutenção e criação de empregos.

As diversas medidas de desenvolvimento rural²⁰⁷, tinham como objetivos globais:

- i) reforçar o setor agrícola e silvícola;
- ii) melhorar a competitividade das zonas rurais;
- iii) preservar o ambiente e o património natural.

²⁰⁵ De certa forma esta convergência terá em conta a especificidade de cada instrumento e o sentido peculiar dos seus efeitos, de forma, a por um lado, não possibilitar potenciais sobreposições e minimizar potenciais conflitos e, por outro, potenciar as suas sinergias e complementaridades.

²⁰⁶ Ou seja, corresponder ao objetivo global do nível imediatamente inferior.

²⁰⁷ Estabelecidas no Reg. (CE) n.º 1257/99, de 17 de Maio e segundo COMISSÃO EUROPEIA (1999).



As preocupações refletidas por esses objetivos globais mantiveram-se, e incrementaram a sua importância, até aos nossos dias, sendo de salientar no âmbito deste Estudo, principalmente as questões ambientais. Segundo MAMAOT (2012), a própria Comissão Europeia propõe, para período de 2014-2020, que o primeiro e segundos pilares da PAC contêm medidas com impacto ambiental e prestação de serviços ambientais, sendo que, o próprio acordo político sobre uma nova direção em torno PAC²⁰⁸, salienta mesmo, várias alterações propostas, com objetivo de traçar um caminho para uma PAC “mais verde”.

Para o período relativo a 2000-2006, a estrutura de financiamento escolhida para dar assistência financeira às medidas de desenvolvimento rural, estava dependente do nível de objetivo prioritário, em termos de fundos estruturais de cada Região NUTS II.

Para Portugal, de acordo com a sua vocação, as medidas de desenvolvimento rural eram apoiadas, quer pelo FEOGA-Garantia, quer pelo FEOGA-Orientação²⁰⁹.

No âmbito deste Estudo, apenas foram consideradas as Medidas Agroambientais, que, tendo sido cofinanciadas pelo FEOGA-Garantia, foram integradas numa intervenção autónoma do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III), designada por Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS).

Segundo MADRP (2009:5), o Programa RURIS, constituía “a componente da política agrícola nacional especificamente orientada para a viabilização das funções agroambiental e agrorrural da agricultura portuguesa”.

O desenvolvimento do RURIS e dos seus respetivos objetivos específicos foi operacionalizado, através de quatro intervenções, previstas no programa e que foram as seguintes: i) Reforma Antecipada; ii) Indemnizações Compensatórias; iii) Florestação de Terras Agrícolas; iv) Medidas Agroambientais (MAA).

²⁰⁸ Para maiores desenvolvimentos, cf.: “*Political agreement on new direction for common agricultural policy*”, disponível em: “http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-613_en.htm”.

²⁰⁹ Para maiores desenvolvimentos, cf.: PDRu (2000-2006).

Quadro 18 - Relação de cofinanciamento

Intervenção Operacional (Portugal)	Fonte de cofinanciamento (Regiões)	Medidas de Desenvolvimento Rural
Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS)	FEOGA - Garantia	Florestação de terras Agrícolas
Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores		Indemnizações Compensatórias
Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira		Medidas Agroambientais Reforma Antecipada

Fonte: Elaboração própria.

Na conceção do RURIS, foram assumidos como objetivos globais do programa, os objetivos específicos do EADR, garantindo assim, um elevado nível de coerência entre ambos²¹⁰.

Desse modo, os objetivos que enquadram a estratégia do RURIS são:

Quadro 19 - Objetivos que enquadram a estratégia do RURIS

1	Reforço da competitividade económica das atividade e fileiras produtivas agroflorestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social.
2	Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica.
3	Promoção da qualidade e da inovação da produção agroflorestal e agrorural.
4	Valorização do potencial específico dos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica.
5	Melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais.
6	Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores e dos demais agentes do desenvolvimento rural.

Fonte: Elaboração própria a partir de MADRP (2009) e PDRu (2000-2006).

É de salientar, que todos os objetivos apresentavam um carácter transversal ao desenvolvimento do setor agrícola e do mundo rural, mas era principalmente sobre o segundo

²¹⁰ Para maiores desenvolvimentos sobre a coerência interna do RURIS, cf.: PDRu (2000-2006: ponto 3.1 - Coerência Interna do RURIS).



objetivo, que o RURIS apresentava maior contribuição²¹¹, não deixando, no entanto, de contribuir para os restantes, simplesmente de uma forma menos relevante²¹².

Ao analisar a relação existente entre os objetivos específicos do RURIS e os objetivos das intervenções, verifica-se a existência de uma lógica de programação e de planeamento²¹³ geradora de uma elevada conformidade entre ambos²¹⁴.

Pode-se ainda constatar, seguindo de perto PDRu (2000-2006), que a análise retrospectiva das intervenções que compõem o Programa RURIS revelava, sobretudo, uma continuidade em termos dos seus objetivos, face ao período de programação anterior (1994-1999), constatando-se igualmente uma reorganização e o alargamento a áreas de atuação, sobretudo na intervenção das Medidas Agroambientais.

4.3 - A INTERVENÇÃO DAS MEDIDAS AGROAMBIENTAIS

4.3.1 - Introdução

Segundo MADRP (2009:6), “as medidas agroambientais visaram adequar a atividade agrícola à conservação dos recursos e ao equilíbrio do ambiente, melhorando a sustentabilidade global da atividade, agindo simultaneamente sobre as suas duas componentes: a viabilidade económica e o respeito pelo ambiente, isto é, a sustentabilidade ecológica”. Assim sendo, e seguindo de perto IDRHa (2004), as MAA contribuem para a manutenção de um conjunto de sistemas de agricultura com impactos potencialmente importantes na biodiversidade, na paisagem e na conservação do solo e da água, garantindo a

²¹¹ E em determinados prismas também do quinto.

²¹² O ponto de vista apresentado resulta do contacto com o diagnóstico de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (análise SWOT) efetuado ao RURIS e que, por sua vez, é atualizado no PDRu (2000-2006). Essa mesma fonte refere, que a afetação financeira pelas quatro intervenções potencia igualmente a concretização do segundo objetivo, pelo que se afigura relevante.

²¹³ A conceção do RURIS respeitou, em termos globais, uma lógica de cascata na definição de objetivos, garantindo, desta forma, uma elevada coerência interna entre níveis.

²¹⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre a relação existente entre os objetivos específicos do RURIS e os objetivos da intervenção das MAA, cf.: Anexo 18 ou PDRu (2000-2006). Para maiores desenvolvimentos sobre relações existentes entre os objetivos específicos do RURIS e os objetivos de todas as intervenções, cf.: PDRu (2000-2006).

coerência entre os sistemas apoiados e as características biofísicas naturais dos territórios onde ocorrem²¹⁵.

4.3.2 - Base regulamentar

Foi no âmbito do regulamento (CE) n.º. 1750/1999 da Comissão Europeia, relativo ao Desenvolvimento Rural, que foi aprovado o Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS), por via da decisão C(2000) 3368 de 22/11/2000.

Este programa foi, por sua vez, alterado pelas decisões: C (2002) 1630 de 21/05/2002 e C (2003) 2665 de 16/07/2003.

As MAA, previstas no regulamento (CE) n.º. 1257/1999, estavam inseridas no Plano de Desenvolvimento Rural, denominado RURIS. O FEOGA-Garantia cofinanciava as MAA e comportava mais 3 intervenções: i) Indemnizações Compensatórias; ii) Florestação de Terras Agrícolas; e iii) Reforma Antecipada.

4.3.3 - Objetivos

Seguindo de perto o Reg. (CEE) n.º 2078/92, PDRu (2000-2006), IDRHa (2004) e MADRP (2009), pode-se verificar que este regime foi instituído, a fim de:

- i) acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns dos mercados;
- ii) contribuir para a realização dos objetivos das políticas agrícolas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente;
- iii) contribuir para proporcionar aos agricultores um rendimento adequado.

A fim de seguir nessa direção, foram implementados os seguintes objetivos globais:

- i) favorecer a utilização de práticas de produção agrícola que diminuam os efeitos poluentes da agricultura, o que também contribui, através de uma redução de produção, para um melhor equilíbrio dos mercados;

²¹⁵ Para uma introdução mais desenvolvida, cf.: Ponto 3.2. Para maiores desenvolvimentos cf.: IDRHa (2004).

- ii) favorecer uma extensificação favorável ao ambiente das produções vegetais e da criação de bovinos e ovinos, incluindo a reconversão das terras aráveis em prados extensivos;
- iii) favorecer uma exploração de terras agrícolas, que tenham em conta a proteção e melhoramento do ambiente, do espaço natural, da paisagem, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética;
- iv) incentivar a manutenção das terras agrícolas e florestais abandonadas onde a mesma se revele necessária por motivos ecológicos, de riscos ou de incêndio, prevenindo, deste modo, os riscos ligados ao despovoamento das regiões agrícolas;
- v) incentivar a retirada das terras agrícolas a longo prazo, para fins relacionados com o ambiente;
- vi) incentivar a gestão das terras para acesso do público e atividades de lazer;
- vii) favorecer a sensibilização e a formação dos agricultores em matéria de produção agrícola compatível com as exigências da proteção e preservação do espaço natural.

4.3.4 - Regiões abrangidas

Segundo, DGDR (1997), PDRu (2000-2006), IDRHa (2004) e MADRP (2009), a aplicação territorial das MAA foi efetuada, abrangendo todo o território de Portugal Continental.

4.3.5 - Operacionalização

Para DGDR (1997), IDRHa (2004) e MADRP (2009), as intervenções Agroambientais estabelecidas para Portugal contemplavam um conjunto de medidas estruturadas em cinco grandes grupos, com objetivos específicos, a saber:

- i) Grupo I - Proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água;
- ii) Grupo II - Preservação da Paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas;
- iii) Grupo III - Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural;

iv) Grupo IV - Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas;

v) Grupo V - Proteção da diversidade genética.

A MAA PI, objeto deste Estudo, estava integrada no Grupo I, que seguidamente se analisa em pormenor.

4.3.5.1 - Grupo I - Proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água

Na Agricultura em Portugal, existem práticas agrícolas responsáveis por impactos negativos significativos. Segundo IDRHa (2004), esses impactos, designados por externalidades, prendem-se, sobretudo com:

- i) o uso de pesticidas em geral, sobretudo os mais tóxicos ou de maior persistência nos ecossistemas;
- ii) a fertilização do solo em sistemas agrícolas intensivos;
- iii) a erosão acelerada do solo resultante da prática de determinados sistemas agrícolas, associada a condições negativas de clima e declive, muito frequentes no território nacional.

A fim de fazer face a essas externalidades negativas, as medidas deste grupo são:

- i) Proteção Integrada;
- ii) Produção Integrada;
- iii) Agricultura Biológica;
- iv) Melhoramento do solo e luta contra a erosão:
 - Sementeira direta e/ou mobilização na zona ou na linha;
 - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes;
 - Cultura complementar forrageira Outono-Inverno;
- v) Sistemas forrageiros extensivos;
- vi) Redução de agroquímicos para os aquíferos;
- vii) Sistemas arvenses de sequeiro.

4.3.6 - Forma e duração das ajudas

No que diz respeito às ajudas previstas, referentes às MAA, as mesmas foram concedidas, sob a forma de prémios anuais, durante um período de cinco anos. Sem prejuízo dos compromissos respeitantes a cada uma das medidas, os beneficiários ficam obrigados a:

- i) manter as condições que determinam a concessão das ajudas, bem como, cumprir os compromissos assumidos relativamente às parcelas das candidaturas, durante o período de atribuição das ajudas.
- ii) cumprir em toda a área da unidade de produção, as Boas Práticas Agrícolas.

4.3.7 - Dotação financeira

A aplicação das Medidas Agroambientais processou-se no quadro de um programa plurianual, que incluía todas as medidas previstas, sendo também complementado por programas zonais específicos.

4.3.8 - Comparticipação nacional

Para as medidas previstas no Programa de Desenvolvimento Rural, cada estado membro tinha de comparticipar financeiramente os respetivos custos. No que respeita a Portugal, a sua comparticipação foi de 25%.

4.3.9 - Candidatura e confirmação

Anualmente, a apresentação de candidaturas tinha um período determinado por Portaria do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Ao longo dos quatro anos que se seguiam à formalização da candidatura, o beneficiário devia confirmar ou retificar as declarações constantes do respetivo formulário, bem como declarar a área anualmente semeada, no caso das culturas anuais de ajuda.

4.3.10 - Enquadramento legal principal



O enquadramento legal principal foi estabelecido principalmente pelos seguintes documentos, a saber:

- i) Regulamento (CE) n.º 1257/1999, de 17 de Maio;
- ii) Regulamento (CE) n.º 445/2002, da Comissão, de 26 de Fevereiro;
- iii) Regulamento (CE) n.º 963/2003, da Comissão, de 4 de Junho;
- iv) Decisão da Comissão C (2000) 3368, de 22/11/2001;
- v) Decisão da Comissão C (2002) 1630, de 21/05/2002;
- vii) Decisão da Comissão C (2003) 2665, de 16/07/2003;
- viii) Decreto - Lei n.º 8/2001, de 22 de Janeiro;
- ix) Decreto - Lei n.º 202/2001, de 13 de Julho;
- x) Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro.

4.4 - A MEDIDA PROTEÇÃO INTEGRADA

4.4.1 - Objetivos específicos da medida

De acordo com IDRHa (2004), com a adoção de métodos de Proteção Integrada pretende-se utilizar, sempre que possível, métodos de luta alternativos, bem como limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos a situações em que os inimigos das culturas atinjam o nível económico de ataque²¹⁶, ou a períodos de risco determinados com métodos de previsão, fomentando também a utilização de produtos fitofarmacêuticos que preservem os organismos auxiliares que naturalmente contribuem para o combate às pragas.

4.4.2 - Área geográfica de incidência

Segundo DGDR (1997), PDRu (2000-2006), IDRHa (2004), MADRP (2009), todo o território de Portugal Continental foi abrangido.

4.4.3 - Destinatários

²¹⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre Nível Económico de Ataque, cf.: AMARO (2003).

Conforme, DGDR (1997), PDRu (2000-2006), IDRHa (2004), MADRP (2009), os destinatários foram os agricultores em nome individual ou coletivo.

4.4.4 - Condições de elegibilidade

Seguindo de perto PDRu (2000-2006) e IDRHa (2004), as condições de elegibilidade foram:

i) área mínima

- 0.5 ha de fruticultura estreme ou de frutos secos estreme, ou de vinha estreme ou de olival estreme²¹⁷;
- 0.2 ha de limoeiros estreme;
- 0.5 ha de área integrada em zonas piloto, ocupada com rotação em que estejam integradas culturas solanáceas²¹⁸;
- 0.3 ha de horticultura de ar livre;
- 0.1 ha de hortícolas de estufa;
- 0.5 ha de culturas arvenses anuais de regadio, ou de horto-industriais ou de arroz, ou de cártamo de regadio, ou de amendoim de regadio²¹⁹;

ii) submeter à Proteção Integrada toda a área da mesma variedade cultural constante da mesma parcela, no caso das culturas permanentes;

iii) ser membro de uma organização de agricultores²²⁰ com a qual tenha celebrado um contrato de assistência técnica;

iv) apresentar, no ato da candidatura, um plano de exploração em relação à área candidata, devidamente validado pela organização de agricultores²²¹;

v) ter frequentado uma ação de formação em Proteção Integrada específica para o tipo de cultura(s) objeto de candidatura, ou comprometer-se a frequentar.

²¹⁷ Só são elegíveis as culturas permanentes que estejam no período económico de exploração.

²¹⁸ Só são elegíveis as parcelas em que tenham efetuado uma cultura de solanáceas, pelo menos, uma vez, nos últimos anos.

²¹⁹ As culturas arvenses de regadio consideradas são as definidas no Despacho Normativo n.º 37/2001, de 2 de Outubro, o qual é aplicável às culturas do cártamo, do amendoim e do arroz.

²²⁰ Reconhecida nos termos do Decreto - Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e demais legislação complementar.

²²¹ O plano de exploração pode ser revisto anualmente, devendo a sua alteração ser validada pela organização de agricultores e apresentada aquando da confirmação anual subsequente.

4.4.5 - Compromissos dos candidatos

Segundo, PDRu (2000-2006) e IDRHa (2004), os compromissos exigidos aos candidatos foram os seguintes:

- i) observar as normas relativas à Proteção Integrada definidas pela Direção Geral de Proteção das Culturas (DGPC);
- ii) cumprir o plano de exploração validado pela respetiva organização de agricultores;
- iii) utilizar exclusivamente os produtos fitofarmacêuticos constantes da lista de produtos fitofarmacêuticos aconselhados em Proteção Integrada elaborada pela DGPC;
- iv) registar em caderno de campo, homologado pela DGPC, toda a informação relativa às práticas agrícolas adotadas e tratamentos fitossanitários realizados;
- v) conservar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos adquiridos, anexando-os ao caderno de campo.

4.4.6 - Valor das ajudas

O quadro 20 apresenta os valores das ajudas aplicadas à MAA PI.

Quadro 20 - Valor das ajudas

Cultura	Modulação da ajuda / hectare	Valor da ajuda / hectare / ano
Vinha	Até 5	268 €
	De 5 a 10	214 €
	De 10 a 25	161 €
	Mais de 25	107 €

Fonte: Portarias n.º 475/2001 e n.º1212/2003. Adaptado de IDRHa (2004).

4.4.7 - Enquadramento legal principal

O enquadramento legal principal foi estabelecido principalmente pelos seguintes documentos, a saber:

- i) Portaria n.º. 698/94;
- ii) Portaria n.º 85/98;
- iii) Portaria n.º 475/2001;

iv) Portaria n.º 1212/2003.

4.5 - OS PRINCIPAIS ATORES E SUAS INTERVENÇÕES

4.5.1 - Sistema de gestão

Em 1994, quando as MAA foram aplicadas a Portugal Continental, foi estipulado por vários diplomas²²² que a coordenação global ficaria a cargo da DGDR.

A gestão das MAA ficaria a cargo do IFADAP e das Direções Regionais de Agricultura, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza nas áreas de aplicação dos programas zonais.

Seguindo de perto MADRP (2009), com o início do RURIS, verificou-se a uma alteração substancial, respeitante ao modelo de gestão implementado.

Tendo por base os diplomas legislativos produzidos no âmbito do RURIS²²³, pode constatar-se que o elemento central do sistema de gestão era o Gestor²²⁴, competindo-lhe tarefas de coordenação da gestão técnica, administrativa e financeira do programa²²⁵. O Gestor era, por sua vez, coadjuvado no exercício das suas funções por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT)²²⁶.

Da gestão do programa, faziam parte também outros intervenientes, nomeadamente: i) o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas/ Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (IFADAP/INGA); ii) as Direções Regionais de Agricultura (DRA); e iii) Organizações de Agricultores (OA).

No que respeita às MAA, mais concretamente, o Gestor delegou no IFADAP/INGA, as suas competências para decidir sobre as candidaturas apresentadas nesta intervenção.

Segundo MARDP (2009), ao longo do período de 2000 a 2003 assistiu-se a uma reestruturação de alguns organismos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural

²²² Nomeadamente: Dec. Lei n.º31/94 de 05.02; Portaria n.º 688/94 de 22.07; Portaria n.º 745-O/96 de 18.12; Dec. Lei n.º351/97 de 5.12 (art. 2º); Portaria n.º345/98 de 05.06 (art. 1º).

²²³ Dec. Lei n.º 8/2001 de 22 de Janeiro e sua posterior alteração pelo Dec. Lei n.º 202/2001 de 13 de Julho.

²²⁴ Sendo que no início do período de programação de 2000-2006, era por inerência o Diretor Geral de Desenvolvimento Rural.

²²⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre competências do Gestor, cf.: n.º2 do artigo 4º do Dec. Lei n.º8/2001.

²²⁶ Para desenvolvimentos sobre as competências da EAT, cf.: Portaria n.º 16/2001.



e das Pescas (MADRP), como por exemplo: i) a criação do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), que assumiu as competências, da então extinta Direção Geral do Desenvolvimento Rural (DGDR); ii) a fusão dos dois organismos pagadores IFADAP e INGA; iii) as sucessivas delegações de competências do próprio Gestor noutras entidades do IFADAP/INGA e no Chefe de Projeto da Estrutura de Apoio Técnico (EAT).

È no entanto de referir que, as reestruturações efetuadas, na altura, poderão ter dado origem a uma certa instabilidade, no que respeita à própria gestão, bem como, contribuído para a própria diminuição da coordenação do Gestor.

Pelo analisado, estando inserida a delegação de competências de decisão de candidaturas, num organismo como o IFADAP/INGA, que por sua vez também tinha, como vocação principal, o desempenho de funções de entidade pagadora e de controlo, tudo aponta para que, poderá não ter sido conseguida a situação ideal para a uma boa gestão estratégica, uma vez que poderão ter ocorrido dificuldades, numa gestão de proximidade, integrada e estratégica²²⁷.

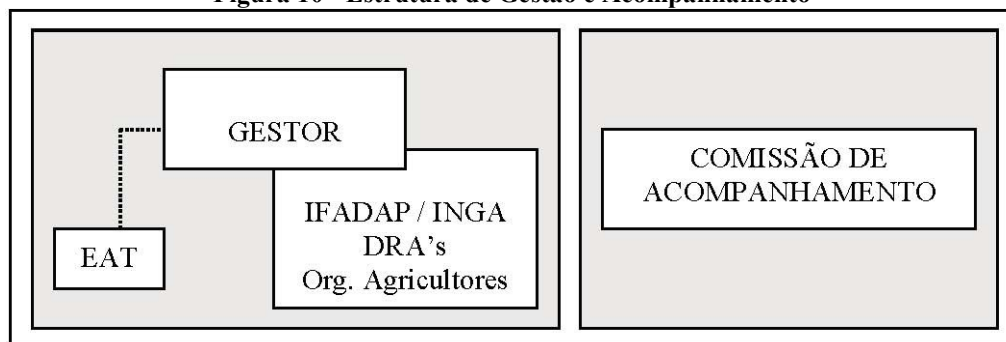
4.5.2 - Sistema de acompanhamento

Segundo PDRu (2000-2006), o acompanhamento do RURIS e conseqüente das MAA foi efetuado, através de uma Comissão de Acompanhamento (CA)²²⁸, sendo a mesma, presidida pelo Gestor do programa.

²²⁷ Análise direcionada por entrevistas realizadas com alguns técnicos intervenientes no programa e em PDRu (2000-2006).

²²⁸ As entidades que compõem a CA encontram-se especificadas no Dec. Lei n.º202/2001 de 13 de Julho e na Portaria n.º7935/2001 de 17 de Abril. A CA reúne normalmente uma vez por ano, sendo um importante “fórum” de debate de ideias, que gira em volta das várias intervenções do programa e da sua implementação.

Figura 10 - Estrutura de Gestão e Acompanhamento



Fonte: Adaptado de PDRu (2000-2006).

Das competências da CA podem destacar-se, a faculdade de avaliar processos alcançados na prossecução dos objetivos específicos de cada uma das intervenções que compõem o programa, e de propor ao Gestor adaptações ou revisões das intervenções, que permitam alcançar os objetivos definidos ou aperfeiçoar a sua gestão, inclusive a sua gestão financeira.

4.5.3 - Análise dos circuitos de funcionamento

O quadro 21 sintetiza os procedimentos dos circuitos de funcionamento das MAA.

Quadro 21 - Síntese do circuito de funcionamento das MAA - campanha de 2000-2006

Etapa da Candidatura	Entidades Responsáveis	Principais Tarefas
1 - Receção da Candidatura	Organizações de Agricultores	- Receção e registo informático das candidaturas
2 - Apuramento/Decisão	INGA	- Análise de elegibilidade - Controlo cruzado para proceder à análise de elegibilidade e apuramento da ajuda a pagar

Fonte: PDRu (2000-2006).

É de salientar que, nas campanhas de 2000-2006, a receção informática possibilitou, por um lado, suprimir um conjunto de procedimentos que envolviam as OA e as DRA²²⁹. Deste modo, foi possível atenuar condicionantes no processo de decisão, que normalmente

²²⁹ Nomeadamente o envio das candidaturas em suporte de papel, por parte das OA para as DRA, para que estas procedessem ao seu registo e validação, análise de elegibilidade, entre outros aspetos.



surgiam, como possíveis consequências a nível da execução da medida e, por outro lado, tornou-se mais fácil efetuar o controlo cruzado das ajudas.

O facto da responsabilidade do pagamento se encontrar concentrada no INGA/IFADAP, permitiu excluir a necessidade de formalização de um contrato com o beneficiário, para a atribuição e pagamento de ajudas.

Desta forma, o objetivo pretendido foi o de criar condições eficientes de funcionamento, que possibilitassem acelerar o processo entre o apuramento da ajuda e o seu pagamento. Contudo, segundo alguns técnicos entrevistados no âmbito deste Estudo, isso nem sempre aconteceu, devido à complexidade envolvida na preparação dos processos de cada candidatura, e sobretudo com a anexação de toda a documentação exigida, para que o processo pudesse ser considerado completo.

Independentemente de terem sido identificadas vantagens na concentração da gestão no IFADAP/INGA, e o desempenho de um papel mais residual, para as DRA em todo o processo, poderão ainda ter persistido fragilidades neste modelo. Essas fragilidades poderão ter sido refletidas nos objetivos a nível da adesão dos potenciais beneficiários, uma vez que, as DRA eram organismos, que dada a sua natureza, tinham um conhecimento profundo das especificidades de cada território onde atuavam, manifestando uma relação de grande proximidade com os beneficiários.

É de frisar no entanto que, para a MAA PI, a Direção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL) tinha competências para a elaboração de pareceres técnicos sobre determinados elementos exigidos no processo de candidatura, tais como, planos de exploração e planos de gestão, ficando a cargo da ATEVA competências ao nível do controlo e fiscalização da MAA PI.

4.5.4 - Controlo

De acordo com o Decreto-Lei n.º 8/2001, pode verificar-se que o controlo estava definido em três níveis:

- i) controlo de 1º nível, da competência do IFADAP/INGA²³⁰;

²³⁰ Que comportava os controlos administrativos e no local.

ii) controlo de 2º nível, da competência do MADRP - Inspeção Geral e Auditoria de Gestão²³¹;

iii) controlo de alto nível, da competência da Inspeção Geral de Finanças²³².

Os objetivos destas ações de controlo consistiam, em detetar situações de irregularidade em todas as medidas, procurando desenvolver procedimentos específicos, para cada uma das situações, que viessem a ser identificadas.

4.5.5 - Sistema de informação de apoio à gestão

De acordo com MADRP (2009), em sede de programação, perspetivou-se a criação de um sistema de informação para a gestão, que englobaria a informação proveniente dos sistemas informáticos de cada uma das intervenções, permitindo desta forma, a obtenção de uma ferramenta eficaz de apoio à gestão do programa²³³.

Contudo, durante o período considerado, o sistema não ficou operacional, sendo de assinalar consequências evidentes, para o acompanhamento do programa, no domínio da agricultura e desenvolvimento rural.

Pelo analisado neste Estudo, fica clara a necessidade de existência desse sistema de informação integrado, com metodologias e procedimentos de recolha, carregamento e validação definidos e claros para todos os intervenientes, investigadores e avaliadores.

4.5.6 - Fiscalização e apoio técnico à medida

Os métodos de produção com recurso à Proteção Integrada distinguem-se, não só na utilização mais racional dos produtos fitofarmacêuticos, mas também, pela utilização de

²³¹ É de referir que, os objetivos integram a análise e avaliação do sistema de controlo de 1º nível e, sempre que necessário, o controlo sobre as decisões do Gestor do RURIS e sobre os beneficiários finais, bem como o controlo cruzado junto de outras entidades envolvidas, a fim de ter acesso à informação considerada necessária ao esclarecimento dos factos, objeto de controlo.

²³² Cujo objetivo incidia na avaliação dos sistemas de gestão e de controlo existentes nos diferentes níveis da gestão, acompanhamento e avaliação global e da estrutura orgânica do RURIS, bem como a promoção de ações de articulação entre as diferentes entidades com responsabilidades no sistema de controlo.

²³³ Para maiores desenvolvimentos, cf.: MADRP (2009).



pesticidas que preservem os organismos auxiliares, que naturalmente contribuem para o combate às pragas e doenças.

Deste modo, a aplicação destes métodos pode ser comprometida pelo nível de formação dos agricultores, o que faz com que seja essencial, a orientação e acompanhamento dos mesmos, por técnicos com formação especializada em Proteção Integrada.

Esta situação levou, a que os agricultores tivessem que estar integrados em associações que disponibilizem serviços técnicos especializados nessa área, a fim de lhes prestarem a devida assistência técnica.

É neste âmbito que foi criada a Associação Técnica dos Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA), que apresentava como objetivo principal, o de prestar apoio técnico e fiscalização á MAA PI, quando aplicada ao setor vitivinícola.

4.5.7 - Promoção e Divulgação

Uma vez que a eficácia do programa estava dependente, em certa medida, da adesão voluntária dos potenciais beneficiários, o papel da promoção e divulgação foi de elevada importância. Para esse efeito, contribuíram os vários atores na gestão, nomeadamente: i) o IDRHa; ii) as DRA; iii) as OA; iv) o INGA; v) a Direção Geral de Florestas (DGF). No caso particular da PI vitivinícola aplicada à região do Alentejo, objeto deste Estudo, a ATEVA também teve uma importante contribuição.

Segundo MADRP (2009:133), “o material de divulgação consistiu, nomeadamente, em folhetos, cartazes, brochuras, vídeos, CD-ROM e página na Internet”. Adicionalmente apurou-se também, terem sido desenvolvidas várias ações, das quais destacamos: i) a divulgação da intervenção em feiras, colóquios e seminários; ii) a publicidade televisiva; iii) a elaboração de manuais técnicos e de publicações sobre a temática, iv) as ações diretas de divulgação para potenciais beneficiários; e v) as ações de formação, destinadas aos técnicos envolvidos nos vários processos de candidatura.

4.6 - ANÁLISE DA CONTINUIDADE ENTRE PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO

Atendendo, à enorme diversidade de MAA, optou-se pela elaboração de um quadro, contendo uma síntese direcionada apenas para o Grupo I, visto ser este o grupo que contempla a MAA PI, objeto deste Estudo.

Quadro 22 - Continuidade das MAA: 1994-1999 e 2000-2006

1994-1999	2000-2006	Nível de continuidade
Reg. (CEE) n.º 2078/92 Medidas Agroambientais *Dotação: 429.115,40 mil euros	RURIS Medidas Agroambientais *Dotação: 814.982 mil euros	Significativo reforço financeiro com um total de compromissos transitados de 244.839 mil euros, ou seja 30% do total da intervenção.
Grupo I - Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura Luta Química Aconselhada Proteção Integrada Produção Integrada Promoção da Agricultura Biológica	Grupo I - Proteção e melhoria do ambiente, dos solos e da água Luta Química Aconselhada Proteção Integrada Produção Integrada Agricultura Biológica Melhoramento do solo e luta contra a erosão: Sementeira direta; Mobilização Mínima; Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes Sistemas forrageiros extensivos Redução da lixiviação de agroquímicos para aquíferos	Ampla continuidade no âmbito do RURIS das medidas existentes no período anterior e o aprofundamento da atuação da intervenção via introdução de novas medidas.

Fonte: Dotações 1994-1999: PDRu (2000-2006); Dotações 2000-2006: PDRu (2000-2006) e Decisão da Comissão Europeia C(2000) 3368 final de 22/11/2000. * Dotação = Total de Despesa Pública = Contribuição da UE + Participação Nacional.

Seguindo, DGDR (1997), PDRu (2000-2006) e MADRP (2009), pode-se aferir que o programa RURIS, apresentava-se, como um programa com capacidade de agregar várias medidas de desenvolvimento rural que, de certa forma, anteriormente se encontravam dispersas por diversos regimes e programas de incentivo.

Tudo aponta para que, essa agregação e reorganização interna, poderá não ter implicado mudanças relevantes, quer a nível dos objetivos, quer a nível das intervenções propriamente ditas, face ao anterior ciclo de programação.



Evidencia-se deste modo, uma forte continuidade entre as intervenções implementadas no período de 1994-1999, e as intervenções implementadas no período de programação de 2000-2006.

Deste modo, assistiu-se a um prolongamento natural de objetivos e da tipologia de ações apoiadas. Esse prolongamento é também manifestado, pelo pagamento de compromissos financeiros, assumidos pelas anteriores medidas através do RURIS, assumindo esses compromissos, uma expressão relevante.





CAPÍTULO 5

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO





CAPÍTULO 5 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

Este Capítulo incide sobre os dados recolhidos no âmbito deste Estudo, relativos à execução da MAA PI, e que serão refletidos quer nos mapas e gráficos apresentados, quer nos quadros em anexo que acompanham a respetiva análise.

Inicialmente será apurada a evolução da MAA PI, para os anos de 1996 a 2005, recaindo a posterior análise detalhada sobre o ano de 2003, uma vez que, foi o ano que registou maiores níveis de execução, e, por essa razão, é um ano especialmente relevante para a análise sendo portador de um elevado potencial em termos de geração de efeitos globais no período estudado.

É de salientar ainda que, a fim de se poder complementar os dados recolhidos no âmbito deste Estudo, foram ainda utilizados dados provenientes de: i) DGDR (1999); ii) MADRP (1998); iii) MADRP (2003); iv) MADRP (2004); v) MADRP (2007); e vi) MADRP (2009), com vista à obtenção de dados referentes à MAA PI, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para Portugal Continental.

Nesta base, será efetuada uma georreferenciação dos diferentes indicadores, a fim de possibilitarem, uma base sólida para uma melhor análise da execução da MAA PI, em cada unidade territorial sub-regional do território da região Alentejo.

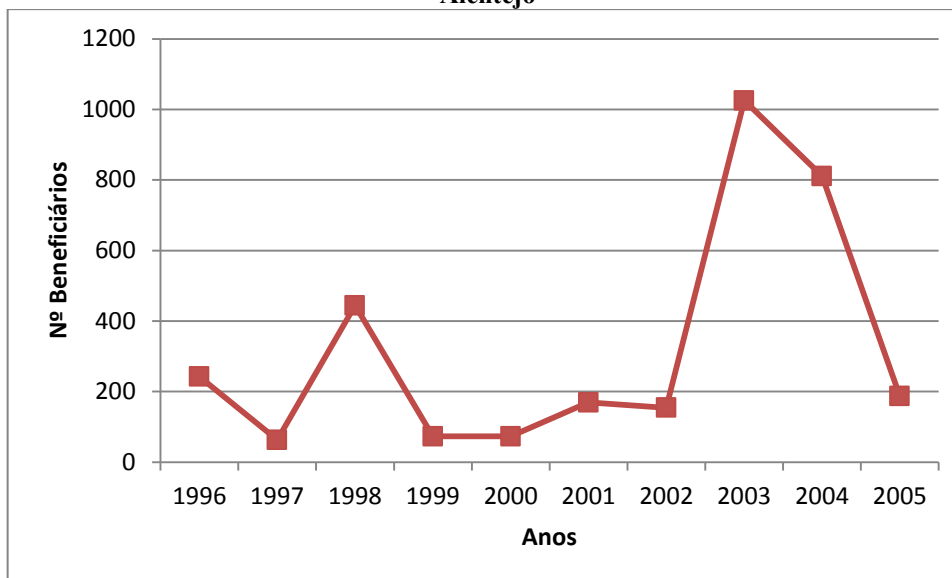
Inicialmente procurou-se também obter dados até ao ano de 2006, no entanto, segundo MADRP (2009:232), “o ano de 2006 ficou marcado pela não admissão de novas candidaturas às Medidas Agroambientais, motivada pelo facto da sua execução financeira se encontrar já muito próxima dos limites pré-estabelecidos”²³⁴.

5.1.1 - Síntese de evolução da Medida Agroambiental Proteção Integrada

²³⁴ No seguimento, ainda se optou por verificar as fontes disponíveis, para identificar, se poderia ter existido alguma eventual exceção para a MAA PI, no entanto, as fontes consultadas já não contemplavam sequer o ano de 2006, validando o referido por MADRP (2009).

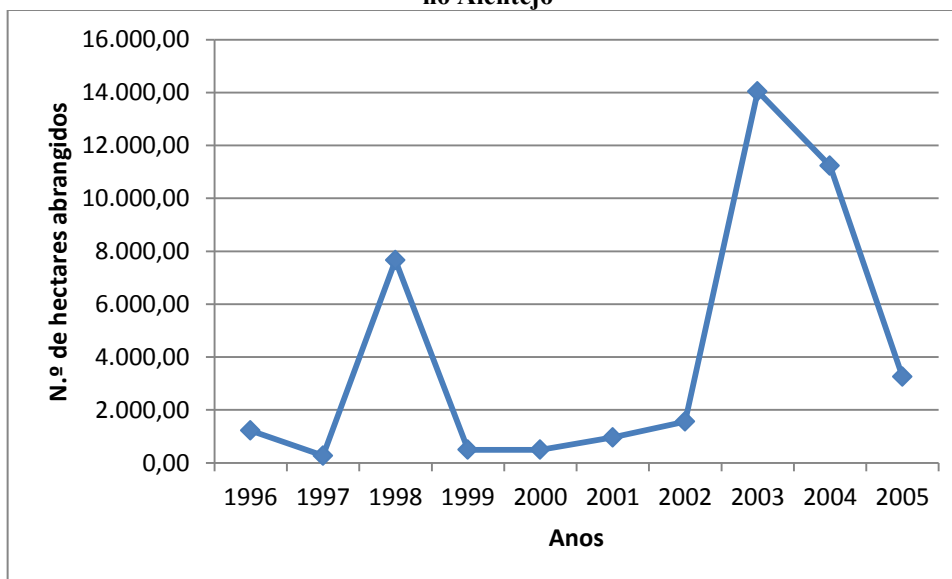
A análise da evolução da execução da MAA PI para o período considerado, foi efetuada tendo como base a recolha de informação realizada no âmbito deste Estudo, que foi descrita no Capítulo 1 relativo à Metodologia, e que está na base da construção dos gráficos 1, 2 e 3, que são apresentados de seguida, e dos anexos 1 a 11.

Gráfico 1 – Evolução anual do número total de beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo



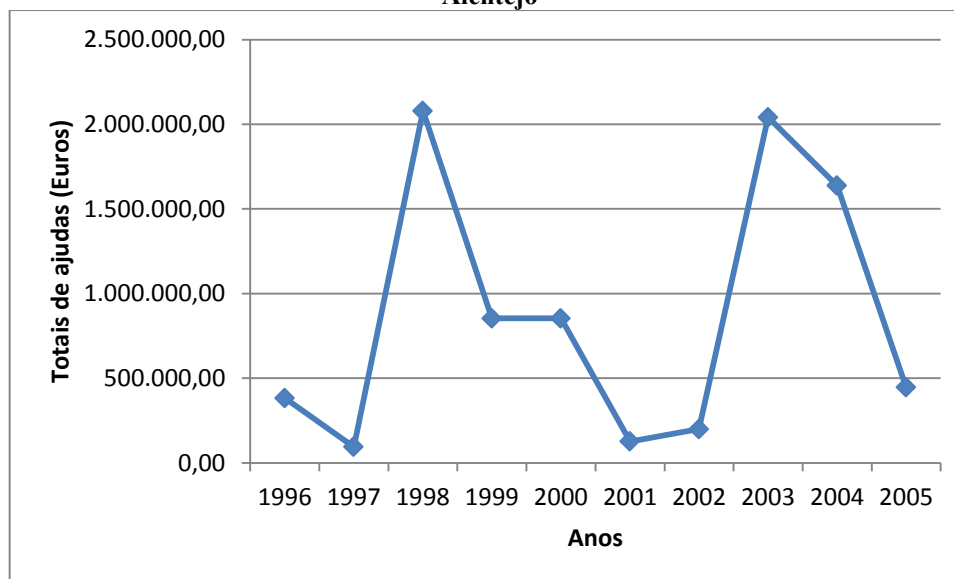
Fontes: Elaboração própria a partir de MADRP-DRAAL; DGDR; INGA; IFADAP; IDRHa; ATEVA.

Gráfico 2 - Evolução anual do número de hectares abrangidos pela MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo



Fontes: Elaboração própria a partir de MADRP-DRAAL; DGDR; INGA; IFADAP; IDRHa; ATEVA.

Gráfico 3 - Evolução anual dos totais de ajudas associadas à MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo



Fontes: Elaboração própria a partir de MADRP-DRAAL; DGDR; INGA; IFADAP; IDRHa; ATEVA.

Com base nos gráficos apresentados, é possível verificar, para os dados analisados, uma tendência crescente até ao ano de 1998. É de salientar que, o indicador Total de Ajudas atinge o seu máximo durante a aplicação do Reg. (CEE) n.º 2078/92 no ano de 1998.

É também nota de registo que, de 1998 até 1999, se registou uma quebra acentuada em todos os indicadores.

Uma vez finalizado esse programa intercalar, para o ano de 2000, atendendo aos atrasos verificados na aplicação do novo quadro de política de desenvolvimento rural e com o objetivo de não prejudicar os agricultores beneficiários das MAA, através da Portaria n.º 108/2000 (de 25 de Fevereiro), foi possível que, embora não fossem aceites novas candidaturas para esse ano, os contratos cujo termo ocorressem em 1999, pudessem ser prorrogados por mais um ano.

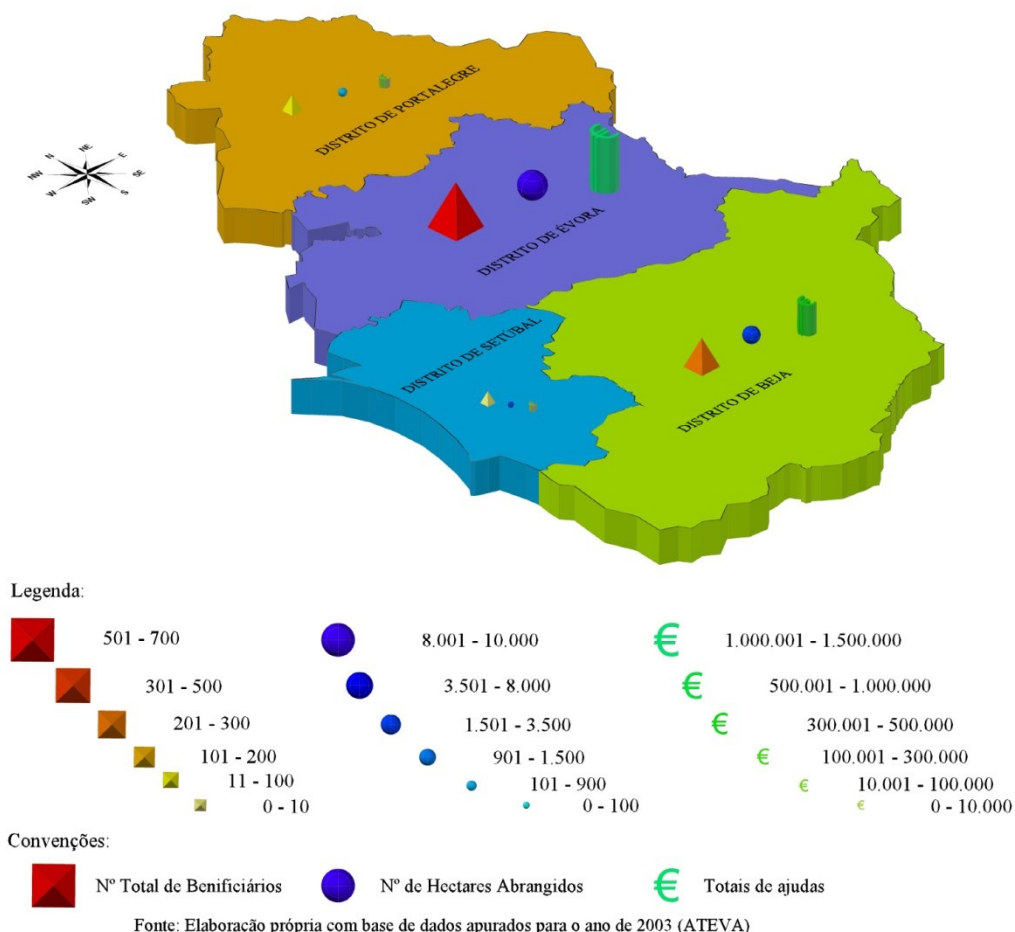
A efetiva aplicação do programa RURIS conseguiu dar resposta aos baixos níveis de execução observados, sendo que, no ano de 2003, já se verificaram níveis de execução bastante mais elevados. De salientar que, o ano de 2003 registou os valores máximos atingidos no período em análise, para os indicadores Número Total de Beneficiários e Número Total de Hectares Abrangidos, bem como um valor, para o indicador Total de Ajudas, bastante próximo do máximo atingido em 1998.

O ano de 2004 regista uma quebra em todos os indicadores, sendo essa quebra ainda mais acentuada no ano de 2005.

5.1.2 - Avaliação comparativa dos indicadores a nível dos distritos

A avaliação comparativa dos indicadores será efetuada tendo como base o gráfico 4

Gráfico 4 - Execução da MAA PI nos distritos do Alentejo (2003)



Com base no gráfico 4 e nos anexos 1 a 11, é possível verificar, que foi o distrito de Évora aquele que apresentou melhores níveis de execução, seguido dos distritos de Beja e Portalegre, tendo o distrito de Setúbal tido uma representatividade quase insignificante.



É de salientar também, que o distrito de Évora no ano de 2003 foi responsável por 66,15% dos beneficiários, absorvendo 69,21% das ajudas e abrangendo uma área de execução de 69,43% de toda a região do Alentejo, sendo portanto, o distrito com maiores registos a nível da execução.

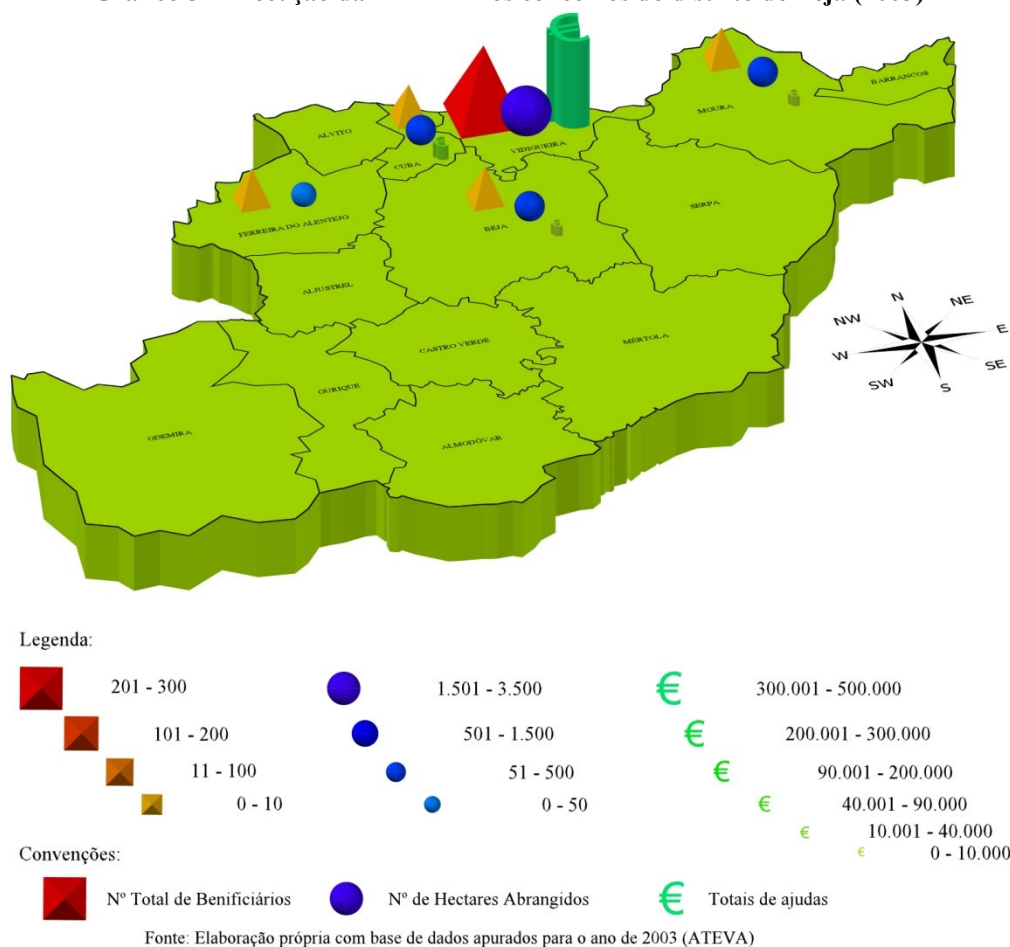
Pelo analisado, os vitivinicultores do distrito de Beja, são em média, os que conseguiram os melhores níveis de ajuda por hectare, mais concretamente, na ordem dos 146,86 euros. No entanto, neste indicador não se verificaram grandes desvios relativamente aos vitivinicultores dos outros distritos.

5.1.3 - Avaliação comparativa dos indicadores territoriais a nível de concelhos

5.1.3.1 - Concelhos do distrito de Beja

Esta análise associada aos concelhos do distrito de Beja terá como base de apoio o gráfico 5.

Gráfico 5 - Execução da MAA PI nos concelhos do distrito de Beja (2003)



Com base no gráfico 5, verificou-se que a execução da MAA PI no distrito de Beja é fortemente dominada pelo concelho de Vidigueira. As vocações vitivinícolas desse concelho são salientes nesta análise, sendo o concelho com o maior número de beneficiários, não só do distrito de Beja, mas de toda a região do Alentejo (251), representando aproximadamente, um quarto dos beneficiários do Alentejo (24,49%).

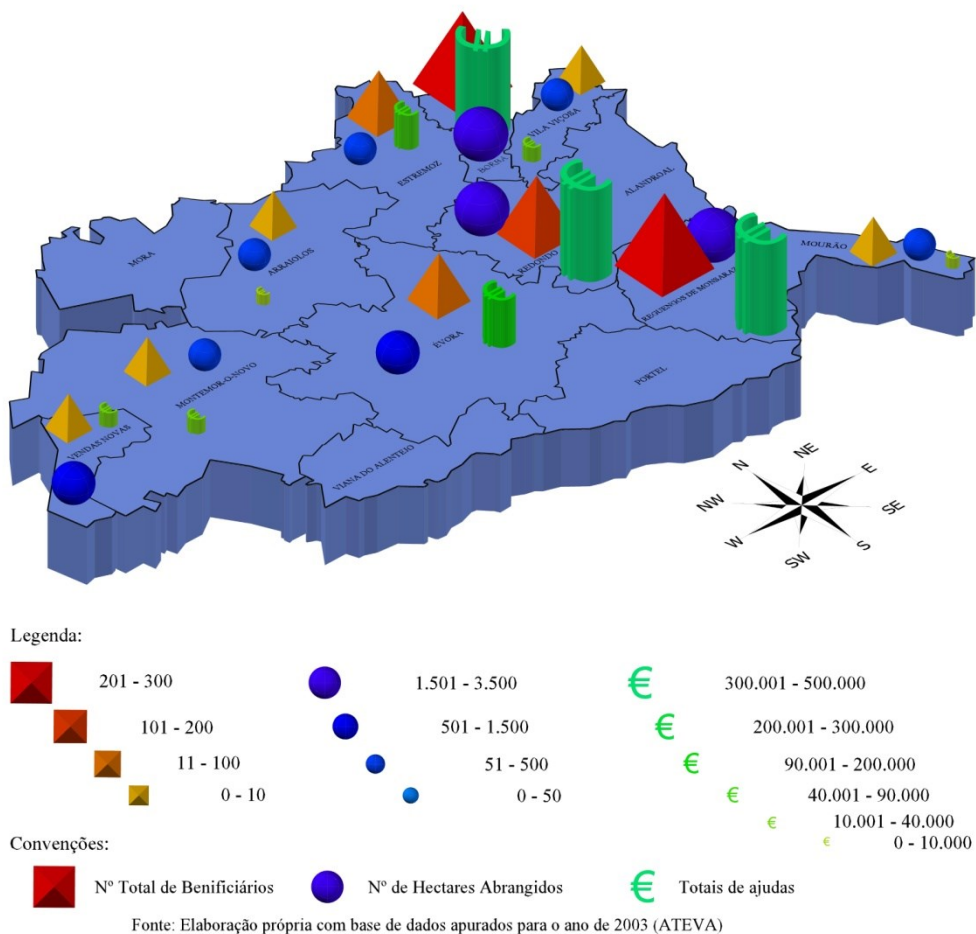
É também de referir, que esse elevado número de beneficiários se encontrava principalmente distribuído, por um grande número de minifúndios, com uma média de 11,21 hectares por beneficiário, e que, grande parte desses minifúndios apresentava tecnologias pouco recentes.

Os concelhos de Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Moura, por seu lado, apresentaram níveis de execução muito modestos e os restantes nove concelhos não registam quaisquer níveis de execução.

5.1.3.2 - Concelhos do distrito de Évora

No que respeita aos concelhos do distrito de Évora, em qualquer dos indicadores considerados, são os concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Borba que registam melhores níveis de execução da MAA PI, embora seguidos de perto, pelo concelho de Redondo.

Gráfico 6 - Execução da MAA PI nos concelhos do distrito de Évora (2003)



Com base no gráfico 6, ao efetuar uma análise comparativa dos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Borba e Redondo, com o concelho de Évora, pode também constatar-se que, embora tendo um número bastante mais reduzido de vitivinicultores beneficiados, o facto de esses vitivinicultores possuírem, em termos médios, propriedades de maiores dimensões, leva este concelho a apresentar um nível médio de ajudas por beneficiário



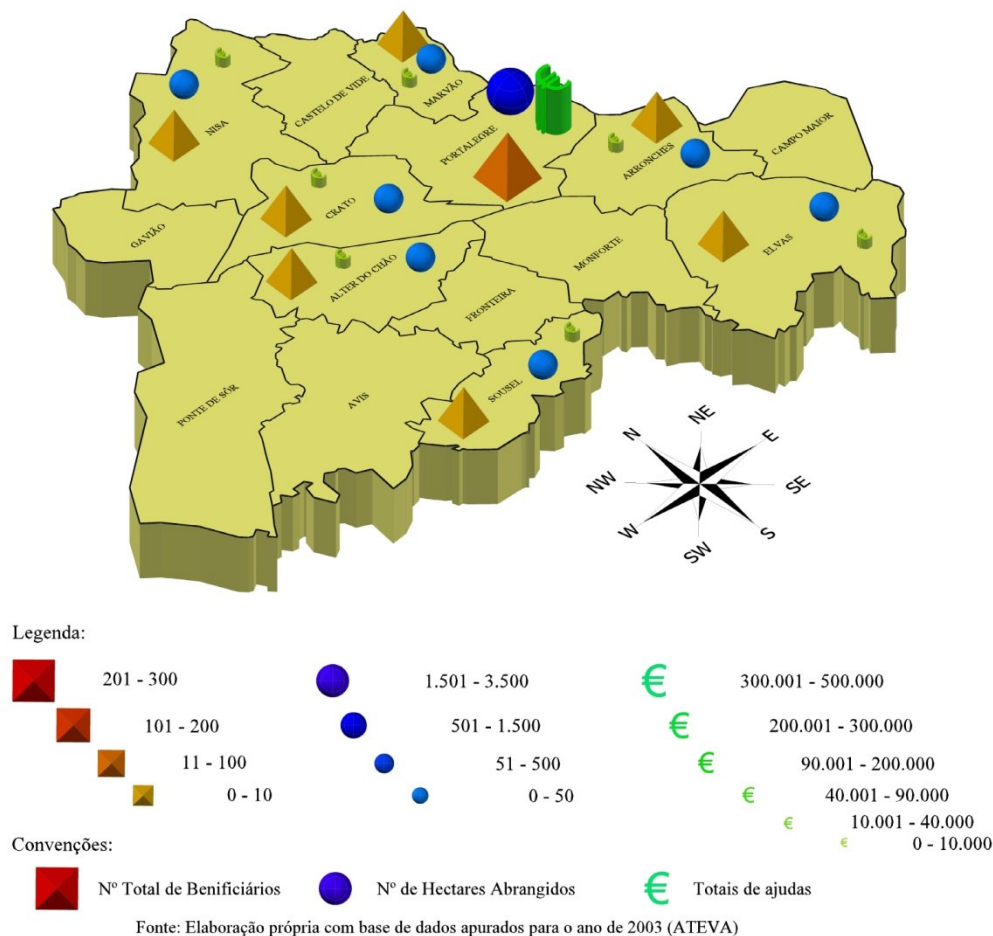
(4.192,32 €) bastante superior aos verificados nos concelhos de Reguengos de Monsaraz (1.879,72 €), Borba (1.997,30 €) e Redondo (2.003,20 €).

Foi verificado ainda, no distrito de Évora, que a execução é bastante mais dispersa por todos os concelhos, sendo que, apenas quatro dos catorze concelhos não registam quaisquer níveis de execução.

5.1.3.3 - Concelhos do distrito de Portalegre

No que respeita aos concelhos do distrito de Portalegre, a execução da MAA PI apresenta algumas semelhanças com a já verificada para o distrito de Beja, na medida em que, se encontra concentrada principalmente num só concelho, mais concretamente no concelho de Portalegre.

Gráfico 7 - Execução da MAA PI nos concelhos do distrito de Portalegre (2003)

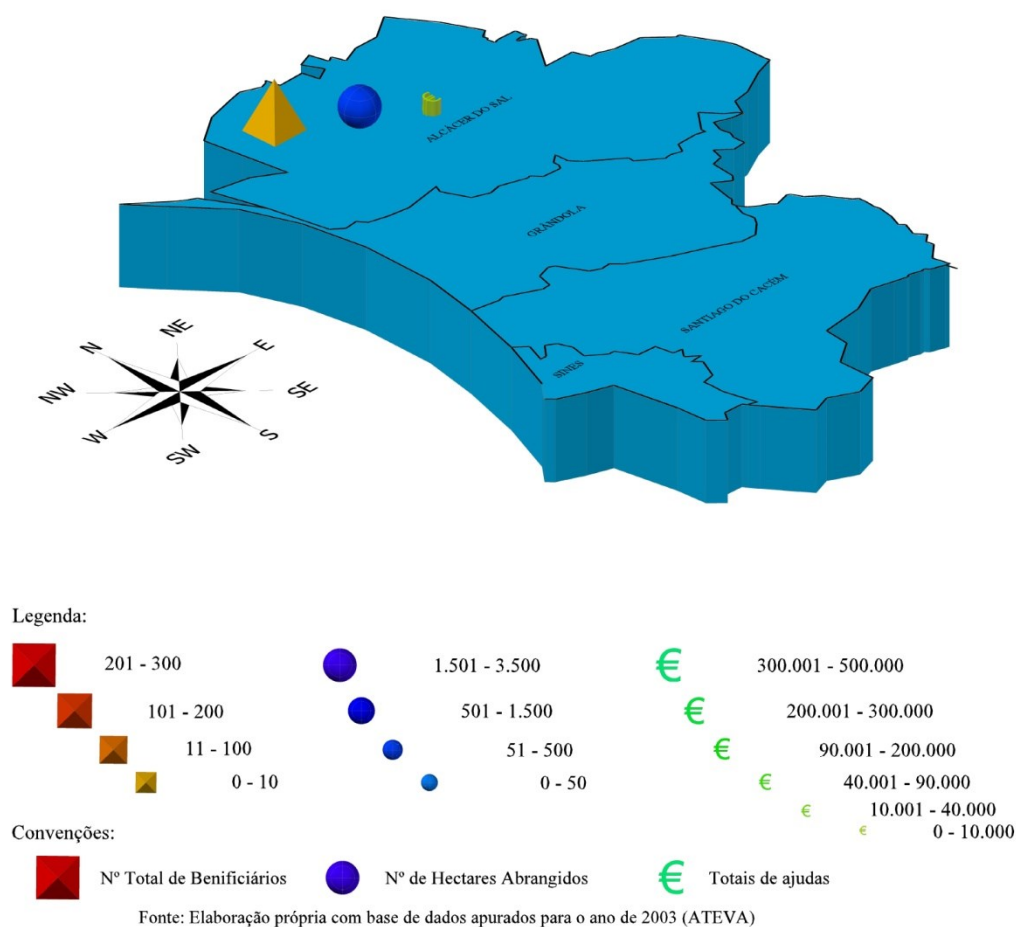


É de salientar que, o concelho de Portalegre absorveu 88,29% das ajudas e comporta 89,61% dos beneficiários de todo o distrito. Os restantes beneficiários, na grande maioria minifúndios, estão distribuídos pelos concelhos de Alter do Chão, Arronches, Crato, Elvas, Marvão, Nisa e Sousel, mas sem grande relevância ao nível da execução, não tendo, os restantes sete concelhos registado qualquer execução.

5.1.3.4 - Concelhos de distrito de Setúbal

Para o distrito de Setúbal, foram considerados somente os concelhos inseridos na região do Alentejo, tendo sido verificado, quer no ano de 2003, quer em todo o período de análise, contribuições muito fracas ou inexistentes, para os níveis de execução da MAA PI.

Gráfico 8 - Execução da MAA PI nos concelhos do distrito de Setúbal (2003)



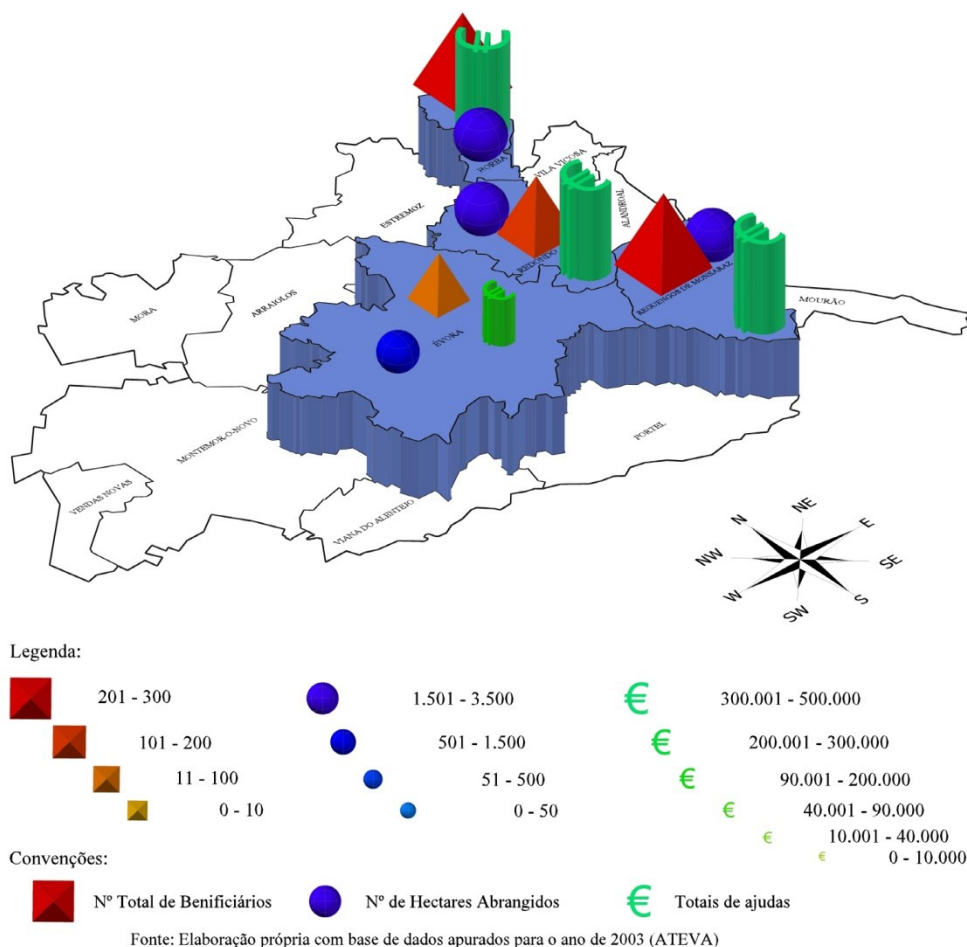
5.1.3.5 - Identificação dos principais distritos e concelhos

Em forma de resumo, o distrito de Évora foi o distrito com maior relevância a nível de execução da MAA PI, seguido dos distritos de Beja e Portalegre, não registando o distrito de Setúbal uma execução relevante.

É no entanto de salientar, que se efetuarmos uma análise mais aproximada aos concelhos, e exclusivamente centrada nessa escala territorial de análise, podemos constatar que toda a base de execução da MAA PI está alicerçada principalmente em cinco concelhos, nomeadamente: Vidigueira, Reguengos de Monsaraz, Borba, Redondo, Évora e Portalegre.

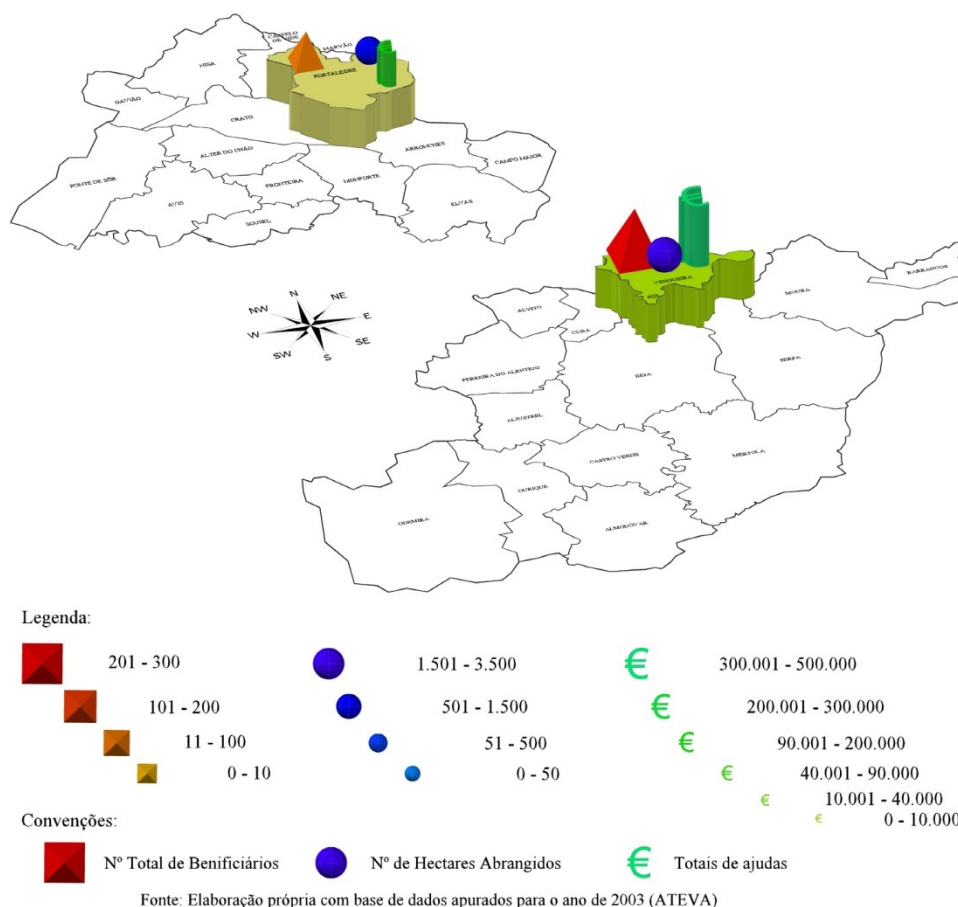
Com base nos gráficos 9 e 10, é possível ter uma visão ainda mais aproximada a cada um desses concelhos.

Gráfico 9 - Concelhos com melhores níveis de execução da MAA PI: Distrito de Évora (2003)



Os concelhos que manifestaram maior execução no distrito de Évora, já contavam com uma longa tradição vitivinícola, e registaram, em conjunto, níveis de ajudas que absorveram 63,89% das ajudas registadas em toda a região do Alentejo, e representaram uma contribuição para a área de execução da MAA PI nessa região de 63,51%, chegando mesmo a ocupar 47,27% de toda a SAU de vinha do Alentejo.

Gráfico 10 - Concelhos com melhores níveis de execução da MAA PI: Distrito de Beja e Portalegre (2003)



É de referir que, entre os anos de 1996 e 2003, o concelho de Vidigueira registou um acréscimo no número de beneficiários de 402%, sendo, no ano de 2003, o concelho que apresentou o maior número de beneficiários.

No Alto Alentejo, verificou-se ser o concelho de Portalegre a dominar a execução da MAA PI. Deve também ser referido, que este concelho passou de uma área de execução de apenas 20 hectares em 1996, para uma área de 899,49 hectares em 2003, tendo como resultado dessa evolução, um acréscimo relevante no total de ajudas recebidas (cf.: anexos 1 a 11).

Para finalizar, importa ainda referir, que, no seu conjunto, os concelhos de Vidigueira, Reguengos de Monsaraz, Borba, Redondo, Évora e Portalegre foram responsáveis por 93,85% do número de beneficiários, por 89,96% da área abrangida e absorveram 91,03% das ajudas

de toda a região do Alentejo. Esses concelhos estão classificados pela Comissão Vitivinícola da Região Alentejo (CVRA) e pelo ATEVA como Sub-Regiões Vitivinícolas do Alentejo (SRVA).

5.2 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

A análise efetuada à execução financeira da MAA PI irá situar-se no período de programação entre os anos de 2000 e 2006. Numa primeira fase, optou-se por analisar a afetação ao nível do RURIS. Segundo PDRu (2000-2006), essa afetação financeira inicial foi balizada por vários fatores, de entre os quais importa salientar: i) a necessidade de dar continuidade às intervenções do período anterior e cumprir os compromissos já assumidos; ii) a escassez de recursos financeiros; e iii) a concentração de recursos nas intervenções que demonstravam um maior potencial de concretização, em matéria de ocupação do território e coesão social e de prevenção dos recursos naturais e do ambiente.

Quadro 23 - Programação financeira inicial do RURIS

RURIS	Despesa Pública Programada* (mil euros)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total	%
RA	3.437	5.187	7.120	9.760	12.297	14.800	17.241	69.842	3,8%
IC	49.863	70.327	68.773	68.984	71.313	72.307	72.160	473.727	25,9%
MAA	132.720	114.271	116.373	115.816	110.620	110.947	114.235	814.982	44,6%
FTA	60.627	63.053	64.364	66.311	70.593	72.087	73.157	470.192	25,7%
Total ano**	246.647	252.838	256.630	260.871	264.823	270.141	276.793	1.828.743	100%

Fontes: Elaboração própria a partir da Decisão da Comissão Europeia C (2000) 3368 de 22 de Novembro de 2000; PDRu (2000-2006).

*Despesa Pública Programada = comparticipação da UE + comparticipação nacional. **Não contempla despesas programadas com avaliações.

Legenda: [RA] - Reforma Antecipada; [IC] - Indemnizações Compensatórias; [MAA] - Medidas Agroambientais; [FTA] - Florestação de Terras Agrícolas.

Tendo em consideração a informação registada no quadro 23, verifica-se que a Comissão Europeia aprovou uma afetação financeira inicial em que deu preferência sobretudo às MAA, representando essa dotação 44,60% do total do Programa RURIS, seguindo-se as Indemnizações Compensatórias (IC) (25,90%) e a Florestação de Terras Agrícolas (FTA)

(25,70%). A Reforma Antecipada (RA) representou a intervenção com menos dotação afeta (3,80%) no período considerado.

Ao longo do período de execução, foram efetuados alguns ajustamentos à programação financeira inicial, principalmente direcionados para a redução de verbas²³⁵ um pouco por todas as intervenções, embora sem registo de grandes alterações significativas ao seu peso relativo.

Quadro 24 - Programação financeira do RURIS revista em 2003

RURIS	Despesa Pública Programada* (mil euros)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total	%
RA	3.576	3.978	2.707	9.760	12.297	14.800	17.241	64.359	3,8%
IC	0	83.844	60.504	68.984	71.313	72.307	72.160	429.112	25,6%
MAA	113.845	85.768	96.521	115.816	110.620	110.947	114.235	747.752	44,6%
FTA	48.621	56.721	42.637	64.980	69.263	70.756	71.827	424.805	25,4%
Outras**	812	1.387	744	1.400	1.421	1.431	1.770	8.965	0,5%
Total ano***	166.854	231.698	203.113	260.940	264.914	270.241	277.233	1.674.993	100%

Fontes: Elaboração própria a partir da Decisão da Comissão Europeia C (2003) 2665 de 16 de Julho; PDRu (2000-2006). *Despesa Pública Programada = participação da UE + participação nacional. **Antigas medidas anteriores a 1992. ***Não contempla despesas programadas com avaliações.

Legenda: [RA] - Reforma Antecipada; [IC] - Indemnizações Compensatórias; [MAA] - Medidas Agroambientais; [FTA] - Florestação de Terras Agrícolas.

Segundo MADRP (2009:62), “o programa RURIS significou, ao longo do período de 2000 a 2006, 16,1% do total da despesa pública afeta ao apoio do setor agrícola em Portugal. O programa RURIS assumiu-se, deste modo, como o segundo programa mais importante, logo a seguir aos pagamentos através da Organização Comum dos Mercados (OCM)”.

Com base no quadro 24, contendo os dados referentes à revisão da programação financeira do RURIS, efetuada em 2003, pode verificar-se, que o ajuste financeiro efetuado representou um corte de 9% do total da dotação inicial prevista, sendo mais relevante no caso da Medida FTA, com um corte de aproximadamente 10%, face à decisão inicial do RURIS.

²³⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre a redução de verbas, cf.: Decisão da Comissão Europeia C (2003) 2665 de 16 de Julho.

Ao se efetuar uma análise por via da Taxa de Execução Financeira (TEF) para a Contribuição da UE²³⁶, pode verificar-se que, para o total do ano de 2003, se atingiu uma TEF de 83,53%, sendo que, no período entre 2000 e 2003 a TEF foi de 75,16%.

Desta forma, parece ser possível concluir que, até 2003, as dotações financeiras previstas pela UE para apoio às MAA, não haviam sido plenamente utilizadas.

Quadro 25 - MAA: Execução comparativa com base em diferentes decisões

MAA - Despesa Pública	Execução	Programação Decisão C (2000) 3368		Taxa de Execução* face à Decisão C (2000) 3368		Programação Decisão C (2003) 2665		Taxa de Execução* face à Decisão C (2003) 2665	
		00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06
Período	00 - 03	00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06	00 - 03	00 - 06
RURIS	126.256.584	-	-	-	-	163.917.000	499.719.000	77,02%	25,27%
Compromissos anteriores	250.176.499	-	-	-	-	248.033.000	248.032.000	100,86%	100,86%
Total ano	376.433.083	479.180.000	814.982.000	78,56%	46,19%	411.950.000	747.751.000	91,38%	50,34%

Unidade: Euros

Fonte: Elaboração própria a partir de IDRHa e PDRu (2000-2006). *Despesa Pública Executada (incluindo adiantamentos) / Despesa Pública Programada. Notas: i) montantes referentes a ano FEOGA-Garantia; ii) no caso da Decisão C(2000) a informação não está discriminada por RURIS e Compromissos anteriores, por isso, só é possível efetuar a taxa de execução para o valor agregado.

A informação disponível no quadro 25 vem ainda evidenciar que a execução financeira da intervenção das MAA até 2003 foi abaixo do que estava programado. É no entanto de referir, que as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1212/2003²³⁷ possibilitaram inverter essa situação nos anos seguintes, sendo que, como já referido no início deste Capítulo, MADRP (2009:232), afirmou que no ano de 2006 já não foram admitidas novas candidaturas às Medidas Agroambientais, atendendo ao facto de, a sua execução financeira no programa, já se encontrar muito próxima dos limites pré-estabelecidos.

Nessa base, tudo indica que para o período analisado, as dotações financeiras previstas pela UE como apoio à MAA PI, tivessem sido plenamente utilizadas.

²³⁶ Cf.: Anexo 17.

²³⁷ A Portaria n.º 1212/2003 (D.R. n.º 240 I Série-B de 16 de Outubro de 2003) aprova o Regulamento de Aplicação da Intervenção das MAA, do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), tendo como principais alterações: i) o aumento do montante de ajudas às pequenas explorações; ii) o aumento das majorações em caso de cumprimento de compromissos adicionais; iii) a ajuda à comercialização e alargamento de novas culturas (PI, Produção Integrada e Agricultura Biológica); iv) a supressão de alguns compromissos e reforço de outros; v) a simplificação de procedimentos e das medidas; vi) a aplicação de novas medidas (4), novos Planos Zonais (7) e supressão de algumas medidas.





CAPÍTULO 6

ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS





CAPÍTULO 6 - ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS

6.1 - GUIÃO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS

A Análise Global de Efeitos (AGE) foi desenvolvida tomando por base a técnica descrita no ponto 2.4.10 do Capítulo 2 - Enquadramento Teórico e os indicadores de efeitos globais percebidos pelos beneficiários, apresentados no ponto 1.2.4.3 do Capítulo 1 - Metodologia.

A AGE está dividida em seis fases principais. As primeiras cinco fases estão sobretudo centradas na análise global dos efeitos percebidos pelos beneficiários, associados às respetivas dimensões de análise, a saber: i) AGE território; ii) AGE inovação; iii) AGE setor vitivinícola; iv) AGE produtores; v) AGE mercados.

Da agregação dos resultados das AGE efetuadas às dimensões de análise, resulta uma AGE final que contemplará, conjuntamente, todos os efeitos, e que constitui a sexta fase.

Quer a AGE efetuada às dimensões de análise, quer a AGE final têm uma classificação final associada. Essa classificação final, por sua vez, é efetuada recorrendo a uma escala de 0 a 5 pontos, tipo Linkert, da seguinte forma:

- i) Efeito Global Muito Fraco (valores entre 0 e 0,9 pontos)
- ii) Efeito Global Fraco (valores entre 1 - 1,9 pontos)
- iii) Efeito Global Razoável (valores entre 2 - 2,9 pontos)
- iv) Efeito Global Forte (valores entre 3 - 3,9 pontos)
- v) Efeito Global Muito Forte (valores entre 4 - 5 pontos)

Para além desta metodologia da AGE, recorreu-se sempre que possível, também a pesquisa bibliográfica complementar e a informação estatística adicional, bem como, a informações qualitativas recolhidas no âmbito das entrevistas individuais aos vitivinicultores, também promovidas por este Estudo.

Desta forma, foi possível realizar a avaliação tomando em consideração simultaneamente, as características da MAA PI e os efeitos percebidos pelos beneficiários, de forma a responder assim aos objetivos do Estudo.

Segundo HM THEASURY (2011b:11), “as avaliações devem ser adaptadas ao tipo de política que está a ser considerada, e aos tipos de perguntas que se espera responder”

6.2 - O TERRITÓRIO

6.2.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do emprego

Esta análise terá como suporte, os quadros 26 e 27 referentes às distribuições de frequências das respostas associadas ao inquérito por questionário aplicado aos vitivinicultores beneficiários da MAA PI, segmentadas para a região do Alentejo e para as explorações vitivinícolas.

Quadro 26 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.25 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do emprego no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	5%	0%	20%	75%	0%	2,34
1997	5%	0%	20%	75%	0%	2,34
1998	5%	0%	20%	75%	0%	2,34
1999	5%	0%	20%	75%	0%	2,34
2000	5%	0%	22%	74%	0%	2,35
2001	5%	0%	22%	74%	0%	2,35
2002	5%	2%	20%	74%	0%	2,37
2003	5%	2%	20%	74%	0%	2,37
2004	5%	0%	20%	74%	2%	2,32
2005	5%	0%	20%	74%	2%	2,32
2006	5%	0%	20%	74%	2%	2,32
					Classificação Final*	2,34

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Quadro 27 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.27 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do emprego na sua exploração?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
1997	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
1998	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
1999	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
2000	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
2001	2%	3%	9%	85%	2%	2,18
2002	2%	3%	9%	85%	2%	2,18
2003	2%	3%	9%	85%	2%	2,18
2004	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
2005	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
2006	2%	3%	9%	83%	3%	2,17
					Classificação Final*	2,17

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base no quadro 26, foi possível verificar que, a maioria dos inquiridos, assinalou que a MAA PI “contribuiu pouco” para o aumento do emprego no Alentejo, com uma classificação final de 2,34 pontos, na escala utilizada, tipo Linkert de cinco pontos.






































Esta questão, ainda se torna mais visível, no que toca às explorações em concreto, uma vez que, os efeitos sentidos pelos beneficiários são mais precisos, tendo-se obtido uma classificação ainda mais baixa com 2,17 pontos.

Assim sendo, tudo indica que tenha sido muito mais viável para os produtores, formarem os seus próprios colaboradores, de modo a conseguirem aplicar este método de produção com recurso à PI, ou até mesmo recorrer a eventuais parcerias, para evitar mais custos com novas contratações de pessoal ou com mais fornecimentos e serviços externos.

6.2.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo

Esta análise tem por base os quadros 28 e 29 que se passam a apresentar.

Quadro 28 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.29 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	61% 	28% 	11% 	0%	0%	4,50
1997	60% 	28% 	11% 	2% 	0%	4,46
1998	60% 	28% 	11% 	2% 	0%	4,46
1999	60% 	28% 	12% 	0%	0%	4,48
2000	60% 	28% 	12% 	0%	0%	4,48
2001	60% 	29% 	11% 	0%	0%	4,49
2002	62% 	28% 	11% 	0%	0%	4,51
2003	62% 	28% 	11% 	0%	0%	4,51
2004	60% 	28% 	12% 	0%	0%	4,48
2005	60% 	28% 	11% 	2% 	0%	4,46
2006	60% 	28% 	11% 	0%	2% 	4,45
					Classificação Final*	4,48

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Quadro 29 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.31 do inquérito por questionário:” De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na sua exploração?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	69%	28%	0%	2%	3,69
1997	2%	69%	28%	0%	2%	3,69
1998	2%	69%	28%	2%	0%	3,71
1999	0%	70%	28%	2%	0%	3,69
2000	2%	69%	29%	0%	0%	3,72
2001	2%	69%	29%	0%	0%	3,72
2002	2%	69%	29%	0%	0%	3,72
2003	2%	69%	29%	0%	0%	3,72
2004	2%	69%	28%	2%	0%	3,71
2005	2%	69%	28%	0%	2%	3,69
2006	2%	69%	28%	0%	2%	3,69
Classificação Final*						3,70

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

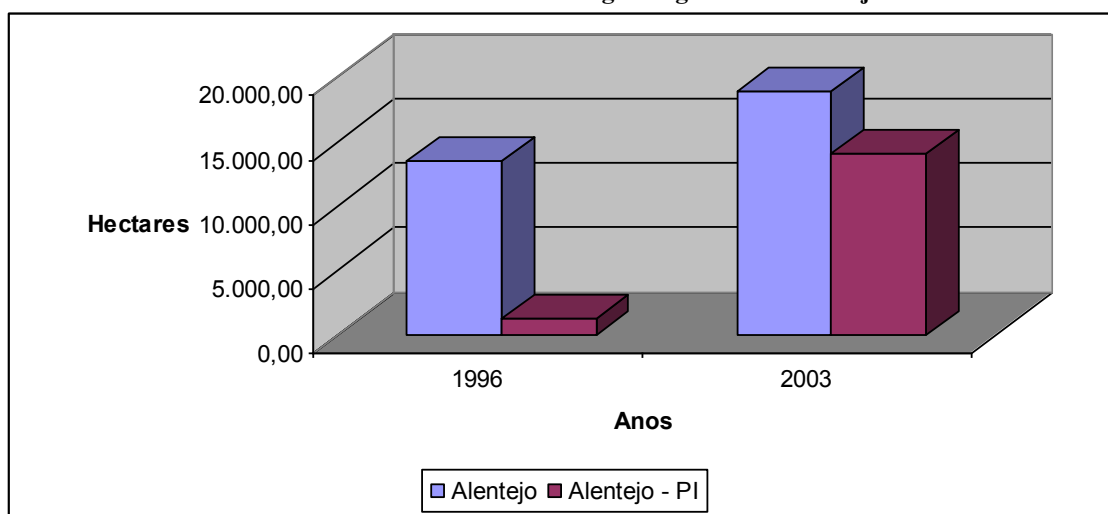
Desta forma, foi possível constatar que para os efeitos percebidos pelos beneficiários, referentes ao aumento da SAU de vinha na região do Alentejo, foi apresentada uma classificação final elevada de 4,48 pontos, e por isso, muito próximo do máximo da escala utilizada, de cinco pontos.

Ao nível das explorações vitivinícolas, a maioria dos inquiridos apontou uma classificação de “contribuiu muito” para o efeito da MAA PI no aumento de SAU de vinha nas suas explorações vitivinícolas, tendo originado por esta via, uma classificação final de 3,70 pontos.

6.2.3 - Avaliação da cobertura da SAU de vinha do Alentejo pela Medida Agroambiental Proteção Integrada

Nesta etapa, a título complementar da AGE, pretende-se também apurar a forma como a execução da MAA PI evoluiu no que respeita à cobertura da Superfície Agrícola Útil (SAU) de vinha do Alentejo, dentro do período compreendido entre 1996 e 2003.

Gráfico 11 - SAU de vinha - Região Agrária do Alentejo



Fonte: Elaboração própria a partir de: INE; MADRP-DRAAL; DGDR; ATEVA.

Com base no gráfico 11, é possível verificar-se, que a SAU de vinha do Alentejo, sofreu durante o período compreendido entre os anos de 1996 e 2003, um acréscimo de 5.361 hectares.

É desta forma notório que, a MAA PI no decorrer desse período, demonstrou um bom nível de aceitação por parte dos vitivinicultores, uma vez que conseguiu evoluir de uma taxa de cobertura²³⁸ da SAU de vinha do Alentejo pela PI de 9,03% em 1996, para uma de 74,43% em 2003.

Estes resultados mostram que, de facto, foram relevantes os esforços desenvolvidos para fomentar a execução da MAA PI com implicações diretas na SAU de vinha do Alentejo, e que, os efeitos globais percebidos pelos beneficiários apontam na direção certa.

²³⁸ Taxa de Cobertura = (N.º de hectares abrangidos pela PI / SAU de Vinha do Alentejo) *100.

6.2.4 - Avaliação da evolução da atração territorial

Neste Estudo, procurou-se também perceber quais os efeitos que a MAA PI aplicada ao setor vitivinícola, pôde evidenciar, no sentido de tornar o Alentejo, num bom local para viver/trabalhar ou para investir na ótica vitivinícola.

Uma vez que, cada território pode ser visto numa ótica integrada dos diversos elementos, dos quais depende o nível de atratividade geral da sua oferta territorial, e que normalmente constituem, a base da imagem que veicula, e que, numa perspetiva de marketing, poderá ajudar a fortalecer um sentimento de pertença favorável à utilização desse território, pretendeu-se também apurar se a aplicação da MAA PI, constituiu um dos fatores potenciadores de atratividade dos territórios vitivinícolas do Alentejo.

A análise começa por ser focada nas contribuições da MAA PI para o aumento do número total de produtores vitivinícolas na região do Alentejo, na medida em que, é naturalmente um efeito global de análise muito relevante. Seguidamente procurou-se analisar quais os novos produtores vitivinícolas no Alentejo que são oriundos do próprio Alentejo, e quais os provenientes de outras regiões fora do Alentejo.

6.2.4.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do número total de produtores vitivinícolas na região do Alentejo

Para melhor analisar as contribuições da MAA PI, para o aumento do número de produtores vitivinícolas na região do Alentejo, recorreu-se ao quadro 30.

Quadro 30 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.33 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
1997	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
1998	2%	69%	20%	9%	0%	3,63
1999	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2000	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2001	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2002	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2003	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2004	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2005	2%	68%	22%	9%	0%	3,62
2006	2%	68%	22%	8%	0%	3,63
					Classificação Final*	3,62

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base no quadro 30, é verificável que, na ótica dos beneficiários, a MAA PI teve uma classificação final de 3,62 pontos para o aumento do número total de produtores vitivinícolas na região do Alentejo. Desta forma, tudo aponta para que, o facto de existirem apoios à produção que possam minimizar custos e potenciar melhores margens estimula o aumento do número de produtores.

6.2.4.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo

O aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo, oriundos do próprio Alentejo, por influência da MAA PI, poderá ter ocorrido: i) por via da reativação de

explorações antigas; ii) pela afetação do cultivo de vinha a explorações onde este era inexistente; ou até mesmo, iii) através da criação de novas explorações para esse efeito, pelo que é também uma questão que deve ser considerada nesta análise.

Quadro 31 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.35 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
1997	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
1998	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
1999	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2000	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2001	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2002	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2003	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2004	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2005	23%	57%	18%	2%	0%	4,02
2006	23%	56%	19%	2%	0%	4,02
					Classificação Final*	4,02

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Segundo o quadro 31, é verificável uma classificação final de 4,02 pontos, na escala utilizada de cinco pontos, e, por isso, muito próximo do máximo da mesma.

Com base no contacto direto com os vitivinicultores, durante o trabalho de campo deste Estudo, tudo aponta para que, o fomento à MAA PI possa ter levado principalmente, à otimização ou reativação de explorações vitivinícolas que até aí não estariam a ser utilizadas na sua plenitude, mais do que à criação de novas explorações.



Atendendo a que, no período de análise considerado: i) eram predominantes as explorações vitivinícolas com pequena e muito pequena dimensão, e eram estas que detinham a maioria do volume de trabalho, e que ii) a pluriatividade dos agricultores e a atividade a tempo parcial tinham uma grande expressão, contribuindo para a diversificação dos seus rendimentos, e para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão; era com certa facilidade que, face aos apoios disponíveis, a produção pudesse sofrer ajustes nesse sentido.

Essa pluriatividade dos agricultores com vista a um plurirrendimento pode ter também estado na origem do aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo, oriundos de próprio Alentejo.

6.2.4.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para, que novos produtores vitivinícolas de outras regiões fora no Alentejo iniciassem produções no Alentejo

Nesta fase do Estudo, procura-se analisar, quais as contribuições da MAA PI, para que novos produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo. Para tal foi utilizado o quadro 32.

Quadro 32 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.37 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para que produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo? (Atração Territorial)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
1997	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
1998	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
1999	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2000	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2001	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2002	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2003	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2004	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2005	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
2006	2%	69%	22%	8%	0%	3,65
					Classificação Final*	3,65

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pela análise efetuada, foi atribuída uma classificação de 3,65 pontos, como efeito percebido pelos beneficiários, no que respeita à contribuição da MAA PI para a atração territorial. Na base dessa classificação, estiveram 69% dos inquiridos a apontar que a MAA PI “contribuiu muito” para que novos produtores vitivinícolas de outras regiões fora no Alentejo, iniciassem produções no Alentejo.

6.2.5 - Avaliação da evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo

A análise da evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo, foi efetuada tendo em consideração as contribuições da MAA PI, para o aumento do

investimento dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo.

Quadro 33 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.39 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do investimento, dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo? (Evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
1997	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
1998	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
1999	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2000	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2001	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2002	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2003	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2004	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2005	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
2006	2%	0%	80%	18%	0%	2,85
					Classificação Final*	2,85

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, recorrendo à informação disponível, a evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo por influência da MAA PI, teve uma classificação final de 2,85 pontos. Desta forma, tudo aponta para que, face aos apoios disponibilizados pela MAA PI, os investimentos dos vitivinicultores Alentejanos, no período analisado, possam ter sido mais direcionados para ajustes nas próprias explorações, de forma a maximizar a possibilidade de apoio, do que propriamente para o investimento noutros territórios fora do Alentejo.

6.2.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo

O crescente interesse da sociedade, pela preservação e conservação da natureza, abre excelentes oportunidades para a valorização do espaço vitivinícola. A MAA PI apresenta um elevado potencial para o desenvolvimento de um melhor espaço ambiental, que, por sua vez, poderá gerar implicações positivas no crescimento de atividades ligadas ao vinho ou à sua produção (por exemplo: hotéis vitivinícolas, eno-turismo, cursos de provas de vinhos, formações sobre produção de vinhos), que, por sua vez, poderão gerar efeitos ao nível da criação de emprego e da geração de rendimentos em meio rural.

Quadro 34 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.41 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
1997	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
1998	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
1999	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2000	2%	3%	22%	74%	0%	2,32
2001	2%	3%	22%	74%	0%	2,32
2002	2%	3%	22%	74%	0%	2,32
2003	2%	3%	22%	74%	0%	2,32
2004	2%	3%	20%	74%	2%	2,29
2005	2%	3%	20%	74%	2%	2,29
2006	2%	3%	20%	74%	2%	2,29
					Classificação Final*	2,31

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.



Pelo analisado, com base no quadro 34, tudo indica que os beneficiários da MAA PI não sentiram, por influência da mesma, uma maior motivação para realizarem investimentos em atividades possíveis de associar ao vinho, ou à sua produção no Alentejo, atingindo este efeito global, uma classificação final de 2,31 pontos.

6.2.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas

6.2.7.1 - Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo

Atendendo a várias questões, principalmente de ordem técnica, relacionadas com a implementação dos métodos de produção com recurso à PI e que poderão ter fomentado parcerias entre os vitivicultores, no sentido de incrementar sinergias, considerou-se também importante analisar esta problemática.

Quadro 35 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.43 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
1997	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
1998	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
1999	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2000	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2001	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2002	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2003	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2004	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2005	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
2006	77%	20%	2%	2%	0%	4,72
					Classificação Final*	4,72

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base no quadro 35, verifica-se que, efetivamente, 77% dos inquiridos referem que a MAA PI “contribuiu totalmente” para a criação de parcerias entre os vitivinicultores da região do Alentejo, atingindo esta questão uma classificação final de 4,72 pontos, muito próxima portanto, do máximo da escala utilizada.

6.2.7.2 - Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo

No sentido de verificar, se a criação de parcerias entre os produtores do Alentejo iria mais além, do que o âmbito territorial desta região, inquiriu-se, também, sobre os efeitos

percebidos pelos beneficiários no que concerne à criação de parcerias com produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo.

Quadro 36 - Distribuição de frequências das respostas à questão 2.45 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
1997	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
1998	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
1999	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2000	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2001	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2002	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2003	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2004	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2005	2%	2%	18%	78%	0%	2,26
2006	2%	2%	19%	78%	0%	2,27
					Classificação Final*	2,26

Legenda: 0%  100%

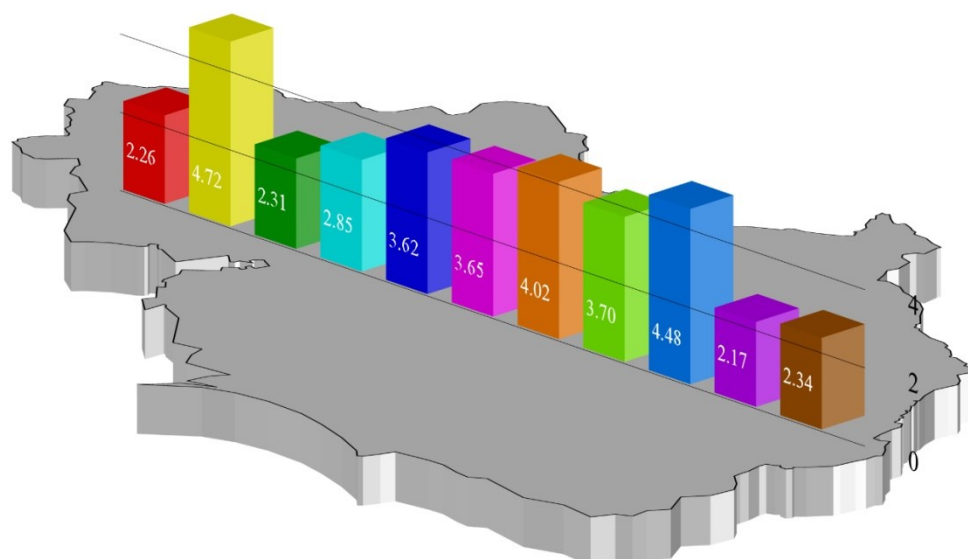
Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, a classificação final foi de 2,26 pontos, sendo completamente oposta à anteriormente verificada entre as parcerias com produtores da Região Alentejo. Desta forma, constatou-se que, os vitivinicultores inquiridos, por influência da MAA PI, foram mais motivados a criar parcerias entre eles próprios, do que com outros produtores fora da região.

6.2.8 - Análise Global de Efeitos no Território

A AGE no território, terá em conta as classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, apresentados ao longo da dimensão de análise território.

Gráfico 12 - Análise Global de Efeitos na dimensão de análise Território



Legenda:

- Aumento do emprego no Alentejo
- Aumento do emprego na exploração
- Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo
- Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na exploração
- Aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo
- Produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo (Atracção Territorial)
- Aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo
- Aumento do investimento dos vitivinicultores do Alentejo noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo (Evolução da implementação territorial)
- Aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo
- Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo
- Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). Classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI na dimensão de análise Território.

O gráfico 12 possibilita uma análise conjunta, e comparativa, hierarquizando os efeitos desta dimensão de análise. Pela análise efetuada, foi possível verificar, que na dimensão de análise território, foi o efeito global “criação de parcerias com outros produtores do Alentejo” que apresentou a maior classificação, atingindo na escala utilizada, o valor de 4,72 pontos. Curiosamente, o efeito “criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo”, teve a segunda menor classificação desta dimensão de análise, com



apenas 2,26 pontos. Estas classificações, completamente opostas, refletem claramente as posições dos vitivinicultores, no que tange a parcerias. As parcerias e as sinergias resultantes da aplicação da MAA PI centraram-se portanto, quase exclusivamente, entre os produtores vitivinícolas do Alentejo. Através das entrevistas individuais efetuadas, em complementaridade aos resultados do inquérito, tudo indica que essas parcerias tenham sido efetuadas principalmente entre explorações vizinhas e entre pequenos produtores. Tudo aponta ainda, para que as questões técnicas de aplicação da MAA PI, e os custos inerentes às mesmas, possam ter estado na base de muitas parcerias efetuadas.

Os efeitos relacionados com o aumento de emprego não se mostraram relevantes, sendo das classificações mais baixas da AGE desta dimensão de análise.

O aumento da SAU de vinha no Alentejo apresenta-se, como sendo o segundo ponto com maior classificação da dimensão de análise território, com 4,48 pontos, verificando os beneficiários, diretamente os efeitos de incremento da SAU nas suas explorações que classificaram com 3,70 pontos.

A classificação final atribuída à AGE na dimensão de análise território foi de 3,28 pontos²³⁹, associada a um Efeito Global Forte.

6.3 - A INOVAÇÃO

O estudo dos efeitos relacionados com a influência da MAA PI, ao nível da inovação, é necessariamente também uma questão muito relevante para esta investigação. Neste sentido, a temática da inovação, foi assumida, neste Estudo, como constituindo mais uma dimensão de análise a considerar.

Segundo CARDEIRA (2009:80), “com os produtores de outros mercados, a experimentar novas embalagens, novos formatos, vinhos diferentes e bebidas à base de vinho. Os produtores portugueses, embora adaptando e até desenvolvendo novas práticas enológicas, afastam-se da inovação em outras áreas e mantém uma atitude conservadora no que diz respeito ao consumo do vinho. Se os valores tradicionais são importantes, sabemos que não são valores exclusivos do vinho”.

²³⁹ As classificações finais das dimensões de análise da AGE são obtidas pela Média Aritmética Simples das classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, na respetiva dimensão de análise.

6.3.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação nos processos de produção dos vinhos do Alentejo

O processo de produção de vinhos,²⁴⁰ é uma atividade ancestral que tem sido aprimorada ao longo dos milénios e é peça fundamental de toda a fileira vitivinícola.

Com a aplicação da MAA PI ao setor vitivinícola do Alentejo, torna-se relevante apurar, se de acordo com os efeitos percebidos pelos beneficiários, os mesmos salientam a contribuição da medida, ao nível da inovação, diretamente para os processos de produção dos vinhos do Alentejo. Esta análise teve na sua base os quadros 37 e 38.

Quadro 37 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.50 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a inovação nos processos de produção dos vinhos no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
1997	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
1998	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
1999	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
2000	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
2001	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2002	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2003	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2004	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
2005	2%	2%	22%	75%	0%	2,29
2006	2%	2%	22%	75%	0%	2,30
					Classificação Final*	2,30

Legenda: 0%  100%

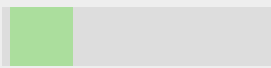

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

²⁴⁰ Para maiores desenvolvimentos sobre o processo de produção de vinhos, cf.: CERDEIRA e CASAL (coord.), (2007).

Pelo analisado, foi obtido para este efeito, uma classificação relativamente baixa com 2,30 valores na escala utilizada.

Como complemento à análise, o quadro 38, apresenta um enfoque mais direcionado para o desenvolvimento e implementação de novos processos produtivos que permanecem até aos nossos dias.

Quadro 38 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.52 do inquérito por questionário: “Considera que a MAA PI foi uma oportunidade para o desenvolvimento e implementação de novos processos produtivos que permanecem ainda hoje?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%	Total de respostas
Sim	23%		15
Não	77%		50

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, 77% dos inquiridos afirma que a MAA PI não foi uma oportunidade para o desenvolvimento e implementação de novos processos produtivos.

Desta forma, tudo aponta para que, os métodos de produção com recurso à PI tivessem tido implicações mais diretas na produção da matéria-prima, e menor influência no processo de produção propriamente dito.

6.3.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação nos vinhos do Alentejo, enquanto produtos finais de consumo

A inovação nos vinhos do Alentejo, enquanto produtos finais de consumo, funciona cada vez mais, também, como um muito importante argumento em termos de marketing. Existem vários exemplos de inovação a este nível, dos quais, a título de exemplo, e entre

outros, é possível destacar, a título especial, os vinhos: i) Ervideira Invisível Branco - Aragonês 2009²⁴¹; e ii) Herdade dos Grous *Moon Harvest* 2008²⁴².

Quadro 39 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.52 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a inovação nos vinhos do Alentejo, enquanto produtos finais de consumo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
1997	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
1998	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
1999	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2000	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2001	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2002	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2003	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2004	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2005	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
2006	2%	0%	20%	78%	0%	2,25
					Classificação Final*	2,25

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, com base no quadro 39, tudo indica que, na perspetiva dos vitivinicultores, a MAA PI “contribuiu pouco” para este tipo de inovação, atingindo uma classificação final de 2,25 pontos.

²⁴¹ Invisível é um vinho branco de uvas tintas obtido a partir da lágrima de uvas tintas da casta Aragonéz. Resulta da vindima noturna, de um talhão selecionado, quando atingido o ponto ótimo de maturação. A rápida resposta da vindima, o respeito pela uva, o transporte refrigerado até à adega e a fermentação a baixas temperaturas, permitem obter este vinho.

²⁴² Neste Grous, como o próprio nome indica, a vindima foi realizada de noite (*Moon Harvest*). Para além dos benefícios que são apontados a esta prática é salientado, sobretudo, o facto de as uvas entrarem na adega mais frescas.

6.3.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo

De primordial importância na produção de vinhos são, naturalmente, as uvas. As uvas não têm a mesma qualidade em todas as regiões, dependendo a sua qualidade, do tipo de casta, solos, condições climáticas, métodos e tecnologia de produção entre outros aspetos.

Desta forma, tendo sido o método de produção com recurso à PI, uma tecnologia inovadora e portadora de potencial de influência na qualidade das uvas, por sua vez com reflexos na qualidade dos vinhos, importa apurar os efeitos percebidos pelos vitivinicultores, sobre esta questão.

Quadro 40 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.53 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
1997	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
1998	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
1999	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2000	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2001	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2002	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2003	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2004	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2005	2%	77%	12%	9%	0%	3,71
2006	2%	77%	13%	9%	0%	3,70
					Classificação Final*	3,71

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, 77% dos inquiridos referem que a MAA PI “contribuiu muito” para a inovação na qualidade dos vinhos. Este efeito é classificado com 3,71 pontos na escala tipo Linkert de cinco pontos. Não obstante poderem existir testes apropriados para comprovar estas questões de qualidade, é interessante verificar, a sensibilidade dos vitivinicultores relativamente a esta questão, visto poder ser, uma das vantagens motivadores de adesão ou de seguimento deste método de produção.

6.3.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção

A inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção tem sido, cada vez mais, uma questão bastante relevante, podendo mesmo, salientar-se, entre outros, alguns exemplos, a saber: i) o eno-turismo; ii) as provas de vinhos; iii) os *workshops* temáticos; iv) as visitas às vinhas e às adegas. Atendendo que, a MAA PI tem um elevado potencial para o desenvolvimento de uma melhor condição ambiental, importa verificar quais os seus efeitos sentidos pelos beneficiários, nas suas diversas potenciais dimensões, para o crescimento dessas atividades possíveis de associar aos vinhos.

Quadro 41 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.53 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
1997	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
1998	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
1999	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2000	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2001	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2002	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2003	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2004	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2005	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
2006	2%	0%	20%	77%	2%	2,23
					Classificação Final*	2,23

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, com base no quadro 41, podemos verificar que a classificação final é de 2,23 pontos, sendo a classificação mais baixa de toda a dimensão de análise inovação e uma das mais baixas de toda a AGE.

6.3.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo

Uma vez que a MAA PI, aquando da sua implementação, era portadora de uma forte inovação na procura da implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo, trata-se pois, também de uma questão importante para este Estudo, verificar a sensibilidade dos inquiridos relativamente a este aspeto.

Quadro 42 - Distribuição de frequências das respostas à questão 3.59 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
1997	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
1998	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
1999	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2000	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2001	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2002	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2003	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2004	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2005	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
2006	88%	11%	2%	0%	0%	4,86
					Classificação Final*	4,86

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

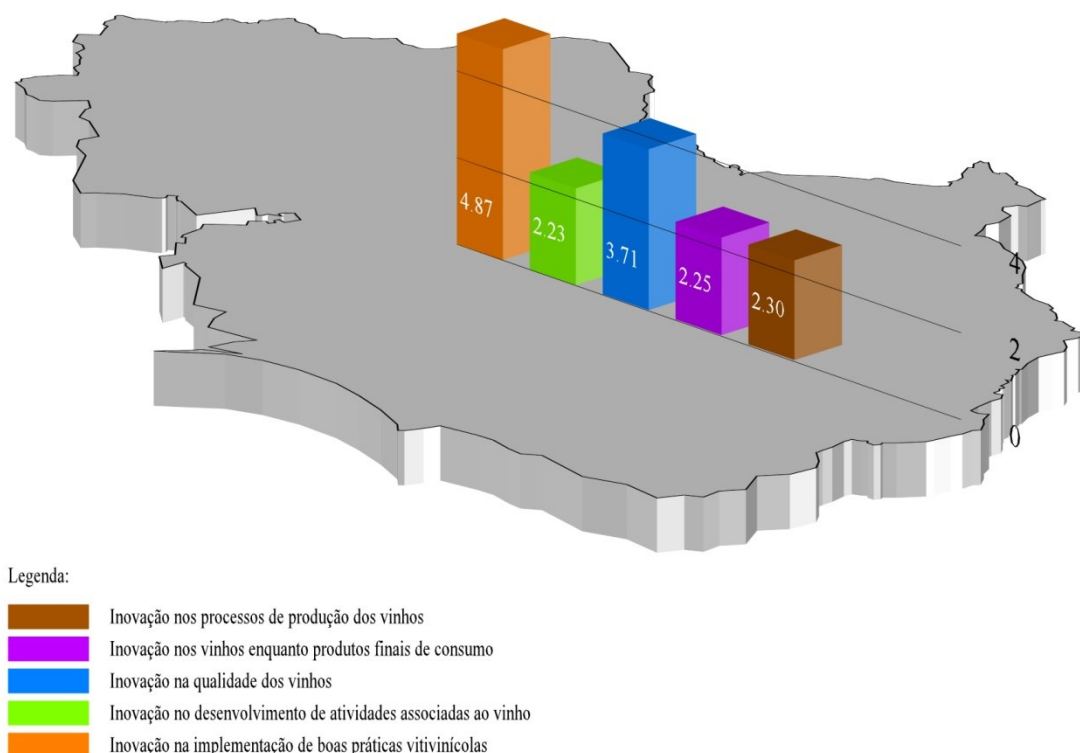
Com base no analisado, o efeito global referente à inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo, atingiu uma classificação final de 4,86 pontos, sendo a classificação mais elevada da dimensão de análise inovação e de toda a AGE. Trata-se de uma classificação, muito próxima do máximo da escala e reflete realmente um reconhecimento dos vitivinicultores na inovação fomentada pela MAA PI.

6.3.6 - Análise Global de Efeitos na Inovação

A Análise de Efeitos Globais (AGE) na Inovação terá em conta, as classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI apresentados ao

longo da dimensão de análise inovação. Desta forma, será possível, apresentar também uma análise conjunta e comparativa, e apurar a classificação final desta dimensão de análise.

Gráfico 13 - Análise Global de Efeitos na dimensão de análise Inovação



Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). Classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI na dimensão de análise Inovação.

Pela AGE efetuada, foi possível verificar, que na dimensão de análise inovação, foi o efeito global “inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas” que apresentou a maior classificação, atingindo na escala utilizada, o valor de 4,87 pontos.

A segunda maior classificação desta dimensão de análise foi referente à “inovação na qualidade dos vinhos”, verificando uma classificação de 3,71 pontos.

Os restantes efeitos relacionados com a inovação ao nível: i) da produção dos vinhos; ii) dos vinhos enquanto produtos finais de consumo, e iii) do desenvolvimento de atividades

associadas ao vinho, não se mostraram relevantes, tendo obtido as classificações mais baixas da AGE desta dimensão de análise.

A classificação final atribuída a AGE na dimensão de análise inovação, foi de 3,07 pontos²⁴³, associada a um Efeito Global Forte.

O contexto económico e tecnológico atual é caracterizado pela crescente necessidade de inovações, sejam elas em produtos, processos, ou serviços. Para o setor vitivinícola não é diferente. Segundo CARDEIRA (2009:35), “os mercados de países tradicionalmente produtores de vinho eram reconhecidos como bastante estáveis, por isso, a inovação, quando comparada com o que se faz noutros países, é ainda limitada em termos do objeto de inovação, geralmente ligada a aspetos da produção, e algo conservadora. No entanto, os hábitos de consumo têm-se alterado muito nestes países e a inovação revela-se muito necessária e essencial no futuro”.


























6.4 – OS PRODUTORES

6.4.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a redução de custos de produção da exploração

Uma das questões mais importantes para o vitivinicultor, traduz-se no conhecimento e no acompanhamento dos custos de produção da sua exploração. A mais pequena possibilidade de redução nos custos de produção pode ser encarada, como uma verdadeira ferramenta de gestão, pois permite, entre outros aspetos, melhorar a competitividade dos produtos, possibilitar novos investimentos e a visão de uma maior viabilidade do negócio.

Quadro 43 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.67 do inquérito por questionário: “ De que forma, a MAA PI, contribuiu para a redução de custos de produção da sua exploração?”

²⁴³ As classificações finais das dimensões de análise da AGE são obtidas pela Média Aritmética Simples das classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, na respetiva dimensão de análise.

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
1997	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
1998	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
1999	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2000	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2001	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2002	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2003	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2004	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2005	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
2006	88% 	9% 	3% 	0%	0%	4,85
					Classificação Final*	4,85

Legenda: 0% 100% 

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, com base no quadro 43, um dos maiores efeitos sentido pelos beneficiários da MAA PI, foi na redução de custos de produção de vinhos. Este efeito atingiu uma classificação final de 4,85 pontos, sendo o maior efeito na dimensão de análise produtores e o segundo maior de toda a AGE, mostrando a relevância da MAA PI sobre esta questão. Desta forma, além dos benefícios ambientais, tudo aponta para que, a medida, tenha também, assegurado um outro potencial para tornar mais competitivo o produto final.

6.4.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração
































A elevada competitividade no setor vitivinícola, bem como a quebra nos preços e nas margens de lucro da comercialização de vinhos, pautam o quotidiano dos produtores e acentuam as suas preocupações, num negócio que vive essencialmente de relações duradouras. Os vitivinicultores sentem, presentemente, cada vez mais dificuldade em conseguirem manter baixo o preço médio/litro de vinho à saída da adega e de garantirem boas margens. Segundo MADRP (2007), preço de venda médio/litro entre 1997 e 2005, rondava os dois euros para os vinhos VQPRD e de um euro e cinquenta cêntimos para os Vinhos Regionais (engarrafados)²⁴⁴. Mais recentemente, segundo INE (2012:143)²⁴⁵, relativamente ao Vinho Regional, é de salientar que, em 2011 o preço de venda médio/litro foi de 1,87 euros e em 2012 foi de 1,81 euros/litro, verificando-se assim, uma quebra no preço médio do litro de vinho.

²⁴⁴ Para maiores desenvolvimentos, cf.: MADRP (2007).

²⁴⁵ A informação relativa a estatísticas compreende preços anuais, no produtor (à saída da adega), neste caso concreto, do Vinho Regional. Segundo INE (2012:141), “os preços na agricultura são, por definição, os preços recebidos pelo produtor (ou os preços de aquisição pagos pelo produtor), excluindo os subsídios e incluindo os impostos, exceto IVA dedutível”.

Quadro 44 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.65 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução das margens de comercialização de vinhos da sua exploração?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
1997	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
1998	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
1999	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2000	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2001	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2002	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2003	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2004	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2005	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
2006	78% 	18% 	3% 	0%	0%	4,75
					Classificação Final*	4,75

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo apurado, a MAA PI, provavelmente por via da sua contribuição para a redução nos custos de produção, apresenta também, uma classificação elevada na ordem de 4,75 pontos, quanto ao efeito referente à evolução das margens de comercialização dos vinhos.

6.4.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos

Sendo a questão da evolução do volume de negócio muito associada às vendas de vinhos, este é, naturalmente, um dos efeitos mais procurados pelos vitivincultores. Neste sentido, procurou-se também, aferir sobre qual foi a perceção dos viticultores, relativamente à

contribuição da aplicação da MAA PI para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos.

Quadro 45 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.63 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos da sua exploração?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	26%	52%	20%	0%	3,09
1997	2%	26%	52%	20%	0%	3,09
1998	2%	26%	52%	20%	0%	3,09
1999	2%	26%	54%	18%	0%	3,11
2000	2%	26%	54%	18%	0%	3,11
2001	2%	28%	52%	18%	0%	3,12
2002	2%	28%	52%	18%	0%	3,12
2003	2%	26%	54%	18%	0%	3,11
2004	2%	26%	52%	20%	0%	3,09
2005	2%	26%	52%	18%	2%	3,08
2006	2%	25%	52%	19%	2%	3,06
					Classificação Final*	3,10

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.













































No que se refere à contribuição da MAA PI, para a evolução no volume de negócio associado às vendas de vinhos das explorações, a maioria dos inquiridos apontam que a MAA PI “contribuiu satisfatoriamente” para esse objetivo, com uma classificação final de 3,10 pontos. Pesa no entanto, que tudo aponta, para ser efetivamente o efeito da redução nos custos

de produção e as suas implicações na competitividade das vendas, que possa também ter influenciado esta questão.

6.4.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento dos lucros dos produtores relacionados com a atividade vitivinícola

Embora os grandes benefícios diretamente resultantes da MAA PI sejam principalmente de cariz ambiental, todos esses benefícios apresentam também, um elevado potencial associado a vantagens competitivas, que poderia ter sido direcionado, no sentido das explorações poderem também beneficiar de vantagens financeiras, possibilitadoras de incremento nos lucros.

Quadro 46 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.69 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento de lucros da sua exploração?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
1997	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
1998	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
1999	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2000	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2001	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2002	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2003	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2004	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2005	3% 	77% 	18% 	2% 	0%	3,82
2006	3% 	77% 	19% 	2% 	0%	3,81
					Classificação Final*	3,82

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.



Pelo analisado, esta questão atinge uma classificação final de 3,82 pontos, na escala utilizada, de cinco pontos. Não sendo o objetivo da medida, atuar diretamente a nível dos lucros, verifica-se que, a sensibilidade dos produtores nesta questão aponta que a MAA PI “contribui muito” para a evolução dos lucros, com uma classificação final de 3,82 pontos. Uma vez mais, tudo aponta para que, os efeitos verificados relativamente à contribuição da MAA PI, na redução de custos de produção da exploração, poderão estar a influenciar esta questão.

6.4.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para aumento da contribuição fiscal dos produtores relacionada com a atividade vitivinícola

As contribuições da MAA PI, relacionadas com a redução nos custos de produção e os efeitos daí decorrentes, nomeadamente, ao nível do incremento das vendas ou lucros, poderão ter tido, em consequência, um aumento da contribuição fiscal dos produtores, relacionada com a atividade vitivinícola, por via dos impostos associados.

Quadro 47 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.71 do inquérito por questionário: “ De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento da contribuição fiscal da sua exploração relacionada com a atividade vitivinícola?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
1997	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
1998	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
1999	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2000	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2001	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2002	2%	22%	58%	19%	0%	3,06
2003	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2004	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2005	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
2006	2%	22%	57%	20%	0%	3,05
					Classificação Final*	3,05

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

A contribuição fiscal dos vitivinicultores, impulsionada direta ou indiretamente pela MAA PI, principalmente por via de impostos associados às vendas ou aos lucros, é uma questão à qual, os inquiridos atribuem uma classificação final de 3,05 pontos, não sendo por isso, dos efeitos mais relevantes desta dimensão de análise.

6.4.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução do volume financeiro direcionado pelos produtores para fornecimentos complementares à produção vitivinícola

Atendendo a que, associados à produção dos vinhos, existe uma panóplia de fornecimentos complementares ao longo de toda a fileira económica do vinho, importa apurar,

os efeitos da MAA PI, na evolução do volume financeiro, direcionado pelos produtores, para fornecimentos complementares à produção vitivinícola (por exemplo, a aquisição de garrafas, de rolhas, de rótulos e de caixas).

Quadro 48 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.75 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução do volume financeiro direcionado pela sua exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
1997	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
1998	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
1999	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2000	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2001	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2002	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2003	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2004	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
2005	2%	3%	39%	55%	2%	2,48
2006	2%	3%	38%	55%	2%	2,48
					Classificação Final*	2,48

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, 55% dos inquiridos afirma que a MAA PI “contribuiu pouco” para esta questão, tendo mesmo, este aspeto obtido a classificação mais baixa, desta dimensão de análise.

Esta questão poderá estar relacionada com o facto de, na região do Alentejo, se verificar que, muitas explorações procuram concentrar, além da produção de vinho, também

outras atividades associadas, como por exemplo, o engarrafamento ou a rotulagem, tentando assim minimizar custos com fornecimentos e serviços externos.

6.4.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para evolução do volume financeiro aplicado pelos produtores em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo













































Atualmente, a publicidade e o marketing são requisitos fundamentais a todos os produtos para que a sua venda possa ser bem-sucedida, e, naturalmente, o vinho não constitui uma exceção. Relativamente a outros produtos, o vinho até possui uma barreira acrescida a essa venda, que consiste na dificuldade de perceção das diferenças entre vinhos e na perceção da qualidade do vinho, ou seja, é difícil para o consumidor comum, distinguir, ou caso distinga, memorizar as diferenças, entre vinhos que poderiam levar à fidelização do consumidor.

Para CARDEIRA (2009:79), a publicidade ao vinho “tem três objetivos primordiais, que são: primeiro, estimular o consumo do vinho, segundo, conquistar novos consumidores e terceiro, associar ao vinho uma imagem que esteja de acordo com as preferências do segmento de consumidores a que se destina.”

Para tal, a publicidade passa por associar o produto a um certo tipo de sensação e de valores intangíveis, que, no caso do vinho, se mostra complexo dada a forma como alguns consumidores percecionam o vinho. No sentido em que, para além da experiência sensorial vivida pelo consumo da bebida, refletem, no consumo, uma imagem que pode ser associada, pela garrafa, pelo rótulo, pela imagem associada a quem o bebe, à região onde é produzido o vinho, ou até, possivelmente, pelas práticas ambientais de determinada região ou de determinada produção, caso devidamente publicitadas.

Será, portanto, através desta associação da publicidade e do marketing ao método de produção com recurso à PI, que importa, nesta fase, apurar os efeitos percebidos pelos beneficiários.

Quadro 49 - Distribuição de frequências das respostas à questão 4.79 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução do volume financeiro aplicado pela sua exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
1997	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
1998	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
1999	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2000	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2001	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2002	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2003	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2004	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2005	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
2006	2% 	12% 	57% 	29% 	0%	2,86
					Classificação Final*	2,86

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

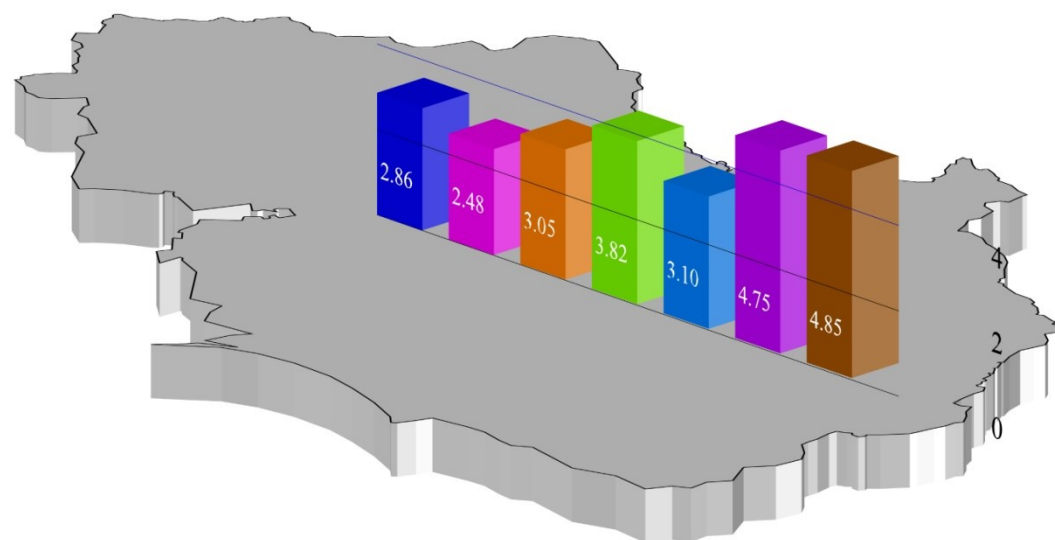
Pelo analisado, a evolução do volume financeiro, aplicado pelos produtores em publicidade e em marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo, apresenta uma classificação final de 2,86 pontos, sendo desta forma, a segunda mais baixa classificação desta dimensão de análise.

6.4.8 - Análise Global de Efeitos nos Produtores

A AGE dos produtores, reflete as classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, apresentados ao longo desta dimensão de análise,

apresentando além de uma análise conjunta e comparativa, uma classificação final desta dimensão de análise.

Gráfico 14 - Análise Global de Efeitos na dimensão de análise Produtores



Legenda:

- Redução de custos de produção da exploração
- Evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração
- Evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos
- Aumento de lucros da exploração
- Aumento da contribuição fiscal da exploração
- Evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola
- Evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). Classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI na dimensão de análise Produtores.

Pelo analisado, com base no gráfico 14, foi possível verificar que, o maior efeito sentido pelos beneficiários da MAA PI, na dimensão de análise produtores, foi na “redução de custos de produção da exploração”, com uma classificação 4,85 pontos. Este efeito, é seguido de perto, pelo efeito que reflete a “evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração”, com 4,75 pontos. Tudo indica, que estes dois efeitos, mais diretos, percebidos pelos beneficiários da MAA PI, acabam por se fazer refletir, indiretamente e numa menor

escala, nas respostas às questões relacionadas com os efeitos ao nível: i) do aumento do volume de negócios; ii) dos lucros; e iii) da contribuição fiscal das explorações.

É também de salientar, uma pontuação reduzida no efeito “evolução do volume financeiro, aplicado pela exploração em publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo”, com uma classificação final de 2,86 pontos.

Relativamente aos efeitos na evolução do volume financeiro, direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola, o mesmo atingiu a classificação mais baixa desta dimensão de análise, com 2,48 pontos.

A classificação final atribuída a AGE na dimensão de análise produtores foi de 3,56 pontos, com a classificação final de Efeito Global Forte.

6.5 – O SETOR VITIVINÍCOLA

A vitivinicultura está historicamente ligada a Portugal, como atividade agrícola de relevante importância económica e social. Segundo MADRP (2007:11), “no quadro do valor da produção do ramo agrícola nacional, este setor representa 14% do total, tomando como referência a média do triénio 2002-2004. Em termos absolutos, considerando os valores gerados no último triénio, o setor vitivinícola contribuiu em média com 1.000 milhões de euros/ano, a preços base, para o valor total da produção do ramo agrícola.”

Assim sendo, referente ao período em análise, importa portanto também compreender os efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, a nível setorial.





































6.5.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região

Atendendo à importância crescente da vitivinicultura nas explorações agrícolas alentejanas, e tendo em consideração, que se trata de um setor renovado, no qual os vitivinicultores têm investido significativamente nos últimos anos, constatando-se atualmente tratar-se de um setor quase totalmente profissionalizado²⁴⁶, procurou-se aferir os efeitos

²⁴⁶ Uma vez que, os viticultores, os trabalhadores vitícolas, os responsáveis das adegas cooperativas e privadas e os trabalhadores das adegas, ou têm formação adequada para o trabalho que desenvolvem, ou possuem

percebidos pelos beneficiários, relativamente ao aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo por comparação com outros setores económicos dessa região.

Quadro 50 - Distribuição de frequências das respostas à questão 5.82 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente a outros setores dessa região?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	25% 	55% 	18% 	2% 	0%	4,03
1997	25% 	55% 	18% 	2% 	0%	4,03
1998	25% 	56% 	19% 	0%	0%	4,06
1999	25% 	55% 	20% 	0%	0%	4,05
2000	25% 	57% 	18% 	0%	0%	4,06
2001	26% 	55% 	18% 	0%	0%	4,08
2002	26% 	55% 	18% 	0%	0%	4,08
2003	26% 	55% 	18% 	0%	0%	4,08
2004	25% 	57% 	18% 	0%	0%	4,06
2005	25% 	55% 	20% 	0%	0%	4,05
2006	25% 	55% 	19% 	2% 	0%	4,03
					Classificação Final*	4,06

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

De acordo com o analisado no quadro 50, verifica-se que, entre os anos de 1996 e 2006, os beneficiários atribuíram ao efeito global relacionado com o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente a outros setores económicos dessa região, uma classificação de 4,06 pontos. Trata-se por isso, de uma classificação elevada que reflete a importância setorial, sentida pelos vitivincultores, face aos outros setores da região.

experiência e conhecimentos empíricos que sendo devidamente acompanhados cumprem as suas tarefas com eficácia.





















6.5.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da produção na exploração vitivinícola

Os vinhos do Alentejo têm uma posição de destaque no mercado dos vinhos certificados portugueses. Segundo dados divulgados pela CVRA²⁴⁷, provenientes de um estudo da AC Nielsen, os vinhos do Alentejo registaram entre Agosto de 2008 e Julho de 2009, uma quota de mercado consolidada (retalho, incluindo o supermercado LIDL, e a restauração) de 44,5% em valor e de 41,2% em volume. A mesma fonte afirma, que na campanha de 2007/2008, o Alentejo representou 15,31% da produção nacional de vinho.

Sendo esses dados relativos às campanhas imediatamente posteriores ao período de implementação da MAA PI, importa compreender, quais as contribuições da MAA PI para a evolução da produção das explorações vitivinícolas, explorações estas, que, por sua vez, estiveram na base dos resultados referidos.

²⁴⁷Disponível em: “http://www.vinhosdoalentejo.pt/media/documents/200410_1271759717.pdf”.

Quadro 51 - Distribuição de frequências das respostas à questão 5.86 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da produção na sua exploração vitivinícola?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
1997	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
1998	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
1999	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2000	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2001	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2002	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2003	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2004	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2005	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
2006	78% 	9% 	12% 	0%	0%	4,66
					Classificação Final*	4,66

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Segundo INE (2010)²⁴⁸, nas Contas Económicas da Agricultura, a Produção do Ramo Agrícola a Preços no produtor (Base 2006) de vinho, variou de 168.870.000 euros em 1992, para 399.090.000 euros em 2006. Esta variação representou um acréscimo de 142%.

Nesta perspetiva, analisando os efeitos percebidos pelos beneficiários nas suas explorações, para o período de 1996 a 2006, verificou-se que 78% dos inquiridos referiram que a MAA PI “contribuiu totalmente” para a evolução do seu volume de produção, atingindo-se uma classificação final de 4,66 pontos neste efeito.

²⁴⁸ Para maiores desenvolvimentos, cf.: INE (2010).

6.5.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da qualidade da produção nas explorações vitivinícolas

Tendo em atenção que a MAA PI, apresenta vários benefícios ambientais comprovados, principalmente na sua utilização continuada (AMARO, 2003), é importante apurar também quais os efeitos percebidos pelos vitivinicultores, relativos à evolução da qualidade da produção das suas explorações vitivinícolas.

Quadro 52 - Distribuição de frequências das respostas à questão 5.90 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
1997	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
1998	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
1999	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2000	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2001	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2002	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2003	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2004	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2005	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
2006	69%	18%	12%	0%	0%	4,57
					Classificação Final*	4,57

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.



Ao longo de período analisado, o setor vitivinícola mostrou preocupações em investir na qualidade. Para tal, a procura da melhor tecnologia associada a equipamentos para a produção de uva e para o processamento de vinho era fundamental. Não obstante, a tecnologia apresentada pelos métodos de produção com recurso à PI, a mesma era também portadora de um importante potencial de evolução da qualidade da produção do setor vitivinícola. Nesta base, os inquiridos atribuíram uma classificação total de 4,57 pontos, estando por isso, esta classificação muito próxima do máximo da escala, de cinco pontos.

6.5.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a sustentabilidade económica da exploração vitivinícola

O facto da MAA PI assegurar a produção de acordo com elevados critérios ambientais, poderia ter originado que as explorações vitivinícolas pudessem ter tirado vantagens competitivas dessa produção sustentável, tanto numa perspetiva de mercado (indo ao encontro das exigências dos mercados, sobretudo os externos), como também, para verem assegurada a viabilidade a longo prazo dos recursos naturais e do negócio vitivinícola.

Quadro 53 - Distribuição de frequências das respostas à questão 5.94 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a sustentabilidade económica da sua exploração vitivinícola?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
1997	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
1998	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
1999	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2000	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2001	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2002	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2003	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2004	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2005	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
2006	6%	72%	20%	2%	0%	3,83
					Classificação Final*	3,83

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.


































De acordo com o quadro 53, foi possível verificar a ocorrência de uma classificação final de 3,83 pontos, para esta questão, tendo 72% dos inquiridos, assinalado que a MAA PI “contribuiu muito” para a sustentabilidade económica das suas explorações vitivinícolas.

6.5.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo

A aplicação da MAA PI possibilitou uma forte defesa ambiental das produções vitivinícolas, associada a uma elevada sustentabilidade das mesmas, e, também, a uma otimização dos recursos e diminuição dos custos de produção. Por isso mesmo, torna-se

também relevante verificar, quais os efeitos globais da mesma, na sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo.

Quadro 54 - Distribuição de frequências das respostas à questão 5.92 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
1997	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
1998	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
1999	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2000	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2001	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2002	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2003	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2004	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2005	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
2006	75% 	23% 	2% 	0%	0%	4,74
					Classificação Final*	4,74

Legenda: 0%  100%

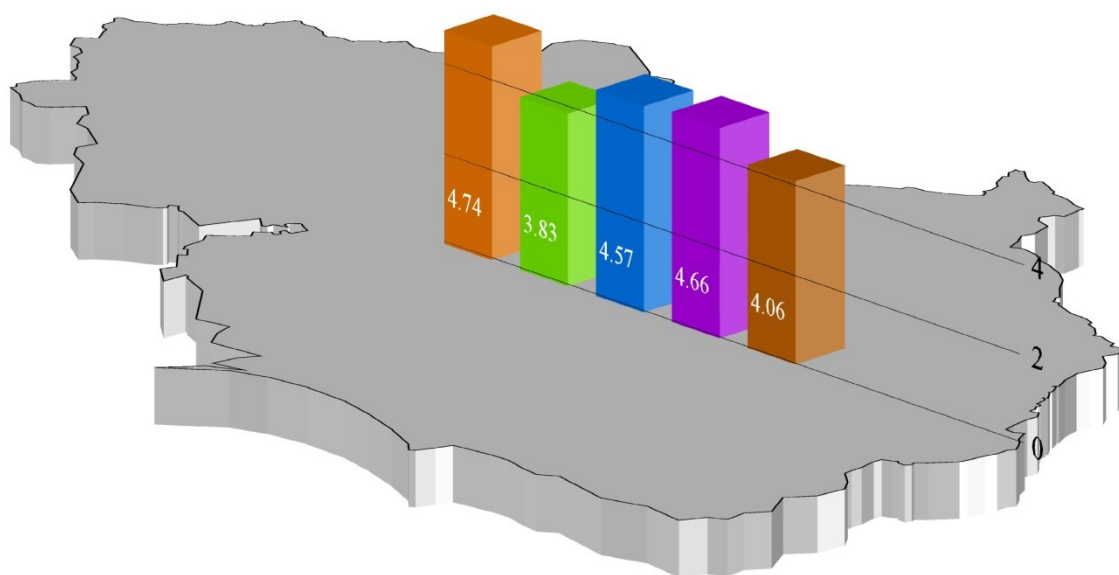
Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado no quadro 54, 75% dos inquiridos refere que a MAA PI “contribuiu totalmente” para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo, atingindo esta questão uma classificação final de 4,74 pontos nesta dimensão de análise.

6.5.6 – Análise Global de Efeitos no Setor Vitivinícola

A Análise Global de Efeitos (AGE) no setor vitivinícola contempla, as classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, apresentados ao longo desta dimensão de análise. Assim sendo, será apresentada uma análise conjunta e comparativa, hierarquizando e apurando a classificação final desta dimensão de análise.

Gráfico 15 - Análise Global de Efeitos na dimensão de análise Setor Vitivinícola



Legenda:

- Aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região
- Evolução da produção na exploração vitivinícola
- Evolução da qualidade da produção da exploração vitivinícola
- Sustentabilidade económica da exploração vitivinícola
- Sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). Classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI na dimensão de análise Setor Vitivinícola.

Com base no gráfico 15, foi possível verificar que, o maior efeito global percebido pelos beneficiários da MAA PI, na dimensão de análise Setor Vitivinícola, foi relativamente à “sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo”, com uma classificação 4,74 pontos e por isso, muito próxima do máximo da escala de cinco pontos.



Os efeitos relacionados com a evolução da produção vitivinícola, e com a qualidade dessa mesma produção, apresentam também classificações relevantes.

O facto dos inquiridos sentirem toda esta panóplia de efeitos associados à MAA PI poderá, de certa forma, ter contribuído para que, o efeito global relacionado com o “aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região”, tenha atingido uma classificação final de 4,06 pontos.

A classificação final atribuída à AGE na dimensão de análise Setor Vitivinícola foi de 4,37 pontos, com a classificação final de Efeito Global Muito Forte.

6.6 – OS MERCADOS

6.6.1 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo

Além dos apoios facilitados diretamente para a aplicação da MAA PI e os consequentes efeitos na redução dos custos de produção daí decorrentes, a presença de um território vitivinícola com práticas ambientais de elevada qualidade, pode ser assumido, como conferente de especificidades a um território, permitindo uma base para a elaboração de estratégias de marketing territorial, com o objetivo de incrementar a sua atratividade.

Desta forma, é relevante analisar os efeitos transmitidos associados ao território, nomeadamente, os relacionados com uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo.

Quadro 55 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.97 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
1997	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
1998	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
1999	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
2000	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
2001	77%	22%	2%	0%	0%	4,75
2002	78%	20%	2%	0%	0%	4,77
2003	78%	20%	2%	0%	0%	4,77
2004	78%	20%	2%	0%	0%	4,77
2005	78%	20%	2%	0%	0%	4,77
2006	78%	20%	2%	0%	0%	4,77
					Classificação Final*	4,76

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base no quadro 55, é verificável que, a classificação de 4,76 pontos atribuída, como efeito percebido pelos beneficiários, na contribuição da MAA PI para transmitir no mercado nacional e internacional uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos os vinhos do Alentejo, é uma das mais elevadas classificações atribuídas em toda a AGE, dando uma elevada relevância a esta questão.

Assim sendo, tudo aponta para que a gestão da MAA PI poderia ter beneficiado da aplicação de procedimentos de marketing territorial, instrumento este, que poderia ter favorecido a construção de uma imagem do território com os benefícios da MAA PI.

Esta capacidade de apresentar diferentes imagens, e consequentemente de atrair os residentes, visitantes e investidores e as consequentes atividades geradoras de emprego daí decorrentes, é de grande importância, para numerosos territórios vitivinícolas, e contribui para



a intensidade da concorrência entre eles. A intensidade da concorrência entre territórios vitivinícolas vai também, determinar os objetivos, as estratégias e as políticas de incremento da atratividade de cada território. A especialização económica dos territórios locais e regionais na produção vitivinícola, é um processo muito exigente e muito competitivo à escala internacional e, por isso, carece de uma adequada abordagem no que respeita à gestão da credibilidade e da visibilidade das marcas e dos vinhos produzidos, bem como da promoção estratégica dos territórios, e dos *terroir*, de onde são originários.

Com base no Estudo realizado, foi possível aferir, que mesmo após ter sido finalizado o fomento da MAA PI, poderá haver benefícios, na possibilidade de utilizar as boas práticas ambientais destes métodos de produção com recurso à PI, como base de elaboração de orientações estratégicas de marketing dirigidas aos territórios vitivinícolas.

6.6.2 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo

Este efeito relacionado com a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo, procura apurar, se a MAA PI, com todos os benefícios ambientais associados e vantagens competitivas relacionadas com a redução de custos de produção, poderá ter impulsionado marcas mais fortes e reconhecidas de vinhos do Alentejo.

Quadro 56 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.99 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	3%	23%	55%	18%	0%	3,11
1997	3%	23%	55%	18%	0%	3,11
1998	3%	23%	55%	18%	0%	3,11
1999	3%	23%	55%	18%	0%	3,11
2000	3%	23%	55%	18%	0%	3,11
2001	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
2002	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
2003	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
2004	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
2005	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
2006	5%	22%	55%	18%	0%	3,12
					Classificação Final*	3,12

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pela análise do quadro 56, 55% dos inquiridos indicaram que a MAA PI “contribuiu satisfatoriamente” para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo, com uma classificação final de 3,12 pontos. Desta forma, tudo aponta para que os benefícios dos métodos de produção com recurso à PI, possam demonstrar uma contribuição para o processo de fortalecimento das marcas, e de uma evolução na perceção das mesmas pelos consumidores, num caminho para a internacionalização.

Segundo VINI PORTUGAL²⁴⁹ (2012:35), “o caminho de internacionalização das marcas de vinho está fortemente dependente da notoriedade das marcas “PORTUGAL” e “Vinho de Portugal / *Wines of Portugal*”. Contudo, também as marcas genéricas (Portugal,

²⁴⁹ Em 24 de Julho 2012 o MAMAOT solicitou à VINI PORTUGAL apresentação de um plano estratégico para a internacionalização do setor do vinho em Portugal.



Wines of Portugal, Regiões) necessitam de marcas fortes, presentes e reconhecidas para construir a sua imagem. Trata-se de um esforço conjunto e de benefício mútuo para todos os intervenientes.”

6.6.3 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo

Para LOCKSHIN et al. (2000) a marca funciona como um elemento substituinte de um certo número de atributos, incluindo a qualidade, e atua como um atalho quando relacionado com os fatores de risco. Para este autor, a marca representa outro atributo extrínseco à escolha de vinho. Segundo LOCKSHIN et al. (2000), as empresas vinícolas têm utilizado a marca como um meio de diferenciação do seu produto²⁵⁰.

Desta forma, cada vez mais, a marca é um fator de extrema importância a considerar. CVRVV, IVP, AESBUC, ESB/UCP (2003:57) concluíram mesmo no seu “Estudo do Consumidor Português de Vinhos” que a “marca aparenta representar uma fonte de informação para conhecimento pessoal, sendo mesmo considerada a principal fonte de informação escolhida pelos inquiridos”²⁵¹.

É precisamente, por a MAA PI, de certa forma, ser portadora de um potencial para uma eventual diferenciação de produto, com reflexos nas marcas, que importa apurar, se esse potencial efetivamente teve efeitos a nível do incremento do número de marcas.

²⁵⁰ Contudo, refere, que a marca é mais utilizada para identificar o vinho na Austrália do que na Europa. Enquanto na Europa os vinhos são identificados através da região ou vinha, na Austrália, identificam principalmente com os nomes do proprietário.

²⁵¹ Para maiores desenvolvimentos, cf.: CVRVV, IVP, AESBUC, ESB/UCP (2003).

Quadro 57 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.101 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
1997	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
1998	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
1999	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2000	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2001	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2002	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2003	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2004	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2005	3%	0%	58%	38%	0%	2,68
2006	3%	0%	59%	38%	0%	2,69
					Classificação Final*	2,68

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado no quadro 57, a classificação final atribuída foi de 2,68 pontos na escala utilizada de cinco pontos. Desta forma, tudo aponta para que o potencial da MAA PI, não tenha sido devidamente explorado ao nível da sua potencial contribuição, no sentido de criação de marcas mais fortes. NASCIMENTO (2001) recomendou no seu estudo, que fosse dada uma atenção especial à criação de marcas fortes, devido a uma certa dispersão verificada na oferta. Referiu ainda, a criação de marcas fortes como única forma de conseguir uma fidelização de clientes e uma maior tolerância ao preço.

6.6.4 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a criação ou alteração dos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada

Toda a comunicação gráfica associada ao setor vitivinícola promovida pelos rótulos das garrafas é também de extrema importância, uma vez que, os rótulos são "a primeira sensação que um vinho tem para oferecer. Como um livro que é tantas vezes julgado pela sua capa, também um vinho deve causar impressão pelo seu rótulo"²⁵².

É com o intuito de provocar esse impacto visual, que os rótulos das garrafas unem-se às mais variadas marcas de vinho portuguesas, trabalhando a imagem e informação do produto, melhorando a sua competitividade. Como disse um dia Pasteur²⁵³: "existe mais filosofia numa garrafa de vinho que em todos os livros". Existe também imagem, cor, relevo, grafia e conteúdos informativos e certificativos nos rótulos, que em conjunto, contribuem para tornar os vinhos mais apetecíveis ao consumidor final.

Importa, portanto, neste contexto, aferir até que ponto, todos os benefícios da MAA PI foram aproveitados a este nível, ou seja, se possibilitaram a criação de novos rótulos ou alterações nos rótulos existentes.

Para tal, inicialmente importa verificar os efeitos sentidos pelos beneficiários na criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo, dando destaque, ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada.

²⁵² Autor: Bruno Rolo - Vinhos com Design (2012:1). Disponível em:

“<http://vinhoscomdesign.blogspot.pt/2012/08/a-colheita-de-um-artista-parte-i.html>”.

²⁵³ Louis Pasteur foi um cientista francês cujas descobertas tiveram enorme importância na história da química e da medicina. A ele se deve a técnica conhecida como pasteurização. Entre muitos sucessos conhecidos, salienta-se que, a pedido dos vinicultores e cervejeiros da região onde vivia, começou a investigar a razão pela qual azedavam os vinhos e a cerveja. Utilizando o microscópio, conseguiu identificar a levedura responsável pelo processo. Propôs eliminar o problema aquecendo a bebida lentamente até alcançar 48° C, matando, deste modo, as leveduras, e encerrando o líquido posteriormente em cubas hermeticamente seladas para evitar uma nova contaminação. Este processo originou a atual técnica de pasteurização dos alimentos. Demonstrou, desta forma, que todo o processo de fermentação e decomposição orgânica ocorre devido à ação de organismos vivos. Foi portanto, deste episódio que resultou a tão conhecida frase “existe mais filosofia numa garrafa de vinho que em todos os livros”.

Quadro 58 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.105 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	5%	20%	75%	0%	2,29
1997	0%	5%	20%	75%	0%	2,29
1998	0%	5%	20%	75%	0%	2,29
1999	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2000	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2001	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2002	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2003	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2004	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2005	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
2006	2%	3%	20%	75%	0%	2,31
					Classificação Final*	2,30

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

No seguimento, importa também focar a análise, nas potenciais alterações nos rótulos já existentes dos vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada.

Quadro 59 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.103 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	80%	11%	9%	0%	3,71
1997	0%	80%	11%	9%	0%	3,71
1998	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
1999	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2000	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2001	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2002	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2003	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2004	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2005	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
2006	2%	78%	11%	9%	0%	3,72
					Classificação Final*	3,72

Legenda: 0%  100%

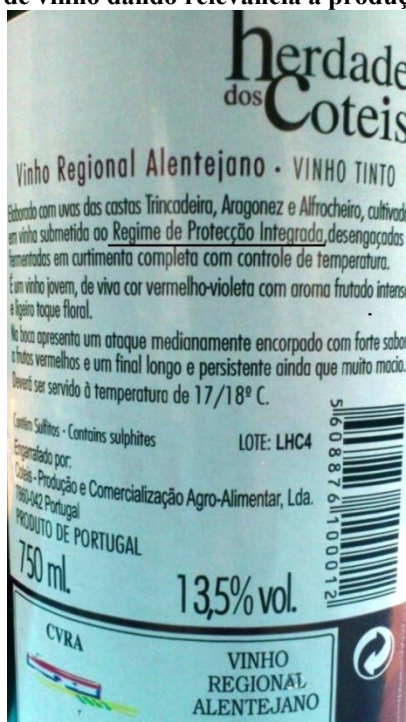
Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base na informação disponível, verificou-se que a MAA PI, segundo 75% dos inquiridos “contribuiu pouco” para a criação de novos rótulos.

Em contrapartida, verificou-se que, se for promovida uma alteração dos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada, já se regista uma classificação final de 3,72 pontos, associada à maioria das respostas a classificar como “contribuiu muito” e por isso, portadora de um efeito global mais elevado.

A figura 11 dá um exemplo deste tipo de alterações, onde fica escrito no rótulo do vinho, que o mesmo foi produzido em vinhas submetidas ao regime de proteção integrada, como forma de dar relevância a este método de produção, para o consumidor.

Figura 11 - Rótulo de vinho dando relevância à produção em regime de PI



Fonte: Rótulo do vinho: Herdade dos Coteis Tinto – Trincadeira, Aragonez e Alfrocheiro 2008

6.6.5 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Protecção Integrada para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração

O crescimento e a eficiência das redes de distribuição de vinhos mostram-se como um aspeto fundamental para um melhor desempenho comercial das explorações.

Segundo AICEP (2011:12), “as grandes quantidades de vinhos são, contudo, cada vez mais vendidas nas cadeias *discount* e através das grandes cadeias do comércio a retalho alimentar”²⁵⁴.

Assim sendo, importa portanto apurar, os efeitos sentidos pelos beneficiários da MAA PI, no crescimento da rede de distribuição dos seus vinhos.

²⁵⁴ Para maiores desenvolvimentos, cf.: AICEP (2011).

Quadro 60 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.109 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da sua exploração? (regional/nacional/internacional)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	12%	68%	20%	0%	2,92
1997	0%	12%	68%	20%	0%	2,92
1998	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
1999	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2000	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2001	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2002	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2003	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2004	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2005	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
2006	2%	11%	68%	20%	0%	2,94
					Classificação Final*	2,94

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, 68% dos beneficiários inquiridos, apontam que a MAA PI “contribuiu satisfatoriamente” para o crescimento da rede de distribuição de vinhos das suas explorações, com uma classificação final de 2,94 pontos. Não sendo, obviamente, a MAA PI a principal motivação para o crescimento das redes de distribuição das explorações, foi-lhe no entanto, por esta via, no período analisado, atribuída alguma relevância também nesse sentido.

6.6.6 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo



Atualmente, a evolução e a diversificação do mercado de comercialização de vinhos do Alentejo, traduzem-se numa questão bastante relevante, sendo que, as exportações são apresentadas, como uma “saída” para essa diversificação de mercados de comercialização dos vinhos.

Em Maio de 2013, Dora Simões, presidente da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, afirmou ao Jornal OJE²⁵⁵ que “o crescimento dos vinhos do Alentejo, que detêm quase metade da cota nacional da comercialização vinícola, passa pela aposta nas exportações, as quais têm vindo a aumentar e já representam mais de 20% das vendas”.

O Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)²⁵⁶, comprova este rumo, referindo que, só no ano de 2012, “foram vendidos para mercados não comunitários mais de 11 milhões de litros de vinho alentejano - os mercados lusófonos de Angola e do Brasil lideram a lista de compradores. Seguem-se os Estados Unidos da América, a China e o Canadá”.

Dada a relevância, torna-se interessante apurar o potencial da MAA PI, nesse sentido.

²⁵⁵ Jornal OJE/Lusa de 14/05/2013. Disponível em: “<http://www.oje.pt/noticias/negocios/exportacao-e-unica-saida-para-crescimento-dos-vinhos-do-alentejo-defende-cvra>”.

²⁵⁶ Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) - Notícias (2013). Disponível em: “<http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/5773.html>”.

Quadro 61 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.107 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
1997	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
1998	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
1999	2%	3%	75%	20%	0%	2,86
2000	2%	3%	75%	20%	0%	2,86
2001	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
2002	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
2003	0%	5%	75%	20%	0%	2,85
2004	2%	3%	75%	20%	0%	2,86
2005	2%	3%	75%	20%	0%	2,86
2006	2%	3%	75%	20%	0%	2,86
					Classificação Final*	2,85

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Com base no quadro 61, verifica-se que, quando se coloca a questão sobre a sensibilidade dos produtores no que respeita à diversificação do mercado de comercialização de vinhos do Alentejo, a classificação final obtida foi de 2,85 pontos. Essa classificação ficou marcada, pela grande maioria dos inquiridos a conferir que a MAA PI “contribuiu satisfatoriamente”.

6.6.7 - Análise das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para a evolução da comercialização dos vinhos do Alentejo

Nesta fase da AGE, pretende-se também analisar, os efeitos da MAA PI para a evolução da comercialização dos vinhos do Alentejo, nomeadamente: i) no mercado regional (Alentejo); ii) no mercado nacional; e iii) no mercado internacional.

6.6.7.1 - Mercado Regional

Sendo o mercado de retalho e restauração os principais responsáveis pela absorção da produção de vinhos na região do Alentejo, é interessante apurar até que ponto a MAA PI, teve influência a este nível nos beneficiários.

Quadro 62 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.111 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional? (Alentejo)”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	14%	66%	20%	0%	2,94
1997	0%	14%	66%	20%	0%	2,94
1998	0%	14%	66%	20%	0%	2,94
1999	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2000	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2001	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2002	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2003	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2004	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
2005	2%	13%	66%	20%	0%	2,95
2006	2%	12%	66%	20%	0%	2,95
					Classificação Final*	2,95

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, com base no quadro 62, a classificação final atingida foi de 2,95 pontos, a mostrar uma contribuição satisfatória, reconhecida por parte de 66% dos vitivinicultores inquiridos.

6.6.7.2 - Mercado Nacional

Sendo que, os vinhos regionais Alentejanos se encontram muito bem posicionados na oferta de vinhos do mercado nacional, importa compreender as contribuições da MAA PI também a este nível.

Quadro 63 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.113 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	2%	74%	22%	3%	0%	3,74
1997	2%	74%	22%	3%	0%	3,74
1998	2%	74%	22%	3%	0%	3,74
1999	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2000	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2001	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2002	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2003	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2004	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2005	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
2006	3%	72%	22%	3%	0%	3,75
					Classificação Final*	3,75

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.



Pelo analisado, verifica-se uma classificação final de 3,75 pontos, associada à evolução da comercialização de vinhos do Alentejo no mercado nacional. Desta forma, no período analisado, tudo aponta para que a contribuição da MAA PI para a evolução da comercialização de vinhos do Alentejo, se tenha verificado mais a um nível nacional do que regional.

6.6.7.3 - Mercado Internacional

Segundo DIÁRIO ECONÓMICO (2012:4)²⁵⁷, “as exportações portuguesas de vinho não param de aumentar. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que em 2011 o valor exportado foi de mais de 652 milhões de euros, cifra nunca atingida ao longo dos últimos onze anos. Até Julho deste ano (2012) o valor já tinha chegado aos 367 milhões de euros, mais 30 milhões do que no mesmo período do ano passado. A variação entre o período de Janeiro a Julho de 2011 a 2012 foi, por isso, positiva: mais 9%. A aposta em novos países e o facto de o mercado interno estar a arrefecer poderão estar entre as explicações para este incremento”.

Desta forma, verifica-se que a estratégia dos vitivinicultores passa cada vez mais pela aposta externa. Nessa aposta externa, o métodos de produção com recursos à PI, poderão ser um fator competitivo a considerar, mostrando ser interessante, analisar os efeitos sentidos pelos beneficiários sobre a influência da MAA PI nesta questão, durante o período analisado.

²⁵⁷ JORNAL DIÁRIO ECONÓMICO, Nº 5519 DE 27 DE SETEMBRO DE 2012 - Suplemento: “Quem é quem nos vinhos de Portugal”, pp: 4.

Quadro 64 - Distribuição de frequências das respostas à questão 6.115 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação
1996	0%	5%	38%	48%	9%	2,38
1997	0%	5%	38%	48%	9%	2,38
1998	0%	5%	38%	48%	9%	2,38
1999	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2000	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2001	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2002	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2003	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2004	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2005	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
2006	2%	3%	38%	48%	9%	2,40
					Classificação Final*	2,39

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Final obtida pela Média Aritmética Simples das classificações anuais.

Pelo analisado, com base na informação disponível, foram verificadas classificações relativamente baixas nos efeitos associados aos mercados regional e internacional, com classificações de 2,95 pontos e 2,39 pontos respetivamente. O maior efeito, com uma classificação de 3,75 pontos, foi verificado no mercado nacional.

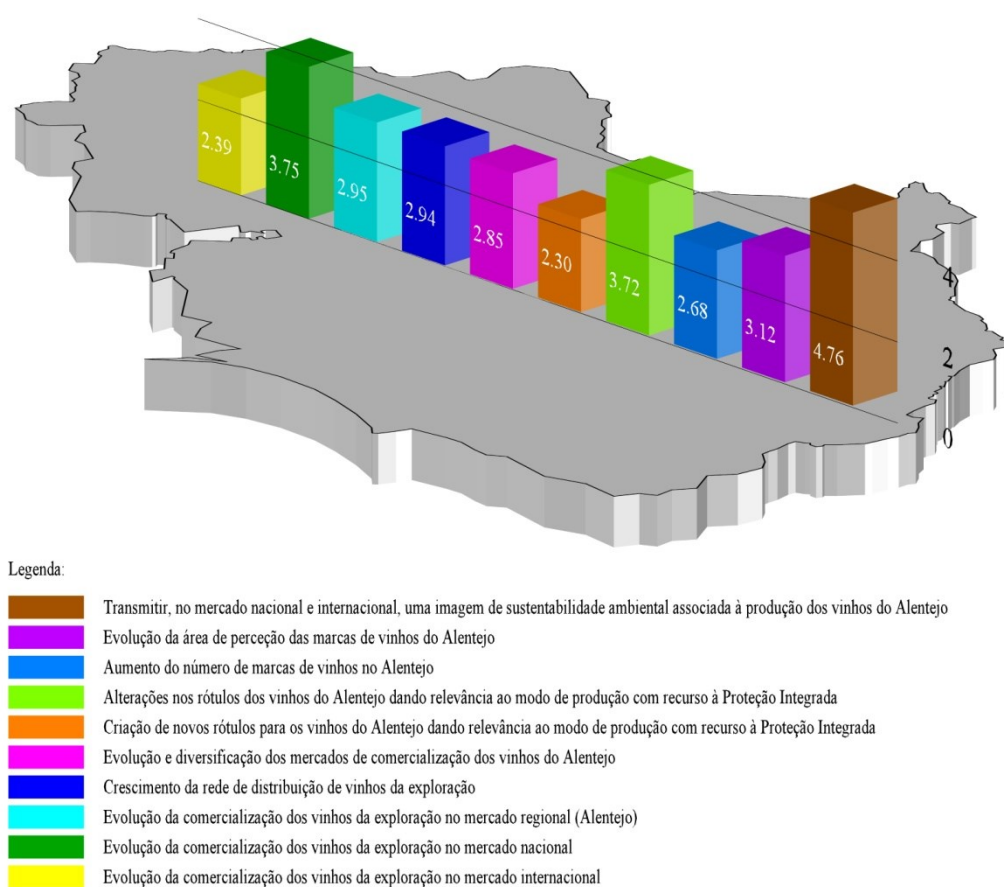
Esta questão poderá estar relacionada, com o facto de no período em análise, compreendido entre 1996 e 2006, a estratégia da exportação ainda não estar tão vincada nos vitivinicultores como atualmente²⁵⁸ e, provavelmente, por os benefícios da MAA PI não terem sido vistos como potenciadores de competitividade internacional.

²⁵⁸ Pesa no entanto que, em 2013 tudo aponta para que, apesar do crescimento verificado nas exportações, o mercado nacional ainda ser o de maior peso relativo. Dora Simões, presidente da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, afirma ao Jornal OJE/Lusa de 15/05/2013 que: "o Alentejo é a região líder no país e está

6.6.8 - Análise Global de Efeitos nos Mercados

A AGE nos mercados terá em conta, as classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, apresentados ao longo desta dimensão de análise. Desta forma, será possível apresentar um estudo conjunto e comparativo, hierarquizando e apurando a classificação final desta dimensão de análise.

Gráfico 16 - Análise Global de Efeitos na dimensão de análise Mercados



Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). Classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI na dimensão de análise Mercados.

estabelecido como marca. Tem que manter esta cota, não descendo também de valor", até porque "o mercado português ainda é o maior para a maioria dos produtores".



Pelo analisado, com base no gráfico 16, foi possível verificar que, o maior efeito sentido pelos beneficiários, na dimensão de análise mercados, reflete a influência da MAA PI em “transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo”, com uma classificação 4,76 pontos.

Referente aos efeitos na evolução da comercialização dos vinhos, foi no mercado nacional, que mais os efeitos da MAA PI se fizeram sentir pelos beneficiários, atingindo uma classificação de 3.75 pontos.

É também de salientar, uma pontuação elevada no efeito “alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada”, com uma classificação final de 3,72 pontos.

A classificação final atribuída à AGE, na dimensão de análise mercados, foi de 3,15 pontos, com a classificação final de Efeito Global Forte.

6.7 - RESUMO DA ANÁLISE GLOBAL DE EFEITOS

6.7.1 - Resumo da Análise Global de Efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada, na Fileira Económica do Vinho no Alentejo por, comparação simultânea de efeitos percebidos pelos beneficiários

Para melhor se poder proceder à comparação simultânea de efeitos da MAA PI na fileira económica do vinho no Alentejo, nomeadamente, ao nível das dimensões de análise deste Estudo, foi elaborado um quadro que agrupa a classificação de cada efeito na sua respetiva dinâmica de análise.



Quadro 65 - Resumo da Análise Global de Efeitos por comparação de efeitos

1 – Dimensão de análise Território	Classificação
Aumento do emprego no Alentejo	2,34
Aumento do emprego na exploração	2,17
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo	4,48
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na exploração	3,70
Aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo	4,02
Produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo (Atração Territorial)	3,65
Aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo	3,62
Aumento do investimento dos vitivinicultores do Alentejo noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo (Evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo)	2,85
Aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo	2,31
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo	4,72
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo	2,26
Classificação Subtotal 1 - Território	3,28
2 – Dimensão de análise Inovação	
Inovação nos processos de produção dos vinhos	2,30
Inovação nos vinhos enquanto produtos finais de consumo	2,25
Inovação na qualidade dos vinhos	3,71
Inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho	2,23
Inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas	4,86
Classificação Subtotal 2 - Inovação	3,07
3 – Dimensão de análise Produtores	
Redução de custos de produção da exploração	4,85
Evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração	4,75
Evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos	3,10
Aumento de lucros da exploração	3,82
Aumento da contribuição fiscal da exploração	3,05
Evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola	2,48
Evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo	2,86
Classificação Subtotal 3 - Produtores	3,56
4 – Dimensão de análise Setor Vitivinícola	
Aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região	4,06
Evolução da produção na exploração vitivinícola	4,66
Evolução da qualidade da produção da exploração vitivinícola	4,57
Sustentabilidade económica da exploração vitivinícola	3,83
Sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo	4,74
Classificação Subtotal 4 - Setor Vitivinícola	4,37
5 – Dimensão de análise Mercados	
Transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo	4,76
Evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo	3,12
Aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo	2,68
Alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada	3,72
Criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada	2,30
Evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo	2,85
Crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração	2,94
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado regional (Alentejo)	2,95
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado nacional	3,75
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado internacional	2,39
Classificação Subtotal 5 - Mercados	3,15
CLASSIFICAÇÃO FINAL da AGE	3,49

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). As classificações subtotais são obtidas pela Média Aritmética Simples das classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI nas respetivas dimensões de análise. A classificação final AGE é obtida pela Média Aritmética Simples das cinco classificações subtotais das dimensões de análise.



Desta forma, foi possível verificar que, dos trinta e oito efeitos analisados, o maior efeito reconhecido e registado pelos vitivinicultores inquiridos foi o referente à “inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas”. Este efeito está inserido na dimensão de análise inovação, obtendo uma classificação de 4,86 pontos, e, por isso, muito próximo do máximo da escala tipo Linkert de 5 pontos utilizada. Esta classificação é seguida, pela obtida no efeito “redução de custos de produção da exploração”, que atingiu 4,85 pontos, sendo os dois maiores efeitos verificados pelos vitivinicultores inquiridos no que respeita à MAA PI.

A estas classificações, seguem-se as dos efeitos, que refletem a influência da MAA PI nos seguintes pontos: i) “transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo” (classificação: 4,76 pontos); ii) “evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração” (classificação: 4,75 pontos); e iii) “sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor no Alentejo” (classificação: 4,74 pontos). Estes dois últimos efeitos enunciados, por sua vez, são muito relacionados pelos produtores com o efeito “redução nos custos de produção da exploração”, sendo também, este efeito muito salientado nas entrevistas individuais efetuadas, como fundamental para a competitividade das explorações.

No que respeita à análise das parcerias entre vitivinicultores do Alentejo por via da MAA PI, são de salientar, resultados, muito díspares. No que se refere aos efeitos relacionados com a “criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo”, estes obtiveram a sexta maior classificação da AGE, nomeadamente 4,72 pontos. Esta classificação mostra, que a MAA PI fomentou as parcerias entre produtores do Alentejo e as sinergias daí resultantes. Por outro lado, na análise da classificação dos efeitos referentes à “criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo” verificou-se uma classificação de 2,26 pontos, sendo a quarta mais baixa classificação de toda a análise. Pelas entrevistas individuais efetuadas, tudo aponta para que, com estas questões, possam estar relacionados aspetos de proximidade e conhecimento pessoal entre os produtores dentro da própria região, o que possivelmente não ocorre com tanta frequência fora da mesma.

Por fim, o efeito mais baixo, apontado pelos vitivinicultores inquiridos, foi ao nível do “aumento do emprego nas explorações”. A assistência técnica dada aos vitivinicultores pela ATEVA, durante o período de fomento à MAA PI, era imprescindível para a obtenção dos

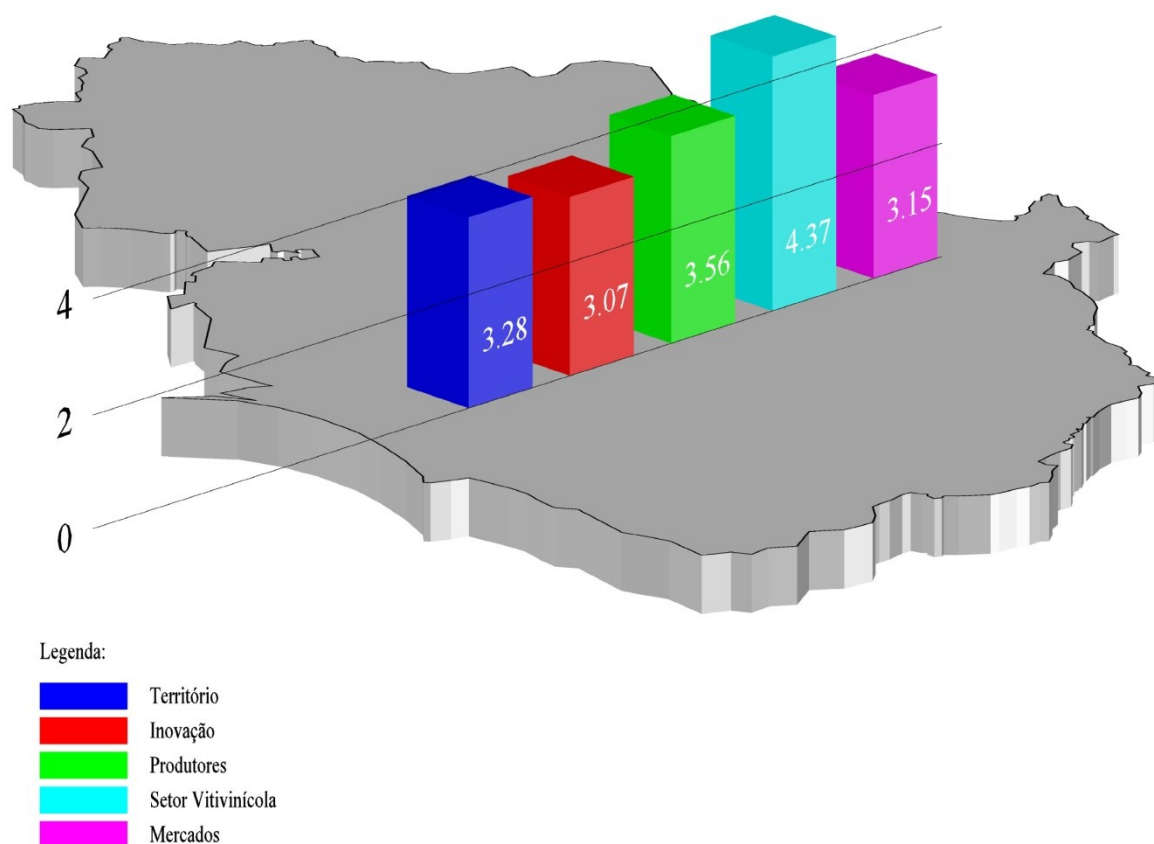


melhores resultados da medida. Essa assistência, com o finalizar dos apoios à MAA PI, passou a ter de ser paga diretamente pelos vitivinicultores. Pelo apurado, tudo aponta para que, não tenha compensado, à maioria das explorações, a contratação de técnicos especializados neste método de produção. A formação promovida pela medida, também contribuiu para que as explorações pudessem formar e afetar essa responsabilidade a técnicos já existentes, evitando a necessidade de incrementos ao quadro de pessoal. As parcerias com outros viticultores da região, também se mostraram importantes para evitar mais contratações.

6.7.2 - Resumo da Análise Global de Efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada na Fileira Económica do Vinho no Alentejo, por dimensões de análise

Este resumo da AGE, por dimensões de análise, será conduzido com auxílio do gráfico 17, possibilitando assim, identificar facilmente quais as dimensões de análise que verificaram as melhores classificações, e que por essa razão, sejam portadoras de maiores efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, em toda na fileira económica do vinho do Alentejo.

Gráfico 17 - Resumo da Análise Global de Efeitos por dimensões de análise



Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). As classificações subtotais apresentadas foram obtidas pela Média Aritmética Simples das classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI nas respetivas dimensões de análise.

Nesta base, no que refere às dimensões de análise dos efeitos globais verificados, é de referir que, a dimensão de análise que obteve maior classificação foi a dimensão setor vitivinícola, com a classificação de 4,37 pontos. Esta classificação, reflete a importância dos efeitos verificados a nível da sustentabilidade económica das explorações e do setor vitivinícola do Alentejo, bem como, dos efeitos, a nível da evolução da produção e da qualidade dessa produção, registados por parte das explorações. Estes efeitos representam um passo importante, para o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente a outros setores económicos dessa região.

A dimensão de análise produtores foi a segunda classificada no *ranking* das dimensões de análise, com uma classificação final de 3,56 pontos. Nesta dimensão de análise, são de



salientar, uma vez mais, os efeitos verificados na “redução de custos de produção da exploração”, com a segunda maior classificação de toda a análise, a ser seguida de perto pela classificação da “evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração”, com 4,75 pontos. Esta dimensão verifica também, em consequência dos dois efeitos anteriores, os resultados associados à evolução das vendas e ao aumento dos lucros com boas classificações, embora com valores mais baixos do que as anteriores.

A dimensão de análise território registou uma classificação de 3,28 pontos. É de salientar, a boa classificação no que concerne ao nível das parcerias entre os vitivinicultores do Alentejo, quanto ao “aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo”, com uma classificação de 4,48 pontos. E ainda, quanto ao “aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo” com uma classificação de 4,02 pontos. Este último efeito contribuiu, por sua vez, para se ter verificado, no efeito atratividade territorial²⁵⁹, uma classificação interessante de 3,65 pontos. A evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo, por outro lado, não registou valores de classificação muito elevados, estando na ordem dos 2,85 pontos. São ainda de referir, as baixas classificações registadas na contribuição para o aumento do emprego.

No que respeita à dimensão de análise mercados, é de destacar, a maior classificação da dimensão no efeito “transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo”, também com uma das classificações mais altas de toda a AGE. No que respeita à contribuição para uma eventual certificação da “marca” PI, é de referir que, as classificações mais altas foram direcionadas para as alterações nos rótulos já existentes, de forma a salientar o modo de produção com recurso à PI. Optar por criar novos rótulos para o efeito, ou marcas específicas, não foi o caminho escolhido pela maioria dos vitivinicultores inquiridos.

Nos efeitos da MAA PI na evolução da comercialização dos vinhos das explorações vitivinícolas, relativamente aos mercados regional (Alentejo), nacional ou internacional, foi a evolução da comercialização dos vinhos no mercado nacional que obteve a melhor classificação com 3,75 pontos.

Finalmente, na dimensão de análise inovação, apesar de registar a menor classificação em termos comparativos das dimensões de análise, é de referir, que contém o efeito “inovação

²⁵⁹ Relativamente a produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo.



na implementação de boas práticas vitivinícolas”, com a melhor classificação da AGE, e registando também uma boa classificação a nível da “inovação na qualidade dos vinhos”, com 3,71 pontos. Pesa no entanto, as baixas classificações verificadas a nível da “inovação a nível dos vinhos enquanto produtos finais de consumo”, com uma classificação de 2,25 pontos e a nível da “inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho”, com uma classificação de 2,23 pontos, a contribuírem para baixar os valores globais desta dimensão de análise.

Em forma de resumo, pela AGE efetuada à MAA PI, o maior efeito verificado, na ótica dos vitivinicultores inquiridos, foi ao nível da implementação de boas práticas vitivinícolas, refletindo essas boas práticas, os benefícios relacionados com as questões ambientais e com a sua relevância para a qualidade do vinho.

Os vitivinicultores verificaram também, no período de fomento à MAA PI, uma oportunidade de poder reduzir os seus custos de produção, beneficiando de melhores margens, e, influenciando, de certa forma, a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo, salvaguardando simultaneamente o ambiente e as suas futuras produções.

Finalmente, quer para o mercado nacional, quer para o mercado internacional, foram verificados pelos vitivinicultores, efeitos relacionados com a transmissão de uma imagem de sustentabilidade ambiental, associada à produção dos vinhos do Alentejo e dos benefícios daí decorrentes.

Para concluir a AGE, falta apenas referir, que a classificação final da AGE foi de 3,49 pontos, à qual está associada, na escala utilizada referente aos efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI, como tendo tido um Efeito Global Forte.



CAPÍTULO 7

AVALIAÇÃO GLOBAL



CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO GLOBAL

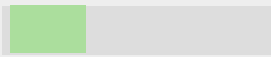

7.1 - A PROTEÇÃO INTEGRADA

Nesta fase do Estudo, pretende-se analisar, com base no ponto de vista dos vitivinicultores do Alentejo, os cenários de aplicabilidade dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, antes, durante e após o fomento e expansão dos mesmos, por via da MAA PI. Após o que, serão analisadas, quais as perspetivas futuras que os vitivinicultores têm, para a utilização destes métodos.

7.1.1 - A Proteção Integrada antes da intervenção das Medidas Agroambientais

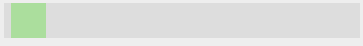
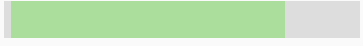
Esta etapa será dedicada a analisar, se por parte dos vitivinicultores do Alentejo, existia conhecimento, formação e utilização dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, antes do estímulo dos mesmos por parte da MAA PI. Para tal, foram utilizados, como base, os dados obtidos através dos inquéritos por questionário realizados e que estão sintetizados nos quadros 66 e 67.

Quadro 66 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.1 do inquérito por questionário: “Tinha conhecimento da possibilidade de produzir com recurso a métodos de PI e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola, antes do fomento e expansão dos mesmos por via da MAA PI?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%	Total de respostas
Sim	34%		22
Não	66%		43

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Quadro 67 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.2 do inquérito por questionário: “Na sua exploração vitivinícola, já produzia com recurso a métodos de PI, antes do fomento e expansão dos mesmos por via da MAA PI?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	- Escala -		Total de respostas
		0%	100%	
Sim	14%			9
Não	86%			56

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Apesar destes métodos terem sido introduzidos em Portugal em 1977, inicialmente por via de iniciativas de sensibilização, e como resultado de processos de ensino e investigação, e posteriormente então para prática efetiva²⁶⁰, verificou-se que, no momento de início da implementação da MAA PI, 66% dos inquiridos não tinha conhecimento da possibilidade de produzir com recurso a métodos de Proteção Integrada. Esta questão refletiu-se logicamente na utilização desses métodos nas explorações vitivinícolas, onde efetivamente 86% dos inquiridos não utilizava PI.

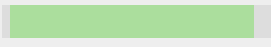
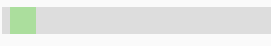
Pode ainda verificar-se que, mesmo entre a baixa percentagem de vitivinicultores que tinha conhecimento desta forma de produção antes da MAA PI (34%), muito poucos efetivamente a aplicavam nas suas produções, representando esses vitivinicultores apenas 14% do total da amostra e que, segundo as entrevistas efetuadas, tudo aponta, para essa percentagem ser constituída por produtores de maiores recursos financeiros.

7.1.2 - A Proteção Integrada durante a intervenção das Medidas Agroambientais

Este ponto deste Capítulo será dedicado a analisar as alterações ocorridas durante o fomento e expansão dos métodos de produção com recurso à PI, por parte da MAA PI.

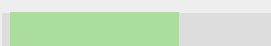

²⁶⁰ Para maiores desenvolvimentos, cf.: AMARO (2003).

Quadro 68 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.3 do inquérito por questionário: “Entre os anos de 1996 e 2006 teve conhecimento dos métodos de PI e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola por via da MAA PI?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%	Total de respostas
1. Sim	91%		59
2. Não	9%		6

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Quadro 69 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.4 do inquérito por questionário: “Entre os anos de 1996 e 2006 participou em alguma ação de formação específica sobre a implementação da MAA PI?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%	Total de respostas
1. Sim	69%		45
2. Não	31%		20

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Com base nos quadros 68 e 69, verifica-se realmente uma mudança radical, entre os anos 1996 e 2006, relativamente às posições dos vitivinicultores em relação aos métodos de produção com recurso à PI. Durante os períodos do fomento desses métodos, por via da MAA PI, verificou-se, efetivamente, um crescimento em relação ao conhecimento dos vitivinicultores em relação a esses métodos, tendo passado de uma percentagem de apenas 34%, valor que representava os vitivinicultores que de facto já conheciam os métodos, para



uma percentagem de 91% de vitivinicultores que passaram a ter conhecimento desses métodos por via do fomento aos mesmos através da MAA PI.

É de salientar, no entanto, que o acréscimo dessa formação proporcionada aos vitivinicultores e a posterior execução da MAA PI, em especial da sua aplicação ao setor vitivinícola, é um exemplo interessante do papel decisivo que podem assumir as organizações intermédias, tais como as organizações de produtores ou de agricultores, entre os beneficiários diretos da medida e do programa. O trabalho destas organizações mostrou-se decisivo na contribuição para o aumento do conhecimento e da formação nos métodos de produção com recurso à PI, e revelou-se fundamental para a adesão dos agricultores à medida. No caso do Alentejo, o agente territorial Associação Técnica de Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA), fez realmente a diferença no sucesso da divulgação, formação e por consequência, na execução.

7.1.3 - A Proteção Integrada após finalizada a intervenção das Medidas Agroambientais


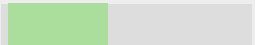

Durante a execução da MAA PI, foi verificada uma forte aposta na formação e na sensibilização dos vitivinicultores, sendo mesmo, uma das condições de acesso aos apoios associados à medida²⁶¹, os candidatos frequentarem uma ação de formação em Proteção Integrada específica para o tipo de cultura objeto de candidatura, ou comprometerem-se a frequentar. Esta questão explica, os elevados níveis de adesão. No entanto, não obstante a estratégia escolhida para formar e sensibilizar os vitivinicultores sobre a importância ambiental da utilização desses métodos, é necessário também, analisar se, após retirados os apoios associados à MAA PI em 2006, esse investimento efetuado em formação teve resultados práticos e se efetivamente, os vitivinicultores deram seguimento à utilização desses métodos sem apoios financeiros para tal, motivados “apenas” pelas inúmeras vantagens desses métodos e principalmente pela sustentabilidade das suas próprias produções.

²⁶¹ Para maiores desenvolvimentos sobre questões de acesso ou elegibilidade à MAA PI, cf.: ponto 4.4.4 do Capítulo 4 - Caracterização da Medida Agroambiental Proteção Integrada.

7.1.3.1 - Análise da interpretação técnica dos vitivinicultores sobre a Proteção Integrada

Esta análise é efetuada com recurso ao quadro 70, quadro este que pretende refletir a sensibilidade do inquirido relativamente ao total de produtores e não apenas a ele próprio. Procedeu-se desta forma, a fim de evitar possíveis enviesamentos, pois caso contrário, tudo apontava para que a grande maioria, assumisse para eles próprios, uma resposta “sim”.

Quadro 70 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.6 do inquérito por questionário: “No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, considera que a PI tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%		Total de respostas
				
1. Sim, a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores.	42%			27
2. Não, a Proteção Integrada não tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores, sendo apenas interpretada como uma seleção de fitofármacos sem valorizar outras técnicas complementares fundamentais.	58%			38

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Pela análise efetuada, tudo aponta para que, após finalizada a intervenção, e as sensibilizações e formações realizadas, no período de programação seguinte e até aos nossos dias, 42% dos inquiridos acham que os produtores mantêm uma interpretação técnica ampla da PI. O que, por si só, mostra um efeito interessante, visto que esse conhecimento se manteve pelo menos durante mais sete anos, após término dos apoios a esses métodos de produção por via da MAA PI, não tendo, portanto, os vitivinicultores permanecido de forma indiferente.

Por outro lado, 58% dos inquiridos referem os produtores como não tendo uma interpretação técnica ampla destes métodos, no entanto, como será verificado em etapas

seguintes deste Estudo, a maioria dos produtores reconhece, de forma esmagadora, os benefícios e efeitos destes métodos reconhecendo-lhes, eficácia e eficiência²⁶².

7.1.3.2 - Avaliação da produção mantida com recurso à Proteção Integrada

Quadro 71 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.5 do inquérito por questionário: “Após a retirada dos apoios para a MAA PI em 2006, que parte da sua produção vitivinícola manteve recorrendo aos métodos de PI (período de programação compreendido entre 2007 e 2013)?”

	Toda a Produção (5)	¾ Da Produção (4)	½ Da Produção (3)	¼ Da Produção (2)	Nenhuma Produção (1)
2007	72%	20%	3%	0%	5%
2008	55%	37%	3%	0%	5%
2009	26%	63%	6%	0%	5%
2010	23%	34%	34%	5%	5%
2011	23%	8%	58%	5%	6%
2012	23%	3%	29%	23%	22%
2013	23%	3%	3%	36%	34%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

O quadro 71 mostra claramente, uma quebra da produção mantida com recurso à PI entre os anos de 2007 e 2013. Desta forma, pelo apurado, em 2007, mesmo sem apoios, 72% dos produtores manteve toda a produção em PI e 20% cerca de $\frac{3}{4}$ da produção, sendo de referir que, apenas 5% dos vitivinicultores inquiridos referiram não afetar qualquer produção a este método.

Os resultados relativos ao ano de 2007 são de facto interessantes, e poderão estar relacionados com algumas questões que poderão ser explicativas, nomeadamente as seguintes:

- i) o facto das ações promovidas pela intervenção ainda estarem muito “frescas” para os vitivinicultores; ii) a possibilidade de por parte dos vitivinicultores, poder ainda haver a

²⁶² Para maiores desenvolvimentos, cf.: ponto 7.8 deste Capítulo.



esperança de virem a ser contemplados com mais apoios²⁶³; iii) o facto de os vitivincultores poderem ter ainda disponíveis produtos fitofarmacêuticos das campanhas anteriores. Acresce também a situação de, nesse ano, a ATEVA ainda ter mantido o acompanhamento, embora sem apoios diretos, sendo de referir, que nos anos seguintes, a mesma deixou de conseguir dar apoio técnico “gratuitamente” aos vitivincultores, começando os vitivincultores a terem que pagar por esse serviço essencial ao acompanhamento dos produtos fitofarmacêuticos²⁶⁴.

No ano de 2009 verificou-se uma transferência de utilização da PI da classificação de “toda a produção” para “ $\frac{3}{4}$ de produção”, sendo que, 63% dos vitivincultores afirmaram ter afeto “ $\frac{3}{4}$ da produção” à PI comparativamente com 26% que afetaram “toda a produção”. Desta forma, no período de apenas três anos, a percentagem de produtores que afetava a totalidade da produção da sua exploração a este método decresceu em 46 pontos percentuais.

Em 2011 verifica-se que a grande maioria dos produtores já se centra mais na afetação de apenas “ $\frac{1}{2}$ da produção” à PI, sendo mesmo, a opção escolhida por 58% dos produtores. Essa tendência dos produtores afetarem cada vez menos área à PI, continua para 2012 e 2013, sendo que, em 2013, a grande maioria dos inquiridos apenas afeta “ $\frac{1}{2}$ da produção” e 34% não a utiliza sequer.

Se, com base no ponto 6 do Anexo 24, analisarmos as classificações médias anuais, ponderados pela escala de avaliação de 5 pontos tipo Likert, onde o valor mais elevado é cinco (5) e está associado a “toda a produção” e o valor mais baixo é um (1) e está associado a “nenhuma produção”, verificamos que os valores médios das classificações decrescem de 4,55 pontos para 2,45 pontos, entre os anos de 2007 e 2013.

²⁶³ Visto que nas campanhas anteriores se verificou por vezes atrasos nas execuções. Para maiores desenvolvimentos, cf.: Portaria n.º 108/2000 de 25 de Fevereiro. Embora efetivamente essa questão não se aplicasse nesse período em concreto, pois de facto a medida não estava sequer contemplada para esse período de programação. Peso no entanto que, nem todos os beneficiários tinham essa informação e a experiência anterior pesou nesta afirmação.

²⁶⁴ Foi possível tomar conhecimento com alguns casos em que os produtores pertencentes a cooperativas, durante cerca de dois anos após fomento da MAA PI (2007 e 2008), poderiam optar por pagar os produtos fitofarmacêuticos e o apoio técnico com uvas, ou seja, quase uma troca direta, as cooperativas antecipavam os produtos e apoio técnico na tentativa de salvaguardar e melhorar as produções dos seus cooperantes, liquidando esses custos quando entregavam a produção para venda à cooperativa. Com a queda constante do preço da uva e as dificuldades em colher produções, esta prática foi abandonada. Esta questão também poderá contribuir para alguns valores apresentados no quadro 71, nos quais, efetivamente nos anos de 2007 e 2008, ainda se ter verificado uma quantidade relevante de produtores a utilizar a PI.



É também nota de registo, que apesar das quebras acentuadas, 23% dos produtores ainda mantiveram toda a sua produção com recurso à PI em 2013. Com base nas entrevistas²⁶⁵ realizadas, foi possível verificar que realmente as explorações com maiores recursos financeiros, são potencialmente as que procuram manter estes métodos de produção, tendo sido principalmente as explorações com menores recursos as que se viram mais forçadas a abandonar os mesmos.

Desta forma, a cada vez menor utilização dos métodos de PI, poderá também estar relacionada com os custos mais elevados que os vitivinicultores suportam com a utilização desses métodos. Não obstante, provavelmente devido às formações promovidas aquando da execução da medida e pela boa experiência dos vitivinicultores com a utilização desse método de produção, é possível concluir que, embora a tendência principal tenha sido de abandono, verifica-se ainda um esforço de alguns produtores para de alguma forma, irem procurando, quando a exploração e a técnica permite, afetar uma parte da sua produção a este método. Essa parte poderá estar afeta a uvas associadas a algumas gamas de maior qualidade, ou castas específicas, no sentido de tentar “salvaguardar” alguma produção e qualidade.

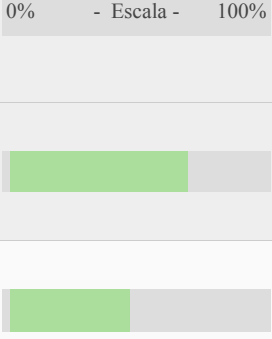
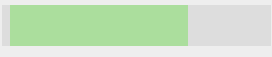
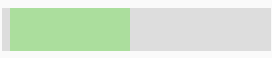
Como o passar do tempo, pelo apurado, tudo aponta para que, mesmo essas produções mais específicas tenham vindo a deixar de utilizar a PI, salvo mais uma vez, uma pequena parte dos produtores, que se manteve fiel ao método PI.

7.2 - ANÁLISE DA PROCURA DE ALTERNATIVAS À PROTEÇÃO INTEGRADA

Esta abordagem procura analisar, se de facto, os vitivinicultores procuraram alternativas à PI, nomeadamente alternativas com efeitos ambientais pelo menos idênticos aos promovidos pela PI, e saber como preveem produzir no próximo período de programação 2014-2020.






²⁶⁵ Uma vez que o inquérito, pelas razões referidas no ponto 1.2.2 do Capítulo 1 - Metodologia, não foi possível apurar dados mais específicos das explorações, nomeadamente relacionados com recursos financeiros, tentou-se com a entrevista apurar respostas mais qualitativas sobre estas questões.

Quadro 72 - Medidas descritivas e distribuição de frequências das respostas à questão 1.7 do inquérito por questionário: “No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, procurou alternativas à PI?”

Opção escolhida	Percentagem de respostas	0% - Escala - 100%		Total de respostas
				
Sim	57%			37
Não	43%			28

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Quadro 73 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.8 do inquérito por questionário: “Para o próximo período de programação compreendido entre 2014 e 2020, que parte da sua produção prevê manter com recurso à PI?”

Toda a Produção (5)	¾ da Produção (4)	½ da Produção (3)	¼ da Produção (2)	Nenhuma Produção (1)
20% 	6% 	8% 	29% 	37% 

Legenda:  0% 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Com base nos quadros 72 e 73, verifica-se que a maioria dos produtores inquiridos têm procurado alternativas à PI. Essa procura foi motivada, principalmente, pelos custos elevados da PI e pelas especificidades de apoio técnico associadas, que também representavam custos. Não obstante, a maioria dos produtores continua a reconhecer os seus benefícios. O resultado de 57% dos inquiridos terem preocupações em procurar alternativas, mostra que efetivamente prevalece o interesse em proteger as vinhas e em encontrar soluções de produção nesse sentido. A questão coloca-se, precisamente, quando os produtores não encontram essas soluções a preços competitivos e acabam por selecionar os produtos apenas pelo preço mais baixo, apesar das preocupações ambientais prevalecerem.

Os restantes 43% dos inquiridos, não revelam muitas preocupações em procurar alternativas à PI “amigas do ambiente”. O seu critério principal na escolha das opções de



produtos a utilizar, parece ter sido o preço, principalmente e quase exclusivamente o preço mais reduzido, e não necessariamente, a substituição ou pesquisa de outros produtos de “equivalência” ou “aproximação” aos efeitos ambientais da PI na vinha.

No seguimento, quando inquiridos sobre a parte da produção que preveem manter com recurso à PI no próximo período de programação, apesar de continuar a existir uma parte de vitivinicultores, na ordem do 20% inquiridos, que afirma manter, a maioria divide-se entre: 37% que não prevê afetar nenhuma produção a este método e 29% dos que prevê apenas $\frac{1}{4}$ da produção²⁶⁶.

Estes resultados são dignos de reflexão, na medida em que, se de facto, se está a produzir cada vez menos com recurso a métodos mais “amigos do ambiente”, importa ter presente, que a sustentabilidade a prazo das produções futuras de vinho e de toda a fileira económica do vinho na região Alentejo pode vir a estar em causa. Em virtude destas questões ambientais estarem na base produtiva de toda a fileira produtiva.


































7.3 - A MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA

7.3.1 - Avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada no cumprimento dos seus objetivos específicos

Uma vez que, na conceptualização da MAA PI, se verifica a inexistência de referenciais quantificados de eficácia, não estando portanto, definidas referências, que pudessem vir a possibilitar uma avaliação de eficácia quantitativa para a medida no cumprimento dos seus objetivos específicos, procurou-se fazer essa análise com a sensibilidade dos produtores a essa questão. Para melhor se poder proceder a esta análise, será utilizado como apoio o quadro 74.

²⁶⁶ Tudo aponta para, quando possível, ser apenas afeto a produções mais específicas ou de gamas mais altas.

Quadro 74 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.9 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficácia da MAA PI, no cumprimento dos seus objetivos específicos?”

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)
1996	68% 	22% 	11% 	0%	0%
1997	68% 	22% 	11% 	0%	0%
1998	68% 	22% 	11% 	0%	0%
1999	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2000	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2001	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2002	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2003	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2004	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2005	68% 	22% 	11% 	0%	0%
2006	68% 	22% 	11% 	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Em relação à avaliação da eficácia da MAA PI no cumprimento dos seus objetivos específicos²⁶⁷, no período de execução da mesma compreendido entre 1996 e 2006, verificou-se que os inquiridos não assinalaram alterações entre anos, assumindo a mesma classificação para todos os anos, situação esta, que ocorreu com alguma frequência em várias questões desta natureza. É no entanto de referir que 68% dos inquiridos avaliaram a MAA PI como “totalmente eficaz” no cumprimento dos seus objetivos específicos, atingindo uma classificação média de 4,57 na escala utilizada, contemplando o período de dez anos em análise²⁶⁸.

²⁶⁷ Objetivos específicos da MAA PI: Segundo IDRHa (2004), com a adoção de métodos de Proteção Integrada pretende-se utilizar, sempre que possível, métodos de luta alternativos, bem como limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos a situações em que os inimigos das culturas atinjam o nível económico de ataque, ou a períodos de risco determinados com métodos de previsão, fomentando também a utilização de produtos fitofarmacêuticos que preservem os organismos auxiliares que naturalmente contribuem para o combate às pragas.

²⁶⁸ Para maiores desenvolvimentos, cf.: Anexo 24.

Quadro 75 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.10 do inquérito por questionário: “Como avaliaria a eficácia da MAA PI, no cumprimento dos seus objetivos específicos, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020?”

Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)
68%	22%	11%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

No seguimento, foi ainda solicitado aos produtores para avaliarem essa eficácia, da MAA PI no cumprimento dos seus objetivos, mas associada agora, ao novo período de programação compreendido entre 2014 e 2020, sendo que, o resultado dessas apreciações manteve-se igual. Tal situação pode apontar para que os produtores continuem a reconhecer os benefícios da utilização desta medida.

7.3.2 - Avaliação da operacionalidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo

A avaliação da operacionalidade da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo, pretende apurar a sua capacidade de funcionar adequadamente nos padrões previamente apresentados e definidos ao vitivinicultor, nomeadamente, em todo o circuito de funcionamento que contempla: i) a publicitação da medida; ii) a candidatura; iii) a verificação da elegibilidade; iv) a decisão; v) a execução; vi) a fiscalização; vii) os pagamentos.

Quadro 76 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.15 do inquérito por questionário: “Como avalia a operacionalidade global da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Excelente (5)	Boa (4)	Suficiente (3)	Insuficiente (2)	Má (1)
80%	18%	2%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Desta amostra, resultou uma avaliação de 4,78 pontos na escala de 5 pontos tipo Likert, decorrente de 80% dos inquiridos atribuírem a classificação máxima de “excelente” à operacionalidade global da MAA PI em relação ao setor vitivinícola do Alentejo²⁶⁹. Esta classificação parece dever-se em muito à coordenação verificada entre as entidades intervenientes, principalmente entre a DRAAL e a ATEVA, que muito contribuiu para a operacionalização da MAA PI na região do Alentejo.

7.3.3 - Avaliação da forma e duração das ajudas da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo

A forma utilizada para as ajudas foi de “prémios anuais” de execução e o período de duração das ajudas foi de cinco anos. Existiam elevados cuidados com as fiscalizações, e se de facto, tudo estivesse em conformidade, o prémio anual era pago.

Quadro 77 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.16 do inquérito por questionário: “Como avalia a forma (prémios anuais) e duração das ajudas (período de cinco anos) da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Excelente (5)	Boa (4)	Suficiente (3)	Insuficiente (2)	Má (1)
71%	18%	11%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Verificou-se que as fiscalizações, e o cariz das formações efetuadas, muito contribuíram para que pudessem efetivamente haver bastantes pagamentos anuais. Esta forma e duração das ajudas, pelo inquérito efetuado, parece ter sido do agrado dos produtores, uma vez que 71% a classificaram como “excelente” e não existiram quaisquer classificações de “insuficiente” ou “má”.

7.3.4 - Avaliação das condições de acesso à Medida Agroambiental Proteção Integrada pelos produtores do setor vitivinícola do Alentejo

²⁶⁹ Para maiores desenvolvimentos cf.: Anexo 24.

As questões de acesso ou de elegibilidade à MAA PI foram apresentadas no ponto 4.4.4 do Capítulo 4. Trata-se de uma questão muito relevante para os produtores uma vez que as mesmas condições poderiam ser desenhadas de forma mais abrangente ou restrita, limitando ou aumentando assim, os seus potenciais destinatários (“público alvo”).

Quadro 78 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.17 do inquérito por questionário: “Como avalia as condições de acesso à MAA PI, em relação aos produtores do setor vitivinícola do Alentejo?”

Excelentes (5)	Boas (4)	Adequadas (3)	Inadequadas (2)	Difícil acesso (1)
2%	77%	20%	2%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Pelo verificado, 77% dos inquiridos refere que as condições de acesso a que foram sujeitos podem ser avaliadas como “boas”, o que de facto, mostra ter existido preocupação na conceção das mesmas, para que pudessem ser mais facilmente preenchidas pelos destinatários.

7.3.5 - Avaliação dos valores das ajudas por hectare da Medida Agroambiental Proteção Integrada

O valor das ajudas por hectare foi modulado em quatro categorias compreendidas entre: até 5 hectares e mais de 25 hectares²⁷⁰. Esta modulação de pagamento mostra uma preocupação em beneficiar, de certa forma, os pequenos produtores, visto que, o preço por hectare era bastante mais vantajoso para áreas pequenas. Pesa no entanto, pelo analisado, ser essa a única preocupação presente na MAA PI com a modulação dos valores das ajudas. Não tendo sido apurado a existência na MAA PI, e na sua conceção e implementação, de nenhum outro tipo de majorações associadas, por exemplo, a determinados territórios vitivinícolas mais específicos ou a possíveis conjugações com outras medidas.

²⁷⁰ Para maiores desenvolvimentos, cf.: ponto 4.4.6 do Capítulo 4.

Quadro 79 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.18 do inquérito por questionário: “Como avalia os valores das ajudas por hectare da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Elevados (5)	Bons (4)	Suficientes (3)	Insuficientes (2)	Sem Expressão (1)
0%	0%	23%	77%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Pelo verificado, a maioria dos inquiridos assume como insuficientes os valores das ajudas por hectare da MAA PI, tendo mesmo uma classificação relativamente baixa, na ordem dos 2,23 pontos na escala utilizada²⁷¹.

7.3.6 - Avaliação da eficácia do sistema de gestão da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo

Quadro 80 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.19 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficácia do sistema de gestão da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)
0%	12%	88%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

A eficácia do sistema de gestão da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo, foi classificada com 3,12 pontos na escala utilizada²⁷². Essa classificação, reflete a elevada frequência de respostas dos inquiridos, nomeadamente 88%, a atribuírem a classificação de “eficaz” ao sistema de gestão da MAA PI. Uma vez mais, os agentes territoriais associados à MAA PI, muito parecem ter contribuído para a obtenção desta classificação.

²⁷¹ Para maiores desenvolvimentos cf.: Anexo 24.

²⁷² Cf.: Anexo 24.

7.3.7 - Avaliação da fiscalização e apoio técnico à Medida Agroambiental Proteção Integrada

A fiscalização e o apoio técnico, mais do que terem sido uma das condições essenciais para o pagamento dos prémios anuais aos produtores, poderiam também ser vistos como a base principal para que, tecnicamente a MAA PI pudesse ser corretamente aplicada às vinhas, contribuindo assim para a obtenção de melhores resultados.

Quadro 81 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.20 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficácia do sistema de fiscalização da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)
78%	9%	12%	0%	0%

Legenda: 0%  100%




Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Relativamente aos resultados apresentados, é de salientar que a intervenção da ATEVA, enquanto associação de vitivinicultores e agente territorial criado com estas funções, foi fundamental para a obtenção destas classificações. Dos inquiridos, 78% referem mesmo como “totalmente eficaz” a fiscalização promovida à MAA PI pela ATEVA.

7.3.8 - Avaliação da eficácia do sistema de promoção e divulgação da Medida Agroambiental Proteção Integrada em relação ao setor vitivinícola do Alentejo

O agente territorial ATEVA esteve envolvido diretamente neste processo, sendo de salientar, o importante papel que as Organizações de Agricultores têm na publicitação/*marketing* das medidas e na sua aceitação por parte dos beneficiários, visto que, essa publicitação, muitas vezes só tem de facto sucesso quando efetuada no trabalho de campo.

Quadro 82 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.21 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficácia do sistema de promoção e divulgação da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)
77% 	12% 	11% 	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Pelos resultados verificados, os produtores reconhecem efetivamente esse papel de divulgação e promoção da MAA PI, realizado principalmente pela ATEVA, atribuindo a classificação de “totalmente eficaz”, não existindo sequer respostas nas duas classificações mais baixas.

7.3.9 - Síntese de avaliação

Esta síntese de avaliação tem como finalidade efetuar uma comparação das avaliações efetuadas ao longo do ponto 7.3 deste Capítulo. Para tal optou-se por elaborar um quadro comparativo, resumindo as classificações obtidas em cada uma avaliações efetuadas.

Quadro 83 - Síntese de avaliação

Descrição	Classificação Global*
Avaliação da eficácia da MAA PI no cumprimento dos seus objetivos específicos	4,57
Avaliação da operacionalidade da MAA PI em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	4,78
Avaliação da forma e duração das ajudas da MAA PI em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	4,60
Avaliação das condições de acesso à MAA PI pelos produtores do setor vitivinícola do Alentejo	3,78
Avaliação dos valores das ajudas por hectare da MAA PI	2,23
Avaliação da eficácia do sistema de gestão da MAA PI em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	3,12
Avaliação da fiscalização e apoio técnico à MAA PI	4,66
Avaliação da eficácia do sistema de promoção e divulgação da MAA PI em relação ao setor vitivinícola do Alentejo	4,66
Classificação Global Média**	3,96

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Global obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação. **Classificação Global Média obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Das questões tidas como relevantes para este ponto de avaliação, e descritas no quadro 83, pode constatar-se que foi avaliada com a maior classificação a operacionalidade da MAA PI. Essa classificação é seguida, da fiscalização e apoio técnico, e da promoção da medida.

Pode-se também verificar, que a avaliação dos valores das ajudas por hectare foi a que teve menor classificação de todas com apenas 2,23 pontos.

A classificação final da MAA PI para as questões identificadas foi de 3,96 pontos.

7.4 - Avaliação da contribuição da medida no contexto global do programa

7.4.1 - Avaliação das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o cumprimento dos objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)

O elevado número de medidas, e a sua complexidade, poderão ter levado a uma aprovação algo tardia²⁷³ do Programa RURIS, originando, que a aplicação das medidas só pudesse realmente começar a tomar forma a partir de 2001.

É de salientar que, ao nível do RURIS, foram inicialmente previstas medidas que acabaram por não ter aplicação no período considerado, nomeadamente as seguintes: i) Redução da Lixiviação de Agroquímicos para os Aquíferos; ii) Qualificação da Envolvente de Aldeias; iii) Qualificação de Espaços Naturais para Usufruto Público; iv) Banda Ripícola; Margens de Lagoas e Pausis.

Quadro 84 - Medidas Agroambientais

N.º PDRu	N.º Relatório	Medidas Agroambientais
1.1	11	Luta Química Aconselhada (LQA)
1.2	12	Proteção Integrada (PI)
1.3	13	Produção Integrada (PROD INT)
1.4	14	Agricultura Biológica (AB)
1.5.1	15	Sementeira Direta (SD)
1.5.2	16	Técnicas de Mobilização Mínima (TMM)
1.5.3	17	Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes (EECP)
1.6	18	Sistema de Forrageiros Extensivos (SFE)
2.3	23	Vinhas em Socalcos do Douro (VSD)
2.5.1	24	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve) (HS)
2.5.2	25	Sistema Vitícola de Colares (SVC)
3.1	31	Sistemas Policulturais Tradicionais (SPT)
3.2	32	Montados (Azinho e Carvalho Negral) (M)
3.3	33	Lameiros e outros Prados e Pastagens de Elevado Valor Florístico (L)
3.4	34	Olival Tradicional (OT)
3.5	35	Pomares Tradicionais (PT)
3.6	36	Plano Zonal de Castro Verde (PZCV)
4.1	41	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo/arbóreos de Interesse Ecológico/paisagístico (PB)
4.4	42	Arrozal (A)
5.1	51	Manutenção das Raças Autóctones ameaçadas de extinção (RA)

Fonte: PDRu (2000-2006).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (PDRu) (2000-2006), podemos afirmar que a intervenção das MAA apresenta uma relação com os objetivos específicos do RURIS de acordo com o seguinte quadro²⁷⁴:

²⁷³ Para maiores desenvolvimentos, cf.: Portaria n.º 108/2000 de 25 de Fevereiro.

Quadro 85 - Objetivos específicos do RURIS para os quais de verifica um contributo direto das MAA

OE1	Conservação do Solo
OE2	Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água
OE3	Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas
OE4	Promoção do uso recreativo de espaços rurais de elevada qualidade ambiental
OE5	Conservação e melhoria dos espaços cultivados de grande valor natural
OE6	Conservação das manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas
OE7	Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre
OE8	Conservação da diversidade paisagística
OE9	Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental

Fonte: PDRu (2000-2006).

As medidas desta intervenção foram divididas em cinco grupos, de acordo com os objetivos específicos do RURIS. Para melhor analisar a correspondência entre cada medida e os objetivos específicos do RURIS, optou-se por traduzir essa informação no Quadro 86, que seguidamente se apresenta.

Quadro 86 - Correspondência entre as Medidas Agroambientais e os objetivos específicos do RURIS

Medidas	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9
11	X	X					X		X
12	X	X					X		X
13	X	X					X		X
14	X	X					X		X
15	X	X							X
16	X	X							X
17	X	X							X
18	X	X						X	X
23	X		X	X				X	X
24	X		X		X			X	X
25	X		X	X	X			X	X
31	X	X	X		X		X	X	X
32	X	X	X		X	X	X	X	X
33	X	X	X		X		X	X	X
34	X		X		X			X	X
35	X		X		X			X	X
36	X		X	X	X		X	X	X
41			X	X	X	X		X	X
42	X	X	X					X	X
51							X		X

Fonte: Adaptado de PDRu (2000-2006). [OE] - Objetivo Específico.

²⁷⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre a ligação existente entre os objetivos operacionais da intervenção Medidas Agroambientais e os objetivos específicos do RURIS, cf.: PDRu (2000-2006).



Desta forma, é possível ter uma visão mais global, da contribuição individual de cada medida. Seguindo de perto PDRu (2000-2006), é também possível acrescentar, que se verificaram resultados positivos de relevância relacionados com a Proteção Integrada, Produção Integrada e Modo de produção Biológico. Estes resultados demonstram uma grande variedade de possíveis transformações e de impactos ambientais importantes, com incidência em todo o território²⁷⁵.













É também de referir, que durante o período compreendido entre 2001 e 2003, a Intervenção das Medidas Agroambientais (IMAA) teve uma execução abaixo do previsto inicialmente, sendo também de referir, que a mudança ocorrida a nível do governo, o decorrer da fase final da revisão da PAC e todo o movimento de expectativas, sempre associado à intervenção, poderão ter tido alguma influência a esse nível.

Constatou-se também que, embora os objetivos para as MAA se possam assumir, principalmente, como de natureza ambiental, a intervenção das MAA não regista muitos referenciais de eficácia ambiental, não estando portanto definidas referências nas próprias medidas, que pudessem vir a possibilitar uma avaliação de eficácia quantitativa para todas as medidas.

Conhecidas essas limitações, procurou-se avaliar, da melhor forma possível, as contribuições da MAA PI, para o cumprimento dos objetivos específicos do RURIS, nomeadamente para os objetivos específicos OE1; OE2; OE7 e OE9, sempre na ótica vitivinícola. Para tal utilizou-se, uma vez mais, o instrumento inquirido por questionário, para procurar apurar a sensibilidade dos produtores sobre essa questão. Tudo aponta para que a experiência dos produtores de aproximadamente uma década de aplicações da MAA PI, e a sua próxima lidação com os resultados práticos da mesma, poderão de certa forma, contribuir para os mesmos aferirem, de uma forma prática, sobre os efeitos ambientais da mesma, nomeadamente os que integram os objetivos específicos, aos quais se apurou, a MAA PI poder contribuir para o seu cumprimento.

²⁷⁵ Segundo PDRu (2000-2006), de uma forma sintética, é de referir o importante potencial demonstrativo das medidas Sementeira Direta, Técnicas de Mobilização Mínima e Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes, mas também, o resultado menos bom na execução do Plano Zonal de Castro Verde, potenciado pelo decréscimo de beneficiários e da superfície abrangida comparativamente com os resultados que se haviam obtido até final do Reg. (CEE) n.º 2078/92.

Quadro 87 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.13 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para o cumprimento dos seguintes objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)?”

Objetivos específicos RURIS (2000-2006)	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)
Conservação do Solo	46% 	43% 	11% 	0%	0%
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água	48% 	42% 	11% 	0%	0%
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre	48% 	41% 	11% 	0%	0%
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental	48% 	41% 	11% 	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Quadro 88 - Classificação das contribuições da MAA PI, para o cumprimento de alguns objetivos específicos do RURIS (2000-2006)

Objetivos específicos do RURIS (2000-2006)	Classificação Global*
Conservação do Solo	4,35
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água	4,37
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre	4,37
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental	4,38
Classificação Global Média**	4,37




Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Global obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação. **Classificação Global Média obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Desta forma, atendendo aos quadros 87 e 88, verificou-se que a maior contribuição da MAA para os objetivos específicos do RURIS, foi para o objetivo específico OE9: “manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental”, com uma classificação de 4,38 pontos na escala utilizada. Não obstante, verificou-se uma classificação total elevada, na ordem dos 4,37 pontos, ficando por isso, muito próximo do máximo da escala. Embora não sejam referências ambientais, podemos verificar que, no prisma da prática dos beneficiários com estes métodos de produção, a MAA PI teve uma contribuição elevada para todos os objetivos específicos do RURIS que lhe correspondiam.

7.4.2 - Avaliação do impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada para o resultado conjunto de todas as Medidas Agroambientais aplicadas ao setor vitivinícola no Alentejo no período compreendido entre 2000-2006

Não tendo sido contemplados em sede de programação indicadores de impacto para as MAA, ou dados que pudessem contribuir para esta avaliação, não foi possível conduzir tal avaliação. No entanto, dada a necessidade de contactar com algumas referências sobre este aspeto, foi nesta fase, apurada a sensibilidade prática dos produtores a estas questões, seguindo a mesma lógica que em pontos anteriores.

Quadro 89 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.14 do inquérito por questionário: “Como avalia o impacto global da MAA PI, para o resultado conjunto de todas as MAA, aplicadas ao setor vitivinícola no Alentejo no período compreendido entre 2000-2006?”

Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Classificação*
69% 	22% 	9% 	0%	0%	4,6

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

Como é perceptível no quadro 89, 69% dos inquiridos classifica o impacto global da MAA PI, no conjunto de todas as MAA, como “muito forte”, tendo registado uma

classificação final de 4,6 pontos. Claro que, por si só, este critério é insuficiente para determinar corretamente esse impacto, no entanto, foi aqui utilizado, apenas como forma de apurar uma “direção” para o mesmo, baseado na sensibilidade e em mais de uma década de prática destes métodos pelos produtores.

7.5 - AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA NO CONTEXTO GLOBAL DA POLÍTICA

7.5.1 - Contribuição para os resultados dos principais indicadores

Segundo PDRu (2000-2006), o valor previsto para o período entre 2001 e 2003 na região do Alentejo, apontava um total de 2.681 beneficiários para a PI e um total de 4.529 beneficiários para as MAA. Contudo, pelos dados efetivamente apurados, refletidos no quadro seguinte, esses valores não foram completamente atingidos.

Quadro 90 - N° total de beneficiários (2001,2002,2003 - NUTS II)

Medida	PI VITIVINÍCOLA**	PI*	TOTAL MAA*
Norte	-	6.945	40.029
Centro	-	2.460	15.236
Lisboa e Vale do Tejo	-	108	165
Alentejo	1.348	2.130	3.773
Algarve	-	176	2.015
CONTINENTE	-	11.819	61.218

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados).** IFADAP/IDRHa/ATEVA - Dados apurados neste Estudo (estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

De salientar no entanto que, para o período e região considerados, o número total de beneficiários da PI vitivinícola representavam 63,28% do total da PI, e 35,73% do total das MAA. Partindo da análise destes valores, podemos indicar como relevante, a contribuição da execução da PI vitivinícola, para o resultado final deste indicador.

Relativamente ao número de hectares abrangidos, a antevisão efetuada em PDRu (2000-2006), que previa que a PI atingisse uma superfície de 37.869,07 hectares e que as

MAA atingissem uma área de 137.316,19 hectares, ficou muito abaixo, do que efetivamente se conseguiu apurar.

Quadro 91 - N.º de hectares abrangidos (2001,2002,2003 - NUTS II)

Medida	PI VITIVINÍCOLA**	PI*	TOTAL MAA*
Norte	-	34.507,19	134.471,48
Centro	-	12.711,51	54.441,80
Lisboa e Vale do Tejo	-	1.099,01	1.995,95
Alentejo	16.560,55	30.082,98	114.395,28
Algarve	-	1.697,53	12.713,74
CONTINENTE	-	80.098,22	318.018,25

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados).** IFADAP/IDRH/ATEVA - Dados apurados neste Estudo (estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

De igual modo, com o constatado com o número total de beneficiários, o peso relativo do número de hectares abrangidos pela PI vitivinícola na região do Alentejo, apresenta-se relevante, alcançando uma cobertura de 55,05% da área de PI e uma cobertura de 14,48% da área total das MAA, nessa mesma região.

No que respeita ao nível médio de ajuda por beneficiário, no desenho da MAA PI não foram indicados valores de previsão, sendo de mencionar que, os valores apurados para a PI vitivinícola indicam que os vitivinicultores do Alentejo, receberam efetivamente abaixo da média verificada para a Medida PI e para as MAA.

Quadro 92 - Nível médio da ajuda por beneficiário (2001,2002,2003) (Euros)

Medida	PI VITIVINÍCOLA**	PI*	TOTAL MAA*
Norte	-	1.037,57	617,51
Centro	-	1.302,97	717,44
Lisboa e Vale do Tejo	-	2.140,50	2.272,40
Alentejo	1.343,59	1.999,58	2.559,83
Algarve	-	3.418,02	852,83
CONTINENTE	-	1.311,71	774,29

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados).** IFADAP/IDRH/ATEVA - Dados apurados neste Estudo (estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

É no entanto de realçar também, que embora o indicador em termos médios se possa mostrar inferior, este é resultado de uma média aritmética simples dos valores obtidos nos últimos três anos. E que, no caso da PI vitivinícola, quando apenas é analisado o nível médio de cada ano individualmente, é possível apurar que se verifica uma tendência crescente. Sendo que, o valor deste indicador, apenas para o ano de 2003, aponta para um nível médio de 1.991,30 euros, ou seja, quase idêntico ao nível médio da PI.

7.5.2 - Níveis de aprovação e reprovação

Tendo em atenção que, do número total de candidaturas apresentadas, se verificou que algumas acabaram por vir a ser reprovadas (ex.: i) por recusa; ii) por desistências; iii) por irregularidades), neste ponto da investigação, procura-se apurar uma Taxa de Aprovação (TA)²⁷⁶, quer para a PI, quer para as MAA. Para tal, procedeu-se à comparação entre o quadro 93, que representa o “número total de candidaturas apresentadas”, e o quadro 90, que representa o “número total de beneficiários”, ou seja, as candidaturas que foram efetivamente apoiadas.

Quadro 93 - Número total de candidaturas apresentadas (2001, 2002, 2003 - NUTS II)

Medida	PI	TOTAL MAA
Alentejo	2.327	4.060
CONTINENTE	10.583	59.407

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

Desta forma, foi possível apurar que, no período considerado, o Alentejo registou uma Taxa de Aprovação de 91,53% das candidaturas apresentadas à PI e uma Taxa de Aprovação de 92,93% do total de candidaturas apresentadas às MAA.

Estas percentagens podem ser consideradas muito satisfatórias, tendo contribuído para esse efeito, tal como já foi referido, o papel de vários atores territoriais intervenientes, nomeadamente o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), as Direções Regionais de Agricultura (DRA), as Organizações de Agricultores (OA), em alguns casos o

²⁷⁶ TA = (N.º Total de Beneficiários / N.º Total de Candidaturas Apresentadas) * 100.



Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) e a Direção Geral das Florestas (DGF). É de salientar, particularmente no que respeita à PI vitivinícola, o papel fundamental da ATEVA, para a obtenção dos resultados indicados.

7.6 - AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA PARA AS PRINCIPAIS METAS DE EXECUÇÃO AGROAMBIENTAL

7.6.1 - Avaliação das contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada para atingir as metas de execução das Medidas Agroambientais previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)

Tendo em conta que, especificamente para a MAA PI, não foi apurado terem sido delimitadas metas de execução, optou-se por utilizar as metas de execução das MAA e verificar a contribuição mais direta da PI vitivinícola para o alcance dessas mesmas metas. Esta análise utiliza dados recolhidos com vista à avaliação de execução efetuada e os dados obtidos via inquérito por questionário.

Quadro 94 - Medidas Agroambientais: metas de execução




M1	Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.
M2	Atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%.
M3	Aumentar a adesão à agricultura biológica e à produção integrada (mais 50%).
M4	Alargar o âmbito das MAA a um maior número de espaços e paisagens tradicionais.

Fonte: PDRu 2000-2006. Legenda: [SAU] - Superfície Agrícola Útil; [MAA] - Medidas Agroambientais.

Desta forma, procedeu-se para cada meta inicialmente definida, via análise dos inquéritos por questionários, a fim de avaliar a sensibilidade prática dos beneficiários inquiridos a esta questão, confrontando a mesma com os dados disponíveis.

Meta 1:

Quadro 95 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.11 do inquérito por questionário: “De que forma, a MAA PI, contribuiu para atingir as seguintes metas de execução das MAA, previstas no RURIS 2000-2006?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação*
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.	72% 	26% 	2% 	0%	0%	4,71

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

Com base no quadro 95, verificamos que 72% dos vitivinicultores inquiridos deram a classificação máxima à contribuição da MAA PI, para atingir a meta 1. Tendo em conta a escala utilizada, tipo Likert de 5 pontos, a classificação atribuída foi de 4,71 pontos, e como tal, pode-se concluir que os beneficiários assumem uma elevada contribuição da MAA PI para atingir esta meta.

Esta meta tem na sua definição uma relação com a execução do Reg. (CEE) n.º 2078/92. Segundo DGDR (1997)²⁷⁷, o número total de contratos vigentes em 1996²⁷⁸ foi de 123.480. No entanto, de acordo com informação proveniente do PDRu AI (2000-2006), os contratos em vigor em 2003²⁷⁹ foram 59.407, o que permite concluir que, pelo menos, numa perspetiva intercalar, a meta não foi atingida.

Ainda assim, é de destacar que o contributo da MAA PI²⁸⁰ para este objetivo mostra-se relevante. Com base no Anexo 14 é visível que esta medida na região do Alentejo, desde o ano de 1996 até 2003, teve um aumento no número de beneficiários na ordem dos 323,55%, pelo que, se pode considerar que teve um bom desempenho na contribuição para atingir esta meta.

Meta 2:




²⁷⁷ Sob a base do Reg. (CEE) n.º 2078/92.

²⁷⁸ Contempla os anos de 1994, 1995, 1996.

²⁷⁹ Contemplando os anos de 2001, 2002 e 2003 (2003 dados não estabilizados).

²⁸⁰ Baseado nos dados recolhidos para o setor vitivinícola na região do Alentejo.

Quadro 96 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.11 do inquérito por questionário – “De que forma, a MAA PI, contribuiu para atingir as seguintes metas de execução das MAA, previstas no RURIS 2000-2006?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação*
Atingir uma cobertura de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) entre 20 e 35%.	72% 	26% 	2% 	0%	0%	4,71

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

À semelhança da meta 1, a meta 2 também regista valores elevados que refletem o facto de 72% dos inquiridos terem efetivamente atribuído a classificação máxima para a contribuição da MAA PI para atingir esta meta.

Tendo como base o Anexo 12, nos contratos em vigor em 2003²⁸¹, a SAU abrangida pelas MAA foi de 318.018,25 hectares. Considerando também os dados do INE²⁸², que apontam para que, Portugal Continental, nesse mesmo ano, comportasse uma SAU de 3.578.034 hectares, pode-se concluir que as MAA abrangem 8,88 % da SAU total de Portugal Continental.

Atendendo aos dados apurados refletidos no Anexo 1, é possível constatar que, para o ano de 2003, a PI vitivinícola representava 14.042,08 hectares na região do Alentejo, ou seja 3,68 % da SAU das MAA. Desta forma, pode considerar-se que teve um bom desempenho na contribuição para atingir esta meta.

Meta 3:

Uma vez que esta meta assenta fundamentalmente, em aumentar a adesão à Agricultura Biológica e à Produção Integrada, não se considera que a MAA PI tenha uma contribuição direta para esta meta.

Meta 4:

Visto que esta meta pretende com a intervenção MAA do RURIS, aumentar os tipos de espaços e paisagens tradicionais abrangidas pelo Reg. (CEE) n.º 2078/92 pode-se verificar,

²⁸¹ Contemplando os anos de 2001, 2002 e 2003 (2003 dados não estabilizados).

²⁸² Fonte: INE (2003).



com base em PDRu (2000-2006), que foram dados passos no âmbito deste alargamento²⁸³. A PI por seu lado, já existia no Reg. (CEE) n.º 2078/92 e pelo apurado manteve o sistema destinatário da medida, pelo que não foi considerado como tendo uma contribuição direta para esta meta.

Nesta base, podemos aferir que, no âmbito deste Estudo, a MAA PI terá uma contribuição mais direta para as metas de execução 1 e 2 das MAA.

7.7 - AS “QUESTÕES DE AVALIAÇÃO COMUNS”

7.7.1 - Síntese das “Questões de Avaliação Comuns”

No que respeita às questões de avaliação comuns, estas constituem um dos principais referenciais de avaliação de programas dirigidos para o desenvolvimento rural da UE, dado pretenderem traduzir, os impactos a obter com as inúmeras intervenções financiadas pelo FEOGA.

Para o RURIS, mais precisamente, procura-se responder a questões importantes ao nível de cada uma das suas intervenções, e que por sua vez, são conduzidas a cada medida²⁸⁴ específica.

As referidas questões, tais como os seus respetivos critérios e indicadores, encontram-se definidas no documento da COMISSÃO EUROPEIA “Questões de Avaliação Comuns, acompanhadas de critérios e indicadores - Avaliação dos programas de desenvolvimento rural no período de 2000-2006 apoiados pelo FEOGA”²⁸⁵.

Neste mesmo documento, pode-se constatar que, em termos globais, o RURIS integra na formulação dos seus objetivos específicos as questões de avaliação comuns de avaliação, verificando-se um elo de conformidade entre estes, podendo a execução do programa contribuir, de certa forma, para os objetivos da política de desenvolvimento rural definidos para todo o território europeu.

²⁸³ Ex.: a inclusão da MAA Hortas do Sul e da MAA Sistema Vitícola de Colares ou mesmo o alargamento da MAA Lameiros.

²⁸⁴ Deve-se ter presente que, no contexto de avaliação Intercalar, a análise recai sobretudo nos efeitos imediatos, ou seja, nos principais resultados, cabendo à avaliação *Ex-post*, uma análise mais centrada nos impactos.

²⁸⁵ Para maiores desenvolvimentos cf.: Documento da Comissão Europeia - STAR/VI/12004/00-Final.



No caso particular deste Estudo, pretende-se identificar as questões de avaliação comuns relacionadas com a medida em análise, não sendo objetivo deste Estudo apurar respostas concretas para as mesmas. Para tal, recorreu-se à utilização dos quadros 97 e 98, de forma a proporcionar uma abordagem mais direta.

Quadro 97 - Medidas Agroambientais: questões de avaliação comuns

1A	Em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?
1B	Em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?
1C	Em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de quantidade dos recursos hídricos, por influência das MAA?
2A	Em que medida a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?
2B	Em que medida a biodiversidade foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da conservação de habitats de grande valor natural no espaço cultivado, da proteção ou melhoria das infraestruturas ambientais ou da proteção de zonas húmidas e dos habitats aquáticos adjacentes às terras agrícolas (diversidade dos habitats)?
2C	Em que medida a biodiversidade (diversidade genética) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da preservação de raças animais ou variedades vegetais ameaçadas?
3	Em que medida a paisagem rural foi mantida ou melhorada, graças às Medidas Agroambientais?

Fonte: DOC STAR VI/12004/00.



Quadro 98 - MAA: Intensidade da correspondência entre as medidas e as Questões de Avaliação Comuns

N.º Relatório	Medidas Agroambientais	1ª	1B	1C	2A	2B	2C	3
11	Luta Química Aconselhada (LQA)	++	+++		++			
12	Proteção Integrada (PI)	++	+++		+++			
13	Produção Integrada (PROD INT)	+++	+++		+++			
14	Agricultura Biológica (AB)	+++	+++					
15	Sementeira Direta (SD)	+++	+	+				
16	Técnicas de Mobilização Mínima (TMM)	+++	+	+				
17	Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes (EECP)	+++	+	+				
18	Sistema de Forrageiros Extensivos (SFE)	++	+	+	++	++		+++
23	Vinhas em Socalcos do Douro (VSD)	+++	+	+				+++
24	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve) (HS)	+	+		+	+		+++
25	Sistema Vitícola de Colares (SVC)	+	+					+++
31	Sistemas Policulturais tradicionais (SPT)	++	+	++	++	++		+++
32	Montados (Azinho e Carvalho Negral) (M)	++	+	+	+++	+++		+++
33	Lameiros e outros Prados e Pastagens de Elevado Valor Florístico (L)	++	+	+	+++	+++		+++
34	Olival Tradicional (OT)	++	+	+				+++
35	Pomares Tradicionais (PT)	++	+	+				+++
36	Plano Zonal de Castro Verde (PZCV)	+	+	+	+++	+++		+++
41	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo/Arbóreos de Interesse Ecológico/Paisagístico (PB)	+	+		+++	+++		+++
42	Arrozal (A)	++	+++	++	++	++		+++
51	Manutenção das Raças Autóctones ameaçadas de extinção (RA)	+	+		+++	+++	+++	+++

Fonte: PDRu 2000-2006. Nota: A intensidade da correspondência entre as medidas e as Questões de Avaliação Comuns é medida de nula a forte relação (+++).

No âmbito desta avaliação, apenas identificamos como relevantes, as questões de avaliação relacionadas com a MAA PI, ou seja, as questões de avaliação 1A, 1B e 2A.

7.7.1.1 - Questão de Avaliação 1A

Questão de avaliação 1A: “em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?”



Quadro 99 - Critérios e indicadores relevantes para a questão de avaliação 1A

Critérios	Indicadores
-A erosão do solo foi controlada.	-Superfície com compromisso referente à conservação do solo (erosão).
-A contaminação química do solo foi evitada ou reduzida.	-Superfície com compromisso referente à conservação do solo (contaminação).
-A proteção do solo está na origem de outros benefícios, a nível da exploração agrícola ou a nível social.	-Impactos indiretos dos compromissos agroambientais para explorações agrícolas e/ou outras zonas (descrição).

Fonte: DOC STAR VI/2004/00

Seguindo de perto PDRu (2000-2006), a lógica da intervenção das MAA quanto a esta questão, é a de prevenção da degradação física, química e biológica do solo através da manutenção de usos do solo e sistemas, práticas culturais e modos de produção que o favoreçam. A mesma fonte refere ainda, que no conjunto da execução da intervenção, a MAA PI, é uma das que cumpre realçar a importância, uma vez que, os seus compromissos têm provavelmente um impacto ambiental importante na conservação do solo quanto à degradação química e biológica. A especificação da prática cultural da PI garante, a aplicação de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos respetivos normativos, aplicados de acordo com os critérios de minimização que a caracterizam.

Neste Estudo em concreto, é de realçar que, a boa execução da MAA PI registada no setor vitivinícola, enuncia uma importância relevante, dado o contributo do compromisso para a conservação do solo.

Para o caso particular da conservação do solo, é ainda de referir que, a falta de uma situação de referência e de dados de monitorização para acompanhamento da MAA PI se mostra preocupante, uma vez que, a execução das medidas apresenta potencial para impactos bastante significativos.

Esta situação levou a que em ERENA (1998), fosse sugerido o estabelecimento de uma rede de monitorização aplicável às medidas que, pelo apurado, não teve aplicação prática.

À semelhança de situações anteriores similares, na ausência de indicadores de referência e dados de monitorização, utilizou-se o recurso à experiência prática e à sensibilidade dos produtores a estas questões.

Quadro 100 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.12 do inquérito por questionário: “De que forma a MAA PI contribuiu para os resultados analisados pelas seguintes “Questões de Avaliação Comuns para as MAA, previstas no RURIS 2000-2006?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (5)	Não contribuiu (1)	Classificação*
Em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?	77%	22%	2%	0%	0%	4,75

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

Desta forma, foi possível verificar uma classificação de 4,75 pontos para esta questão, o que mostra que, pela sensibilidade e experiência prática dos produtores, efetivamente existiu uma “contribuição total” da MAA PI, para a proteção dos recursos naturais em termos de qualidade dos solos por influência das MAA.

7.7.1.2 - Questão de Avaliação 1B

Questão de avaliação 1B: “em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?”

Quadro 101 - Critérios e indicadores relevantes para a questão de avaliação 1B

Critérios	Indicadores
-Redução da utilização dos fatores de produção agrícola que podem contaminar os recursos hídricos.	-Superfície com compromisso referente à qualidade da água. -N.º de explorações com compromissos referente à qualidade da água.
-A proteção dos recursos hídricos está na origem de outros benefícios, a nível da exploração agrícola ou a nível social.	-Impactos indiretos dos compromissos agroambientais para as explorações agrícolas e/ou outra zonas.




Fonte: DOC STAR VI/12004/00.

De acordo com PDRu (2000-2006), é possível constatar que a lógica das MAA quanto a esta questão, assenta na proteção dos habitats aquáticos, na conservação da água para

consumo humano, ou na irrigação através da manutenção de usos do solo e de sistemas, práticas culturais e modos de produção que o favoreçam. Esta fonte realça a importância da PI, no conjunto da execução das MAA, uma vez que os seus compromissos têm provavelmente um impacto ambiental importante na qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

Não foi detetada a existência no modo de conceber a medida em análise, de uma situação de referência quantificada que permita medir os impactos da PI, na qualidade da água. À semelhança do ocorrido relativamente à questão 1A, em ERENA (1998), é também sugerido o estabelecimento de uma rede de monitorização aplicável às MAA que, ao que foi possível apurar, nunca foi efetuada.

Quadro 102 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.12 do inquérito por questionário: “De que forma a MAA PI contribuiu para os resultados analisados pelas seguintes “Questões de Avaliação Comuns para as MAA, previstas no RURIS 2000-2006?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (5)	Não contribuiu (1)	Classificação*
Em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?	77% 	22% 	2% 	0%	0%	4.75

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

Uma vez mais, a experiência prática e a sensibilidade de longa utilização da PI levam 77% dos produtores, a darem classificação máxima à contribuição da MAA PI para esta meta.

7.7.1.3 - Questão de Avaliação 2A

Questão de avaliação 2A: “Em que medida a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?”

Quadro 103 - Critérios e indicadores relevantes para a questão de avaliação 2A

Critérios	Indicadores
-Redução (ou prevenção da intensificação) da utilização de fatores de produção.	-Superfície abrangida por redução de fatores de produção (hectares). -Provas de uma relação positiva entre medidas de apoio à redução da utilização de fatores de produção nas terras em causa e a diversidade das espécies.
-Foram mantidos ou reintroduzidos sistemas culturais benéficos para a fauna e a flora.	-Superfície com compromissos relativos a elementos estruturais do habitat. -Superfície onde foram mantidos ou reintroduzidos sistemas culturais benéficos. -Provas da existência de uma relação positiva entre o sistema cultural ou a manutenção do revestimento vegetal do solo, praticados no âmbito de um compromisso, e o impacto para a diversidade ou abundância das espécies.
As ações apoiadas foram dirigidas com êxito para a proteção das espécies necessitadas de proteção.	Indicadores de biodiversidade.

Fonte: DOC STAR VI/12004/00.

Segundo PDRu (2000-2006), a lógica da questão, deve ser analisada tendo em atenção, a relação das práticas culturais com a biodiversidade, sendo de salientar em especial: as culturas e a sua rotação, a fertilização e a utilização de produtos fitofarmacêuticos.

São conhecidos e demonstrados os efeitos dos herbicidas na flora (AMARO, 2002), verificando-se, na generalidade dos casos, que a diminuição da utilização de produtos fitofarmacêuticos é benéfica na conservação da fauna e da flora (AMARO, 2003). Desta forma, pode afirma-se que, à semelhança de outras MAA, a MAA PI aplicada ao setor vitivinícola, tem impacto nos indicadores dos critérios de avaliação desta questão.

Mais uma vez, verifica-se que a inexistência de uma situação de referência quantificada para a MAA PI, não permite uma análise completa do seu impacto, possibilitando apenas, reconhecer a existência de um efeito potencial sem possibilidade de quantificação.

Tal como nas questões de avaliação anteriores, apesar da inexistência no desenho da MAA PI de uma situação de referência, 78% dos inquiridos consideram que a MAA PI “contribui totalmente” para esta meta de execução. Estas respostas reforçam numa perspetiva

prática, o que é apresentado por AMARO (2003), referente à diminuição da utilização de produtos fitofarmacêuticos, como sendo benéfica na conservação da fauna e da flora²⁸⁶.

Quadro 104 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.12 do inquérito por questionário: “De que forma a MAA PI contribuiu para os resultados analisados pelas seguintes “Questões de Avaliação Comuns para as MAA, previstas no RURIS 2000-2006?”

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Classificação*
Em que medida, a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?	78%	20%	2%	0%	0%	4.77

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

7.7.2 - Avaliação das contribuições da MAA PI para os resultados analisados pelas “Questões de Avaliação Comuns para as Medidas Agroambientais”, previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)

Como referido anteriormente, a inexistência de uma situação de referência quantificada prevista na conceptualização da MAA PI, não permite uma análise completa do seu impacto, possibilitando apenas reconhecer a existência de um efeito potencial sem possibilidade de quantificação.

Por essa razão, uma vez que se pode considerar a população-alvo do inquérito como tendo uma elevada experiência prática de longos anos a lidar com estas questões, optou-se por inquirir os vitivinicultores sobre estas questões de avaliação comuns, a fim de poder contribuir para uma melhor visão sobre a questão.

²⁸⁶ Para maiores desenvolvimentos, cf.: AMARO (2003).

Quadro 105 – Síntese das classificações das “Questões de Avaliação Comuns”

	Medidas Agroambientais: questões de avaliação comuns	Classificação Global*
1A	Em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?	4.75
1B	Em que medida os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?	4.75
2A	Em que medida a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?	4.77
	Classificação Global Média**	4.76

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação Global obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação. **Classificação Global Média obtida por via da Média Aritmética Simples das Classificações Globais.

Com base na análise do quadro 105, pode-se verificar que, de acordo com os valores médios ponderados das respostas obtidas nos inquéritos, os beneficiários consideraram que a MAA PI “contribuiu totalmente” para os resultados analisados pelas questões de avaliação comuns para as MAA, previstas no RURIS (2000-2006) com uma classificação final de 4,76 pontos.

Apesar desta análise, por si só, não resolver a questão da inexistência de uma situação de referência quantificada prevista para a medida, nem a pretender substituir, possibilita dar a conhecer algumas direções baseadas na prática dos beneficiários sobre esta questão.

7.8 - REFERÊNCIAS SOBRE A AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E DA EFICIÊNCIA

Tal como foi referido no ponto 2.1.9 do Capítulo 2 - Enquadramento Teórico, dois dos mais utilizados critérios de avaliação, são a eficácia e a eficiência.

Nessa base, e atendendo a algumas limitações anteriormente referidas relacionadas com a inexistência, na conceptualização da MAA PI, de situações de referência quantitativas de natureza ambiental, levam a que não seja possível o desenvolvimento deste tipo de avaliações.

Não obstante, procedeu-se à apresentação de algumas referências sobre a avaliação da eficácia e da eficiência da MAA PI.

7.8.1 - Referências sobre a avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada

O PDRu (2000-2006) apresenta uma contribuição para a avaliação da eficácia da MAA PI. Para tal, são dadas pistas e informações pertinentes, sob a forma de questões de investigação²⁸⁷, sobre as quais se pretende promover uma futura análise de eficácia mais direcionada para o mercado de produtos.

É no entanto claro que, a avaliação da eficácia da MAA PI, bem como para grande parte das MAA, deverá evidenciar sobretudo numa eficácia ambiental.

A eficácia ambiental das MAA depende, de certa forma, da manutenção dos sistemas de agricultura geradores de impactos ambientais positivos. Segundo AMARO (2003), é desejável a obtenção de efeitos demonstráveis de multifuncionalidade na área ambiental. No entanto, seguindo ERENA (1998), essa demonstração de eficácia ambiental implica, entre outras, a monitorização de variáveis ambientais e a obtenção de situações de referência, não existentes na MAA PI, para a esmagadora maioria dos casos. Em consequência, de acordo com PDRu (2000-2006), é bastante plausível que a ausência, desde o início do Reg. (CEE) n.º 2078/92, de avaliações ambientais completas, possa ter prejudicado a eficácia ambiental da intervenção das MAA.

A eficácia, no caso presente, depende também do valor ambiental do território onde a medida é aplicada, sendo de salientar, seguindo MAMAOP (2012) a importância da Rede Natura para esse valor ambiental, como também, considerar os diferentes objetivos ambientais e as vocações produtivas de cada território.

De acordo com PDRu (2000-2006), a avaliação da eficácia ambiental, deve ter na sua base, diversos tipos de indicadores ambientais passíveis de quantificação de resultados e

²⁸⁷ Que embora não estejam nos objetivos deste Estudo, como forma de contribuir para uma reflexão a este nível passamos a referir: a) “se na situação contra factual o mercado evoluiria no sentido de um aumento da procura de produtos com marca Proteção Integrada”; b) “se os preços dos produtos de Proteção Integrada podem ser mantidos na ausência de ajudas, nomeadamente tendo em atenção a comparação de preços dos fatores de produção entre Portugal e Espanha”; c) “se a intensidade do compromisso está bem calibrada com as ajudas quando comparado com as medidas Produção Integrada e Agricultura Biológica”; d) “se a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte das explorações ou se concentra na seleção de fitofármacos sem valorizar outras técnicas complementares”; e) “se a intensidade do compromisso está bem calibrada com as ajudas quando comparada a eficácia ambiental com as medidas Produção Integrada e Agricultura Biológica. Para maiores desenvolvimentos cf.: PDRu (2000-2006).

impactos ambientais, devendo ser iniciado um caminho para a sua obtenção, no sentido de contribuir para avaliações de eficácia²⁸⁸.

De acordo com o Estudo desenvolvido, e em virtude dos resultados alcançados, mesmo sem o apoio desses indicadores, existe a percepção de que poderiam existir vantagens numa generalização da Proteção Integrada no contexto da vitivinícola.

7.8.2 - Análise das contribuições para a avaliação da eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo

Uma vez que a percepção dos vitivinicultores sobre a eficácia ambiental da PI, de certa forma, condiciona a utilização deste método de produção, torna-se nesta fase, importante, abordar também as suas percepções sobre esta questão.

Quadro 106 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.24 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficácia ambiental da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Totalmente eficaz (5)	Muito Eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco Eficaz (2)	Ineficaz (1)
3%	89%	8%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Tendo em consideração a aplicação prática da MAA PI nas explorações vitivinícolas, 89% dos produtores classificaram-na como sendo “muito eficaz”, no que respeita à eficácia ambiental, sendo que a classificação média foi de 3,95 pontos que, na escala utilizada de 5 pontos tipo Likert, se situaria muito próximo da classificação de “muito eficaz”.

7.8.3 - Referências sobre a avaliação da eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada

²⁸⁸ Em PDRu (2000-2006) são avançadas várias sugestões para indicadores de avaliação ambiental adequados à MAA PI, bem como características para os mesmos.



No caso da MAA PI, como já referido anteriormente²⁸⁹, esta contribui para a racionalização do uso de produtos fitofarmacêuticos, em clara sintonia com o objetivo de compatibilizar padrões de produção com a proteção do ambiente e dos recursos naturais. Apesar da existência de benefícios ambientais implícitos, revela-se de facto essencial a sua concretização no contexto do território em questão, neste caso particular, dos territórios vitivinícolas em que a medida é aplicada.

Para a MAA PI, bem como para grande parte das MAA, tal como constatado anteriormente, todo o estudo da eficiência está condicionado pela avaliação dos resultados e impactos ambientais. Essa limitação reflete-se na impossibilidade de realização de juízos sobre a ponderação de custos²⁹⁰, que impliquem o conhecimento da natureza e dimensão dos efeitos ambientais a que dão origem. Segundo ERENA (1998), no caso específico da PI, estes resultados e impactos não estão disponíveis, nem foram considerados em sede de programação.

Esta situação remete novamente, para a problemática da avaliação da eficácia da MAA PI e, nesta linha de pensamento, será lícito referir que, uma territorialização da MAA PI, possivelmente na forma de um Plano Zonal, poderia ter sido um passo importante no sentido de aumentar a eficácia e a eficiência da PI vitivinícola.

7.8.4 - Análise das contribuições para a avaliação da Eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada

Dada a já referida inexistência na MAA PI, de referências ambientais quantitativas sobre a eficiência ambiental da MAA PI, a existência de benefícios ambientais implícitos e a sua possível verificação “em campo”, tornam os produtores portadores de experiência sobre estas questões, o que nos leva a considerar as suas opiniões sobre a temática, embora apenas, como uma direção, para o efeito real ainda por apurar.

²⁸⁹ Para maiores desenvolvimentos cf.: ponto 3.6 do Capítulo 3.

²⁹⁰ Por exemplo através da relação benefício/custo, cuja maximização se procura.

Quadro 107 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.23 do inquérito por questionário: “Como avalia a eficiência da MAA PI, em relação ao setor vitivinícola do Alentejo?”

Totalmente eficiente (5)	Muito eficiente (4)	Eficiente (3)	Pouco eficiente (2)	Ineficiente (1)
5%	85%	11%	0%	0%

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013).

Pelo analisado no quadro 109, verifica-se que 85% dos inquiridos consideram a MAA PI, como sendo “muito eficiente” em relação ao setor vitivinícola do Alentejo.

A classificação atribuída foi de 3,94 pontos que, na escala utilizada, fica muito próximo da classificação de “muito eficiente”.

7.9 - ANÁLISE SWOT

Apresenta-se, de seguida, a análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades). Esta análise SWOT encontra a sua fundamentação, na avaliação efetuada ao longo deste Estudo, e nos contributos obtidos por via de um conjunto de entrevistas individuais, efetuadas a especialistas, técnicos e beneficiários com este objetivo.

Desta forma, será possível dar resposta a um dos objetivos específicos deste Estudo, e fazer a “ponte” para o capítulo seguinte, em que é efetuada uma análise prospetiva e de reflexão.

A análise apresentada centra-se, sobretudo, em contribuir para uma melhor identificação de alguns pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da aplicação da MAA PI ao setor vitivinícola do Alentejo. Aborda também, outros aspetos, ou pontos de contacto com a mesma, que o diagnóstico permitiu destacar e que são igualmente relevantes no contexto deste Estudo, bem como, para possíveis futuros desenvolvimentos do mesmo.

7.9.1 - Matriz SWOT - Pontos Fortes e Pontos Fracos

Quadro 108 - Matriz SWOT - Pontos Fortes e Pontos Fracos da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>1 - A “norma” da MAA PI tinha como objetivo promover métodos de exploração sustentável, que respeitassem as exigências de proteção ambiental.</p> <p>2 - Contribuição para a manutenção e sustentabilidade dos territórios vitivinícolas.</p> <p>3 - Relevância do papel dos vitivinicultores, na preservação e ocupação do espaço rural.</p> <p>4 - Elevada adesão à MAA PI por parte do setor vitivinícola.</p> <p>5 - Promoção de uma maior produção vitivinícola com adequadas técnicas ambientalmente mais favoráveis.</p> <p>6 - Aumento das SAU de terras agrícolas a utilizações vitivinícolas.</p> <p>7 - Fomento do associativismo, por via das associações de agricultores ou vitivinicultores e dos benefícios daí decorrentes.</p> <p>8 - Envolvência entre técnicos e agricultores e associações de agricultores ou vitivinicultores com vista à promoção da melhor execução da MAA PI²⁹¹.</p> <p>9 - Ligação entre inovação, desenvolvimento e implementação de novas e boas práticas vitivinícolas.</p> <p>10 - Formação e sensibilização dos vitivinicultores pela MAA PI, com vista à não produção de externalidades negativas no ambiente.</p> <p>11 - Incentivo à investigação²⁹².</p> <p>12 - Contribuição para a redução de assimetrias de rendimento entre vitivinicultores e regiões vitivinícolas²⁹³.</p> <p>13 - Possibilitar o favorecimento da substituição de métodos de produção e proteção das vinhas desatualizados, por boas práticas vitivinícolas recentes.</p> <p>14 - Possibilidade de continuação da utilização da PI, em terras vitivinícolas, mesmo após a finalização os apoios via MAA PI.</p>	<p>1 - Elevados custos da aplicação da PI²⁹⁴.</p> <p>2 - Insuficiente comunicação para com o consumidor final dos vinhos, sobre os benefícios destes métodos de produção com recurso à PI. A promoção da medida foi efetuada apenas junto dos produtores, mas pelo apurado não mostrou preocupação com os consumidores e por consequência com as futuras vendas do vinho, como produto final de consumo, associado a esse método de produção.</p> <p>3 - Insuficiência de avaliações de impactos ambientais. A falta de uma situação de referência e de dados de monitorização mostra-se preocupante, uma vez que a execução da medida apresenta potencial para impactos bastante significativos. Verifica-se que, a inexistência de uma situação de referência quantificada, não permite uma análise completa do seu impacto, possibilitando apenas, reconhecer a existência de um efeito potencial na vinha sem possibilidade de quantificação.</p> <p>4 - Inexistência de avaliações e indicadores com caráter de informação, sobre execução financeira da MAA PI ao setor vitivinícola.</p> <p>5 - Dificuldade em assegurar a continuidade da PI das explorações vitivinícolas, após a retirada dos apoios. A utilização dos métodos de produção com recurso à PI estava dependente dos apoios fomentados via MAA PI. Terminado o apoio via MAA PI a utilização desses métodos “cai”.</p> <p>6 - Insuficiente valorização dos produtos vitivinícolas regionais alentejanos, produzidos com recurso à PI.</p> <p>7 - Dificuldade de internalização dos benefícios ambientais da PI no produto final.</p>

Fonte: Elaboração Própria.

7.9.2 - Matriz SWOT - Oportunidades e Ameaças

²⁹¹ Esta cooperação, como forma de desenvolver competências técnicas, é importante para o sucesso de execução da medida e para progressão do capital humano associado.

²⁹² Com a formação e sensibilização ambiental fomentada pela MAA PI, e a necessidade dos vitivinicultores em utilizar produtos mais baratos, poderá gerar um “despertar da investigação” no sentido de, havendo mercado para tal, se poderem tentar disponibilizar produtos com o mesmo efeito, mas a preços mais baixos.

²⁹³ Esta questão tem na sua base as modulações efetuadas para MAA PI nos pagamentos dos prémios anuais por hectare, favorecendo um preço por hectare mais elevado para áreas pequenas, e um preço por hectare mais baixo para áreas maiores, contribuindo assim para a coesão social.

²⁹⁴ A correta aplicação da MAA PI inclui produtos fitofarmacêuticos e assistência técnica, que comportam custos mais altos que os convencionais. Este facto, leva muitas vezes a que o vitivinicultor corte nestes custos, deixando para segundo plano o “processo educativo ambiental” promovido pela MAA PI.

Quadro 109 - Matriz SWOT - Oportunidades e Ameaças da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Oportunidades	Ameaças
<p>1 - Possibilidade de associar à PI, um processo de educação/formação com desenvolvimento de tecnologia que não acarrete custos mais altos e promova a diferenciação e certificação no produto final.</p> <p>2 - Contribuição para a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. Devendo essa sustentabilidade assentar num tripé entre: sustentabilidade económica; sustentabilidade social; sustentabilidade ambiental.</p> <p>3 - Procurar tomar estes métodos de produção com recurso à PI, mais baratos para os vitivinicultores. Tudo aponta para que, a aplicação generalizada destes métodos só venha a ter sucesso, se seguir uma estratégia que possa tornar essa tecnologia mais acessível.</p> <p>4 - Conciliação do equilíbrio entre as questões ambientais e a relação de preço qualidade do produto final, para que não se restrinja nem o ambiente, nem a competitividade dos produtos.</p> <p>5 - Contribuição para uma Política Pública mais virada para o ambiente.</p> <p>6 - Disponibilização e fácil acesso a boas práticas de produção vitivinícolas mais “amigas do ambiente”.</p> <p>7 - Crescente interesse da sociedade pela preservação e conservação da natureza, abrindo excelentes oportunidades para a valorização do espaço vitivinícola, das comunidades rurais e da diversificação das atividades nas explorações vitivinícolas.</p> <p>8 - Desenvolvimento de um melhor espaço ambiental e suas potenciais implicações no forte crescimento de produtos turísticos, como o turismo de natureza, o turismo rural, eno-turismo, o turismo desportivo, o turismo cultural, o turismo gastronómico, e do turismo em geral, permitindo desenvolver uma estratégia para o turismo em espaço rural, com potenciais efeitos ao nível da criação de emprego e geração de rendimento em meio rural.</p> <p>9 - Crescente preocupação dos consumidores pela segurança e qualidade ambiental, permitindo repensar o desenvolvimento do território rural, sobretudo do território com maiores condicionantes a fortes produtividades, mas com grande potencial para exploração de produtos de alta qualidade ou singularidade.</p> <p>10 - Aumento da procura de produtos de qualidade, nomeadamente de produtos biológicos, e forte potencial de exportação destes mesmos produtos.</p> <p>11 - Existência de um potencial base para o desenvolvimento da oferta de vinhos diferenciados e de qualidade, com um maior valor de mercado.</p> <p>12 - Crescente orientação da PAC para a resolução de problemas do mundo rural, com o enfoque no desenvolvimento do mundo rural e ambiente. Em PDR (Orientações 2014-2020) é proposto pela CE que o primeiro e segundo pilares da PAC contenham instrumentos que contemplem medidas com impacto ambiental²⁹⁵.</p> <p>13 - Reconhecimento da importância da conservação das áreas vitivinícolas para a sustentabilidade futura dos territórios.</p>	<p>1 - Sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. A não utilização de métodos de produção com recurso à PI ou outros que se venham a mostrar equivalentes na vinha poderão, a prazo, por em causa a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo.</p> <p>2 - Territórios vitivinícolas poluídos e com problemas ambientais por não estarem devidamente protegidos.</p> <p>3 - Concorrência dos vitivinicultores do Alentejo, relativamente a produtores de outras regiões, nomeadamente, provenientes dos Novos Países Produtores (NPP)²⁹⁶.</p> <p>4 - A não resposta aos atuais desafios dos mercados internacionais, nomeadamente os que são proporcionados pela concorrência dos Novos Países Produtores (NPP).</p> <p>5 - Seguir uma “lógica fechada”. Esta “lógica” deve-se ao facto de aquando da promoção e divulgação da MAA PI, a mesma ter sido apenas direcionada aos benefícios e à qualidade, apenas na ótica do produtor, não considerado o consumidor final.</p> <p>6 - A utilização da PI no cenário atual poder resultar em preços mais caros para os vinhos.</p> <p>7 - Insuficiente informação e/ou reconhecimento dos consumidores das vantagens do consumo de vinhos de qualidade PI por contrapartida de outros vinhos, com menores preços mas pior qualidade²⁹⁷.</p> <p>8 - Incapacidade dos vitivinicultores, de darem uma rápida resposta, às crescentes preocupações comunitárias em matéria de legislação ambiental e qualidade e segurança alimentar.</p>

Fonte: Elaboração Própria.

²⁹⁵ Para maiores desenvolvimentos, cf.: MAMAOT (2012:24).

²⁹⁶ Ex.: Argentina, Chile, Estados Unidos da América. Estes Novos Países Produtores (NPP) apresentam uma regulamentação mais fraca, apresentam novas castas, chegam a novos mercados (ex.: asiático) e satisfazem melhor as necessidades apercebidas pelo cliente ou seja, não produzem apenas o que sempre produziram, tentam ajustar-se aos novos gostos dos consumidores. Não têm regulamentação tão rígida nem demasiada burocracia. Pesa no entanto que, se essa fraca regulamentação não contemplar questões ambientais, a prazo não será vantajoso e terão problemas de sustentabilidade. Não obstante, na atualidade são um forte concorrente.

²⁹⁷ Deve-se no entanto ter em conta, a “qualidade” percebida pelo consumidor, ou o que este valoriza como “qualidade”.



7.9.3 - Análise dos potenciais contributos e relações entre os pontos identificados pela Matriz SWOT e os objetivos específicos do RURIS e metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contributos da MAA PI

Apresentam-se, de seguida, os quadros 112 a 115 que pretendem relacionar alguns pontos da estratégia inicial de programação definidos para as MAA, (nomeadamente via objetivos específicos e metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contribuições da MAA PI, aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo), com a realidade traduzida na SWOT realizada.

A construção desses quadros teve por base, o potencial contributo e a relação (direta ou indireta) de cada um dos pontos fortes e das oportunidades, para a potenciação dos objetivos específicos e metas de execução, e de cada um dos pontos fracos e das ameaças, para a atenuação dos mesmos objetivos e metas.

Refira-se, no entanto, que a análise das potenciais contribuições e relações de cada um dos pontos da SWOT, com os objetivos e metas selecionados para tal, resulta da interpretação própria, direcionada para os objetivos deste Estudo, sendo que, muitas mais interpretações e relações poderão ser estabelecidas.

Esta abordagem constitui mais um instrumento de análise dentro da avaliação efetuada, não tendo a pretensão de analisar em profundidade todas as dimensões das contribuições e relações evidenciadas na SWOT, mas sim, a de incidir sobre alguns dos aspetos mais relevantes dessas contribuições e relações dentro dos objetivos do Estudo efetuado.

Quadro 110 - Contribuição e relação dos pontos fortes para potenciação dos objetivos específicos do RURIS e das Metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contribuições da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Numeração Matriz SWOT - Pontos Fortes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Objetivos específicos do RURIS para os quais se verificaram contribuições da MAA PI													
Conservação do Solo.	X	X	X										
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água.	X	X	X										
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre.	X	X	X										
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental.	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X
Medidas Agroambientais: metas de execução para os quais se verificaram contribuições da MAA PI													
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.				X				X					X
Atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%.						X							

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 111 - Contribuição e relação dos pontos fracos para atenuação dos objetivos específicos do RURIS e das Metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contribuições da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Numeração SWOT dos Pontos Fracos	1	2	3	4	5	6	7
Objetivos específicos do RURIS para os quais se verificaram contribuições da MAA PI							
Conservação do Solo.	X				X		
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água.	X				X		
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre.	X				X		
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental.	X	X	X	X	X	X	X
Medidas Agroambientais: metas de execução para os quais se verificaram contribuições da MAA PI							
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.	X				X		
Atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%.	X				X		

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 112 - Contribuição e relação das oportunidades para potenciação dos objetivos específicos do RURIS e das metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contribuições da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Numeração SWOT das Oportunidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Objetivos específicos do RURIS para os quais se verificaram contribuições da MAA PI													
Conservação do Solo.	X	X			X								
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água.	X	X			X								
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre.	X	X			X								
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Medidas Agroambientais: metas de execução para os quais se verificaram contribuições da MAA PI													
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.	X	X	X		X	X				X	X		
Atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%.	X	X	X		X	X				X	X		

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 113 - Contribuição e relação das ameaças para atenuação dos objetivos específicos do RURIS e das metas de execução das MAA, para as quais se verificaram contribuições da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola no Alentejo

Numeração SWOT das Ameaças	1	2	3	4	5	6	7	8
Objetivos específicos do RURIS (2000-2006) para os quais se verificaram contribuições da MAA PI								
Conservação do Solo.	X	X						
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água.	X	X						
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre.	X	X						
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental.	X	X	X	X	X	X	X	X
Medidas Agroambientais: metas de execução para os quais se verificaram contribuições da MAA PI								
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.		X	X	X	X	X	X	X
Atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%.		X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração Própria.



Pelo analisado, verifica-se principalmente uma relação dos pontos fortes, números: 1, 2 e 3 com todos os objetivos específicos em análise, o que reforça a potenciação da componente ambiental desta medida. Por contrapartida, os pontos fracos, números: 1 e 5, interagem exatamente nos mesmos objetivos, atenuando-os.

A grande maioria dos pontos resultantes da Análise SWOT apresentam uma relação e contribuição muito relevante, para o objetivo: “manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental”. Este objetivo foi também, o que teve a classificação mais elevada atribuída pelos vitivinicultores, aquando a análise da “classificação das contribuições da MAA PI, para o cumprimento de alguns objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental”, efetuada no ponto 7.4.1 deste Capítulo, vindo esta análise, de certa forma, validar esses resultados.

7.9.4 - Síntese da análise SWOT

A elaboração da Matriz SWOT possibilitou, aferir simultaneamente, sobre vários aspetos de elevada importância para a investigação realizada.

São de salientar, em forma de síntese, os pontos fortes, que englobam questões como, os objetivos de promover métodos de exploração sustentável, da manutenção e sustentabilidade dos territórios vitivinícolas e da relevância do papel dos vitivinicultores, na preservação e ocupação do espaço rural. Para tal, a elevada contribuição registada para o crescimento da SAU vitivinícola, não poderia ter sido levada a cabo, sem o fomento e envolvência entre técnicos, agricultores e associações vitivinicultores, com vista à promoção da melhor execução da MAA PI. Essa ligação foi fundamental, para a promoção da inovação e para o desenvolvimento e implementação de novas e boas práticas vitivinícolas. Essa sensibilização e fomento efetuados pela MAA PI, possibilitaram a continuação de utilização da PI, em terras vitivinícolas, mesmo após a finalização dos apoios via MAA PI.

Como síntese aos pontos fracos, podemos apontar principalmente, os elevados custos da aplicação da PI. Esses custos mostram, dificuldade em assegurar a continuidade da PI nas explorações vitivinícolas, após a retirada dos apoios. A utilização dos métodos de produção com recurso à PI estava dependente dos apoios fomentados via MAA PI. Tendo sido



considerada insuficiente, a valorização dos produtos vitivinícolas regionais alentejanos produzidos com recurso à PI, tornou-se por sua vez, difícil a internalização dos benefícios ambientais da PI, no produto final.

No que se refere às oportunidades, são de salientar a contribuição da MAA PI, para a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. Para a continuidade desse contributo, torna-se necessário, procurar associar à PI, um processo de educação/formação com desenvolvimento de tecnologia, que não acarrete custos mais altos, e promova a diferenciação e certificação no produto final. São também de salientar, oportunidades relacionadas com o crescente interesse da sociedade pela preservação e conservação da natureza, abrindo excelentes oportunidades, para a valorização do espaço vitivinícola, das comunidades rurais e da diversificação das atividades nas explorações vitivinícolas.

O desenvolvimento de um melhor espaço ambiental e das suas potenciais implicações no forte crescimento de produtos turísticos é também, uma oportunidade a ter em conta, juntamente com a crescente preocupação dos consumidores pela segurança e qualidade ambiental e por consequência, o aumento da procura de produtos de qualidade, nomeadamente de produtos biológicos. Finalmente são de salientar oportunidades, no forte potencial de exportação destes mesmos produtos “amigos do ambiente” e com a crescente orientação da PAC, para a resolução de problemas do mundo rural, com o enfoque no desenvolvimento do mundo rural e ambiente.

No campo das principais ameaças, a principal referência foi essencialmente para, a não utilização de métodos de produção com recurso à PI, ou outros que se venham a mostrar equivalentes na proteção da vinha e do ambiente, poderem colocar em causa, a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. Se os territórios vitivinícolas estiverem poluídos e com problemas ambientais, por não estarem devidamente protegidos, dificilmente se conseguirão enfrentar os desafios dos mercados. A concorrência dos vitivinicultores do Alentejo, relativamente a produtores de outras regiões, nomeadamente, provenientes dos Novos Países Produtores (NPP) e a não resposta aos atuais desafios dos mercados internacionais, são também algumas das ameaças mais salientadas.

Alguns aspetos aferidos pela SWOT tocam em alguns dos grandes problemas com que se defronta o meio rural português, necessariamente em articulação com as debilidades que afetam o setor vitivinícola. A intervenção sobre a realidade espelhada na matriz SWOT, só é



possível de ser potenciada e/ou atenuada, através da intervenção concertada de vários instrumentos de Política Pública e não apenas com uma medida.



CAPÍTULO 8

ANÁLISE PROSPETIVA





CAPÍTULO 8 - ANÁLISE PROSPETIVA

8.1 - ANÁLISE PROSPETIVA DA NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA

8.1.1 - Avaliação dos potenciais efeitos globais de uma eventual continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada no novo período de programação compreendido entre 2014 – 2020

A relevância da continuidade da MAA PI, no novo período de programação 2014-2020, é aferida, através da avaliação do seu potencial contributo, para os principais pontos de análise da fileira económica do vinho no Alentejo, obtido por via do inquérito por questionário aos vitivinicultores.

Desta forma, será possível pela análise efetuada, apurar os potenciais efeitos globais mais relevantes da continuidade da aplicação da MAA PI, com vista a fazer face aos grandes problemas com que se defronta o meio rural português, e às debilidades que afetam o setor vitivinícola.



Quadro 114 - Análise global de efeitos potenciais de uma eventual continuidade da MAA PI no novo período de programação compreendido entre 2014-2020

	Classificação*
1 – Dimensão de análise Território	
Aumento do emprego no Alentejo.	2.23
Aumento do emprego na exploração.	2.21
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo.	3.59
Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na exploração.	3.59
Aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo.	3.59
Aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo.	3.97
Atração Territorial.	3.58
Evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo.	2.15
Aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo.	2.35
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo.	4.42
Criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo.	2.23
Classificação Subtotal 1 - Território	3.08
2 – Dimensão de análise Inovação	
Inovação nos processos de produção dos vinhos.	2.26
Inovação nos vinhos enquanto produtos finais de consumo.	2.15
Inovação na qualidade dos vinhos.	4.48
Inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho.	2.22
Inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas.	4.89
Classificação Subtotal 2 - Inovação	3.20
3 – Dimensão de análise Produtores	
Evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos.	4.40
Evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração.	4.77
Redução de custos de produção da exploração.	4.86
Aumento de lucros da sua exploração.	3.82
Aumento da contribuição fiscal da exploração.	3.08
Maior desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo.	2.54
Evolução do volume financeiro direcionado pela exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola.	2.51
Incremento da publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo.	2.72
Evolução do volume financeiro aplicado pela exploração em publicidade e marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo.	2.77
Classificação Subtotal 3 - Produtores	3.50
4 – Dimensão de análise Setor Vitivinícola	
Aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros setores dessa região.	4.05
Evolução da produção do setor vitivinícola no Alentejo.	4.66
Evolução da produção na sua exploração vitivinícola.	4.66
Evolução da qualidade da produção do setor vitivinícola no Alentejo.	4.55
Evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola.	4.60
Sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo.	4.82
Sustentabilidade económica da exploração vitivinícola.	4.03
Classificação Subtotal 4 - Setor Vitivinícola	4.48
5 – Dimensão de análise Mercados	
Transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo.	4.77
Evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo.	2.74
Aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo.	2.68
Alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada.	3.52
Criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada.	2.15
Evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo.	2.23
Crescimento da rede de distribuição de vinhos da exploração.	2.71
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado regional (Alentejo).	2.98
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado nacional.	4.74
Evolução da comercialização dos vinhos da exploração no mercado internacional.	3.35
Classificação Subtotal 5 - Mercados	3.19
CLASSIFICAÇÃO FINAL da AGE	3,49

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). As classificações subtotais são obtidas pela Média Aritmética Simples das classificações finais dos indicadores de efeitos percebidos pelos beneficiários da MAA PI nas respetivas dimensões de análise. A classificação final AGE é obtida pela Média Aritmética Simples das cinco classificações subtotais das dimensões de análise.



De acordo com a análise efetuada, o maior contributo associado à possível reintrodução da medida, seria para no âmbito da “inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas”, inserido dentro dos efeitos na dimensão de análise inovação, com uma classificação de 4,89 pontos, e por isso, muito próximo do máximo da escala, tipo Linkert de cinco pontos, utilizada. Ainda na dimensão de análise inovação, é também de referir, o elevado potencial mostrado ao nível da “inovação na qualidade dos vinhos”.

A nível dos efeitos na dimensão produtores, são de salientar, os potenciais contributos para a “redução de custos de produção da exploração”, com a segunda maior classificação na AGE potenciais, de uma nova aplicação da MAA PI, no período de programação 2014-2020, atingindo um valor de 4,89 pontos, e mostrando ser seguida de perto, pelo potencial na “evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração” com 4,77 pontos.

A nível dos efeitos potenciais na dinâmica de análise setor vitivinícola, é de salientar a maior contribuição para a “sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo”, com a terceira maior classificação da AGE potenciais, atingindo 4,82 pontos.

No que respeita à dimensão de análise mercados, é de salientar a maior classificação em “transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo”, também com uma das classificações mais altas da AGE potenciais, mais especificamente com 4,77 pontos.

São também de referir, baixas classificações no que concerne à contribuição para a evolução da implementação territorial dos vitivinicultores, e para o aumento do emprego.

Relativamente às classificações finais de efeitos potenciais, entre dimensões de análise, foi a dimensão de análise Setor Vitivinícola que registou maiores efeitos potenciais médios, com uma classificação de 4,48 pontos. A classificação final dos efeitos potenciais analisados entre todas as dimensões de análise, foi de 3,49 pontos, que de acordo com a escala utilizada, poderá ser lida como Potencial Efeito Global Forte.




Em forma de resumo, pela análise efetuada, caso a MAA PI pudesse vir a ser novamente implementada no novo período de programação 2014-2020, o maior efeito esperado, na ótica dos vitivinicultores, seria ao nível da implementação de boas práticas vitivinícolas e dos benefícios com as questões ambientais associadas às mesmas, com relevância na qualidade do vinho. Os vitivinicultores teriam, dessa forma também a

possibilidade de baixar os seus custos de produção, beneficiando de melhores margens, influenciando, por essa via, a sustentabilidade económica das empresas e dos produtores do setor vitivinícola no Alentejo. Finalmente, para o mercado nacional e internacional, seria transmitida uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo usufruindo os vitivinicultores dos benefícios daí decorrentes.

8.1.2 - Avaliação da necessidade de continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada por parte dos vitivinicultores do Alentejo no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020

Tendo os vitivinicultores em consideração, o potencial contributo da continuidade da MAA PI, no novo período de programação 2014-2020, para as dimensões de análise da fileira económica do vinho no Alentejo, identificados pelos mesmos ao longo do ponto 8.1.1 deste Capítulo, torna-se também relevante verificar, a avaliação atribuída pelos mesmos, como forma de síntese, à necessidade de continuidade da MAA, no novo período de programação.

Quadro 115 - Distribuição de frequências das respostas à questão 1.22 do inquérito por questionário: “Como avalia a necessidade de continuidade da MAA PI, por parte dos vitivinicultores do Alentejo, no período de 2014-2020?”

Imprescindível (5)	Muito necessária (4)	Necessária (3)	Pouco necessária (2)	Inútil (1)	Classificação*
63% 	18% 	18% 	0%	0%	4.45

Legenda: 0%  100%

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito por questionário aos beneficiários da MAA PI aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo (2012/2013). *Classificação obtida por via da Média Aritmética Ponderada do número de respostas dadas pelos vitivinicultores em cada critério de classificação, ponderado pelo valor da escala tipo Likert de cinco pontos associado a cada critério de classificação.

A análise efetuada, com base nos dados disponíveis, revelou que 63% dos inquiridos classificam como “imprescindível” a necessidade de continuidade da MAA PI por parte dos vitivinicultores do Alentejo, no novo período de programação compreendido entre 2014-2020. Desta análise resultou uma classificação final de 4,55 pontos, o que na escala utilizada, tipo Likert de cinco pontos, está muito próximo do valor máximo.



8.1.3 - Enquadramento da potencial aplicação de uma “nova” Medida Agroambiental Proteção Integrada no documento de orientação do PDR 2014 - 2020

Esta fase de desenvolvimento do Estudo procura efetuar um possível enquadramento, da potencial aplicação de uma nova medida, que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, no documento de orientação do PDR, para o novo período de programação compreendido entre 2014-2020.

Segundo MAMAOT (2012), no próprio documento de orientação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para o período de 2014-2020, é mesmo proposto pela Comissão Europeia que, o primeiro e segundos pilares da PAC²⁹⁸ contenham medidas: i) com impacto ambiental e prestação de serviços ambientais; ii) com apoio aos jovens agricultores; iii) com apoio às zonas com condicionantes naturais ou específicas.

Em MAMAOT (2012), é apresentada inicialmente, uma visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural nacional, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 e no contexto de convergência com a UE27²⁹⁹, que pretende orientar para, “a autossuficiência, em valor, do setor agroalimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional” (MAMAOT (2012:27)).

A estratégia de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 apresentada, tem como principais objetivos: i) desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional; ii) aumentar a concentração da produção e da oferta; iii) criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do setor agroalimentar.

Para cumprir esta finalidade são definidos três objetivos operacionais: i) Competitividade: privilegiar as opções produtivas da iniciativa privada com vista à criação de valor acrescentado; ii) Organização Estrutural: promover o aumento da dimensão e abrangência das organizações de produtores e estruturas de concertação ao longo da cadeia alimentar; iii) Sustentabilidade: promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos e a valorização dos territórios rurais.

²⁹⁸ Segundo PARLAMENTO EUROPEU*, a Política de Preços e de Mercado, constitui o primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC) e a Política de Desenvolvimento Rural, constitui o segundo pilar da PAC. Para maiores desenvolvimentos cf.: “<http://www.europarl.europa.eu>” ou ponto 3.6 do Capítulo 3 - Contextualização.

*Disponível em: “<http://www.europarl.europa.eu>”.

²⁹⁹ Referência associada aos vinte e sete membros da União Europeia.



Para procurar atingir esses objetivos em MAMAOT (2012), é apresentada uma vasta tipificação das medidas a associar a esses objetivos.

Para o enquadramento do nosso objetivo específico, será relevante apenas a tipificação de medidas dentro do objetivo Sustentabilidade, a saber: i) floresta; ii) apoio à manutenção das zonas desfavorecidas, práticas ambientais; iii) abordagem LEADER.

Dentro desta tipificação do objetivo Sustentabilidade, irá ser considerada somente a tipificação “Apoio à manutenção das zonas desfavorecidas, práticas ambientais”, que, por sua vez, é subdividida da seguinte forma: i) investimentos ativos corpóreos no âmbito dos investimentos não produtivos de carácter ambiental; ii) agroambiente e clima; iii) agricultura biológica; iv) pagamentos a título de Natura 2000 e da Diretiva-Quadro Água; v) pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas.

Seria portanto, entre estas tipificações apresentadas do documento de orientação do PDR 2014-2020, que teria lugar, um novo ponto adicional, intitulado Proteção Integrada, enquadrando assim, a potencial aplicação de uma nova medida, que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada.

8.2 - REFLEXÕES COM ESPECIALISTAS

Esta reflexão realizada com os vários especialistas pretendeu, recolher contributos sobre a aplicação dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada pelos vitivinicultores em 2013, e sobre, se faria ou não sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção, no novo período de programação compreendido entre 2014-2020. Esta reflexão teve por base a avaliação desenvolvida e os contributos obtidos nas entrevistas promovidas com especialistas.

8.2.1 - Reflexão sobre a aplicação dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada pelos vitivinicultores em 2013, e se faria ou não sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção, no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020



A aplicação dos métodos de produção com recurso à PI mostrou, ser uma estratégia a privilegiar em vitivinicultura sustentável. A sua aplicação ao setor vitivinícola mostrou também, poder ter uma forte contribuição para a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo.

No quadro do território vitivinícola em análise, a lógica de expansão dessa fileira constitui um elemento fundamental, para se perceberem os efeitos de especialização e de aglomeração territorial na atividade vitivinícola do Alentejo, bem como, dos padrões que ela produz, sendo, na sua essência, estruturada por um sistema de relações e fluxos, que se querem com uma sustentabilidade assente num tripé entre: i) sustentabilidade económica; ii) sustentabilidade social; iii) sustentabilidade ambiental.

Reconhecida a importância da conservação das áreas vitivinícolas para a sustentabilidade futura dos territórios, a não utilização de métodos de produção com recurso à PI ou outros que se venham a mostrar equivalentes na vinha poderão, a prazo, colocar em causa a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo.

Desta forma, o vitivinicultor terá um papel de relevância na preservação e ocupação do espaço rural. Dado esse papel, o vitivinicultor foi sendo formado, sensibilizado e educado para estas questões ao longo de dois Quadros Comunitários de Apoio (QCA) (nomeadamente do QCA II e QCAII) por via do fomento à MAA PI.

Não obstante, pelo apurado ao longo deste Estudo, verificou-se existir dificuldade em assegurar a continuidade da aplicação da PI nas explorações vitivinícolas, após a retirada dos apoios. Embora se tenha verificado uma elevada adesão à medida, foi possível concluir que a utilização dos métodos de produção com recurso à PI está fortemente dependente dos apoios fomentados via MAA PI. Terminado o apoio via MAA PI, a utilização desses métodos “cai”.

Foi também verificado neste Estudo que, por parte de muitos vitivinicultores, os elevados custos com a aplicação dos métodos com recurso à PI, têm colocado em causa a continuidade da sua utilização após o fomento aos mesmos pela MAA PI.

A atual crise económica, e a concorrência cada vez maior, entre os vitivinicultores do Alentejo e vitivinicultores de outras regiões, nomeadamente, provenientes dos Novos Países Produtores (NPP)³⁰⁰, tem originado uma forte quebra nos rendimentos dos vitivinicultores. A

³⁰⁰ Na literatura do vinho é comum dividir o mundo em Velho Mundo (VM) e Novo Mundo (NM). O VM é composto por maioritariamente produtores estabelecidos (França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Áustria,



concorrência dos produtores do Alentejo, enquadrados nos Países Tradicionalmente Produtores (PTP), com produtores de outras regiões, nomeadamente de Novos Países Produtores (NPP), tem sido uma das questões a ter em conta, quando se fala em quebras de rendimentos. Estes NPP têm uma regulamentação mais fraca, apresentam novas castas e chegam a novos mercados (ex.: asiático).

Desta forma, de acordo com a opinião dos vários especialistas que foram entrevistados no âmbito deste Estudo, os NPP, não produzem apenas, o que sempre produziram, como ocorre em muitos PTP, e esperam que os consumidores se ajustem, mas por outro lado, tentam sim, ajustar-se aos novos gostos dos consumidores. Os NPP, não tem uma regulamentação tão rígida e não tem demasiada burocracia podendo, no imediato, representar uma vantagem competitiva face aos PTP. Pesa no entanto que, se essa fraca regulamentação não contemplar questões ambientais, ou seja, uma concorrência sem restrições, a prazo não será vantajoso e poderão ter problemas de sustentabilidade. Não obstante, na atualidade os NPP são um forte concorrente para os PTP.

Torna-se portanto essencial, conciliar o equilíbrio entre as questões ambientais e a relação preço-qualidade do produto final, para que não se restrinja nem o ambiente nem a competitividade dos produtos.

A promoção da MAA PI foi efetuada apenas junto dos produtores e, pelo apurado, não mostrou preocupação com os consumidores, e por consequência com as futuras vendas do vinho, como produto final de consumo, associado a esse método de produção. Em resultado, verifica-se uma insuficiente valorização dos produtos vitivinícolas regionais Alentejanos, produzidos com recurso á PI, pelo consumidor, gerando dificuldades de internalização dos benefícios ambientais decorrentes da PI no produto final.

Suíça, Bélgica, Grécia, Bulgária, Hungria e Roménia), enquanto o NM é composto por novos produtores (Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Canadá, Argentina, Chile, Brasil, México e Uruguai). Segundo MADRP (2007:47) “A clivagem entre países do “Velho” e “Novo Mundo” é muito acentuada quanto à prevalência dos direitos das marcas sobre outras manifestações de propriedade como a propriedade intelectual associada a produtos agrícolas. Em termos gerais, países como EUA, Austrália, boa parte da América Latina não subscrevem grande parte das preocupações que a União Europeia vem manifestando neste domínio”. Associadas a esta divisão, surgem as designações de Novos Países Produtores (NPP) e de Países Tradicionalmente Produtores (PTP). Segundo CCDRA (2004:198), nos designados Novos Países Produtores, podem ser incluídos países como os Estados Unidos, Argentina, Chile, Austrália, Brasil, Nova Zelândia, México e África. Nos Países Tradicionalmente Produtores, estão incluídos, França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Áustria, Suíça, Bélgica, Grécia, Bulgária, Hungria e Roménia.



Todas estas questões são efetivamente muito pertinentes, na medida em que, no todo interagem com a sustentabilidade económica das explorações e com a falta de recursos, que por sua vez, acabam por se refletir no ambiente.

A preocupação de apurar, se faria ou não sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção, no novo período de programação compreendido entre 2014-2020, remete ainda a análise para um conjunto de outros aspetos que deverão também ser tidos em conta. Nomeadamente importa refletir, sobre se deverá continuar a assentar o modelo de implementação da medida, numa lógica de subsídio para apoio destes métodos de produção “amigos do ambiente” como até agora, ou por outro lado, se seria preferível optar por uma lógica distinta, mais orientada para o Princípio do Poluidor Pagador³⁰¹. Na medida em que, se de facto o agente produtor produz externalidades negativas (por exemplo, na água ou nos solos), poderá ser ponderada a aplicação de um imposto. O Princípio do Poluidor Pagador, em termos sociais, poderá até ser mais aceitável do que um subsídio/incentivo para não poluir. Por outro lado, para tal acontecer, também deveria ser possível fornecer ao vitivicultor técnicas alternativas a preços competitivos, ou até facultar os incentivos de outra forma, por exemplo: i) proporcionar uma compensação associada à produção de um vinho de melhor qualidade; ii) garantir uma certificação associada à utilização dos métodos de produção de Proteção Integrada; iii) assegurar uma forte divulgação e promoção sobre o facto de o vinho ser produzido numa região beneficiária ambientalmente, com o apoio de uma política ou medida com objetivos de proteger o ambiente, entre outros.

Naturalmente, outras alternativas poderiam ainda ser consideradas, sendo que, um dos caminhos possíveis poderia passar por procurar tentar tornar estes métodos de produção com

³⁰¹ O Princípio do poluidor pagador é, em Economia do ambiente, um conceito onde se imputa a responsabilidade do poluidor em arcar com os custos resultantes da poluição. Segundo IAPMEI (Disponível em: “<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=502>”), entre os princípios de base da política do ambiente, inclui-se o “princípio da responsabilização”, que aponta para a assunção pelos agentes poluidores das consequências, para terceiros, da sua ação, direta ou indireta, sobre os recursos naturais, sendo esta, uma forma genérica de explicitar o chamado Princípio do Poluidor Pagador estabelecido nas diretivas comunitárias. Mais concretamente, em matéria de resíduos sólidos (urbanos e industriais), o Decreto-Lei n.º 488/85, de 25 de Novembro, estabelecia no seu Art. 1.º que “o detentor de resíduos, qualquer que seja a sua natureza e origem, deve promover a sua recolha, armazenagem, transporte e eliminação ou utilização de tal forma que não ponham em perigo a saúde humana nem causem prejuízos ao ambiente”. Em resumo, o industrial (poluidor) está proibido de poluir, pelo que lhe incumbe pagar os custos de eliminação dos resíduos e, caso o não faça, cabe-lhe a responsabilidade de ter de pagar os custos “sociais” de uma ação poluidora (ex.: através de multas ou indemnizações), sem prejuízo de ser obrigado a tomar as medidas necessárias para corrigir a situação.



recurso à PI, ou outros com mesmos objetivos, mais baratos para os vitivinicultores. Pelo que foi analisado neste Estudo, tudo aponta para que, a aplicação generalizada e continuada destes métodos, só venha a ter sucesso se seguir uma estratégia que possa tornar essa tecnologia mais acessível.

Torna-se pois importante associar a esses métodos de produção, “amigos do ambiente”, um processo de educação/formação com desenvolvimento de tecnologia que não acarrete custos mais altos e que promova a diferenciação e a certificação do produto final, de forma a torná-lo mais competitivo nos mercados nacionais e internacionais.

Ainda que possa parecer difícil, desta forma, poderá atingir-se a tão procurada sustentabilidade, sem recurso a subsídios ou impostos, ou seja, sem necessidade de existência direta de incentivo para não poluir, e sem recurso generalizado ao Princípio do Poluidor Pagador.



CONCLUSÕES E SUGESTÕES



CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Nesta fase final do Estudo, são apresentadas as principais conclusões estruturadas em vários subpontos, visando dar resposta aos objetivos inicialmente formulados. São ainda descritas as principais sugestões, para uma boa prossecução da medida em estudo.

Para finalizar, procede-se à apresentação de algumas das limitações inerentes à realização deste Estudo, bem como, de sugestões de investigação futura, com vista ao reforço deste campo de estudo.

CONCLUSÕES

As relações entre a agricultura e o ambiente estão atualmente na ordem do dia, em todo mundo. Estas relações assumem também, uma importância crescente na Europa, sendo que, as políticas públicas de desenvolvimento rural representam cada vez mais, um pilar da nova utilidade que a Europa reconhece ao seu espaço rural, nomeadamente, ao nível das questões ambientais.

As questões ambientais são de tal importância que, segundo MAMAOT (2012), a própria Comissão Europeia propõe, para período de 2014-2020, que o primeiro e segundos pilares da PAC contenham, medidas com impacto ambiental e prestação de serviços ambientais.

Nesse sentido, no próprio acordo político sobre uma nova orientação a dar à Política Agrícola Comum (PAC), celebrado em 26 de Junho de 2013, salienta-se, entre as várias alterações previstas, a intenção de definir um caminho “mais verde” para esta Política³⁰². Para tal, prevê-se que irão ser aplicados processos que promovam uma sustentabilidade inteligente, denominados processos *Greening*. Para esses processos, na ótica deste Estudo, é de realçar que, as Medidas Agroambientais são encaradas como tendo um papel relevante no complemento das práticas *Greening*, associadas a programas de intervenção com elevados padrões de proteção ambiental.

³⁰² Para maiores desenvolvimentos, cf.: “*Political agreement on new direction for common agricultural policy*”, disponível em: “http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-613_en.htm”.



No que se refere à MAA PI em Estudo, a forma como os seus objetivos foram definidos nos documentos preparatórios, na sua regulamentação e em toda a caracterização de medida, indicam uma preocupação crescente, com o aumento da sua eficácia ambiental, particularmente no que respeita à conservação da natureza e do espaço rural.

No decorrer deste processo de investigação orientado para o setor vitivinícola da região do Alentejo, não foram detetadas orientações genéricas de política para a medida em estudo, que contemplassem diretamente e especificamente cada território objeto de intervenção.

Esta situação não se altera sequer para cada uma das sub-unidades territoriais dentro da região estudada, classificados como sub-regiões vitivinícolas.

Desta forma, tudo aponta para que, à diversidade dos territórios e ao setor vitivinícola em questão, não tivessem correspondido objetivos específicos relativos à melhoria da competitividade territorial e ao desenvolvimento regional.

Com o desenvolvimento deste Estudo, foi possível contribuir para encontrar respostas para os seguintes objetivos de investigação, inicialmente definidos:

Objetivos Principais:

1 - Avaliar se o território foi considerado na definição dos objetivos da Medida Agroambiental Proteção Integrada, aplicada ao setor vitivinícola.

De uma forma resumida, a MAA PI, dirigia-se ao fomento de métodos de produção mais “amigos do ambiente” com grande importância para os territórios vitivinícolas do Alentejo, e por consequência, para toda a fileira económica do vinho desta região.

No entanto, pelo Estudo efetuado, a MAA PI, não parece considerar direta ou indiretamente, na sua definição dos objetivos, cada território de forma integrada e individualizada, aos quais teoricamente deveriam estar associados objetivos de desenvolvimento económico, regional ou ambiental, definidos numa escala territorial adequada.

Assim sendo, tudo parece indicar que a compreensão das características económicas e ecológicas dos territórios e, neste caso concreto, das sinergias existentes entre o próprio



território, o *terroir*, e o setor vitivinícola, não tenham sido tidas em consideração aquando da conceção dos objetivos da MAA PI.

No sentido de procurar validar esta conclusão, quando foram efetuadas as entrevistas a especialistas, promovidas no decorrer deste Estudo, esta questão específica, foi incluída no ponto 2.1 do respetivo guião³⁰³, no sentido de poder ser objeto de comentários. Os comentários efetuados pelos especialistas foram no mesmo sentido da conclusão apresentada.

Desta forma, tudo aponta para que a compreensão e a inclusão do território nos objetivos da MAA PI, poderiam ter levado à definição de um espaço de aplicação e uma integração efetiva da medida de incidência territorial vocacionada para o setor vitivinícola (ex.: a criação de um Plano Zonal³⁰⁴ de Proteção Integrada Vitivinícola do Alentejo), onde a eficácia económica e ambiental poderiam ser maximizadas.

Esta situação não foi prevista em sede de programação da medida, nem foi proporcionada durante a sua execução, pelo que, não ocorreu, nem ao nível da MAA PI, nem muito menos à sua aplicação ao setor vitivinícola.

A territorialização da MAA PI teria contribuído, para uma definição de objetivos com maior precisão setorial e territorial, nomeadamente uma melhor caracterização de situações de referência setoriais e uma efetiva monitorização territorial, bem como, para uma melhor adaptação desses objetivos em matéria de ambiente e às diferentes estruturas vitivinícolas das várias regiões.

2 - Avaliar se o processo de decisão e execução da MAA PI, aplicada ao setor vitivinícola, teve em consideração as especificidades de cada território, bem como, o território considerado de forma integrada ao qual estão associados objetivos de desenvolvimento rural e conservação do ambiente.

Tendo presente o verificado relativamente às conclusões do objetivo anterior (1), onde, tudo aponta para que o território não tenha sido considerado na definição de objetivos e orientações genéricas de política para a MAA PI, tal facto não invalidava que este pudesse,

³⁰³ Cf.: Para maiores desenvolvimentos, cf.: Anexo 22.

³⁰⁴ O Plano Zonal deve ser entendido, neste contexto, como um espaço de integração efetiva de Políticas Públicas de incidência territorial.



ainda assim, ser ponderado, e tido em conta, no processo de decisão e execução da MAA PI. Não obstante, o Estudo efetuado leva-nos a crer não ter existido um critério de decisão ou execução implementado pelo decisor que pondere o território.

Dada a relevância deste objetivo, à semelhança do ocorrido no objetivo anterior (1), e uma vez mais, no sentido de procurar validar esta conclusão, quando foram efetuadas, as entrevistas a especialistas, esta questão específica também foi incluída do respetivo guião, assumindo o ponto 2.2 do mesmo³⁰⁵, no sentido de poder ser objeto de comentários. Uma vez mais, os comentários efetuados pelos especialistas foram no mesmo sentido dos resultados apresentados.

De uma forma resumida, na operacionalização do processo de decisão e execução da MAA PI, as candidaturas eram analisadas por ordem de chegada aos serviços e, desde que estas cumprissem os critérios de elegibilidade, eram aceites, aprovadas e posteriormente pagas, sendo esta a forma como a execução operacional da medida se vai distribuindo pelos territórios. A título de exemplo, num caso de extremo, se só existissem duas candidaturas que cumprissem os critérios de elegibilidade, e só uma verba a atribuir, o próprio projeto vitivinícola, a sua valência, o potencial da exploração, o território em que se situa, as vocações ou sinergias desse território, não seriam considerados.

Por outro lado, tudo aponta para que, uma eventual territorialização da medida poderia vir a tornar a aplicação da mesma mais complexa, podendo mesmo, essa complexidade gerar alguns efeitos de morosidade ao nível da operacionalidade, nomeadamente no que se refere à decisão e posterior execução.

Pesa no entanto, que se tivermos em consideração, um exemplo do sucesso da territorialização de uma medida, em que é de destacar o Plano Zonal de Castro Verde³⁰⁶, em que se verifica uma boa execução e uma eficácia do na implementação do Plano, que indicia precisamente o contrário. Uma vez que a conceção deste Plano Zonal, foi feita sobre uma sólida análise económica e ecológica da região considerada, tudo aponta para ter sido esse facto, a chave da adequação dessa medida e da sua eficácia³⁰⁷.

³⁰⁵ Para maiores desenvolvimentos, cf.: Anexo 22.

³⁰⁶ Cf.: Reg. (CEE) n.º2078/92.

³⁰⁷ Até ao início do RURIS.



Para a região do Alentejo, o exemplo referido, poderia ser potencialmente uma solução a seguir para a MAA PI e para o setor vitivinícola.

Objetivos Específicos:

3 - Avaliar se por parte dos vitivincultores do Alentejo existia conhecimento e aplicabilidade dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por parte da Medida Agroambiental Proteção Integrada.

Segundo AMARO (2003), a utilização de métodos de produção com recurso à Proteção Integrada remonta os anos 20, sendo que estão disponíveis em Portugal desde 1977.

No entanto, com base nos dados que foi possível recolher, a maioria dos vitivincultores do Alentejo inquiridos, nomeadamente 66%, não tinha conhecimento da possibilidade de produzir com recurso a métodos de Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por parte da MAA PI. Esta questão reflete-se logicamente na utilização desses métodos nas explorações vitivinícolas onde efetivamente 86% dos inquiridos não utilizava PI. Desta forma, mesmo da baixa percentagem de vitivincultores que tinha conhecimento desta forma de produção antes da MAA PI (34%), muito poucos efetivamente a aplicavam nas suas produções.

Os elevados custos dos produtos fitofarmacêuticos, as especificidades da sua aplicação e as necessidades de formação por parte dos vitivincultores, poderiam estar na base de apenas 14% dos inquiridos, terem utilizado esses métodos de produção, antes do fomento aos mesmos por via da MAA PI.

4 - Avaliar a distribuição territorial da aplicação da Medida Agroambiental Proteção Integrada ao setor vitivinícola do Alentejo, bem como o progresso da sua execução durante os períodos de programação e identificar os territórios vitivinícolas que mais beneficiaram com esta medida.



De acordo com os dados analisados no âmbito deste Estudo, relativamente à distribuição territorial da MAA PI, foi possível verificar que o distrito³⁰⁸ de Évora foi o distrito com melhor nível de execução da MAA PI, seguido dos distritos de Beja e Portalegre. O distrito de Setúbal por seu lado, não registou bons níveis de execução.

No distrito de Évora verificou-se que a execução foi muito mais dispersa e equilibrada por todos os concelhos, notando-se que, apenas quatro dos catorze concelhos em análise, não demonstraram quaisquer níveis de execução.

Noutros distritos como Beja e Portalegre, a execução foi mais concentrada nos referidos concelhos sede de distrito, registando os restantes concelhos dos mesmos distritos níveis de execução muito modestos ou insignificantes.

No que respeita à MAA PI ao longo do período estudado, verificou-se que as tendências registadas ao nível da execução se revelaram muito semelhantes nos distritos de Beja, Évora, Portalegre.

Com o Estudo efetuado, através dos indicadores setoriais e territoriais selecionados, foi também possível aprofundar os resultados da amostra e reconhecer também a incidência territorial da medida ao nível dos respetivos concelhos.

Assim sendo, no período compreendido entre 1996 a 2006, foi o ano de 2003 o que registou maiores níveis de execução, e, por essa razão, foi um ano especialmente relevante para a análise sendo portador de um elevado potencial em termos de geração de efeitos globais no período estudado. Em 2003, os territórios mais beneficiados pela medida foram os concelhos de Vidigueira, Reguengos de Monsaraz, Borba, Redondo, Évora e Portalegre, sendo o somatório da sua execução responsável por 93,85% do número total de beneficiários, 89,96% do total da área abrangida e absorvendo 91,03% do total de ajudas de toda a região do Alentejo. Destes concelhos já com uma longa tradição vitivinícola, é de salientar que o concelho da Vidigueira, foi o concelho que apresentou o maior número de beneficiários, e o concelho de Borba, o concelho que tem a maior área de execução e que beneficia de mais ajudas, seguido de muito próximo, pelo concelho de Reguengos de Monsaraz.

³⁰⁸ A adoção de distritos enquanto unidade territorial de análise para o Estudo decorre do facto de, por razões relacionadas com a disponibilização e tratamento de dados referentes a períodos de tempo passados, onde as fontes que ainda seguiam uma lógica de distritos e concelhos, ter-se optado, por uma questão de coerência, de manter a mesma lógica e a mesma unidade territorial de referência, embora hoje, do ponto de vista político-administrativo e estatístico, as unidades territoriais NUT III são a unidade territorial que é privilegiada a esta escala.



Foi ainda possível apurar, que na grande maioria das regiões agrícolas, são predominantes explorações de pequena dimensão, nas quais se acentuam atividades diversificadas para além da vitivinicultura. Deste modo, a distribuição das ajudas pelas explorações agrícolas foi fortemente influenciada pelo seu maior ou menor índice de vocação vitivinícola, sendo que, em alguns territórios dentro da raia Alentejana, não ocorreram quaisquer níveis de execução.

É também de referir que, nos concelhos de Mourão (Granja) e Moura (Amareleja), classificados como Sub-Regiões Vitivinícolas, foram detetados territórios, onde tudo aponta para não terem beneficiado de forma relevante da MAA PI, comparativamente ao seu potencial vitivinícola implícito.

No período de tempo analisado, verificou-se que, a estrutura da medida e a sua gestão, poderão ter, de certa forma, condicionado a execução da mesma. Nesse sentido, é de referir também, que as Organizações de Agricultores (OA), neste caso concreto da ATEVA, confirmaram a sua importância para o aumento da adesão, sendo de salientar, a via da promoção e de esclarecimentos.

Foi notório que, no decorrer do período estudado, a medida demonstrou um bom nível de aceitação por parte dos vitivinicultores, uma vez que conseguiu evoluir de uma taxa de cobertura da SAU de vinha do Alentejo pela PI de 9,03% em 1996 para uma de 74,43% em 2003. Do exposto, parece lícito referir, que existiu um elevado interesse relativamente à MAA PI, por parte dos vitivinicultores do Alentejo.

Esse elevado interesse, e consequente execução da MAA PI, fica por sua vez marcado por resultados importantes e positivos no estímulo desses métodos de produção “amigos do ambiente”. Estes resultados de execução, são portadores de potencial de transformação e de impactos ambientais importantes, no entanto, é também de referir que, apesar dos objetivos da MAA PI serem, formalmente, de natureza ambiental, pôde-se também constatar, com este Estudo, que a MAA PI tem poucos referenciais territoriais de eficácia ambiental, não tendo sido definidas referências que permitiriam uma avaliação da eficácia e eficiência devidamente quantificadas em resultado desta execução da MAA PI, ao setor vitivinícola do Alentejo.



5 - Avaliar quais foram os efeitos da Medida Agroambiental Proteção Integrada na fileira económica do vinho no Alentejo, nomeadamente ao nível: i) do território; ii) da inovação; iii) dos produtores; iv) do setor vitivinícola; e v) dos mercados.

A Análise Global de Efeitos (AGE) conduzida foi criada para este Estudo, na perspetiva de responder à necessidade de medir os efeitos globais da MAA PI, na fileira económica do vinho no Alentejo, nomeadamente ao nível: i) do território, ii) da inovação, iii) dos produtores, iv) do setor vitivinícola, v) dos mercados.

Esta análise utilizou dados recolhidos provenientes da fonte inquirido por questionário aplicado aos beneficiários. Este inquirido, por sua vez, foi concebido especialmente para dar resposta às necessidades desta AGE, e por sua via, a este objetivo do Estudo.

Antes de iniciar o processo de apuramento dos resultados da AGE, os inquiridos por questionário recolhidos, foram criteriosamente verificados a fim de se detetarem aqueles que não poderiam ser validados³⁰⁹ e, conseqüentemente, apresentados para tratamento. Na fase seguinte, de preparação de dados para a AGE, procedeu-se à codificação da informação obtida, com vista à introdução na base de dados de formato Excel. A codificação dos dados recolhidos foi elaborada em função do tipo de questões presentes no inquirido, sendo necessariamente cuidadosa.

No final, a informação, é apresentada em forma de um *out-put* em base numérica e gráfica, criado especificamente para dar resposta às necessidades deste Estudo³¹⁰.

Desta forma, foi possível verificar que, dos trinta e oito efeitos analisados, a maior classificação verificada na amostra foi no efeito “inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas”. Este efeito está inserido na dimensão de análise inovação, obtendo uma classificação de 4,86 pontos, e por isso, muito próximo do máximo da escala, tipo Linkert de 5 pontos, utilizada. Esta classificação é seguida, pela obtida no efeito “redução de custos de produção da exploração”, que atingiu 4,85 pontos, sendo os dois maiores efeitos verificados pelos vitivinicultores inquiridos referente à MAA PI.

³⁰⁹ Só foram considerados como validados os inquiridos por questionário que foram totalmente preenchidos pelos inquiridos.

³¹⁰ Poderá ser consultado no Anexo 24.



No que se refere às dimensões de análise dos efeitos globais verificados, é de referir que, a dimensão de análise setor vitivinícola foi a que obteve maior classificação com a classificação de 4,37 pontos. Esta classificação, reflete a importância dos efeitos verificados a nível da sustentabilidade económica das explorações e do setor vitivinícola do Alentejo, e dos efeitos a nível da evolução da produção e da qualidade dessa produção, por parte das explorações³¹¹.

A dimensão de análise produtores obteve uma classificação de 3,56 pontos, sendo a segunda melhor classificação, quando comparadas todas as dimensões de análise. Nesta dimensão de análise, são de salientar, os efeitos verificados na “redução de custos de produção da exploração”, com a segunda maior classificação de toda a AGE, a ser seguida de perto pela classificação da “evolução das margens de comercialização de vinhos da exploração”, com 4,75 pontos. Esta dimensão de análise verifica também, em consequência desses dois efeitos anteriores, boas classificações nos efeitos associados à evolução das vendas e aumento dos lucros, embora com valores mais baixos que as anteriores.

A dimensão de análise território registou uma classificação de 3,28 pontos. É de salientar, a boa classificação a nível: i) das parcerias entre os vitivinicultores do Alentejo³¹²; ii) do “aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo”, com classificação de 4,48 pontos; iii) do “aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo”, com classificação de 4,02 pontos. Este último efeito contribuiu por sua vez, para se ter verificado, no efeito de “atratividade territorial”³¹³, uma classificação interessante de 3,65 pontos. A evolução da implementação territorial dos vitivinicultores do Alentejo registou, valores de classificação na ordem dos 2,85 pontos. São ainda de referir, as baixas classificações na contribuição para o aumento do emprego³¹⁴.

³¹¹ Estes efeitos, na ótica dos inquiridos, representam um passo importante para o aumento da importância do setor vitivinícola no Alentejo, relativamente a outros setores dessa região.

³¹² No que respeita à análise das parcerias entre vitivinicultores do Alentejo por via da MAA PI, são de salientar resultados distintos. No que se refere aos efeitos relacionados com a “criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo”, estes obtiveram a sexta maior classificação da AGE, nomeadamente 4,72 pontos. Por outro lado, na análise da classificação dos efeitos referentes à “criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo” verificou-se uma classificação de 2,26 pontos, sendo a quarta mais baixa de toda a análise. Pelas entrevistas efetuadas, tudo aponta para que, com estas questões possam estar relacionadas questões de proximidade e conhecimento pessoal entre os produtores dentro da própria região.

³¹³ Relativamente a produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo que iniciassem produções no Alentejo.

³¹⁴ O efeito mais baixo, frequentemente apontado pelos vitivinicultores inquiridos, foi ao nível do “aumento do emprego nas explorações”. A assistência técnica dada aos vitivinicultores pela ATEVA durante o fomento à



Para a dimensão de análise mercados, é de salientar, a maior classificação desta dimensão de análise no efeito “transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção dos vinhos do Alentejo”, também com uma das classificações mais altas, de toda a AGE. No que se refere à contribuição para uma eventual certificação da “marca” PI, é de referir que, as classificações mais altas foram direcionadas para alterações nos rótulos já existentes, de forma a salientar o modo de produção com recurso à PI, não tendo sido um caminho escolhido, pela maioria dos inquiridos, optar por criar novos rótulos para o efeito ou marcas específicas de vinhos a dar relevo à PI.

Nos efeitos da MAA PI, na evolução da comercialização dos vinhos das explorações, relativamente aos mercados regional (Alentejo), nacional ou internacional, foi na evolução da comercialização dos vinhos no mercado nacional, que se obteve a melhor classificação, com 3,75 pontos.

A dimensão de análise inovação regista, a menor classificação em termos comparativos de dimensões de análise, mas é de referir que contém o efeito “inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas”, com a melhor classificação da AGE, e verificando também uma boa classificação, a nível da “inovação na qualidade dos vinhos”, com 3,71 pontos. É de referir, no entanto, que as baixas classificações a nível da “inovação a nível dos vinhos enquanto produtos finais de consumo”, com uma classificação de 2,25 pontos, e a nível da “inovação no desenvolvimento de atividades associadas ao vinho”, com uma classificação de 2,23 pontos, contribuem para baixar os valores globais desta dimensão de análise.

A classificação final da AGE foi de 3,49 pontos, associada a um Efeito Global Forte.

Resumindo, pela AGE efetuada à MAA PI, o maior efeito verificado na AGE, tendo como fonte a ótica dos vitivinicultores inquiridos, foi a nível da implementação de boas práticas vitivinícolas, refletindo essas boas práticas, benefícios relacionados com questões ambientais e com relevância na qualidade do vinho.

MAA PI era imprescindível para a obtenção dos melhores resultados da medida. Essa assistência, com o finalizar dos apoios à MAA PI passou a ter de ser paga diretamente pelos vitivinicultores ou assumida por técnicos próprios das explorações. Pelo apurado, tudo aponta para que, não tenha compensado, à maioria das explorações, a contratação de técnicos especializados neste método de produção, tendo afetado essa responsabilidade a técnicos já existentes, evitando necessidades de incrementos ao quadro de pessoal.



Foi ainda verificado, que o fomento à MAA PI traduziu também uma oportunidade para os vitivinicultores poderem reduzir os seus custos de produção, beneficiando de melhores margens e influenciando, de certa forma, a sustentabilidade económica das explorações, não obstante os benefícios ambientais intrínsecos.

Finalmente, para o mercado nacional e internacional, foram verificados efeitos relacionados com a transmissão de uma imagem de sustentabilidade ambiental, associada à produção dos vinhos do Alentejo.

6 - Avaliar quais foram as principais contribuições da Medida Agroambiental Proteção Integrada, para o conjunto de todas as Medidas Agroambientais e para o RURIS.

No âmbito deste Estudo, as principais contribuições da MAA PI, para o conjunto de todas as Medidas Agroambientais e para o RURIS, foram objeto de diferentes abordagens complementares.

Inicialmente, segundo PDRu (2000-2006), pode-se afirmar, que a intervenção das MAA apresenta uma relação com os objetivos específicos do RURIS³¹⁵. Desta forma, as medidas desta intervenção, foram divididas em cinco grupos de acordo com os objetivos específicos da mesma. No Estudo efetuado, foi analisada a correspondência entre cada MAA e os objetivos específicos do RURIS, tendo possibilitado obter uma visão mais global, da contribuição individual de cada medida.

No seguimento, e de acordo com PDRu (2000-2006), foi possível observar-se que se verificaram resultados positivos de relevância, relacionados com a Proteção Integrada entre as MAA. Estes resultados demonstram, uma panóplia de possíveis transformações e impactos ambientais importantes, com incidência em todo o território³¹⁶.

³¹⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre a ligação existente entre os objetivos operacionais da intervenção Medidas Agroambientais e os objetivos específicos do RURIS, cf.: PDRu (2000-2006).

³¹⁶ Segundo PDRu (2000-2006), de uma forma generalista, é de referir o importante potencial demonstrativo das medidas Sementeira Direta, Técnicas de Mobilização Mínima e Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes, mas também, o resultado menos bom na execução do Plano Zonal de Castro Verde, potenciado pelo decréscimo de beneficiários e da superfície abrangida comparativamente com os resultados que se haviam obtido até final do Reg. (CEE) n.º 2078/92.



Verificou-se também que, a intervenção MAA não regista muitos referenciais de eficácia e eficiência ambiental, não estando portanto definidas condições, que pudessem vir a possibilitar uma avaliação comparativa entre todas as medidas nestes âmbitos.

Conhecidas essas limitações, procurou-se avaliar as contribuições da MAA PI para o cumprimento dos objetivos específicos do programa RURIS. Para tal, utilizou-se o inquérito por questionário, para procurar apurar a sensibilidade dos produtores, sobre essa questão. Tudo aponta para que, a experiência dos produtores de aproximadamente uma década de aplicações da MAA PI, e a sua proximidade com os resultados práticos da mesma, poderão de certa forma, contribuir para os mesmos aferirem de uma forma experiente, sobre os efeitos ambientais da mesma. Nomeadamente os que integram os Objetivos Específicos (OE) aos quais se apurou a MAA PI, poder contribuir para o seu cumprimento.

Foi verificado que essa contribuição iria incidir sobre os Objetivos Específicos: OE 1 (conservação do solo); OE 2 (redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água); OE 7 (proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre) e OE 9 (manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental).

Desta forma, atendendo ao Estudo efetuado, verificou-se que a maior contribuição da MAA PI para os objetivos específicos do RURIS, foi para o objetivo específico OE 9 com uma classificação de 4,38 na escala utilizada, tipo Linkert de cinco pontos. Não obstante, verificou-se uma classificação total da contribuição para os quatro objetivos de 4,37 pontos, ficando muito próximo do máximo da escala. Embora não sejam referências ambientais, podemos verificar que, do prisma dos beneficiários, a MAA PI teve uma contribuição elevada, para todos os objetivos específicos do RURIS que lhe correspondiam.

Seguindo a mesma lógica de aplicação do inquérito aos vitivinicultores, verificou-se que, 69% dos inquiridos classifica o impacto global da MAA PI no conjunto de todas as MAA, como “muito forte”, tendo uma classificação final de 4,6 pontos. Claro que, isoladamente este critério mostra-se, insuficiente para determinar corretamente esse impacto, no entanto, optou-se pela sua aplicação, como forma de apurar a sensibilidade e experiência dos beneficiários sobre esta questão.



A nível da avaliação da contribuição da medida no contexto global da política, procedeu-se também, à análise da contribuição para os resultados dos principais indicadores. Desta forma, segundo PDRu (2000-2006), o valor previsto para o período entre 2001 e 2003 na região do Alentejo, apontava um total de 2.681 beneficiários para a PI e um total de 4.529 beneficiários para as MAA. Contudo, pelos dados efetivamente apurados, e refletidos ao longo do Estudo, esses valores não foram completamente atingidos.

No entanto, é de referir que, para o período e região considerada, o indicador Número Total de Beneficiários da PI vitivinícola, representava 63,28% do total da PI e 35,73% do total das MAA. Nesta base, pode-se assumir como relevante a contribuição da execução da PI vitivinícola, para o resultado final deste indicador.

No que respeita ao Número de Hectares Abrangidos, mais uma vez a previsão efetuada em PDRu (2000-2006), que apontava na direção de se atingir para a PI uma superfície de 37.869,07 hectares, e para as MAA uma superfície de 137.316,19 hectares, ficou um pouco aquém, do que efetivamente foi apurado.

À semelhança do verificado com o indicador Número Total de Beneficiários, o peso relativo do número de hectares abrangidos pela PI vitivinícola na região do Alentejo, apresenta-se relevante, atingido uma cobertura de 55,05% da área de PI, e uma cobertura de 14,48% da área total das MAA, nessa mesma região.

Referente ao indicador Nível Médio da Ajuda por Beneficiário, não foram encontradas previsões para estes valores, sendo de referir que, os valores registados para a PI vitivinícola, mostram que os vitivinicultores do Alentejo receberam abaixo da média verificada para a Medida PI e para as MAA.

É no entanto de salientar, que embora o indicador em termos médios se possa mostrar inferior, este é resultado de uma média aritmética simples dos valores obtidos nos últimos três anos, e que, no caso da PI vitivinícola, quando apenas analisamos o nível médio de cada ano individualmente, apuramos que se verifica uma tendência crescente, sendo que, o valor deste indicador apenas para o ano de 2003, aponta para um nível médio de 1.991,30 euros, ou seja, quase idêntico ao nível médio da PI.

Optou-se também, por verificar a contribuição mais direta da PI vitivinícola, para alcançar as metas de execução das MAA. Nessa base, podemos aferir que, no âmbito deste Estudo, foi identificado que a MAA PI teve uma contribuição mais direta para a meta de



execução 1 (aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes) e para a meta de execução 2 (atingir uma cobertura de SAU entre 20 e 35%).

Para a meta 1 verificamos que 72% dos vitivinicultores inquiridos classificam, que a MAA PI, “contribui totalmente” para atingir a meta 1. Tendo em conta a escala utilizada, tipo Likert de 5 pontos, a classificação média foi de 4,71 pontos, e como tal, pode concluir-se, que os beneficiários assumem uma elevada contribuição da MAA PI, para atingir esta meta.

Visto de outro prisma, esta meta tem implícita na sua definição, uma relação com a execução do Reg. (CEE) n.º 2078/92. Segundo DGDR (1997)³¹⁷, o número total de contratos vigentes em 1996³¹⁸ foi de 123.480. No entanto, de acordo com informação proveniente do PDRu (2000-2006), os contratos em vigor em 2003³¹⁹ foram 59.407, o que permite concluir que, pelo menos, nessa perspetiva intercalar, a meta não foi atingida.

No entanto, é de referir que o contributo da MAA PI³²⁰ para este objetivo, mostra-se relevante. Com base no Estudo efetuado, é visível que esta medida na região do Alentejo registou, desde o ano de 1996 até 2003, um aumento no indicador Número de Beneficiários na ordem dos 323,55%, pelo que se considerou, como tendo um bom desempenho na contribuição para atingir esta meta.

Para a meta 2, atendendo aos dados apurados refletidos no Estudo, é possível constatar que, para o ano de 2003, a PI vitivinícola representava 14.042,08 hectares na região do Alentejo, ou seja 3,68 % da SAU das MAA. Desta forma, consideramos que teve também, um bom desempenho na contribuição para atingir esta meta.

Finalmente, uma vez que as “questões de avaliação comuns” constituem um dos principais referenciais de avaliação de programas direcionados para o desenvolvimento rural ao nível da UE, sendo que, em última análise, pretendem traduzir os impactos a obter com as várias intervenções, foi também efetuada uma análise, no sentido de estudar a contribuição da MAA PI.

O programa RURIS verifica um elo de consonância entre os seus objetivos específicos e as “questões de avaliação comuns de avaliação”.

³¹⁷ Sob a base do Reg. (CEE) n.º 2078/92.

³¹⁸ Contempla os anos de 1994, 1995, 1996.

³¹⁹ Contemplando os anos de 2001, 2002 e 2003 (2003 dados não estabilizados).

³²⁰ Baseado nos dados recolhidos para o setor vitivinícola na região do Alentejo.



No caso particular deste Estudo, procedeu-se à identificação das questões de avaliação comuns relacionadas com a medida em análise. Em resultado, foram identificadas, como relevantes, as questões de avaliação relacionadas com a MAA PI. Ou seja, as questões de avaliação 1A (“em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?”); 1B (“em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?”) e 2A (“em que medida, a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?”).

Como referido anteriormente, a inexistência de uma situação de referência quantificada prevista na própria definição da MAA PI, não permite uma análise completa do seu impacto, possibilitando apenas reconhecer a existência de um efeito potencial, sem possibilidade de quantificação. Por essa razão, uma vez que podemos considerar a população-alvo do inquérito, como tendo uma elevada experiência prática de longos anos a lidar com estas questões, optou-se por seguir a mesma lógica que anteriormente e inquirir os vitivinicultores, sobre estas questões de avaliação comuns. Com base nessa abordagem, foi possível verificar que, os vitivinicultores atribuíram à MAA PI, uma classificação final de 4,76 pontos na escala tipo Linkert de cinco pontos, ou seja, assumindo desta forma que, a MAA PI “contribuiu totalmente” para os resultados analisados pelas “Questões de Avaliação Comuns para as Medidas Agroambientais”, previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006). Apesar desta análise por si só, não resolver a questão da inexistência, no próprio quadro regulamentar da MAA PI, da definição de uma situação de referência quantificada, nem a pretender substituir, possibilita dar a conhecer algumas referências qualitativas dos efeitos percebidos pelos beneficiários, ao nível destas questões.

7 - Identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças da Medida Agroambiental Proteção Integrada, aplicada ao setor vitivinícola do Alentejo.

No sentido de contribuir para melhor se identificarem alguns pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da execução da MAA PI relativamente ao setor vitivinícola do Alentejo, foi desenvolvida uma análise SWOT.



Esta análise SWOT encontra a sua fundamentação na avaliação efetuada ao longo deste Estudo, e nos contributos obtidos por via de um conjunto de entrevistas individuais, efetuadas a especialistas, técnicos e beneficiários com esse objetivo, possibilitando desta forma, dar resposta a este objetivo específico desta investigação.

São de referir, de uma forma resumida, alguns dos pontos fortes que foram identificados, os quais abrangem questões como: i) os objetivos da MAA PI em promover os métodos de exploração sustentável; ii) a manutenção e a sustentabilidade dos territórios vitivinícolas; e iii) a relevância do papel dos vitivinicultores, na preservação e ocupação do espaço rural. Para o efeito, a crescente adesão e contribuição da MAA PI para o aumento da SAU vitivinícola, não teriam sido possíveis sem o crescimento dinâmico da envolvimento entre técnicos, agricultores e associações de vitivinicultores, com o objetivo de promover a melhor execução da MAA PI. Estas ligações foram fundamentais para promover a inovação, o desenvolvimento e a implementação de boas práticas vitivinícolas. Essa sensibilização e fomento efetuados pela MAA PI tiveram a possibilidade de ser continuados nas regiões vitivinícolas, mesmo após o término dos apoios via MAA PI.

Referindo-se resumidamente, alguns dos pontos fracos que foi possível identificar, pode começar-se por apontar, os custos elevados inicialmente associados à aplicação da PI. Como consequência direta destes custos, resulta a dificuldade acrescida em assegurar a continuidade da PI nas explorações vitivinícolas, após o término dos apoios.

Assim sendo, é possível afirmar que, a utilização dos métodos de produção com recurso à PI estava, fortemente dependente dos apoios fomentados via MAA PI.

Por sua vez, tendo sido verificado, que ocorreu uma insuficiente valorização dos produtos vitivinícolas regionais alentejanos, produzidos com recurso à PI, gerou-se ainda, uma maior dificuldade na internalização dos benefícios ambientais da PI no produto final.

No que respeita às oportunidades, destaca-se ainda a contribuição da MAA PI, para a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. Para a continuidade dessa contribuição, torna-se necessário, procurar associar à PI, um processo de educação/formação com desenvolvimento de tecnologia que não acarrete custos mais altos, e que promova a diferenciação e certificação no produto final. No âmbito das oportunidades são também de salientar: i) o aumento do interesse pela preservação e conservação da natureza por parte da sociedade, abrindo excelentes oportunidades para a valorização do espaço vitivinícola, das



comunidades rurais e da diversificação das atividades nas explorações vitivinícolas; ii) o desenvolvimento de um melhor espaço ambiental e a sua potencial implicação no forte crescimento de produtos turísticos; iii) a maior preocupação dos consumidores pela segurança e qualidade ambiental, e por consequência o aumento da procura de produtos de qualidade, nomeadamente de produtos biológicos, e a possibilidade de forte exportação destes mesmos produtos; iv) a crescente orientação da PAC para a resolução de problemas do mundo rural, com o enfoque no desenvolvimento do mundo rural e ambiente.

Passando para as ameaças, indica-se como referência principal, a não utilização de métodos de produção com recurso à PI, ou outros que se venham a mostrar equivalentes, na proteção da vinha e do ambiente, o que poderá, a prazo, por em causa a sustentabilidade da fileira económica do vinho no Alentejo. Assim sendo, tornar-se-á mais difícil ultrapassar os desafios de mercado, se os territórios vitivinícolas estiverem poluídos e com problemas ambientais, por não estarem devidamente protegidos. Como ameaças salienta-se também, a concorrência dos vitivinicultores do Alentejo, relativamente a produtores de outras regiões, nomeadamente, provenientes dos Novos Países Produtores (NPP), bem como, a não resposta aos atuais desafios dos mercados internacionais.

Alguns aspetos aferidos pela SWOT, tocam em alguns dos grandes problemas com que se defronta o meio rural português, necessariamente em articulação com as debilidades que afetam o setor vitivinícola. A intervenção sobre a realidade espelhada na matriz SWOT, só é possível de ser potenciada e/ou atenuada, através da intervenção concertada de vários instrumentos de política pública e não apenas com uma medida.

8 - Avaliar se os métodos de produção com recurso à Proteção Integrada continuam a ser efetivamente aplicados pelos vitivinicultores do Alentejo em 2012/2013, e se os mesmos planeiam a sua utilização no próximo período de programação 2014-2020.

Tendo em conta, que no período de execução da MAA PI, foram mobilizados inúmeros esforços para formar e sensibilizar os vitivinicultores sobre a importância ambiental da utilização desses métodos, torna-se alvo de interesse analisar se, após a retirada dos apoios associados à da MAA PI em 2006, o investimento efetuado em formação e sensibilização teve resultados práticos, e se efetivamente, os vitivinicultores deram seguimento à utilização



desses métodos, sem apoios financeiros para tal, motivados “apenas” pelas inúmeras vantagens desses métodos e principalmente pela sustentabilidade das suas próprias produções.

Pela análise efetuada tudo aponta para que, após finalizada a intervenção e até aos nossos dias, 42% dos inquiridos afirmam que os produtores mantêm uma interpretação técnica ampla da PI. Esta questão, por si só, apresenta um impacto interessante visto que, esse conhecimento se manteve por mais sete anos após finalizados os apoios à MAA PI, não tendo, portanto, os vitivinicultores permanecido indiferentes.

Por outro lado, 58% dos inquiridos indicam, que os produtores não têm uma interpretação técnica ampla destes métodos. No entanto, é verificado por este Estudo, que a maioria dos produtores reconhece de forma esmagadora, os benefícios e efeitos destes métodos.

Pelos dados analisados neste Estudo, verificou-se uma quebra da produção mantida com recurso à PI entre os anos de 2007 e 2013. Deste modo, pelo apurado, em 2007, mesmo sem apoios, 72% dos produtores mantiveram toda a produção em PI e 20% cerca de $\frac{3}{4}$ da produção, sendo de referir que, apenas 5% dos vitivinicultores inquiridos referiram não afetar qualquer produção a este método.

Em 2009 registou-se uma transferência de utilização da PI da classificação de “toda a produção” para “ $\frac{3}{4}$ de produção”, sendo que, 63% dos vitivinicultores afirmaram ter afetado “ $\frac{3}{4}$ da produção” à PI, comparativamente com 26% que afetaram “toda a produção”.

No ano de 2011 verifica-se que a grande maioria dos produtores, já se aproxima mais da afetação de apenas “ $\frac{1}{2}$ da produção” à PI, sendo mesmo, a opção escolhida por 58% dos produtores. Essa tendência dos produtores afetarem cada vez menos área à PI, continua para 2012 e 2013, sendo que em 2013, a grande maioria dos inquiridos apenas afeta “ $\frac{1}{2}$ da produção” e 34% nem sequer a utiliza.

Ao analisar-se as classificações atribuídas, com base na escala de avaliação de cinco pontos, tipo Likert utilizada, verifica-se que as classificações decrescem de 4,55 pontos para 2,45 pontos entre os anos de 2007 e 2013.

É também merecedor de nota de registo, que, apesar das quebras acentuadas, 23% dos produtores ainda mantiveram toda a sua produção com recurso à PI em 2013.

A cada vez menor utilização dos métodos de PI poderá também estar relacionada com os custos mais elevados que os vitivinicultores suportam. Não obstante, provavelmente



devido às formações promovidas aquando da execução da medida e a boa experiência dos vitivinicultores com esse método de produção, tudo aponta para que, embora a tendência principal tenha sido de abandono, verifica-se um esforço de alguns produtores, em tentar manter a sua produção neste método.

Com base nos dados analisados, os produtores, na maioria dos inquiridos, têm procurado alternativas à PI. Essa procura foi motivada principalmente pelos custos elevados da PI e pelas especificidades de apoio técnico que lhes estão associadas, que também representavam custos.

Pelo analisado neste Estudo, 57% dos inquiridos mostra, que efetivamente prevalece interesse em proteger as vinhas e encontrar soluções nesse sentido. Os restantes 43% dos inquiridos, não revelam muitas preocupações em procurar alternativas à PI “amigas do ambiente”.

Pelo analisado, o critério principal na seleção de produtos a utilizar, não consiste necessariamente na substituição ou pesquisa de outros produtos de “equivalência” ou “aproximação” aos efeitos ambientais da PI na vinha, mas sim, na procura do produto com o custo mais reduzido possível, sendo portanto o fator preço, o critério predominante.

No seguimento, quando os vitivinicultores são inquiridos sobre, que parte da produção preveem manter com recurso à PI, no próximo período de programação, a maioria divide-se entre: i) 37% que não prevê afetar nenhuma produção a este método; e ii) 29% dos que prevê apenas $\frac{1}{4}$ da produção³²¹. Apenas uma parte dos inquiridos, na ordem dos 20%, afirma intenção de manter.

Estes resultados, por sua vez, devem ser objeto de reflexão, pois se de facto, se afere, que cada vez menos, se produz recorrendo a métodos mais “amigos do ambiente”, haverá lugar para se colocarem questões, sobre, que sustentabilidade terão as futuras produções de vinho, bem como, que sustentabilidade terá toda a fileira económica do vinho, uma vez que estas questões ambientais determinam a base produtiva de toda a fileira.

9 - Apurar se faria sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020.

³²¹ Tudo aponta para, quando possível, ser apenas afeto a produções mais específicas ou de gamas mais altas.



Para se procurar atingir este objetivo específico, foi desenvolvida neste Estudo uma análise prospetiva. Essa análise foi elaborada com base nas contribuições dos vitivinicultores e numa reflexão que teve por base a avaliação desenvolvida, bem como, os contributos obtidos nas entrevistas promovidas com especialistas.

O Estudo efetuado, com base nos dados disponíveis e nos dados recolhidos, revelou que 63% dos inquiridos classificam como “imprescindível” a necessidade de continuidade da MAA PI, por parte dos vitivinicultores do Alentejo, no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020. Os restantes vitivinicultores atribuem classificações de “muito necessária” e de “necessária”, originando uma classificação final de 4,55 pontos, o que, na escala utilizada, tipo Likert de cinco pontos, está muito próximo do máximo.

Os vitivinicultores consideram, que o maior efeito esperado dessa potencial continuidade da MAA PI seria, a nível da implementação de boas práticas vitivinícolas e consequentes benefícios ambientais associados às mesmas, com relevância na qualidade do vinho. Os vitivinicultores vêm também nessa continuidade, a possibilidade de baixar os seus custos de produção, beneficiando de melhores margens, influenciando, de certa forma, a sustentabilidade económica das empresas e produtores do setor vitivinícola no Alentejo. Por fim, para o mercado nacional e internacional, seria também transmitida uma imagem de sustentabilidade ambiental, associada à produção dos vinhos do Alentejo e aos benefícios daí decorrentes.

Assim sendo, se por parte dos vitivinicultores, faria todo o sentido a aplicação de uma nova medida, que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à PI, no novo período de programação de 2014 - 2020, por outro lado, não obstante o apurado ao longo deste Estudo, verificou-se existirem dificuldades em assegurar a continuidade da PI nas explorações vitivinícolas, após a retirada dos apoios à mesma. Este facto poderia originar que, no final do período de 2014-2020, a mesma situação pudesse voltar a ocorrer, tal como sucedeu nos períodos anteriores.

É ainda verificado neste Estudo que, por parte de muitos vitivinicultores, os elevados custos com a aplicação dos métodos com recurso à PI, têm colocado em causa a sua continuidade de utilização, após o fomento aos mesmos pela MAA PI. A esta situação acresce o facto de se verificar uma insuficiente valorização dos produtos vitivinícolas regionais



alentejanos, produzidos com recurso à PI, por parte dos consumidores, o que gera dificuldades de internalização dos benefícios ambientais da PI, no produto final.

Se tida em conta a atual crise económica e financeira, e a concorrência cada vez maior verificada entre os vitivinicultores do Alentejo e vitivinicultores de outras regiões, originando uma forte quebra nos rendimentos dos vitivinicultores, essa continuidade de utilização da PI ainda se torna mais difícil de manter.

A potencial aplicação de uma nova medida, que voltasse a contemplar o fomento da PI em 2014 - 2020, leva-nos também, para outras questões sobre as quais importa refletir. Nomeadamente se deverá continuar a apostar-se numa lógica de subsídio, para incentivo destes métodos de produção “amigos do ambiente” como anteriormente, ou se, por outro lado, se deverá entrar numa lógica distinta, mais vocacionada para conceitos do tipo “Poluidor Pagador”. Esta lógica revela também alguns pontos pertinentes, na medida em que, se de facto, o agente produtor gera externalidades negativas, poderá ser ponderada a aplicação de um imposto. A questão do “Poluidor Pagador”, em termos de opinião pública poderá ser até mais aceitável do que a aplicação de um subsídio/incentivo para não poluir³²². Pesa no entanto que, pelo apurado, no acordo político sobre uma nova direção em torno da PAC³²³ (2013), o caminho para uma PAC “mais verde”, estará mais vocacionado para uma ótica de incentivos.

Entre muitas vias possíveis de seguir, um caminho viável poderia passar por procurar tentar tornar estes métodos de produção com recurso à PI, ou outros com mesmo objetivo, mais acessíveis para os vitivinicultores. Pelo analisado neste Estudo, tudo aponta, para que a aplicação generalizada e continuada destes métodos só venha a ter sucesso se seguir uma estratégia que possa tornar essa tecnologia mais acessível.

Assim sendo, é portanto essencial, conciliar o equilíbrio entre as questões ambientais e a relação de preço qualidade do produto final, para que não se restrinja nem o ambiente nem a competitividade dos produtos.

Deverá também, ser tido em linha de conta que no cenário atual, tudo aponta para que na generalidade dos casos, não tenham sido utilizados métodos de produção com recurso à

³²² Por outro lado, para tal acontecer também deveria ser possível fornecer ao vitivinicultor técnicas alternativas a preços competitivos, ou até dar os incentivos de outra forma, com apoio de uma política ou medida com objetivos de melhor ambiente.

³²³ Para maiores desenvolvimentos, cf.: “*Political agreement on new direction for common agricultural policy*”, disponível em: “http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-613_en.htm”.



Proteção Integrada durante o último período de programação (2007-2013), nem esteja a ser planeada, na generalidade dos casos, a sua utilização para o próximo período 2014-2020. Estas questões são preocupantes, pois poderão originar que o setor possa estar seriamente a entrar num “ciclo de fraca proteção ambiental” e que possa comprometer o ambiente e a sustentabilidade de toda a fileira económica do vinho no Alentejo. Deste modo, poderá efetivamente fazer sentido, nesta situação emergente, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, ou outros, que se mostrem idênticos ou melhores no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020.

Para tal, essa potencial “nova” medida, teria de ser contemplada no documento de orientação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020 e validada no futuro PDR 2014-2020, já com carácter definitivo. Nesse documento é apresentada, uma visão da estratégia nacional para a agricultura e para o desenvolvimento rural nacional, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 e no contexto de convergência com a UE27³²⁴, e que, pretende orientar para, “a autossuficiência, em valor, do setor agroalimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional” MAMAOT (2012:27).

Assim sendo, segundo MAMAOT (2012), essa Estratégia de Desenvolvimento Rural apresentada para 2014-2020 tem como principais objetivos: i) desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional; ii) aumentar a concentração da produção e da oferta; iii) criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do setor agroalimentar.

Para cumprir esta finalidade, são definidos três objetivos operacionais³²⁵, dos quais a “nova” medida poderia ficar delimitada ao terceiro objetivo operacional, a saber: “Sustentabilidade: promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos e a valorização dos territórios rurais”. Assim sendo, para o enquadramento do objetivo específico pretendido, será relevante apenas a tipificação de medidas dentro do objetivo “Sustentabilidade”, nomeadamente a tipificação: “apoio à manutenção das zonas desfavorecidas, práticas ambientais”. Será portanto, dentro desta tipificação apresentada do

³²⁴ Referência associada aos vinte e sete membros da União Europeia.

³²⁵ Para maiores desenvolvimentos, cf.: Capítulo 8 - Análise prospetiva.

documento de orientação do PDR 2014-2020, que teria lugar, um novo ponto adicional intitulado Proteção Integrada, enquadrando assim, a potencial aplicação de uma nova medida, que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, no quadro das Políticas Públicas com vista ao desenvolvimento rural.

Pesa no entanto que, com base neste Estudo e com vista a melhorar situações verificadas em aplicações anteriores desta medida, a essa potencial opção de incentivo a esses métodos de produção, “amigos do ambiente”, tornar-se-ia também, de grande importância, associar-lhe uma panóplia de vetores principais de atuação agrupando sugestões de alterações, algumas das quais se apresentam de seguida.

SUGESTÕES

As linhas nas quais assentam as principais sugestões que se apresentam neste Estudo estão estruturadas em torno dos seguintes vetores de atuação: i) territorialização; ii) simplificação e renovação; iii) otimização, organização e gestão; iv) controlo e monitorização; v) informação e comunicação; vi) tecnologia e inovação; vii) certificação e competitividade; viii) autossuficiência e sustentabilidade.

i) Territorialização

É essencial iniciar, desde a sede de programação, um trajeto de territorialização da medida para o setor vitivinícola na região do Alentejo, procurando o aumento da respetiva eficácia por via de uma definição mais precisa, coordenada e até georreferenciada dos objetivos ambientais e de desenvolvimento rural específicos da região e setor em Estudo. E adotando também uma coerência de integração com as restantes medidas com cariz ambiental do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) (2014-2020).

É importante procurar uma coordenação de sinergias para a dinamização da medida no respetivo programa (PDR 2014-2020) e entre as autarquias e as diferentes organizações empenhadas no desenvolvimento rural, regional e setorial.

Tudo aponta, para que um dos caminhos a seguir, para contribuir para a referida territorialização, poderia passar pela definição de um espaço de aplicação e de integração



efetiva da medida de incidência territorial, vocacionada para o setor vitivinícola. Mais precisamente poderia passar pela criação de um Plano Zonal³²⁶ de Proteção Integrada Vitivinícola do Alentejo, onde a eficácia económica e ambiental poderia ser maximizada. A viabilidade desta situação poderia, ser analisada em sede de programação.

A territorialização da medida daria um contributo direto para, uma definição de objetivos ambientais e de desenvolvimento rural com maior precisão, uma melhor incidência setorial, toda uma monitorização territorial mais precisa, resultando assim uma melhor adaptação dos objetivos em matéria de ambiente e ao nível das explorações vitivinícolas das várias regiões.

ii) Simplificação e renovação

É necessário procurar criar condições para a adaptação e renovação da estrutura de suporte da medida, por via de uma eventual simplificação e desburocratização do processo. As condições de acesso, os compromissos, toda a tramitação de processos e até mesmo as decisões associadas, têm sido ao longo dos últimos programas (QCA II, QCA III, QREN)³²⁷, constantemente adaptados, mas nunca renovados e atualizados.

É inevitável procurar criar condições para simplificar a legislação e harmonizar as regras de acesso e execução da medida, não adicionando complexidade por via da legislação nacional. Assim sendo, a simplificação poderá ser associada: i) à estabilidade e clareza da legislação, da programação e da execução; ii) à redução, formulação clara e objetiva da medida e seu ajustamento aos diferentes sistemas de agricultura; iii) à melhoria dos sistemas de informação e dos procedimentos.

iii) Otimização, organização e gestão

É essencial, complementar alguns dos processos de gestão e decisão da medida, com base na simplificação/renovação e territorialização. Desta forma, seria possível incluir no

³²⁶ O Plano Zonal deve ser entendido, neste contexto, como um espaço de integração efetiva de Políticas Públicas de incidência territorial.

³²⁷ QCA II e QCA III - Quadros Comunitários de Apoio II e III; QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional.

processo de tomada de decisão, mais do que as atuais condições de elegibilidade, conduzindo assim, a uma aferição sobre a valia de cada candidatura, para cada região.

A definição das elegibilidades da medida deverá ter em vista, os objetivos operacionais do PDR (2014-2020). Os critérios de seleção deverão ser claros, e de acordo com os objetivos operacionais da medida e do PDR (2014-2020).

A possibilidade de otimizar o papel das organizações e associações de agricultores, do setor vitivinícola, na própria gestão processual do programa, aproveitando a dinâmica já criada por estas entidades em anos anteriores, ao nível da promoção desta medida.

Deverá ser incentivada a adesão à medida e melhorado o seu funcionamento operacional. Poderão ser efetuadas melhorias, nomeadamente: i) candidaturas em contínuo; ii) disponibilidade de informação clara e detalhada sobre a medida e sobre os níveis de ajuda.

É fundamental potenciar uma boa execução da medida. Esta poderá aproveitar as sinergias que, segundo MAMAOT (2012), serão desenvolvidas ao nível: i) do PDR 2014-2020 (programas integrados, implementação de mecanismos de análise de desempenho); ii) do modelo institucional (criação de balcões, agilização de procedimentos); iii) do sistema de informação (transição rápida e sem interrupções entre programações); e iv) do financiamento (adiantamentos às ajudas, pagamentos nos prazos estabelecidos), potenciando assim uma boa execução.

iv) Controlo e monitorização

É necessário criar condições, para que sejam desenvolvidas avaliações de impactos ambientais. A anterior falta de uma situação de referência e de dados de controlo e monitorização mostra-se preocupante, uma vez que a execução da medida apresenta potencial para impactos bastante significativos.

A gestão da medida deve ser apoiada por um sistema de informação eficaz e com capacidade de controlo efetivo de todos os aspetos de execução da mesma. Esse sistema de informação deverá ter também capacidades para obter e estruturar a informação necessária à gestão, monitorização e avaliação da medida. O sistema de informação deverá ser único e disponível a todas as entidades intervenientes, possibilitando a criação de um sistema



integrado de gestão e controlo da medida, no qual será dado especial relevo, à relação entre acompanhamento e controlo.

v) Informação e comunicação

Tratar a informação associada à medida, que é essencial para a gestão, monitorização, fiscalização e avaliação do programa. É importante que seja recolhida, tratada e disponibilizada mais rapidamente e mais frequentemente, bem como estar associada a formas de comunicação e interação com os beneficiários. Há que valorizar a comunicação com os beneficiários, como instrumento fundamental para a eficácia.

A informação para a gestão e execução da medida deverá ser facilmente disponibilizada. As sugestões vão no sentido de: i) disponibilizar e aumentar o nível de informação relativa à execução da medida que permita conhecer, em qualquer momento, o estado das candidaturas e os valores desagregados dos vários indicadores territoriais por unidade administrativa, ou por território; ii) disponibilizar a informação da medida dentro e fora de territórios relevantes, tais como a Rede Natura 2000 e nas zonas desfavorecidas; iii) disponibilizar informação que possibilitasse o cruzamento de dados entre as várias medidas do PDR (2014-2020); iv) disponibilizar informação sobre o perfil agrícola e económico das explorações beneficiárias. O estudo do potencial de evolução apresenta-se, como um aspeto chave a ter em conta na orientação da medida, pelo que se sugere, a obtenção e disponibilização de informação quantificada e georreferenciada, e sempre atualizada, sobre a matéria.

É necessário iniciar um processo de educação, formação e comunicação para produtores e consumidores, sobre os benefícios destes métodos de produção, com recurso à PI. Essa comunicação deverá também estar associada a resultados técnicos comprovados. Nos anos anteriores, a promoção da formação sobre a medida, foi efetuada apenas junto dos produtores, não tendo mostrado preocupação com os consumidores e por consequência com as futuras vendas dos produtos finais. Essa questão poderá ser melhorada, associando a esse método de produção, uma boa comunicação com produtores e consumidores.

vi) Tecnologia e inovação



Procurar tornar estes métodos de produção com recurso à PI, mais acessíveis para os vitivinicultores. Pelo analisado neste Estudo, tudo aponta para que, a aplicação generalizada e continuada destes métodos só venha a ter sucesso, caso se siga uma estratégia que possa tornar essa tecnologia mais acessível, por via da inovação, para que, a tão necessária aplicação, não fique tão dependente de apoios via medida.

vii) Certificação e competitividade

Procurar associar à medida, um processo que promova a diferenciação e certificação no produto final. Esta questão deriva do facto de ao longo do Estudo, se ter verificado a existência de insuficiente informação e/ou reconhecimento dos consumidores, sobre as vantagens do consumo de produtos produzidos com recurso ao método de produção, que a medida fomenta.

É necessário também, a criação de sistemas de marca ou rotulagem, para identificação dos métodos de produção com recurso à PI. Esta questão da diferenciação e certificação dos produtos produzidos com recurso a este método de produção, e sempre que possível ainda, a associação a um determinado território, poderão ter reflexos positivos a nível da competitividade desses produtos no mercado. O crescente interesse da sociedade, pela preservação e conservação da natureza, abre excelentes oportunidades, para a valorização do espaço vitivinícola e dos seus produtos, pelo que esta medida poderá ter também, efeitos na competitividade final dos produtos por estas vias.

Desta forma, quando um território tem condições para constituir uma referência sólida para uma linha específica de produtos, neste caso concreto, das vinhas com utilização da PI, pode conseguir transmitir essa imagem positiva para os mercados e, desse modo, uma boa imagem territorial pode favorecer a comercialização de produtos que lhe estão associados. A marca, ou a imagem de marca, pode ser vista como uma conjugação de múltiplos fatores, de ordem pessoal ou coletiva, objetivos ou subjetivos, que originam um sentimento favorável ou desfavorável perante a marca. A construção de uma imagem positiva e inovadora, pela valorização das vinhas com utilização da PI, implica também a utilização da filosofia de marketing, e envolve a cooperação entre um alargado número de atores, quer públicos quer privados, de forma a atrair e fixar investimentos e consumos, reorientando assim a dinâmica



dos territórios vitivinícolas. É necessário articular convenientemente a marca ou marcas do território com o posicionamento ambicionado.

viii) Autossuficiência e sustentabilidade

Analisar a viabilidade da possível integração dos territórios vitivinícolas na Rede Natura 2000. Segundo MAMAOT (2012:15), “em 90% das áreas classificadas para proteção da biodiversidade no âmbito da rede ecológica comunitária - Rede Natura 2000 existe um elevado grau de associação entre os valores naturais a conservar e o tipo de gestão agrícola e florestal praticado”. A Rede Natura 2000 apresenta, um vasto número de benefícios³²⁸, sendo de salientar, ao abrigo deste Estudo, a adoção de modos de produção com um desempenho ambiental mais elevado, como é o caso dos modos de produção integrado e biológico, que constitui também, um fator positivo para a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícola. Desta forma, a possível integração dos territórios vitivinícolas nessa Rede Natura 2000, poderia trazer benefícios aos vitivinicultores, pelo que se sugere essa análise detalhada.

Analisar a viabilidade de, na revisão dos objetivos dos planos zonais, ser considerado o papel da “nova” Medida PI, no quadro de objetivos de conservação dessas zonas. Esta questão daria outra dinâmica à aplicação da medida, para além do setor vitivinícola.

É importante, a associação desses métodos de produção, “amigos do ambiente”, a um processo de educação/formação com desenvolvimento de tecnologia que não acarrete custos mais elevados e promova a diferenciação e certificação no produto final, de forma a torná-lo competitivo nos mercados nacionais e internacionais. Assim sendo, aquando da finalização da intervenção 2014-2020, esses métodos de produção poderiam efetivamente ter a capacidade de serem autossuficientes e, de certa forma, contribuir também, para um dos vetores estratégicos do PDR (2014-2020), que é precisamente, a autossuficiência.

Com este Estudo pretendeu-se contribuir para uma visão diferente sobre a MAA PI e a sua aplicação ao setor vitivinícola do Alentejo. O Estudo desenvolvido possibilita também que os documentos de orientação, a nível das políticas públicas, possam utilizar a investigação académica, uma vez que, à luz dos resultados obtidos, é possível contribuir para avaliar, a vários níveis, o anterior fomento aos métodos de proteção com recurso à PI. Desta forma, é

³²⁸ Para maior detalhe dos benefícios e características, cf.: MAMAOT (2012).



possível ter uma base de orientação para a pertinência, ou não, de um potencial apoio a estes métodos de PI ao nível da revisão de novos objetivos e novas estratégias a aplicar no novo período de programação 2014-2020.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

O facto do território ser constituído por uma série de componentes materiais e imateriais, com dimensões e dinâmicas diversas e complexas e repleto de diferentes relações entre os atores locais, constituiu uma dificuldade inicial e transversal a todo o Estudo.

Em termos práticos, a distância física, os custos envolvidos, a pouca motivação dos vitivinicultores em responder ao inquérito, as acessibilidades e mesmo a dificuldade de comunicação em alguns dos locais relevantes para a investigação, vieram dificultar o Estudo realizado. Efetivamente, e dada a relevância da temática também para os inquiridos, esperava-se que o inquérito por questionário fosse melhor acolhido pelos inquiridos, e que o mesmo decorresse de forma mais fluida, sem a necessidade de constantes apelos para tal.

Outro fator manifestamente limitativo diz respeito à indisponibilidade manifestada pela maior parte dos vitivinicultores, em responder ao inquérito, especialmente por parte das empresas, bem como, a de não concederem qualquer informação quantitativa das suas explorações. Estas questões teriam auxiliado para uma mais profunda caracterização dos inquiridos e da realidade económica e social do setor vitivinícola do Alentejo, bem como, teriam contribuído para a abertura de outros caminhos para investigação futura.

Uma maior disponibilidade, temporal e financeira, permitiria também uma recolha ainda mais profunda da informação e, possivelmente ajudaria a perceber e a analisar mais efeitos. Este Estudo constituiu uma primeira abordagem, exploratória, à Análise Global de Efeitos (AGE), mas que identifica e propõe uma forma de sistematizar e de analisar efeitos globais, com aplicação às políticas públicas.

Uma forte limitação foi também, a ausência de indicadores de impacto ambiental associados à medida. Constatou-se que, embora os objetivos para as MAA se possam assumir como de natureza principalmente ambiental, a intervenção das MAA não tinha definida, no quadro regulamentar que a enquadrava, indicadores e metas assumidos como referenciais de



eficácia e eficiência ambiental, não estando portanto definidas referências, que pudessem vir a possibilitar uma avaliação comparativa de eficácia e eficiência quantitativa para as MAA.

Não obstante a tomada de consciência destas limitações, conseguiu-se responder a todos os objetivos de investigação enunciados.

Dado o caráter incipiente da avaliação da execução de políticas públicas aplicadas a territórios vitivinícolas, indicar-se-ia a necessidade de reforçar e diversificar a investigação empírica/experimental nesta área. É importante aprofundar o estudo dos efeitos das políticas públicas nos territórios, de forma a poder dispor de indicadores de impactos ambientais associados, e de encontrar formas de potenciar eixos de atratividade territorial, beneficiando da possível criação de complementaridades com outros territórios rurais que beneficiem das mesmas medidas.

Possivelmente, a este nível, os próximos anos trarão algumas alterações, prevendo-se uma crescente necessidade de investigar e avaliar os rumos tomados pelas medidas e Programa da União Europeia.

Uma segunda sugestão para investigação futura, foi gerada quando, no Estudo efetuado, foi realizado um enquadramento da potencial aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento dos métodos de produção com recurso à Proteção Integrada, no documento de orientação do Programa de Desenvolvimento Rural (2014 - 2020).

No entanto, é possível refletir, se dentro do que poderão ser as futuras subdivisões dentro da Agricultura Biológica, se eventualmente poderia ser enquadrada uma subdivisão que contemplasse a Vinha Biológica.

Esta reflexão, surge como resultado das constatações deste Estudo, relacionadas com os abandonos verificados nos métodos de PI, principalmente por falta de apoios, e das possíveis externalidades negativas e problemas de sustentabilidade que o setor que poderá ter de enfrentar em consequência, se nada for alterado. Havendo um documento de orientação, que vai no sentido da promoção da Agricultura Biológica, parece se pertinente esta reflexão. No entanto, como não foi objetivo deste Estudo apurar se tal seria possível a nível do PDR (2014-2020), nem apurar, se de facto o apoio a essa tecnologia poderia ter resultados ambientais interessantes numa eventual alternativa aos métodos de proteção com recursos à PI, pretende-se, assim deixar a sugestão, que poderá constituir um caminho de investigação futura nesta linha.



Uma outra sugestão, que poderá constituir um objeto de investigação futura, passaria por fazer o *benchmarking*³²⁹ internacional, das melhores práticas ambientais associadas a cada território e a identificação, e a análise comparativa, dos principais efeitos económicos daí resultantes, tomando assim, como referência, outras experiências em outros territórios. No final, a investigação poderia dar origem à preparação de um *dossier* para divulgação dessa investigação junto dos atores com capacidade de decisão e/ou de intervenção, para que, pudesse ser ponderado, uma possível réplica das melhores práticas ambientais nos territórios nacionais.

Finalmente, e para concretizar o desenvolvimento de mais linhas de investigação, seria bastante proveitoso, a criação de um Observatório dos Territórios, para recolher os elementos suscetíveis de melhor definir áreas com diferentes intervenções das políticas públicas, bem como, para acompanhar as dinâmicas e evoluções que vão ocorrendo nos territórios.

³²⁹ Entende-se como *Benchmarking*, a busca das melhores práticas que conduzem ao desempenho superior. Na indústria é visto como um processo positivo e pró-ativo, por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar o modo de realização da mesma, ou uma função semelhante. O processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas é chamado de *benchmarking*, e as cargas usadas são chamadas de *benchmark*. Este processo não se limita na simples identificação das melhores práticas, mas, principalmente, na sua divulgação através das diversas técnicas do Marketing. *Benchmarking* pode ser visto, como um método sistemático de procurar os melhores processos, as ideias inovadoras e os procedimentos de operação mais eficazes que conduzam a um desempenho superior, mostrando por essa razão, bastante aplicabilidade à avaliação de políticas públicas.





BIBLIOGRAFIA

- AICEP, (2011), *Mercados - Análise Setorial - Alemanha - Vinhos*, AICEP Portugal Global, Lisboa.
- AMARO, P., (2004), “A avaliação da qualidade da Protecção Integrada, da Produção Integrada e do uso sustentável de pesticidas na vinha”, comunicação apresentada no 6º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo, 26,27 e 28 de Maio de 2004, Évora.
- AMARO, P., (2003), *A Protecção Integrada*, ISA/Press, Lisboa.
- AMARO, P., (2003), *A redução dos riscos dos pesticidas pela Protecção Integrada*, ISA/Press, Lisboa.
- AMARO, P., (2002), *A Produção Integrada e a Protecção Integrada*, ISA/Press, Lisboa.
- AMARO, P., (2002), *Os conhecimentos dos agricultores sobre Protecção Integrada*, ISA/Press, Lisboa.
- ANDRADE, I. R., (1996), *Avaliação de actividades em extensão rural*, “Coleção Publicações da Universidade de Évora: Ciências Humanas e Sociais, n.º6”, Serviço de Reprografia e Publicações da Universidade de Évora, Universidade de Évora, Évora.
- ANDRADE, I. R., (1992), “Métodos científicos experimentais e quase-experimentais”, *Economia e Sociologia*, n.º53, Évora.
- ANDRADE, I. R. (1991), “Indicadores: sua utilização no processo de avaliação”, *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XIV, n.º2, Lisboa.
- ANDRADE, I. R., (1990), “Avaliação de Actividades em Extensão Rural: Filosofia e elementos caracterizadores”, *Economia e Sociologia*, n.º 50, Évora.



ANDRADE, I. R., (1990), “A monitoria em extensão rural: recolha, circulação e periodicidade da informação”, *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XV, n.º4, Lisboa.

ANDRADE, I. R., (1988), “A avaliação e a monitoria na abordagem sistémica”, *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XI, n.º2, Lisboa.

ARMSTRONG, H. and WELLS, P., (2006), “Structural Funds and the Evaluation of Community Economic Development Initiatives in the UK: A Critical Perspective”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 259-272.

BACHTLER, J. and WREN, C., (2006), “Evaluation of the European Union Cohesion Policy: Research Questions and Policy Challenges”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 143-153.

BARCA, F., McCANN, P. and RODRÍGUEZ-POSE, A., (2012), “The case for Regional Development Intervention: Place-Based versus Place-Neutral Approaches”, *Journal of Regional Science*, Vol. 52, n.º 1, pp. 134-152.

BARCA, F. and McCANN, P. (coord.), (2011), *Outcome Indicators and Targets. Towards a New System of Monitoring and Evaluation in EU Cohesion Policy*, Methodological note submitted to the European Union High Level Group Reflecting on Future Cohesion Policy, Brussels.

BARCA, F., (2006), “Policy-maker Perspectives. European Union Evaluation between Myth and Reality: Reflections on the Italian Experience” *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 273-276.

BASLÉ, M., (2006), “Strengths and Weaknesses of European Union Policy Evaluation Methods: Ex-post Evaluation of Objective 2, 1994-99”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 225-235.



- BASLÉ, M., (1998), “Contexte et méthodes pour l’évaluation partenariale des politiques publiques intégrées en France: Les contrats de plan Etat-Région et le cas de la Bretagne”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 491-504.
- BATTERBURY, E., (2006), “Evaluation Concepts and Methods: Principles and Purposes of European Union Cohesion Policy Evaluation”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 179-188.
- BAZILIO, F. (2012), “Contribuição metodológica para a avaliação económica intercalar da execução de políticas públicas: uma aplicação ao setor vitivinícola na Região do Alentejo em Portugal”, Artigo submetido no 15.º WORKSHOP da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDR, Políticas Públicas, 24 de Outubro de 2012, Universidade de Évora, Évora, pp.:212-231.
- BAZILIO, F. e NETO, P., (2009), “Território e Políticas Públicas: o caso da Avaliação Económica Intercalar da Execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada Aplicada ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo em Portugal”, *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, n.º 33, jul./dez. 2009, pp. 9-44.
- BAZILIO, F., (2007), *Território, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas. Estudo de Avaliação Económica Intercalar da Execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada Aplicada ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, Évora.
- BLAZEK, J. and VOZÁB, J., (2006), “Ex-ante Evaluation in the New Member States: The Case of the Czech Republic”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 237-248.
- BOUYSSOU, D., (2001), “Aide multi-critère à la décision”, *Université Paris, ESSEC*, BP 105, pp. 1-41.



CAMPOS, A., (1999), *Associações Agrícolas*, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), Lisboa.

CARDEIRA, R., (2009), *Factores Críticos de Sucesso no Mercado do Vinho em Portugal e a Sustentabilidade do Setor Vitivinícola*, Tese de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

CARVALHO, P. e RIBEIRO, J., (coord.), (2009), *Territórios em Transformação: Alentejo horizonte 2030*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Lisboa.

CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (2004), *Plano Regional de Inovação do Alentejo - Relatório Final da Fase 2*, Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, Lisboa.

CEDRU, (2003), *Evaluación Intermedia del Programa de Iniciativa Comunitaria Interreg III a 2000-2006 - España-Portugal*, Ministerio de Hacienda, Madrid.

CEFAG, ERENA e CIDEDEC, (2003), *Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental - Avaliação Intercalar*, MADRP, Lisboa.

CERDEIRA, A. e CASAL, M. (coord.), (2007), *Manual de Boas Práticas de Produção Vitivinícola (BPPV)*, Universidade do Minho - Estação Vitivinícola Nacional - Comissão Vitivinícola da Região dos Vinhos Verdes - Adega Cooperativa Regional de Monção - Adega Cooperativa de Ponte de Lima - Adega Cooperativa de Carvoeira, Projecto Enosafe, Minho.

CESO I&D e CIDEDEC, (2002), *Relatório de Progresso da Avaliação Intercalar do porAlentejo*, porAlentejo, Lisboa.



- COELHO, A. e SOUSA, A., (2004), “Perfis estratégicos e desempenhos empresariais: Identificação de clusters e propostas para as empresas vitivinícolas do Alentejo e Estremadura Espanhola”, comunicação apresentada no 6º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo, 26,27 e 28 de Maio de 2004, Évora.
- COELHO, J., (2000), “Algumas notas de reflexão sobre Política Agrícola”, *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XXIII, n.º1, Jan. - Mar., Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA, (2009), *EVALSED: A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico - O GUIA*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA - DGA, (1999), “A reforma da PAC: Desenvolvimento Rural”, fact-sheet, Agosto de 1999.
- COMMISSION EUROPÉENNE, (2000), “Indicateurs pour le suivi et l’évaluation: une méthodologie indicative”, *Nouvelle période de programmation 2000-2006: documents de travail méthodologiques*, Office des Publications Officielles, Luxembourg.
- COMMISSION EUROPÉENNE, (1999), *La Collection MEANS: Évaluer les programmes socio-économiques. Conception et conduite d’une évaluation*, Volumes: 1 - 6, Office des Publications Officielles, Luxembourg.
- COMISSÃO DE GESTÃO do QCAIII, (2001), *Guia para a Avaliação Intercalar do QCAIII*, Comissão de Gestão do QCAIII, Portugal.
- COVAS, A., (1997), *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural*, “Coleção Estudos e Análises, n.º 3”, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), Lisboa.
- CROASDELL, D., FREEMAN, L. and URBACZEWSKI, A., (2003), “Concept Maps for Teaching and Assessment”, *Communications of the Association for Information Systems*, Vol. 12, pp. 396-405.



CUNHA, L., (2007), *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CVRVV, IVP, AESBUC, ESB/UCP (Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, Instituto do Vinho do Porto, Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa), (2003), *Estudo do Consumidor Português de Vinhos*, ON - Programa Operacional da Região do Norte, Comissão de Coordenação da Região Norte, Porto.

DAUCÉ, P., (1998), “L’évaluation des politiques communautaires de développement regional. Enjeux, méthodes, résultats. L’exemple de l’objectif 5B en Bourgogne.” *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 379-395.

DGA - Direcção Geral de Agricultura, (1999), *Avaliação dos programas de desenvolvimento rural no período de 2000-2006 apoiados pelo FEOGA: Orientações*, DGA, Lisboa.

DGDR - Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, (1999), *Plano de Desenvolvimento Rural (2000-2006) - Portugal Continental*, DGDR, Lisboa.

DGDR - Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, (1997), *Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico do Programa de Aplicação a Portugal Continental (1994-1996)*, DGDR, Lisboa.

DGDR - Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, (1997), *Desenvolvimento Rural: Novas realidades e perspectivas*, “Colecção Estudos e Análises”, Volumes: 1-5, DGDR, Lisboa.

DOMINGUES, A., (1998), “O desenvolvimento de uma fileira logística e de transportes numa região periférica: o caso da área metropolitana do Porto”, *Inforgo*, 7/8 – 1994, pp. 40-52.



- DORES, V. e SARMENTO, E., (2012), “A Fileira Florestal: Parte II - Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Políticas Públicas”, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, GEE e GPEARI - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego) e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério das Finanças), N.º 1/2012, pp.39-59.
- DORES, V., SARMENTO, E. e OLIVEIRA, E. (2011), “Evolução Recente da Fileira Florestal: Parte I”, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, GEE e GPEARI - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego) e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério das Finanças), N.º 11/2011, pp.41-58.
- DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, (2008), *Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) - Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo - Fileira do Vinho*, DRAPLVT, Lisboa.
- ECOTEC, (2002), *Thematic Evaluation of the Territorial Employment Pacts. Final Report to Directorate General Regional Policy*, ECOTEC Research & Consulting Limited, Brussels.
- EDIA e OEFP - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva e Observatório do Emprego e Formação Profissional, (2009), *Estudo dos Impactes Previsíveis do Projecto de Fins Múltiplos do Alqueva na Configuração dos Recursos Humanos do Alentejo*, IEFP - Gabinete de Comunicação, Lisboa.
- ERENA, (1998), *Estudo de Avaliação Ambiental Intermédia da Aplicação das Medidas Agro-Ambientais a Portugal Continental*, DGDR, Lisboa
- ESER, T. and NUSSMUELLER, E., (2006), “Mid-term Evaluations of Community Initiatives under European Union Structural Funds: A Process Between Accounting and Common Learning”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 249-258.



EUROPEAN COMMISSION - DG Regional and Urban Policy, (2013), *The Programming Period 2014-2020 - Guidance Document on Monitoring and Evaluation - Concepts and Recommendations*, Commission of the European Communities, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION, (2013), “Political agreement on new direction for common agricultural policy”, Press release, Reference: IP/13/613, 26/06/2013.

EUROPEAN COMMISSION - DG for the Budget, (2004), *Evaluation EU Activities: A practical guide for the Commission Services*, Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.

EUROPEAN COMMISSION, (2000), “Indicators for Monitoring and Evaluation: An Indicative Methodology” *The New Programming Period 2000-2006: Methodological Working Papers*, Directorate - General XVI - Regional Policy and Cohesion, Commission of the European Communities, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION - DG Regional Policy - Evaluation Unit, (1999), *Guide to Cost - Benefit Analysis of Investment Projects*, Commission of the European Communities, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION - DG Regional Policy - Evaluation Unit, (1999), *Guide to Cost - Benefit Analysis of Major Projects*, Commission of the European Communities, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION, (1999), *Thematic Evaluation of Structural Fund Impacts on SMEs*, Commission of the European Communities, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION - DG for the Budget, (1997), *Evaluating EU expenditure programmes, Ex-post and intermediate evaluation*, Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.



EUROPEAN UNION - Regional Policy, (2008), *Developing Evaluation Capacity*,
Commission of the European Communities, Brussels.

FALK, A., LALIVE, R., ZWEIMULLER, (2004), “The Success of Job Applications: A New
Approach to Program Evaluation”, *Discussion Paper Séries*, IZA, Bonn.

FERRÃO, J., (1992), *Serviços de Inovação. Novos Caminhos para o Desenvolvimento
Regional*, Celta Editores, Oeiras.

FERREIRA, M. e CAMPOS, P., (2001), *Dossiês Didácticos - O Inquérito Estatístico*, ALEA-
INE, Lisboa.

FISCHER, M. and GETIS, A., (1999), *Recent Developments in Spatial Analysis*, Springer,
Berlim.

FREIRE, A., (2004), *Estratégia*, 9ª Edição, Verbo, Lisboa.

GOMES, M., (2001), *Informação e Gestão Agro-Ambiental: Aspectos Qualitativos da
Informação. Estudo de Caso*, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para
obtenção do grau de Mestre em Organização e Sistemas de Informação, Évora.

GOYBET, P., (1998), “ Le développement de l'évaluation au niveau communautaire. Enjeux
et perspectives” *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp.357-368.

GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, (2003), *Portugal Rural:
Territórios e Dinâmicas*, GPPAA, Lisboa.

GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, (2000), *Agricultura
Portuguesa - Principais Indicadores*, GPPAA, Lisboa.



GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, (2000), *Agricultura do Alentejo - Principais Indicadores*, GPPAA, Lisboa.

HAYNES, L., SERVICE, O., GOLDACRE, B., TORGERSON, D., (2012), *Test, Learn, Adapt: Developing Public Policy with Randomised Controlled Trials*, Cabinet Office Behavioural, London.

HM THEASURY, (2011a), *The Green Book - Appraisal and Evaluation in Central*, Treasury Guidance, London.

HM THEASURY, (2011b), *The Magenta Book - Guidance for evaluation*, Policy Team, The National Archives, Kew, London.

HOFMANN, E., (1998), “L’évaluation dans des pays en voie de développement”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 481-490.

ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, (1995), *Perfis Setoriais. Informação sobre a oferta Portuguesa*, ICEP, Lisboa.

IEG - INDEPENDENT EVALUATION GROUP, (2011), *Writing terms of reference for an evaluation: a how-to guide*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, D.C. 20433, U.S.A.

INE, (2013), *Estatísticas Agrícolas 2012*, INE, Lisboa.

INE, (2012a), *Estatísticas Agrícolas 2011*, INE, Lisboa.

INE, (2012b), *Estatísticas do Ambiente 2011*, INE, Lisboa.

INE, (2011), *Anuário Estatístico da Região Alentejo*, INE, Lisboa.



INE, (2010), *Contas Económicas da Agricultura 1980-2009*, INE, Lisboa.

INE, (2007), *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3*, INE, Lisboa.

INE, (2006), *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005*, INE, Lisboa.

INE, (2003), *Anuário Estatístico da Região do Alentejo*, INE, Lisboa.

INE, (2002), *Contas Económicas da Agricultura*, INE, Lisboa.

INE, (1999), *Recenseamento Geral da Agricultura*, INE, Lisboa.

LORENS, P. et HORAIST, J., (1998), “La mise en oeuvre de l'évaluation dans les institutions régionales. La pratique du Nord - Pás de Calais”, *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 449-460.

JAKOBY, H., (2006), “Evaluation as Part of the Regional Policy Life Cycle: The Example of the North Rhine-Westphalia, Germany”, *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 281-284.

JESUS, M., (2003), *Estudo comparativo de variáveis técnico-económicas da agricultura: Ano base de 1997*, “Série Estudos e Documentos n.º6”, GPPAA, Lisboa.

KANE, M. and McMAHON, P., (2002), “Using Concept Mapping to Improve Health Care Decision Making”, *Health Care Biller*, July 2002.

KELLOGG FOUNDATION, (2004), *Evaluation Handbook*, W.K. Kellogg Foundation, U.S.A.



- KHANDKER, S., KOOLWAL, G., SAMAD, H., (2010), *Handbook on Impact Evaluation – Quantitative Methods and Practices*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, D.C. 20433, U.S.A.
- KUSTERS, C., (2011), *Making Evaluations Matter: A Practical Guide for Evaluators*, Centre for Development Innovation, Wageningen University & Research Centre, Wageningen, The Netherlands.
- LACOUR, C. et PERREUR, J., (1998), “Nécessités et difficultés de l’évaluation des politiques publiques territoriales”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 347 - 356.
- LEUNG, Y. (1999), *Intelligent Spatial Decision Support Systems*, Springer, Berlim.
- LINDON, D., LENDREVIE, J., LEVY, J., DIONISIO, P. e RODRIGUES, J., (2004), *Mercador XXI, teoria e prática do marketing*, Coleção Gestão e Inovação – Ciências da Gestão, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- LOCKSHIN, L. e HALL, J., (2003), "Consumer Purchasing Behaviour for Wine: What We Know and Where We are Going", in *Proceedings of the International Colloquium in Wine Marketing*, Wine Marketing Group, U. S. A. (Ed.) Adelaide, Austrália.
- LOPES, R.(2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*, Celta Editora, Oeiras.
- LOPES, S. (2001), *Desenvolvimento Regional*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2009), *Agricultura, Silvicultura e Pesca – Indicadores 2009*, Gabinete de Planeamento e Políticas – GPP, Lisboa.



MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2009), *Estudo de Avaliação Final (ex-post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006): RURIS - Relatório Final*, DGADR, Lisboa.

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2007), *Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) – Continente*, DGDR, Lisboa

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2007), *Vitivinicultura - Diagnostico Setorial*, GPP, Lisboa.

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2004), *Medidas Agro-Ambientais*, IDRHa, Lisboa.

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2003), *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental - Relatório Final*, DGDR, Lisboa.

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (1998), *Medidas Agro-Ambientais. Novo Programa de Aplicação a Portugal Continental. Épocas de 1998 e 1999*, DGDR, Lisboa.

MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, (2012), *Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) – Documento de Orientação*, GPP, Lisboa.

MANDL, U., DIERX, A. And ILZKOVITZ, F., (2008), “The Effectiveness and Efficiency of Public Spending”, *European Economy*, Economic Papers, 301 - February 2008, pp. 1-34.

MAROCO, J., (2003), *Análise estatística – com utilização do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.



- MARTINEZ, P., RAWLINGS, P., VERMEERSCH, C., (2011), *Impact Evaluation in Practice*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, D.C. 20433, U.S.A.
- MCLAY, M. and BROWN, M., (2003), “Using concept mapping to evaluate the training of primary school leaders”, *International Journal of Leadership in Education*, Vol. 6, N.º 1, pp. 73-87.
- NASCIMENTO, J., (2001), "O Segredo de Baco Revelado - Atitudes dos Consumidores face aos Vinhos de Mesa," *Revista de Comunicação e Marketing*, N.º 2, Dezembro 2001, Instituto Superior de Comunicação Empresarial, Lisboa, pp.46-65.
- NESTA, (2011), *Using Evidence for Social Policy and Practice - Perspectives on how research and evidence can influence decision making in public services*, Alliance for Useful Evidence, London.
- NETO, P., (1999), *A Integração Espacial, Economias de rede e Inovação*, “Coleção Economia e Política”, Instituto Piaget, Lisboa.
- NETO, P. (coord.), (2006), *Território e Desenvolvimento Económico*, “Coleção Economia e Política”, Instituto Piaget, Lisboa.
- ORSINI, A., (1998), “La problématique générale de l’avaluation”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 395-420.
- PELURSON, G., (1998), “Les pratiques de l’Etat déconcentré: les enseignements de cinq années d’évaluation des programmes européens à la préfecture de la région de Bourgogne”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 369-378.



- PEYREFITTE, M., (1998), “La prise en compte des logiques d’acteurs dans l’évaluation d’une politique publique territoriale”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 421 - 448.
- PEARCE, D. and TURNER, R., (1992), *Economía de los recursos Naturales y del Medio ambiente*, Editorial Agrícola Española, Madrid.
- PIGALLE, F., (1998), “Evaluation stratégique des politiques publiques. Une approche par la logique floue”, *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n.º3, pp. 461-480.
- PINHEIRO, A., (2000), “Política Agrícola Portuguesa”, *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XXIII, n.º1, Jan. - Mar., Lisboa.
- POCINHO, M., (2009), *Amostras*, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- POLÉSE, M., (1998), *Economia Urbana e Regional. Lógica espacial das transformações económicas*, APDR, Coimbra.
- POOLE, D. and DAVIS, T., (2006), “Concept Mapping to Measure Outcomes in Study Abroad Programs”, *Social Work Education*, Vol. 25, N.º 1, February 2006, pp. 61-77.
- REIS, J., (2005a), “Uma epistemologia do território”, *Oficina do CES*, nº 226, pp. 1-21, Coimbra.
- REIS, J., (2005b), *Governança Regional e Gestão das Intervenções Financiadas pelos Fundos Estruturais - Estudo para o Observatório do QCA III*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- REIS, J., (1998), “Por uma cultura do território: notas sobre o processo de regionalização (1995-1998)”, *Oficina do CES*, nº 111, pp. 1 - 17, Coimbra.



REIS, J., (1996), “As Territorializações do Desenvolvimento: Qual é a Escala de Observação Adequada?”, *Oficina do CES*, n.º 67, pp. 1 - 19, Coimbra.

ROSÁRIO, M., (2003), *Sensibilidade dos produtores face ao ambiente*, “Série estudos e documentos”, n.º 7, GPPAA, Lisboa.

SANTOS, J., (1996), *Modelo técnico, espaço e recursos naturais*, ISA/Press, Lisboa.

SANTOS, J., (1997), *Valuation and cost-benefit analysis of multi-attribute environmental changes*, Vol. I, II, III, Thesis submitted in fulfilment of the degree of Doctor, University of Newcastle, England.

SOUSA, A., (1996), "Lógicas de Reorientação Estratégica e Organizacional: Novos Desafios Empresariais em Contexto de Mercado Global (Reflexão Sobre as Empresas Vitivinícolas do Alentejo). *Economia e Sociologia*, N.º 62, pp. 31-45, Évora.

TAVISTOCK INSTITUTE with GHK and IRS, (2003), *The Guide: The Evaluation of Sócio-Economic Development*, Tavistock Institute, London.

THE WORLD BANK, (2004), *Monitorização & Avaliação - Algumas Ferramentas, Métodos e Abordagens*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, D.C. 20433, U.S.A.

TIETENBERG, T., (1998), *Environmental and Natural resource Economics*, Harper Collins Publishers, London.

TREASURY BOARD of CANADA, (2012), *Theory-Based Approaches to Evaluation: Concepts and Practices*, Treasury Board of Canada Secretariat, Canada.



TREVIASAN, A. e VAN BELLEN, H., (2008), “Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção”, *Revista de Administração Pública - RAP*, N.º 42(3), Maio/Junho 2008, pp. 529-550.

TROCHIM, W. and CABRERA, D., (2005), “The complexity of concept mapping for policy analysis” *Policy Analysis & Management*, Cornell University, USA.

VASCONCELOS, A., ARAUJO, A., ANDRADE, D., ALEXANDRE, J., BATISTA, M., (2003), “Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item”, *ENEGEP*, artigo submetido no XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

VAN DER KNAAP, P., (2001), “Policy evaluation and outcome-oriented management: Instruments for policy-oriented learning.” *Recent developments in the Netherlands and the evaluation practice of the European Structural Funds*, Informationem zur Raumentwicklung, N.º 6-7, pp. 359-371.

VICENTE, P., REIS, E., e FERRÃO, F., (1996), *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Edições Sílabo. Lisboa.

VINIPTUGAL, (2012), *Plano estratégico para a internacionalização do setor dos vinhos em Portugal*, VINIPTUGAL, Lisboa.

WHITBY, M., (1998), *The European Environment and CAP Reform. Policies and Prospects for Conservation*, University of Newcastle, UK.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

Comunicação para a Comissão SEC (2000) 1051, de 26/07/2000;

Comunicação para a Comissão SEC (2001) 1197/6&7, de 23/12/2001;



Comunicação para a Comissão SEC (2002) 5267, de 23/12/2002;
Decisão da Comissão C (2000) 3368, de 22/11/2001;
Decisão da Comissão C (2002) 1630, de 21/05/2002;
Decisão da Comissão C (2003) 2665, de 16/07/2003;
Decreto-Lei n.º 46/89, de 15/02, anexo III e IV;
Decreto-Lei n.º 284/89, de 11/11;
Decreto-Lei n.º 31/94, de 5/02;
Decreto-Lei n.º 75&74/96, de 18/06;
Decreto-Lei n.º 110/96, de 2/08, e demais legislação complementar;
Decreto-Lei n.º 16/97, de 7/05;
Decreto-Lei n.º 351/97, de 5/12, artigo 2º;
Decreto-Lei n.º 94/98, de 15/04;
Decreto - Lei n.º 8/01, de 22/01;
Decreto - Lei n.º 202/01, de 13/07;
Decreto Regulamentar n.º 16/97 de 07/05, artigo 41º;
Diário da República - I Série-B N.º 240 – 16 de Outubro de 2003;
Dir. do Cons. N.º 91/414/CEE de 15/07;
Documento da CE - STAR/VI/12004/00 – Final;
Portaria n.º 688/94;
Portaria n.º 698/94;
Portaria n.º 745-O/96;
Portaria n.º 85/98;
Portaria n.º 345/98, artigo 1º;
Portaria n.º 108/00;
Portaria n.º 16/01;
Portaria n.º 475/01;
Portaria n.º 7935/01;
Portaria n.º 1212/03;
Regulamento (CEE) n.º 797/85;
Regulamento (CEE) n.º 1760/87;
Regulamento (CEE) n.º 2328/91;



Regulamento (CEE) n.º 1973/92;
Regulamento (CEE) n.º 2078/92;
Regulamento (CEE) n.º 1404/96;
Regulamento (CE) n.º 1257/99;
Regulamento (CE) n.º 1259/99;
Regulamento (CE) n.º 1260/99;
Regulamento (CE) n.º 445/02;
Regulamento (CE) n.º 963/03.

PRINCIPAIS *SITES* CONSULTADOS

Biblioteca do conhecimento *online*. Disponível em: <http://www.b-on.pt>

Biblioteca de recursos *online* sobre avaliação. Disponível em: <http://oerl.sri.com/>

Biblioteca virtual sobre avaliação. Disponível em: <http://www.policy-evaluation.org/>

Centro Europeu de Especialização e Avaliação. Disponível em: <http://www.eureval.org/>

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes>

Europa. Disponível em: <http://europa.eu.int>

Eurostat. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Evalsed. Disponível em: <http://www.evalsed.info>

Fundação W. K. Kellogg. Disponível em: <http://www.wkkf.org/Default.aspx?LanguageID=0>



Grupo Internacional de Investigação em Avaliação. Disponível em: <http://www.inteval-group.org/>

Iniciativa internacional para a avaliação de Impacto. Disponível em: <http://www.3ieimpact.org/>

Instituto do Avaliador. Disponível em: <http://tei.gwu.edu/>

Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.ine.pt>

Instituto Tavistock. Disponível em: <http://www.tavinstute.org/>

Notícias sobre Monitorização e Avaliação. Disponível em: <http://mande.co.uk/>

Observatório do QREN. Disponível em:

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=88

Organização Internacional para a Cooperação em Avaliação. Disponível em: <http://www.ioce.net/en/index.php>

Portal de Avaliação. Disponível em: <http://www.evaluation.lars-balzer.name/>

Portal Francófono de Avaliação. Disponível em: <http://evaluation.francophonie.org/>

Quadro de Apoio Comunitário de Apoio III. Disponível em: <http://www.qca.pt>

Recursos digitais para avaliadores. Disponível em: <http://www.resources4evaluators.info/>

Regional Studies Association. Disponível em: <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk>

Repec Services, Research Papers in Economics. Disponível em: <http://www.repec.org>



Taylor Francis Group. Disponível em: <http://www.tandf.co.uk/journals>

Associações e Sociedades de Avaliação:

Associação Americana de Avaliação. Disponível em: <http://www.eval.org/>

Associação Portuguesa de Avaliação. Disponível em <http://avalportugal.wordpress.com/>

Associação Internacional de Avaliação para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.ideas-int.org/>

Sociedade Europeia de Avaliação. Disponível em <http://www.europeanevaluation.org/>

Comissão Europeia:

Comissão Europeia - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/eval/index_en.htm

Comissão Europeia - Direção Geral do Ambiente. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/environment/evaluation_reports.htm

Comissão Europeia - Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros. Disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/evaluation/index_en.htm

Comissão Europeia - Direção Geral de Política Regional. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/impact/evaluation/index_en.cfm

Comissão Europeia - Sociedade da Informação e Meios de Comunicação. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/information_society/evaluation/index_en.htm



Comissão Europeia - Secretariado-Geral. Disponível em:

http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/evaluation/index_en.htm

Organizações Internacionais:

Banco Mundial - Grupo de Avaliação Independente. Disponível em:

<http://www.worldbank.org/oed/>

Fundo Monetário Internacional - Gabinete de Avaliação Independente. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/np/ieo/index.htm>

Grupo de Avaliação das Nações Unidas. Disponível em <http://www.uneval.org/>

Nações Unidas - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - Gabinete de Avaliação. Disponível em: <http://www.ifad.org/evaluation/>

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/evaluationnetwork>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Avaliação. Disponível em:

<http://www.undp.org/eo/>



ANEXOS



Anexo 1 - Quadro Anexo 1 - Indicadores de Realização dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (1996-2003)

Ano	Distrito	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
1996	Beja	66	331,53	5,02	97.751,09	1.481,08	294,85
	Évora	151	784,74	5,20	264.134,89	1.749,24	336,59
	Portalegre	11	64,22	5,84	20.169,24	1.833,57	314,06
	Setúbal	14	38,82	2,77	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	242	1.219,31	5,04	382.055,22	1.578,74	313,34
1997	Beja	19	71,68	3,77	25.545,77	1.344,51	356,39
	Évora	37	168,87	4,56	57.920,92	1.565,43	342,99
	Portalegre	6	26,00	4,33	9.057,50	1.509,58	348,37
	Setúbal	1	5,00	5,00	1.811,50	1.811,50	362,30
	Alentejo	63	271,55	4,31	94.335,69	1.497,39	347,40
1998	Beja	95	1.216,82	12,81	344.346,67	3.624,70	282,99
	Évora	309	5.774,89	18,69	1.496.343,22	4.842,53	259,11
	Portalegre	37	649,86	17,56	223.128,35	6.030,50	343,35
	Setúbal	3	19,00	6,33	15.453,81	5.151,27	813,36
	Alentejo	444	7.660,57	17,25	2.079.272,05	4.683,05	271,43
1999	Beja	16	140,44	8,78	239.284,73	14.955,30	1.703,82
	Évora	51	325,57	6,38	559.907,51	10.978,58	1.719,78
	Portalegre	6	29,84	4,97	53.790,74	8.965,12	1.802,64
	Setúbal	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	73	495,85	6,79	852.982,98	11.684,70	1.720,24
2000	Beja	16	140,44	8,78	239.284,73	14.955,30	1.703,82
	Évora	51	325,57	6,38	559.907,51	10.978,58	1.719,78
	Portalegre	6	29,84	4,97	53.790,74	8.965,12	1.802,64
	Setúbal	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	73	495,85	6,79	852.982,98	11.684,70	1.720,24
2001	Beja	59	375,62	6,37	48.378,50	819,97	128,80
	Évora	97	518,98	5,35	66.764,65	688,30	128,65
	Portalegre	13	66,86	5,14	11.051,52	850,12	165,29
	Setúbal	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	169	961,46	5,69	126.194,67	746,71	131,25
2002	Beja	38	372,25	9,80	49.447,55	1.301,25	132,83
	Évora	95	937,83	9,87	115.169,81	1.212,31	122,80
	Portalegre	19	173,59	9,14	26.619,01	1.401,00	153,34
	Setúbal	2	73,34	36,67	7.847,38	3.923,69	107,00
	Alentejo	154	1.557,01	10,11	199.083,75	1.292,75	127,86
2003	Beja	268	3.215,18	12,00	472.192,97	1.761,91	146,86
	Évora	678	9.750,09	14,38	1.412.661,89	2.083,57	144,89
	Portalegre	77	1.025,22	13,31	149.460,16	1.941,04	145,78
	Setúbal	2	51,59	25,80	6.766,99	3.383,50	131,17
	Alentejo	1025	14.042,08	13,70	2.041.082,00	1.991,30	145,35
2004	Beja	212	2.498,28	11,78	371.632,52	1.752,98	148,76
	Évora	539	7.819,02	14,51	1.135.148,24	2.106,03	145,18
	Portalegre	60	910,62	15,18	129.991,17	2.166,52	142,75
	Setúbal	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	811	11.227,92	13,84	1.636.771,93	2.018,21	145,78
2005	Beja	41	641,19	15,64	86.757,08	2.116,03	135,31
	Évora	132	2.315,30	17,54	321.680,73	2.436,98	138,94
	Portalegre	14	300,26	21,45	38.642,42	2.760,17	128,70
	Setúbal	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alentejo	187	3.256,74	17,42	447.080,23	2.390,80	137,28
2006	Beja	0	0	0	0	0	0
	Évora	0	0	0	0	0	0
	Portalegre	0	0	0	0	0	0
	Setúbal	0	0	0	0	0	0
	Alentejo	0	0	0	0	0	0

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 2 - Quadro Anexo 2 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (1996)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Alvito	2	15,70	7,85	2.173,80	1.086,90	138,46
	Beja	3	15,73	5,24	5.314,94	1.771,65	337,89
	Cuba	9	50,49	5,61	15.702,07	1.744,67	310,99
	Moura	2	22,00	11,00	724,60	362,30	32,94
	Vidigueira	50	227,61	4,55	73.835,68	1.476,71	324,40
	Totais	66	331,53	5,02	97.751,09	1.481,08	294,85
Évora	Borba	52	229,62	4,42	77.756,84	1.495,32	338,63
	Estremoz	25	118,64	4,75	40.747,89	1.629,92	343,46
	Évora	2	4,69	2,35	1.699,19	849,60	362,30
	Mourão	1	6,00	6,00	2.173,80	2.173,80	362,30
	Redondo	19	112,84	5,94	39.624,75	2.085,51	351,16
	Reguengos de Monsaraz	47	285,71	6,08	92.263,36	1.963,05	322,93
	Vila Viçosa	5	27,24	5,45	9.869,06	1.973,81	362,30
Totais	151	784,74	5,20	264.134,89	1.749,24	336,59	
Portalegre	Crato	1	9,00	9,00	3.260,70	3.260,70	362,30
	Elvas	1	8,00	8,00	2.898,40	2.898,40	362,30
	Marvão	3	11,22	3,74	967,34	322,45	86,22
	Monforte	1	5,80	5,80	2.101,34	2.101,34	362,30
	Nisa	1	4,00	4,00	1.449,20	1.449,20	362,30
	Portalegre	3	20,00	6,67	7.246,00	2.415,33	362,30
	Sousel	1	6,20	6,20	2.246,26	2.246,26	362,30
Totais	11	64,22	5,84	20.169,24	1.833,57	314,06	
Setúbal	Santiago do Cacém	14	38,82	2,77	0,00	0,00	0,00
	Totais	14	38,82	2,77	0,00	0,00	0,00
Região do Alentejo		242	1.219,31	5,04	382.055,22	1.578,74	313,34

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 3 - Quadro Anexo 3 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (1997)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Alvito	1	5,90	5,90	2.137,57	2.137,57	362,30
	Cuba	6	23,19	3,87	7.977,84	1.329,64	344,02
	Vidigueira	12	42,59	3,55	15.430,36	1.285,86	362,30
	Totais	19	71,68	3,77	25.545,77	1.344,51	356,39
Évora	Alandroal	2	10,12	5,06	3.666,48	1.833,24	362,30
	Borba	5	17,68	3,54	4.231,67	846,33	239,35
	Estremoz	3	3,90	1,30	1.412,97	470,99	362,30
	Évora	1	10,00	10,00	3.623,00	3.623,00	362,30
	Redondo	4	23,75	5,94	8.604,62	2.151,16	362,30
	Reguengos de Monsaraz	21	100,42	4,78	36.382,18	1.732,48	362,30
	Vila Viçosa	1	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Totais	37	168,87	4,56	57.920,92	1.565,43	342,99	
Portalegre	Avis	1	6,00	6,00	2.173,80	2.173,80	362,30
	Castelo de Vide	1	2,00	2,00	724,60	724,60	362,30
	Crato	1	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
	Marvão	1	5,80	5,80	2.101,34	2.101,34	362,30
	Portalegre	2	11,20	5,60	4.057,76	2.028,88	362,30
	Totais	6	26,00	4,33	9.057,50	1.509,58	348,37
Setúbal	Santiago do Cacém	1	5,00	5,00	1.811,50	1.811,50	362,30
	Totais	1	5,00	5,00	1.811,50	1.811,50	362,30
Região do Alentejo		63	271,55	4,31	94.335,69	1.497,39	347,40

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 4 - Quadro Anexo 4 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (1998)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)	
Beja	Aljustrel	4	28,36	7,09	9.846,59	2.461,65	347,20	
	Alvito	2	43,51	21,76	8.408,26	4.204,13	193,25	
	Beja	4	102,04	25,51	28.817,35	7.204,34	282,41	
	Cuba	22	240,49	10,93	50.628,56	2.301,30	210,52	
	Mértola	1	32,48	32,48	13.516,27	13.516,27	416,14	
	Moura	6	103,98	17,33	33.542,46	5.590,41	322,59	
	Vidigueira	56	665,96	11,89	199.587,18	3.564,06	299,70	
	Totais	95	1.216,82	12,81	344.346,67	3.624,70	282,99	
Évora	Alandroal	7	165,12	23,59	57.142,79	8.163,26	346,07	
	Arraiolos	2	22,42	11,21	19.541,01	9.770,51	871,59	
	Borba	39	948,56	24,32	205.100,77	5.258,99	216,22	
	Estremoz	34	652,20	19,18	189.904,61	5.585,43	291,18	
	Évora	19	502,10	26,43	75.925,76	3.996,09	151,22	
	Montemor-o-Novo	3	113,24	37,75	32.312,81	10.770,94	285,35	
	Mourão	3	53,01	17,67	2.659,28	886,43	50,17	
	Portel	1	6,00	6,00	2.173,80	2.173,80	362,30	
	Redondo	89	1.519,42	17,07	445.505,09	5.005,68	293,21	
	Reguengos de Monsaraz	109	1.645,10	15,09	429.240,08	3.937,98	260,92	
	Vendas Novas	1	136,86	136,86	34.098,23	34.098,23	249,15	
	Vila Viçosa	2	10,86	5,43	2.738,99	1.369,50	252,21	
		Totais	309	5.774,89	18,69	1.496.343,22	4.842,53	259,11
	Portalegre	Alter do Chão	2	64,25	32,13	17.770,82	8.885,41	276,59
Arronches		1	34,00	34,00	10.579,16	10.579,16	311,15	
Avis		1	28,00	28,00	8.840,12	8.840,12	315,72	
Campo Maior		4	90,00	22,50	35.694,76	8.923,69	396,61	
Castelo de Vide		1	2,33	2,33	844,16	844,16	362,30	
Crato		2	8,00	4,00	2.898,40	1.449,20	362,30	
Elvas		2	51,56	25,78	16.071,39	8.035,70	311,70	
Marvão		3	7,68	2,56	2.782,47	927,49	362,30	
Monforte		1	14,00	14,00	4.782,36	4.782,36	341,60	
Nisa		1	3,00	3,00	1.086,90	1.086,90	362,30	
Ponte de Sôr		2	164,63	82,32	59.301,77	29.650,89	360,21	
Portalegre		15	139,51	9,30	48.592,70	3.239,51	348,31	
Sousel		2	42,90	21,45	13.883,34	6.941,67	323,62	
		Totais	37	649,86	17,56	223.128,35	6.030,50	343,35
Setúbal	Santiago do Cacém	3	19,00	6,33	15.453,81	5.151,27	813,36	
		3	19,00	6,33	15.453,81	5.151,27	813,36	
Região do Alentejo		444	7.660,57	17,25	2.079.272,05	4.683,05	271,43	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 5 - Quadro Anexo 5 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (1999)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Beja	2	18,04	9,02	20.822,14	10.411,07	1.154,22
	Cuba	5	20,54	4,11	37.208,19	7.441,64	1.811,50
	Ferreira do Alentejo	1	71,89	71,89	127.336,86	127.336,86	1.771,27
	Vidigueira	8	29,97	3,75	53.917,54	6.739,69	1.799,05
	Totais	16	140,44	8,78	239.284,73	14.955,30	1.703,82
Évora	Alandroal	1	26,36	26,36	41.867,40	41.867,40	1.588,29
	Arraiolos	1	21,51	21,51	34.824,30	34.824,30	1.618,98
	Borba	5	32,61	6,52	55.415,22	11.083,04	1.699,33
	Estremoz	4	19,43	4,86	35.197,44	8.799,36	1.811,50
	Évora	8	64,25	8,03	111.179,01	13.897,38	1.730,41
	Redondo	17	74,01	4,35	129.743,32	7.631,96	1.753,05
	Reguengos	15	87,40	5,83	151.680,82	10.112,05	1.735,48
Totais	51	325,57	6,38	559.907,51	10.978,58	1.719,78	
Portalegre	Alter do Chão	1	11,00	11,00	19.564,20	19.564,20	1.778,56
	Monforte	1	8,70	8,70	15.760,05	15.760,05	1.811,50
	Portalegre	4	10,14	2,54	18.466,49	4.616,62	1.821,15
	Totais	6	29,84	4,97	53.790,74	8.965,12	1.802,64
Setúbal	Totais	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
Região do Alentejo	73	495,85	6,79	852.982,98	11.684,70	1.720,24	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 6 - Quadro Anexo 6 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2000)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Beja	2	18,04	9,02	20.822,14	10.411,07	1.154,22
	Cuba	5	20,54	4,11	37.208,19	7.441,64	1.811,50
	Ferreira do Alentejo	1	71,89	71,89	127.336,86	127.336,86	1.771,27
	Vidigueira	8	29,97	3,75	53.917,54	6.739,69	1.799,05
	Totais	16	140,44	8,78	239.284,73	14.955,30	1.703,82
Évora	Alandroal	1	26,36	26,36	41.867,40	41.867,40	1.588,29
	Arraiolos	1	21,51	21,51	34.824,30	34.824,30	1.618,98
	Borba	5	32,61	6,52	55.415,22	11.083,04	1.699,33
	Estremoz	4	19,43	4,86	35.197,44	8.799,36	1.811,50
	Évora	8	64,25	8,03	111.179,01	13.897,38	1.730,41
	Redondo	17	74,01	4,35	129.743,32	7.631,96	1.753,05
	Reguengos	15	87,40	5,83	151.680,82	10.112,05	1.735,48
Totais	51	325,57	6,38	559.907,51	10.978,58	1.719,78	
Portalegre	Alter do Chão	1	11,00	11,00	19.564,20	19.564,20	1.778,56
	Monforte	1	8,70	8,70	15.760,05	15.760,05	1.811,50
	Portalegre	4	10,14	2,54	18.466,49	4.616,62	1.821,15
	Totais	6	29,84	4,97	53.790,74	8.965,12	1.802,64
Setúbal	Totais	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
Região do Alentejo	73	495,85	6,79	852.982,98	11.684,70	1.720,24	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 7 - Quadro Anexo 7 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2001)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Alvito	5	17,90	3,58	3.095,90	619,18	172,96
	Beja	3	103,91	34,64	11.118,37	3.706,12	107,00
	Cuba	10	38,84	3,88	7.307,41	730,74	188,14
	Moura	2	14,59	7,30	2.756,66	1.378,33	188,94
	Serpa	1	25,00	25,00	4.025,00	4.025,00	161,00
	Vidigueira	38	175,38	4,62	20.075,16	528,29	114,47
	Totais	59	375,62	6,37	48.378,50	819,97	128,80
Évora	Alandroal	2	34,43	17,22	4.639,52	2.319,76	134,75
	Arraiolos	1	13,58	13,58	2.186,38	2.186,38	161,00
	Borba	33	122,34	3,71	14.111,16	427,61	115,34
	Estremoz	12	83,79	6,98	11.574,12	964,51	138,13
	Évora	5	22,79	4,56	5.218,88	1.043,78	229,00
	Redondo	19	100,03	5,26	10.703,21	563,33	107,00
	Reguengos de Monsaraz	22	109,84	4,99	13.150,40	597,75	119,72
	Vila Viçosa	3	32,18	10,73	5.180,98	1.726,99	161,00
Totais	97	518,98	5,35	66.764,65	688,30	128,65	
Portalegre	Campo Maior	2	29,36	14,68	3.141,52	1.570,76	107,00
	Fronteira	1	20,00	20,00	3.220,00	3.220,00	161,00
	Marvão	1	2,66	2,66	712,88	712,88	268,00
	Nisa	2	2,80	1,40	750,40	375,20	268,00
	Portalegre	7	12,04	1,72	3.226,72	460,96	268,00
	Totais	13	66,86	5,14	11.051,52	850,12	165,29
Setúbal	Totais	0	0	0	0	0	
Região do Alentejo		169	961,46	5,69	126.194,67	746,71	131,25

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.



Anexo 8 - Quadro Anexo 8 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2002)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Aljustrel	3	34,37	11,46	4.514,33	1.504,78	131,35
	Alvito	3	47,22	15,74	5.897,84	1.965,95	124,90
	Beja	5	74,49	14,90	10.254,63	2.050,93	137,66
	Cuba	5	24,48	4,90	4.290,02	858,00	175,25
	Mértola	1	18,00	18,00	2.898,00	2.898,00	161,00
	Moura	1	9,59	9,59	2.052,26	2.052,26	214,00
	Serpa	1	19,52	19,52	3.142,72	3.142,72	161,00
	Vidigueira	19	144,58	7,61	16.397,75	863,04	113,42
	Totais	38	372,25	9,80	49.447,55	1.301,25	132,83
Évora	Alandroal	4	21,86	5,47	3.519,46	879,87	161,00
	Arraiolos	1	27,92	27,92	2.987,44	2.987,44	107,00
	Borba	18	134,92	7,50	14.436,44	802,02	107,00
	Estremoz	17	104,00	6,12	14.085,65	828,57	135,44
	Évora	10	109,24	10,92	15.410,97	1.541,10	141,07
	Montemor-o-Novo	2	22,39	11,20	3.604,79	1.802,40	161,00
	Mora	2	8,88	4,44	2.379,84	1.189,92	268,00
	Mourão	1	40,00	40,00	4.280,00	4.280,00	107,00
	Portel	2	31,30	15,65	5.373,20	2.686,60	171,67
	Redondo	10	80,96	8,10	8.662,72	866,27	107,00
	Reguengos de Monsaraz	23	137,72	5,99	16.300,96	708,74	118,36
	Vendas Novas	2	72,99	36,50	7.809,93	3.904,97	107,00
	Vila Viçosa	3	145,65	48,55	16.318,41	5.439,47	112,04
	Totais	95	937,83	9,87	115.169,81	1.212,31	122,80
Portalegre	Arronches	1	22,09	22,09	3.556,49	3.556,49	161,00
	Avis	1	42,95	42,95	4.595,65	4.595,65	107,00
	Castelo de Vide	1	2,00	2,00	536,00	536,00	268,00
	Fronteira	2	27,08	13,54	2.897,56	1.448,78	107,00
	Marvão	1	1,00	1,00	268,00	268,00	268,00
	Monforte	1	18,96	18,96	3.052,56	3.052,56	161,00
	Nisa	2	2,48	1,24	664,64	332,32	268,00
	Ponte de Sor	1	9,77	9,77	2.090,78	2.090,78	214,00
	Portalegre	7	34,67	4,95	6.930,34	990,05	199,89
Sousel	2	12,59	6,30	2.026,99	1.013,50	161,00	
	Totais	19	173,59	9,14	26.619,01	1.401,00	153,34
Setúbal	Alcácer do Sal	1	28,50	28,50	3.049,50	3.049,50	107,00
	Grândola	1	44,84	44,84	4.797,88	4.797,88	107,00
	Totais	2	73,34	36,67	7.847,38	3.923,69	107,00
Região do Alentejo	154	1.557,01	10,11	199.083,75	1.292,75	127,86	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.



Anexo 9 - Quadro Anexo 9 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2003)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Beja	5	110,11	22,02	13.506,22	2.701,24	122,66
	Cuba	7	182,39	26,06	22.745,00	3.249,29	124,71
	Ferreira do Alentejo	2	34,99	17,50	4.522,89	2.261,45	129,26
	Moura	3	72,99	24,33	9.497,94	3.165,98	130,13
	Vidigueira	251	2.814,70	11,21	421.920,92	1.680,96	149,90
	Totais	268	3.215,18	12,00	472.192,97	1.761,91	146,86
Évora	Arraiolos	2	80,50	40,25	9.284,18	4.642,09	115,33
	Borba	221	3.026,10	13,69	441.402,93	1.997,30	145,87
	Estremoz	21	311,79	14,85	45.619,44	2.172,35	146,31
	Évora	22	733,02	33,32	92.231,04	4.192,32	125,82
	Montemor-o-Novo	4	159,60	39,90	18.659,40	4.664,85	116,91
	Mourão	3	60,99	20,33	8.183,36	2.727,79	134,18
	Redondo	165	2.284,77	13,85	330.528,30	2.003,20	144,67
	Reguengos	234	2.873,69	12,28	439.854,99	1.879,72	153,06
	Vendas Novas	2	143,16	71,58	16.306,32	8.153,16	113,90
	Vila Viçosa	4	76,48	19,12	10.591,93	2.647,98	138,49
Totais	678	9.750,09	14,38	1.412.661,89	2.083,57	144,89	
Portalegre	Alter do Chão	1	42,95	42,95	4.595,65	4.595,65	107,00
	Arronches	1	6,57	6,57	1.405,98	1.405,98	214,00
	Crato	1	16,00	16,00	2.576,00	2.576,00	161,00
	Elvas	1	3,30	3,30	884,40	884,40	268,00
	Marvão	1	2,67	2,67	715,56	715,56	268,00
	Nisa	1	12,49	12,49	2.010,89	2.010,89	161,00
	Portalegre	69	899,49	13,04	131.965,81	1.912,55	146,71
	Sousel	2	41,75	20,88	5.305,87	2.652,94	127,09
Totais	77	1.025,22	13,31	149.460,16	1.941,04	145,78	
Setúbal	Alcácer do Sal	2	51,59	25,80	6.766,99	3.383,50	131,17
	Totais	2	51,59	25,80	6.766,99	3.383,50	131,17
Região do Alentejo		1025	14.042,08	13,70	2.041.082,00	1.991,30	145,35

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.



Anexo 10 - Quadro Anexo 10 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2004)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Beja	4	83,32	20,83	10.639,69	2.659,92	127,70
	Cuba	6	173,28	28,88	20.795,46	3.465,91	120,01
	Moura	2	53,09	26,55	6.294,04	3.147,02	118,55
	Vidigueira	200	2.188,59	10,94	333.903,33	1.669,52	152,57
	Totais	212	2.498,28	11,78	371.632,52	1.752,98	148,76
Évora	Arraiolos	1	12,42	12,42	1.999,62	1.999,62	161,00
	Borba	181	2.413,14	13,33	356.707,71	1.970,76	147,82
	Estremoz	17	277,67	16,33	38.873,73	2.286,69	140,00
	Évora	18	671,83	37,32	82.379,45	4.576,64	122,62
	Montemor-o-Novo	3	145,43	48,48	16.378,03	5.459,34	112,62
	Mourão	2	53,87	26,94	6.659,68	3.329,84	123,63
	Redondo	101	1.510,58	14,96	219.605,16	2.174,31	145,38
	Reguengos	214	2.671,74	12,48	404.978,90	1.892,42	151,58
	Vila Viçosa	2	62,34	31,17	7.565,97	3.782,99	121,37
	Totais	539	7.819,02	14,51	1.135.148,24	2.106,03	145,18
Portalegre	Alter do Chão	1	42,95	42,95	4.595,65	4.595,65	107,00
	Nisa	1	12,49	12,49	2.010,89	2.010,89	161,00
	Portalegre	57	828,96	14,54	120.579,09	2.115,42	145,46
	Sousel	1	26,22	26,22	2.805,54	2.805,54	107,00
	Totais	60	910,62	15,18	129.991,17	2.166,52	142,75
Região do Alentejo	811	11.227,92	13,84	1.636.771,93	2.018,21	145,78	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

Anexo 11 - Quadro Anexo 11 - Indicadores de Realização dos concelhos referentes aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (2005)

Distrito	Concelho	N.º total de beneficiários	N.º de hectares abrangidos	Nível médio de hectares por beneficiário	Totais de ajudas (€)	Nível médio de ajudas por beneficiário (€)	Nível médio das ajudas por hectare (€)
Beja	Beja	2	60,17	30,09	6.438,19	3.219,10	107,00
	Cuba	1	80,00	80,00	8.560,00	8.560,00	107,00
	Vidigueira	38	501,02	13,18	71.758,89	1.888,39	143,23
	Totais	41	641,19	15,64	86.757,08	2.116,03	135,31
Évora	Borba	44	783,84	17,81	107.936,43	2.453,10	137,70
	Estremoz	4	56,05	14,01	9.452,05	2.363,01	168,64
	Évora	4	340,77	85,19	36.462,39	9.115,60	107,00
	Redondo	33	654,55	19,83	88.758,07	2.689,64	135,60
	Reguengos	47	480,09	10,21	79.071,79	1.682,38	164,70
	Totais	132	2.315,30	17,54	321.680,73	2.436,98	138,94
Portalegre	Portalegre	14	300,26	21,45	38.642,42	2.760,17	128,70
	Totais	14	300,26	21,45	38.642,42	2.760,17	128,70
Região do Alentejo	187	3.256,74	17,42	447.080,23	2.390,80	137,28	

Fonte: MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA - dados apurados; Elaboração Própria.

*Os dados referentes ao distrito de Setúbal apenas contemplam os concelhos localizados na Região do Alentejo.

**Anexo 12 - Quadro Anexo 12 - Medidas Agroambientais: indicadores de acompanhamento**

Indicadores de Acompanhamento	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
Nº de beneficiários apurados	-	-	-	-	-	43.727
Nº de hectares abrangidos apurados	134.471,48	54.441,80	1.995,95	114.395,28	12.713,74	318.018,25
Nível médio de ajuda por hectare (euro)	183,82	200,78	187,85	84,43	135,16	149,05
Nível médio de ajuda por exploração (euro)	617,51	717,44	2.272,40	2.559,83	852,83	774,29
Despesa pública total (euro)	-	-	-	-	-	116.218.654,00
Despesa pública FEOGA (euro)	-	-	-	-	-	87.163.991,00

Fonte: Elaboração Própria. PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados).

Legenda: [LVT] - Lisboa e Vale do Tejo.

Anexo 13 - Quadro Anexo 13 - Região Agrária do Alentejo: Área de Vinha

Área de Vinha (ha)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Portugal	236.654,00	232.226,00	226.497,00	219.444,00	220.356,00	n.d.	n.d.	n.d.
Alentejo	13.504,00	13.784,00	14.345,00	16.664,00	17.217,00	n.d.	n.d.	18.865,00
Alentejo PI	1.219,13	271,55	7.660,57	459,85	459,85	961,46	1.557,01	14.042,08
Cobertura da SAU potencial*	9,03%	1,97%	53,40%	2,76%	2,67%	-	-	74,43%

Fonte: INE/MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA. Elaboração Própria. *Cobertura da SAU potencial = Alentejo PI / Alentejo. Nota: n.d. - dados não disponíveis. Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [SAU] - Superfície Agrícola Útil.

Anexo 14 - Quadro Anexo 14 - Variação do N.º total de beneficiários

	Beja	% Alentejo	Évora	% Alentejo	Portalegre	% Alentejo	Setúbal	% Alentejo	Alentejo
1996	66	27,27%	151	62,40%	11	4,55%	14	5,79%	242
1997	19	30,16%	37	58,73%	6	9,52%	1	1,59%	63
1998	95	21,40%	309	69,59%	37	8,33%	3	0,68%	444
1999	16	21,92%	51	69,86%	6	8,22%	0	-	73
2000	16	21,92%	51	69,86%	6	8,22%	0	-	73
2001	59	34,91%	97	57,40%	13	7,69%	0	-	169
2002	38	24,68%	95	61,69%	19	12,34%	2	1,30%	154
2003	268	26,15%	678	66,15%	77	7,51%	2	0,20%	1025
96-03									
Variação beneficiários	202		527		66		-12		783
Variação %	306,06%		349,01%		600%		-85,71%		323,55%

Fonte: INE/MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA. Elaboração Própria

Nota: Variação beneficiários = X03 - X96

$$\text{Variação \%} = [(X03 - X96) / X96] * 100$$



Anexo 15 - Quadro Anexo 15 - Variação do N.º de hectares abrangidos

	Beja	% Alentejo	Évora	% Alentejo	Portalegre	% Alentejo	Setúbal	% Alentejo	Alentejo
1996	331,53	27,19%	784,74	64,36%	64,22	5,27%	38,82	3,18%	1.219,31
1997	71,68	26,40%	168,87	62,19%	26,00	9,57%	5,00	1,84%	271,55
1998	1.216,82	15,88%	5.774,89	75,38%	649,86	8,48%	19,00	0,25%	7.660,57
1999	140,44	28,32%	325,57	65,66%	29,84	6,02%	0	-	495,85
2000	140,44	28,32%	325,57	65,66%	29,84	6,02%	0	-	495,85
2001	375,62	39,07%	518,98	53,98%	66,86	6,95%	0	-	961,46
2002	372,25	23,91%	937,83	60,23%	173,59	11,15%	73,34	4,71%	1.557,01
2003	3.215,18	22,90%	9.750,09	69,43%	1.025,22	7,30%	51,59	0,37%	14.042,08
96-03									
Variação hectares	2.883,65		8.965,35		961,00		12,77		12.822,77
Variação %	869,80%		1.142,46%		1.496,42%		32,90%		1.051,64%

Fonte: INE/MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA. Elaboração Própria

Nota: Variação beneficiários = X03 - X96

$$\text{Variação \%} = [(X03 - X96) / X96] * 100$$

Anexo 16 - Quadro Anexo 16 - Variação do valor total de ajudas (€)

	Beja	% Alentejo	Évora	% Alentejo	Portalegre	% Alentejo	Setúbal	% Alentejo	Alentejo
1996	97.751,09	25,59%	264.134,89	69,14%	20.169,24	5,28%	0	-	382.055,22
1997	25.545,77	27,08%	57.920,92	61,40%	9.057,50	9,60%	1.811,50	1,92%	94.335,69
1998	344.346,67	16,56%	1.496.343,22	71,96%	223.128,35	10,73%	15.453,81	0,74%	2.079.272,05
1999	239.284,73	28,05%	559.907,51	65,64%	53.790,74	6,31%	0	-	852.982,98
2000	239.284,73	28,05%	559.907,51	65,64%	53.790,74	6,31%	0	-	852.982,98
2001	48.378,50	38,34%	66.764,65	52,91%	11.051,52	8,76%	0	-	126.194,67
2002	49.447,55	24,84%	115.169,81	57,85%	26.619,01	13,37%	7.847,38	3,94%	199.083,75
2003	472.192,97	23,13%	1.412.661,89	69,21%	149.460,16	7,32%	6.766,99	0,33%	2.041.082,00
96-03									
Variação ajudas	374.441,88		1.148.527,00		129.290,92		6.766,99		1.659.026,78
Variação %	383,06%		434,83%		641,03%		-		434,24%

Fonte: INE/MADRP-DRAAL/DGDR/INGA/IFADAP/IDRHa/ATEVA. Elaboração Própria

Nota: Variação beneficiários = X03 - X96

$$\text{Variação \%} = [(X03 - X96) / X96] * 100$$

Anexo 17 - Quadro Anexo 17 - MAA: Execução Financeira (Ano FEOGA 2000-2003) no âmbito do RURIS e dos contratos aprovados no âmbito de Reg. 2078/92

Ano FEOGA - Garantia	Previsões		
	Despesa Pública	Contribuição UE	Contribuição Nacional
	(1)	(2)	(3)
Total 2000	132.720.000	99.540.000	33.180.000
MAA-RURIS	0	0	0
Contratos R. 2078/92	132.720.000	99.540.000	33.180.000
Total 2001	136.256.622	102.193.713	34.062.909
MAA-RURIS	60.803.464	45.605.092	15.171.256
Contratos R. 2078/92	75.453.158	56.588.621	18.864.537
Total 2002	116.372.875	87.279.656	29.093.219
MAA-RURIS	66.626.098	49.969.573	16.656.524
Contratos R. 2078/92	49.746.777	37.310.083	12.436.694
Total 2003	96.141.333	72.106.000	24.035.333
MAA-RURIS	78.326.667	58.745.000	19.581.667
Contratos R. 2078/92	17.814.667	13.361.000	4.453.667
Total	481.490.830	361.119.369	120.371.461
MAA-RURIS	205.756.228	154.319.665	51.436.563
Contratos R. 2078/92	275.734.602	206.799.704	68.934.898

Ano FEOGA - Garantia	Execução* (16/10 a 15/10)			Taxa de Execução	Execução (16/10 a 15/10)			Taxa de Execução
	Despesa Pública	Contribuição UE	Contribuição Nacional		Despesa Pública	Contribuição UE	Contribuição Nacional	
	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)/(2)	(8)	(9)	(10)	(11)=(9)/(2)
Total 2000	113.844.963	85.383.722	28.461.241	85,78%	109.329.655	81.997.241	27.332.414	82,38%
MAA-RURIS	0	0	0	0%	0	0	0	0%
Contratos R. 2078/92	113.844.963	85.383.722	28.461.241	85,78%	109.329.655	81.997.241	27.332.414	82,38%
Total 2001	85.767.775	64.325.831	21.441.944	62,94%	75.729.845	56.797.384	18.932.461	55,58%
MAA-RURIS	15.171.256	11.378.442	3.792.814	24,95%	5.133.327	3.849.995	1.283.332	8,44%
Contratos R. 2078/92	70.596.519	52.947.389	17.649.130	93,57%	70.596.519	52.947.389	17.649.130	93,57%
Total 2002	96.521.199	72.390.899	24.130.300	82,94%	96.521.199	72.390.899	24.130.300	82,94%
MAA-RURIS	49.858.171	37.393.629	12.464.543	74,83%	49.858.171	37.393.629	12.464.543	74,83%
Contratos R. 2078/92	46.663.027	34.997.270	11.665.757	93,80%	46.663.027	34.997.270	11.665.757	93,80%
Total 2003	80.299.147	60.226.925	20.072.222	83,53%	80.299.147	60.226.925	20.072.222	83,53%
MAA-RURIS	61.227.156	45.920.367	15.306.789	78,17%	61.227.156	45.920.367	15.306.789	78,17%
Contratos R. 2078/92	19.071.991	14.306.558	4.765.433	107,08%	19.071.991	14.306.558	4.765.433	107,08%
Total	376.433.083	282.327.377	94.105.706	78,18%	361.879.846	271.412.449	90.467.397	75,16%
MAA-RURIS	126.256.584	94.692.438	31.564.146	61,36%	116.218.654	87.163.991	29.054.664	56,48%
Contratos R. 2078/92	250.176.499	187.634.939	62.541.560	90,73%	245.661.191	184.248.458	61.412.733	89,10%

Unidade: Euros

Fonte: IDRHa e PDRu (2000-2006); Elaboração Própria

* Execução incluindo os adiantamentos da CE no caso dos anos de 2000 e 2001

Nota: As previsões apresentadas para o ano de 2001 são as previsões enviadas a 30-09-00, as de 2002 em 30-09-01 e as de 2003 em 30-09-02.

Anexo 18 - Quadro Anexo 18 - Coerência interna de objetivos entre o RURIS e as MAA

RURIS - Objetivos Específicos		Medidas Agroambientais
1 - Proporcionar um rendimento aos agricultores idosos que decidam cessar as suas atividades agrícolas ou converter o solo a usos não agrícolas.		
2 - Favorecer a substituição de agricultores idosos por agricultores, que possam, sempre que necessário, melhorar a viabilidade económica das restantes explorações agrícolas (rejuvenescimento e redimensionamento)		
3 - Reafectar terras agrícolas a utilizações não agrícolas de comprovada valia ambiental, quando a sua afetação a fins agrícolas não seja possível em condições satisfatórias de viabilidade.		
4 - Garantir a continuação da utilização de terras agrícolas em zona desfavorecida.		
5 - Contribuir para a manutenção de uma comunidade rural.		
6 - Contribuir para a conservação da singularidade de cada espaço rural (diversidade paisagística).	→	- Promover formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética
7 - Manter e promover métodos de exploração sustentável que respeitem as exigências de proteção ambiental.	→	- Promover formas de exploração de terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.
8 - Reduzir as assimetrias de rendimento entre produtores e regiões (coesão social)		
9 - Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água.	→	- Promover formas de exploração de terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.
10 - Conservação do solo	→	- Promover formas de exploração de terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.
11 - Contribuir para a preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas.	→	- Permitir a preservação da paisagem e das características históricas e tradicionais nas terras agrícolas.
12 - Promover o uso recreativo de espaços rurais de elevada qualidade ambiental.		
13 - Contribuir para a conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural	→	- Contribuir para a conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural.
14 - Assegurar a conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas.	→	- Promover formas de exploração de terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.
15 - Proteger a diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre.	→	- Promover formas de exploração de terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.
16 - Aumentar a diversidade e oferta de produtos florestais.		
17 - Promover arborizações adequadas, técnica e ambientalmente.		
18 - Contribuir para a reabilitação de terras degradadas e mitigação da desertificação.		
19 - Reforço da capacidade técnica dos agricultores.		
20 - Fomento do associativismo florestal e da eficiência do planeamento da arborização e da gestão florestal através da promoção de agrupamentos de áreas.		
		- Incentivar uma extensificação da atividade agrícola e a manutenção de sistemas de paisagens intensivos
		- Fomentar a utilização do planeamento ambiental nas explorações agrícolas.

Fonte: PDRu (2000 - 2006).



Anexo 19 - Quadro Anexo 19 - Nível médio das ajudas por hectare (2001,2002,2003) (Euros)

Medida	PI VITIVINÍCOLA**	PI*	TOTAL MAA*
Norte	-	208,82	183,82
Centro	-	252,16	200,78
LVT	-	210,35	187,85
Alentejo	134,82	141,58	84,43
Algarve	-	354,38	135,16
CONTINENTE	-	193,55	149,05

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu (2000-2006)/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003. (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados). ** IFADAP/IDRHa/ATEVA - Dados apurados neste estudo (estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

Anexo 20 - Quadro Anexo 20 - Nível médio de hectares por beneficiário (2001,2002,2003)

Medida	PI VITIVINÍCOLA**	PI*	TOTAL MAA*
Norte	-	4,97	3,36
Centro	-	5,17	3,57
LVT	-	10,18	12,10
Alentejo	9,83	14,12	30,32
Algarve	-	9,65	6,31
CONTINENTE	-	6,78	5,19

Fonte: Elaboração Própria.*PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Dados disponibilizados respeitantes à campanha de 2003 (2.ª confirmação de 2001, 1.ª confirmação de 2002 e candidaturas de 2003, ou seja, no ano de 2003 os dados não estão estabilizados).** IFADAP/IDRHa/ATEVA - Dados apurados neste estudo (estabilizados). Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.

Anexo 21 - Quadro Anexo 21 - Total de superfície candidata por medida apurada nos anos de 2001,2002,2003 (ha)

Medida	PI	TOTAL MAA
Norte	32.504,84	149.317,90
Centro	14.955,25	85.720,03
LVT	1.567,66	2.445,25
Alentejo	39.178,97	146.578,23
Algarve	2.098,28	10.749,47
CONTINENTE	90.305,00	394.810,88

Fonte: PDRu 2000-2006/IFADAP/INGA - Elaboração própria.

Legenda: [PI] - Proteção Integrada; [MAA] - Medidas Agroambientais.



Anexo 22 - Guião das entrevistas a beneficiários, técnicos e especialistas

Introdução das entrevistas individuais a beneficiários, técnicos e especialistas

A elaboração destas entrevistas surge no âmbito de uma investigação académica que deu origem à elaboração de uma Dissertação de Doutoramento em Economia pela Universidade de Évora intitulada “*Território e Políticas Públicas - Estudo de Avaliação Económica da Execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada Aplicada ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo*” que está neste momento em curso.

Objetivos das entrevistas individuais a beneficiários, técnicos e especialistas

O objetivo das entrevistas individuais será reunir a opinião de alguns beneficiários, técnicos e especialistas independentes há muito reconhecidos nos domínios que correspondem a este Estudo.

A nível operacional, a fim de poder ser elaborada uma análise com as contribuições dos entrevistados espera-se ter a possibilidade de promover com cada beneficiário, técnico e especialista selecionados, uma entrevista individual que decorrerá sobre a forma de conversação informal tendo como guia alguns pontos sobre a temática. Quando concluídas, estas entrevistas, permitirão contribuir para uma melhor validação e compreensão da avaliação global da medida aplicada ao setor vitivinícola beneficiando esta avaliação de um conjunto de informações qualitativas, experiências e opiniões muito importantes sobre a temática deste Estudo.

As informações por Vós disponibilizadas através desta entrevista individual são impossíveis de obter em qualquer outra fonte, pelo que são preciosas para a conclusão desta investigação no maior rigor.

As informações recolhidas são confidenciais.

Introdução à entrevista individual a beneficiários, técnicos e especialistas

A Política de Desenvolvimento Rural constitui o “segundo pilar” da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. Estamos perante um componente fundamental do modelo agrícola europeu, que visa de certa forma complementar as medidas de mercado e de promoção da competitividade da agricultura mediante o desenvolvimento de políticas específicas que, em última instância, procuram garantir o futuro das zonas rurais e contribuir para a manutenção e criação de empregos.

Neste contexto apenas vamos considerar as Medidas Agroambientais (MAA), cofinanciadas pelo FEOGA-Garantia, tendo estas sido integradas numa intervenção autónoma do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III), designada por Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS).

De todas as MAA apenas vamos considerar a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI). Esta medida pretendia motivar os agricultores a desenvolver práticas agrícolas mais adequadas à proteção do meio ambiente, principalmente, através da adoção métodos de Proteção Integrada. Dessa forma pretendia contribuir para a manutenção de um conjunto de sistemas de agricultura com impactos potencialmente importantes na



biodiversidade, na paisagem e na conservação do solo e da água, garantindo a coerência entre os sistemas apoiados e as características biofísicas naturais dos territórios onde ocorrem.

Desta forma a entrevista incidirá apenas sobre MAA PI, sua aplicação em particular ao Setor Vitivinícola na Região do Alentejo e sobre a contribuição da mesma para o que podemos chamar de Fileira Económica do Vinho no Alentejo.

Guia da entrevista individual a beneficiários, técnicos e especialistas

1 - Recolher algumas contribuições para que melhor se possam identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças desta medida aplicada ao setor vitivinícola.

2 - Recolher os comentários para 5 questões sobre a temática:

2.1 - Comentário sobre: até que ponto o território foi considerado direta ou indiretamente na definição dos objetivos da medida aplicada ao setor vitivinícola.

2.2 - Comentário sobre: se o território foi ponderado no processo de decisão e execução da medida ao setor vitivinícola.

2.3 - Comentário sobre: os efeitos da medida, para o que se considerou serem as principais dimensões de análise da Fileira Económica do Vinho no Alentejo, nomeadamente: ao nível do Território, da Inovação, dos Produtores, do Setor Vitivinícola, dos Mercados.

2.4 - Comentário sobre: os efeitos da medida ao nível das Medidas Agroambientais e do RURIS.

2.5 - Comentário sobre: se os métodos de produção com recurso à Proteção Integrada continuam a ser efetivamente aplicados pelos vitivinicultores em 2013, e se faria ou não sentido, a aplicação de uma nova medida que voltasse a contemplar o fomento desses métodos de produção no novo período de programação compreendido entre 2014 - 2020.

3 - Recolher informações qualitativas e as opiniões dos beneficiários, técnicos e especialistas sobre: a medida, seu contexto, sua execução, seus resultados ou seu impacto.



Anexo 23 - Plataforma *on-line* de suporte ao inquérito por questionário aplicado aos beneficiários da MAA PI, aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo

Inquérito Território e Políticas Públicas

Este inquérito requiere uma palavra-passe. Caso não saiba a palavra-passe, contacte o autor deste inquérito.

Palavra passe:

Inquérito Território e Políticas Públicas

Bem vindo e obrigado por responder ao inquérito "Território e Políticas Públicas"

Insira o código chave do inquérito: *

Inquérito Território e Políticas Públicas

Objetivo do Inquérito

Este inquérito foi elaborado no âmbito de uma investigação académica que se encontra em curso. A mesma teve o seu início em 2004 e veio dar origem à preparação da Dissertação de Doutoramento em Economia pela Universidade de Évora intitulada:

“Território e Políticas Públicas - Estudo de Avaliação Económica da Execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada Aplicada ao Sector Vitivinícola na Região do Alentejo”.

O Estudo de avaliação de desempenho desta medida aplicada ao sector vitivinícola, pretende ser um instrumento estratégico e uma fonte de informação muito útil para o desenvolvimento de novas perspetivas no âmbito da aplicação da medida ao sector vitivinícola no Alentejo.

Os dados disponibilizados através deste inquérito são impossíveis de obter em qualquer outra fonte, pelo que são preciosos para a conclusão desta investigação e estão na base de todo o processo.

Os dados recolhidos são confidenciais e abrangidos por sigilo estatístico.

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

A Política de Desenvolvimento Rural constitui o “segundo pilar” da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia.

Estamos perante uma componente fundamental do modelo agrícola europeu, que visa de certa forma, complementar as medidas de mercado e de promoção da competitividade da agricultura mediante o desenvolvimento de políticas específicas que, em última instância, procuram garantir o futuro das zonas rurais e contribuir para a manutenção e criação de empregos.

No âmbito deste Estudo apenas vamos considerar as Medidas Agroambientais (MAA) cofinanciadas pelo FEOGA-Garantia, tendo estas sido integradas numa intervenção autónoma do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III), designada por Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS).

As Medidas Agroambientais (MAA) pretendiam motivar os agricultores a utilizar práticas agrícolas mais adequadas à proteção do meio ambiente, nomeadamente no que respeita à correta utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos, bem como à promoção de agricultura biológica.

De todas as MAA, o nosso Estudo incidirá sobre a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) e a sua aplicação em particular ao Sector Vitivinícola na Região do Alentejo em Portugal.

Este inquérito é constituído por 6 pontos visando avaliar a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para o que consideramos serem os pontos principais de análise do que podemos chamar de Fileira Económica do Vinho no Alentejo, nomeadamente:

- 1- A Política Pública;
 - 2- O Território;
 - 3- A Inovação;
 - 4- Os Produtores;
 - 5- O Sector Vitivinícola;
 - 6- Os Mercados.
- (Total de 118 questões)

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

1. A POLÍTICA PÚBLICA

A Proteção Integrada (PI)

A Proteção Integrada teve a sua primeira fase de desenvolvimento em Portugal no fim de 1977 evoluindo até aos nossos dias. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), com a adoção de métodos de Proteção Integrada pretende-se utilizar, sempre que possível, "métodos de luta alternativos", bem como "limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos a situações em que os inimigos das culturas atinjam o nível económico de ataque, ou a períodos de risco determinados com métodos de previsão", fomentando também a utilização de "produtos fitofarmacêuticos que preservem os organismos auxiliares que naturalmente contribuem para o combate às pragas".

1.1 - Tinha conhecimento da possibilidade de produzir com recurso a métodos de Proteção Integrada e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola antes do fomento e expansão dos mesmos por via da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)? *

- 1. Sim
- 2. Não

1.2 - Na sua exploração vitivinícola, já produzia com recurso a métodos de Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por via da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)? *

- Sim
- Não

1.3 - Entre os anos de 1996 e 2006 teve conhecimento dos métodos de Proteção Integrada e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola por via da MAA PI? *

- 1. Sim
- 2. Não

1.4 - Entre os anos de 1996 e 2006 participou em alguma ação de formação específica sobre a implementação da MAA PI? *

- 1. Sim
- 2. Não

1.5 - Após a retirada dos apoios para a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) em 2006, que parte da sua produção vitivinícola manteve recorrendo aos métodos de Proteção Integrada (período de programação compreendido entre 2007 e 2013)? *

	Toda a Produção	¾ Da Produção	½ Da Produção	¼ Da Produção	0% Da Produção
2007	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2008	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2009	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2010	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2011	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2012	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2013	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.6 - No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, considera que a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores? *

- 1. Sim, a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores.
- 2. Não, a Proteção Integrada não tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores, sendo apenas interpretada como uma seleção de fitofármacos sem valorizar outras técnicas complementares fundamentais.

1.7 - No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, procurou alternativas à Proteção Integrada? *

- 1. Sim
- 2. Não

1.8 - Para o próximo período de programação compreendido entre 2014 e 2020, que parte da sua produção prevê manter com recurso à Proteção Integrada? *

	Toda a Produção	¾ da Produção	½ da Produção	¼ da Produção	0% da Produção
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar »

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

A Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) – Objetivos Específicos

A MAA PI pretendia motivar os agricultores a desenvolver práticas agrícolas mais adequadas à proteção do meio ambiente, principalmente, através da adoção métodos de Proteção Integrada. Dessa forma pretendia contribuir para a manutenção de um conjunto de sistemas de agricultura com impactos potencialmente importantes na biodiversidade, na paisagem e na conservação do solo e da água, garantindo a coerência entre os sistemas apoiados e as características biofísicas naturais dos territórios onde ocorrem.

1.9 - Como avalia a eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no cumprimento dos seus objetivos específicos? *

	Totalmente eficaz	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.10 - Como avaliaria a eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no cumprimento dos seus objetivos específicos, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Totalmente eficaz	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

A Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) - Contexto

1.11 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para atingir as seguintes metas de execução das Medidas Agroambientais (MAA), previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atingir uma cobertura de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) entre 20 e 35%.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.12 - De que forma a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) contribuiu para os resultados analisados pelas seguintes “Questões de Avaliação Comuns para as Medidas Agroambientais”, previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
Em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que medida, a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?



1.13 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o cumprimento dos seguintes objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
Conservação do Solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental



1.14 - Como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o resultado conjunto de todas as Medidas Agroambientais (MAA), aplicadas ao sector vitivinícola no Alentejo no período compreendido entre 2000-2006? *

Muito Forte Forte Razoável Fraco Nulo



« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

A Medida Agroambiental Proteção Integrada – Operacionalização

1.15 - Como avalia a operacionalidade global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Excelente	Boa	Suficiente	Insuficiente	Má
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.16 - Como avalia a forma (prémios anuais) e duração das ajudas (período de cinco anos) da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Excelente	Boa	Suficiente	Insuficiente	Má
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

Avaliação das condições de acesso ou de elegibilidade à Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)

- Área Mínima: 0.5 ha de fruticultura estreme ou de frutos secos estreme, ou de vinha estreme ou de olival estreme; 0.2 ha de limoeiros estreme; 0.5 ha de área integrada em zonas piloto, ocupada com rotação em que estejam integradas culturas solanáceas; 0.3 ha de horticultura de ar livre; 0.1 ha de hortícolas de estufa; 0.5 ha de culturas arvenses anuais de regadio, ou de horto-industriais ou de arroz, ou de cártamo de regadio, ou de amendoim de regadio;
- Submeter à Proteção Integrada toda a área da mesma variedade cultural constante da mesma parcela, no caso das culturas permanentes;
- Ser membro de uma organização de agricultores com a qual tenha celebrado um contrato de assistência técnica;
- Apresentar, no ato da candidatura, um plano de exploração em relação à área candidata, devidamente validado pela organização de agricultores;
- Ter frequentado uma ação de formação em Proteção Integrada específica para o tipo de cultura (s) objeto de candidatura ou comprometer-se a frequentar.

1.17 - Como avalia as condições de acesso à Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação aos produtores do sector vitivinícola do Alentejo? *

Excelentes	Boas	Adequadas	Inadequadas	Difícil acesso
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

Avaliação dos valores das ajudas por hectare da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI).

Quadro1 - Valor das ajudas

Cultura	Modulação da ajuda / hectare	Valor da ajuda / hectare / ano
Vinha	Até 5	268 €
	De 5. a 10	214 €
	De 10. a 25	161 €
	Mais de 25	107 €

Fonte: Portarias n.º 475/2001 e n.º1212/2003. Adaptado de IDRHa (2004).

1.18 - Como avalia os valores das ajudas por hectare da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Elevados
 Bons
 Suficientes
 Insuficientes
 Sem Expressão

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

1.19 - Como avalia a eficácia do sistema de gestão da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Totalmente eficaz	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

Avaliação da fiscalização e apoio técnico à Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI).

A prática da Proteção Integrada consiste não só na utilização mais racional dos produtos fitofarmacêuticos, mas também na utilização de pesticidas que preservem os organismos auxiliares que naturalmente contribuem para o combate às pragas e doenças. Como tal, a aplicação destes métodos é condicionada pelo nível de formação dos agricultores, o que torna necessário a sua orientação e o acompanhamento por técnicos com formação especializada em Proteção Integrada. Por esse motivo, os agricultores têm de estar integrados em associações que disponham dos serviços técnicos especializados nessa área para lhes prestar assistência aos agricultores. É neste contexto que é criada a Associação Técnica dos Vitivinicultores do Alentejo (ATEVA) que apresenta como objetivo primordial o de prestar apoio técnico e fiscalização à medida quando aplicada ao sector Vitivinícola.

1.20 - Como avalia a eficácia do sistema de fiscalização da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Totalmente eficaz	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.21 - Como avalia a eficácia do sistema de promoção e divulgação da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Totalmente eficaz	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.22 - Como avalia a necessidade de continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), por parte dos vitivinicultores do Alentejo, no período de 2014-2020? *

Imprescindível	Muito necessária	Necessária	Pouco necessária	Inútil
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar »

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

Avaliação da Eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)

Uma vez que os principais efeitos das MAA são de natureza ambiental, a avaliação da eficiência da medida também terá uma forte componente ambiental. No caso da MAA PI, esta contribui para a racionalização do uso de produtos fitofarmacêuticos, em clara sintonia com o objetivo de compatibilizar padrões de produção com a proteção do ambiente e recursos naturais. Apesar da existência de benefícios ambientais implícitos, revela-se de facto essencial a sua concretização num contexto de território, neste caso particular, dos territórios vitivinícolas em que a medida é aplicada. No entanto, para a MAA PI, bem como para grande parte das MAA, todo o estudo da eficiência está condicionado pela avaliação dos resultados e impactos ambientais, uma vez que, a realização de discernimentos sobre a ponderação dos custos pressupõe o conhecimento da natureza e dimensão dos efeitos. No caso específico da MAA PI para o sector vitivinícola, estes resultados e impactos não estão disponíveis nem foram considerados em sede de programação. Desta forma, atendendo à experiência e sensibilidade em ambiente real dos vitivinicultores, a sua resposta é fundamental para termos um critério de análise de base.

1.23 - Como avalia a eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Totalmente eficiente	Muito eficiente	Eficiente	Pouco eficiente	Ineficiente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

Avaliação da eficácia ambiental da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)

A eficácia ambiental da MAA PI depende de certa forma da manutenção dos sistemas de agricultura geradores de impactos ambientais positivos. A eficácia depende também do valor ambiental do território onde a medida é aplicada, sendo de salientar a importância da Rede Natura para esse valor ambiental, mas também de referir os objetivos ambientais e vocações produtivas de cada território. É portanto desejável a obtenção de efeitos demonstráveis de multifuncionalidade na área ambiental. No entanto, essa demonstração de eficácia ambiental implica, entre outras, a monitorização de variáveis ambientais e a obtenção de situações de referência, não existentes para a esmagadora maioria das MAA. Assim sendo, atendendo à experiência e sensibilidade em ambiente real dos vitivinicultores, a sua resposta é fundamental para termos um critério de análise de base.

1.24 - Como avalia a eficácia ambiental da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? *

Totalmente eficaz	Muito Eficaz	Eficaz	Pouco Eficaz	Ineficaz
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

2. O TERRITÓRIO

Avaliação da contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para os seguintes pontos:

2.25 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do emprego no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.26 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento de emprego no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.27 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do emprego na sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.28 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do emprego na sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.29 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.30 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.31 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.32 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.33 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.34 - Como classificaria, a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.35 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo?

(Exemplo: através de criação de novas explorações, reativação de explorações já existentes) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.36 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.37 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para que produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo? (Atração Territorial) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.38 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para que produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.39 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do investimento, dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo? (Evolução da implementação territorial) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.40 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do investimento, dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.41 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo?

(Exemplo: hotéis vitivinícolas, enoturismo, cursos de provas de vinhos, formações sobre produção de vinhos). *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.42 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.43 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.44 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.45 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.46 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de parcerias com produtores fora da região do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.47 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da sua produção vitivinícola, na produção vitivinícola total da região do Alentejo? *

Muito Forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.48 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na produção vitivinícola da sua exploração? *

Muito Forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.49 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na produção vitivinícola do Alentejo? *

Muito Forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar »

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

3. A INOVAÇÃO

Avaliação da contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para os seguintes pontos:

3.50 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação nos processos de produção dos vinhos no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.51 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação nos processos de produção dos vinhos no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.52 - Considera que a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) foi uma oportunidade para o desenvolvimento e implementação de novos processos produtivos que permanecem ainda hoje? *

- 1. Sim
- 2. Não

3.53 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação nos vinhos do Alentejo enquanto produtos finais de consumo?

(Exemplo de vinhos: Ervideira Invisível (o vinho branco que é tinto); Herdade Grous Moon Harvest (produzido com uvas colhidas em noites de lua cheia)). *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.54 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação nos vinhos do Alentejo enquanto produtos finais de consumo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.55 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.56 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.57 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção?

(Exemplo: enoturismo, cursos de provas de vinhos, formações sobre produção de vinhos) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.58 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.59 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.60 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.61 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na produção vitivinícola da sua exploração? *

*

Muito Forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.62 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na produção vitivinícola do Alentejo? *

Muito Forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

4. OS PRODUTORES

Avaliação da contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para os seguintes pontos:

4.63 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos da sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.64 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.65 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução das margens de comercialização de vinhos da sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.66 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução das margens de comercialização de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.67 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a redução de custos de produção da sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.68 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a redução de custos de produção da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.69 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento de lucros da sua exploração? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.70 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento de lucros da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.71 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da contribuição fiscal da sua exploração relacionada com a atividade vitivinícola?

(Exemplo: via impostos associados à evolução das vendas ou ao aumento de lucros). *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.72 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da contribuição fiscal da sua exploração relacionada com a atividade vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.73 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para um maior desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo?

(Exemplo: produção de garrafas, de rolhas, de rótulos). *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.74 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.75 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume financeiro direcionado pela sua exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola?

(Exemplo: aquisição de garrafas, de rolhas, de rótulos). *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.76 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume financeiro direcionado pela sua exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.77 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para um incremento da Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.78 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para um incremento da Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.79 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume financeiro aplicado pela sua exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.80 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume financeiro aplicado pela sua exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo (como a região de origem do mesmo), caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.81 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na sua exploração vitivinícola? *

Muito forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Inquérito Território e Políticas Públicas

5. O SECTOR VITIVINÍCOLA

Avaliação da contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para os seguintes pontos:

5.82 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da importância do sector vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros sectores dessa região? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.83 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da importância do sector vitivinícola no Alentejo relativamente aos outros sectores dessa região, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.84 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da produção do sector vitivinícola no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.85 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da produção do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.86 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da produção na sua exploração vitivinícola? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.87 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da produção na sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.88 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da qualidade da produção do sector vitivinícola no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.89 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da qualidade da produção do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.90 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.91 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.92 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do sector vitivinícola no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.93 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.94 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a sustentabilidade económica da sua exploração vitivinícola? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.95 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a sustentabilidade económica da sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.96 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o sector vitivinícola do Alentejo? *

Muito forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar »

« Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

6. OS MERCADOS

Avaliação da contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) para os seguintes pontos:

6.97 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.98 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para transmitir no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.99 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.100 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.101 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.102 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.103 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada?

(Alterações nos rótulos já existentes. Exemplo: referência no verso ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.104 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.105 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada? (Novo rótulo criado com essa finalidade) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.106 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.107 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.108 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.109 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da sua exploração? (regional/nacional/internacional) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.110 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.111 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional? (Alentejo) *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.112 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional (Alentejo), caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.113 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional?

*

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.114 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.115 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional? *

	Contribuiu totalmente	Contribuiu muito	Contribuiu satisfatoriamente	Contribuiu pouco	Não contribuiu
1996	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1997	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1998	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1999	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2000	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2001	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2002	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2003	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2004	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2005	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2006	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.116 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *

Elevada	Boa	Satisfatória	Irrelevante	Inexistente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.117 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da sua exploração, no mercado vitivinícola do Alentejo? *

Muito forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.118 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no mercado vitivinícola do Alentejo. *

Muito forte	Forte	Razoável	Fraco	Nulo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

« Recuar

Avançar »

Inquérito Território e Políticas Públicas

O Inquérito Terminou. Obrigado pela sua cooperação e contribuição.

Autor: Fábio Bazílio.

« Recuar

Terminar



Anexo 24 - Out-put resultante do tratamento dos dados recolhidos pelo inquérito por questionário aplicado aos beneficiários da MAA PI, aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo

2. 1.1 - Tinha conhecimento da possibilidade de produzir com recurso a métodos de Proteção Integrada e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola antes do fomento e expansão dos mesmos por via da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)? Required

1. Sim	34%		22
2. Não	66%		43
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0

3. 1.2 - Na sua exploração vitivinícola, já produzia com recurso a métodos de Proteção Integrada, antes do fomento e expansão dos mesmos por via da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI)? Required

Sim	14%		9
Não	86%		56
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0

4. 1.3 - Entre os anos de 1996 e 2006 teve conhecimento dos métodos de Proteção Integrada e da sua possível implementação na sua exploração vitivinícola por via da MAA PI? Required

1. Sim	91%		59
2. Não	9%		6
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0



5. 1.4 - Entre os anos de 1996 e 2006 participou em alguma ação de formação específica sobre a implementação da MAA PI? Required

1. Sim	69%		45
2. Não	31%		20
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0

6. 1.5 - Após a retirada dos apoios para a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) em 2006, que parte da sua produção vitivinícola manteve recorrendo aos métodos de Proteção Integrada (período de programação compreendido entre 2007 e 2013)? Required

	Toda a Produção (5)	% Da Produção (4)	½ Da Produção (3)	¼ Da Produção (2)	0% Da Produção (1)	Average	
2007	47 - 72% 	13 - 20% 	2 - 3% 	0 - 0% 	3 - 5% 	4.55	65
2008	36 - 55% 	24 - 37% 	2 - 3% 	0 - 0% 	3 - 5% 	4.38	65
2009	17 - 26% 	41 - 63% 	4 - 6% 	0 - 0% 	3 - 5% 	4.06	65
2010	15 - 23% 	22 - 34% 	22 - 34% 	3 - 5% 	3 - 5% 	3.66	65
2011	15 - 23% 	5 - 8% 	38 - 58% 	3 - 5% 	4 - 6% 	3.37	65
2012	15 - 23% 	2 - 3% 	19 - 29% 	15 - 23% 	14 - 22% 	2.83	65
2013	15 - 23% 	2 - 3% 	2 - 3% 	23 - 36% 	22 - 34% 	2.45	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






7. 1.6 - No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, considera que a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores? Required

1. Sim, a Proteção Integrada tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores.	42%		27
2. Não, a Proteção Integrada não tem uma interpretação técnica ampla por parte dos produtores, sendo apenas interpretada como uma seleção de fitofármacos sem valorizar outras técnicas complementares fundamentais.	58%		38
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0
























































8. 1.7 - No período de programação compreendido entre 2007 e 2013, procurou alternativas à Proteção Integrada? Required

1. Sim	57%		37
2. Não	43%		28
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0

9. 1.8 - Para o próximo período de programação compreendido entre 2014 e 2020, que parte da sua produção prevê manter com recurso à Proteção Integrada? Required

	Toda a Produção (5)	% da Produção (4)	½ da Produção (3)	¼ da Produção (2)	0% da Produção (1)	Average	
	13 - 20% 	4 - 6% 	5 - 8% 	19 - 29% 	24 - 37% 	2.43	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

10. 1.9 - Como avalia a eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no cumprimento dos seus objetivos específicos? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
1996	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1997	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1998	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1999	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2000	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2001	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2002	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2003	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2004	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2005	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2006	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

11. 1.10 - Como avaliaria a eficácia da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no cumprimento dos seus objetivos específicos, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
	44 - 68% 	14 - 22% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

12. 1.11 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para atingir as seguintes metas de execução das Medidas Agroambientais (MAA), previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
Aumentar em, pelo menos, 10% o número de agricultores aderentes.	47 - 72% 	17 - 26% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.71	65
Atingir uma cobertura de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) entre 20 e 35%.	47 - 72% 	17 - 26% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.71	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

13. 1.12 - De que forma a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) contribuiu para os resultados analisados pelas seguintes "Questões de Avaliação Comuns para as Medidas Agroambientais", previstas no Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (5)	Não contribuiu (1)	Average	
Em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade do solo, por influência das MAA?	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
Em que medida, os recursos naturais foram protegidos em termos de qualidade das águas subterrâneas e superficiais, por influência das MAA?	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
Em que medida, a biodiversidade (diversidade das espécies) foi mantida ou melhorada, graças às MAA, através da proteção da fauna e flora nas terras agrícolas?	50 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

14. 1.13 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o cumprimento dos seguintes objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (RURIS 2000-2006)? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
Conservação do Solo	30 - 46% 	28 - 43% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.35	65
Redução dos efeitos poluentes da atividade agrícola, designadamente na qualidade da água	31 - 48% 	27 - 42% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.37	65
Proteção da diversidade genética no contexto dos sistemas agrícolas em que ocorre	30 - 48% 	26 - 41% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.37	63
Manutenção e promoção de métodos de exploração sustentável, que respeitem as exigências de proteção ambiental	31 - 48% 	26 - 41% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.38	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

15. 1.14 - Como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o resultado conjunto de todas as Medidas Agroambientais (MAA), aplicadas ao sector vitivinícola no Alentejo no período compreendido entre 2000-2006? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	45 - 69% 	14 - 22% 	6 - 9% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.60	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

16. 1.15 - Como avalia a operacionalidade global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Excelente (5)	Boa (4)	Suficiente (3)	Insuficiente (2)	Má (1)	Average	
	52 - 80% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.78	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






17. 1.16 - Como avalia a forma (prémios anuais) e duração das ajudas (período de cinco anos) da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Excelente (5)	Boa (4)	Suficiente (3)	Insuficiente (2)	Má (1)	Average	
	46 - 71% 	12 - 18% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.60	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






18. 1.17 - Como avalia as condições de acesso à Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação aos produtores do sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Excelentes (5)	Boas (4)	Adequadas (3)	Inadequadas (2)	Difícil acesso (1)	Average	
	1 - 2% 	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.78	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






19. 1.18 - Como avalia os valores das ajudas por hectare da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Elevados (5)	Bons (4)	Suficientes (3)	Insuficientes (2)	Sem Expressão (1)	Average	
	0 - 0% 	0 - 0% 	15 - 23% 	50 - 77% 	0 - 0% 	2.23	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






20. 1.19 - Como avalia a eficácia do sistema de gestão da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
	0 - 0% 	8 - 12% 	57 - 88% 	0 - 0% 	0 - 0% 	3.12	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

21. 1.20 - Como avalia a eficácia do sistema de fiscalização da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

22. 1.21 - Como avalia a eficácia do sistema de promoção e divulgação da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
	50 - 77% 	8 - 12% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

23. 1.22 - Como avalia a necessidade de continuidade da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), por parte dos vitivinicultores do Alentejo, no período de 2014-2020? Required

	Imprescindível (5)	Muito necessária (4)	Necessária (3)	Pouco necessária (2)	Inútil (1)	Average	
	41 - 63% 	12 - 18% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.45	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

24. 1.23 - Como avalia a eficiência da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Totalmente eficiente (5)	Muito eficiente (4)	Eficiente (3)	Pouco eficiente (2)	Ineficiente (1)	Average	
	3 - 5% 	55 - 85% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	3.94	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

25. 1.24 - Como avalia a eficácia ambiental da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), em relação ao sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Totalmente eficaz (5)	Muito Eficaz (4)	Eficaz (3)	Pouco Eficaz (2)	Ineficaz (1)	Average	
	2 - 3% 	58 - 89% 	5 - 8% 	0 - 0% 	0 - 0% 	3.95	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

26. 2.25 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do emprego no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.34	65
1997	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.34	65
1998	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.34	65
1999	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.34	65
2000	3 - 5% 	0 - 0% 	14 - 22% 	48 - 74% 	0 - 0% 	2.35	65
2001	3 - 5% 	0 - 0% 	14 - 22% 	48 - 74% 	0 - 0% 	2.35	65
2002	3 - 5% 	1 - 2% 	13 - 20% 	48 - 74% 	0 - 0% 	2.37	65
2003	3 - 5% 	1 - 2% 	13 - 20% 	48 - 74% 	0 - 0% 	2.37	65
2004	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	48 - 74% 	1 - 2% 	2.32	65
2005	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	48 - 74% 	1 - 2% 	2.32	65
2006	3 - 5% 	0 - 0% 	13 - 20% 	48 - 74% 	1 - 2% 	2.32	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

27. 2.26 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento de emprego no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	0 - 0%	7 - 11%	54 - 83%	1 - 2%	2.23	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

28. 2.27 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do emprego na sua exploração? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
1997	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
1998	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
1999	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
2000	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
2001	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	55 - 85%	1 - 2%	2.18	65
2002	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	55 - 85%	1 - 2%	2.18	65
2003	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	55 - 85%	1 - 2%	2.18	65
2004	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
2005	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	54 - 83%	2 - 3%	2.17	65
2006	1 - 2%	2 - 3%	6 - 9%	53 - 83%	2 - 3%	2.17	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

29. 2.28 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do emprego na sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2%	2 - 3%	8 - 12%	53 - 82%	1 - 2%	2.22	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

30. 2.29 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	39 - 61% 	18 - 28% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.50	64
1997	39 - 60% 	18 - 28% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.46	65
1998	39 - 60% 	18 - 28% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.46	65
1999	39 - 60% 	18 - 28% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.48	65
2000	39 - 60% 	18 - 28% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.48	65
2001	39 - 60% 	19 - 29% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.49	65
2002	40 - 62% 	18 - 28% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.51	65
2003	40 - 62% 	18 - 28% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.51	65
2004	39 - 60% 	18 - 28% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.48	65
2005	39 - 60% 	18 - 28% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.46	65
2006	39 - 60% 	18 - 28% 	7 - 11% 	0 - 0% 	1 - 2% 	4.45	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

31. 2.30 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	44 - 68% 	14 - 22% 	6 - 9% 	0 - 0% 	3.62	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

32. 2.31 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na sua exploração? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average		
1996	1 - 2%	45 - 69%	18 - 28%	0 - 0%	1 - 2%	3.69	65	
1997	1 - 2%	45 - 69%	18 - 28%	0 - 0%	1 - 2%	3.69	65	
1998	1 - 2%	45 - 69%	18 - 28%	1 - 2%	0 - 0%	3.71	65	
1999	0 - 0%	45 - 70%	18 - 28%	1 - 2%	0 - 0%	3.69	64	
2000	1 - 2%	45 - 69%	19 - 29%	0 - 0%	0 - 0%	3.72	65	
2001	1 - 2%	45 - 69%	19 - 29%	0 - 0%	0 - 0%	3.72	65	
2002	1 - 2%	45 - 69%	19 - 29%	0 - 0%	0 - 0%	3.72	65	
2003	1 - 2%	45 - 69%	19 - 29%	0 - 0%	0 - 0%	3.72	65	
2004	1 - 2%	45 - 69%	18 - 28%	1 - 2%	0 - 0%	3.71	65	
2005	1 - 2%	44 - 69%	18 - 28%	0 - 0%	1 - 2%	3.69	64	
2006	1 - 2%	45 - 69%	18 - 28%	0 - 0%	1 - 2%	3.69	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

33. 2.32 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de vinha na sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average		
	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

34. 2.33 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
1997	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
1998	1 - 2%	44 - 69%	13 - 20%	6 - 9%	0 - 0%	3.63	64
1999	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2000	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2001	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2002	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2003	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2004	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2005	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
2006	1 - 2%	43 - 68%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.63	63
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

35. 2.34 - Como classificaria, a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do número de produtores vitivinícolas no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2%	44 - 68%	14 - 22%	6 - 9%	0 - 0%	3.62	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

36. 2.35 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo? (Exemplo: através de criação de novas explorações, reativação de explorações já existentes) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
1997	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
1998	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
1999	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2000	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2001	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2002	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2003	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2004	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2005	15 - 23% 	37 - 57% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	65
2006	15 - 23% 	36 - 56% 	12 - 19% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.02	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

37. 2.36 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aparecimento de novos produtores vitivinícolas no Alentejo oriundos do próprio Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	15 - 23% 	36 - 55% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.00	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

38. 2.37 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para que produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo? (Atracção Territorial) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
1997	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
1998	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
1999	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2000	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2001	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2002	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2003	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2004	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2005	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
2006	1 - 2%	45 - 69%	14 - 22%	5 - 8%	0 - 0%	3.65	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

39. 2.38 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para que produtores vitivinícolas de outras regiões fora do Alentejo iniciassem produções no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2%	44 - 68%	13 - 20%	7 - 11%	0 - 0%	3.60	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

40. 2.39 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do investimento, dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo? (Evolução da implementação territorial) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
1997	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
1998	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
1999	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2000	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2001	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2002	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2003	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2004	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2005	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
2006	1 - 2% 	0 - 0% 	52 - 80% 	12 - 18% 	0 - 0% 	2.85	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

41. 2.40 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do investimento, dos vitivinicultores do Alentejo, noutros territórios vitivinícolas fora do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	0 - 0% 	7 - 11% 	57 - 88% 	0 - 0% 	2.15	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

42. 2.41 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo? (Exemplo: hotéis vitivinícolas, enoturismo, cursos de provas de vinhos, formações sobre produção de vinhos). Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
1997	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
1998	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
1999	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2000	1 - 2%	2 - 3%	14 - 22%	48 - 74%	0 - 0%	2.32	65
2001	1 - 2%	2 - 3%	14 - 22%	48 - 74%	0 - 0%	2.32	65
2002	1 - 2%	2 - 3%	14 - 22%	48 - 74%	0 - 0%	2.32	65
2003	1 - 2%	2 - 3%	14 - 22%	48 - 74%	0 - 0%	2.32	65
2004	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	48 - 74%	1 - 2%	2.29	65
2005	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	48 - 74%	1 - 2%	2.29	65
2006	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	48 - 74%	1 - 2%	2.29	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

43. 2.42 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do investimento em atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014.2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	0 - 0%	14 - 22%	48 - 74%	0 - 0%	2.35	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

44. 2.43 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
1997	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
1998	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
1999	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2000	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2001	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2002	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2003	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2004	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2005	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
2006	50 - 77% 	13 - 20% 	1 - 2% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.72	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

45. 2.44 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	45 - 69% 	12 - 18% 	1 - 2% 	7 - 11% 	0 - 0% 	4.46	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

46. 2.45 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de parcerias com outros produtores vitivinícolas fora da região do Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
1997	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
1998	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
1999	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2000	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2001	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2002	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2003	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2004	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2005	1 - 2%	1 - 2%	12 - 18%	51 - 78%	0 - 0%	2.26	65
2006	1 - 2%	1 - 2%	12 - 19%	50 - 78%	0 - 0%	2.27	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

47. 2.46 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de parcerias com produtores fora da região do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2%	0 - 0%	12 - 18%	52 - 80%	0 - 0%	2.23	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

48. 2.47 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da sua produção vitivinícola, na produção vitivinícola total da região do Alentejo? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	1 - 2%	0 - 0%	13 - 20%	51 - 78%	0 - 0%	2.25	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

49. 2.48 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na produção vitivinícola da sua exploração? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	1 - 2%	52 - 80%	12 - 18%	0 - 0%	0 - 0%	3.83	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

50. 2.49 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na produção vitivinícola do Alentejo? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	51 - 78% 	7 - 11% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.68	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

51. 3.50 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação nos processos de produção dos vinhos no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
1997	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
1998	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
1999	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
2000	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
2001	1 - 2% 	2 - 3% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.31	65
2002	1 - 2% 	2 - 3% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.31	65
2003	1 - 2% 	2 - 3% 	13 - 20% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.31	65
2004	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
2005	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	49 - 75% 	0 - 0% 	2.29	65
2006	1 - 2% 	1 - 2% 	14 - 22% 	48 - 75% 	0 - 0% 	2.30	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

52. 3.51 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação nos processos de produção dos vinhos no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	0 - 0% 	14 - 22% 	50 - 77% 	0 - 0% 	2.26	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

53. 3.52 - Considera que a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI) foi uma oportunidade para o desenvolvimento e implementação de novos processos produtivos que permanecem ainda hoje? Required

1. Sim	23%		15
2. Não	77%		50
Total respondents			65
Respondents who skipped this question			0



Dissertação de Doutoramento em Economia

54. 3.53 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação nos vinhos do Alentejo enquanto produtos finais de consumo? (Exemplo de vinhos: Ervideira Invisível (o vinho branco que é tinto); Herdade Grous Moon Harvest (produzido com uvas colhidas em noites de lua cheia)). Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
1997	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
1998	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
1999	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2000	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2001	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 78% 	0 - 0% 	2.25	64
2002	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2003	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2004	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2005	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	51 - 78% 	0 - 0% 	2.25	65
2006	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 78% 	0 - 0% 	2.25	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

55. 3.54 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação nos vinhos do Alentejo enquanto produtos finais de consumo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	0 - 0% 	7 - 11% 	57 - 88% 	0 - 0% 	2.15	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

56. 3.55 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo?
Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average		
1996	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
1997	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
1998	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
1999	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2000	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2001	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2002	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2003	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2004	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2005	1 - 2%	50 - 77%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65	
2006	1 - 2%	49 - 77%	8 - 13%	6 - 9%	0 - 0%	3.70	64	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

57. 3.56 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na qualidade dos vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average		
	51 - 78%	0 - 0%	8 - 12%	6 - 9%	0 - 0%	4.48	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0



Dissertação de Doutoramento em Economia

58. 3.57 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção? (Exemplo: enoturismo, cursos de provas de vinhos, formações sobre produção de vinhos) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
1997	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
1998	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
1999	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2000	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2001	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2002	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2003	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2004	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2005	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
2006	1 - 2% 	0 - 0% 	13 - 20% 	50 - 77% 	1 - 2% 	2.23	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

59. 3.58 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação ao nível do desenvolvimento de atividades possíveis de associar ao vinho ou à sua produção, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	0 - 0% 	12 - 18% 	51 - 78% 	1 - 2% 	2.22	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

60. 3.59 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
1997	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
1998	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
1999	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2000	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2001	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2002	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2003	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2004	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2005	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
2006	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

61. 3.60 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na implementação de boas práticas vitivinícolas no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	59 - 91% 	5 - 8% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.89	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

62. 3.61 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na produção vitivinícola da sua exploração? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	40 - 62% 	19 - 29% 	6 - 9% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.52	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

63. 3.62 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a inovação na produção vitivinícola do Alentejo? Required

	Muito Forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	41 - 63% 	19 - 29% 	5 - 8% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.55	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

64. 4.63 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos da sua exploração? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	17 - 26%	34 - 52%	13 - 20%	0 - 0%	3.09	65
1997	1 - 2%	17 - 26%	34 - 52%	13 - 20%	0 - 0%	3.09	65
1998	1 - 2%	17 - 26%	34 - 52%	13 - 20%	0 - 0%	3.09	65
1999	1 - 2%	17 - 26%	35 - 54%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
2000	1 - 2%	17 - 26%	35 - 54%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
2001	1 - 2%	18 - 28%	34 - 52%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2002	1 - 2%	18 - 28%	34 - 52%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2003	1 - 2%	17 - 26%	35 - 54%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
2004	1 - 2%	17 - 26%	34 - 52%	13 - 20%	0 - 0%	3.09	65
2005	1 - 2%	17 - 26%	34 - 52%	12 - 18%	1 - 2%	3.08	65
2006	1 - 2%	16 - 25%	33 - 52%	12 - 19%	1 - 2%	3.06	63
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

65. 4.64 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume de negócio associado às vendas de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	39 - 60%	13 - 20%	13 - 20%	0 - 0%	0 - 0%	4.40	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

66. 4.65 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução das margens de comercialização de vinhos da sua exploração? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1997	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1998	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1999	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2000	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2001	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2002	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2003	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2004	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2005	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2006	51 - 78% 	12 - 18% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

67. 4.66 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução das margens de comercialização de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

68. 4.67 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a redução de custos de produção da sua exploração?
Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
1997	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
1998	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
1999	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2000	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2001	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2002	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2003	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2004	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2005	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
2006	57 - 88% 	6 - 9% 	2 - 3% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.85	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

69. 4.68 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a redução de custos de produção da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	57 - 88% 	7 - 11% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.86	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

70. 4.69 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento de lucros da sua exploração? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
1997	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
1998	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
1999	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2000	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2001	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2002	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2003	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2004	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2005	2 - 3% 	50 - 77% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.82	65
2006	2 - 3% 	49 - 77% 	12 - 19% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.81	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

71. 4.70 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento de lucros da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	1 - 2% 	51 - 78% 	13 - 20% 	0 - 0% 	0 - 0% 	3.82	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

72. 4.71 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da contribuição fiscal da sua exploração relacionada com a atividade vitivinícola? (Exemplo: via impostos associados à evolução das vendas ou ao aumento de lucros). Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
1997	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
1998	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
1999	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2000	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2001	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2002	1 - 2%	14 - 22%	37 - 58%	12 - 19%	0 - 0%	3.06	64
2003	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2004	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2005	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
2006	1 - 2%	14 - 22%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.05	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

73. 4.72 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da contribuição fiscal da sua exploração relacionada com a atividade vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	12 - 18%	37 - 57%	13 - 20%	0 - 0%	3.08	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

74. 4.73 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para um maior desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo? (Exemplo: produção de garrafas, de rolhas, de rótulos). Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
1997	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
1998	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
1999	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2000	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2001	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2002	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2003	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2004	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2005	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
2006	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	36 - 55%	1 - 2%	2.48	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

75. 4.74 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o desenvolvimento de atividades complementares à produção vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	0 - 0%	27 - 42%	34 - 52%	1 - 2%	2.54	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

76. 4.75 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume financeiro direcionado pela sua exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola? (Exemplo: aquisição de garrafas, de rolhas, de rótulos). *Required*

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
1997	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
1998	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
1999	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2000	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2001	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2002	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2003	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2004	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
2005	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 39% 	35 - 55% 	1 - 2% 	2.48	64
2006	1 - 2% 	2 - 3% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.48	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

77. 4.76 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume financeiro direcionado pela sua exploração para fornecimentos complementares à produção vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? *Required*

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5% 	0 - 0% 	25 - 38% 	36 - 55% 	1 - 2% 	2.51	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

78. 4.77 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para um incremento da Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average		
1996	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
1997	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
1998	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
1999	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
2000	1 - 2%	14 - 22%	39 - 60%	11 - 17%	0 - 0%	3.08	65	
2001	1 - 2%	14 - 22%	39 - 60%	11 - 17%	0 - 0%	3.08	65	
2002	1 - 2%	14 - 22%	39 - 60%	11 - 17%	0 - 0%	3.08	65	
2003	1 - 2%	14 - 22%	39 - 60%	11 - 17%	0 - 0%	3.08	65	
2004	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
2005	1 - 2%	14 - 22%	38 - 58%	12 - 18%	0 - 0%	3.06	65	
2006	1 - 2%	14 - 22%	38 - 59%	11 - 17%	0 - 0%	3.08	64	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

79. 4.78 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para um incremento da Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average		
	3 - 5%	0 - 0%	38 - 58%	24 - 37%	0 - 0%	2.72	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

80. 4.79 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução do volume financeiro aplicado pela sua exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo como a região de origem do mesmo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average		
1996	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
1997	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
1998	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
1999	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2000	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2001	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2002	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2003	1 - 2%	7 - 11%	37 - 58%	19 - 30%	0 - 0%	2.84	64	
2004	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2005	1 - 2%	8 - 12%	37 - 57%	19 - 29%	0 - 0%	2.86	65	
2006	1 - 2%	8 - 13%	37 - 58%	18 - 28%	0 - 0%	2.88	64	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0
























































81. 4.80 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução do volume financeiro aplicado pela sua exploração em Publicidade e Marketing associados ao vinho e ao Alentejo (como a região de origem do mesmo), caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average		
	4 - 6%	0 - 0%	38 - 58%	23 - 35%	0 - 0%	2.77	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0






82. 4.81 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), na sua exploração vitivinícola? Required

	Muito forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average		
	40 - 62%	19 - 29%	6 - 9%	0 - 0%	0 - 0%	4.52	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

83. 5.82 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento da importância do sector vitivinícola no Alentejo, relativamente aos outros sectores dessa região? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	16 - 25% 	36 - 55% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.03	65
1997	16 - 25% 	36 - 55% 	12 - 18% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.03	65
1998	16 - 25% 	36 - 56% 	12 - 19% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.06	64
1999	16 - 25% 	36 - 55% 	13 - 20% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.05	65
2000	16 - 25% 	37 - 57% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.06	65
2001	17 - 26% 	36 - 55% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.08	65
2002	17 - 26% 	36 - 55% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.08	65
2003	17 - 26% 	36 - 55% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.08	65
2004	16 - 25% 	37 - 57% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.06	65
2005	16 - 25% 	36 - 55% 	13 - 20% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.05	65
2006	16 - 25% 	35 - 55% 	12 - 19% 	1 - 2% 	0 - 0% 	4.03	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

84. 5.83 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento da importância do sector vitivinícola no Alentejo relativamente aos outros sectores dessa região, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	15 - 23% 	38 - 58% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.05	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

85. 5.84 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da produção do sector vitivinícola no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1997	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1998	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1999	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2000	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2001	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2002	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2003	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2004	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2005	50 - 78% 	6 - 9% 	8 - 13% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	64
2006	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

86. 5.85 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da produção do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

87. 5.86 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da produção na sua exploração vitivinícola? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1997	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1998	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
1999	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2000	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2001	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2002	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2003	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2004	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2005	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
2006	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

88. 5.87 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da produção na sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	51 - 78% 	6 - 9% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.66	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

89. 5.88 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da qualidade da produção do sector vitivinícola no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1997	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1998	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1999	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2000	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2001	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2002	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2003	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2004	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2005	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2006	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

90. 5.89 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da qualidade da produção do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	44 - 68% 	13 - 20% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.55	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

91. 5.90 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1997	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1998	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
1999	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2000	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2001	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2002	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2003	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2004	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2005	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
2006	45 - 69% 	12 - 18% 	8 - 12% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.57	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

92. 5.91 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da qualidade da produção da sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	46 - 71% 	12 - 18% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.60	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia
























































93. 5.92 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do sector vitivinícola no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
1997	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
1998	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
1999	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2000	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2001	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2002	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2003	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2004	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2005	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
2006	49 - 75% 	15 - 23% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.74	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






94. 5.93 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a sustentabilidade económica das empresas e produtores do sector vitivinícola no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	55 - 85% 	9 - 14% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.83	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0






95. 5.94 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a sustentabilidade económica da sua exploração vitivinícola? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
1997	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
1998	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
1999	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2000	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2001	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2002	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2003	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2004	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2005	4 - 6% 	47 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	65
2006	4 - 6% 	46 - 72% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	3.83	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

96. 5.95 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a sustentabilidade económica da sua exploração vitivinícola, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	14 - 22% 	39 - 60% 	12 - 18% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.03	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

97. 5.96 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o sector vitivinícola do Alentejo? Required

	Muito forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	43 - 66% 	15 - 23% 	7 - 11% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.55	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

98. 6.97 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para transmitir, no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1997	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1998	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
1999	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2000	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2001	50 - 77% 	14 - 22% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.75	65
2002	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
2003	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
2004	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
2005	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
2006	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

99. 6.98 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para transmitir no mercado nacional e internacional, uma imagem de sustentabilidade ambiental associada à produção de vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	51 - 78% 	13 - 20% 	1 - 2% 	0 - 0% 	0 - 0% 	4.77	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

100. 6.99 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	2 - 3%	15 - 23%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
1997	2 - 3%	15 - 23%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
1998	2 - 3%	15 - 23%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
1999	2 - 3%	15 - 23%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
2000	2 - 3%	15 - 23%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.11	65
2001	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2002	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2003	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2004	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2005	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
2006	3 - 5%	14 - 22%	36 - 55%	12 - 18%	0 - 0%	3.12	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

101. 6.100 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da área de perceção das marcas de vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	1 - 2%	37 - 57%	24 - 37%	0 - 0%	2.74	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

102. 6.101 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
1997	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
1998	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
1999	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2000	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2001	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2002	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2003	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2004	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2005	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
2006	2 - 3%	0 - 0%	38 - 59%	24 - 38%	0 - 0%	2,69	64
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

103. 6.102 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o aumento do número de marcas de vinhos no Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	2 - 3%	0 - 0%	38 - 58%	25 - 38%	0 - 0%	2,68	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

104. 6.103 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada? (Alterações nos rótulos já existentes. Exemplo: referência no verso ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	0 - 0%	52 - 80%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65
1997	0 - 0%	52 - 80%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.71	65
1998	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
1999	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2000	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2001	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2002	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2003	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2004	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
2005	1 - 2%	50 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	64
2006	1 - 2%	51 - 78%	7 - 11%	6 - 9%	0 - 0%	3.72	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

105. 6.104 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para alterações nos rótulos dos vinhos do Alentejo, dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	4 - 6%	37 - 57%	13 - 20%	11 - 17%	0 - 0%	3.52	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

106. 6.105 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada? (Novo rótulo criado com essa finalidade) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	0 - 0%	3 - 5%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.29	65
1997	0 - 0%	3 - 5%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.29	65
1998	0 - 0%	3 - 5%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.29	65
1999	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2000	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2001	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2002	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2003	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2004	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2005	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
2006	1 - 2%	2 - 3%	13 - 20%	49 - 75%	0 - 0%	2.31	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

107. 6.106 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a criação de novos rótulos para os vinhos do Alentejo dando relevância ao modo de produção com recurso à Proteção Integrada, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	0 - 0%	7 - 11%	49 - 75%	6 - 9%	2.15	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

108. 6.107 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo? (regional/nacional/internacional) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average		
1996	0 - 0%	3 - 5%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.85	65	
1997	0 - 0%	3 - 5%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.85	65	
1998	0 - 0%	3 - 5%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.85	65	
1999	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2000	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2001	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2002	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2003	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2004	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2005	1 - 2%	2 - 3%	49 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	65	
2006	1 - 2%	2 - 3%	48 - 75%	13 - 20%	0 - 0%	2.86	64	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0

109. 6.108 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução e diversificação dos mercados de comercialização dos vinhos do Alentejo, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average		
	3 - 5%	0 - 0%	12 - 18%	44 - 68%	6 - 9%	2.23	65	
Total respondents							65	
Respondents who skipped this question								0



Dissertação de Doutoramento em Economia

110. 6.109 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da sua exploração? (regional/nacional/internacional) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	0 - 0%	8 - 12%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.92	65
1997	0 - 0%	8 - 12%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.92	65
1998	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
1999	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2000	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2001	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2002	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2003	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2004	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2005	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
2006	1 - 2%	7 - 11%	44 - 68%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

111. 6.110 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para o crescimento da rede de distribuição de vinhos da sua exploração, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	3 - 5%	0 - 0%	43 - 66%	13 - 20%	6 - 9%	2.71	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0



Dissertação de Doutoramento em Economia

112. 6.111 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional? (Alentejo) Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	0 - 0%	9 - 14%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
1997	0 - 0%	9 - 14%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
1998	0 - 0%	9 - 14%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.94	65
1999	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2000	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2001	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2002	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2003	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2004	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
2005	1 - 2%	8 - 13%	42 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	64
2006	1 - 2%	8 - 12%	43 - 66%	13 - 20%	0 - 0%	2.95	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

113. 6.112 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado regional (Alentejo), caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	2 - 3%	7 - 11%	44 - 68%	12 - 18%	0 - 0%	2.98	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

114. 6.113 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	1 - 2%	48 - 74%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.74	65
1997	1 - 2%	48 - 74%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.74	65
1998	1 - 2%	48 - 74%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.74	65
1999	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2000	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2001	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2002	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2003	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2004	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2005	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
2006	2 - 3%	47 - 72%	14 - 22%	2 - 3%	0 - 0%	3.75	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

115. 6.114 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado nacional, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	50 - 77%	13 - 20%	2 - 3%	0 - 0%	0 - 0%	4.74	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

116. 6.115 - De que forma, a Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), contribuiu para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional? Required

	Contribuiu totalmente (5)	Contribuiu muito (4)	Contribuiu satisfatoriamente (3)	Contribuiu pouco (2)	Não contribuiu (1)	Average	
1996	0 - 0%	3 - 5%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.38	65
1997	0 - 0%	3 - 5%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.38	65
1998	0 - 0%	3 - 5%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.38	65
1999	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2000	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2001	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2002	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2003	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2004	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2005	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
2006	1 - 2%	2 - 3%	25 - 38%	31 - 48%	6 - 9%	2.40	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

117. 6.116 - Como classificaria a contribuição da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), para a evolução da comercialização dos vinhos da sua exploração no mercado internacional, caso a mesma pudesse vir a ser novamente implementada no período 2014-2020? Required

	Elevada (5)	Boa (4)	Satisfatória (3)	Irrelevante (2)	Inexistente (1)	Average	
	2 - 3%	26 - 40%	30 - 46%	7 - 11%	0 - 0%	3.35	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

118. 6.117 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da sua exploração, no mercado vitivinícola do Alentejo? Required

	Muito forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	1 - 2%	0 - 0%	7 - 11%	57 - 88%	0 - 0%	2.15	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0

119. 6.118 - De uma forma sintética, como avalia o impacto global da Medida Agroambiental Proteção Integrada (MAA PI), no mercado vitivinícola do Alentejo. Required

	Muito forte (5)	Forte (4)	Razoável (3)	Fraco (2)	Nulo (1)	Average	
	1 - 2%	57 - 88%	7 - 11%	0 - 0%	0 - 0%	3.91	65
Total respondents							65
Respondents who skipped this question							0